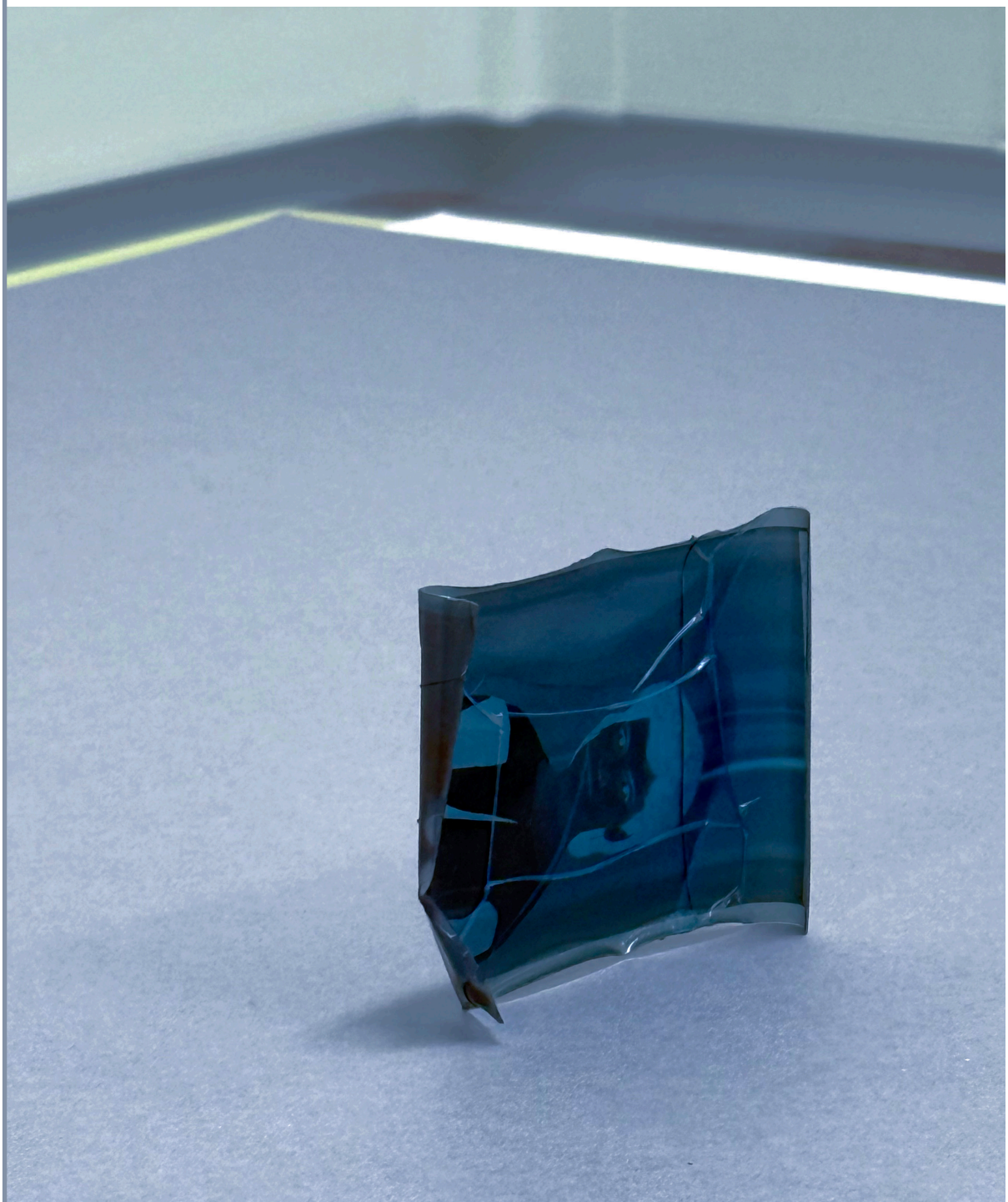
Arquivo Histórico da Madeira

Nova Série | N.º 8 | 2026



Título: *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 8
Editor: Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
Local e Data: Funchal, junho de 2026
Periodicidade: Anual
ISSN: 2184-5743
Sítio da Internet: https://ahm-abm.madeira.gov.pt
Contacto Eletrónico: ahm.drabl@madeira.gov.pt

Direção: Nuno Mota
Conselho Editorial: Filipe dos Santos (coord.); Bruno Abreu Costa; Susana Caldeira
Conselho Científico: Ana Madalena Trigo de Sousa (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); † Diogo Ramada Curto (Biblioteca Nacional de Portugal); Fátima Barros (Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro); Fernando Tavares Pimenta (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Inês Amorim (Faculdade de Letras – Universidade do Porto); Jorge Freitas Branco (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa); Paulo Esteireiro (Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode); Paulo Miguel Rodrigues (Faculdade de Artes e Humanidades – Universidade da Madeira)

Capa (Imagem): MENDES, Martinho, 2026, *Negativo em acetato de celulose – degradação nível 6*, fotografia digital, policromático, coleção do Autor

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, respeita a liberdade dos autores no que concerne à escolha da ortografia; assim, este n.º 8 apresenta contributos que seguem o Acordo Ortográfico de 1990 e outros redigidos segundo normas anteriores.
O conteúdo dos estudos e ensaios é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, o mesmo se aplicando aos direitos das imagens inseridas.
A denominação, o conteúdo e a permanência das hiperligações e dos sítios da Internet referenciados nos artigos não estão sob o controle da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, entidade editora da revista; consequentemente, não são da sua responsabilidade.

A revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, é indexada e referenciada nas seguintes bases de dados de publicações periódicas científicas:

Dialnet

RCAAP
Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

OAJI.net Open Academic Journals Index

Índice

Contents

Diogo Ramada Curto: *In Memoriam* 5

Estudos / Ensaios 7

Studies / Essays

O Arquivo Insular Atlântico como Memória Global: A Propósito das Atas de Vereação do Funchal (1470-1600) 9
The Atlantic Insular Archive as Global Memory: Insights from a Madeiran Early Modern Archival Collection (15th and 16th Centuries)
Nuno Mota

Manifestações Musicais em Contexto Religioso, na Madeira, nos Finais do Antigo Regime – O Papel das Ordens Religiosas 45
Musical Manifestations in a Religious Context, in Madeira, in the Late *Ancien Régime* – The Role of Religious Orders
Paulo Ladeira

A Banana na Economia da Madeira (1822-1929) 75
Banana in the Economy of Madeira (1822-1929)
Dinis Gouveia Pacheco

Os Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol, da Ilha da Madeira (1837-1861): Para um Estudo das Manifestações de Criminalidade num Microcosmo Social 153
The Investigation Records of the Administração do Concelho of Ponta do Sol, Madeira Island (1837-1861): For a Study on Crime Manifestations in a Social Microcosm
Ana Madalena Trigo de Sousa

História da Educação no Porto Moniz: Os Primórdios da Instrução Primária (1838-1878) 197
History of Education in Porto Moniz: The Origins of Primary Schooling (1838-1878)
Luciana Paredes

A Instrução Primária no Concelho da Calheta (da Década de 1930 à Década de 1970) 221
Primary Education in the Municipality of Calheta (from the 1930s to the 1970s)
Paulo Ladeira

A Ação do Governador Civil José Silvestre Ribeiro, Vista pelos Estrangeiros que Visitaram a Madeira: A Preocupação com os Forasteiros 339
The Action of the Civil Governor José Silvestre Ribeiro, Seen by Foreigners who Visited Madeira Island: His Concern with the Foreigners
Susana Caldeira

A Gift from Afar: Madeiran Emigration and the Emergence of the 'Ukulele in Hawai'i 387
Um Presente que Veio de Longe: A Emigração Madeirense e a Emergência do 'Ukulele no Hawai'i
Susana Caldeira
Jim Tranquada

Da Saúde ao Lazer: A História dos Banhos de Mar na Madeira (do Início do Século XX até à Década de 1960) 411
From Health to Leisure: The History of Sea Bathing in Madeira (from the Early 20th Century to the 1960s)
Odete Souto

Álvaro Freitas Morna e o Estado Novo. Deputado à Assembleia Nacional (1935-1942) e Governador-Geral de Angola (1942-1943) 463
Álvaro Freitas Morna and the "Estado Novo". Member of the National Assembly (1935-1942) and Governor-General of Angola (1942-1943)
Fernando Tavares Pimenta

As Casas do Povo na Madeira e a Integração e Controlo dos Camponeses durante o Autoritarismo Corporativo (1936-1974) 513
The Casas do Povo in Madeira and the Integration and Control of Peasants under Corporatist Authoritarianism (1936–1974)
Leonardo Aboim Pires
Luísa Cristina Gonçalves Fernandes

A Febre Tifoide no Concelho do Porto Moniz (1943) 551
Typhoid Fever in Porto Moniz (1943)
João Sousa

***Comércio do Funchal*: Imprensa Oposicionista Madeirense (1968-1974)** 581
Comércio do Funchal: Madeiran Opposition Press (1968-1974)
João Filipe Pereira de Sousa

A Sustentabilidade da Poesia Oral Improvisada: Minho e Madeira 625
The Sustainability of Improvised Oral Poetry in Portuguese Scenarios:
Minho and Madeira
António Medeiros
Jorge Freitas Branco
Fernando Cerqueira Barros
Filipe Ferraz

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 5-6
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Diogo Ramada Curto: *In Memoriam*

Deixou-nos Diogo Ramada Curto, figura maior da cultura portuguesa, Diretor-Geral da Biblioteca Nacional, professor, historiador. Por isso, e também por ter sido, desde 2021, membro do Conselho Científico do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV), com uma participação ativa e regular nas reuniões daquele órgão, não poderíamos deixar de lhe prestar, nesta ocasião, uma modesta homenagem.

Invocar Diogo Ramada Curto é um exercício que nos conduz, antes de mais, à memória do seu legado enquanto professor e figura que foi capaz de formar, influenciar e inspirar várias gerações em Portugal e no estrangeiro. E nessa memória em concreto não resistimos em deixar de começar por recordá-lo em certos e aparentemente insignificantes detalhes da sua prática docente. Como o hábito de lecionar na parte de trás da sala de aula, nas costas de audiências de jovens estudantes de licenciatura desconcertados e sem saber para onde olhar, ou mesmo, numa outra inversão simbólica, imiscuído entre os alunos e sentado a seu lado nas suas mesas e cadeiras – quem sabe numa secreta homenagem, operativa e teatral, a alguns dos autores em que então nos iniciava com entusiasmo, como Erving Goffman, Clifford Geertz, Michel Foucault ou Pierre Bourdieu. Ou esse outro hábito, não menos desconcertante, de expor e conduzir apenas durante meia hora em aulas de três horas de duração, para dar o palco ao aluno e à sua interpretação do texto, promovendo uma cultura pedagógica altamente participativa, centrada não na autoridade do professor e na assimetria da relação pedagógica, mas na primazia e na dinâmica do debate, da troca de ideias e da divergência sã e dialética de pontos de vista. Diogo Ramada Curto foi antes de mais isso mesmo: uma corrente de ar fresco nos ares bafientos de uma certa academia em Portugal. Todos esses detalhes denunciam, afinal, um perfil humanista, profundamente democrático e pluralista, que se manifestava ainda num sentido puramente científico, por via da defesa do esbatimento de fronteiras entre disciplinas no quadro das ciências sociais, ou do ideal da inter e da transdisciplinaridade – por exemplo tentado no projeto, falhado, de afirmação científica e académica de uma sociologia histórica em Portugal. Formado na academia, Diogo Ramada Curto a ela tantas vezes regressava criticamente, para denunciar todas as formas

de paroquialismo cultural e científico em que a via se degradar entre nós: em sucessivos «ciclos de mediocridade» – para recorrer aqui à saudosa contundência do seu verbo[1].

Entre os múltiplos "lugares" a que a memória de Diogo Ramada Curto nos conduz, há alguns que se destacam; um deles é, por certo, a ideia de livro e leitura. Não só porque, como já se percebeu, era praticante de uma cultura pedagógica autenticamente livresca, mas também porque era um admirador de livros e um leitor ávido e compulsivo, por isso munido de uma erudição impressionante e transversal. A tal propósito, não podemos deixar de recordá-lo aquando da sua deslocação à Madeira em novembro de 2021, por ocasião do *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, realizado no CEHA-AV, onde proferiu uma conferência intitulada «Madeira, a Terra e o Atlântico». Recordamo-lo, em particular, no momento de uma rápida visita aos depósitos do CEHA-AV, na qual teve a oportunidade de conhecer, com o interesse e foco caraterísticos de uma verdadeira sensibilidade livresca, a biblioteca de Alberto Viera: historiador cuja obra e investigação conhecia e genuinamente admirava. À boleia deste tópico, recordamo-lo ainda como dos poucos autores em Portugal capaz de pensar criticamente o livro e a leitura, e cujos contributos permanecem, passadas cerca de duas décadas sobre a publicação dos principais títulos neste âmbito, profundamente atuais e diferenciadores. Por muitos outros motivos, mas por isso certamente também, Diogo Ramada Curto era o homem certo para a Biblioteca Nacional – ao contrário do que alguns propagaram, inclusive em ridículas tomadas de posição oficiais –, pois detinha o perfil capaz de projetar cultural e criticamente aquela instituição, como ela merece. Foi precisamente isso que começou por fazer. Esperemos que esse legado efémero, mas significativo, possa ter continuidade no imediato.

Por fim, a memória de Diogo Ramada Curto leva-nos à própria ideia de memória. Porque ele era dos poucos intelectuais portugueses com uma consciência crítica da memória e dos seus múltiplos usos, em particular na esfera pública e política, numa espécie de adaptação a Portugal – à sua história, mas também à sua atualidade – de uma abordagem a esta problemática de algum modo tributária da obra de Pierre Nora. Num país cuja política da memória é indiscernível, a partida de Diogo Ramada Curto encontra aí um significado adicional de fatalidade.

No intrincado da sua memória, aqui muito seletivamente praticada, que se perpetue então o Diogo para nós enquanto permanente inspiração.

Nuno Mota

[1] CURTO, Diogo Ramada, 2017, «A sociologia histórica em Portugal: depoimento, crítica e história», in *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 4, p. 195.

Estudos / Ensaios

Studies / Essays

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 9-44
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

O Arquivo Insular Atlântico como Memória Global: A Propósito das Atas de Vereação do Funchal (1470-1600)

The Atlantic Insular Archive as Global Memory: Insights from a Madeiran Early Modern Archival Collection (15th and 16th Centuries)

Nuno Mota[1]

Resumo

Este artigo defende que a colonização dos arquipélagos atlânticos nos séculos XV e XVI, particularmente a da Madeira, foi fundamental para os primórdios da globalização e da modernidade. Sustenta que estas ilhas forneceram matrizes de desenvolvimento que foram cruciais para o contexto atlântico mais alargado e que os seus arquivos devem ser vistos como representativos da memória global. Utilizando a Madeira e as atas da câmara do Funchal (Vereações) como estudo de caso, a análise revela a ilha como um "laboratório da modernidade", pioneira em modelos e soluções institucionais, económicas e sociais influentes, intimamente ligados à produção de açúcar e às primeiras manifestações do complexo de plantação da Época Moderna. O estudo destaca a "singularidade toplógica" única daquilo a que nos podemos referir como o "arquivo insular atlântico", intrinsecamente ligado à humanização inicial dos espaços arquipelágicos. Conclui que a valorização destes arquivos é essencial para compreender as origens da modernidade para além das narrativas e de um olhar historiográfico de cariz nacionalista, reconhecendo estas ilhas como eixos vitais de processos globais.

Palavras-chave: Madeira; Arquipélagos Atlânticos; Modernidade; Globalização Inicial; História Insular; Arquivos Insulares; Memória.

[1] Diretor Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tem um percurso académico que se diversifica nas áreas da Sociologia Histórica e das Ciências Documentais. Desempenhou funções de arquivista no então Arquivo Regional da Madeira, depois Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Foi o primeiro Diretor da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, atual Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Tem como principal interesse de pesquisa a história dos arquivos e das práticas mnemónicas. Contacto: nuno.mota@madeira.gov.pt.

Abstract

This paper argues that the 15th-16th centuries colonization of the Atlantic archipelagos, particularly Madeira, was foundational to early globalization and modernity. It posits these islands provided crucial templates for the wider Atlantic and that its archives must be seen as representative of global memory. Using Madeira and its Funchal council records (*Vereações*) as a case study, the analysis reveals the island as a "laboratory of modernity" pioneering influential institutional, economic, and social models and solutions, intimately related with sugar production and the first early modern manifestations of the plantation complex. The study highlights the unique "topological singularity" of what we may refer to as the "Atlantic insular archive", linked intimately to the initial humanization of archipelagic spaces. It concludes that valuing these archives is essential for understanding modernity's origins beyond nation-centric histories, recognizing these islands as vital crucibles of global processes.

Keywords: Madeira; Atlantic Archipelagos; Modernity; Early Globalization; Island History; Insular Archives; Memory.

As sociedades insulares que resultam da colonização dos arquipélagos atlânticos na transição da Idade Média para o início do período moderno detêm um conjunto de traços específicos[2]. Esses traços denunciam elementos comuns e aspetos gerais de continuidade ao nível do processo histórico da colonização e da ocupação do território insular, e das respetivas dinâmicas políticas, institucionais, económicas e ecológicas, e correspondentes relações sociais e de poder. A partir deste contexto histórico – que se reporta sobretudo aos séculos XV e XVI – e territorial – que coincide com os arquipélagos da Macaronésia: Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, aos quais podemos ainda adicionar São Tomé e Príncipe –, pretendemos defender três ideias, ou, se quisermos, propor três hipóteses. A primeira é a de que o processo histórico de colonização e humanização do território insular atlântico tem uma dimensão globalizante. Ou seja, as soluções encontradas nestes arquipélagos durante os primórdios da colonização, nos planos atrás referidos – o político e das relações de poder, o institucional, o económico e o ecológico –, funcionaram como balão de

[2] O presente texto consiste na versão em português do artigo que tivemos a oportunidade de publicar em língua inglesa sob o título «The Atlantic Insular Archive as Global Memory: Insights from a Madeiran Early Modern Archival Collection (15th and 16th centuries)», publicado em 2025 em Las Palmas pela Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria (RSEAPGC), na sequência da conferência proferida, em outubro de 2024, naquela mesma cidade, a convite da RSEAGPC. Pelo convite recebido, o nosso agradecimento ao Prof. Doutor Santiago de Luxán Meléndez. Estendemos os nossos agradecimentos ao Prof. Doutor Miguel Bandeira Jerónimo, pelos comentários e pela profícua troca de ideias a propósito de vários dos temas aqui tratados.

ensaio e ponto focal de origem para iterações e adaptações dessas mesmas soluções em outras geografias da grande plataforma atlântica ao longo do período moderno.

A segunda ideia que aqui queremos propor inscreve-se não no plano genérico da história dos arquipélagos atlânticos desde a sua ocupação ibérica, mas no domínio específico da história da memória destes mesmos espaços insulares. Essa segunda ideia concerne ao que iremos designar por "arquivo insular atlântico": *arquivo*, no singular, precisamente para defender que este espaço atlântico, marcado pela Macaronésia, ainda que não esgotado nessa região, configura também uma unidade específica e detentora de elementos caraterísticos e distintivos do ponto de vista dos seus sistemas arquivísticos e de informação e da historicidade dos seus dispositivos mnemónicos.

A articulação entre as duas hipóteses acima referidas conduz-nos a uma terceira e central hipótese: o arquivo insular atlântico é repositório de uma memória global. Esse facto tem, para nós, uma implicação imediata, que consiste na necessidade de valorizar e inscrever estes arquivos dos territórios insulares atlânticos numa história global do Atlântico e da própria modernidade desde os seus primórdios no século XV[3].

Assim, neste contexto, propomo-nos desdobrar estas três hipóteses e adiantar alguns elementos para a sua validação e verificação. Fá-lo-emos, no entanto, com uma grande limitação de base: o centramento no arquipélago madeirense, quer no que concerne à exploração dos aspetos históricos gerais, quer no que concerne à análise de elementos que visamos inscrever numa história insular (e macaronésica) da memória, e que nos são facultados por uma série documental em particular: as atas de vereação do Funchal. Limitação que, bem entendido, apela a investigação complementar e comparada, que incida sobre a história dos arquipélagos da Macaronésia e dos seus sistemas de informação no início do período moderno, mas que, segundo é nossa convicção, não nos deverá inibir da proposição das hipóteses acima referidas.

[3] Essa mesma necessidade foi o mote para a candidatura das atas de vereação da vila e, depois, cidade do Funchal (arquipélago da Madeira) ao Programa "Memória do Mundo", da UNESCO. Promovida pela Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro (departamento do Governo Regional da Madeira), a candidatura referida não conduziu, até ao momento, à classificação pretendida para aquela série documental. No presente texto, limitaremos a consideração e análise dessa série documental e do seu contexto histórico aos séculos XV e XVI, mas deverá realçar-se que a mesma se estende até ao primeiro terço do século XIX.

A Madeira como Expressão e Vetor da Globalização

Modernidade e globalização são dois processos históricos profundamente interligados, que se alimentaram mutuamente, pelo que apenas por artificial segmentação analítica poderemos considerá-los em separado. Comecemos pelo segundo – a globalização –, para explorar, de forma breve, a participação do primeiro arquipélago atlântico descoberto e ocupado pelos portugueses na estruturação e aceleração das dinâmicas globais que marcaram o espaço atlântico na transição da Baixa Idade Média para o início do período moderno. Julgamos que a Madeira participa neste processo histórico de duas formas distintas. Uma primeira, de alcance mais limitado, prende-se com a inserção do arquipélago no processo histórico da globalização como um vetor do projeto expansionista, imperial e colonial português. Destaquemos alguns dos principais eixos dessa inserção. Em primeiro lugar, o eixo geoestratégico, em face do qual a Madeira rapidamente se afirma como ponto de apoio para a navegação portuguesa e base territorial de primeira importância, sobretudo, talvez, para as pretensões e investidas militares do reino português no Norte de África, estando amplamente evidenciada a intensa participação da aristocracia madeirense em campanhas militares por estas geografias, por exemplo, em Arzila, Larache ou Safim. No caso desta última, os seus inúmeros cercos, nas palavras do historiador Rui Carita, «foram essencialmente apoiados por levas militares da Madeira»[4]. A intensidade do envolvimento militar madeirense em África era de tal ordem que, à retaguarda, conduzia a preocupações quanto à própria segurança da Madeira, por exemplo, justificativa de uma carta do duque D. Manuel sobre «a segurança da terra»[5].

Em segundo lugar, um eixo logístico, associado à rápida especialização do arquipélago enquanto economia agrária com forte perfil comercial e de exportação. Aludimos aqui à importância e à escala da exportação de cereais madeirenses para o reino, sobretudo de trigo, desde os começos do povoamento. Exportação que,

[4] CARITA, 2016, «A Madeira e as praças do Norte de África: passado, presente e futuro», p. 364. Precisamente, uma grande expedição madeirense a Safim, liderada pelo terceiro capitão-donatário do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, é romanceada, a partir de factos históricos reais, por João dos Reis Gomes em *A Filha de Tristão das Damas* (GOMES, 2023, *A Filha de Tristão das Damas – Romance Histórico Madeirense*). O mesmo motivo histórico estaria na origem daquele que é considerado o primeiro filme madeirense, *O Cerco de Safim*, de 1913, também de João dos Reis Gomes.

[5] Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMFUN), Registo Geral, 1395, f. 168, disponível em https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/viewer/descriptions/1033563/2680970. Esta mesma carta é citada por Alberto Artur Sarmento, que, a propósito da participação madeirense na expedição de Larache, liderada por João Gonçalves da Câmara, afirma que «todos os senhores da Madeira se ofertaram para esta grande empresa» (SARMENTO, 1932, *A Madeira e as praças de África*, p. 16).

mitigando uma escassez crónica de cereais na metrópole, podemos tomar como constitutiva de uma base nutricional de possibilidade para a projeção globalizante de Portugal no Atlântico. Como afirma Vitorino Magalhães Godinho, o próprio impulso português para as ilhas terá tido como causa fundamental «acabar com a escassez de cereais em Portugal»[6]. É certo que essa função de apoio nutricional foi efémera e rapidamente substituída pelos cereais do arquipélago dos Açores, mas, ainda assim, foi efetiva e influente – como, por exemplo, atesta o facto de, no ano de 1473, todos os cereais da Madeira (e também dos Açores) terem sido escoados para a cidade de Lisboa[7], verdadeiro centro do expansionismo português.

Aos cereais podemos adicionar o caso da madeira, que, desde Cadamosto e Alcoforado, tem sido destacada como género de exportação com um lugar central na economia primitiva do arquipélago desde os primeiros momentos do povoamento. Assim, a madeira da ilha da Madeira abastecia a metrópole e outros mercados na Europa e, entre os seus muitos usos, no arquipélago e fora dele, figurava a construção naval. Para alguns autores, como José Manuel Azevedo e Silva – aliás, na senda da famosa passagem de Gaspar Frutuoso em *As Saudades da Terra*[8] –, a madeira da Madeira terá mesmo revolucionado a construção naval portuguesa na segunda metade do século XV[9]. Esta é, sem dúvida, uma hipótese que merece investigação mais circunstanciada, mas que, a ser verificada, consubstancia um fator logístico adicional que inscreve o arquipélago da Madeira como vetor da globalização, numa esfera de influência portuguesa em franca afirmação a partir da segunda metade do século XV.

Seja como for, independentemente da maior ou menor dimensão puramente comercial e económica dos géneros de exportação atrás referidos, desde o início da colonização do arquipélago, julgamos que o aspeto fulcral a reter se prende com o facto de este dinamismo comercial, resultante da exploração de recursos locais, ser suscetível de ser compreendido como um primeiro passo no sentido da estruturação de uma matriz colonial de desenvolvimento e organização social que, posteriormente, teria significativa implementação e seria objeto de adaptações no mundo colonial português. Promovida por uma espécie de capitalismo do Estado, por

6 GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», p. 35.
7 SERRÃO, 1992, *Temas Históricos Madeirenses*, p. 72.
8 FRUTUOSO, 1873, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, p. 65.
9 SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII*), vol. I, p. 334; cf. CARITA, 2016, «A Madeira e as praças do Norte de África: passado, presente e futuro».

uma confluência entre ação régia e iniciativa privada[10], que originou a mobilização de importantes recursos para o esforço da colonização e desbravamento do território insular, essa matriz colonial de desenvolvimento, de cariz tendencialmente moderno, está em formação praticamente desde os primeiros instantes do povoamento. Num certo sentido, é como se essa matriz colonial de organização e desenvolvimento do espaço insular fosse subjacente ao próprio intento do povoamento, cristalizando, no imediato, desde praticamente os primeiros instantes da história insular, alguns dos seus traços distintivos fundamentais[11]. Entre esses traços, poderíamos resumidamente destacar uma economia agrária e comercial assente em atividade de tipo extrativo; a propensão para monoculturas de exportação e para um sistema económico escassamente diferenciado; a forte verticalidade da estrutura social e a incorporação, na organização social, de formas de dominação racial; e a relação da metrópole com a colónia pautada pelo primado da extração fiscal.

Sem nos querermos demorar neste tópico, não podemos deixar de relevar três aspetos específicos dessa matriz colonial de desenvolvimento e organização social, que se articulam, com originalidade histórica, desde o primeiro povoamento do arquipélago. Em primeiro lugar, a intensidade da relação extrativa do homem com a natureza, que conduziu a economias de escala significativas nos processos económicos instaurados e ao forte, e quase instantâneo, dinamismo das exportações e da exploração comercial dos géneros insulares. A expressão comercial dessa intensidade na relação extrativa com a natureza é bem ilustrada por Zurara, quando o cronista observa que, no século XV, as casas se tornaram mais altas graças à quantidade de madeira importada do arquipélago madeirense[12]. Em segundo lugar, a velocidade, a volatilidade e a natureza tipicamente cíclica dos processos económicos, que conduziram a que, num curtíssimo período de cerca de meio século – desde a chegada dos primeiros colonos até à explosão da produção açucareira na década de 1470 –, três culturas de exportação distintas se tenham sucedido, com grande pujança comercial, no quotidiano do arquipélago. Em terceiro lugar, a importância de

[10] GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», pp. 47-48.

[11] Uma observação análoga pode ser feita para o caso das Canárias, como atesta o facto de, imediatamente após a chegada dos primeiros invasores europeus em 1402 – e, portanto, muito antes de consumada a dominação das populações autóctones –, se terem iniciado processos de transformação do território insular, guiados pela motivação de criação de riqueza, o que daria prontamente origem à exportação, para mercados europeus, de urzela, cereais, vegetais, madeira, peles e sebo, para além dos próprios guanches, comercializados enquanto escravos (CROSBY, 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900-1900*, p. 94).

[12] ZURARA, 1841, *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, pp. 14-15.

expressões do que poderíamos designar por hibridismo social, inerentes à afirmação do espaço colonial insular como plataforma de oportunidades e ascensão social – como contexto de uma «mistura de capitalismo e feudalismo» e do que vários autores designaram de *capitalismo senhorial* –, espaço para a emergência de novos tipos sociais, como o «cavaleiro-mercador», e ainda de dinâmicas cosmopolitas e multiculturais, de relações de poder racializadas e baseadas no esclavagismo, a par de elementos de organização tipicamente medievais, assentes no protagonismo político e social da aristocracia enquanto classe dominante[13]. Em suma, novas configurações, novos eixos de estruturação do espaço social, novas tensões e linhas de conflito num quadro social em diferenciação e acrescida complexidade.

Neste contexto, não podemos seguir uma leitura da colonização da Madeira e dos arquipélagos atlânticos como a que propõem autores como Charles Verlinden, que descrevem um cenário de forte continuidade entre a experiência colonial medieval na Europa – que se desenvolveu no quadro de movimentos predominantemente interiores no Velho Continente, com projeção talvez privilegiada na plataforma mediterrânica – e a colonização daqueles arquipélagos. Assim, segundo Verlinden – que varre, de uma assentada, qualquer hipótese de originalidade histórica neste quadro atlântico do fim da Idade Média e do início do período moderno –, a singularidade da colonização dos arquipélagos atlânticos resultaria meramente da adaptação gradual e ativa ao novo meio insular, acrescentando, candidamente, que esse património colonial medievo é, para os arquipélagos atlânticos, «muito mais importante do que a adaptação, que é uma lei inevitável da vida»[14]. Pelo contrário, os elementos de rutura dos processos de colonização dos arquipélagos atlânticos, relativamente às experiências da colonização no contexto medieval, afiguram-se-nos notórios se perspetivados no quadro amplo dos desenvolvimentos iniciais da globalização e da emergência do capitalismo, e compreendem, por definição e desde a sua origem, vetores modernizantes.

O segundo modo pelo qual a Madeira participa no processo histórico da globalização tem um alcance mais vasto, que podemos isolar se considerarmos que a colonização deste arquipélago no século XV representou a verdadeira primeira

[13] GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», pp. 47-49; CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, p. 23; MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 360-366.

[14] VERLINDEN, 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, p. 10. No original: «much more important than the adaptation which is an inevitable law of life». Salvo indicação em contrário, todas as traduções de textos citados em língua estrangeira são da nossa autoria.

"pegada" no âmbito do movimento de projeção da Europa em direção a Ocidente. Como afirmam Virgínia Rau e Jorge de Macedo, tratou-se do «primeiro empreendimento da colonização moderna» e uma operação que, até então, «nunca a Europa cristã empreendera»[15]. O ineditismo da ocupação sistemática, metódica e continuada de um território insular atlântico por europeus representa e concretiza não apenas essa projeção do Velho Continente em direção a todo um novo espaço de expansão e influência, mas também – e, seguramente, não menos importante – o que podemos interpretar como a primeira consubstanciação societal da globalização. Ou seja, ao contrário de uma certa narrativa, ainda hoje influente, que propõe que a colonização dos arquipélagos da Madeira e dos Açores constrói, fundamentalmente, Portugal no Atlântico, num processo essencialmente conduzido pelos interesses portugueses e assente nas suas instituições e tradições; ao contrário dessa narrativa, o que gostaríamos de propor é que os vetores económico, político e social da globalização num sentido verdadeiramente transnacional se consubstanciam nas sociedades insulares atlânticas. Dito de outro modo: as sociedades insulares da Macaronésia são manifestamente o produto de uma globalização histórica, situando-se talvez numa posição de confluência e sobreposição entre o que alguns autores designam de "globalização arcaica" e "proto-globalização"[16]. Por outro lado, e como veremos mais à frente, a importância que teve, nestas sociedades insulares, o chamado "complexo de plantação", principalmente associado à produção açucareira, permite-nos articular a hipótese de que elas também tenham sido exemplos precoces e precursores da "globalização moderna"[17].

É interessante verificar que os elementos de intensidade, velocidade, volatilidade e hibridismo que acima e brevemente identificámos no processo histórico de humanização do arquipélago da Madeira, e na sua matriz colonial de desenvolvimento, são, afinal, uma derivação da própria intensidade e escala, historicamente inéditas, do movimento centrífugo de projeção da Europa para fora do seu espaço original de influência. Uma outra forma de capturar a intensidade e complexidade dessa projeção centrífuga é rotulá-la por via do conceito de globalização. Esta é, com efeito, uma constatação genérica, quase abstrata, mas que nos parece importante para que possamos preservar a singularidade e a originalidade dos processos de colonização dos arquipélagos atlânticos nos séculos XV e XVI.

---

[15] RAU & MACEDO, 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, p. 10.

[16] BAYLY, 2002, «'Archaic' and 'Modern' Globalization in the Eurasian and African Arena, c. 1750-1850».

[17] Cf. DRAYTON, 2002, «The Collaboration of Labour: Slaves, Empires and Globalizations in the Atlantic World, c. 1600-1850».

A Madeira como Laboratório de Modernidade

A Madeira foi um *laboratório de modernidade*, um palco de inovações circulantes numa plataforma atlântica incrementalmente globalizada desde os primórdios do período moderno. Foi «campo de ensaio» e «estação experimental [para] processos e técnicas depois aplicados em mais larga escala» nas restantes ilhas atlânticas, no Brasil e em África[18]. Assim, o processo de colonização deste arquipélago enquadrou soluções para novos problemas e foi veículo de adaptações e inovações, posteriormente reintroduzidas noutros contextos de uma modernidade em estruturação a partir de dinâmicas globais, transnacionais e transterritoriais. Bem entendido, a afirmação da Madeira como laboratório de modernidade não resulta de uma especial propensão dos agentes insulares, mas, fundamentalmente, da conjugação, no arquipélago, de um conjunto de processos geopolíticos, sociais e económicos globais, intimamente associados à construção do Atlântico como rede de relações e trocas, à emergência do capitalismo e à estruturação do complexo de plantação. Estes processos, aos quais a Madeira emprestou a fecundidade do seu território e a vitalidade e iniciativa dos agentes e grupos que nesse território confluíram, enquadraram e deram rumo à experiência em concreto de adaptação ao meio insular. Esses mesmos processos eram fundamentalmente direcionados para «maximizar e acelerar a extração de riqueza da terra e do trabalho»[19]; e, dada a sua natureza global, não podiam deixar de ter semelhante expressão nos demais arquipélagos da região macaronésica do Atlântico, replicando-se e adaptando-se ante a fisionomia particular desses territórios e em face da singularidade dos grupos e agentes que nos neles confluíram. Como afirma, com irrepreensível síntese, Vitorino Magalhães Godinho: «Os arquipélagos são, nos séculos XV e XVI, os laboratórios desta imensa transformação e os seus centros difusores»[20].

Em benefício de alguma – ainda que inevitavelmente breve – sistematização do argumento, parece-nos que essa afirmação da Madeira como laboratório de modernidade se materializou, pelo menos, em torno de três eixos distintos. O primeiro eixo é o institucional. Com efeito, é desde logo no contexto mais formal dos instrumentos institucionais e administrativos que a humanização do arquipélago madeirense procura articular uma resposta a um desafio radicalmente novo: como garantir a soberania do Estado no quadro insular e numa circunstância de forte

[18] RAU & MACEDO, 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, p. 9.
[19] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», p. 380. No original: «maximizing and accelerating the extraction of wealth from land and labor».
[20] GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», p. 43.

descontinuidade territorial relativamente ao espaço continental/metropolitano? Um dos termos fundamentais da resposta a esse desafio consistiu nas capitanias-donatarias: unidades de divisão administrativa do território que tinham à sua frente o capitão-donatário (enquanto representante local do donatário ou senhor da ilha), e que proliferariam, a partir da sua introdução bem-sucedida na Madeira, no império português, constituindo, por exemplo, uma matriz da colonização e da organização política e administrativa do Brasil a partir de 1534[21]. Inevitavelmente, perderiam protagonismo e importância em face de uma tendência de centralização do poder régio, e, no caso madeirense, manifestamente a partir da reintegração do arquipélago nos domínios da Coroa a partir de 1497. Mas, não obstante a sua natureza em parte feudal e senhorial, relevada por Verlinden[22], as capitanias-donatarias foram, sem dúvida, uma inovação que instituiu um substrato adicional de poder situado numa posição intermédia entre o poder local e o poder régio/central. Nessa medida e num certo sentido evocam –se quisermos, numa aceção meramente funcional – os mecanismos políticos e institucionais autonómicos enquanto solução intermédia de poder para esse mesmo problema, tipicamente insular, do exercício eficiente da soberania do Estado "à distância", isto é, num quadro de descontinuidade territorial relativamente às agências do poder central.

É certo que um argumento semelhante ao que aqui perseguimos pode ser referido a propósito dos municípios, que foram «o primeiro passo da expansão atlântica em termos administrativos», servindo a experiência municipal nos arquipélagos da Madeira e das Canárias, desde o século XV, como «protótipo para a implantação dos municípios portugueses e castelhanos» nos territórios americanos, africanos e asiáticos sob controlo de Portugal e de Espanha[23]. Mas, no caso das capitanias-donatarias, há uma valência prototípica adicional, que se prende com a natureza inovadora desta solução e com o facto de a mesma parecer ser especialmente calibrada para o circunstancialismo periférico, afinal caraterístico da conjuntura colonial. Dito de outro modo: a introdução das capitanias-donatarias na Madeira é, no plano das soluções institucionais e de administração, um passo seminal na construção histórica do dispositivo colonial.

[21] BOXER, 1977, *O Império Colonial Português*, pp. 109-111; SERRÃO, 1992, *Temas Históricos Madeirenses*, p. 14; CARITA, 2021, «Capitanias».

[22] VERLINDEN, 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, pp. 203-240.

[23] SUÁREZ, 2024, «La Administración Municipal de los Archipelagos Macaronésicos Durante la Edad Moderna», p. 81.

O segundo eixo em torno do qual a Madeira se afirma como laboratório de modernidade – se quisermos, *da* Modernidade – é o económico. Este é um eixo que, na conjuntura insular da segunda metade do século XV, nos remete para a indústria do açúcar e para a "revolução" do açúcar madeirense, que configurou, nas palavras de Jason W. Moore, «the modern world's first cash crop boom». Num fenómeno verdadeiramente explosivo e de escala inédita na Europa, e em toda a história precedente da cultura açucareira desde a Antiguidade, a produção e exportação de açúcar na Madeira – que se intensifica sobretudo a partir da década de 1470 – atinge, em 1506, o seu pico em termos de exportação, ascendendo naquele ano a 2500 toneladas[24]. Obviamente, este não é o lugar para descrever os marcos dessa história, relativamente conhecida, do açúcar madeirense. Mas, num fio argumentativo que em muito deriva da interessante análise de Jason W. Moore, atrás referida[25], importa relevar que esse fenómeno produtivo e comercial, em si mesmo profundamente novo no volume e escala que rapidamente atinge, é o resultado de diversos fatores de manifesto pendor modernizante.

Em primeiro lugar, o influxo de capital financeiro internacional – sobretudo de origem italiana (principalmente de Génova e Florença) e flamenga –, que financiou uma parte importante da infraestrutura açucareira na conjuntura da transição para o século XVI, foi fator de dinamização da produção e, sobretudo, da exploração comercial, da fixação de redes de distribuição e da implementação de instrumentos financeiros, de técnicas e de meios de comércio[26]. A propósito deste tópico, não podemos deixar de relevar, de novo, os aspetos de escala, neste caso do influxo (sob a forma de investimento), mas também da extração (sob a forma de lucro, rendas e impostos) e da distribuição de capitais, capturados por uma apreciável diversidade de agentes, num quadro em que muitos beneficiavam, ainda que de modo notoriamente desigual: desde os pequenos lavradores de cana, aos grandes proprietários e senhores de engenhos, aos intermediários comerciais, portugueses e,

[24] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 345, 353.

[25] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506»; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530».

[26] RAU & MACEDO, 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, pp. 22-32; GODINHO, 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», pp. 48-49; MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 360-366; VIEIRA, 2017, «Estrangeiros».

sobretudo, estrangeiros, e até ao próprio Estado, munido de ferramentas de extração fiscal em franco desenvolvimento e especialização[27].

Em segundo lugar, o aspeto ecológico, claramente associado, no quadro insular atlântico, a dinâmicas transformadoras, de novo justificativas da aplicação da ideia de "laboratório" ao contexto histórico e territorial que ora perseguimos. Como afirma Alfred W. Crosby a propósito dos Açores, da Madeira e das Canárias, «These three archipelagos of the eastern Atlantic were the laboratories, the pilot programs, for the new European imperialism, and the lessons learned there would crucially influence world history for centuries to come. The most important lesson was that Europeans and their plants and animals could do quite well in lands where they had never existed before»[28]. O elemento que gostaríamos de destacar, no caso específico da Madeira, concerne à intensidade e à sistematicidade da utilização dos recursos ecológicos locais enquanto fatores de produção – nomeadamente a madeira, utilizada como combustível no cozimento do açúcar e no fabrico das caixas que o transportavam, e a água, utilizada para movimentar os engenhos hidráulicos, e cujo aproveitamento está na origem da obra monumental que são as levadas. Por conseguinte, e como releva assertivamente Jason W. Moore, a indústria açucareira madeirense desenvolveria uma relação predatória com o recurso ecológico constituído pela floresta Laurissilva, que seria dizimada muito rapidamente, com todas as consequências ecológicas inerentes e, de resto, largamente irreversíveis até à atualidade, como a erosão dos solos e a redução da biodiversidade. Estes desenvolvimentos na ilha da Madeira, na transição para o século XVI, configuram uma espécie de modernidade ecológica associada aos primórdios do capitalismo (uma nova «capitalist world-ecology» ou um novo «ecological imperialismo»), no contexto da qual a desflorestação e a exaustão dos recursos naturais se serializam em crises ecológicas regionais sucessivas[29].

Note-se o facto de a dimensão ecológica da produção açucareira se encontrar vinculada à necessidade, tipicamente capitalista, de maximização do lucro. É esse vínculo que explica a ciclicidade (as fases ascendente e descendente) e a natureza explosiva e disruptiva do processo económico e comercial no contexto colonial

[27] Este é um cenário atestado de forma liminar no livro de estimos do açúcar de 1494, diligentemente analisado e reproduzido por Virgínia Rau e Jorge de Macedo (1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*).

[28] CROSBY, 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900-1900*, p. 100

[29] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», pp. 352-353, 380-382; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530»; CROSBY, 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900-1900*, pp. 70-103.

insular. Ou seja, uma vez esgotados os recursos ecológicos locais indispensáveis à rentabilidade da atividade económica extrativa, o ciclo produtivo/comercial termina ou torna-se residual, e os capitais são transferidos do território e externalizados para outras geografias, onde iniciarão novos processos cíclicos, de duração mais ou menos variável, e causarão novas crises ecológicas associadas. A Madeira, com a sua revolução açucareira, está na origem deste novo padrão económico e ecológico. Tão ou mais súbita e espetacular do que a ascensão da indústria açucareira madeirense foi a sua queda. Após o auge de 1506, em que se produziram quase 180 mil arrobas de açúcar branco, e o ano de 1537, em que a produção de açúcar branco pouco supera as 25 mil arrobas, verificou-se uma variação negativa na produção superior a 85%[30].

A modernidade e a globalização são, num sentido essencial, fenómenos de conexão e circulação. Antes de mais, de pessoas e de capitais, e, com ambos, de culturas, mundividências, informação, saberes e técnicas[31]. O que nos remete para um terceiro fator de facilitação da revolução do açúcar madeirense: o tecnológico. Com efeito, está relativamente bem documentado o modo como a Madeira foi, desde o século XV, foco de origem e de irradiação, para todo o Atlântico, de adaptações de técnicas e de inovações tecnológicas associadas à produção açucareira. Inovações que resultam, como releva Alberto Vieira, da adaptação à cultura açucareira de soluções aplicadas noutras culturas (como a prensa utilizada no vinho ou a mó de pedra utilizada no azeite e nos cereais), mas que seriam transformadas no contexto insular. Exemplo acabado dessa transformação são os engenhos hidráulicos, alimentados pela abundância de cursos de água na ilha, e que seriam utilizados desde 1452 (com o engenho de Diogo de Teive, o primeiro engenho de açúcar movido a água) e depois introduzidos noutros territórios de ambos os lados do Atlântico. Processo análogo se aplica à moenda por via de cilindros e eixos, provavelmente de origem bem mais remota e distante (China ou Índia), mas claramente introduzida na moderna indústria açucareira atlântica a partir da Madeira. Um exemplo final são as caldeiras e fornalhas, usadas na Madeira, ainda que de forma limitada nos séculos XV e XVI, para cozimento da garapa, no que diríamos constituir uma espécie de proto-industrialização desta cultura, que, de algum modo, antecipa uma outra magnitude de economias de escala introduzidas no século XIX com o recurso ao vapor[32].

---

[30] Cf. PEREIRA, 1969, «O Açúcar madeirense de 1500 a 1537: Produção e Preços», pp. 53-158; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530».

[31] Cf. APPADURAI, 1996, *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, pp. 27-47.

[32] VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», pp. 10, 13-18.

Desde a Madeira, e ainda que em relação com outras geografias "precedentes", este *know-how* e as técnicas de produção açucareira chegariam rapidamente às Canárias – levados por madeirenses, que promoveram a indústria da produção de açúcar em Gran Canaria, Tenerife, La Palma, e La Gomera – e a São Tomé e Príncipe[33]. Estes mesmos saberes e técnicas chegariam às Caraíbas logo em 1515, levados para Santo Domingo por mestres de açúcar das Canárias[34]. Para além das Canárias e de São Tomé, o conhecimento açucareiro madeirense chegaria ao Brasil[35] e pode mesmo ter circulado diretamente para a América espanhola, pois sabe-se que os portugueses foram importantes na introdução de plantações de cana nas Caraíbas, nomeadamente em Porto Rico[36]. Apesar de a investigação sobre a propagação dos conhecimentos e das práticas associadas ao açúcar se revelar ainda incipiente, evidências linguísticas relevantes demonstram claramente a sua circulação a partir da Madeira. Com efeito, neologismos madeirenses associados ao açúcar estão documentados para os Açores, as Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e o Brasil[37]. Ainda que menos comuns, esses mesmos neologismos, que remontam aos séculos XV e XVI, foram detetados na América espanhola, em regiões como a Colômbia e a Venezuela[38]. Por fim, a conhecida e ativa participação da Madeira no arranque da revolução açucareira no Havai, durante o século XIX, serve-nos como uma ilustração tardia deste padrão num novo contexto oceânico[39].

O terceiro e último eixo em torno do qual a Madeira se afirma como laboratório de modernidade prende-se com a dimensão das relações sociais e de poder. Como afirmou António Aragão, no Funchal da transição para o século XVI «o padrão social assentava, sem qualquer desvio, na economia açucareira. O açúcar dominava as mentes e as relações de vida. Pensa-se e vive-se em termos quase de absoluta dependência da produção e do comércio dos açúcares. Uma sociologia do açúcar toma vulto e fornece a estrutura básica aos moradores da ilha»[40]. Esta "sociologia do açúcar" consistiu nas primeiras manifestações, no quadro moderno, do que podemos

[33] VIEIRA, 2004, «Sugar Islands: The Sugar Economy of Madeira and the Canaries, 1450-1650», p. 48; VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», p. 22.
[34] MINTZ, 1985, *Sweetness and Power*, pp. 33-34.
[35] VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, pp. 69-71.
[36] MINTZ, 1985, *Sweetness and Power*.
[37] NUNES, 2003, *Palavras Doces: Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira: do Mediterrâneo ao Atlântico*; NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[38] NUNES, 2010, *Outras Palavras Doces*.
[39] CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, pp. 140--184.
[40] ARAGÃO, 1984, *As armas da cidade do Funchal no curso da sua história*, p. 28.

designar por uma sociedade dos engenhos ou de plantação. A importância deste tópico obriga-nos a discutir o mesmo num ponto à parte.

O Complexo de Plantação e o Nascimento da Escravatura Industrial

Para efeitos de enquadramento deste eixo das relações sociais e de poder enquanto vetor de modernidade no arquipélago da Madeira ao longo dos séculos XV e XVI, urge que atentemos brevemente na experiência da escravatura desde o princípio da humanização do espaço insular. O aspeto que, antes de mais, se destaca prende-se com a precocidade do recurso à mão de obra escrava. Bem entendido, a história da escravatura na Europa no século XV é fértil em novos e disruptivos desenvolvimentos, que estão em marcha com o acesso de Portugal a linhas de abastecimento de escravos na região subsaariana, pelo que o recurso à escravatura na Madeira não constitui, propriamente, uma inovação no quadro histórico da projeção ibérica em direção à costa ocidental africana, que seria a base dessa longa e fatídica história do comércio atlântico de escravos. Mas tudo indica que, ainda assim, a Madeira tenha efetivamente estado na linha da frente desse próprio movimento, desde logo por via de incursões nas Canárias, que resultaram em captura de guanches – com investidas no arquipélago canário reportadas para datas tão recuadas quanto 1425, 1427 e 1434[41] –, bem como na condição de beneficiária direta desse novo fluxo de abastecimento de mão de obra escrava, controlado pelos portugueses a partir do Golfo da Guiné.

Ou seja, o recurso à escravatura na Madeira, que precede largamente a indústria do açúcar, acompanha o primeiro movimento de ocupação do arquipélago, é uma parte da própria experiência do povoamento. As razões são óbvias: a escassez de colonos, a dureza da ocupação de um território como o madeirense e, talvez mais importante, o próprio contexto social da colonização do arquipélago, conduzido, como releva Greenfield[42], por uma pequena aristocracia fortemente motivada por pretensões de ascensão social – a que acresciam, como vimos, as pretensões guerreiras, elas próprias um meio de valorização simbólica e de *status* –, pouco compatíveis

[41] GREENFIELD, 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building», p. 543; MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420--1506», p. 357; VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», p. 26.

[42] GREENFIELD, 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building».

com a assunção do ónus do desbravamento do território e de tarefas especialmente duras, como a construção de levadas. Segundo Alberto Artur Sarmento, os escravos eram «empregados no árduo trabalho de desbravar a terra, britar a pedra, arrumá-la, suster os trabalhos de cultivo nas margens das ribeiras e pelas encostas. Cabouqueiro e valador, besta de carga, carpindo o peso, [o escravo] era movido à pranchada no retardo manhoso, pelo capataz, sem piedade»[43].

Em suma, é impossível compreender o povoamento do arquipélago sem que, na reconstituição desse processo histórico, se integre o recurso intensivo – e não meramente doméstico – à escravatura como uma dimensão axial e estruturante da colonização. Na nossa opinião, esta importância funcional dos escravos vindos das Canárias e, depois, de África, nas vagas iniciais do povoamento do arquipélago, é provavelmente uma condição de facilitação das primeiras expressões de uma sociedade dos engenhos ou das plantações, a que aludimos atrás; expressões que se tornariam notórias décadas depois, com a explosão da produção açucareira. Em suma, a escravatura terá constituído uma componente central do quadro sociocultural insular, o que facilitou os modelos sociais e de poder em que assentaria a economia do açúcar.

Segundo Philip D. Curtin, o «complexo das plantações» constitui «um aspeto da história mundial, centrado nas plantações de escravos nos trópicos americanos». Este complexo teve a sua origem no Mediterrâneo medieval, mas, gradualmente, «o coração do complexo deslocou-se para Oeste, através das ilhas do Atlântico como a Madeira, São Tomé e as Canárias, para o Brasil – mais tarde, para as Caraíbas e o sul da América do Norte»[44]. O aspeto decisivo que impele essa circulação do complexo das plantações desde o Mediterrâneo para Ocidente é a associação entre escravatura e agricultura, ou, se quisermos, a quebra do vínculo historicamente predominante até ao século XV entre escravatura e trabalho doméstico. Aliás, esse vínculo entre escravatura e contexto familiar/doméstico foi particularmente manifesto em Portugal nos séculos XV e XVI, emergindo, com destaque, entre a nobreza portuguesa, o recurso à escravatura com fins simbólicos e ostensivos[45].

Citemos de novo Curtin: «Os escravos tinham servido como trabalhadores agrícolas nos latifúndios romanos, mas a reintrodução da escravatura na agricultura foi uma inovação da indústria do açúcar». Note-se que o trabalho na indústria do

[43] SARMENTO, 1938, *Os escravos na Madeira*.

[44] CURTIN, 1996, «As Plantações», pp. 41-42; CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, pp. 18-25.

[45] SAUNDERS, 1994, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, p. 97.

açúcar se distingue por ser particularmente intenso, desde logo porque «O peso ou o volume da colheita da cana-de-açúcar é enorme [quando] comparado com outras culturas tais como o trigo ou o milho»[46]. Portanto, podemos afirmar que a deslocação para Ocidente do complexo das plantações começou na Madeira com a seguinte originalidade: o nexo entre escravatura, trabalho agrícola intensivo e comércio/exportação. Esse nexo, que caraterizaria toda a história moderna da escravatura até à sua abolição, constituiu uma inovação global introduzida na Madeira na segunda metade do século XV.

Alberto Vieira, o autor que terá estudado de forma mais sistemática a escravatura no quadro insular madeirense, afirma que não podemos estabelecer uma ligação muito estreita entre a produção açucareira e a escravatura na Madeira. Este argumento geral parece decompor-se, fundamentalmente, do seguinte modo: (1) o número de escravos na Madeira, por engenho e por proprietário, é relativamente reduzido[47]; (2) a extensão limitada dos canaviais inibiu o recurso a grandes quantidades de escravos; (3) a concentração de escravos no espaço urbano indicia uma escravatura predominantemente doméstica e não associada ao meio e ao trabalho rurais; (4) a força de trabalho nos engenhos era predominantemente livre. Assim, segundo Vieira, «a diferença do escravo madeirense» relativamente ao do Brasil concerne ao facto de «[o] escravo não [ser] sinónimo de canaviais e açúcar e tão pouco o funcionamento dos engenhos [depender] da sua presença»[48].

Não sendo este o momento para ensaiar uma revisão crítica dos contributos de Alberto Vieira para a análise e compreensão do fenómeno da escravatura na Madeira, não nos podemos furtar a algumas observações, em benefício do argumento que aqui nos interessa: o de que a Madeira participa, durante os séculos XV e XVI, no processo histórico de construção da moderna história da escravatura. Em primeiro lugar, urge relevar que a interpretação de Vieira sobre a relação entre escravos e

---

[46] CURTIN, 1996, «As Plantações», pp. 42-43.

[47] Alberto Vieira estima o número médio de escravos por engenho em 30, sendo de 77 para o Funchal; por outro lado, afirma que o número mais elevado de escravos por proprietário não ultrapassa os 14, sendo que a maioria dos proprietários (63%) «ficava-se por cinco escravos». Note-se que os valores reportados por Alberto Vieira são relativos aos séculos XV e XVI, não sendo possível inferir com rigor a dinâmica desses valores ao longo do tempo, afigurando-se-nos este último aspeto particularmente relevante à luz da natureza "explosiva" da produção açucareira na transição do século XV para o século XVI (VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», pp. 93-102).

[48] VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», p. 101. Vieira manteve, noutras ocasiões, esta mesma interpretação geral de uma relação não estreita entre produção de açúcar e escravatura na Madeira, sendo os escravos utilizados para outros fins que não a produção açucareira, e esta marcada apenas em parte por mão-de-obra escrava, integrando também escravos libertos e trabalhadores livres pagos à soldada (cf. VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», pp. 34-38).

açúcar na Madeira assenta, principalmente, em fontes do século XVI e, sobretudo – desde logo no que concerne à descrição do quadro demográfico –, nas fontes paroquiais que, no caso madeirense, remontam ao ano de 1538, ou seja, já depois do fim da explosão açucareira da transição do século XV para o século XVI. Em segundo lugar, se importa sobremaneira reconhecer que as fontes sistemáticas e fidedignas para a demografia escrava do século XV são inexistentes ou, na melhor das hipóteses, altamente lacunares, não menos importante é a necessidade de operar algum distanciamento em relação às fontes sobreviventes do século XVI, elas próprias também acentuadamente lacunares – como, de resto, assume o próprio Alberto Vieira[49] –, ou não fosse este um quadro incipiente para o próprio arquivo e seus dispositivos informacionais, que, como sabemos, são universalmente marcados pela seletividade e por mecanismos de assimetria na representação arquivística dos grupos sociais, e da complexidade e diversidade dos processos históricos[50]. Daqui resulta o imperativo de ler com cautela os dados quantitativos disponíveis relativos à escravatura na Madeira durante o século XVI, bem como a consequência de considerar que esses dados pecam, necessariamente, por defeito.

Estas limitações apelam à conveniência de compulsar dados qualitativos, narrativos e não sistemáticos, para mediar e calibrar a interpretação dos dados quantitativos disponíveis. Por outro lado, o período cronológico posterior ao primeiro terço do século XVI apenas interessará indiretamente para aferir o modo como os modelos sociais e de poder associados ao complexo de plantação – implementados na Madeira mais de meio século antes – foram um vetor de modernidade à escala global. Assim, mesmo considerando excessiva a famosa e amplamente replicada estimativa de três mil escravos que Gaspar Frutuoso reporta apenas para a cidade do Funchal, no ano de 1552, e que, como salienta Vieira, significaria cerca de quatro

[49] VIEIRA, 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, pp. 71-71.

[50] O facto de o escravo não constar do arquivo não significa que ele não tenha tido protagonismo nos processos históricos a que o arquivo se reporta. Pelo contrário, essa ausência é, provavelmente, a denúncia de um tal protagonismo, e a sua supressão do arquivo um indício da sua repressão no plano social e histórico (cf. DERRIDA, 1995, «Archive Fever: A Freudian Impression»; KETELAAR, 1999, «Archivalisation and Archiving»; CONNERTON, 2008, «Seven types of forgetting»; TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*). Aliás, a escassez de evidências da escravatura nos registos arquivísticos madeirenses, e nos registos paroquiais em particular, não passará provavelmente de uma manifestação precoce de um fenómeno geral de "silenciamento" do escravo, que é caraterístico do complexo de plantação. Como afirma Trouillot, «What is true of play-by-play accounts is no less true of notary records, business accounts, population censuses, parish registers. Historians familiar with the plantation records that inscribe the daily life of Caribbean slaves are well aware that births are underreported in these records» (TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, p. 51).

mil escravos para a totalidade da ilha[51], não podemos deixar de nos interrogar se essa magnitude da população escrava não se revela realista para a conjuntura da transição para o século XVI, em que se verificava um muito maior dinamismo da indústria e do comércio açucareiro. Compare-se com Lisboa, cuja população escrava em finais do século XV e no século XVI se tem computado em cerca de 10%, numa população total de aproximadamente 100 000 habitantes[52]. Estes valores significam, para Lisboa, um rácio de um escravo para cada dez habitantes, enquanto, no caso da Madeira, a ter-se verificado a magnitude do fenómeno esclavagista indicada por Frutuoso, esse mesmo rácio seria de mais de um escravo para cada cinco habitantes, atendendo à população total madeirense de cerca de 16 000 habitantes no início do século XVI. Se considerarmos a importância e a dimensão muito relevantes do fenómeno da escravatura em Lisboa nesse mesmo período, por comparação, essa hipotética expressão demográfica da população escrava na Madeira seria notável. Mais importante do que isso, afigura-se minimamente verosímil em face da forte aceleração da produção açucareira a partir da década de 1470[53].

---

[51] FRUTUOSO, 1873, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, p. 251; VIEIRA, 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, p. 116. Contemporaneamente, vários autores têm seguido ou até ultrapassado a estimativa de Frutuoso que, note-se, foi enunciada no ano de 1567 (vd. GREENFIELD, 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building», p. 545; SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII*), vol. II, pp. 706-711; SILVA & MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 407-409; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530», pp. 9-12).

[52] VERLINDEN, 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, p. 39; SAUNDERS, 1994, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, pp. 77-93,

[53] Como observa Alberto Vieira, há uma «perfeita consonância» entre a «curva evolutiva da produção de açúcar e da libertação de escravos», aumentando as alforrias com a diminuição da produção açucareira no século XVI; pelo mesmo motivo, o aumento conjuntural e efémero da produção açucareira na Madeira no início do século XVII (uma consequência da ocupação holandesa de Pernambuco) originou diminuição das alforrias e aumento do número de escravos (VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», p. 99). Em face daquela consonância, entre produção açucareira e contingente disponível de escravos, constatada por Vieira a partir de fontes paroquiais, podemos inferir que a maior intensidade produtiva da indústria açucareira, *grosso modo* verificada entre 1490 e 1520, terá conduzido, nessa conjuntura, a uma importância relativa muito mais significativa da população escrava na totalidade da população. De resto, considere-se o fenómeno açucareiro em São Tomé, marcado por níveis muito elevados de emprego de mão de obra escrava, facilitados pela grande proximidade em relação a diversos pontos de abastecimento de escravos na costa ocidental africana. No entanto, no auge da produção açucareira neste arquipélago, verificada na década de 1550, atingiram-se níveis de produção muito semelhantes aos registados na Madeira na primeira década desse mesmo século, facto que, só por si, sugere que a importância da escravatura na Madeira, na transição para o século XVI, tenha sido maior do que a interpretação geral de Alberto Vieira sugere (cf. BOXER, 1977, *O Império Colonial Português*, p. 112; MOORE, 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530», pp. 10-11).

Em todo o caso, são diversas – e relativamente abundantes – as fontes qualitativas e não sistemáticas que aparentemente sugerem essa magnitude do fenómeno da escravatura na Madeira a partir de finais do século XV, desde logo associadas a uma preocupação das autoridades régia, senhorial e municipal com o abastecimento, a administração e o controlo dessa população, incluindo todo um aparato de medidas que definem um rígido quadro disciplinar para estes ativos da economia insular[54].

Seja como for, o problema que ora perseguimos não é tanto de grau, mas antes de género. Ou seja, independentemente da sua dimensão puramente quantitativa e demográfica, a experiência histórica da escravatura na Madeira contribui, a partir da segunda metade do século XV, para a construção de uma escravatura moderna e industrializada em que o escravo deixa de se afirmar como um recurso utilizado exclusiva ou privilegiadamente no quadro familiar – como se verificava, no mesmo período, em Lisboa, Valência ou Sevilha. Só raramente a escravatura havia sido antes usada na agricultura nas regiões muçulmanas ou cristãs do Mediterrâneo[55], sendo precisamente na Madeira que se dá essa verdadeira inflexão na história universal da escravatura, passando o escravo a ser usado na agricultura intensiva como ativo económico mobilizado no engenho enquanto microcosmos de poder emergente e, ele próprio, também em construção. Por conseguinte, o facto de, na economia social dos engenhos e dos canaviais madeirenses, o trabalho escravo conviver com o trabalho livre – como enfatiza Alberto Vieira – é irrelevante para o nosso argumento[56].

[54] Numa seleção de modo algum exaustiva desse tipo de fontes, vd. ABM, CMFUN, Registo Geral, 1395, f. 9 v.º, 111, 168, 300 v.º, 1213, f. 45; Posturas municipais, 685; COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, pp. 75, 127, 218, 290, 298, 614, 635. Alberto Vieira confronta-nos amiúde com informações e fontes, com o cariz qualitativo a que aludimos, que se compatibilizam dificilmente com a sua visão de uma importância relativa dos escravos na sociedade e economia madeirenses dos séculos XV e XVI (cf. VIEIRA, 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, p. 116; VIEIRA, 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», p. 101; VIEIRA, 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», p. 30). Neste contexto, é impossível deixar de referir a preciosa descrição que o conde Giulio Landi faz da ilha da Madeira, resultante da sua visita à ilha, ocorrida por volta do ano de 1530, em especial a passagem em que dialoga com D. Manuel Noronha (filho de Simão Gonçalves da Câmara, terceiro capitão-donatário do Funchal) e em que este expressa o seu regozijo por «manter em maior atividade os escravos que cuidam das nossas fazendas» (ARAGÃO, 1981, *A Madeira vista por estrangeiros: 1455-1700*, p. 85).

[55] CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, p. 9.

[56] A observada importância do trabalho livre na produção açucareira madeirense não pode ser interpretada como evidência de uma espécie de desvio em relação ao sistema de plantação. O facto de uma parte, mais ou menos significativa, da mão de obra envolvida na plantação de cana e na produção de açúcar não ser escrava é um aspeto do próprio sistema de plantação, como podemos verificar no Brasil, cuja organização social da produção açucareira se relaciona manifestamente com o precedente madeirense (cf. SCHWARTZ, 2004, «A Commonwealth within Itself. The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670», pp. 182-190).

No microcosmos social do engenho e das plantações, em que «novos fluxos de capital, poder e natureza» convergiram na Madeira e originaram uma «mudança na história humana»[57], o escravo encontra um novo horizonte de coisificação. Como ilustra, de modo eloquente, um alvará régio de 1559 – que visa proibir, na Madeira, a execução de dívidas sobre «as coisas e os pertences dos engenhos de açúcar» –, o escravo já não é simplesmente propriedade do seu senhor: ele é uma "coisa" do engenho e figura ao lado de outras coisas e pertences que adquirem significado, funcionalidade e, sobretudo, valor, na sua relação estrita com o engenho, sejam eles «metais, bestas, formas [ou] bois»[58]. A novidade está aí: no vínculo entre engenho e escravo, e no facto de esse vínculo ser produzido especificamente no quadro de uma economia agrária intensiva, orientada pela necessidade de maximização de lucro e altamente conectada, através de expedientes mercantis e comerciais cada vez mais sofisticados, a uma grande quantidade de territórios remotos e distantes da periferia insular. A outra novidade é a própria mobilidade desse vínculo entre plantação, engenho e escravo, bem como do modelo económico, social e de poder a ele associado. Como já referido, na primeira metade do século XVI os engenhos e as plantações de cana já estavam no arquipélago das Canárias – primeiro em Gran Canaria, depois em Tenerife, La Palma e La Gomera[59]. Com a mesma velocidade, chegariam a São Tomé, ilha que, segundo Philip D. Curtin, «ainda mais do que a Madeira ou Canárias serviu como modelo para as plantações de escravos das Américas»[60]. Em termos gerais, em cada uma destas subsequentes iterações da ligação inicial, verificada na Madeira, entre agricultura comercial e escravatura, o volume de mão de obra escrava mobilizada aumenta. O modelo reproduz-se numa lógica cumulativa e incremental, tão caraterística do capitalismo moderno.

---

[57] MOORE, 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420-1506», p. 346.

[58] ABM, CMFUN, Registo Geral, 1213, f. 45 (alvará régio, 1559-09-12), disponível em https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/descriptions/1012902. Manuel Lobo Cabrera faculta um exemplo documental para as Canárias bastante análogo desta mesma coisificação do escravo como um bem inventariável inserido na economia material do engenho (CABRERA, 1996, «Esclavitud e azúcar en Canarias», p. 106). Também para as Canárias, DRAYTON, 2002, «The Collaboration of Labour: Slaves, Empires and Globalizations in the Atlantic World, c. 1600-1850», pp. 147-148, refere legislação de Carlos V, da primeira metade do século XVI, visando (a exemplo do alvará de 1559 aplicado à Madeira) proteger escravos, utensílios e maquinaria dos engenhos em caso de insolvência dos proprietários.

[59] CABRERA, 1996, «Esclavitud e azúcar en Canarias», pp. 103-117.

[60] CURTIN, 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, p. 24.

Do Documento ao Arquivo Insular: Da Tipologia à Topologia

O envolvimento quase simultâneo dos arquipélagos atlânticos em dinâmicas globais em larga medida comuns leva a que nos sintamos autorizados a invocar a figura de um arquivo insular atlântico. A experiência específica do arquivo e das práticas arquivísticas neste quadro atlântico irmanado por forças globais não podia deixar de gerar uma resposta análoga no plano dos dispositivos arquivísticos e das dinâmicas sociais da memória. Se, no quadro arquipelágico, o arquivo – na sua caraterística e ambígua precariedade – nos conduz à história, esta, em toda a sua profusa complexidade, não pode deixar de nos conduzir ao arquivo.

Segundo José Pereira da Costa, diretor do Arquivo Distrital do Funchal (entre 1955 e 1966) e, depois, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (entre 1966 e 1988), e autor das transcrições das Vereações do Funchal dos séculos XV e XVI, «estes livros tudo guardam e refletem com nitidez impressionante o desabrochar da nova sociedade insular»[61]. As atas de vereação do Funchal, que se iniciam em 1470, são as mais antigas do Atlântico, ou seja, dos territórios insulares (re)descobertos desde o século XV por navegadores ao serviço de Portugal ou Espanha, no contexto da expansão europeia. As atas de vereação do Funchal são manifestamente mais antigas do que as séries congéneres nas Canárias, nos Açores ou em Cabo Verde, e remontam a menos de vinte anos após a fundação da vila do Funchal, a cerca de cinquenta anos após a descoberta oficial do Porto Santo e da Madeira, e a quase quarenta anos antes da elevação do Funchal a cidade. As origens desta série documental recuam a um tempo em que os "homens-bons" e oficiais camarários se reuniam a céu aberto, numa época em que os primeiros paços do concelho não haviam ainda sido construídos, o que, aparentemente, não terá acontecido antes do ano de 1489. A série documental congénere mais antiga para Canárias (os *Acuerdos del Cabildo de Tenerife*) remonta ao ano de 1497, sendo que nenhuma das séries de vereações dos municípios açorianos se inicia antes de meados do século XVI.

Neste contexto, podemos assumir as Vereações do Funchal como um marco do arquivo insular atlântico. Mas, na nossa opinião, para que percebamos o verdadeiro alcance deste universo documental – e do próprio arquivo insular atlântico como memória global –, urge operarmos uma rutura em relação à longa e poderosa tradição que poderíamos designar de *documentalismo*. Comecemos apenas por tomar o documentalismo como uma análise/prática clássica dos arquivos (1) centrada no

[61] COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, p. XVI.

documento, na identificação do seu conteúdo e na determinação da sua autenticidade; e (2) distanciada da reconstituição do contexto dos documentos e das relações dos documentos entre si. Uma tradição que, afinal, foi capaz de gerar monumentos de memória – de que, em Portugal, temos vários marcos insignes, como a *Leitura Nova* de D. Manuel I ou o *Corpo Cronológico* – e de fundar disciplinas específicas no quadro dos saberes e das técnicas da memória e do arquivo (como a Diplomática).

O que aqui propomos é que, nesse distanciamento em relação ao documentalismo, valorizemos não meramente a reconstituição do contexto do documento – como é hoje consensual na teoria e na prática do arquivo –, mas, fundamentalmente, a análise e a avaliação da relação do documento com o seu contexto[62]. Naturalmente, todo o documento tem o seu contexto de produção, ou a sua "proveniência", mais ou menos imediata e mais ou menos objetivável, cognoscível e reconstituível, sendo que a teoria arquivística mais recente tem desconstruído a ideia de proveniência – verdadeiro pilar teórico e metodológico do saber e das práticas arquivísticas – e relevado a multidimensionalidade do elemento contextual, seja ele pessoal/individual, familiar, institucional, orgânico-funcional, cultural, societal, etc.[63] No entanto, os documentos diferenciam-se muito entre si no modo como compreendem ou refletem, na informação que veiculam, os seus contextos de produção. Em muitos documentos, independentemente da sua singularidade, raridade ou importância histórica, política e social, os contextos são omissos enquanto matéria informacional *de facto* contida no documento. Outros, pelo contrário, são plenos de informação contextual. Considere-se o exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha, documento notável pela sua relação com o seu contexto imediato – quer no sentido clássico da proveniência, quer no sentido de toda uma multitude de camadas contextuais às quais, em simultâneo, o documento se reporta e que manifestamente o determinam. A carta de Pero Vaz de Caminha detém uma espécie de potência informacional que permite reconstituir, de forma detalhada, um momento e um contexto territoriais específicos no âmbito dos primeiros contactos entre

[62] Se é um facto que, no campo de conhecimento dos arquivos e da informação, o documentalismo se encontra hoje em grande medida ultrapassado, parece-nos que, ainda assim, ele subsiste no universo dos arquivos, num substrato que talvez possamos designar de cultural, e continua a influenciar os nossos modos mais imediatos de perceber e valorizar os documentos e a informação.

[63] Cf. COOK, 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift»; NESMITH, 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives» e NESMITH, 2006, «The concept of societal provenance and records of nineteenth--century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice»; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation».

portugueses e indígenas, à chegada daqueles ao Brasil. É uma espécie de "superdocumento": um documentário manuscrito que retrata, em primeira mão, um acontecimento histórico de vastíssimas implicações, sendo a primeira delas, precisamente, o documento em si mesmo, que se infunde de toda a valência contextual que o precede e origina. Em suma, se nos distanciarmos da tradição documentalista e dos seus critérios preferenciais de valor – singularidade, raridade, autenticidade –, aos quais subjaz o primado de uma espécie de olhar internalista sobre o documento, poderemos também, em tese, diferenciar os documentos e os arquivos em função da importância e da riqueza da sua relação com os respetivos contextos. Nesse caso, poderá interessar-nos menos o documento em si mesmo e mais o arquivo enquanto dispositivo específico de representação.

Se nos alongámos nestas considerações prévias, é porque as elas nos parecem importantes para que possamos resgatar a especificidade do que começámos por designar de "arquivo insular atlântico". Por este arquivo em concreto entendemos os conjuntos documentais produzidos e os dispositivos e técnicas mnemónicos adotados (e adaptados) pela civilização europeia nas novas comunidades insulares atlânticas a partir do século XV, no quadro do movimento centrífugo de projeção da Europa para Ocidente. Este arquivo – que se reporta, em grande medida, à região da Macaronésia (ainda que não se esgote nela) e que, portanto, e em igual medida, poderíamos designar de "arquivo insular macaronésico" – não se distingue, nem se podia distinguir, pela sua unicidade tipológica. O arquivo insular não é nem pode ser um "relicário" de peculiaridades ou exotismos documentais. A precariedade da economia material do quadro insular atlântico, em tudo dissonante da opulência das chancelarias régias, impedia-o. O mesmo determinava a insularidade, aqui entendida enquanto excentricidade relativamente ao centro metropolitano da autoridade régia: o meio por excelência da articulação entre documento e poder. Mas se o arquivo insular não se distingue pela sua singularidade tipológica, ele notabiliza-se pelo que gostaríamos de designar de singularidade *topológica*.

Como quase tudo no quadro insular, o *topos* – a dimensão do lugar – tem importância decisiva. E é precisamente na sua relação com o lugar e com o espaço – com o seu contexto, nas suas múltiplas aceções – que o arquivo insular se distingue do arquivo metropolitano e continental. No contexto continental, os primórdios dos arquivos – de quaisquer arquivos – assentam em comunidades relativamente constituídas e estruturadas. Por muito remotos que sejam esses arquivos, há um processo de humanização do território que precede largamente o arquivo. Dito de outro modo, e em concessão às categorias da teoria arquivística: a proveniência societal desses arquivos encontra-se há muito estabelecida ou, pelo menos,

relativamente estabilizada. Pelo contrário, no contexto insular atlântico do início do período moderno, o arquivo praticamente acompanha o movimento humano da ocupação e do povoamento do território. Ele é um observatório muito direto e imediato do processo complexo e multifacetado de humanização do espaço que labora na dimensão do lugar e na sua pura – quase poderíamos dizer, violenta – materialidade. Por isso, o arquivo insular atlântico distingue-se topologicamente, por essa capacidade de reproduzir o lugar humanizado *ab initio*. Como um telescópio muito potente, o arquivo insular atlântico recua efetivamente até muito próximo da origem do lugar. Ou seja, para o arquivo insular atlântico a sua proveniência societal está em plena formação.

Tão importante quanto isso, o arquivo insular atlântico distingue-se por construir o próprio lugar, pois atua sobre um espaço virgem e fértil particularmente exposto e permeável à humanização e à colonização (casos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde), ou sobre territórios já humanizados que são objeto de processos de profunda e violenta reconstrução no quadro de relações de dominação de tipo colonial, que implicam subjugação de populações autóctones por colonizadores europeus (caso das Canárias). Nesse sentido, são muitas as afinidades entre o arquivo insular atlântico e o "arquivo colonial": ambos são, tendencialmente, meios de operações de poder; o primeiro atuando sobre os homens para dominar o espaço; o segundo atuando no espaço para dominar os homens – poderíamos nós dizer, pese o esquematismo e a excessiva simplificação[64].

No arquivo insular atlântico, como em todos os arquivos, assiste-se, assim, à reunião dos dois princípios que Jacques Derrida realça estarem compreendidos e articulados no arquivo por via da sua raiz etimológica grega, *Arkhe*: a origem (ou o começo) e o comando (ou o poder)[65]. Mas no arquivo insular atlântico essa reunião é mais incisiva, é mais fiel à duplicidade original do *Arkhe* – porque o arquivo insular

[64] A interessante e relativamente vasta literatura – que de modo algum podemos aqui, minimamente, elencar – que explora a relação entre arquivos e cenários coloniais a partir de múltiplos prismas disciplinares, constitui um referencial teórico, concetual e empírico relevante para a problematização do arquivo insular atlântico. Em ambos os casos – o arquivo colonial típico e o arquivo insular atlântico –, um excesso ao nível da procura social e política dos arquivos e dos seus mecanismos de representação e consagração conduz-nos à necessidade de uma crítica do arquivo e à cuidada inventariação das suas práticas e dispositivos mnemónicos (cf. HARRIS, 2001, «Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice»; STOLER, 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance» e STOLER, 2009, *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*; BASTIAN, 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation»; SCHEIN, 2006, «Digging in Your Own Backyard»; BUTLER, 2009, «'Othering' the archive – from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory»; TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*).

[65] DERRIDA, 1995, «Archive Fever: A Freudian Impression», p. 9.

constrói (comanda) a própria origem (o começo) do espaço humanizado; enquanto o arquivo metropolitano-continental "apenas" constrói o espaço humanizado, mas escapa-lhe à sua influência a sua origem. Ou seja, no quadro insular/colonial primevo, o arquivo, por comparação ao contexto metropolitano, é muito mais uma instância de criação da sua própria proveniência.

Assim, podemos inscrever o arquivo insular atlântico e as suas propriedades topológicas numa linha de desconstrução do princípio arquivístico clássico da proveniência, consagrado no célebre manual holandês de 1898, de Muller, Feith & Fruin[66]. A natureza topológica do arquivo insular remete, de forma notória, para a ideia de quadros sociais da memória[67]; mais exatamente, para o contexto dinâmico e fundacional do quadro ou dos quadros sociais da memória insular. O arquivo é um agente de constituição ou reconfiguração desses quadros, na natureza fluida e relativamente aberta da sociedade insular em formação; uma fluidez acentuada pelos traços de volatilidade, intensidade e ciclicidade caraterísticos da matriz colonial de desenvolvimento dos arquipélagos insulares a que aludimos atrás. A proveniência do arquivo insular atlântico não é apenas múltipla, mas também, e distintivamente, dinâmica.

Se as sociedades aristocráticas, senhoriais e tradicionais – como a portuguesa no início do período moderno – tendiam, inevitavelmente, para o arquivo enquanto garantia de direitos e privilégios[68], no quadro insular estamos em crer que essa dependência do arquivo será ainda mais acentuada. Por dois motivos fundamentais. O primeiro concerne ao facto de o contexto insular, com o seu hibridismo social caraterístico – a que já aludimos –, constituir um meio radicalmente novo de assegurar regalias e avenidas de ascensão social, principalmente associadas à distribuição da terra, ao acesso a rendimentos e rendas e a oportunidades de comércio e negócio. O segundo motivo prende-se com a distância do território insular relativamente ao centro metropolitano e às instâncias do poder régio, circunstância que, à partida, fragilizava os canais de transmissão da vontade soberana e colocava em perigo as cadeias de poder na relação entre centro e periferia, originando o desafio do exercício da soberania do Estado em situação de descontinuidade territorial. Por um e outro motivos, o arquivo reforça a sua importância, quer enquanto garante de direitos e regalias relativamente novos, no pano de fundo de uma plataforma geográfica, social

[66] MULLER, FEITH & FRUIN, 2003, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*.
[67] HALBWACHS, 1992, *On Collective Memory*, pp. 35-189.
[68] HEAD, 2019, *Making Archives in Early Modern Europe: Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400-1700*, p. 75.

e institucional inédita; quer enquanto meio de reprodução social e política e veículo dos poderes tradicionais e do Estado, ameaçados pelo circunstancialismo da periferia e da distância. Como não podia deixar de ser, também no arquivo o tradicional e o moderno confluem. O que implica que o arquivo insular seja objeto de particular zelo e atenção, tanto por parte dos poderes tradicionais – o régio e o senhorial, antes de todos os outros –, quanto dos poderes emergentes.

Também por este motivo – a particular sensibilidade e usabilidade do arquivo no âmbito das relações sociais e políticas no espaço insular –, as Vereações do Funchal caraterizam-se por essa valência contextual a que temos vindo a aludir. Facultemos um entre vários exemplos: no dia 21 de novembro de 1470 teve lugar a reunião camarária em frente às casas de João Gonçalves da Câmara, segundo capitão-donatário do Funchal (e filho do primeiro capitão e descobridor, João Gonçalves Zarco), que logo mandou chamar fidalgos, cavaleiros, escudeiros, juízes, vereadores, oficiais, "homens-bons", mercadores e povo, para assistirem à leitura de duas cartas acabadas de chegar à ilha: uma do rei D. Afonso V e outra da infanta D. Beatriz, mãe de D. João, duque de Viseu e de Beja. As cartas, trazidas por Gonçalo Godinho, cavaleiro da casa do duque, ordenavam que este, presente na ocasião, tomasse posse do senhorio das ilhas em nome de D. João, filho primogénito de D. Beatriz. Interessa-nos aqui o aspeto não propriamente histórico, político e institucional, mas a dimensão puramente performativa e representativa deste episódio, a que assistiu grande parte da sociedade funchalense de então, incluindo «muito povo». Após a leitura, João Gonçalves da Câmara, «com toda a reverência», segurou as cartas e, ajoelhando-se perante todos, beijou-as, declarando publicamente obediência ao seu conteúdo e ordenando aos demais presentes que cumprissem as suas disposições. De seguida, juízes, vereadores, procurador do concelho, fidalgos, cavaleiros e todo o povo «disseram que obedeciam às ditas cartas e [queriam] por seu senhor o dito senhor duque»[69]. Ambas as cartas foram tresladadas a partir de 1517 no Registo Geral da Câmara do Funchal por frei Diogo de Medina, e figuram, em capital ornamentada e cuidada letra gótica-humanística, em lugar de destaque no início do tomo I daquela série documental. No entanto, quer no seu suporte original, quer no seu treslado ornamentado, a essas outras versões destas duas cartas escapa o subtexto contextual que encontramos no registo dos mesmíssimos documentos na ata de vereação da Câmara do Funchal, pela bem mais modesta pena do escrivão Afonso Anes.

[69] COSTA, 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, pp. 14-16.

Trata-se, afinal, de um dos momentos fundadores da organização política e social primeva do arquipélago, em que se assiste, na prática, à transição da posse do senhorio da ilha, que passava de D. Fernando – que o havia herdado do infante D. Henrique – para D. Beatriz, enquanto tutora do duque de Viseu e Beja. Com um detalhe quase pictórico ou fotográfico, nessa inscrição arquivística podemos "ver" a hierarquia social vigente, que tem obviamente no rei o seu vértice, praticamente ladeado pela figura senhorial do donatário, representado por D. Beatriz, remetente da carta que acompanha a missiva real e, na economia cénica deste episódio, posicionada numa situação de quase paridade com o soberano, o que implicava, no quadro insular ainda em formação, alguma ambiguidade de poder e *status*, que só seria desfeita por D. Manuel I, em 1496, com a passagem definitiva do domínio do arquipélago para a Coroa portuguesa. A diferença entre este primeiro patamar hierárquico e o seguinte, ocupado pelo capitão-donatário – mais exatamente, o capitão *do* donatário –, ficaria dramática e simbolicamente expressa pela humildade do gesto de obediência de João Gonçalves da Câmara, que se ajoelha para beijar ambas as cartas, como se estas materializassem os corpos do rei e do senhor da ilha: eles próprios simbolicamente beijados através da intermediação mágica do documento.

Não nos queremos alongar na descrição deste episódio, com o qual pretendemos apenas ilustrar a singularidade do arquivo insular enquanto espaço diferenciado de práticas mnemónicas, que se distinguem pela capacidade de representar e visualizar diretamente um quadro social insular atlântico – desde a sua origem e formação, e ao longo do processo histórico e estruturante da sua transformação. Essa capacidade é uma originalidade do arquivo insular que as Vereações do Funchal sublinham de forma muito clara, e que a tradição do documentalismo dificilmente poderia resgatar. E quando o desabrochar puramente local da sociedade madeirense, vertido no arquivo insular e nos documentos que o instituem, corresponde, no mesmo movimento e como vimos atrás, à sedimentação de processos sociais e de poder, económicos e ecológicos, em grande medida novos, que se replicariam – naturalmente metamorfoseando-se e adaptando-se – em territórios insulares e continentais de ambos os lados do grande rifte atlântico, então a memória que se encerra nestes documentos, de imediata ressonância local, é, inquestionavelmente, global.

Afinal, logo desde a primeira ata de vereação, de 22 de junho de 1470, o tema de longe mais recorrente – quase que omnipresente nos anos iniciais deste universo documental – é o do açúcar. Este é um tema que suscita inúmeras diligências relacionadas com a regulamentação da sua produção, comércio e tributação; é foco de tensão entre os poderes régio, senhorial e municipal, entre produtores e mercadores locais (amplamente representados no oficialato municipal) e estrangeiros (flamengos,

franceses, bretões, genoveses); e origina um longo cortejo de agentes, funções e saberes direta ou indiretamente relacionados com aquela indústria: dos donos de engenhos e canaviais aos escravos; dos mestres de açúcar aos seus examinadores; dos estimadores e dos alealdadores do açúcar aos escrivães do alealdamento, aos açucareiros, caldeireiros, juízes dos danos dos canaviais e respetivos estimadores, etc. Em suma, no âmbito deste sistema informacional, com a sua economia narrativa específica e a sua hierarquia semântica, é toda uma "sociologia do açúcar" na Madeira, para recuperar a expressão de António Aragão, que surpreendemos na sua lenta e gradual fixação.

E se podemos afirmar que o arquivo insular atlântico nos séculos XV e XVI é base de uma memória global, é também porque esse arquivo – que não se distingue pelos seus atributos individuais, formais, materiais e tipológicos, mas sim pela sua valência contextual e topológica – inaugura uma experiência singular da memória, que resulta da confluência entre as especificidades do contexto insular/colonial e traços de modernidade ao nível dos próprios dispositivos arquivísticos e informacionais adotados. Note-se que as Vereações do Funchal serão, provavelmente, a primeira série documental produzida e acumulada de forma sistemática e metódica em qualquer contexto de tipo colonial do início do período moderno. Para além da sistematicidade da sua acumulação – isto é, a sua serialidade –, os livros de Vereações do Funchal compreendem, desde o tomo I, exemplos de produção de metadados, inscritos nas margens dos fólios (em caligrafia mais tardia, provavelmente datada de finais do século XVII ou do século XVIII), enquanto forma de destacar deliberações e resumir conteúdos das sessões do Senado camarário. Para além do mais, desde os fólios iniciais de toda a série documental, podemos observar práticas de referencialidade e hipertextualidade, que, por exemplo, sinalizam o arquivamento dos documentos régios trazidos à consideração do Senado da Câmara, ou a sua cópia ou treslado, produzidos no âmbito de outras séries ou repositórios documentais.

Nesta medida, é evidente que as atas de vereação do Funchal se inserem metodicamente num sistema de informação mais vasto, que se ramifica e complexifica em articulação com o próprio processo de colonização e de humanização do arquipélago da Madeira. As Vereações do Funchal são, portanto, um exemplo pioneiro de modernidade informacional no quadro do arquivo insular atlântico – o que, de imediato, convoca a necessidade quer de uma análise aprofundada e comparada dos dispositivos informacionais e mnemónicos emergentes nos vários arquipélagos atlânticos desde o início do período moderno, quer de uma análise comparativa desses dispositivos com aqueles que emergiram posteriormente noutros contextos insulares e coloniais. Assim, o arquivo insular atlântico apela a uma indagação das

especificidades dos mecanismos de memória social no contexto insular, bem como a uma comparação com o arquivo colonial *lato sensu*. Estamos em crer que um espaço disciplinar particularmente apropriado a esse duplo empreendimento nos é dado por uma «sociologia histórica das práticas mnemónicas»[70].

Num certo sentido, o documentalismo está para a história dos arquivos e da memória como o individualismo metodológico está para a história em geral. Se o documentalismo nos conduz ao documento-relíquia, o individualismo metodológico conduz-nos, no limite, a uma análise da história centrada nos grandes protagonistas e nos seus feitos individuais[71]. A um e a outro – documentalismo e individualismo metodológico – escapa (como era inevitável que escapasse) o arquivo insular e a história insular, nas suas múltiplas camadas e escalas. Que sejamos capazes de contornar ou, pelo menos, relativizar este enfoque teórico e epistemológico no documento e no indivíduo é um passo indispensável para que possamos inscrever, em definitivo, o Atlântico insular do início da era moderna como um momento fundador de uma memória e de uma história globais.

Talvez tão importante quanto esse passo seja a nossa disponibilidade para olharmos para os processos históricos globais em si mesmos e libertá-los, no momento da análise, do efeito epistemológico do conceito de "nação" e das suas derivações mais ou menos expressas, como "império", "descobrimentos", "expansão" – unidades de análise e de problematização que se equacionam quase sempre com referentes nacionais (os descobrimentos "portugueses", o império "espanhol", etc.). Em última instância, a centralidade analítica e epistemológica do conceito de "nação" consubstancia um «nacionalismo metodológico» e a «assunção metodológica de que uma nação em particular faculta a unidade de observação constante para todas as transformações históricas, [é] a 'coisa' cuja mudança é suposto a história descrever»[72]. E é ao abraçarmos essa história global – avessa a formas de nacionalismo metodológico, e talvez mais discreta porquanto, porventura, mais profunda e decisiva – que poderemos resgatar a unidade de análise local (ou regional) como condição necessária à reconstituição de dinâmicas e processos globais. Porque, na verdade, a globalização consiste num processo histórico em que o local e o universal são dimensões indissociáveis, em permanente interação e condicionamento recíproco[73].

[70] OLICK & ROBBINS, 1998, «Social Memory Studies: From "Collective Memory" to the Historical Sociology of Mnemonic Practices».

[71] Cf. BULLE & DI IORIO, 2023, *The Palgrave Handbook of Methodological Individualism*.

[72] WIMMER & SCHILLER, 2002, «Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences», p. 305.

[73] HOPKINS, 2006, *Global History. Interactions Between the Universal and the Local*, pp. 1-38.

Neste contexto, as regiões insulares atlânticas – que, na tradição historiográfica portuguesa, fortemente centralista, são verdadeiros apêndices periféricos da história[74] – poderão adquirir, do ponto de vista analítico, outro protagonismo no fluxo global e multifacetado dos processos históricos. Mais relevante do que isso, elas poderão contribuir para a compreensão de que existem «múltiplos caminhos para a modernidade e através da modernidade»[75].

E, com efeito, nos espaços insulares o local é notoriamente indissociável do global, mas num sentido que não se esgota numa narrativa de subalternidade ou de periferização, tantas vezes visitada em tópicos de pesquisa como a emigração, as dependências ou a crise, que muito mal disfarçam uma espécie de ruído epistemológico nacionalista de fundo. Enquanto redutos de interioridade, mas também espaços-fonteira e territórios por excelência de passagem, influência, partilha, trocas e contactos, as ilhas transcendem tendencialmente quaisquer limites nacionais e, portanto, são em grande medida imperscrutáveis a partir de grelhas de análise de algum modo fundadas nas ideias de nação ou de Estado-nação. Porque se, por um lado, as ilhas são dispositivos de insulação, plataformas de criação de mundos interiores, de ilhas dentro da ilha, num predomínio de pura interioridade; por outro lado, enquanto placas giratórias, domínios de circulação e espaços de confluência e «encruzilhada»[76], as ilhas também criam mundos: influenciam processos históricos globais que em muito extravasam o confinamento dos territórios insulares.

A exemplo da Revolução do Haiti, que Michel-Rolph Trouillot analisa como um domínio do "impensável", que impossibilitou que se tenha compreendido, e que se compreenda ainda hoje, esse evento disruptivo em toda a sua importância e como aquilo que ele essencialmente foi: uma «revolução de escravos»[77]; a exemplo da Revolução do Haiti, dizíamos, talvez a ideia de que as ilhas atlânticas são agentes ativos da globalização e da modernidade seja uma outra instância do impensável na história (e para a disciplina histórica). Afinal, numa perspetiva de longa duração, a Revolução Haitiana significou o esgotamento e a implosão de um modelo de organização social, política e económica associado ao sistema de plantação, cujas primeiras formulações no Atlântico se verificaram, cerca de trezentos anos antes, precisamente nos arquipélagos ocupados e colonizados pelas monarquias ibéricas

[74] Cf. RODRIGUES, 2023, «Da (Ausência da) Madeira na Historiografia Portuguesa: O Caso dos Séculos XIX e XX. Uma Perspectiva».

[75] WIMMER & SCHILLER, 2002, «Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences», p. 323.

[76] SILBERT, 1997, *Uma Encruzilhada no Atlântico. Madeira (1640-1820)*.

[77] TROUILLOT, 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, pp. 70-107.

e, em primeiro lugar, na ilha da Madeira. Olhemos, então, para o arquivo insular atlântico, quer enquanto suporte dos primeiros traços e figurações desse modelo, quer enquanto dispositivo de práticas mnemónicas que, na positividade do documento, asseguram a sua supressão e erradicação.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, A., 1996, *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, University of Minnesota Press.

ARAGÃO, A., 1984, *As armas da cidade do Funchal no curso da sua história*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais.

ARAGÃO, A. (coord.), 1981, *A Madeira vista por estrangeiros: 1455-1700*, Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais.

BASTIAN, J. A., 2006, «Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation», in *Archival Science*, 6, 267-284.

BAYLY, C. A., 2002, «'Archaic' and 'Modern' Globalization in the Eurasian and African Arena, c. 1750-1850», in HOPKINS, A. G. (ed.), *Globalization in World History*, Pimlico.

BOXER, C. R., 1977, *O Império Colonial Português*, Edições 70.

BULLE, N. & DI IORIO, F. (eds.), 2023, *The Palgrave Handbook of Methodological Individualism*, 2 vols, Palgrave Macmillan.

BUTLER, B., 2009, «'Othering' the archive – from exile to inclusion and heritage dignity: the case of Palestinian archival memory», in *Archival Science*, 9, pp. 57-69.

CABRERA, M. L., 1996, «Esclavitud e azúcar en Canarias», in *Escravos com e sem açúcar. Actas do seminário internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 103-117.

CALDEIRA, S., 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

CARITA, R., 2016, «A Madeira e as praças do Norte de África: passado, presente e futuro», in DOMINGUES, F. (coord.), *Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta: Portugal e a criação do primeiro sistema mundial*, Comissão Portuguesa de História Militar.

CARITA, R., 2021, «Capitanias», in *Aprender Madeira*, disponível em https://aprenderamadeira.net/article/capitanias.

CONNERTON, P., 2008, «Seven types of forgetting», in *Memory Studies*, 1(1), pp. 59-71.

COOK, T., 1997, «What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift», in *Archivaria*, 43, pp. 17-63.

COSTA, J. P., 1995, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

CROSBY, A. W., 2004, *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe, 900--1900*, 2nd ed., Cambridge University Press.

CURTIN, P. D., 1996, «As Plantações», in *Escravos com e sem açúcar. Actas do seminário internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 41-59.

CURTIN, P. D., 1998, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*, 2nd ed., Cambridge University Press.

DERRIDA, J., 1995, «Archive Fever: A Freudian Impression», in *Diacritics*, 25(2), 9-63.

DRAYTON, R., 2002, «The Collaboration of Labour: Slaves, Empires and Globalizations in the Atlantic World, c. 1600-1850», in HOPKINS, A. G. (ed.), *Globalization in World History*, Pimlico.

FRUTUOSO, G., 1873, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Typ. Funchalense.

GODINHO, V. M., 1986, «As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais, pp. 27-50.

GOMES, J. R., 2023, *A Filha de Tristão das Damas – Romance Histórico Madeirense*, Coleção *Obra Completa de J. Reis Gomes*, n.º 1, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, disponível em https://biblioteca-abm.madeira.gov.pt/SearchResultDetail.aspx?mfn=729712&DDB=.

GREENFIELD, Sidney M., 1977, «Madeira and the Beginnings of New World Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery: a Study in Institution Building», in *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 292, Issue 1, June 1977.

HALBWACHS, M., 1992, *On Collective Memory*, The University of Chicago Press.

HARRIS, V., 2001, «Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice», in *Archifacts*, October 2001, pp. 1-13.

HEAD, R. C., 2019, *Making Archives in Early Modern Europe: Proof, Information, and Political Record-Keeping, 1400-1700*, Cambridge University Press.

HOPKINS, A. G. (ed.), 2006, *Global History. Interactions Between the Universal and the Local*, Palgrave Macmillan.

KETELAAR, E., 1999, «Archivalisation and Archiving», in *Archives and Manuscripts*, 26(1), pp. 54-61.

MINTZ, S. W., 1985, *Sweetness and Power*, Penguin.

MOORE, J. W., 2009, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century: Part I: From "Island of Timber" to Sugar Revolution, 1420--1506», in *Review (Fernand Braudel Center)*, 32(4), pp. 345-390.

MOORE, J. W., 2010, «Madeira, Sugar, and the Conquest of Nature in the "First" Sixteenth Century, Part II: From Regional Crisis to Commodity Frontier, 1506--1530», in *Review (Fernand Braudel Center)*, 33(1), pp. 1-24.

MULLER, F., FEITH, J. A. & FRUIN, T. A., 2003, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*, The Society of American Archivists.

NESMITH, T., 2002, «Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives», in *American Archivist*, 65(1), pp. 24-41.

NESMITH, T., 2006, «The concept of societal provenance and records of nineteenth--century Aboriginal-European relations in Western Canada: implications for archival theory and practice», in *Archival Science*, 6, pp. 351-360.

NUNES, N., 2003, *Palavras Doces: Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira: do Mediterrâneo ao Atlântico*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

NUNES, N., 2010, *Outras Palavras Doces*, Secretaria Regional de Educação e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

OLICK, J. F. & ROBBINS, J., 1998, «Social Memory Studies: From "Collective Memory" to the Historical Sociology of Mnemonic Practices», in *Annual Review of Sociology*, 24, pp. 105-140.

PEREIRA, F. J., 1969, «O Açúcar madeirense de 1500 a 1537: Produção e Preços», in *Estudos Políticos e Sociais*, 1-3, separata, pp. 53-158.

RAU, V. & MACEDO, J., 1962, *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV. Problemas de Produção e Comércio*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

RODRIGUES, P. M., 2023, «Da (Ausência da) Madeira na Historiografia Portuguesa: O Caso dos Séculos XIX e XX. Uma Perspectiva», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 5-51, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/104/97.

SARMENTO, A. A., 1932, *A Madeira e as praças de África*, Typ. Camões.

SARMENTO, A. A., 1938, *Os escravos na Madeira*, Typ. Diario de Noticias.

SAUNDERS, A., 1994, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441--1555)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SCHEIN, R. H., 2006, «Digging in Your Own Backyard», in *Archivaria*, 61, pp. 91-104.

SCHWARTZ, S. B., 2004, «A Commonwealth within Itself. The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670», in SCHWARTZ, S. B. (ed.), *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*, The University of North Carolina Press, pp. 158-200.

SERRÃO, J., 1992, *Temas Históricos Madeirenses*, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração / Centro de Estudos de História do Atlântico.

SILBERT, A., 1997, *Uma Encruzilhada no Atlântico. Madeira (1640-1820)*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

SILVA, F. A. & MENESES, C. A., 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, J. M. A., 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII*), vol. I, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

STOLER, A. L., 2002, «Colonial Archives and the Arts of Governance», in *Archival Science*, 2, pp. 87-109.

STOLER, A. L., 2009, *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*, Princeton University Press.

SUÁREZ, S. H., 2024, «La Administración Municipal de los Archipelagos Macaronésicos Durante la Edad Moderna», in CHAVES, D. N. (coord.), *O Espaço Ultramarino Ibérico (1450-1900): Arte, História e Património*, Santa Casa da Misericórdia de Velas / CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 81-97.

TROUILLOT, M. R., 2015, *Silencing the Past: power and the production of history*, Beacon Press.

VERLINDEN, C., 1970, *The Beginnings of Modern Colonization*, Cornell University Press.

VIEIRA, A., 1991, *Os escravos no arquipélago da Madeira: séculos XV a XVII*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, A., 1996, «Escravos com e sem açúcar na Madeira», in *Escravos com e sem açúcar. Actas do seminário internacional*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 93-102.

VIEIRA, A., 2004, «Sugar Islands: The Sugar Economy of Madeira and the Canaries, 1450-1650», in SCHWARTZ, S. B. (ed.), *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*, The University of North Carolina Press, pp. 42-84.

VIEIRA, A., 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, A., 2017, «Estrangeiros», in *Aprender Madeira*, disponível em https://aprenderamadeira.net/article/estrangeiros.

VIEIRA, A., 2018, «Madeira. Canaviais, Engenhos e Escravos», in *Cadernos de divulgação do CEHA*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

WIMMER, A. & SCHILLER, N. G., 2002, «Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences», in *Global Networks*, 2(4), pp. 301-334.

ZURARA, G. E., 1841, *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, J. P. Aillaud.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 45-73
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Manifestações Musicais em Contexto Religioso, na Madeira, nos Finais do Antigo Regime – O Papel das Ordens Religiosas

Musical Manifestations in a Religious Context, in Madeira, in the Late *Ancien Régime* – The Role of Religious Orders

Paulo Ladeira[1]

Resumo[2]

A música desempenhou um papel de grande relevância no contexto religioso do Antigo Regime. Presente em diversos atos religiosos, como missas, ofícios, procissões e enterros, assumia especial destaque nas festividades.

O clero secular contribuiu ativamente para a dinamização da prática musical, por intermédio do Prelado, do Cabido, das confrarias e dos vigários e curas das paroquias. Essa ação manifestava-se na produção de regulamentos, na promoção do ensino musical,

[1] Mestre em História e Cultura das Regiões, pela Universidade da Madeira (2005); licenciado em Artes Plásticas / Pintura, pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998), com distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou livros, artigos e roteiros e guias de património. Desde 1995, como artista plástico, realizou *workshops*, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área de pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do Ensino Básico. Desde o ano letivo 2024-2025 encontra-se em regime de requisição na Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro | Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira. Contacto: pauloladeira@gmail.com.

[2] Este artigo constitui a versão escrita de uma comunicação apresentada em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, nas *II Jornadas de Música Histórica – Notas no Tempo*, a 21 de novembro de 2025. Siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo; CNSEF – Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal; CNSPRB – Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava; CNSPSC – Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz; CSBCL – Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos; CSCF – Convento de Santa Clara do Funchal; CSFF – Convento de São Francisco do Funchal; CSSC – Convento de São Sebastião da Calheta; JRPC/CON – Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas / Confrarias; RBJ – Recolhimento do Bom Jesus; RP – Registos Paroquiais. Abreviaturas: cx. – caixa; fl(s). – fólio(s); L.º – livro; p(p). – página(s); proc. – processo; v.º – verso.

na instalação de órgãos, no provimento de organistas e na criação e divulgação de repertórios musicais.
O clero regular, masculino e feminino, também contribuiu para o enobrecimento dos atos religiosos, promovendo manifestações musicais nos espaços conventuais e nos templos paroquiais e particulares. Os frades eram frequentemente solicitados à prestação de serviços litúrgicos associados a encargos pios, festividades religiosas ou cerimónias fúnebres, apresentando-se com cantores, organistas e, por vezes, instrumentos musicais. As freiras, nos seus espaços conventuais, além do canto e da música nas missas, esmeravam-se em requisitar músicos para as mais importantes festividades religiosas.
Neste contexto, apresentam-se evidências documentais de manifestações musicais relacionadas com as ordens religiosas na Madeira, identificados sobretudo através da análise dos fundos documentais dos conventos madeirenses, nos finais do Antigo Regime, no período entre o último quartel do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX.

Palavras-chave: Antigo Regime; Instrumentos Musicais; Madeira; Música Sacra; Ordens Religiosas

Abstract

Music played a highly significant role in the religious context of the *Ancien Régime*. Present in various religious acts – such as masses, offices, processions, and burials – it assumed particular prominence during festivities.
The secular clergy actively contributed to the promotion of musical practice through the actions of the Prelate, the Chapter, the confraternities, and the vicars and parish priests. This involvement manifested itself in the production of regulations, the promotion of musical education, the installation of organs, the appointment of organists, and the creation and dissemination of musical repertoires.
The regular clergy, both male and female, also contributed to the refinement of religious acts by promoting musical performances within conventual spaces as well as in parish and private churches. Friars were frequently called upon to provide liturgical services associated with pious obligations, religious festivities or funeral ceremonies, presenting themselves with singers, organists and, at times, musical instruments. Nuns, within their conventual environments, in addition to chants and music during masses, took care to invite musicians for the most important religious festivities.
In this context, the following pages present documentary evidence of musical manifestations associated with religious orders in Madeira, identified chiefly through the analysis of documentary fonds from Madeiran convents during the late *Ancien Régime*, between the last quarter of the 18th century and the first quarter of the 19th century.

Keywords: *Ancien Régime*; Musical Instruments; Madeira; Sacred Music; Religious Orders.

Conventos, hospícios e recolhimentos, instituídos com base em regras e votos específicos, constituíam espaços de acolhimento destinados a homens ou mulheres, que tomavam esse caminho por escolha própria, contingências da vida ou imposição

familiar ou social. Na Madeira, no final do século XVIII e início do século XIX, estavam em atividade cinco casas religiosas masculinas[3] e quatro femininas[4].

As comunidades conventuais eram compostas por religiosos organizados segundo uma hierarquia, na qual cada membro desempenhava tarefas específicas, que iam desde as responsabilidades diretivas às funções estritamente religiosas. A estrutura quotidiana dessas comunidades era sustentada pelo apoio de irmãos leigos, síndicos, servos, donatos e outros colaboradores, cuja atuação era essencial ao funcionamento material e administrativo das casas religiosas.

A distribuição de tarefas entre os diversos membros da comunidade conventual obedecia a uma rotina diária, inserida num ciclo regular que se repetia anualmente. As atividades dividiam-se entre funções de carácter material, como a arrecadação de géneros e a preparação das refeições, a manutenção de espaços físicos, o cultivo das hortas, o cuidado dos enfermos nas enfermarias, e funções de natureza imaterial, orientadas para a promoção do bem espiritual das populações – um dos propósitos fundamentais destas instituições religiosas. Nas funções de cariz imaterial inseriam-se a celebração das missas, a recitação dos ofícios, a realização de sermões e de enterramentos, a participação em procissões, entre outras atividades cultuais.

O ritmo das atividades conventuais era profundamente regulado pela alternância entre o dia e a noite. A luz diurna orientava a execução das tarefas materiais, como o trabalho nas hortas e os peditórios pelos campos – prática comum nos conventos masculinos –, bem como a receção, em espaços próprios, de doadores e outros agentes externos, ocorrida tanto em casas religiosas masculinas quanto femininas. No período noturno realizavam-se práticas religiosas importantes, iniciadas nas primeiras horas da madrugada ou ao longo da noite, como as matinas, as missas do parto ou, por vezes, os rituais fúnebres. A intensidade dessa atividade noturna refletia-se nos avultados gastos com iluminação, funcional ou simbólica, que incluíam equipamentos (lanternas, candeeiros, luminárias, tochas) e consumíveis necessários para manter os espaços iluminados (cera, azeite doce, "azeite de peixe" e alcatrão).

---

[3] O convento de São Francisco, situado no Funchal, era o principal e o de maiores dimensões, albergando cerca de 30 religiosos no início do século XIX. Quanto aos restantes, albergavam: o de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz, 9 religiosos em 1775 e 1776; o de São Bernardino, em Câmara de Lobos, 10 religiosos, em 1792, e entre 6 e 8 religiosos no século XIX; o de São Sebastião, na Calheta, cerca de 8 religiosos, ao longo do século XVIII; e o hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, na Ribeira Brava, 6 religiosos no início do século XIX.

[4] O convento de Santa Clara, na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, albergava cerca de 70 a 85 freiras (ANTT, *CSSC*, L.º 48, fl. 15; L.º 54, fl. 12v.º; L.º 62, fl. 51v.º; L.º 61, fl. 36); e o convento de Nossa Senhora da Encarnação albergava cerca de 35 religiosas nas duas primeiras décadas do século XIX (ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fls. 2, 24, 35v.º).

Além das receitas provenientes dos serviços religiosos prestados, no caso das casas religiosas masculinas, estas e as casas femininas procuravam assegurar a sua autossuficiência económica por meio da produção agrícola nas hortas conventuais e da criação de animais, frequentemente com o apoio de trabalhadores externos. Contudo, face à insuficiência dessa produção, recorriam à aquisição de produtos no mercado e a outras fontes complementares de receita, tais como os peditórios, as doações e os rendimentos provenientes do pagamento de foros e rendas. No caso dos conventos femininos, como os de Santa Clara, da Encarnação e das Mercês, destacavam-se ainda os dotes de entrada das noviças e os proventos das propriedades que as comunidades detinham ou administravam.

Viver em comunidade, cultivando a obediência, a castidade, o silêncio, etc., eram das principais virtudes nas casas religiosas. As comunidades de franciscanos, nos conventos masculinos, acrescentavam a pobreza aos seus ideais, pois para eles a «primeira base da perfeição religiosa é o voto da Santa pobreza, a quem São Francisco chamava sua senhora»[5].

O silêncio era uma característica estruturante da vida conventual, assumindo um papel central na disciplina interna. Considerado uma virtude fundamental, especialmente em determinados espaços e horários, o silêncio contribuía para a criação de um ambiente propício à oração, à meditação e à comunhão com Deus, enquanto reforçava a ordem interna e a organização da vida comunitária. Entre as virtudes mais enaltecidas nas casas religiosas, o silêncio figurava frequentemente como sinal de perfeição espiritual e de adesão plena à vida regular. No convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, a importância desta virtude está documentada em diversos registos de óbito de religiosas na segunda metade do século XVIII. Assim, a madre Luísa da Vitória, falecida a 21 de julho de 1752, é lembrada por ter sido «observante na vertude do silensio e na obediência»[6] ao longo dos seus 30 anos de profissão religiosa; a madre Luzia Antónia do Xavier, que professou em agosto de 1751, é descrita como «relegiozamente exemplar muito silensioza, e muito observante nas suas obrigasois»[7]; e a madre Ana Maria de São Joaquim, falecida a 28 de maio de 1771, após 54 anos de profissão, foi tida como «Religiosa prefeita em todas as suas obrigações e devoções observantíssima espesializandose na obediência[,] silencio e muita paciencia na sua dilatada enfermidade»[8].

---

5 ANTT, *CSSC*, L.º 1, fl. 27v.º (8 de fevereiro de 1771).
6 ANTT, *CNSEF*, L.º 3, fl. 3.
7 ANTT, *CNSEF*, L.º 3, fl. 13.
8 ANTT, *CNSEF*, L.º3, fl. 13.

Nem todas as religiosas respeitavam rigorosamente o silêncio nos momentos e espaços internos apropriados, como as celas e os claustros – locais de oração, meditação e contemplação –, além das igrejas, capelas e dos oratórios internos. Face a alguns incumprimentos, no capítulo custodial da comunidade franciscana da Madeira de 20 de dezembro de 1777, foram dirigidas diversas ordens à abadessa do convento de Santa Clara, entre as quais a determinação de «que se guarde inviolável silêncio, e que se não jógue, nem ainda por divertimento no tempo do silêncio na cella da Perlada, que deve dar milhor exemplo»[9]. Esta admoestação revela não apenas a persistência de práticas consideradas impróprias, mas também a expectativa de exemplaridade atribuída a determinadas figuras dentro da hierarquia conventual.

Após uma visita ao recolhimento do Bom Jesus, realizada pelo bispo do Funchal, Dom Gaspar Afonso da Costa Brandão, em novembro de 1766, constatou-se o seguinte:

> «em quazi todas as vezitas o silencio, que deve observar-se tanto no Coro, como Dormitorio, e mais lugares deste Recolhimento; comtudo, he tal a relaxia a este respeito que parece nao ha vestigios, ou memoria dessa virtude na mesma Communidade, fallando-se no Dormitorio tanto de dia, como de noute com tam pouco reparo, e com vozes tam altas, que nao podem deixar de perturbar o socego, e paz, que deve haver em similhante logar»[10].

Perante esses factos, e em observância dos estatutos, o bispo ordenava

> «que da hora de Completas ate se acabar a Prima no dia subsequente se observe rigurozo silencio tanto no Dormitorio, como em todos os emais logares, nam fallando se nao muito submissamente quando por necessidade […]. No Choro em todas as horas do dia se observara o mesmo silencio nao so no tempo, que se reza o Officio Divino, ou de N. Snr.ª, Ladainhas, ou outras divocoens, mas em todo o mais tempo, nam se fazendo aquelle logar caza de conversacao, sendo so destinado para louvar a Deos, e implorar a Divina Mizericordia. O que da mesma forma se observara no Coro de baixo […]. Em todo o mais tempo alem do assima referido se observara silencio nos Dormitorios, fallando-se com voz moderada, de sorte, que a Sella, em que se fallar nam possa ouvir-se, ou perceber-se, o que se dis na Sella da vezinha; e principalmente na Portaria, onde deve fallar-se de sorte em todo o tempo, e com voz tam moderada, que de fora se nao perceba»[11].

Existiam tempos e lugares próprios para a quebra do silêncio, para os momentos de convívio durante as atividades quotidianas; por exemplo, nas cozinhas, nas hortas, nas enfermarias, etc. Alguns conventos como os de São Bernardino, em Câmara de

---

[9] ANTT, *CSSC*, L.º 1, fls. 34-34v.º.

[10] SANTOS, 2020, «O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal […]», pp. 386-387, transcrevendo ABM, *RBJ*, L.º 34, Livro dos Provimentos de Visitações (1708-1775), fls. 25-25v.º.

[11] SANTOS, 2020, «O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal […]», p. 387, transcrevendo ABM, *RBJ*, L.º 34, Livro dos Provimentos de Visitações (1708-1775), fls. 25v.º-26.

Lobos, e de São Francisco, no Funchal, manifestam o convívio com a prática de jogos, com baralhos de cartas e jogos de tabuleiro, onde se incluíam os jogos das damas, existindo até neste último convento um «terreiro do jogo»[12].

Se o silêncio deveria dominar nos espaços conventuais, os sons eram, todavia, apreciados.

O chamamento do exterior para o interior ou o chamamento interior para reunir a comunidade, respetivamente nas portarias e nos refeitórios, era realizado pelo toque de uma campainha ou de um sino.

Em alguns conventos, como os de São Sebastião (Calheta), São Bernardino (Câmara de Lobos) e de São Francisco (Funchal), existem registos da existência da "Casa de Profundis", por vezes denominada de "quarto da oração", um espaço à entrada do refeitório destinado à oração que precedia as refeições, onde os religiosos permaneciam um curto espaço de tempo. O inventário de 1750, no primeiro convento referido, regista na cozinha «um sino De Profundis». No espaço De Profundis era habitual a existência de um lavatório, uma lanterna e um relógio ou ampulheta. O convento do Funchal, em 1815, comprou para a «Casa de Profundis» uma campainha e uma ampulheta pelo valor de $800 réis[13].

O mesmo convento, em janeiro e abril de 1816, gastou, respetivamente, 1$200 réis em duas campainhas e 3$600 réis em três campainhas novas[14] – algumas, provavelmente, destinadas à portaria. Neste convento, anteriormente, em janeiro de 1815, denominava-se a campainha do refeitório de sino, aquando do gasto de 1$000 réis em «10 varas de guita para a portaria e sino do refeitório»[15].

O convento de São Sebastião, na Calheta, nos inventários de 1771 e 1772, listava a existência de uma campainha com corrente de ferro e um caixão velho da confraria de São Sebastião[16]. No hospício da Ribeira Brava, a portaria tinha porta e campainha, tendo-se gastado 1$600 réis, em novembro de 1743, na aquisição de uma nova campainha para a portaria[17].

Um dos modos de comunicação com a população exterior era através do toque dos sinos dos campanários das igrejas ou capelas dos espaços conventuais, que do alto das torres se tornavam audíveis a longas distâncias. O toque dos sinos das torres apelava ao chamamento e à oração da população, indicando o anteceder, o início ou

[12] ANTT, *CSFF*, L.º 5, fls. 32v.º, 220; L.º 6, fl. 142v.º.
[13] ANTT, *CSFF*, L.º 6, fl. 4v.º.
[14] ANTT, *CSFF*, L.º 6, fls. 12, 16.
[15] ANTT, *CSFF*, L.º 5, fl. 218.
[16] ANTT, *CSSC*, L.º 2, fls. 2v.º, 30v.º.
[17] ANTT, *CNSPRB*, L.º 1, fl. 70v.º.

determinados momentos de atos religiosos, como as missas, os falecimentos ou os enterramentos. O ritmo, a intensidade e o espaçamento entre as badaladas tinham diversos significados. Por outro lado, os sinos também chamavam ou alertavam as populações para atos profanos, como incêndios, ataques, etc.

Fr. Veríssimo dos Mártires, nas suas orientações para cerimónias fúnebres, em 1780, refere que «na hora competente se dará sinal no Sino grande, para que se ajunte a Communidade na Sacristia, donde com o Prelado paramentado irão processionalmente ao lugar, onde está o corpo defunto». Em casa do defunto, depois

> «da Oração, que dirá o Celebrante se dobrão os Sinos, até que o corpo esteja na Igreja (e no tempo, em que se cantarem as Vesperas, estando o corpo presente), e ao cantarem-se os Salmos dos Nocturnos, fazendo-se intervalos no tempo das Lições. E emquanto se cantão as Laudes, se for de manhã, se tocará o Sino à Missa; e só no fim della se tornará a tocar, emquanto se diz o Responso, e se faz o Officio da cova»[18].

Nos enterramentos, o toque dos sinos fazia parte do ritual funerário, além da missa, do ofício, das orações e de outros serviços prestados pelos frades franciscanos: acompanhamento, abertura de covas, aluguer de tocheiras, venda de mortalhas e hábitos e aluguer de tecidos (alcatifa, pano de estante, pano de cruz, véu). Era habitual os indivíduos mais abastados requisitarem estes serviços, materiais ou equipamentos em quantidade e qualidade superior à dos aplicados à grande maioria da população, o que seria demonstrativo, em parte, do seu elevado estatuto social. Se um enterramento simples importava em $600 réis (abertura de uma cova numa igreja), outros enterramentos de pessoas abastadas ascendiam a elevadas quantias monetárias.

Os toques dos sinos durante os enterramentos são comummente designados de "sinais". Em finais do século XVIII e inícios do século XIX, um sinal dos sinos, num enterramento, variava entre os 1$200 e os 3$000 réis. Quando solicitado este serviço aos frades franciscanos, eram geralmente em número de 1 a 6 sinais. Dos mais avultados, foram registados 10 sinais no enterramento de Rosa Maria, tia do comerciante José Maria Bernes, tendo todas as despesas do enterramento («ofício grave, pano de cruz, dito de estante, campa, tocheira estrado») ascendido a 67$600 réis, e 14 sinais no enterramento do tenente-coronel Francisco Manuel da Boaventura, tendo este enterramento ascendido ao custo total de 78$500 réis, com a inclusão do «acompanhamento de noite, ofício grave, pano de estante, dito de cruz, estrado, 6 tocheiras»[19].

[18] MARTYRES, 1780, *Director funebre* […], pp. 80-82.
[19] ANTT, *CSFF*, L.º 6, fls. 35v.º, 202.

Em determinadas épocas do ano eram usados sons específicos. Para as cerimónias da Semana Santa, os conventos possuíam um candeeiro das trevas, composto por 15 velas em forma triangular, usado nos ofícios realizados à noite nesta semana; no término deste calendário religioso, eram apagadas as luzes, simbolizando o luto da Igreja e a escuridão que baixou à terra quando Jesus morreu. Nesse cerimonial, as 15 velas eram apagadas pouco a pouco, com o entoar do som das matracas, um som oco e seco lembrando o caminho de Cristo para a morte. Com o apagar de todas as luzes, ressurgia uma vela acesa atrás do altar simbolizando a vitória de Jesus Cristo sobre as trevas e a morte. O convento da Calheta revela a posse e o uso, nos referidos cerimoniais, de uma matraca e de um candeeiro das trevas[20].

Conventos Masculinos – Canto e Música

No campo das funções religiosas, prevaleciam as missas rezadas, ditas pelos religiosos franciscanos nas igrejas, capelas ou oratórios dos espaços conventuais, ou no exterior, aquando da solicitação por outras entidades, principalmente senhorios que possuíam capelas e oratórios nas suas propriedades particulares, para celebração de missas quotidianas, relativas a encargos pios, missas avulsas ou festividades.

De uma maior sumptuosidade dos rituais religiosos ficavam encarregues os irmãos coristas. Para o convento do Funchal, em capítulo custodial de 7 de outubro de 1753, foi ordenado que

> «para maior decência e perfeição das cerimónias do coro e altar» existisse «um ou dois mestres de cerimónias, os quais se governarão tão somente pelo cerimonial, que Sua Majestade que Deus guarde foi servido mandar para esta Santa Custódia; e para que os sobreditos mestres cumpram com maior fervor, gosto, e perfeição este tão santo e louvável exercício, os dispensamos de todas as matinas simiduplex, Primas, e Completas, e não se ocuparam em outro ofício»[21].

O guardião ou presidente de um convento e o "vigário do coro", isto é, o corista, havendo-os os dois num convento, nunca poderiam se ausentar em simultâneo, em «negócios», excetuando quando saísse a comunidade «de baixo da cruz» como aos enterros e às procissões[22]. Se no coro e refeitório dos conventos da Custódia da Madeira faltasse um dos prelados que presidisse, assumiria a presidência «o religioso mais velho, que se achar na dita communidade ou pella sua graduação, ou annos

[20] ANTT, *CSSC*, L.º 2, fl. 2v.º.
[21] ANTT, *CSSC*, L.º 1, fl. 3v.º.
[22] ANTT, *CSSC*, L.º 1, fl. 2.

de hábito», sendo que os cantores teriam de ter o número mínimo de anos que os estatutos ordenavam[23]. O capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 mandava que, «nas casas de fora» – por outras palavras, fora da cidade do Funchal –, todos os religiosos, excetuando o guardião e definidores, deviam fazer «a sua semana de cantoria, e hebdómada atendendo à grande falta que há deles nesta Custódia»[24].

Ainda relativamente às cerimónias nos coros, ocasionalmente, os franciscanos pagavam a um "menino do coro" para assistência na novena e festa de São Francisco. Esta situação ocorreu nos conventos de Câmara de Lobos, em 1794 e em 1795, e, no do Funchal, em 1810, especificando-se neste último caso «um menino do coro que serviu de ceroferário»[25].

Nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, são conhecidos alguns irmãos coristas dos conventos; no entanto, diga-se, a maioria ficou no anonimato. No hospício da Ribeira Brava: padre Fr. Luís (outubro de 1805)[26]. No convento de Câmara de Lobos: Fr. António da Conceição (setembro de 1792, fevereiro de 1793 – novembro de 1794); Fr. José do Cupertino (janeiro de 1794 – doente na enfermaria); Fr. Filipe de São José (março-maio de 1794, doente/enfermo); Fr. João da Piedade (dezembro de 1796); Fr. Francisco de São Bernardo (março de 1797); Fr. Luís (julho de 1798 – junho de 1799); e o padre Fr. Miguel (outubro de 1805)[27]. No convento do Funchal: Fr. Borges (setembro de 1809); Fr. Jacinto, «vindo das ilhas» (Açores) (fevereiro de 1811); Fr. Severo (outubro de 1815); Fr. Manuel (julho de 1818); Fr. José (outubro de 1818); e Fr. João dos Serafins (agosto de 1828)[28].

Na época analisada, assim como em tempos anteriores e posteriores, o canto, referido na documentação como cantoria, fazia parte dos atos religiosos das missas, novenas e enterros com ofícios e laudes cantadas, sendo habitual os franciscanos serem chamados a igrejas e capelas para participarem nos atos festivos, como os que tinham lugar nas seguintes ocasiões: Semana Santa, Santíssimo Sacramento, Natal, Dia de Jesus, Coração de Jesus, Espírito Santo, Almas, Nossa Senhora (Visitação, Apresentação, Conceição, Candeias, Boa Morte, Carmo, Rosário, etc.), Santo António, São Francisco, dias dos oragos de confrarias e oragos dos templos[29]. Os eventos eram contemplados com cantorias com a participação de um ou de vários frades, podendo

[23] ANTT, *CSSC*, L.º 1, fl. 2.
[24] ANTT, *CSSC*, L.º 1, fl. 3v.º.
[25] ANTT, *CSBCL*, L.º 1, fls. 47v.º, 49v.º; ANTT, *CSFF*, L.º 5, fl. 26.
[26] ANTT, *CNSPRB*, L.º 3, fl. 51v.º.
[27] ANTT, *CSBCL*, L.º 1, fls. 1v.º, 10v.º, 31, 34v.º, 37v.º, 50, 93v.º, 98; L.º 2, fls. 4v.º, 17, 19v.º, 120v.º.
[28] ANTT, *CSFF*, L.º 5, fls. 4, 32v.º; L.º 6, fls. 6v.º, 52v.º, 59v.º, 192v.º.
[29] LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana […] Parte I […]», pp. 247-288.

ascender aos 11 frades nas saídas dos conventos do Funchal e de Câmara de Lobos[30]. Já as saídas para os acompanhamentos em enterramentos podiam atingir o limite dos que se encontrassem disponíveis nos conventos, alcançando raramente o número de uma dezena[31], ou excecionalmente de 33, como ocorreu na ida à Quinta do Til para o acompanhamento do enterro do sobrinho de Joaquim Coelho, em março de 1817[32].

De modo inverso, os frades do convento do Funchal poderiam contratar os serviços de outras instituições para tornar as festividades realizadas no convento num momento fora do quotidiano usual, como ocorreu, numa única vez, em abril de 1811, com a ida dos músicos da Sé do Funchal para cantarem na festa da Páscoa[33]. Para algumas festas do convento de Câmara de Lobos, o organista e os músicos/cantores provinham do Funchal, deslocando-se de barco ou de besta. Na festa de São Francisco foram usadas 9 bestas em 1811, 6 em 1812 e 5 em 1822. Para a festa de São Francisco de 1796, deslocaram-se três cantores em bestas; para a festa da Semana Santa de 1819, foram dois cantores[34]. Além do pagamento pelo serviço da música, todos recebiam uma propina de doces. O serviço do organista era requisitado principalmente para a novena e festa de São Francisco, e para as festas do Santíssimo Sacramento, da noite de Natal e da Semana Santa, do dia da Ascensão e do Domingo de Páscoa[35].

Os conventos masculinos do Funchal e de Câmara de Lobos possuíam órgãos portáteis, os quais eram alugados nas festividades de igrejas e capelas, um pouco por toda a ilha da Madeira, até às primeiras décadas do século XIX, numa época em que muitas das igrejas e capelas não tinham órgão próprio.

Segundo a documentação existente do convento do Funchal, é conhecido, desde 1811 até à extinção do mesmo, em 1834, o aluguer do seu órgão a diversas igrejas e capelas da Madeira, para diversos atos cultuais, variando o preço entre os 2$400 e os 10$000 réis, consoante a distância, o número de dias e o acompanhamento do organista e de outros músicos.

O órgão do convento do Funchal era constantemente alugado à quinta e capela do Ribeiro Seco, para a festa de Santa Ana, no mês de julho (6$000 réis, entre 1813 e 1819), e à Igrejinha, no Funchal, em abril-maio, para a novena e festa do orago, Nossa Senhora da Piedade (entre 6$000 e 9$000 réis, de 1817 a 1831). É conhecido o

30 LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana […] Parte I […]», pp. 291, 292.
31 LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana […] Parte I […]», pp. 288-303.
32 ANTT, *CSFF*, L.º 6, fl. 32.
33 ANTT, *CSFF*, L.º 5, fl. 35v.º.
34 ANTT, *CSBCL*, L.º 1, fl. 89; L.º 3, fls. 13v.º, 31; L.º 4, fls. 31v.º, 40, 86.
35 ANTT, *CSBCL*, L.º 2, fls. 24v.º, 56v.º, 80v.º, 87; L.º 4, fls. 3, 23v.º, 28v.º, 32v.º, 76v.º, 79, 96v.º.

aluguer do órgão para outros locais: igreja de Santa Luzia (6$000 réis, em dezembro de 1812); capela de Nossa Senhora da Consolação (2$000 réis, em julho de 1831); fortaleza de São Lourenço, para a festa de Santa Bárbara (dezembro de 1811, 7$000 réis por «um religioso para a missa, diáconos, acólitos, ceroferários, missa e órgão»); recolhimento do Bom Jesus, em dia de São Domingos (outubro de 1815, 7$000 réis por «missa, cantores e órgão»); capela de Santo Amaro (janeiro de 1819, 8$000 réis por dois dias); igreja de São Pedro, no Funchal, para a festa do Santíssimo Sacramento (junho de 1814, 26$000 réis por «primeiras e segundas vésperas, procissão, missa e órgão»); igreja do Colégio, na «função da Luz» (maio de 1820, 6$000 réis); capela do Corpo Santo, no Funchal, para a festa de São Lourenço (novembro de 1822, 3$000 réis); capela de São João da Ribeira (8$000 réis, em junho de 1824, pelo «aluguer do órgão em toda a missa e novena», 6$000 réis em junho de 1826, 4$000 réis em junho de 1827, 5$500 réis em junho de 1828, 4$500 réis em junho de 1829 e 4$000 réis em junho de 1830); igreja do Carmo, nas matinas e festa do Santíssimo Sacramento (julho de 1824, 3$000 réis); capela dos Varadouros, no sábado do Espírito Santo (em maio de 1823, 3$000 réis); capela de Nossa Senhora da Conceição, em Câmara de Lobos, para as festas de São Pedro Gonçalves Telmo (dezembro de 1821; 6$000 réis em dezembro de 1822; 4$000 réis em dezembro de 1823) e de Nossa Senhora da Conceição (dezembro de 1821; dezembro de 1822, 10$400 réis pelo aluguer do órgão na novena e festa, 4$000 réis em dezembro de 1824, 1830 e 1831); em Câmara de Lobos (na igreja de São Sebastião?), na festa de Nossa Senhora da Piedade (março de 1824, 3$000 réis)[36]. O aluguer poderia englobar o serviço de um organista do convento, em determinados casos. O convento, em julho de 1814, recebeu 7$600 réis «pela festa da Visitação na Santa Casa, livre do organista»; e, em dezembro de 1810, um religioso na noite do Natal «a tocar órgão» recebeu 6$400 réis[37].

O aluguer do órgão do convento do Funchal não se circunscrevia às festividades, abrangendo outros atos religiosos como os enterros. Em maio de 1821, na igreja de Santa Luzia, no ofício da mulher do capitão João Alexandre, do Porto Santo, pela assistência de música e aluguer do órgão, os frades receberam 42$000 réis[38].

O órgão portátil do convento do Funchal foi alvo de um profundo conserto, em 1824, pelo mestre Cabral, que cobrou 4$800 réis para o «consertar» e 5$000 réis para «fazer uma mesa nova» e «meter um fole», tendo aplicado 7 pelicas (5$600 réis), uma tábua para os foles (1$900 réis), 9,5 libras de chumbo para um peso do órgão (1$425

[36] LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana […] Parte I […]», pp. 269-270.
[37] LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana […] Parte I […]», p. 270.
[38] LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana […] Parte I […]», p. 270.

réis), uma libra de grude ($300 réis), duas missagras ($300 réis), pregos e tachinhas ($300 réis)[39]. Em 1816 e 1829, o órgão foi consertado com a colocação de pelicas, respetivamente duas e uma[40].

No período em estudo, o convento de São Francisco adquiriu um órgão fixo para o coro, de fabrico inglês, datado de 1815-1820, pelo valor de 1500$000 réis. O primeiro gasto para esta compra realizou-se em julho de 1821. O rei facultava ao convento uma esmola anual de 4 moios de trigo e 4 pipas de vinho, aplicada no pagamento do órgão; em 1823, a totalidade desta esmola foi usada e, nos dois anos seguintes, apenas duas pipas em cada ano. Este órgão foi adquirido, em 1834, pela igreja de Santa Luzia, no Funchal, efetivando-se a transferência em 1842[41].

No convento da Calheta, além da cantoria e música nas festas e na procissão das Cinzas, apenas no inventário de 13 de junho de 1750 é registado a existência de um órgão no coro[42].

O órgão do convento de Câmara de Lobos, existente pelo menos desde a década de 1790, foi transportado por dois homens, em julho de 1806, à cidade do Funchal, para ser afinado, recebendo 2$000 réis quem o afinou[43]. Na festa de São Francisco deste convento, em outubro de 1808, o órgão, por «não estar capaz», fez com que os frades optassem por rabecas, pagando 16$000 réis a «quem as tocou»[44]. O órgão, entre 1795 e 1811, foi alugado para diversas festividades: Santo António, no Estreito de Câmara de Lobos ($800 réis, em junho de 1795)[45]; São Pedro Gonçalves Telmo (na capela de Nossa Senhora da Conceição?) (1$200 réis, em maio de 1808)[46]; na freguesia da Tabua (6$000 réis, em setembro de 1811)[47]; e no lugar de Câmara de Lobos (igreja São Sebastião) «em diferentes dias» (6$200 réis, em maio de 1808)[48].

[39] ANTT, *CSFF*, L.º 6, fls. 140v.º, 144, 146, 147.
[40] ANTT, *CSFF*, L.º 5, fl. 15; L.º 6, fl. 202.
[41] LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana […] Parte I […]», pp. 270-271.
[42] ANTT, *CSSC*, L.º 2, fl. 2v.º.
[43] ANTT, *CSBCL*, L.º 2, fl. 133v.º
[44] ANTT, *CSBCL*, L.º 2, fl. 165.
[45] ANTT, *CSBCL*, L.º 1, fl. 61.
[46] ANTT, *CSBCL*, L.º 2, fl. 159v.º.
[47] ANTT, *CSBCL*, L.º 3, fl. 11.
[48] ANTT, *CSBCL*, L.º 2, fl. 159v.º.

Conventos Femininos – Canto e Música

Nos conventos femininos, os serviços religiosos estavam a cargo de um capelão, franciscano ou do clero secular, residente num espaço anexo ao convento. O capelão tinha a seu cargo o cuidado espiritual das religiosas, ou seja, a realização de missas, confissões, etc. A título de exemplo, o convento de Nossa Senhora da Encarnação, em dezembro de 1751, pagou 40$000 réis ao guardião do convento de São Francisco, pelos sermões de todo o ano[49]. O relacionamento dos frades franciscanos com as freiras era regulamentado. Por exemplo, em Conselho Definitório da Custódia da Madeira, de 22 de junho de 1772, presidido pelo bispo D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, era ordenado, em relação ao convento de Santa Clara, no Funchal, que dessa data em diante nenhum religioso franciscano teria licença para falar com as freiras senão por escrito, como mandavam os estatutos, e tal licença só seria dada com causa justificada, apresentando a licença ao padre confessor e, na sua ausência, ao padre capelão do dito convento «para que lhe permita falar naquele mosteiro». O religioso que procedesse em contrário seria disciplinado e transferido do convento do Funchal[50].

Segundo as Constituições Gerais da Ordem, «para todas as freiras, e religiosas, sogeitas a obediencia da Ordem de N.P.S. Francisco»[51], copiadas em 1781 pela abadessa do convento de Santa Clara, a prática musical deveria se circunscrever a músicas de caráter religioso e aos espaços religiosos, não sendo permitido que «as Religiosas nos locutórios […] tanjão arpas, violas, ou outros instrumentos cantando muzicas profanas, nem bailem, nem dansem ainda que seja com seus Abitos, por ser contra a modéstia. E se algua vez com licensa da prelada por cauza justa cantar alguma Religiosa, sejao letras ao Divino, e isto diante de tais pessoas, que honestem e qualifiquem a ação»[52]. Os conventos podiam ter uma mestre de coristas. Nos ofícios divinos, a música não deveria sobrepôr-se à devoção, conforme determinavam estas mesmas Constituições: «que o Officio Divino se diga em canto cham, simples, uniforme, e nam em canto de órgão». No entanto, mediante permissão do Prelado Geral ou Provincial, «havendo cauzas bastantes, [poderiam] dar licença que se cante em alguns Mosteiros Canto de órgão»[53].

---

[49] ABM, *Conventos*, CNSEF, L.º 23, fl. 90v.º.
[50] ANTT, *CSSC*, L.º 1, fls. 29-29v.º.
[51] ANTT, *CSCF*, L.º 17, fl. 1.
[52] ANTT, *CSCF*, L.º 17, fl. 1.
[53] LESSA, 2015, «Práticas musicais nos Mosteiros de Clarissas da ilha da Madeira […]», pp. 371-374.

Por ocasião das festividades do calendário religioso, ao longo do ano, ou por obrigações de encargos pios, algumas missas eram cantadas nos conventos femininos.

No convento de Santa Clara, tinham especial relevo as missas cantadas nas seguintes festas: Domingo do Senhor[54]; Dia da Ascensão[55]; Santa Clara[56]; Dia do Espírito Santo[57]; Santo António, na capela do Curral da Serra, também denominado de Curral das Freiras[58]; Semana Santa (Paixão em Sexta-feira Santa); Conceição[59]; Natal[60]; São João[61]; Santa Ana[62]; Santa Catarina e nos ofícios[63].

No convento de Nossa Senhora da Encarnação sobressaem as missas cantadas nos dias: da Paixão da Semana Santa[64]; de Santo António[65]; de São João[66]; de Nossa Senhora da Encarnação (orago); e do Domingo do Senhor.

No recolhimento do Bom Jesus, na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, são habituais as missas cantadas: da Paixão[67]; «do Egipto» ou da «Fugida do Egipto»[68]; de Santo António[69]; do Dia de Jesus[70]; na noite de Natal[71]; de Nossa Senhora do Carmo[72]; de Santa Ana[73]; do Dia da Ascensão[74]; e do Dia

54 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fls. 62v.º.

55 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fls. 19, 62v.º; L.º 50, fl. 72; L.º 53, fls. 44; L.º 54, fls. 33v.º, 58v.º, L.º 55, fls. 61, 70; L.º 56, fl. 19; L.º 65, fls. 22, 58.

56 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fls. 62v.º.

57 ANTT, *CSCF*, L.º 54, fl. 71v.º; L.º 50, fl. 116; L.º 57, fls. 50; tratava-se da capela (encargo) de Isabel Ferreira, com missa em dia do Espírito Santo, ofertada com 12 bolos, um chibarro e esmola de $250 réis.

58 ANTT, *CSCF*, L.º 49, fls. 21v.º, 45; L.º 57, fl. 50 ; L.º 65, fl. 23v.º; L.º 67, fl. 31.

59 ANTT, *CSCF*, L.º 67, fl. 45.

60 ANTT, *CSCF*, L.º 67, fl. 45;

61 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fl. 64v.º.

62 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fl. 64v.º.

63 ANTT, *CSCF*, L.º 51, fl. 78; L.º 50, fl. 130, L.º 54, fl. 71.

64 As duas Paixões da Semana Santa de 1822 foram cantadas pelo padre Carlos (10$000 réis); em 1824, o padre João Nepomuceno dos Prazeres recebeu 8$000 réis, por cantar as Paixões na Semana Santa e por servir de diácono; em 1825, o padre Manuel da Paixão e o padre Felipe de Santiago receberam, cada um, 8$000 réis, por cantarem a Paixão e «serem revestidos» nesses dias (ANTT, *CNSEF*, L.º 42, fl. 69v.º (1825).

65 ANTT, *CNSEF*, L.º 46, fl. 66 (1833).

66 ANTT, *CNSEF*, L.º 46, fl. 95 (1834).

67 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 11 (1743); L.º 22, fl. 53v.º (1776); L.º 23, fls. 7 (1778), 28 (1787), 30v.º (1788), 33 (1789).

68 ABM, *RBJ*, L.º 23, fls. 5 (1777), 7 (1778), 9 (1779); L.º 26, fl. 100 (1847).

69 ABM, *RBJ*, L.º 22, fl. 23v.º (1757); L.º 23, fls. 5 (1777), 7 (1778).

70 ABM, *RBJ*, L.º 22, fl. 43 (1773); L.º 24, fls. 38 (1819), 102 (1821); L.º 25, fl. 8 (1819); L.º 27, fls. 47 (1828), 57 (1829), 66 (1829).

71 ABM, *RBJ*, L.º 22, fl. 43 (1773); L.º 24, fl. 36 (1818); L.º 27, fl. 66 (1829).

72 ABM, *RBJ*, L.º 24, fl. 88 (1820); L.º 25, fl. 21 (1820); L.º 26, fl. 38 v.º (1844); L.º 27, fl. 40 (1827); L.º 27, fl. 62 (1829).

73 ABM, *RBJ*, L.º 27, fls. 16 (1825), 40 (1827), 52 (1828).

74 ABM, *RBJ*, L.º 27, fls. 51 (1828).

dos Defuntos (a fonte refere «missa de ofício pelas almas»)[75]. São regulares as missas por alma do fundador do recolhimento[76], o arcediago da Sé Simão Gonçalves Cidrão, e pelas almas de D. Manuel da Rocha Freire, em dia da Ascensão[77], de Ângela dos Serafins[78] e de Pascoal Ferreira[79].

Face a excessos que algumas freiras faziam em determinadas festas no convento de Santa Clara, as Constituições Gerais determinavam que as festas «se celebrarão com a muzica dos Mosteiros sem trazela de fora»[80], o que nem sempre foi cumprido. Na cantoria das missas, as fontes identificam também outros protagonistas, sendo geralmente um ou dois sacerdotes em cada missa. Nos registos do convento de Nossa Senhora da Encarnação estão identificados nas missas cantadas os padres Carlos, João Nepomuceno, Manuel da Paixão e Guilherme José Nunes[81]. Também no recolhimento do Bom Jesus as missas eram cantadas por clérigos, denominados de «padres»[82], «o misante e os acólitos»[83], o «padre confessor»[84], ou pelo capelão do recolhimento nas missas de pensão da casa[85].

Para exaltação de algumas missas cantadas participavam cantores e músicos leigos[86]. Já no período próximo da extinção das ordens religiosas, José Joaquim de Oliveira Paixão ensaiou a «musica» que interpretou no convento de Nossa Senhora da Encarnação, nas solenidades do verão de 1832, recebendo 4$000 réis pelo serviço[87].

---

75 ABM, *RBJ*, L.º 27, fls. 31 (1826), 44 (1827), 55 (1828).

76 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 6 (1743); L.º 24, fls. 30 (1818), 96 (1820); L.º 25, fl. 3 (1819), L.º 27, fls. 44 (1827), 55 (1828), 65 (1829).

77 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 5v.º (1743).

78 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 6 (1743).

79 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 6 (1743); L.º 27, fls. 45 (1827), 55 (1828), 64v.º (1829).

80 LESSA, 2015, «Práticas musicais nos Mosteiros de Clarissas da ilha da Madeira […]», p. 373.

81 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fls. 85 v.º (1822); ANTT, *CNSEF*, L.º 42, fls. 8 (1824); ANTT, *CSCF*, L.º 42, fl. 69v.º (1825); ANTT, *CSCF*, L.º 46, fl. 85v.º (1834).

82 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 11 (1743); L.º 22, fls. 33v.º (1764), 50 (1775), 53v.º (1776); L.º 23, fls. 5 (1777), 7 (1778), 30v.º (1788); L.º 24, fls. 4 (1818)

83 ABM, *RBJ*, L.º 25, fl. 8.

84 ABM, *RBJ*, L.º 27, fls. 51 (1828), 52 (1828).

85 ABM, *RBJ*, L.º 23, fl. 28 (1787).

86 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 93 (1752); L.º 25, fl. 50v.º (1840).

87 ANTT, *CNSEF*, L.º 46, fl. 46 (agosto de 183). José Joaquim de Oliveira Paixão, aqui identificado, em princípio será a personalidade que casou, a 1 de agosto de 1822, com D. Helena Inácia Telo de Meneses, na capela da Saúde, na freguesia de São Pedro do Funchal (ABM, *RP*, São Pedro, Casamentos, L.º 9, fl. 81). Nas atividades do clero secular também individualidades não pertencentes ao clero prestavam serviços de cântico e música nas funções religiosas. Na igreja de Nossa Senhora da Luz, na vila da Ponta do Sol, a confraria do Santíssimo Nome de Jesus pagou ao alferes António Joaquim de Freitas Pestana, em 1818-1819, $600 réis na qualidade de «cantor […] no dia da festa», e em 1820--1821 pagou 1$000 réis «por cantar e tocar órgão» (ABM, *Confrarias*, L.º 78, Ponta do Sol, igreja de

Nesta época, o termo "música", no contexto religioso, podia não se reportar apenas à parte instrumental, mas ao conjunto de cantores e músicos que pontificavam nas cerimónias religiosas, como se contata numa despesa de 1820: «Por dinheiro para saptisfazer aos instrumentos que acompanharão a Muzica 23$500»[88].

Além do pagamento em dinheiro aos cantores e músicos, aos mesmos, assim como também aos residentes nas casas conventuais, era habitual ser ofertada uma merenda no dia da festa, composta de bolos, doces, rosquilhas, pastéis, empadas, chá, café ou leite. Vejamos alguns casos.

O recolhimento do Bom Jesus, por exemplo, ofertou: uma «galantaria» aos padres que cantaram a Paixão (1743, 1$500 réis)[89]; uma merenda onde foram empregues «ôvos para quem canta no coro $100» (1743)[90]; uma «galantaria para os frades de S. Francisco» na Semana Santa (1752, com o gasto de 4$800 réis em açúcar)[91]; o almoço (ovos, açúcar, manteiga, chá, café e leite) aos músicos em dia de Nossa Senhora do Carmo (junho de 1826)[92]; e «bolos de mel para os Muzicos de boas festas» (janeiro de 1844)[93] – ou seja, um mimo de agradecimento pelos serviços musicais na época do Natal.

No convento de Santa Clara, exemplifique-se com os gastos de: «31 [ovos] com os padres que cantarão a misa dia da Asençam – Domingo do Senhor e de Nossa Matriarca $155 [réis]» (1767)[94]; açúcar no «Jantar dos Padres que cantarão as misas nas três festas – «Santo Antonio, S. João, S.ª Anna – Domingo do Senhor – e no dia do Enterro 150 [réis]» (1767)[95]; «20 [ovos] no barrar a empada que se repartio o dia que se cantou oficio de Pais e Maes $100 [réis]» (1770)[96]; «Trigo […] No Pam que se deu o dia que se cantou o oufficio de Pais e Mais 4 [alqueires]» (1779)[97]; «270 [ovos] nas lágrimas [isto é, doces] que se repartiu com as religiosas o dia em que se cantou o

Nossa Senhora da Luz, Confraria do Santíssimo Nome de Jesus, 1799-1840, fls. 39 e 45v.º. O alferes António Joaquim de Freitas Pestana casou a 7 de janeiro de 1815, nesta igreja, com Luciana Cândida Borges (ABM, *RP*, Ponta do Sol, Casamentos, L.º 8, fls. 110v.º-111). Em 1787, na igreja de São João Batista, da Fajã da Ovelha, a confraria de Nossa Senhora da Candelária, na festa do orago, pagou $800 réis ao cantor Francisco Manuel (ABM, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 54, fl. 4).

88 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fls. 22-23.
89 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 11 (1743).
90 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 2 (1743).
91 ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 93 (1752).
92 ABM, *RBJ*, L.º 27, fl. 28 (1826).
93 ABM, *RBJ*, L.º 26, fl. 31 (1844).
94 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fl. 62v.º.
95 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fl. 64v.º.
96 ANTT, *CSCF*, L.º 50, fl. 16.
97 ANTT, *CSCF*, L.º 51, fl. 78.

oficio de pais e maes 1$350 [réis]» (1787)[98]; açúcar «Nas tutras[99] no dia que se cantou o oficio do generalicimo 46 ½» [arratéis] (1787)[100]; «156 [ovos] no arroz [doce] o dia que se cantou o oficio do Generalissimo dia da Conceição e dia de Reis $780 réis» (1791)[101].

No convento de Nossa Senhora da Encarnação é registado, por exemplo, os gastos de: «pasteis para obrigasois da casa e muzicas 4 ½ alqueires […] Para bollos rosquilhas para convite dos pretos 4 ½ ¼» (1762)[102]; «canella para as empadas do lava pes, e musicas $100 [réis]» (1767)[103]; «peixe da comida das religiosas, e musicas, e pensoens de fora 7$100 [réis]» (julho de 1769) [104]; trigo «Para impadas das obrigações da casa, musicas e lavapes – 10 alqueires» (dezembro de 1769)[105]; «asucar para os doces dos músicos e soldados e outras obrigaçoens 2 arrobas 5 libras a 160 – 12$400 [réis]» (março de 1819)[106]; «12 arrateis de assucar para amêndoa dos apóstolos e as Musicas a 120 1$440 [réis]» (1820)[107]; «20 arateis de assucar a 120 réis para amendoa dos Anjos, as que vão ao LavaPés, e Musicos 2$800 [réis]» (março de 1821)[108]; «Por pão para as Religiosas que vão ao Lava Pes e Musicas 3 alqueires» (abril de 1821)[109]; «propina as Religiosas do Lava pés e Musicas 3 alqueires e meio a saber de farinha da terra 3 alqueires e meio de fora […] Por mais 9 arrateis de assucar para com elles se fazerem 5 arrateis de pão de ló, arratel e meio de broas de amendoa, e dois arrateis de biscoitos, tudo isto para se rrepartir com as religiosas do Lava pés e Musicas 1$080» (março de 1822)[110].

À semelhança dos espaços conventuais masculinos, o órgão ocupava um lugar de eleição entre os instrumentos musicais nas atividades religiosas das casas conventuais femininas.

O convento de Santa Clara possuía um órgão, sendo habituais os consertos ao mesmo. Por exemplo, existem despesas em carne de vaca (primeiros meses de

98 ANTT, *CSCF*, L.º 50, fl. 130.
99 Trutas (doce).
100 ANTT, *CSCF*, L.º 50, fl. 109.
101 ANTT, *CSCF*, L.º 54, fl. 63v.º.
102 ABM, *CNSEF*, L.º 23, fl. 120.
103 ABM, *CNSEF*, L.º 24, fl. 12.
104 ABM, *CNSEF*, L.º 24, fl. 58v.º.
105 ABM, *CNSEF*, L.º 24, fl. 64.
106 ANTT, *CNSEF*, L.º 40, fl. 24.
107 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fl. 3.
108 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fl. 47.
109 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fl. 50v.º.
110 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fls. 84.

1766)[111], em trigo (em meados de 1773)[112] e em dinheiro para quem consertou o órgão (13$800 réis em 1794)[113]. No desenrolar no século XIX são especificadas as despesas com os consertos. Por exemplo, no último quartel de 1814, foram gastos 5$100 réis no órgão, nomeadamente em dois côvados de encerado, pelica, grude e trancas[114]. Em finais de 1816, o convento recorreu a Francisco António do Vale, pagando-lhe 35$000 réis pelo conserto do órgão.

Nas décadas de 1810 e 1820, quando os pianos começaram a ser utilizados na Madeira, o convento de Santa Clara acompanhou a novidade, tendo atribuído 6$000 réis, pela altura da Semana Santa de 1822, a «quem consertou o órgão e pianno»[115]. Ainda neste ano, o piano foi alvo de afinação, tendo o convento gastado 38 ovos em doce para ofertar a quem o afinou[116]. Já na década seguinte, o piano foi afinado pelo «Xavier», que recebeu $600 réis por altura da festa de Santa Clara, em agosto de 1833[117], e 1$200 réis pelas festas da Conceição e do Natal de 1834[118]. Fitch Taylor, que visitou a Madeira, refere em 1840 que, neste convento,

> «um piano-forte ocupava também uma posição junto ao altar; e as freiras, umas de pé e outras sentadas sobre o tapete […]. Uma harpa estava também na ponta do piano; e agora uma senhora com um traje completo e um tanto vistoso, mas de bom gosto, avançou até à harpa, e a música era esperada»[119].

Desde a década de 1810 que o piano, também denominado de «piano forte»[120], estava presente nos eventos musicais da ilha da Madeira, o que revela atenção às novidades a nível musical instrumental, embora com algum atraso relativamente ao que se passava no continente europeu.

A referência mais recuada ao piano nos conventos da Madeira ocorre em março de 1818, no recolhimento do Bom Jesus da Ribeira, no tempo da regência de Maria Quitéria da Natividade, quando foram despendidos $800 réis a quatro homens «que trocerão o Piano para o coro»[121]. O piano seria cedido ou alugado a outra instituição ou entidade particular, pois são constantes os pagamentos, de valores entre os $150

111 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fl. 19v.º.
112 ANTT, *CSCF*, L.º 50, fl. 44.
113 ANTT, *CSCF*, L.º 55, fl. 33v.º.
114 ANTT, *CSCF*, L.º 61, fl. 5.
115 ANTT, *CSCF*, L.º 60, fl. 46v.º.
116 ANTT, *CSCF*, L.º 60, fl. 53.
117 ANTT, *CSCF*, L.º 67, fl. 26.
118 ANTT, *CSCF*, L.º 67, fl. 45v.º.
119 TAYLOR, 1840, p. 72; ESTEIREIRO, 2010, «Difusão e Efeitos do Piano […]», p. 143.
120 ABM, *RBJ*, L.º 25, fls. 39 e 40 (abril de 1821); L.º 27, fl. 25 (março de 1826).
121 ABM, *RBJ*, L.º 24, fl. 8.

réis e os $800 réis, «a quem levou», «a quem trouxe» ou na «condução do coro para baixo», como se constata nos anos de 1818 (março), 1821 (abril), 1826 (março), 1828 (março), por altura das cerimónias da Semana Santa[122], ou esporadicamente, segundo os registos, em 1825 (janeiro) para a festa de Jesus[123] e em 1841 (junho) para a festa de Nossa Senhora do Carmo[124]. Na década de 1820 surgem diversas referências à venda de pianos na imprensa regional[125], encontrando-se, em 1821, à venda neste recolhimento «hum Piano novo, de oitava menor»[126].

O convento de Nossa Senhora da Encarnação também possuía um órgão na igreja, sendo habituais os gastos com mão-de-obra e materiais, à semelhança dos outros espaços religiosos. Em abril de 1815 Francisco António consertou o órgão (5$000 réis) tendo aplicado uma aduela de bordo no respetivo conserto ($350 réis)[127], e em outubro de 1821 o mesmo instrumento foi consertado pelo mestre Valentim ($800 réis)[128]. Em novembro de 1824 foram empregues $700 réis em pelica e grude para os foles do órgão. Em 1820, por altura da Semana Santa, foram pagos $600 réis a 6 homens que «levarao e trocerão o orgam da Igreja». Esta despesa revela que se trata de um órgão portátil que teria sido levado ao exterior, provavelmente a uma festividade noutro templo.

Um piano também é mencionado nas solenidades da igreja do convento da Encarnação a partir de novembro de 1820, quando o convento pagou $800 réis ao mestre Valentim no seu conserto[129]. O piano utilizado pela comunidade religiosa deste convento parece não ser pertença do mesmo, pois em abril de 1823 foram pagos $100 réis a «hũ Homem que foi buscar hũ Pianno para serviço da comunidade», e, em agosto de 1824, $100 réis por «carreto de hum Piano que veio para a solenidade» do Domingo do Senhor[130].

Para a festa de Nossa Senhora da Encarnação também é habitual a requisição de um piano. Na festa de 1826 foram pagos $100 réis a um homem por trazer um piano

---

122 ABM, *RBJ*, L.º 24, fls. 8 (março de 1818), 110, 112 (abril de 1821l); L.º 25, fls. 39 e 40 (abril de 1821); L.º 27, fls. 25 (março de 1826), 50 (março de 1828).
123 ABM, *RBJ*, L.º 27, fl. 9 (janeiro de 1825).
124 ABM, *RBJ*, L.º 25, fl. 73v.º (junho de 1841).
125 ESTEIREIRO, 2010, «Difusão e Efeitos do Piano […]», p. 140.
126 ESTEIREIRO, 2010, «Difusão e Efeitos do Piano […]», p. 140, citando *O Patriota Funchalense*, 1821-10-06, p. 8.
127 ANTT, *CNSEF*, L.º 39, fls. 4, 5.
128 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fl. 67.
129 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fl. 30.
130 ANTT, *CNSEF*, L.º 42, fl. 30.

para a igreja do convento[131], e na festa de 1829 foram pagos $200 réis pelo carreto de um piano e $400 réis pela afinação do mesmo[132]. Este valor na afinação do piano é repetido nos anos de 1828 (novembro e dezembro) e 1832 (março)[133], o que revela que a entidade que encomendava o piano ficava encarregue da sua afinação. No inventário realizado, em 1890, pela Fazenda Nacional, após a extinção do convento, foi arrolado: «um órgão pequeno móvel no valor de vinte mil reis, um piano de cauda com cinco oitavas e meia no valor de seis mil reis e três estantes, uma maior que servia no coro, e um coreto de pinho movel e sua respetiva estante no valor de três mil reis»[134].

Os instrumentos de cordas eram igualmente usados na interpretação de músicas sacras nos conventos femininos. São constantes as aquisições de cordas para instrumentos no convento de Santa Clara e no recolhimento do Bom Jesus.

O convento de Santa Clara, no último quartel do século XVIII, de modo generalista, ou seja, sem especificar o instrumento, adquire constantemente «cordas para o coro»[135], assim denominadas para as diferenciar das cordas adquiridas para o sino. Outras aquisições são especificadas: «cordas para gasto da muzica»[136] ou «cordas para a muzica do coro»[137], oscilando os valores das aquisições entre os $400 e os 4$000 réis. Excecionalmente, foram especificados os seguintes gastos: em finais de 1772 ou inícios de 1773, 1$600 réis por «2 massos de cordas do Campo para gasto do coro»[138]; em 1773, 1$300 réis em «cordas de viola»[139]; em 1778, $900 réis em «hum maso de cordas que se mandarão vir de Lx.ª [Lisboa] para o gasto do couro»; 2$000 réis em «cordas de viola para gasto da Musica»[140]; e, em 1780, $800 réis num «maso de cordas para gasto da muzica»[141]. As mencionadas «cordas do Campo» tratar-se-iam de cordas de fabrico local, assim denominadas para diferenciação das importadas?

131 ANTT, *CNSEF*, L.º 43, fl. 7.
132 ANTT, *CNSEF*, L.º 45, fl. 5.
133 ANTT, *CNSEF*, L.º 44, fls. 65, 67v.º; L.º 46, fl. 34v.º. Em junho de 1832, o convento gastou, ainda, $100 réis no conserto de «3 ferrinhos do Piano» (ANTT, *CNSEF*, L.º 46, fl. 41v.º).
134 LESSA, 2015, «Práticas musicais nos Mosteiros de Clarissas da ilha da Madeira […]», p. 380.
135 ANTT, *CSCF*, L.º 51 (1777-1780), fl. 12v.º; L.º 52 (1780-1783), fl. 13; L.º 56 (1795-1798), fl. 38v.º.
136 ANTT, *CSCF*, L.º 51 (1777-1780), fls. 45v.º, 74v.º; L.º 52 (1780-1783), fls. 19v.º, 23v.º, 42v.º,48v.º, 52v.º, 73, 79; L.º 53 (1783-1788), fls. 10v.º, 19, 36v.º, 41, 44, 63, 68, 71; L.º 50 (1786-1789), fls. 101v.º, 108, 128, 159, 162, 165; L.º 54 (1789-1792), fls. 10v.º, 13, 16, 19, 33v.º, 58v.º, 64, 67; L.º 55 (1792-1795), fls. 12, 14v.º, 70; L.º 56 (1795-1798), fl. 16.
137 ANTT, *CSCF*, L.º 50 (1786-1789), fl. 137.
138 ANTT, *CSCF*, L.º 50, fl. 48.
139 ANTT, *CSCF*, L.º 50, fl. 80.
140 ANTT, *CSCF*, L.º 51, fls. 19v.º, 23v.º; L.º 53, fls. 13v.º, 16.
141 ANTT, *CSCF*, L.º 51, fl. 81v.º.

Neste período em análise, as cordas para violas e rabecas eram habitualmente feitas de tripas de ovinos, como refere Raphael Bluteau: as cordas «de Violas, Rebeccas, Harpas, & c. são de tripas de Carneyro, as de Cravos, Manicordios, & c. são de fios de Arame. Tambem se fazem de prata; as de ouro serião mais suaves, & mais attractivas, que todas»[142].

De igual modo, no recolhimento do Bom Jesus, são conhecidas, ao longo das décadas de 1740 a 1770, aquisições de «cordas da viola» ou «cordas para a viola»[143], ou de «cordas para o rabecão»[144] ou «cordas da viola e rabecão»[145], o que revela o uso destes dois instrumentos. A partir de 1757 são habituais as aquisições de «cordas para os instromentos do coro»[146] ou para os «instromentos do Officio Divino»[147], devendo tratar-se dos instrumentos identificados atrás e, provavelmente, de outros de cordas.

As despesas com cordas para instrumentos são habitualmente realizadas nas festas de maior relevo – do Domingo do Senhor, de Santa Clara e do Natal –, momentos em que eram tocados estes instrumentos que deveriam estar em bom estado.

A partir do século XIX é mais habitual a utilização do órgão e do piano, em detrimento dos instrumentos de cordas.

Nos outros conventos também eram utilizados instrumentos de cordas. Por exemplo, o convento de Nossa Senhora da Encarnação, em novembro de 1820, pagou $400 réis em «cordas para hum Rebecão para o serviso da comunidade»[148]; e no convento de Nossa Senhora das Mercês, no inventário dos objetos encontrados no convento aquando da morte da última religiosa, em 1895, foi registado, no quarto do noviciado, «Um descanço para rebecão de pinho pintado avaliado em quatro

---

142 BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez e Latino* […], vol. B-CZA, p. 545.

143 ABM, *RBJ*, L.º 21 (1743-1775), fls. 1v.º (março de 1743), 17v.º (agosto de 1744), 26v.º (março de 1745), 27 (julho de 1745), 27v.º (julho de 1745), 33 (fevereiro de 1746), 35 (julho de 1746), 37 (dezembro de 1746), 42 (fevereiro de 1747), 43v.º (maio de 1747), 45v.º (maio de 1747), 55v.º (março de 1748), 56v.º (maio de 1748), 57 (julho de 1748), 83 (abril de 1751), 109v.º (agosto de 1753), 112 (julho de 1754), 115v.º (dezembro de 1754), 136v.º (março de 1760).

144 ABM, *RBJ*, L.º 21 (1743-1775), fls. 15v.º (abril de 1744), 33v.º (março de 1746), 43v.º (março de 1747), 56v.º (maio de 1748), 75v.º (março de 1750), 110 (dezembro de 1753), 114v.º (agosto de 1754), 115v.º (novembro de 1754), 125 (agosto de 1757), 125v.º (agosto de 1757); L.º 22 (1745-1776), fls. 29 (fevereiro de 1762), 46 (1773), 53v.º (1776).

145 ABM, *RBJ*, L.º 21, fls. 33v.º (março de 1746), 42v.º (março de 1747), 45v.º (novembro de 1747), 59v.º (janeiro de 1749), 66 (março de 1749), 68 (julho de 1749), 81v.º (dezembro de 1751), 92v.º (março de 1752), 100v.º (abril de 1753), 123 (novembro de 1756). Em março de 1757, o recolhimento gastou $100 réis no conserto do rabecão (ABM, *RBJ*, L.º 21, fls. 124).

146 ABM, *RBJ*, L.º 21, fls. 128v.º (março de 1758), 132v.º (junho de 1758), 133 (novembro de 1758), 162 (setembro de 1764).

147 ABM, *RBJ*, L.º 21, fls. 132 (outubro de 1758), 166 (junho de 1765 e novembro de 1765). Em janeiro de 1769, o recolhimento do Bom Jesus adquiriu um «instromento para o coro» por 2$750 réis (ABM, *RBJ*, L.º 21, fl. 184 (1769)).

148 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fl. 33.

centos réis», e no coro «Um rebecão pequeno, com a respectiva caixa e um descanso de madeira avaliado tudo em cinco mil réis»[149]. No termo de entrega e depósito dos móveis pertencente a este extinto convento às pupilas do mesmo, em abril de 1896, é novamente mencionado um «Um rabecão pequeno, com a respectiva Caixa e um descanço de madeira avaliado tudo em cinco mil réis»[150]. O rabecão pequeno é sinónimo de um violoncelo[151]. O visconde do Porto da Cruz, em 1954, referia que neste convento «Ao "ofertório" as Freiras cantavam lamuriantes preces ao som de um velho rabecão que meu Bisavô oferecera»[152].

A morte de um monarca tratava-se de um momento marcante, com manifestações de pesar e luto a espalharem-se por toda a metrópole e pelo império. As principais manifestações ocorriam nas catedrais, com a construção de mausoléus e a realização de cortejos, momentos musicais, missas, ofícios e outros atos religiosos[153]. Aquando da morte da rainha D. Maria I, em março de 1816, o convento de Santa Clara preparou arrojadas manifestações com um ofício que atingiu a avultada quantia de 342$010 réis. No ofício, que ocorreu no quarto trimestre de 1816 ou em janeiro de 1817, foram pagos 80$860 réis «Por mimo que se ofereceu a quem tucou os rabecoens»[154], tratando-se da maior despesa musical no período analisado neste estudo. Ainda no dito ofício realçam-se as despesas do sermão (20$000 réis), os pagamentos ao armador e serventes (66$100 réis) e a construção do mausoléu (pintores e tabuado, 179$750 réis)[155].

No convento de Nossa Senhora da Encarnação, e principalmente no convento de Santa Clara, as festas do Senhor e dos respetivos oragos revestiam-se de especiais festejos, com o emprego de instrumentos musicais de percussão acompanhados por instrumentos de sopro, além dos itens habituais a qualquer festa religiosa, como missa com sermão, cânticos, ornamentos instalados por um armador, gastronomia especial, iluminação, etc.[156] Estes instrumentos designados de "música alta", por produzirem

[149] ANTT, *Ministério das Finanças*, *Convento de Nossa Senhora das Mercês, Funchal*, cx. 2076, fls. 22v.º, 26v.º.

[150] ANTT, *Ministério das Finanças*, *Convento de Nossa Senhora das Mercês, Funchal*, cx. 2076, fl.n.n.

[151] VINAGRE, 2021, *O Violoncelo na Música Sacra em Portugal entre 1750 e 1834*, pp. 13-15.

[152] LESSA, 2015, «Práticas musicais nos Mosteiros de Clarissas da ilha da Madeira […]», p. 381.

[153] Sobre as manifestações públicas de pesar, na Madeira, pela morte de reis ou príncipes, veja-se: SANTOS, 2010, «Suspensões do Quotidiano: Manifestações Públicas de Pesar, no Funchal […]», pp. 604-626; SANTOS, 2012, «Cerimónias Fúnebres, no Funchal, pelo Falecimento de D. João V (1750)», pp. 150-168.

[154] ANTT, *CSCF*, L.º 61, fl. 35.

[155] ANTT, *CSCF*, L.º 61, fl. 35.

[156] Neste período analisado, a ausência de registos de receita e despesa do convento de Nossa Senhora das Mercês impossibilita a análise do uso, ou não, destes instrumentos musicais.

um som mais exuberante e serem executados, sobretudo, ao ar livre, tinham a função de anunciar as festividades[157].

No convento de Nossa Senhora da Encarnação, segundo os registos documentais, os instrumentos musicais de percussão e de sopro eram tocados por "moleques", muitas das vezes designados de "pretos". Segundo Raphael Bluteau, o termo «moleque» teve origem no Brasil e no século XVIII era sinónimo de «pequeno escravo negro»[158]. António Moraes da Silva, no *Diccionario da Lingua Portugueza*, publicado em 1789, refere que «moleque» significa «pretinho, negro pequeno»[159]. As escrivãs do convento de Santa Clara assentam, na maior parte das vezes, entre 1765 e 1802, os tocadores destes instrumentos de percussão e de sopro com a designação de «moleques»[160]. Em alguns momentos, nomeadamente em 1768, entre 1783 e 1786, com a escrivã Ana Jacinta de São Joaquim, e entre 1786 e 1789, com a escrivã Ângela Maria da Anunciação, encontramos ora «moleques», ora «pretos»[161]; entre 1792 e 1795, com a escrivã Ana Jacinta de São Joaquim, lemos a expressão «a quem tocou»[162]; e, numa única vez, em 1795, surge a designação de «pretos»[163]. Excecionalmente, por 3 vezes, em 1803, 1804 e 1805, os tocadores são referidos como «soldados», no convento de Santa Clara[164], e «homens», em 1816, no convento de Nossa Senhora da Encarnação[165].

Os registos da atividade musical com instrumentos de percussão e de sopro, no convento de Nossa Senhora da Encarnação, são mais ricos entre 1767 e 1768 e entre 1815 e 1818, podendo este facto estar relacionado com o uso mais regular destes instrumentos ou com o zelo e a discriminação pormenorizada nos livros de receita e despesa por parte da escrivã em funções à data.

No convento de Nossa Senhora da Encarnação, no primeiro período mencionado (1767-1768), são apontados pagamentos: aos «pretos», em 1767; «das xaramellas

---

157 FERNANDES, 2022, «A Banda Real e outros agrupamentos de instrumentos de sopro e percussão […]», p. 118; FONSECA, 2019, «Músicos escravos em Portugal e no Império português», pp. 179-188.

158 BLUTEAU, 1716, *Vocabulario Portuguez e Latino* […], vol. K-NYS, p. 541.

159 SILVA, 1789, *Diccionario da Lingua Portugueza* […], tomo segundo L-Z, p. 91.

160 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fls. 11 (1765), 35v.º (1767); L.º 50, fls. 13v.º (1770), 165 (1788); L.º 54, fl. 10v.º (1789); L.º 65, fls. 16 (1802), 33v.º (1802).

161 ANTT, *CSCF*, L.º 50, fls. 100v.º (1786), 108 (1786).

162 ANTT, *CSCF*, L.º 55, fls. 9 (1792), 14v.º (1793), 33 (1794), 67 (1795). Em outras épocas também é habitual não serem especificados quem tocava estes instrumentos (ANTT, *CSCF*, L.º 54, fl. 58v.º (1791); L.º 56, fls. 10v.º (1795), 16 (1795); L.º 61, fls. 5 (1814), 25 (1816)).

163 ANTT, *CSCF*, L.º 55, fl. 61.

164 ANTT, *CSCF*, L.º 65, fls. 39v.º, 58, 64.

165 ANTT, *CNSEF*, L.º 39, fl. 25.

véspera de Domingo do Senhor $500 [réis] [e] dia de N. Snr.ª do Monte e Santa Clara $950 [réis]» (1767)[166]; aos «que tocarão tambor e trombeta na festa do[a?] Snr.º/[a?] $950 [réis]»[167]; e, em 1768, aos «pretos» «das xaramellas das três festas deste mes [Senhor, Santa Clara e Nossa Senhora] 1$100 [réis]»[168] e que tocaram «as xaramellas»[169]. No segundo período (1815-1818), a festa de Nossa Senhora da Encarnação é a única que a propósito da qual existem registos de instrumentos de percussão e de sopro: em 1816, «aos homens que tocarão tambor, e Pifano dia de N. Snr.ª da Encarnação 1$800»[170]; e nas festas de Nossa Senhora da Encarnação de 1815 e 1818, os pagamentos, respetivamente, «Para os tambores dia de N. S. da Encarnação 1$600»[171] e «para o tanbor 1$600»[172]. Neste convento, a festa do Domingo do Senhor de 1820 destacou-se relativamente aos restantes anos, com as religiosas a despenderem as quantias de 23$500 réis em satisfação dos «Instrumentos que acompanharão a Muzica», $800 réis ao carpinteiro que armou e desarmou o coreto da música e $100 réis em pregos para a armação do «coretto na Igreja para a Musica»[173]. Neste convento é de destacar a aquisição de «papel pautado para Muzicas $400 [réis]»[174]. A partir de inícios da década de 1820, prevalece a preferência pela utilização do órgão e do piano, em detrimento destes instrumentos de percussão e de sopro.

Nos instrumentos de percussão eram tocados a caixa e o tambor.

No convento de Santa Clara, o uso do instrumento da caixa foi registado entre 1767 e 1774, sendo que em cada ato musical era apenas usada uma unidade acompanhada de vários tocadores de charamela. O conjunto dos tocadores de caixa e charamelas recebiam entre 1$200 e 3$150 réis pela atuação em duas festas[175]. Numa única vez, em 1770, em vez das charamelas foi registado o instrumento de sopro «buazes»[176], ou seja, boazes[177] – equivalentes a oboés.

---

166 ABM, *CNSEF*, L.º 24, fl. 17 (agosto de 1767).
167 ABM, *CNSEF*, L.º 24, fl. 18v.º (outubro de 1767).
168 ABM, *CNSEF*, L.º 24, fl. 37v.º (agosto de 1768).
169 ABM, *CNSEF*, L.º 24, fl. 43 (dezembro de 1768).
170 ANTT, *CNSEF*, L.º 39, fl. 25 (março de 1816).
171 ANTT, *CNSEF*, L.º 39, fl. 3 (abril de 1815).
172 ANTT, *CNSEF*, L.º 40, fl. 6 (março de 1818).
173 ANTT, *CNSEF*, L.º 41, fls. 22-23 (agosto de 1820).
174 ANTT, *CNSEF*, L.º 44, fl. 14 (janeiro de 1827).
175 ANTT, *CSCF*, L.º 48, fls. 35v.º (1767), 63v.º (1768); L.º 49, fl. 10 (1768); L.º 50, fls. 42v.º (1772), 72 (1773).
176 ANTT, *CSCF*, L.º 49, fl. 58v.º (1770).
177 Boaz é um «instrumento de sopro, oboaz» (SILVA, 1789, *Diccionario da Lingua Portugueza* […], tomo primeiro A-K, p. 184). Segundo diversos autores, os boazes estão na origem dos oboés. Catarina Fernandes refere que «Costuma designar-se por *hautbois* ("boazes") o instrumento que sucede à

Quanto ao tambor, surge quase sempre no singular. Apenas no quarto trimestre de 1811, por altura das festas de São Francisco e de Nossa Senhora da Conceição, foi apontada a despesa do tambor no plural – «tambores, e pífano»[178]. O tambor, à semelhança da caixa, também era acompanhado por um instrumento de sopro – o pífano (ou pífaro), sempre assentado no singular. O registo do conjunto do tambor e pífano surge entre 1791 e 1816, nas festas do Domingo do Senhor e de Santa Clara, recebendo os tocadores, por tocarem em duas festas, geralmente cerca de 3$700 réis. A partir de 1809 é comum a presença destes dois instrumentos na festa de Nossa Senhora da Conceição[179].

Se, entre 1767 e 1774 o instrumento de sopro registado era a charamela, e entre 1791 e 1816 era o pífano, no período intermédio, entre 1783 e 1788, a documentação do convento refere outro instrumento, as «tronpas» ou «trompas»[180], no plural (excetuando duas vezes). Em finais de 1785, provavelmente pela festa da Conceição, os instrumentos de sopro consignados por escrito foram os «clarins»[181].

Comparativamente com os demais conventos, é no convento de Santa Clara que é registada, de forma mais assídua, entre as décadas de 1760 e de 1810, a maior diversidade de instrumentos de percussão e de sopro utilizados nas festas de maior relevo, nomeadamente o Domingo do Senhor e a festa da padroeira Santa Clara.

Ressalva-se que essa diversidade poderá, por vezes, refletir as denominações dos instrumentos utilizadas pela escrivã responsável pelo registo das receitas e despesas em cada triénio de seu mandato, embora, em alguns casos, a mesma escrivã utilize nomes diferentes para os instrumentos de sopro. Por exemplo, a escrivã Ângela Maria da Anunciação, que exerceu o cargo entre 1770-1773 e 1786-1789[182], regista

charamela e ao *deutsche schalmei*, sendo utilizado o termo oboé para o instrumento da segunda metade do século XVIII. É possível que a designação "boazes" nalgumas fontes portuguesas possa corresponder ao *hautbois*» (FERNANDES, 2022, «A Banda Real e outros agrupamentos de instrumentos de sopro e percussão […]», p. 118).

178 ANTT, *CSCF*, L.º 62, fl. 6v.º (1811).

179 ANTT, *CSCF*, L.º 54, fl. 58v.º (1791); L.º 55, fl. 9v.º (1792); L.º 63, fl. 8v.º (1804); L.º 64, fls. 6 (1805), 14 (1806), 22v.º (1806), 32 (1807), 46v.º (1808); L.º 66, fls. 6 (1808), 12v.º (1809), 21 (1809), 27 (1810), 42 (1811); L.º 62, fls. 6v.º (1811), 15 (1812), 24 (1812), 31v.º (1813), 41 (1813), 41v.º (1813), 52v.º (1814); L.º 61, fls. 5 (1814), 12 (1814), 18v.º (1815), 25 (1816), 25v.º (1816).

180 ANTT, *CSCF*, L.º 53, fls. 9v.º (1783), 12 (1783), 16 (1783), 35 (1784), 36v.º (1784), 62 (1785), 63 (1785), 100v.º (1786), 107 (1786), 107v.º (1786), 128 (1787), 159 (1788), 165 (1788).

181 ANTT, *CSCF*, L.º 53, fl. 42 (1785).

182 ANTT, *CSCF*, L.º 50, termo de abertura, fl. 88v.º.

os instrumentos charamela, clarins e trompas[183]. A partir do início da década de 1820 são registadas poucas despesas ou menções relacionadas com música, o que poderá refletir a tendência da escrivã em não detalhar certos dispêndios.

A documentação das casas conventuais da Madeira, do final do século XVIII e do início do século XIX, revela que os frades prestavam serviços litúrgicos associados a encargos pios, festividades religiosas e cerimónias fúnebres, apresentando-se com cantores, organistas e, por vezes, órgão portátil. Nos conventos femininos, as freiras requisitavam cantores e músicos que executavam os instrumentos habitualmente utilizados nas festividades religiosas: órgão, piano, charamelas, trombeta, clarins, boazes, pífano, trompas, caixa e tambor.

Fontes

Fontes Manuscritas

ABM, *Confrarias*, L.º 78, Ponta do Sol, igreja de Nossa Senhora da Luz, Confraria do Santíssimo Nome de Jesus, 1799-1840.

ABM, *CNSEF*, L.º 23, Receita e Despesa, 1743-1763.

ABM, *CNSEF,* L.º 24, Receita e Despesa, 1767-1769.

ABM, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 54, Freguesia da Fajã da Ovelha, igreja de São João Baptista, Confraria de Nossa Senhora da Candelária.

ABM, *RBJ*, L.º 21, Receita e Despesa, 1743-1775.

ABM, *RBJ*, L.º 22, Receita e Despesa, 1745-1776.

ABM, *RBJ*, L.º 23, Receita e Despesa, 1777-1799.

[183] No período analisado, desempenharam o cargo de escrivã neste convento: Petronilha Rosa de São Pedro, entre 1765 e 1768 (ANTT, *CSCF*, L.º 48, termo de abertura); Maria Vitorina da Fé, entre 1768 e 1771 (ANTT, *CSCF*, L.º 49, fl. 1); Ângela Maria da Anunciação, entre 1770 e 1773 e entre 1786 a 1789 (ANTT, *CSCF*, L.º 50, termo de abertura, fl. 88v.º); Maria Jacinta do Bom Sucesso, entre 1777 e 1780 (ANTT, *CSCF*, L.º 51, termo de abertura); Ana Bárbara do Céu, entre 1780 e 1783 (ANTT, *CSCF*, L.º 52, termo de abertura); Ana Jacinta de São Joaquim, entre 1783 e 1786 (ANTT, *CSCF*, L.º 53, termo de abertura); Ana Cecília do Bom Sucesso, entre 1789 e 1792 (ANTT, *CSCF*, L.º 54, termo de abertura); Ana Jacinta de São Joaquim, entre 1792 e 1795 (ANTT, *CSCF*, L.º 55, termo de abertura); Luzia Josefa dos Serafins, entre 1795 e 1798 (ANTT, *CSCF*, L.º 56, termo de abertura); Inácia Maria da Conceição, entre 1801 e 1804 (ANTT, *CSCF*, L.º 65, termo de abertura); Antónia Vitorina do Coração de Jesus, entre 1804 e 1808 (ANTT, *CSCF*, L.º 63, fl. 0; L.º 64, termo de abertura); Carlota Matilde da Conceição, entre 1808 e 1811 e entre 1814 e 1817 (ANTT, *CSCF*, L.º 66, termo de abertura; L.º 61, termo de abertura); Ana Josefa da Natividade, entre 1811 e 1814 (ANTT, *CSCF*, L.º 62, termo de abertura); Maria Marta de Jesus Cristo, entre 1820 e 1823 (ANTT, *CSCF*, L.º 60, termo de abertura); e Ana Felisberta do Céu, entre 1826 e 1829 (ANTT, *CSCF*, L.º 58, termo de abertura).

ABM, *RBJ*, L.º 24, Receita e Despesa, 1817-1822.
ABM, *RBJ*, L.º 25, Receita e Despesa, 1819-1841.
ABM, *RBJ*, L.º 26, Receita, 1819-1845.
ABM, *RBJ*, L.º 27, Despesa, 1824-1830.
ABM, *RP*, Ponta do Sol, Casamentos, L.º 8, 1802-1816.
ABM, *RP*, São Pedro, Casamentos, L.º 9, 1816-1826.
ANTT, *CNSEF*, L.º 3, Livro de óbitos, 1749-1890.
ANTT, *CNSEF,* L.º 39, Despesa, 1815-1816.
ANTT, *CNSEF,* L.º 40, Despesa, 1818-1819.
ANTT, *CNSEF,* L.º 41, Despesa, 1820-1823.
ANTT, *CNSEF,* L.º 42, Despesa, 1824-1826.
ANTT, *CNSEF,* L.º 43, Despesa, 1826.
ANTT, *CNSEF,* L.º 44, Despesa, 1826-1828.
ANTT, *CNSEF,* L.º 45, Despesa, 1829.
ANTT, *CNSEF,* L.º 46, Despesa, 1831-1837.
ANTT, *CNSPRB*, L.º 1, Receita e Despesa, 1736-1745.
ANTT, *CNSPRB*, L.º 3, Receita e Despesa, 1801-1809.
ANTT, *CSBCL*, L.º 1, Receita e Despesa, 1792-1798.
ANTT, *CSBCL*, L.º 2, Receita e Despesa, 1798-1810.
ANTT, *CSBCL*, L.º 3, Receita e Despesa, 1810-1817.
ANTT, *CSBCL*, L.º 4, Receita e Despesa, 1817-1825.
ANTT, *CSCF*, L.º 17, Registo de Constituições Gerais para as Religiosas, 1781.
ANTT, *CSCF*, L.º 48, Receita e Despesa, 1765-1768.
ANTT, *CSCF*, L.º 49, Receita e Despesa, 1768-1771.
ANTT, *CSCF*, L.º 50, Receita e Despesa, 1771-1774, 1786-1789.
ANTT, *CSCF*, L.º 51, Receita e Despesa, 1777-1780.
ANTT, *CSCF*, L.º 52, Receita e Despesa, 1780-1783.
ANTT, *CSCF*, L.º 53, Receita e Despesa, 1783-1786.
ANTT, *CSCF*, L.º 54, Receita e Despesa, 1789-1792.
ANTT, *CSCF*, L.º 55, Receita e Despesa, 1792-1795.
ANTT, *CSCF*, L.º 56, Receita e Despesa, 1795-1798.
ANTT, *CSCF*, L.º 57, Receita e Despesa, 1798-1801.
ANTT, *CSCF*, L.º 58, Receita e Despesa, 1826-1829.
ANTT, *CSCF*, L.º 60, Receita e Despesa, 1820-1823.
ANTT, *CSCF*, L.º 61, Receita e Despesa, 1814-1817.
ANTT, *CSCF*, L.º 61, Receita e Despesa, 1814-1897.
ANTT, *CSCF*, L.º 62, Receita e Despesa, 1811-1814.

ANTT, *CSCF*, L.º 63, Receita e Despesa, 1804-1805.
ANTT, *CSCF*, L.º 64, Receita e Despesa, 1805-1808.
ANTT, *CSCF*, L.º 65, Receita e Despesa, 1801-1804.
ANTT, *CSCF*, L.º 66, Receita e Despesa, 1808-1811.
ANTT, *CSCF*, L.º 67, Receita e Despesa, 1832-1835.
ANTT, *CSFF*, L.º 1, Registo de patentes, 1732-1780.
ANTT, *CSFF*, L.º 5, Receita e Despesa, 1809-1815.
ANTT, *CSFF*, L.º 6, Receita e despesa, 1815-1832.
ANTT, *CSSC*, L.º 1, Registo de Patentes, 1753-1811.
ANTT, *CSSC*, L.º 2, Inventários, 1750-1782.
ANTT, *Ministério das Finanças*, *Convento de Nossa Senhora das Mercês, Funchal*, cx. 2076.

Fontes Impressas

BLUTEAU, D. Raphael, 1712 e 1716, *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. B-CZA e vol. K-NYS, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

MARTYRES, Verissimo dos, 1780, *Director funebre reformado para se officiar, e administrar com perfeição o sacrosanto viatico, extrema-unção aos enfermos, enterro, officio de defuntos, procissão das almas, e outras funções pertencentes aos mortos*, Lisboa, Regia Officina Typografica.

SILVA, António de Moraes, 1789, *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado, e Accrescentado por Antonio de Moares Silva Natural do Rio de Janeiro*, tomo primeiro A-K e tomo segundo L-Z, Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.

Bibliografia

ESTEIREIRO, Paulo, 2010, «Difusão e Efeitos do piano na vida cultural madeirense no século XIX», in *Islenha*, n.º 47, pp. 137-154.

FERNANDES, Cristina, 2022, «A Banda Real e outros agrupamentos de instrumentos de sopro e percussão ao serviço da monarquia (1707-1834): perfis profissionais, cerimonial de corte e práticas festivas», in PESTANA, Maria do Rosário (coord.), *Orquestrar utopias: música, associativismo e transformação social*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 115-146.

FONSECA, Jorge, 2019, «Músicos escravos em Portugal e no Império português», in PIMENTEL, Maria do Rosário; MONTEIRO, Maria do Rosário (coord.), *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*, CHAM – Centro de Humanidades e Húmus, pp. 179-188.

LADEIRA, Paulo, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I – Administração e Aspetos Religiosos», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 187-314.

LESSA, Elisa Maria, 2015, «Práticas musicais nos Mosteiros de Clarissas da ilha da Madeira nos séculos XVII e XVIII: aspetos litúrgicos, culturais e lúdicos da vida conventual feminina», in FRANCO, José Eduardo; COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global – História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Lisboa, Esfera do Caos, pp. 369-384.

SANTOS, Filipe dos, 2020, «O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal – Documentos e Notas para a sua História (Séculos XVII e XVIII)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 251-398.

SANTOS, Filipe dos, 2010, «Suspensões do Quotidiano: Manifestações Públicas de Pesar, no Funchal, pelos Falecimentos de D. Luís (1889) e de D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe (1908)», in *República e Republicanos na Madeira – 1880--1926*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 604-626.

SANTOS, Filipe dos, 2012, «Cerimónias Fúnebres, no Funchal, pelo Falecimento de D. João V (1750)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 4, pp. 150-168.

TAYLOR, Fitch Waterman, 1840, *The Flag Ship: or A Voyage Around The World, in the United States Frigate Columbia*, vol. I, New York, D. Appleton & Co.

VINAGRE, Diana Gomes, 2021, *O Violoncelo na Música Sacra em Portugal entre 1750 e 1834*, Tese de Doutoramento em Ciências Musicais (Musicologia Histórica), Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 75-152
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Banana na Economia da Madeira (1822-1929)

Banana in the Economy of Madeira (1822-1929)

Dinis Gouveia Pacheco[1]

Resumo

A banana constitui um fruto tropical que pode ser cultivado em latitudes superiores, como por exemplo em arquipélagos da zona geográfica da Macaronésia. As referências a plantas de bananeira na Madeira remontam há séculos, nomeadamente em jardins, mas os despachos de cachos de banana na Alfândega do Funchal iniciaram-se somente após o regresso da corte portuguesa a Lisboa, na década de 1820. As diferentes unidades usadas para registar este tráfico impossibilitaram uma análise mais precisa do desenvolvimento do comércio de banana da Madeira até às primeiras décadas do século XX. Com o fim do regime sacarino, o cultivo de bananeiras expandiu-se na Madeira e as técnicas de cultivo melhoraram, em resultado do investimento estrangeiro. Contudo, a diminuta área dedicada a esta cultura e os elevados custos de produção desinteressaram as grandes

[1] Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na EBS/PE e Creche Dona Lucinda Andrade, em regime de mobilidade (requisição) nos anos letivos de 2022-2026 no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido o verbete «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (disponível em http://tinyurl.com/2s3t7x7p) e publicado: 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2; 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV--XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4; 2022, «A Exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Islenha*, n.º 70; 2022, «Cal, indústria da», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores; e 2024, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII» e «A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6; 2024, *O Vinho (de finais do século XIX até à década de 70 do século XX)*, Coleção Madeira – Memórias Fotográficas, n.º 16, Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro; e 2025, «Os Empresários da Cal do Porto Santo durante a Ditadura Militar e o Estado Novo (1927-1974)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 7. Contacto: dinispax@gmail.com.

companhias que dominavam o comércio mundial de frutas. Assim, o circuito comercial foi controlado por intermediários e a menor competitividade do produto limitou a exportação, cujos mercados principais ficaram quase circunscritos ao território português e ao abastecimento de navios.

Palavras-chave: Banana; Bananeira; Intermediários; Exportação; Matalotagem; Fretes.

Abstract

Banana is a tropical fruit that can be grown at higher latitudes, such as in the archipelagos within the Macaronesia region. References to banana plants in Madeira date back centuries, particularly in gardens, but customs clearance of banana bunches began after the return of the Portuguese court to Lisbon in the 1820s. The different units used to record this trade make it impossible to accurately analyze the development of the Madeira's banana trade until the first decades of the 20th century. With the end of the sugarcane regime, banana cultivation expanded in Madeira, and cultivation techniques improved with foreign investment. However, the small area dedicated to this crop and the high production costs disinterested the large companies that dominated the global fruit trade. Thus, the commercial circuit was controlled by intermediaries and the lower competitiveness of the product limited exports, whose main markets were almost limited to Portuguese territory and the supply of ships.

Keywords: Banana; Banana Plant; Intermediaries; Export; Victuals; Freight.

Introdução

Considera-se a banana o único fruto tropical de preço relativamente acessível em zonas de clima temperado, e disponível no mercado durante todo o ano devido ao desenvolvimento das técnicas de cultivo e à disponibilidade de transportes[2]. O seu consumo milenar assumiu aspetos muito variados, considerando as variedades cultivadas e os hábitos culturais de muitos milhões de pessoas[3]. Todavia, o comércio mundial de bananas desencadeou-se apenas no último quartel do século XIX, associado ao cultivo em larga escala na América central de variedades de bananeiras

[2] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 197: comparável apenas a citrinos e maçãs, apesar da maior variabilidade de preços.

[3] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 23: a bananeira serviu de alimento desde tempos remotos. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, pp. 8-9.

de maior produtividade e resistência às condições de transporte[4]. O incremento dos rendimentos no mundo ocidental, decorrentes da industrialização e da economia global, estimulou o consumo de frutas, cujas propriedades e benefícios foram objeto de estudos e ampla divulgação.

As áreas agrícolas das ilhas da Madeira e do Porto Santo são bastante limitadas, por motivos de relevo e de clima. No que respeita à Madeira, apenas cerca de 28% das terras são agricultáveis; no Porto Santo, esse valor é ligeiramente superior, mas sem impacto na superfície total arquipelágica devido à menor área desta ilha[5]. Por este facto, a competição pelas melhores terras e pelo regadio condicionou o desenvolvimento de bananeirais, os quais não podiam ser dissociados das questões de acessibilidade e disponibilidade de condições adequadas à apanha, ao acondicionamento e ao transporte dos cachos para o mercado (Imagem n.º 1). Esta fruta atingia a maturidade no espaço de 280 a 340 dias, e podia ser consumida até 30 dias após o corte do cacho, desde que mantida em boas condições de armazenamento. À menor competitividade e volume de produção na Madeira, acresciam as deficientes infraestruturas rodoviárias e portuárias, por comparação, por exemplo, com o arquipélago das Canárias[6].

---

4 CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 28: a variedade Gros Michel propagou-se na América central a partir da Jamaica, por intermédio de empresas dos Estados Unidos da América. ANAIEF, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, pp. 2-3: a bananeira foi introduzida nas Canárias pelos portugueses, em 1402, e levada para a América, em 1516, mas o seu consumo em grande escala na América do Norte e na Europa iniciou-se no século XIX. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 78: a produção e comércio de banana em larga escala estão associados a investimentos em caminhos de ferro na América central. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 2-3: a construção de linhas férreas e o transporte refrigerado foram determinantes para o desenvolvimento de bananais próximos aos portos naturais da América central.

5 RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX* […], p. 73: apenas se cultivou cerca de 1800 ha, competindo 66,1 ha à bananeira, isto é, 3,7% da superfície agrícola. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 613: ensaiou-se a bananeira no Porto Santo, mas não vingou devido à escassez de água e ventos constantes. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 21-22. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», pp. 216-218: entre 1865 e 1958, a área de vinhas, canas-de-açúcar e bananeiras aumentou de 14% para 20% da superfície agrícola total na Madeira.

6 PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: o ciclo médio de produção da bananeira nos Açores era superior a um ano. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 263-264 e 271-275: a grande aspiração prendeu-se com a criação de um porto franco. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 212: registavam-se perdas significativas devido ao transporte e às operações de carga e descarga. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218: apontou-se para 12-14 meses entre o desenvolvimento da planta e o corte do cacho de banana.

Imagem n.º 1 – Corsa de tração animal para transporte de cachos de banana protegidos por folhas de bananeira, na estrada Monumental (c. 1908)



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Perestrellos Photographos, n.º inv. 406.

Na Madeira, a introdução de plantas de bananeira remonta aos primeiros séculos da sua história, havendo referências escritas desde o século XVI. No entanto, o interesse pelo comércio de banana apenas se efetivou na década de 1820, após o regresso da corte portuguesa a Lisboa, que havia partido para o Brasil em 1807, na sequência das invasões napoleónicas. Porém, este fruto era consumido localmente e foi considerado na alimentação das tripulações dos navios que faziam escala no porto do Funchal.

O declínio dos lucros de comercialização do vinho da Madeira, na primeira metade do século XIX, e os flagelos que afetaram as vinhas, na segunda metade desta centúria, possibilitaram a reconversão de culturas, com particular destaque para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, devido à importância dos subprodutos,

designadamente a aguardente, o álcool e o açúcar[7]. Por disputarem os mesmos solos e a água de rega, os bananeirais não se conseguiram afirmar na segunda metade do século XIX, em contraponto com o sucedido em Canárias.

O grande incremento no comércio mundial de frutas perecíveis, entre as quais se incluem as bananas, ocorreu com o desenvolvimento da navegação a vapor e de compartimentos refrigerados ou a temperatura controlada, no último quartel do século XIX. Dependendo das espécies cultivadas, os métodos de empacar também foram determinantes para as bananas chegarem ao consumidor em melhores condições.

Os principais mercados para a banana localizavam-se no norte da América e na Europa, particularmente os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha, mas a escassa produção da Madeira e a distância condicionaram o escoamento para o continente europeu e o abastecimento de navios. Assim, a banana da Madeira destinava-se sobretudo a Portugal continental e à Grã-Bretanha, ainda que os maiores custos de produção e a concorrência das bananas das Canárias e da América central no terceiro quartel do século XIX, estimulassem também a diversificação de mercados. Nesta conjuntura, a menor competitividade comercial e a expansão da área de cultivo da cana sacarina resultaram num decréscimo da produção, a qual por vezes era insuficiente para abastecer o mercado local durante a I Guerra Mundial e no após-guerra. Só em meados da década de 1920 se voltou a investir nesta produção e retomaram-se os embarques de banana, concomitantemente à reconversão dos canaviais.

Os registos da Alfândega do Funchal, atualmente em depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo – até 1834 – e no Arquivo e Biblioteca da Madeira, em parte publicados pela Imprensa Nacional, sob diversos títulos entre 1843-1929[8], e em breves trechos no *Diário de Notícias*, constituem a base para este estudo sobre a banana da Madeira, apesar de apresentarem várias incongruências. As cifras recolhidas compreendiam diferentes designações e classificações para a banana, designadamente cachos, caixas, barris, caixões, gigos e, por vezes, kg. Além disso, a

---

[7] *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes* […], 1837, p. 27, Decreto de 5 de janeiro de 1837: visou «remover todo o obstaculo á renascente cultura das canas do Assucar na Ilha da Madeira, que com tanta vantagem póde ajudar a fazer face aos prejuizos soffridos por causa da decadencia dos Vinhos naquella Ilha». *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1856, pp. 162-163, Lei de 7 de julho de 1855: isentou-se por três anos os direitos sobre a importação de maquinismos para processamento da cana-de-açúcar.

[8] *Comércio e Navegação*; *Commercio e Navegação*; *Estatística Comercial*; *Estatistica de Portugal*; *Estatistica Geral*; *Mappas Gerais*.

banana passou a integrar, nas décadas de 1880-1920[9], o conjunto de frutas verdes ou frutas frescas embarcadas no porto do Funchal, embora se ressalvasse que constituíam o grosso das remessas.

Este artigo representa a primeira parte de uma investigação que dedicamos à banana da Madeira. O nosso foco centrou-se nos embarques de banana para o mercado nacional, ou em matalotagem e exportação, e não tanto na produção e consumo local, ou até nas condições de cultivo, apesar das diversas referências na imprensa local, mas para os quais os valores presentes nas fontes pouco esclareceram. O próximo artigo terá por cerne cronológico o período do Estado Novo. Esta divisão tem por base as fontes disponíveis e a qualidade dos dados que conseguimos compulsar, sem esquecer os próprios critérios editoriais desta publicação periódica científica.

1. As Primeiras Referências a Plantas de Bananeira

A introdução de plantas de bananeira na ilha da Madeira ocorreu o mais tardar em meados do século XVI, constando por exemplo nos escritos de Nichols em 1552, embora esta referência não seja unanimemente acreditada, ao contrário do relato de Pompeo Arditi, em 1567[10]. Porém, relembre-se que os Portugueses introduziram a bananeira em Canárias, logo em 1402[11]. Afirmou-se ainda que estas plantas terão chegado à Madeira conjuntamente com outros tubérculos comestíveis e mão-de-obra escrava. A este respeito, Garcia de Orta referiu-se à produção de banana, um fruto assim designado na Guiné, em Cabo Verde, no Brasil, na América espanhola e até em Portugal. Tratar-se-ia da bananeira da terra, uma variedade da *Musa sapientum* caraterizada por frutos mais rijos e de menor sabor e aroma. Outra variedade, a bananeira anã – nome comum do cultivar Dwarf Cavendish –, foi cultivada com fins comerciais, tendo sido introduzida na Madeira e nas Canárias em meados do século

[9] *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1879, p. 216, Decreto de 4 de setembro de 1879: as frutas frescas integravam a «Classe 11.ª Materias vegetaes diversas» da tabela de exportação.

[10] PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 610. ARAGÃO, 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, p. 130. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», pp. 171-172. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 119-120. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: era uma curiosidade botânica no século XVI. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 23-24: os espanhóis levaram a bananeira para a América. SILVA, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico […]», pp. 21-22: atribuiu-se a Pompeo Arditi a primeira referência à bananeira na Madeira.

[11] ANAIEF, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, pp. 2-3. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 17: a bananeira foi introduzida nas Canárias possivelmente pelos portugueses.

XIX, oriunda de Demerara ou da Guiana, mas com raízes no continente asiático (um híbrido que resultou do cruzamento da *Musa acuminata* Colla e da *Musa balbisiana*)[12]. Além destas variedades, cultivou-se a bananeira ouro, a bananeira prata – variedade bastante valorizada[13] –, a bananeira roxa, a bananeira maçã, a bananeira de macaco, a bananeira brasileira, a bananeira de senhora e a bananeira "plantina" (*Musa paradisiaca*)[14].

As experiências e os ensaios de novas culturas em Portugal, e as respetivas produção e proteção pautal ou isenção de taxas, foram discutidas na Câmara dos

[12] *Diário de Notícias*, 1905-06-30, p. 2: publicou-se um artigo de divulgação sobre as diferentes plantas de bananeira. GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 13-22 e 25-30: fez-se um apanhado da planta da bananeira em diversas épocas e geografias. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 14-16, 21-23, 27-28, e 31-32: a bananeira pertence ao género *Musa*, da família das *Musaceae*, e a bananeira anã também se denominou de banana das Canárias e banana da China. CORDEIRO *et al.*, 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 11: nas Canárias cultivou-se a variedade Dwarf Cavendish. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 610: chamou-se banana de Demerara ao fruto da bananeira anã. ANAIEF, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, p. 3: afirmou-se que a *Musa* era a variedade mais explorada entre mais de 500 espécies de bananeira. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 18: introduziu-se a bananeira anã na primeira metade do século XIX. MENDONÇA, 1994, *Estudo de Marketing da Banana da Madeira*, p. 2: a bananeira anã correspondia ao cultivar Dwarf Cavendish, cujos maiores inconvenientes eram o "afogamento" do cacho e a reduzida dimensão dos bagos. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: a bananeira anã proveio de Demerara ou das Canárias. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 24-25. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, p. 134: diz-se que «El plátano más común en Madeira y las Canarias es el plátano chino (*musa chinensis*)». GOUVEIA, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 24: apontou-se 1842 como ano de introdução da bananeira anã. SILVA, 2016, *A Produção de Bananas nas Ilhas Canárias* […], pp. 2-3. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 208: a bananeira anã foi introduzida em 1840-1843.

[13] *Diário de Notícias*, 1894-01-04, p. 2: com 50 réis compravam-se 8-10 bananas ou 5-6 bananas de prata. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», pp. 172-173: comparou-se a bananeira prata à bananeira maçã. MENDONÇA, 1994, *Estudo de Marketing da Banana da Madeira*, pp. 1-2: a banana de prata obtinha maior valor de mercado, mas os cachos eram frágeis e não permitiam a exportação. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 119-120: começou-se a cultivar a bananeira prata no segundo quartel do século XIX. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: nos Açores também se cultivou a bananeira prata.

[14] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 33-34. CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], pp. 112-113: referiu-se a *Musa nana* Lour como a espécie mais cultivada e mencionou-se o cultivo e exportação da «banana brasileira». VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p. GOUVEIA, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 24: consideraram-se extintas as variedades de bananeira antigas. RODRIGUES, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, p. 559: no primeiro relatório geral, Stoddart mencionou vários frutos tropicais, como laranjas, goiabas e bananas. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 38: contavam-se 60 espécies de bananeiras. SEQUEIRA *et al.*, 2010, «The Madeiran plants collected by Sir Hans Sloane in 1687, and his descriptions», pp. 599 e 607: encontrou-se a *Musa paradisiaca* em hortas na Madeira. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 10. SILVA, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico […]», p. 22. FERREIRA, 2022, «Bananeira», pp. 216-218: cultivou-se a bananeira anã e a bananeira prata desde o século XIX.

Deputados no período da Monarquia Constitucional, mormente no que respeitou ao cafezeiro, ao algodoeiro, e até a bananais no Algarve[15]. Inclusive, no arquipélago dos Açores, a bananeira foi introduzida com fins essencialmente botânicos, em jardins, e eventualmente para consumo dos seus frutos, mas não se desenvolveu como cultura intensiva e de intuito exportador, como por exemplo as laranjas, os ananases ou o chá[16]. Não obstante, encontramos a referência a um carregamento de bananas de S. Miguel para Londres em barco a vapor, em 1872[17]. No arquipélago da Madeira, também se aconselhou o cultivo de outras frutas: «como o ananaz e a anona, seria de bom aviso e não se limitar simplesmente á exportação da classica banana»[18].

Um texto sobre «A bananeira selvagem e a cultivada», publicado no *Diário de Notícias* em 1894, salientou a forma de reprodução das duas espécies e alertou para os cuidados a ter quando

> «se deixa á bananeira cultivada todos os rebentos que lhe rodeiam o pé, e que se não trata ao mesmo tempo de limpar terreno visinho das hervas ruins, o solo esgota-se rapidamente, a ponto de que, a breve trecho, a bananeira já não pode produzir rebentos. […] O fructo maduro méde geralmente de 8 a 16 centimetros de comprimento e de 1,5 a 5,5 centimetros de espessura; um cacho pode conter de 90 a 100 bananas e as vezes chega a 200»[19].

No que respeitou às condições edafoclimáticas para o cultivo da bananeira, apontou-se «um sólo rico, movel e humido, mas não submersivel. Se a terra é muito pobre é necessario adubal-a. […] A atmosphera humida, salina, da beiramar, é a que mais lhe convem»[20]. Na prática, os solos da Madeira eram adequados a esta cultura,

---

[15] *Diario da Camara dos Deputados*, sessão de 1 de fevereiro de 1849, n.º 1, p. 10: o assunto aflorou no âmbito do debate de uma proposta de isenção de direitos de entrada do café produzido em Cabo Verde. SILVA, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico […]», p. 21: a planta da bananeira terá sido difundida na bacia mediterrânica pelos Árabes.

[16] AVILA, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, s.p.: iniciou-se o cultivo da bananeira em S. Miguel e no Faial, e posteriormente na Terceira. JOÃO, 1991, *Os Açores no Século XIX* […], pp. 49-54 e 101-119. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: o cultivo da bananeira iniciou-se no último quartel do século XIX. DIAS, 2008, «A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios», pp. 39-44. ENES, 2008, «Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste», pp. 192-195.

[17] ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], p. 4.

[18] *Diário de Notícias*, 1907-03-05, p. 1: constatou-se o desenvolvimento agrícola dos Açores e questionou-se: «Ha quantos annos estamos nós, madeirenses, a comer ananazes, laranjas, queijos dos Açores, a fumar tabacos açorianos, a tomar chá Canto e a pitadear rapé da mesma proveniencia?».

[19] *Diário de Notícias*, 1894-12-16, p. 1: o original foi publicado no *Boletim da Companhia Portugueza de Hygiene*. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 47: o controlo de infestantes, o desbaste, a desfolha, o escoramento e o corte do cacho e do pseudocaule eram as principais práticas de cultivo, mas exigentes em mão-de-obra.

[20] *Diário de Notícias*, 1894-12-16, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 57 e 70-71: as bananeiras desenvolveram-se em zonas húmidas e quentes, em solos nutridos e favoráveis ao desenvolvimento das raízes e bolbos.

mas por vezes tinha-se de recorrer a calagens para corrigir o pH[21]. (Imagem n.º 2.) Todavia, alertou-se para a fragilidade da planta, nomeadamente em situações de ventos fortes[22], e quanto ao seu fruto, apesar de ser um alimento importante em zonas tropicais, «tem sido por muitos exagerado o seu valor nutritivo»[23]. Concluiu-se com os valores da banana exportada da Jamaica para a Europa, em 1884, e de Cuba para os Estados Unidos da América. Noutra edição do *Diário de Notícias*, precisou-se que «os terrenos de uma altitude superior a cento e cinquenta metros não se prestam à produção da *banana de embarque*, isto é, de cacho grande a bem formado»[24]. Podemos acrescentar a maior facilidade no cultivo e corte dos cachos da bananeira anã, a maior densidade e produtividade das plantações, o ciclo vegetativo mais curto, a maior resistência térmica e qualidade do fruto. Além disso, resistia melhor aos ventos e à fusariose – fungo vulgarmente identificado como "mal do Panamá". Em sentido oposto, os seus frutos eram mais frágeis e careciam de cuidados especiais na época de floração e durante o transporte, encarecendo os custos com mão-de-obra e embalagens[25].

---

[21] SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», p. 14. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 27-28. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.

[22] CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 68-69: os ventos tinham grande influência. RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX* […], p. 80: utilizavam-se sebes mortas para maior proteção dos bananais. CORDEIRO *et al*., 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 12: em Grã-Canária usavam-se citrinos como corta-ventos. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: o vento era o inimigo número um dos bananeirais ao ar livre. CABRERA CABRERA e GALÁN SAÚCO, 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», s.p.: ventos com intensidade de 20-30 km/h danificavam as folhas e reduziam a produtividade. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, pp. 26-27: utilizavam-se sebes vivas para se evitarem os efeitos mecânicos e fisiológicos dos ventos. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218.

[23] *Diário de Notícias*, 1894-12-16, p. 1: publicou-se que a banana «contem: aguas, 73,9; assucar de canna e glycose 19,65; materias azotadas, 4,83; cellulose, 0,2; corpos gordos, 0,63; cal 0,79. Pelo que respeita á proporção da agua, a banana aproxima-se da batata, que contem 75 por 100». GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 54-56: as bananas não constituíam um alimento completo, mas eram de «primeira grandeza». GOUVEIA *et al.*, 1941, *Determinações quantitativas de vitamina C em bananas* […], p. 1: a banana tinha grande relevo na economia e valor alimentar na Madeira. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 614: comparou-se a composição química dos frutos das bananeiras cultivadas na Madeira, nas Canárias, em Cuba, Suriname, América do Sul e Jamaica. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], pp. 40 e 42: a banana compõe-se de 75,3% de água, 22% de glícidos, 1,3% de proteínas, 0,6% de lípidos e 0,8% de matérias minerais, e representa um alimento essencial em muitos países economicamente menos desenvolvidos.

[24] *Diário de Notícias*, 1888-11-25, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 59-60: a descida das temperaturas nas Canárias atrasava o desenvolvimento das bananeiras. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: apresentou-se a limitação do cultivo da bananeira a partir de 200-250 metros devido à temperatura, sem esquecer a exposição aos ventos. CABRERA CABRERA e GALÁN SAÚCO, 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», s.p.: temperaturas inferiores a 20ºC limitavam o desenvolvimento da bananeira anã.

[25] AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 1: apesar da elevada densidade demográfica, a mão-de-obra era por vezes escassa. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 188: a fusariose começou a propagar-se em 1907, dizimando as plantações do cultivar Gros Michel. CORDEIRO

Imagem n.º 2 – Calagem e rega de bananeiras por alagamento (post. 1930)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Foto Figueiras, n.º inv. 2019.

Atendendo aos escritos de vários viajantes que fizeram escala na Madeira, as plantas de bananeiras foram notadas juntamente com outras frutas tropicais e subtropicais em cotas inferiores, e com frutas de climas temperados e frios em cotas mais elevadas[26]. Na coletânea organizada por Marques da Silva, encontram-se referências desde finais do século XVII até às primeiras décadas do século XX. A título de exemplo, John Ovington referiu a doçura das bananas e a sua relação bíblica com o

et al., 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 11. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 19. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», p. 176. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: as cavas e a rega exigiam muita mão-de-obra. SOARES, 2005, «A agricultura», pp. 162-163: elevada percentagem de população ativa na agricultura era um indício de baixa produtividade.

[26] AVILA, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, s.p.: cultivou-se a bananeira nos Açores – paralelos 37º 40' a 39º 40' de latitude norte –, mas com produtividade reduzida. CABRERA CABRERA e GALÁN SAÚCO, 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», s.p.: as melhores condições de cultivo da bananeira encontravam-se até 15º de latitude norte ou sul do Equador, mas conseguiu-se cultivar de forma rentável até aos 30º de latitude, nomeadamente em estufas em Marrocos, Creta e Coreia do Sul. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 38.

fruto proibido. Por sua vez, Alfred Lyall e Lady Emmeline Stuart-Wortley associaram as bananeiras aos espaços amurados e ajardinados que enquadravam muitas moradias[27].

Isabella de França atestou a existência de jardins em muitas casas, embora não passassem de «um bocado de terra com esse nome, onde havia uma ou duas parreiras, uma bananeira». (Imagem n.º 3.) Em seguida teve o cuidado de descrever esta planta de aparência tropical:

> «A própria bananeira é das mais curiosas. Cresce com um caule nu, da grossura de uma perna humana, até sete ou oito pés de altura, e aí divide-se em vários ramos, cada um com uma folha só, de seis ou sete pés de comprido e cerca de catorze polegadas de largo, e uma haste grossa no meio; os lados da folha depressa se rompem até ficarem em franja de cada banda da haste. Do centro da planta nasce um talo nodoso, semelhante a uma espinha dorsal, que se encurva e suporta os frutos num cacho de cinquenta a sessenta, muito parecidos com salsichas pequenas, na forma, a princípio de tom verde-escuro mas que vão amarelecendo ao amadurecer. No fim do talo está a flor, que faz lembrar um coração de vitela. As folhas e hastes são de um verde pálido delicado. O fruto, substancial e doce, mas um tanto insípido. Há várias espécies, algumas maiores do que outras, e a mais apreciada é uma, pequena, chamada banana de prata. Não existe estação própria das bananas; produzem-se em toda a roda do ano. Há uma variedade que não dá fruto, apenas uma linda flor escarlate.»[28]

As plantas de bananeira cultivadas na Madeira também foram objeto de exportação, constando por exemplo nos despachos da Alfândega do Funchal em 1832. A primeira situação relacionou-se com o carregamento de 10 bananeiras em navio que rumava para Londres, onde poderiam ser cultivadas em estufa como plantas ornamentais. Porém, este considerando não se aplica a seis bananeiras embarcadas em navio britânico em viagem para o Rio de Janeiro[29].

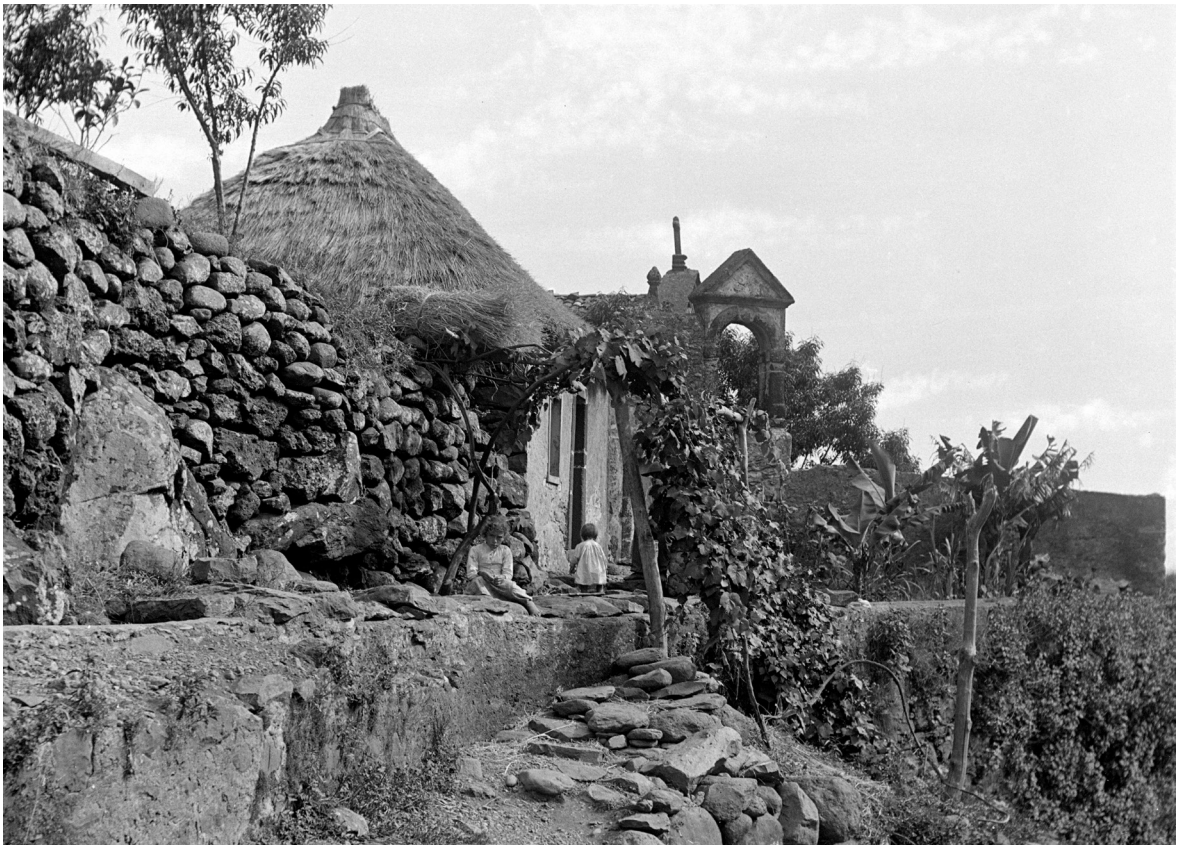
---

[27] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 32: viajantes naturalistas, marinheiros, missionários, comerciantes e instituições científicas contribuíram para a divulgação das bananeiras desde o século XVII. ARAGÃO, 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, p. 199. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 610: a bananeira prata era cultivada em jardins e hortos das quintas. SILVA, 2008, *Passaram pela Madeira* […], pp. 31, 102 e 154-155. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 24-25: usou-se a bananeira como planta ornamental em jardins e cultivou-se em estufa na Grã-Bretanha. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», pp. 209-210: citaram-se os testemunhos de Robert Wilson, Rev. Robert Walsh, Wortley, Isabella de França, James Yate Johnson e referiu-se o consumo de bananas pela Imperatriz Sissi após o desembarque no Funchal, em 1893. VIANA JUNIOR, 2022, *Rituais Cortesãos e Cultura Alimentar* […], p. 130: a bananeira também crescia em jardins no Brasil.

[28] FRANÇA, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, pp. 146-147. Para a descrição e desenvolvimento botânico da planta, vejam-se, por exemplo: CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 12-14 e 33-55; FERREIRA, 2022, «Bananeira», pp. 216-218.

[29] Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 361, 19 de maio de 1832: declaradas por José Soldon; 23 de outubro de 1832: embarcadas por Francisco Alexandre de Sousa.

Imagem n.º 3 – Parreiras e bananeiras no terreiro de uma casa com cobertura de colmo, na Calheta (ant. 1906)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Russell Manners Gordon, n.º inv. 193.

A matéria vegetal resultante do corte das bananeiras, após a apanha dos cachos, podia ser utilizada em forragens na pecuária, desde que reduzida a pequenos pedaços misturados com a ração[30], potenciando a produção de carne, leite e derivados. No entanto, também se noticiou o registo de uma patente de invenção para fabricar papel e papelão recorrendo ao «bagaço de canna d'assucar e tronco e folhas de bananeira»[31]. A população também se serviu das folhas de bananeira secas para

[30] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 22-24: utilizavam-se as fibras das folhas como liame e para calafetar, e a parte central para forragens e canalizar a água de rega. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 229-230: utilizou-se na alimentação de bovinos e porcinos. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 119.

[31] *Diário de Notícias*, 1902-04-24, p. 2: a patente de invenção foi requerida pelo P.e José Ferreira de Faria e Castro. GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 34-35. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 230-231: as bananeiras desenvolviam fibras resistentes, mas a pequena anã produzia fibras curtas.

diversos usos na vitivinicultura. Os artesãos, por seu turno, confecionavam cestaria com fibras entrelaçadas e moldavam figuras para os presépios[32].

2. Os Embarques de Banana na Primeira Metade do Século XIX

A banana de produção na Madeira, por ser fruto exótico e perecível em longas viagens, era inicialmente consumida inteiramente na ilha. No entanto, podemos inferir que o interesse por frutas tropicais se intensificou após o regresso a Lisboa da corte portuguesa, pois durante a estadia no Brasil a banana foi uma das poucas frutas que entrou para a ementa régia[33]. Efetivamente, constatou-se que em 1807 e 1821 não houve registos desta fruta nos despachos de saída de mercadorias através da Alfândega do Funchal[34]. Porém, no ano imediato ocorreu a primeira remessa de cachos de banana para Lisboa, a 6 de fevereiro de 1822[35], e a segunda a 8 de fevereiro de 1823[36]. Registou-se em seguida um aumento quase contínuo, atingindo-se um pico de cerca de 370 cachos em 1829 (Gráfico n.º 1). Contudo, a instabilidade política decorrente da guerra civil entre liberais e absolutistas pode explicar a queda significativa deste comércio no início da década seguinte[37].

[32] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, pp. 34-37: enumeraram-se diversas utilizações para as várias partes da planta. FERREIRA e FERREIRA, 2009, *Palha de bananeira: aproveitar, criar, inovar*, s.p.

[33] SERRÃO, 1994, *História de Portugal*, vol. VII, pp. 370-376. PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», pp. 173-174: o cultivo da bananeira anã divulgou-se na Madeira e nas Canárias na primeira metade do século XIX. BRAGA, 2011, «A América à mesa do rei», pp. 336-337. VIANA JUNIOR, 2022, *Rituais Cortesãos e Cultura Alimentar* […], pp. 114 e 125.

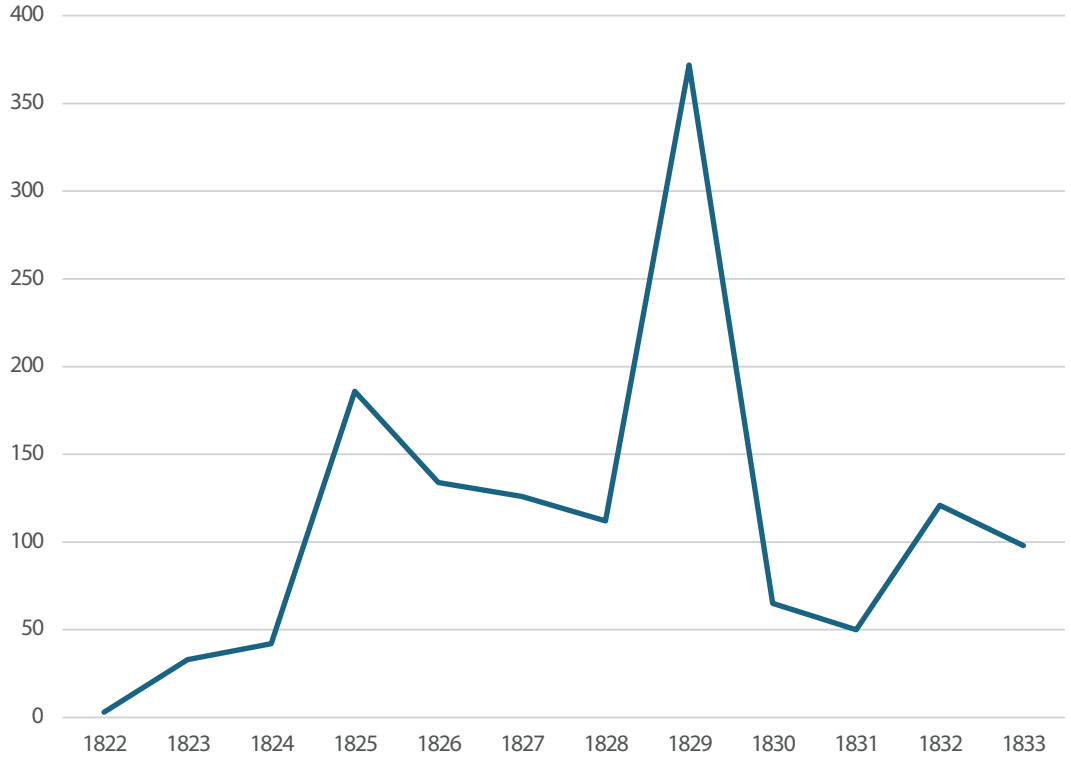
[34] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 306. ANTT, Alfândega do Funchal, liv. 399.

[35] ANTT, Alfândega do Funchal, liv. 400, 6 de fevereiro de 1822: José Caetano César de Freitas despachou um barril com «bananos», avaliado em 900 réis.

[36] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 342, 8 de fevereiro de 1823: Ricardo José Luís de Nóbrega remeteu três barris, avaliados em 2700 réis.

[37] SERRÃO, 1994, *História de Portugal*, vol. VII, pp. 453-456 e 476-479.

Gráfico n.º 1 – Despachos de saída de cachos de banana na Alfândega do Funchal (1822-1833) (em unidades)



Fontes: Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT): Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 342, 344, 346, 351 e 361; Alfândega do Funchal, livs. 400, 404, 406-409 e 411.
Notas: Assumimos a avaliação coeva do cacho de banana ou "bananos" – 300 réis – para se determinar as quantidades transportadas em quartos, barris e gigos. Contabilizaram-se duas referências a «figos bananas», que podiam corresponder a bananas secas[38].

Além do consumo local e do despacho de algumas centenas de cachos de banana para Lisboa – parte dos quais em caixões com seis unidades, barris ou quartos com três unidades, e gigos individuais –, encontramos referências ao consumo de banana pelas tripulações dos navios que faziam escala no porto do Funchal. Por exemplo, na rota para a Índia, um navio britânico embarcou 12 cachos de banana a 7 de maio

[38] GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, p. 35.

de 1825[39], e outro 6 cachos de banana no mês seguinte[40]. A 16 de julho deste ano, um navio com destino a Londres embarcou cachos de banana, sendo este o primeiro despacho para o norte da Europa[41]. Os cachos de banana também foram despachados em navios que seguiam para a Jamaica (1828), Gibraltar e Hamburgo (1829), Rio de Janeiro (1829 e 1832) e Canárias (1833)[42]. No cômputo geral, embarcaram-se 1342 cachos de banana no espaço de 12 anos, dos quais 54% seguiram para Lisboa, 5% para Londres, 4% para a Índia, 2% para o Rio de Janeiro e 34% para matalotagem.

Os maiores intervenientes neste tráfico, pelo menos no que respeitou a quantidades de cachos de banana, eram cidadãos nacionais (Quadro n.º 1). Ao todo, identificaram-se 194 agentes económicos, ainda que mais de quatro quintos fossem responsáveis por um único envio e cerca de um décimo por dois envios; isto é, apenas 8% estiveram envolvidos em remessas em três ou mais anos. Neste conjunto, constaram despachos por quatro mulheres, mas apenas D. Juliana da Cunha Leonor o fez em mais de uma ocasião (1827 e 1829). Os responsáveis por despachos iguais ou superiores a 20 cachos de banana iniciaram a sua atividade após 1825; Isidoro da Silva foi o único que atingiu esta cifra em apenas um embarque, embora João Batista de Almeida, José Maria Bernes e José Soldon também registassem movimentos de duas dezenas de cachos de banana. Mesmo sem alcançar aquele volume, João de Oliveira & C.ª destacou-se por enviar cachos de banana em cinco anos diferentes, não consecutivos.

[39] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 346, 7 de maio de 1825: cachos de banana fornecidos por John Skelton para a galera *África*.

[40] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 346, 28 de junho de 1825: cachos de banana fornecidos por James Chapman para a galera *Columbia*.

[41] ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 346, 16 de julho de 1825: quatro cachos de banana declarados por Joaquim António de Sá. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 44: as tripulações dos navios também investiam no comércio de cachos de banana.

[42] ANTT, Alfândega do Funchal, liv. 406, 11 de setembro de 1828; liv. 407, 20 e 29 de julho, e 7 de outubro de 1829; liv. 411, 9 de dezembro de 1833. ANTT, Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, liv. 361, 23 de outubro de 1832.

Quadro n.º 1 – Principais despachantes de cachos de banana na Alfândega do Funchal (1825-1833) (em unidades)

	1825	**1826**	**1827**	**1828**	**1829**	**1830**	**1831**	**1832**	**1833**
Anselmo António de Sá e Vasconcelos				2	18				
António Xavier da Silva		10		10		6			
Isidoro da Silva								20	
João António de Gouveia Rego			6	6	19		12		
João Batista de Almeida			18		22	6			
João Teixeira					12				11
Joaquim Monteiro da Fonseca	12	2	6		2				
José Maria Bernes					24			7	
José Soldon			5	2	13	3	8	14	20
Vicente de Brito Correia	10	6			12				
Soma / (%)	22 (12%)	18 (13%)	35 (28%)	20 (18%)	122 (33%)	15 (23%)	20 (40%)	41 (34%)	31 (32%)

Fontes: ANTT: Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 342, 344, 346, 351 e 361; Alfândega do Funchal, livs. 400, 404, 406-409 e 411.
Nota: Percentagem em relação ao total de cachos de banana despachados no ano.

A preponderância deste conjunto de comerciantes cimentou-se com o decorrer dos anos. O seu contributo representou pouco mais de um décimo dos cachos de banana embarcados no porto do Funchal em 1825-1826, mas nos anos imediatos assistiu-se a uma concentração do tráfico nestes agentes económicos. No final desta década, a sua participação equivaleu a cerca de um terço dos cachos de banana despachados na Alfândega do Funchal.

Ainda com base em registos da Alfândega do Funchal, conseguimos identificar remessas de caixas com banana para diversos portos nacionais, em 1839-1840. Lisboa continuou a ocupar o lugar de destaque como mercado consumidor – mais de 95% do total –, mas comprovaram-se embarques para Faro, Portimão e a ilha do Faial, em

matalotagem, e um volume inferior para Londres[43]. No caso da capital portuguesa, as remessas aumentaram cerca de 16%, passando de 394 para 458 caixas, embora o valor apenas tenha progredido cerca de metade do percentil referido (de 189 800 réis para 191 300 réis).

A publicação pela Imprensa Nacional dos registos da exportação de frutas «para mesa – frescas» iniciou-se com os *Mappas Geraes do Commercio de Portugal*, em 1843, compreendendo designadamente o embarque de banana para a Grã-Bretanha, no montante de três arrobas, despachadas em navio estrangeiro e avaliadas em 4800 réis[44]. Segundo a mesma fonte, Portugal também importou bananas frescas do Brasil para consumo, em 1843 e 1851[45]. A própria Alfândega do Funchal registou o envio de caixas com banana para Lisboa, entre 1848 e 1856 (Gráfico n.º 2), e, em alguns anos, volumes reduzidos para Tavira e Portimão[46]. À exceção da convergência ocorrida em 1856, que podemos entender como representativa da valorização desta fruta no mercado lisboeta, a tendência dos anos anteriores apontou para um decréscimo progressivo no valor das caixas com banana embarcadas no Funchal.

Na apresentação da situação económica da ilha da Madeira em 1850, na Câmara dos Deputados, Lourenço José Moniz versou sobre os direitos dos cereais, de origem nacional ou estrangeira, concluindo que a balança comercial era francamente deficitária, uma vez que a metrópole apenas consumia «umas bagatellas de fructas em doce, e frescas, como bananas, e de obras de palhinha, etc»[47]. Esta constatação foi corroborada com a afirmação de a Madeira ter sido precursora no comércio de banana para Londres, Liverpool e Portugal continental em 1848, muito antes das

---

[43] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 276, fls. 3, 34-34v.º, 81, 94 e 112v.º; liv. 284, fls. 55v.º e 116v.º. *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1842, pp. 203-204, Decreto de 24 de maio de 1842: procurou-se atrair a navegação isentando «todo e qualquer Direito de exportação, ou sahida da Ilha da Madeira [de] todos os artigos de producção da dita Ilha, como gados, carnes verdes, aves, vegetaes, e quaesquer provisões (exceptuando unicamente o vinho) que fôrem exportados para Matalutagem, refresco, ou supprimento de quaisquer Navios».

[44] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões, e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1843* […], parte II, 1849, p. 239: pagaram-se 15 réis de taxas alfandegárias, mas advertiu-se no preâmbulo para a publicação de valores aproximados.

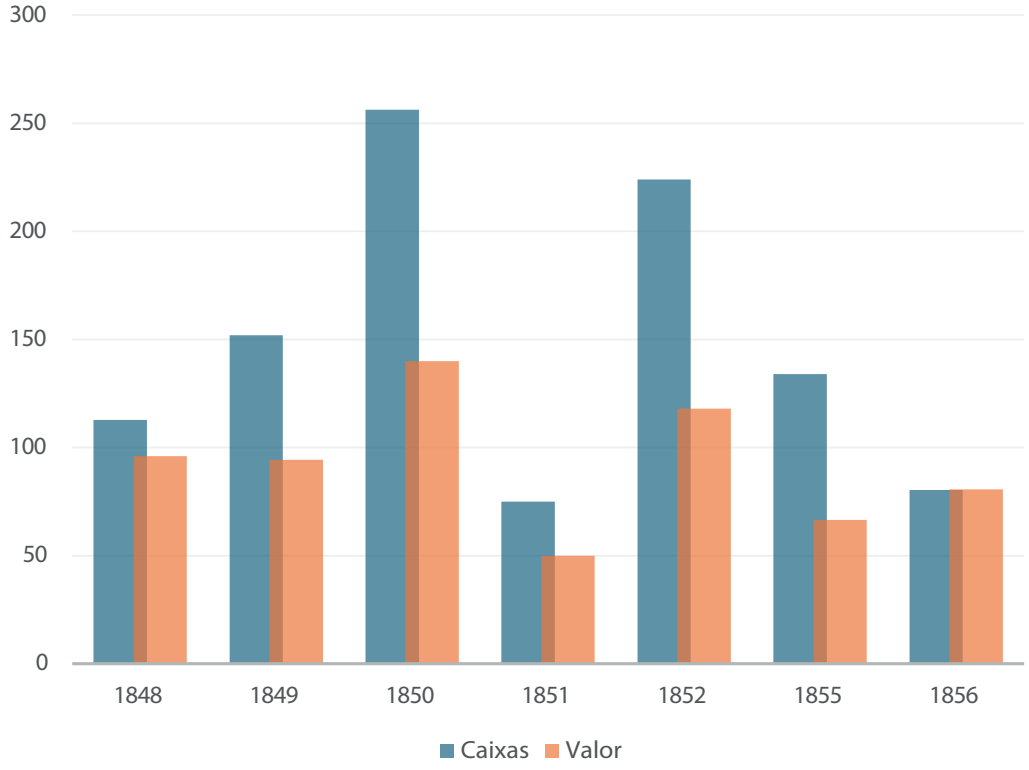
[45] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões, e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1843* […], parte II, 1849, p. 126: despachou-se para consumo 1,1 arrátel de banana fresca do Brasil, no valor de 2000 réis (taxada em 412 réis). *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1851*, […] parte I, 1852, p. 73: despacharam-se para consumo 13,27 arrobas, no valor de 29 800 réis (17 752 réis de direitos alfandegários).

[46] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 277, fls. 51v.º-52, 87, 129v.º e 134v.º-135: Tavira recebeu 3 caixas, em 1848, e Portimão 8-16 caixas, em 1849-1851.

[47] *Diario da Camara dos Deputados*, sessão de 27 de abril de 1850, n.º 20, p. 328.

Canárias e da América central[48]. No relatório do barão de Castelo de Paiva sobre «o Estado da Ilha da Madeira sob as Relações Agrícola e Económica», publicado em 1855, frisou-se a naturalização das bananeiras e elogiou-se a qualidade dos frutos[49].

Gráfico n.º 2 – Embarque de caixas com banana para o mercado lisboeta (1848-1856)
(caixas – unidades; valor – milhares de réis)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, liv. 277.

3. Os Despachos de Frutas na Segunda Metade do Século XIX

A partir da década de 1860, as referências a embarques de banana na Alfândega do Funchal passaram a discriminar o peso, facilitando a comparação dos registos. No que respeitou aos portos de destino, mencionou-se novamente Lisboa

[48] PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 618: o comércio de banana teve um valor residual até 1910. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 44-45: apontou-se o início da comercialização de banana do Panamá para os Estados Unidos da América em 1866. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 209. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 219.

[49] FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 217.

e Portimão, mas igualmente as ilhas de São Miguel e Terceira, nos Açores, e ainda Setúbal e Porto. Os dados compulsados abarcaram uma década. Contudo, após 1873, os critérios estatísticos sofreram nova modificação e passou-se a englobar a banana em categorias de fruta mais latas, adotando-se as designações seguintes: fruta fresca da Europa; fruta fresca diversa; e fruta fresca exótica. Atendendo a estes constrangimentos, entendemos que a banana, tal como o ananás[50], enquanto frutos tropicais, integrariam certamente a categoria de fruta fresca exótica.

As remessas de banana continuaram em crescendo ao longo da década de 1860 (Gráfico n.º 3), atingindo os valores mais elevados em 1867-1869. O peso do mercado lisboeta no consumo de banana da Madeira acentuou-se, passando de cerca de 85%, em 1862-1863, para mais de 95% após 1865, face a valores na ordem de 1% para o Porto e o arquipélago dos Açores. Apesar de tudo, o montante mais elevado foi inferior a 45 t. Com o retrocesso significativo dos embarques para Lisboa, no início da década de 1870, procurou-se retomar os envios para outros mercados, como Portimão e as ilhas açorianas, assim como para o Porto, que não recebia carregamentos desde 1867.

A explicação para o aumento dos embarques de banana apenas se pode compreender no âmbito da crise que afetou a principal cultura de Portugal, em meados do século XIX[51]. O oídio devastou os vinhedos e proporcionou certamente a oportunidade para a expansão da área de cultivo de bananeiras, uma vez que as duas culturas competiam pela ocupação dos terrenos mais solarengos da costa sul da Madeira. Contudo, a área de cultivo da cana-de-açúcar expandiu-se ainda mais rapidamente, funcionando por vezes como sebes vivas na orla dos socalcos cultivados com bananeiras, mas em ambos os casos condicionados pela falta de água de rega[52]. Estas culturas – cana sacarina e banana – apresentavam a vantagem de iniciarem a produção num prazo relativamente curto, por comparação com a reconversão das castas de vinha tradicionais da Madeira. O problema prendeu-se com os investimentos necessários para a aquisição de plantas de bananeira, adubos, água de rega e a melhoria das técnicas de cultivo por colonos empobrecidos e sem capacidade de

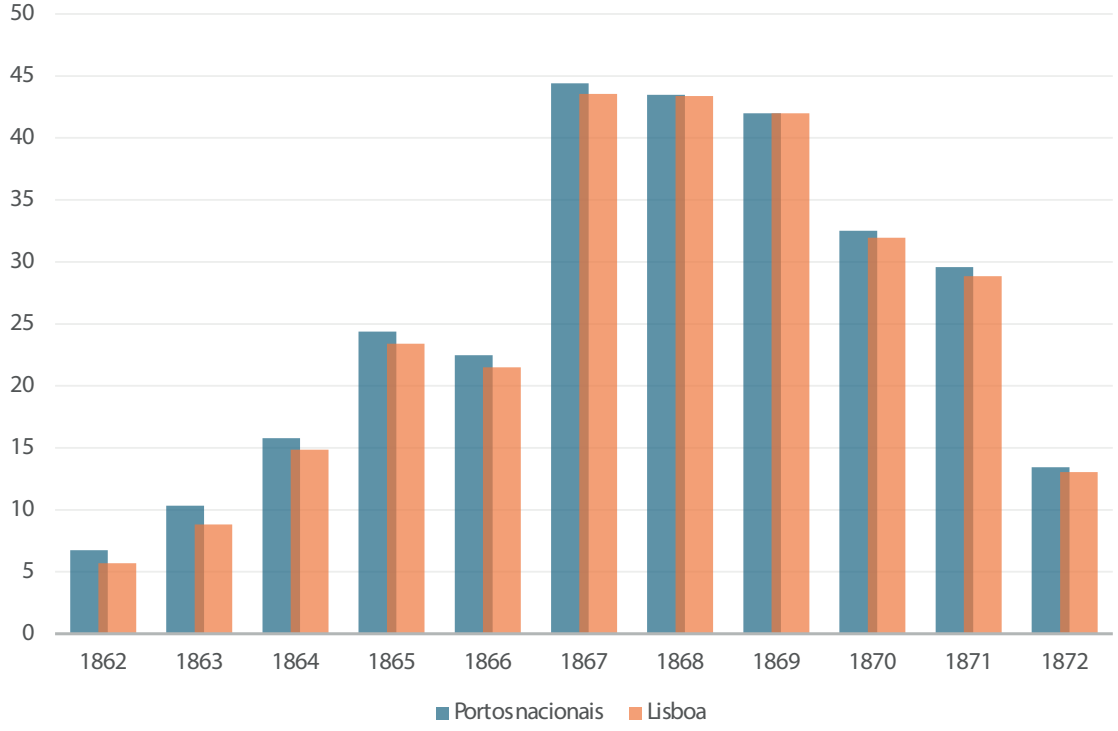
[50] BRAGA, 2011, «A América à mesa do rei», p. 337: consumir ananás era um luxo no início do século XIX.

[51] LAINS, 1995, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, pp. 90-91. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 91-93: as parreiras foram devastadas pelo oídio entre 1846-1851, e a recuperação foi muito lenta. MARTINS, 2005, «A agricultura», pp. 232-235.

[52] SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», p. 15. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 147-149: a cana-de-açúcar também foi atacada por fungos na década de 1880. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 18: o cultivo de bananeiras, tomates e batatas desenvolveu-se após a crise na exportação de cochinilha e os ensaios no cultivo de tabaco e cana-de-açúcar.

crédito, sendo esta última circunstância a causa provável para o declínio do contrato de colonia e a maior participação de terratenentes na exploração agrícola[53].

Gráfico n.º 3 – Primazia do mercado lisboeta nos embarques de banana para portos nacionais (1862-1872) (em tonelada)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 278-279.

Importa ainda referir que o cultivo em grande escala e a comercialização de banana principiaram nas últimas décadas do século XIX, quer nos arquipélagos da região da Macaronésia, quer em regiões tropicais, para responder à crescente procura nos mercados da Europa e do norte da América[54].

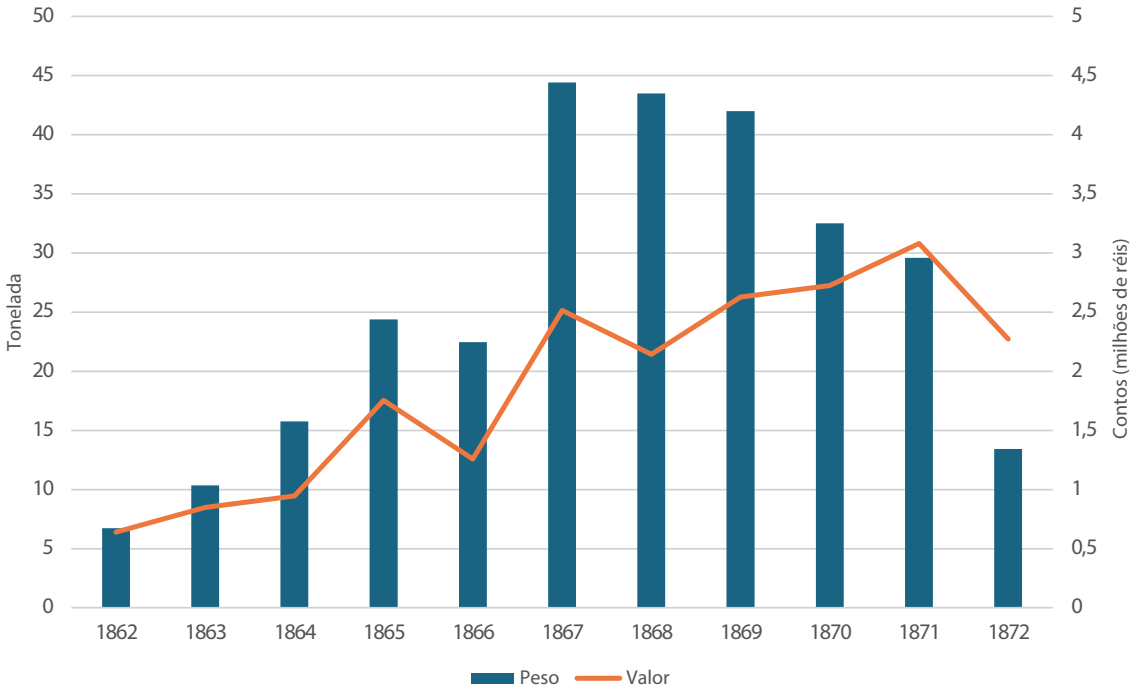
No que concerne aos rendimentos da banana remetida para os vários mercados nacionais, o valor médio por tonelada decresceu entre 1862-1869, em oposição à

[53] CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867--1967)», pp. 217-219: as vinhas precisavam de muitos anos para atingirem a plena produção.

[54] CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 8 e 28: a banana deu origem ao mais importante comércio internacional de frutas por via marítima. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 24-25. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 42: a banana destacou-se no comércio internacional de frutas. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 211: em 1926, Pio Correia considerou a banana como a única fruta com transporte marítimo.

maior oferta (Gráfico n.º 4). Em sentido contrário, o decréscimo do volume de banana embarcada após 1869 refletiu-se num significativo aumento do valor por unidade. Por exemplo, um kg de banana em 1868 estava avaliado em 49 réis; em 1872 esse valor ascendeu a 169 réis.

Gráfico n.º 4 – Embarque de bananas para portos nacionais (1862-1872)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 278-279.

Um dos fatores de maior influência no valor da banana eram os custos da estiva e dos fretes no porto do Funchal. O *Almanak* de 1868 divulgou as tarifas que incidiam sobre as mercadorias transportadas pelas embarcações a vapor da companhia Lusitania na rota entre o Funchal e Lisboa[55]. Assim, o cacho de banana era taxado a 240 réis, e as barricas ou gigos com banana a 4000 réis por metro cúbico; este valor era extensivo a quaisquer frutas verdes acondicionadas em gigos, caixas, cestos ou

[55] *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1861, pp. 288-289, Lei de 1 de agosto de 1860: contratou-se a escala no porto do Funchal dos navios a vapor da carreira de África da companhia União Mercantil. *Collecção Official da Legislação Portugueza* […], 1868, pp. 435-436, Lei de 2 de julho de 1867: contratou-se um mínimo de 18 viagens anuais em navio a vapor entre Lisboa e o Funchal com a companhia Lusitania.

outros recipientes. Acresciam os custos de embarque ou as taxas de cabrestante que, no caso da giga grande com fruta, se computou em 400 réis[56].

Os registos alfandegários nacionais retomaram a exportação de banana em 1865, desta feita 220 kg para a Grã-Bretanha, avaliados em 15 000 réis, e 20,6 kg para Espanha, que transitaram pela raia, avaliados em 6000 réis[57]. A exportação de banana através da fronteira leva-nos a considerar que esta foi muito provavelmente cultivada no Algarve, devido à fragilidade desta fruta durante a colheita e transporte. No ano imediato, os registos voltaram a mencionar a exportação de 4774,5 kg de banana para a Grã-Bretanha, avaliadas em 262 500 réis. Acresceu o envio de 180 kg para Marrocos, no valor de 12 000 réis[58]. No cômputo de 1866, exportaram-se cerca de 5 t de banana para estes dois destinos, servindo-se predominantemente de navios mercantes nacionais, embora sem certezas quanto ao local de produção desta fruta. No mesmo ano constou a reexportação de 10 kg de banana para Espanha, através da raia, e 30 kg para França, avaliadas respetivamente em 3000 réis e 16 000 réis[59].

A quebra no embarque de banana continuou a refletir-se nos quantitativos registados na segunda metade da década de 1870, apesar da alteração da nomenclatura (Gráfico n.º 5). Ainda assim, o valor médio da tonelada de fruta fresca exótica manteve-se em níveis relativamente superiores aos verificados com a banana na década anterior, comprovando-se por exemplo que a banana tinha um valor de mercado inferior ao ananás. Note-se ainda a relativa estabilidade do volume de fruta fresca exótica embarcada entre 1875-1878, mas com uma ténue recuperação em 1879. Deste modo, a epidemia de filoxera nas vinhas e a diminuição do preço internacional dos vinhos licorosos não pareceram suficientes para incentivar o cultivo de bananeiras na Madeira no último quartel do século XIX[60].

---

[56] *Almanak para a Ilha da Madeira. Primeiro anno, 1868*, 1867, pp. 23-25 e 38-39: referiu-se a «tabella dos fretes, em moeda forte» e a giga de cebolas de 15 kg.

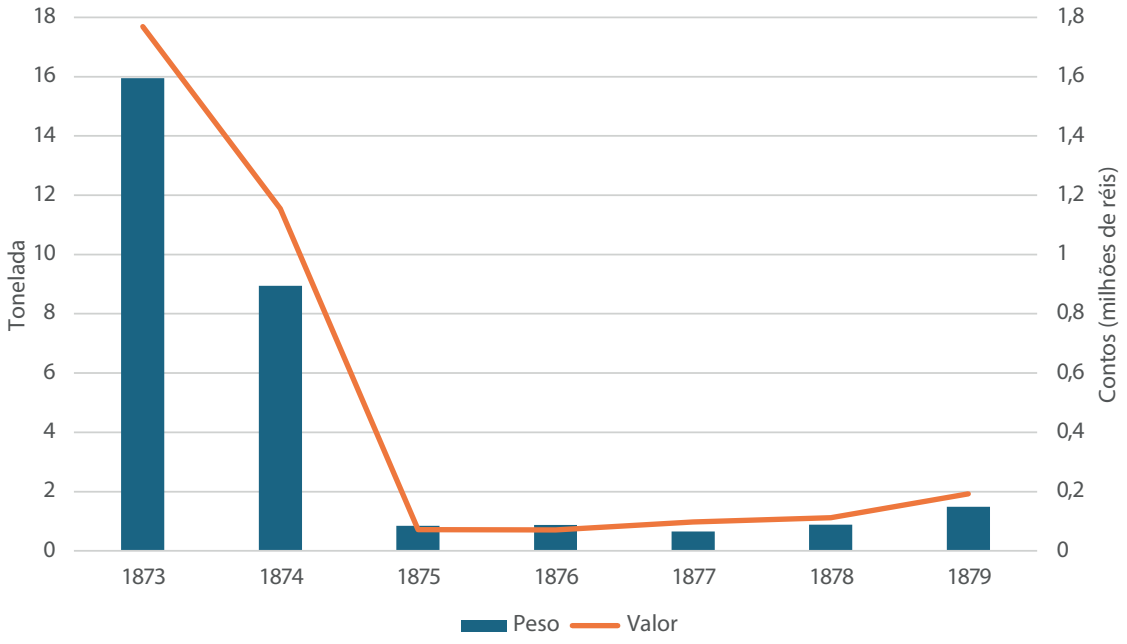
[57] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1865* […], 1866, p. 98: sujeitos a taxas alfandegárias de respetivamente 75 réis e 30 réis. LOURO, 1998, «Cultura da Bananeira no Algarve. Situação actual. Perspectivas de futuro», s.p.: a bananeira era essencialmente ornamental, mas chegou a produzir cachos.

[58] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1866* […], 1867, p. 131: sujeitas a taxas alfandegárias de respetivamente 1310 réis e 60 réis.

[59] *Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1866* […], 1867, p. 169.

[60] MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, p. 159: a produção de frutas cresceu acima da média do produto da agricultura na segunda metade do século XIX, nomeadamente as frutas mediterrânicas nos Açores. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850--1914)*, pp. 96-98: o ritmo de replantação relativamente lento das vinhas relacionou-se com os custos dos tratamentos e o declínio dos preços devido à taxação dos vinhos em função da graduação alcoólica.

Gráfico n.º 5 – Embarque de fruta fresca exótica para portos nacionais (1873-1879)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 280-282.

As remessas de fruta fresca exótica para o mercado lisboeta mantiveram a preponderância. Porém, assinalaram-se duas particularidades: o envio de 260 kg para o Porto, em 1873, e 10 kg para a Ilha Terceira, em 1876. O valor médio da fruta fresca exótica embarcada foi quase sempre superior a 110 réis o kg, mas, em 1875-1876, esse valor foi consideravelmente inferior, a rondar os 80 réis. Comparando com a década precedente, podemos concluir que a avaliação média da fruta fresca exótica foi superior, eventualmente em resultado da inflação, mas sobretudo por incluir os ananases, independentemente do local onde foram cultivados. Por outro lado, os embarques no Funchal de «fruta fresca da Europa» progrediram substancialmente em 1873-1876, podendo estar relacionados com a designação adotada nos registos alfandegários[61].

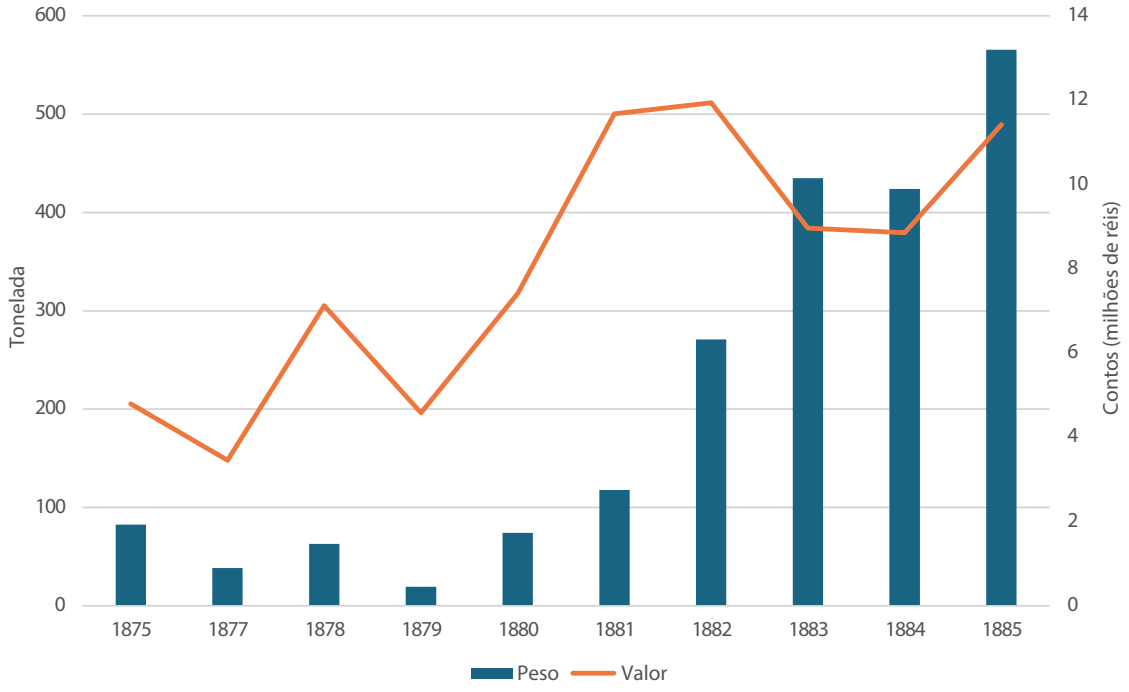
No início da década de 1880, a legislação nacional adotou a categoria «frutas frescas diversas», isto é, quaisquer frutas à exceção de alfarrobas, laranjas, limões, maçãs, uvas e ananases, mas a Alfândega do Funchal empregou a categoria «outras

[61] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 280, fls. 61 e 119: 9391 kg em 1873, 23 258 kg em 1874, 33 719 kg em 1875; liv. 281, fls. 65 e 135: 38 766 kg em 1876, 31 676 kg em 1877 e 18 060 kg em 1878.

frutas verdes não mencionadas»[62]. Assim, consideramos incluir a banana da Madeira nos montantes apurados sob esta classificação. Porém, após 1885, os embarques para mercados muito diversificados, como por exemplo Alemanha, Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Espanha, França, Inglaterra e Marrocos suscitaram algumas questões[63]. Se por um lado elencaram-se mercados para a banana na Europa e em África (Marrocos), por outro nomearam-se regiões muito distantes, e inclusivamente produtoras de banana.

Os dados, compilados mensalmente entre 1875 e 1885, permitiram determinar algumas tendências, especialmente se considerarmos a maior representatividade da banana no comércio de frutas verdes ou frescas produzidas na Madeira (Gráfico n.º 6). Não obstante, após 1882, temos de considerar o embarque ou despacho de outras frutas de menor valor, pois assistiu-se a uma rápida evolução na tonelagem transportada, por oposição ao decréscimo acentuado no valor.

Gráfico n.º 6 – Despachos de frutas frescas diversas na Alfândega do Funchal (1875-1885)
(peso – tonelada; valor – contos)



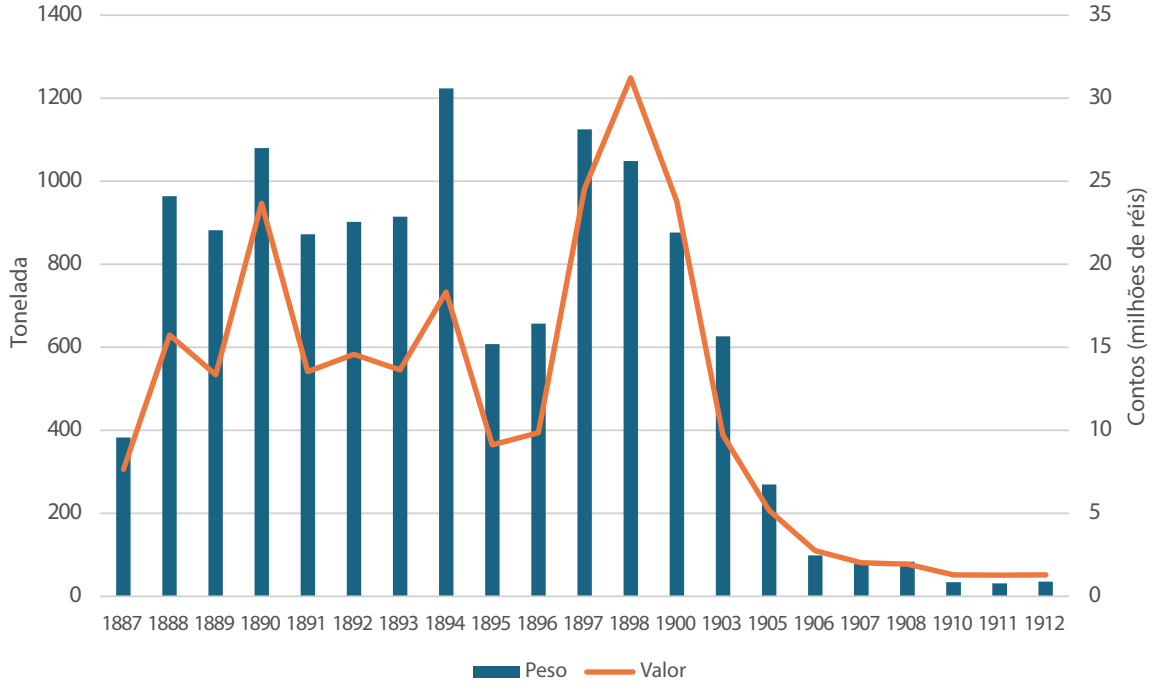
Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 202, 219-223, e 250-253.

[62] *Collecção Official de Legislação Portuguesa* […], 1881, p. 135, Decreto de 28 de junho de 1880: tabela dos valores médios para a cobrança dos direitos *ad valorem* das mercadorias exportadas. ABM, Alfândega do Funchal, liv. 220.

[63] ABM, Alfândega do Funchal, livs. 224-226 e 254-272.

Os registos de embarques de outras frutas verdes não especificadas passaram a contabilizar os montantes exportados para a Grã-Bretanha entre 1887 e 1912 (Gráfico n.º 7). Este era, sem sombra de dúvidas, o principal mercado europeu de frutas, nomeadamente para a banana da Madeira, representando entre 88% e 98% do volume exportado em 1887-1898. Contudo, este país foi perdendo peso no início do século XX, mas ainda representou mais de 40% no início da década de 1910. Notam-se valores bem acima das 600 t anuais em 1888-1903; depois verificou-se uma forte quebra, ao ponto de representar menos de 6% da mencionada tonelagem em 1910-1912. Em termos de valor médio, as exportações até 1896 computavam-se em cerca de 16 réis o kg, tendo progredido substancialmente para 28 réis. Porém, este aumento do preço refletiu-se na acentuada quebra da tonelagem exportada nas primeiras décadas do século XX, em resultado da concorrência das Canárias e da América central.

Gráfico n.º 7 – Exportação de frutas verdes para a Grã-Bretanha (1887-1912)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fonte: ABM, Alfândega do Funchal, livs. 225, 226, 254-256, e 262-272.

A grande diversidade de dados e as diferentes designações adotadas na segunda metade do século XIX dificultaram sobremaneira o estabelecimento de séries e não nos permitiram retirar grandes ilações. Limitamo-nos a tentar contextualizar

as diferentes cifras relativas aos embarques de frutas registadas pela Alfândega do Funchal, partindo do pressuposto que a banana representava o grosso das frutas da Madeira remetidas para território nacional e, inclusive, no total da exportação.

O comércio de frutas exóticas e frutas frescas ou verdes e secas continuou a efetivar-se, mas deixamos de encontrar referências específicas a banana nos registos da Alfândega do Funchal. Todavia, esta fruta voltou a ser nomeada em estatísticas do comércio de Portugal em 1876, em nova exportação para a Grã-Bretanha, de valor substancialmente superior aos da década anterior. Neste caso, exportaram-se mais de 87 t, avaliadas em 15 259 000 réis[64]. Os dados de 1879 incluíram a exportação de ananases e bananas para a Grã-Bretanha, embora em menor quantidade, isto é, cerca de 83 t, mas em valor superior – 18 084 000 réis –, isto é, evidenciou-se uma valorização do ananás no mercado das frutas tropicais[65].

Os bananais estabeleceram-se em algumas localidades da Madeira com condições edafoclimáticas adequadas. Segundo o contrato de sociedade entre José Fernandes de Azevedo e António Rodrigues em 1878, o primeiro «arrendou ao morgado Nuno de Freitas Lomelino a demidia das bananas ao mesmo pertencentes na freguesia da Magdalena do Mar»[66]. Este contrato de arrendamento, no valor de 500 000 réis, tinha o prazo de um ano. Numa das cláusulas constou «o valor a cada cacho de bananas nunca inferior a 5000 réis», ou seja, aquela propriedade produziria anualmente várias centenas de cachos. Durante a vigência do contrato, António Rodrigues tinha de grafar as iniciais JFA, a marca de fogo, no pedúnculo dos novos

[64] *Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1876* […], 1878, p. 63. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 30: os primeiros embarques esporádicos de banana das Canárias para o Reino Unido iniciaram-se em 1878, por iniciativa de Pedro S. Reid. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], p. 5: a exportação de cachos de banana progrediu substancialmente entre 1873 e 1913, atingindo a cifra anual de 50 milhões, apesar dos naufrágios e da deterioração de um quarto da carga transportada.

[65] *Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1879* […], 1881, p. 82. O cultivo de ananases também foi experimentado na Madeira (veja-se *Diário de Notícias*: 1882-01-31, p. 2; 1907-03-05, p. 1; 1912-08-13, p. 1), mas, regra geral, exportavam-se ananases dos Açores (veja-se: *Diário de Notícias*, 1906-12-16, p. 2; 1915-04-07, p. 2).

[66] ABM, Registos Notariais, liv. 2504, fls. 30-30v.º, 8 de março de 1878: deduzidas as despesas e o capital investido no arrendamento, o remanescente foi dividido a meias entre José Fernandes de Azevedo, negociante do Funchal, e António Rodrigues, «por alcunha o Gaiola», lavrador da Madalena do Mar. SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 12-13: destacou-se esta freguesia para a cultura das bananeiras. RODRIGUES, 1953, *Questões Económicas I*, p. 33: considerou-se a bananeira e as hortícolas como as únicas culturas lucrativas para os colonos. ROCHA, 1957, *«A Colonia» no Arquipélago da Madeira e a questão que gerou*, p. 13: referiram-se senhorios que recebiam dimidia apenas das culturas ricas, e outros de quaisquer culturas. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», pp. 225-226: os contratos de divisão das colheitas de duração limitada aumentaram após a publicação do Código Civil de 1867.

cachos de banana. A este competia ainda adquirir banana aos caseiros do referido morgado – a outra metade da produção – e «vender na freguesia da Magdalena do Mar os cachos de bananas aos compradores que aparecerem».

Nas últimas décadas do século XIX, as estatísticas do comércio externo deixaram de especificar a banana enquanto produto exportado, quer pela perda de relevância no contexto do comércio de frutas, quer por agregar as frutas frescas ou verdes numa única categoria[67]. A propósito, refira-se que os critérios estatísticos e o título da publicação da Imprensa Nacional sofreram várias alterações ao longo do período estudado (Gráfico n.º 8), inviabilizando a comparação das cifras oficiais[68]. Mesmo considerando os valores da exportação por circunscrições aduaneiras, o Funchal constou com 5 milheiros de laranjas, cerca de 13 t de maçãs, 9000 ananases e 910 t de «outras fructas verdes não mencionadas», em 1889[69]. Neste caso, partimos do pressuposto que se tratava, em boa parte, de banana, excluindo-se as demais frutas acima nomeadas, ainda que se inclua um valor indeterminado de frutas verdes nacionalizadas, isto é, frutas verdes reexportadas. Esta discriminação aduaneira manteve-se até ao início da década de 1920. Contudo, constatou-se uma evidente quebra na tonelagem de frutas verdes ou frescas exportadas no início do século XX, que podemos associar a uma eventual perda de competitividade no mercado internacional e preferência pelo abastecimento ao mercado do continente de Portugal. Refira-se ainda a menor área e volume de produção dos bananeirais, comparativamente às culturas da vinha e expansão da cana-de-açúcar, na sequência da aprovação do regime sacarino da Madeira (1895-1918)[70]. Tornaram-se evidentes os valores residuais

---

[67] *Estatistica de Portugal* […], 1891, pp. 158-159: discriminaram-se os frutos mais relevantes (laranjas, limões, maçãs, uvas, ananases, outras frutas verdes, amêndoas, figos, alfarrobas, outras frutas secas e castanhas). BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, p. 116: afirmou-se que a exportação de frutas era insignificante na Madeira devido aos regulamentos da Alfândega do Funchal. MARTINS, 2005, «A agricultura», pp. 240-241: a procura dinamizou os investimentos na horticultura e fruticultura portuguesas, representando mais de 8% da exportação de produtos agrícolas na segunda metade do século XIX.

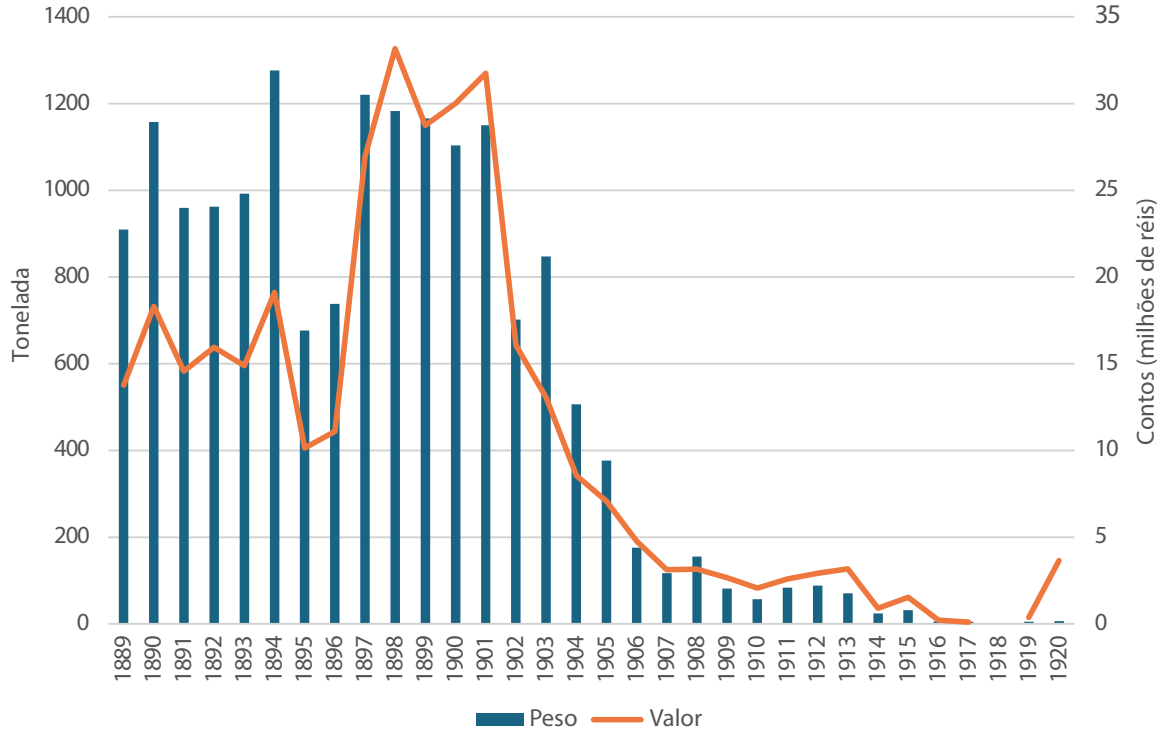
[68] MARTINS, 2005, «A agricultura», pp. 219-220: alertou-se para a subavaliação das produções, a inépcia dos inquiridores e a falta de uniformidade dos pesos e medidas nas estatísticas do século XIX. SOARES, 2005, «A agricultura», pp. 157-158: a análise ao Produto Interno Bruto (PIB) desagregado deparou-se com a dificuldade de séries diferentes – custos dos fatores em 1910-1958, e preços de mercado em 1953-1995 –, inviabilizando o cálculo da taxa média de crescimento. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 24-25: as estatísticas espanholas incluíram a banana na categoria de frutas frescas até 1930, e também se usaram diferentes unidades de medida.

[69] *Estatistica de Portugal* […], 1891, pp. 307-308.

[70] NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 73-74: referiu-se a substituição da cana sacarina pela bananeira no concelho da Calheta. AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 27: a Madeira contou com cerca de 1000 ha de área preferencial para o cultivo das bananeiras, mas as propriedades encontravam-se extremamente fragmentadas. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 25-26: no início do século XX,

deste tráfico após a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, vislumbrando-se uma ténue recuperação no após-guerra. A fonte perscrutada deixou de discriminar a exportação por circunscrições aduaneiras em 1921, inviabilizando a nossa análise até ao final desta década. No que respeitou aos valores implicados neste tráfico, tal como assinalamos anteriormente, o decréscimo da tonelagem nas primeiras décadas do século XX foi compensado pela valorização das frutas, particularmente nos anos que antecederam a I Guerra Mundial, e especialmente com o fim do conflito, embora o aumento dos preços seja facilmente explicado pelo rumo da inflação[71].

Gráfico n.º 8 – Valores da exportação de frutas verdes pela Alfândega do Funchal (1889-1920)
(peso – tonelada; valor – contos)



Fontes: *Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*; *Commercio e Navegação. Estatistica Especial*; *Comércio e Navegação. Estatística Especial*; *Estatística Comercial. Comércio e Navegação*.

o desenvolvimento dos bananais nas Canárias substituiu as culturas da cana-de-açúcar, cochinilha, batata, tabaco e vinha, devido ao maior retorno dos investimentos. CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, pp. 119-120, 149 e 169-194. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais* […], pp. 35-36: a área agrícola da cana sacarina aumentou de 800 ha em 1895 para 1800 ha em 1918, tendo retrocedido a 1400 ha em 1928.

[71] NUNES e VALÉRIO, 2005, «Moeda e bancos», p. 228-229: referem-se as causas do processo inflacionista (esfera real e esfera monetária).

Em suporte ao inferido, as estatísticas conhecidas referiam-se à exportação – ou embarque – de aproximadamente 550 t de banana da Madeira em 1911, 494 t em 1912 e 620 t em 1913[72]. Esta oscilação poderá estar relacionada com a influência das condições climatéricas sobre a produção anual, mas sobretudo complementou os dados apresentados no gráfico acima. Assim, as frutas verdes exportadas em 1911--1913 correspondiam a cerca de 11%-18% da mencionada tonelagem de banana, subentendendo-se a relevância do mercado nacional no consumo de banana da Madeira. A estagnação da exportação de banana comprovou-se na década de 1920, não indo além de 430 t em 1929, e com tendência decrescente em anos subsequentes[73]. Esta conjuntura negativa para a exportação de banana também foi sentida nas Canárias[74].

Por informações publicadas na imprensa, no início da década de 1880, estava «ha pouco tempo a ser ensaiada em maior escala» o cultivo de ananases, embora o valor da banana e de outras frutas fosse consideravelmente superior[75]. A contabilização dos embarques de banana em 1883, segundo os despachos de exportação publicados no *Diário de Notícias*, compreendia diferentes formas de acondicionar, designadamente gigos[76], caixas e grades (Gráfico n.º 9), além de uma referência a volume e outra a barricas. Mesmo sem indicação dos respetivos peso e valor, o maior número correspondeu a grades e gigos com banana. Ao longo do ano, apenas em dezembro não se verificaram despachos de exportação, eventualmente por ser uma época de menor produção e da própria diminuição do tráfego marítimo, devido ao estado do mar e às deficientes infraestruturas portuárias de carga e descarga, mas poderia

---

[72] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 119-120. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 33-34: o incremento da exportação de banana da Madeira ocorreu depois de 1925. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 219.

[73] CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], p. 113: referiram-se valores de cerca de 200 t na década de 1930.

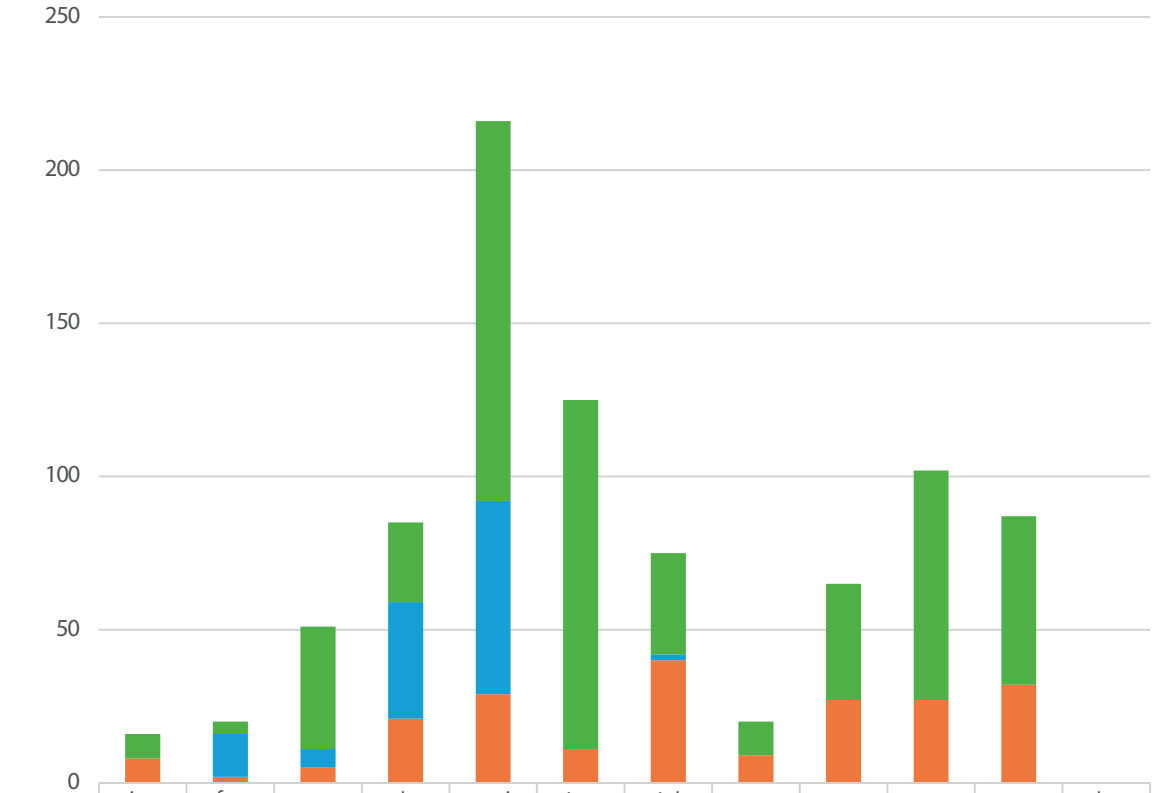
[74] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 34-36: deu-se o exemplo da exportação de banana das Canárias para a Grã-Bretanha, que representava 45% em 1922 e baixou para 6% em 1935, embora em parte compensado com o desenvolvimento das exportações para a França.

[75] *Diário de Notícias*, 1882-01-31, p. 2: exportaram-se 774 600 réis de ananases e 11 674 600 réis de banana e outras frutas em 1881. *Diário de Notícias*, 1884-03-23, p. 2: exportaram-se 1 954 000 réis de ananases e 8 964 600 réis de banana e outras frutas em 1883. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210.

[76] Os gigos e gigas correspondiam a cestarias diferentes, mas optamos pelo termo gigo por ser utilizado em maior número (veja-se, por exemplo, *Diário de Notícias*, 1883-08-18, p. 2: acondicionou-se banana em gigas e batata em gigos). Todavia, o termo giga prevaleceu na imprensa até 1919, enquanto o gigo deixou de ser usado em 1914. SARMENTO, 1941, *As Pequenas Indústrias da Madeira*, s.p.: referem--se gigas de giesta para acondicionamento dos frutos de exportação. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 206: as diferentes unidades na importação e exportação (cachos ou peso) e a origem dos dados (organizações de produtores, alfândegas e portos de carga/descarga) dificultaram as comparações.

resultar de critérios editoriais daquele periódico[77]. Nos meses de estio, a concorrência de outras frutas da época pareceu provocar a diminuição dos embarques de banana, designadamente em agosto. Em sentido oposto, no inverno e na primavera havia maior procura e melhores preços para a banana[78].

Gráfico n.º 9 – Despachos de exportação de banana no *Diário de Notícias* (1883) (em unidades)



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Grades	8	4	40	26	124	114	33	11	38	75	55	
Caixas		14	6	38	63		2					
Gigos	8	2	5	21	29	11	40	9	27	27	32	

[77] BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 20: as condições climáticas no inverno e grande parte da primavera limitavam o desenvolvimento das bananeiras ao ar livre, especialmente quando as temperaturas desciam abaixo de 15ºC.

[78] NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 95-96: pretendia-se diminuir a produção da denominada "banana de S. João" (colhida em outubro e novembro).

Um dos óbices ao desenvolvimento do comércio das frutas prendeu-se com o modo de empacar[79]. A imprensa prestou o seu contributo ao divulgar o que considerava serem boas práticas no uso de cestos e de caixas. No que concerne às

> «fructas destinadas á exportação, devem ser colhidas não muito maduras, sem manchas de insectos ou nodoa de especie alguma, porque a que for manchada, apodrece a outra […] o cesto onde se collocar a fructa, deve ter uma camada expessa de musgo, e por cima de cada camada uma folha de papel para não tocar uma na outra. Na fructa que for em caixas, não devem estas ser muito grandes, e é condição escencial que fique a fructa bem junta para se não pisar com os balanços. […] De inverno as caixas devem ser forradas com uma camada de palha ou musgo com a espessura de 2 a 3 polegadas»[80].

No arrolamento dos principais produtos do arquipélago destinados a exportação, o vinho da Madeira constituía, de longe, a principal fonte de receitas. A título de exemplo, em 1884 arrecadou-se 790 342 800 réis no total, mas, deste montante, apenas cerca de 9% diziam respeito a outros géneros: «tecidos, bordados, fructas frescas, batatas, cebolas, legumes, obra de marceneiro, e obras de vimes»[81].

A importância da agricultura na economia do arquipélago e no equilíbrio da balança comercial transpirou naturalmente nas páginas da imprensa. Afirmou-se que «da lavoura derivam todos os productos que nos exportamos. O vinho, o assucar, a banana e as fructas, a cebola, a batata, os vimes etc, são os generos agricolas que constituem, quasi exclusivamente, toda a nossa exportação»[82]. Contudo, também se apelou à diversificação da agricultura para lá das «actuaes culturas ricas, a vinha, a canna e a banana», designadamente o chá e o cafezeiro, ainda que direcionados para o

---

[79] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 173: as bananas dos cultivares *sinensis* – como era o caso da bananeira anã – careciam de embalagem protetora. PÉREZ MARRERO, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», pp. 102-104: utilizaram-se cestos individuais e caixas de madeira de um ou vários cachos de banana, nas Canárias e na Madeira.

[80] *Diário de Notícias*, 1884-12-25, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 173. PÉREZ MARRERO, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», pp. 103-104: manteve-se o uso de caixas de madeira importada nas Canárias até ao fim da década de 1930. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: colocou-se a questão da embalagem em 1888.

[81] *Diário de Notícias*, 1886-01-30, p. 2: o vinho da Madeira rendeu 719 635 300 réis.

[82] *Diário de Notícias*: 1881-07-03, p. 3: referiu-se a abundância e o bom preço de frutas e hortaliças no mercado local, incluindo a banana; 1895-07-11, p. 1; 1903-12-21, p. 1: mencionou-se a exportação de «pequenas remessas de bananas para Londres, de semilha e cebolas para Demerara e Trindade, quasi sempre em navios á véla», e a falta de géneros alimentícios para abastecer o mercado interno. MARTINS, 2005, «A agricultura», p. 241: referiu-se a exportação de frutas e legumes de Portugal para o Brasil e Inglaterra – batatas, cebolas, couves, legumes secos e em conserva, massa de tomate e morangos. CÂMARA, 2005, «Relações económicas com o exterior», p. 338: entendeu-se o crescimento das exportações em relação com a oferta e o desempenho da economia do país.

mercado local, assim diminuindo-se o valor das importações[83]. Em resultado da maior valorização das citadas culturas, os adubos específicos para aqueles cultivos eram naturalmente mais caros[84]. A água de rega foi outro fator de produção a ter em conta, especialmente nos meses de estio – maio a setembro – na costa sul da Madeira, tendo por isso de se armar o solo dos socalcos em regos ou "mantas" e proceder a regas por alagamento[85]. A dimensão reduzida dos bananeirais e as ineficientes técnicas de cultivo nas regiões subtropicais (Imagem n.º 4), por comparação com as grandes plantações nas regiões tropicais, constituiu outro fator diferenciador, embora nem sempre limitador da produtividade média por hectare[86].

---

[83] *Diário de Notícias*: 1895-07-13, p. 1; 1908-11-29, p. 1: continuou-se a defender a variedade de culturas e lamentou-se que a exportação «digna de menção, reduz-se a vinho, assucar, bordados e obras de vimes», por contraste com a agricultura açoriana; 1910-04-28, p. 1; 1910-09-13, p. 1. RODRIGUES, 1953, *Questões Económicas I*, pp. 43-48 e 98: comparou-se a rendibilidade da bananeira, cana e vinha, e concluiu-se que a banana proporcionava melhores rendimentos. AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 1: estas culturas ocupavam áreas reduzidas, mas proporcionavam maiores rendimentos. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: cultivavam-se espécies hortícolas e frutícolas nos terrenos de menor altitude, e a bananeira por «fácil instalação e condução, menos exigente em mão de obra».

[84] *Diário de Notícias*: 1901-07-16, pp. 2-3: referiu-se o envio de amostras de terra e bananeiras para análise em Paris e anunciou-se para breve a comercialização de adubos por A. B. C. de Sampaio; 1902-03-28, p. 3: a Sampaio & C.ª anunciou a venda de 100 kg de adubo a 6000 réis para vinha, cana-de-açúcar e bananeira, e a 5000 réis para trigo e batata; 1902-09-16, p. 3: justificou-se o preço superior com a composição química e aplicação em menor quantidade, com «economia de 500 reis em cada 100 kilos». AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 9: os custos de produção na Madeira eram encabeçados pelos juros do capital fundiário (29,7%), adubos, fertilizantes e corretivos (28,7%), e mão-de-obra (23,4%), mas representavam 87,3% das despesas de exploração efetivas. CABRERA CABRERA, 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», s.p.: a fertilização do solo e a rega foram essenciais ao aumento da produtividade. SOARES, 2005, «A agricultura», pp. 173-174: a aplicação de fertilizantes aumentou em Portugal, mas era inferior a outros países. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», p. 218: associou-se o incremento de fertilizantes à expansão de bananeirais e ao declínio dos contratos de colonia.

[85] *Diário de Notícias*, 1903-12-21, p. 1: apontaram-se as dificuldades na construção de levadas para aproveitar «grande parte das freguezias de Santa Maria Maior, S. Gonçalo e Caniço esterilisadas pela falta d'agua». AAVV, 1969, *O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira*, pp. 25-26: o Código Civil de 1867, ao alienar a água de rega das propriedades, encareceu os custos de produção. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 130-132: as bananeiras necessitavam de muita água – da chuva ou rega – para se desenvolverem. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: as regas realizavam-se com a frequência de 12 a 20 dias e, durante um ano, consumia-se 40 000-60 000 m^3 de água por ha. CABRERA CABRERA, 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», s.p.: as disponibilidades hídricas condicionaram o desenvolvimento das bananeiras, chegando a gastar-se 24 000 m^3 por ha ou 600 l de água para um kg de banana. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais* […], p. 41: o elevado preço da água também resultou do investimento em extensos canais de rega ligando as vertentes norte e sul da Madeira. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218.

[86] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 191: as condições de cultivo das bananeiras nas Canárias eram muito idênticas às da Madeira, necessitando de produtividade elevada – 40-60 t por ha – para amortizar os investimentos. CABRERA CABRERA, 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», s.p.: o rendimento por ha podia equivaler, e até superar, o das regiões tropicais.

Imagem n.º 4 – Cultivo de bananeiras na orla de uma vereda (ant. 1905)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 215.

Na segunda metade da década de 1880, apenas encontramos referências pontuais a embarques de banana juntamente com outras frutas. Por exemplo, no primeiro quadrimestre de 1885, expediram-se frutas no valor de 3 726 500 réis[87]. No primeiro semestre de 1886, esse valor ascendeu a 5 389 200 réis[88]. Em 1887, uma notícia referiu-se aos primeiros sete meses do ano, incluindo-se quer o peso – 304 722 kg de «fructas frescas (bananas &)» –, quer o valor – 6 096 700 réis – da exportação[89]. Esta informação foi confirmada no início do ano seguinte, noticiando-se o carregamento de aproximadamente 560 t de frutas frescas «sendo quasi a sua totalidade bananas», no valor de 11 205 900 réis[90]. Ainda assim, não contabilizamos as inúmeras referências a embarques de fruta fresca publicadas na imprensa, uma vez que se tornou impossível determinar o quantitativo e o valor da banana.

A relevância desta cultura no panorama agrícola regional mereceu a publicação de um artigo intitulado «A cultura da banana» na rubrica de «Assumptos Geraes», na primeira página do *Diário de Notícias*. Reconheceu-se a excessiva dependência de duas culturas – a vinha e a cana-de-açúcar – e as inevitáveis crises quando estas eram afetadas por doenças ou pela concorrência de outras regiões produtoras[91]. No caso da cana sacarina, destacou-se o aproveitamento da folhagem, como forragens para a pecuária, e o fabrico de mel, aguardente, açúcar, e álcool para tratamento do vinho da Madeira[92]. Em alternativa, sugeriu-se

> «a cultivação da banana, pois que o consummo d'este fructo é susceptivel de um augmento immenso nos mercados da Europa, cujas necessidades teem de ser suppridas de preferencia, pelos archipelagos da Madeira e das Canarias, os mais proximos d'esses mercados.»[93]

---

87 *Diário de Notícias*, 1885-05-17, p. 2.

88 *Diário de Notícias*, 1886-07-16, p. 2.

89 *Diário de Notícias*, 1887-09-18, p. 2: em termos de valor, a banana constava em terceiro lugar, após o vinho da Madeira (388 348 700 réis) e os bordados (6 727 600 réis); em termos de peso, ocupava o segundo lugar, após as cebolas (497 724 kg).

90 *Diário de Notícias*, 1888-01-11, p. 2.

91 PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 612: os caules, folhas e socas das bananeiras começaram a ser atacadas pela praga do bicho da bananeira em 1910, provocando manchas negras na base dos frutos.

92 *Diário de Notícias*, 1901, 01-22, p. 1: referiu-se que «a canna dá forragem em quantidade sufficiente para alimentar muito gado». RODRIGUES, 1953, *Questões Económicas I*, pp. 75-76 e 86-87: usavam-se as folhas da vinha e folhas e caules de bananeiras e cana-de-açúcar em forragens. CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], p. 39.

93 *Diário de Notícias*, 1888-10-12, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 175: os navios ventilados podiam efetuar o transporte de banana em viagens de três a cinco dias. CÂMARA, 2005, «Relações económicas com o exterior», p. 348: a procura externa de géneros que Portugal podia fornecer – frutas, legumes, azeite e produtos animais – não estimulou a produção na segunda metade do século XIX. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais* […], p. 36: o cultivo da bananeira era considerado mais lucrativo que o da cana-de-açúcar ou da vinha.

Já nesta altura, os Estados Unidos da América eram um dos principais consumidores, importando banana das «West Indias e de Demerara»[94]. Deu-se como exemplo o mês de junho, em que a Jamaica exportou cerca de 120 mil cachos de banana em navios a vapor, mas «os embarques entre março e julho são de 70 mil cachos por semana e entre julho e março são de 40 000 cachos». Afirmou-se ainda que

> «os terrenos de uma altitude superior a cento e cincoenta metros não se prestam á producção da banana de embarque, isto é, de cacho grande e bem formado; mas nos terrenos lítoraes e n'aquelles geralmente susceptiveis de produzir a canna, pode dar--se vantajosamente a banana, e vemos que este genero agricola se vae desenvolvendo vagarosamente, pela iniciativa particular, em muitos pontos da ilha. Em vista do preço por que se vende este genero e da sua procura nos mercados europeus, podemos consideral-o a terceira das mais ricas culturas da Madeira e é de todo o interesse publico animar o desenvolvimento do seu cultivo»[95].

A expansão de bananeirais enfrentou outro problema, aliás comum à generalidade dos bens e aos residentes no arquipélago – a exiguidade das vias de comunicação. Neste ponto, questionou-se a política fiscal e os seus efeitos sobre a definição de rotas marítimas regulares com diferentes portos da Europa, que se abasteciam deste fruto cultivado nas Canárias e, em menor grau, na Madeira. Concluiu-se que o

> «augmento da navegação consegue-se naturalmente pela benignidade dos regulamentos alfandegarios, pela abundancia dos generos a transportar, e pela sua procura nos mercados da Europa, que é susceptivel de grande incremento, em relação ao genero de que nos occupamos. O nosso clima e terrenos litoraes de toda a ilha, prestam-se admiravelmente à cultura da banana – mas são precisas vias do communicação certa e facil entre os pontos da producção e o porto de embarque, o Funchal. A via maritima

---

[94] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 205: os primeiros cachos de banana entraram nos Estados Unidos da América antes de 1870. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], p. 4: a navegação a vapor possibilitou o transporte de banana, particularmente a partir da década de 1870.

[95] *Diário de Notícias*, 1888-10-12, p. 1. NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 40-42: o cultivo da bananeira perdia interesse económico acima dos 200 m de altitude na costa sul, e 150 m na costa norte. AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 6: cultivou-se a bananeira até aos 300 metros de altitude, mas o maior rendimento obtinha-se em zonas baixas, de boa exposição solar e protegidas dos ventos. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 612: a bananeira encontrou condições privilegiadas de cultivo na Madalena do Mar, Fajã do Mar, Anjos, Praia Formosa e Vitória, até 200 metros de altitude, mas nalguns lugares atingia o dobro. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: a costa sul da Madeira, entre 10 e 300 metros de altitude, tinha o melhor clima para a bananeira. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: os bananais dos Açores localizavam-se nas encostas sul das ilhas, em vales protegidos do vento ou "grotas", até 150 metros de altitude. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 26: as melhores zonas para as bananeiras nas Canárias localizavam-se junto à costa, onde as temperaturas eram mais elevadas e havia disponibilidade hídrica. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», pp. 208-209: cultivou-se até 200 m de altitude, nos concelhos do Funchal, Ponta do Sol, Câmara de Lobos, Calheta, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico.

> é certamente a mais economica, mas a via terrestre é a mais certa, e quando se trata de generos que se deterioram; a certeza é evidentemente o mais importante. São, pois, muito necessarias as estradas carreteiras e folgamos de vêr que esse melhoramento está merecendo a solicitude dos poderes públicos.»[96]

A semente lançada por esta publicação frutificou no espaço de um mês. Em resposta às preocupações e considerações avançadas, outro articulista concordou com o panorama traçado e afiançou que «a variedade das culturas é uma garantia não só para o caso de uma d'essas culturas ser dizimada pela doença, mas tambem para a hypothese da sua depreciação sob o ponto de vista comercial». Na mesma peça jornalística, deram-se algumas sugestões para se desenvolver esta cultura, designadamente:

> «A importação de plantas de boa qualidade, por conta do estado, a creação de premios de cultura, isenção de direitos e impostos por um certo numero de annos, poderiam, talvez, favorecer o desenvolvimento desejado da cultura da banana na ilha da Madeira.»[97]

A criação de prémios de produção apenas se concretizou em 1908, através do Conselho Distrital de Agricultura, numa altura em que a exportação de frutas da Madeira se encontrava em forte quebra. Estipulou-se o pagamento de 50 000 réis aos cultivadores de banana em junho, e 20 000 réis aos produtores de cerejas, pêssegos e damascos. Os critérios do júri para a atribuição dos referidos prémios tinham em consideração a «quantidade e qualidade dos fructos, assim como aos esforços empregados no aperfeiçoamento da cultura»[98], pois a banana de maior calibre era mais valorizada no mercado. Esta iniciativa foi promovida e difundida na imprensa local, mas o concurso permaneceu deserto, denotando pouco interesse pelo cultivo destas frutas.

---

[96] *Diário de Notícias*, 1888-10-12, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 82 e 186: apontou-se a produção anual de 30 000 t para se obterem fretes vantajosos e a necessidade de investimentos em infraestruturas viárias e portuárias para expandir os bananais. DODO, 2009, «Evolución del sector del plátano en Canarias […], pp. 17-18: a construção de portos em 1884-1893 facilitou a navegação e exportação de banana das Canárias. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 12-13: Canárias passou a exportar banana regularmente após os investimentos em portos. VIEIRA, 2014, *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901-1976)*, pp. 110-111: aludiu-se a uma rede viária de carreiros em 1893, por onde se circulava com os cachos de banana às costas.

[97] *Diário de Notícias*, 1888-11-25, p. 1.

[98] *Diário de Notícias*: 1908-05-30, p. 1: o prazo de inscrição terminou a 14 de junho; 1908-05-31, p. 1: acrescentaram-se os procedimentos a seguir – verificação da fruta nas propriedades, marcação da data da colheita e exposição pública durante três dias –, a composição do júri – dois agricultores, três exportadores de frutas e dois vogais do conselho distrital de agricultura – e anunciaram-se concursos para a produção de peras, uvas de mesa e maçãs; 1908-06-09, p. 2: o concurso permaneceu deserto; 1908-06-18, p. 1: o concurso foi «mais um esforço mallogrado a favor da agricultura madeirense». NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, p. 94: defendeu-se a melhoria da qualidade, ao invés da aposta no preço único.

A isenção de direitos de exportação sobre os produtos agrícolas poderia ser uma forma de estimular a produção, uma vez que «A cebola, a semilla, os legumes e as fructas, que saem em pequena escala, poderiam sair em maior quantidade». Além disso, aflorou-se outro problema recorrente, neste caso relacionado com os custos dos

> «fretes de Inglaterra para as Canarias, e vice versa, são mais baratos do que para a Madeira, ou d'aqui para Londres. Esta diferença, que nos é prejudicial, naturalmente originada nas despezas do porto do Funchal serem superiores ás dos portos das Canarias»[99].

Uma evidência da expansão das culturas frutíferas relacionou-se com a disseminação do consumo de adubo químico «proprio para bananeiras», como anunciou na imprensa Leacock & Co. Segundo esta fonte, «Depois de cuidadosas experiencias», esta firma importou de Inglaterra «adubos de boa qualidade e baratos», que utilizou e distribuiu como agente económico no arquipélago da Madeira[100]. O seu empenho nesta produção e como intermediário na exportação de frutas prosseguiu nas décadas seguintes, afirmando-se que apenas na Quinta do Salto do Cavalo se produziu num ano e exportou para Inglaterra 1500 cachos de banana[101]. Porém, no rescaldo das perturbações económico-financeiras do início da década de 1890, noticiou-se que «suspenderam tambem a compra de bananas e de mais fructas, em virtude da perturbação cambial occasionada pela noticia da prohibição da entrada na Madeira da moeda que actualmente corre no paiz. Somma e segue.»[102] (Gráfico n.º 10.)

---

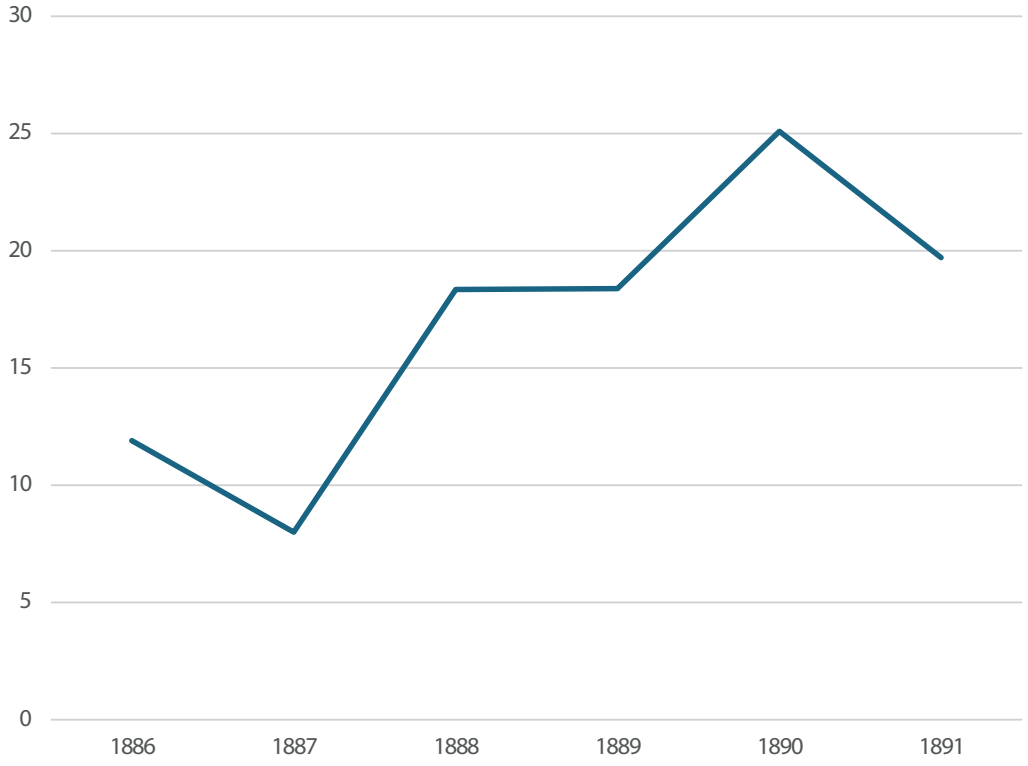
99 *Diário de Notícias*, 1889-04-21, p. 1.

100 *Diário de Notícias*, 1882-11-09, p. 3: referiram-se adubos da marca «Lawes Manure Co. de Londres». PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 612: o adubo de curral devia ser usado anualmente. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 70. BATISTA e BATISTA, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, p. 41: havia vantagens em utilizar o estrume. Sobre o uso de adubos orgânicos e químicos, veja-se, por exemplo: CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 113-130.

101 *Diário de Notícias*, 1892-07-26, p. 1. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 29: as firmas inglesas exploravam as maiores plantações de bananeiras nas Canárias entre finais do século XIX e inícios do século XX. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 72: ressalvou-se que os empresários naturais das Canárias exploravam a área maior de bananais.

102 *Diário de Notícias*, 1892-02-06, p. 1. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 29: as firmas britânicas investiam em bananais e compravam esta fruta aos agricultores locais.

Gráfico n.º 10 – Frutas frescas despachadas na Alfândega do Funchal (1886-1891)
(em contos – milhões de réis)



Fonte: *Diário de Notícias*, 1895-03-22, p. 2.

Como se constata na leitura do gráfico anterior, o valor das frutas frescas, especialmente constituído por banana, apresentou uma tendência ascendente até o ano do Ultimato, imposto a Portugal pelo país que representava o principal mercado para a banana da Madeira. Além disso, a crise financeira de 1891, com o abandono do padrão-ouro, afetou grandemente as taxas de câmbio e a contabilidade do volume e valor das exportações nacionais[103]. Estas ilações comprovaram-se na evolução do percentil da exportação de banana e de outras frutas ao longo do período representado no gráfico, por comparação com o valor total das mercadorias despachadas na Alfândega do Funchal. Este tráfico progrediu de forma paulatina entre 1886 (1,5%) e 1890 (3,2%), mas regrediu em 1891 (2,3%). No mesmo período,

[103] LAINS, 1995, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, pp. 74-78. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, pp. 75-76: o câmbio da libra esterlina era de 4500 réis até 1890, mas agravou-se até perfazer 8700 réis em 1898.

o vinho da Madeira representou, em média, mais de nove décimos do valor total das mercadorias embarcadas no Funchal[104].

Além de Leacock & Co., outras firmas imiscuíram-se no comércio de frutas, pois a «cultura da banana é hoje um ramo importante, devido a exportação que d'ella fazem alguns comerciantes, especialmente estrangeiros»[105]. Esta apetência para explorar novos produtos e mercados foi em tudo idêntica à situação vivida no vizinho arquipélago das Canárias, onde as plantações de bananeiras e a exportação, desta e de outras frutas e legumes, foram dinamizadas por empresas e até companhias de navegação estrangeiras, nomeadamente britânicas, de forma a rentabilizarem os vapores nas rotas regulares. Aliás, algumas das empresas ligadas a este comércio atuavam nos dois arquipélagos e os próprios vapores faziam regularmente escala no Funchal, para tomarem carga e passageiros[106]. No entanto, a menor relevância da produção madeirense pareceu desinteressar as grandes companhias monopolistas que dominavam o comércio internacional de banana no início do século XX[107].

Os interesses comerciais britânicos também se manifestaram no estabelecimento de uma rota com navios a vapor e sistema de refrigeração ligando Demerara a Londres, com escala no Funchal, para efetuar o transporte de cachos de banana «em perfeito

---

[104] AFONSO e AGUIAR, 2005, «A internacionalização da economia», p. 313: cerca de dois terços das exportações de Portugal concerniam a produtos alimentares e de baixo nível de transformação industrial – a própria comercialização de vinho a granel limitava o valor acrescentado.

[105] *Diário de Notícias*, 1894-06-29, p. 1: pretendeu-se desenvolver o cultivo do cafezeiro e do chá. MARTÍN RUIZ *et al*., 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 18: a casa Leacock fundiu-se primeiro com Fyffes & Hudson, e depois com Elder & Dempster, dando origem a Elder & Fyffes. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, p. 121. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 26-28: associou-se a expansão de bananeirais ao capitalismo agrário nacional e estrangeiro e aos baixos custos da mão-de-obra, mas os investimentos britânicos cobriam o abastecimento de carvão, câmbios, banca, seguros, e até turismo.

[106] *Diário de Notícias*: 1904-03-10, p. 2: noticiou-se o lançamento do segundo navio refrigerado para o transporte de 45 000 cachos de banana de Elder & Fyffes, Limited; 1907-08-25, p. 1: cessou a exportação de banana para a Grã-Bretanha, «retirando-se o maior commerciante, que aqui o fazia em escala, para as Canarias, onde continua com esse ramo de negocio»; 1911-07-22, p. 1: referiu-se uma reunião entre John M. Leacock, negociante e industrial na Madeira e nas Canárias, e o ministro das Finanças, José Relvas; 1911-09-21, p. 1: as casas comerciais Leacock & Co. e Leça, Gomes & C.ª dirigiram uma representação ao ministério das Finanças no sentido de se facilitar a exportação de frutas e legumes. BROWN, 2000, *Madeira, Islas Canarias y Azores*, pp. 2-17 e 115-117. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 27-28 e 78-80: a família Leacock esteve ligada à administração da empresa Elder & Fyffes, a qual passou a ser controlada pela United Fruit Company – hoje United Brands Co. – em 1903, sendo absorvida em 1910.

[107] Sobre as multinacionais americanas United Brands Co., Castle & Cooke e Del Monte, veja-se, por exemplo: PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 78-85.

estado de conservação»[108]. Em contraste, noticiou-se o embarque para Londres de 1325 cachos de banana da Madeira «soltos, apenas embrulhados em palha, além d'outra porção que foi acondicionada em caixas gradeadas»[109]. O mercado britânico, com carreiras regulares de navegação a vapor, absorveu mais de 70 t de «fructa verde» da Madeira em novembro de 1887[110]. Em maio de 1893, o valor da exportação de banana da Madeira encontrava-se em progressão, mas ainda representou um percentil irrelevante[111]. Neste último ano, o embarque de frutas frescas não mencionadas para Lisboa superou 620 t, cujo valor ascendeu a 11 848 970 réis[112].

As melhores condições de cultivo e transporte nas Canárias, concorrente da produção madeirense de banana no mercado britânico, suscitou preocupação na transição do século XIX para o século XX. Afirmou-se que o arquipélago vizinho embarcava semanalmente mais de 30 000 cachos de banana em 1898, onde este fruto beneficiava de «melhor procura no mercado londrino, devido ao seu bello aspecto»[113]. Assim, a melhor qualidade, maior oferta e preço inferior prejudicaram a exportação de banana da Madeira, cujo preço sofreu «uma enorme baixa», agravada pelo recurso aos serviços de «intermediarios que, muitas vezes, auferem o maior lucro com prejuizo para os proprietários»[114].

---

[108] *Diário de Notícias*: 1887-01-28, p. 2: carregou legumes do Funchal para Demerara e trouxe 1000 cachos de banana para o mercado londrino; 1887-01-29, p. 1: embarcou no Funchal vinho e volumes com fruta; 1887-04-10, p. 2: transportou 1200 cachos de banana; 1887-06-15, p. 1, trouxe 1100 cachos de banana. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 175: tinha-se de reduzir a temperatura dos compartimentos de carga com banana em viagens superiores a cinco dias. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 40: os navios bananeiros conservavam a banana a 12,5ºC em viagens de 25 dias.

[109] *Diário de Notícias*, 1887-04-05, p. 1. SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», p. 18: referiu-se a palha de cereais e as folhas de bananeira. PÉREZ MARRERO, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», pp. 103-104: nas Canárias usaram-se palha, algodão e papel para o transporte da banana.

[110] *Diário de Notícias*, 1887-12-20, p. 1: o valor da fruta ascendeu a 1 411 500 réis. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: assinalou-se a exportação de banana das Canárias em 1882, e da América central para a Europa em 1896.

[111] *Diário de Notícias*, 1893-06-09, p. 2: a banana valia 2 112 100 réis (1,5% das exportações).

[112] ABM, Alfândega do Funchal, liv. 258.

[113] *Diário de Notícias*, 1898-11-05, p. 2. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 82: os cachos de banana deviam ser cortados e transportados até ao cais no espaço de dois dias, com todo o cuidado para não se danificarem. CORDEIRO *et al.*, 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias* […], p. 11: apontou-se o tamanho irregular e a fragilidade durante o transporte. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 31: consideraram-se as vias de comunicação terrestres em péssimo estado e a navegação de cabotagem o meio mais cómodo e barato de transportar os cachos de banana. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 61-62: Canárias forneceu 1 200 000 cachos de banana ao Reino Unido, enquanto a Madeira não ultrapassou 30 000, pois o preço era 7,5% superior.

[114] *Diário de Notícias*, 1898-11-05, p. 2: afirmou-se «que em Canarias os agricultores tratam directamente com os exportadores, prescindindo-se dos intermediários». CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 195: reconheceu-se a vulnerabilidade dos pequenos produtores de banana.

A situação deteriorou-se nos anos imediatos, devido ao desenvolvimento de bananeirais e da navegação a vapor nas Canárias, exemplificando-se com a exportação de mais de 43 000 cachos de banana no período de 14 a 25 de abril de 1900, isto é, uma cifra superior a toda a exportação madeirense naquele ano[115]. Em consequência desta forte concorrência, alertou-se que «os exportadores madeirenses serão obrigados a comprar aquella fructa por preço menor»[116]. Na sequência desta notícia, Cunha & C.ª advertiu os agricultores e os intermediários de que «o preço da banana está actualmente a 7$200 réis a duzia, cachos de *conta grande*»[117]. Portanto, apenas parte dos cachos de banana cultivados na Madeira reuniam as condições necessárias para a exportação, sendo por isso comprados a 600 réis, implicando que o grosso da produção seria adquirido por preço consideravelmente inferior.

4. O Declínio no Comércio de Banana na Viragem do Século

Com o estabelecimento de uma carreira quinzenal entre a Jamaica e a Grã-Bretanha, em 1901, Elder, Dempster & Co. passou a concorrer com as bananas da Madeira e das Canárias, não apenas em volume transportado, mas igualmente no que se referia ao tamanho e aspeto da fruta e ao baixo preço[118]. No sentido de obviar estas

[115] NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 95: neste ano, a Madeira exportou cerca de 42 000 cachos de banana para a Grã-Bretanha.

[116] *Diário de Notícias*: 1900-05-05, p. 1: as bananas foram transportadas em seis navios a vapor. *Diário de Notícias*, 1900-05-06, p. 1. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 24: a bananeira já era conhecida na região da Macaronésia, mas a expansão da área de cultivo nas Canárias e a comercialização dos frutos iniciou-se em finais do século XIX.

[117] *Diário de Notícias*, 1900-05-30, p. 1: a empresa tinha sede na rua da Alfândega.

[118] *Diário de Notícias*, 1901-03-24, p. 2; 1901-03-29, p. 1; 1901-03-30, p. 2; 1901-03-31, p. 1: afirmou-se que as despesas de transportar e empacar encareciam o preço da banana e que esta não teve «boa aceitação». NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, p. 28: referiu-se a concorrência de banana da Jamaica, Brasil, Canárias, Honduras e territórios coloniais franceses. CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], pp. 114-115. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 82 e 206: iniciou-se a rota com três navios refrigerados de 1000-1500 t de lotação. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 27: em 1906, a firma possuía 97 navios a vapor para o transporte de frutas e legumes. LUXÁN-MELÉNDEZ e LAFORET, 2003, *La Economía Canaria en la Segunda Mitad del Siglo XIX* […], pp. 248-249: a concorrência da banana da Jamaica podia aumentar o cultivo da cana-de-açúcar. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 89-90: o primeiro carregamento em boas condições chegou à Europa a 5 de maio de 1897, mas o sabor e a textura da variedade Gros Michel da Jamaica distinguia-se da Dwarf Cavendish da região macaronésia. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 12-13: o mercado britânico foi inicialmente dominado por Elder Dempster e Edward W. Fyffe.

circunstâncias, A. B. C. de Sampaio publicou alguns artigos de opinião, abordando o modo correto de empacar e dando conselhos agrícolas para se «produzir cachos grandes e de boa apresentação»[119]. Referiu ainda o envio de cerca de 1200 t de banana para Portugal continental em 1925, mas grande parte chegou deteriorada ao destino, devido ao uso de grades de 250-350 kg e pouca palha a amparar os cachos de banana[120].

Sob o título «Bananas a 4 por um vintem», chamou-se a atenção para a saturação do mercado na Grã-Bretanha, onde, no espaço de uma semana, desembarcaram «105.000 cachos, 63.000 vieram de Costa Rica e Jamaica. O contingente das Canarias foi de 41.000 cachos»[121]. Em resultado da maior oferta, e consequente queda de preços, tentou-se a abertura de novos mercados através da exploração das rotas marítimas com escala no porto do Funchal. Assim, noticiou-se a exportação de banana da Madeira para Dunquerque, Le Havre, Antuérpia, Bolonha, Southampton, Liverpool, Glasgow, Bremen e Hamburgo, além de Lisboa e Porto (Gráfico n.º 11), em 1904-1906[122]. A questão fulcral do preço foi inclusivamente alvo de esclarecimento na imprensa:

---

[119] *Diário de Notícias*: 1926-11-19, p. 1: mencionou-se a produção de 10% de cachos grandes – com mais de 25 kg – e mais de 40% de cachos com menos de 8 kg; 1929-05-05, p. 4: Gesche & Schnitzer, Lda. publicitou adubo que «dá cachos muito maiores».

[120] *Diário de Notícias*, 1926-11-20, p. 2: estipulou-se que «uma grade com cêrca de 800 kilos de banana paga de frete para Lisboa cêrca de 80 a 100 escudos. Uma grade com 2 cachos ou sejam 40 a 50 k. de banana paga para Inglaterra cêrca de 4/6 ou sejam 21$29 e para Holanda, Alemenha, França cêrca de 16,55 Esc. – despesas, embalagem, carretos, bananas, trabalhadores, embarque, despachos, palha, grades e algodão – cêrca de 28$00 por grade». AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 31: mencionaram-se grades com peso médio de 177 kg (8 a 12 cachos), meias-grades com peso de 105 kg (6 a 8 cachos), e quartos de grade (2 ou 1 cacho).

[121] *Diário de Notícias*: 1904-10-11, p. 2; 1905-07-08, p. 2: referiu-se o aumento considerável do comércio de cachos de banana da Jamaica e Costa Rica na Inglaterra, no espaço de seis meses. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 205: o Reino Unido importou 115 000 t da Jamaica, Canárias e Costa Rica em 1904, mas uma parte foi reexportada para a Alemanha e França. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 34: a Europa importou 227 000 t de banana em 1925, cabendo 96% à Grã-Bretanha. ABBOTT, 2009, *A socio-economic history of the international banana* […], pp. 1-2: o sucesso das grandes companhias americanas, como a United Fruit, baseou-se na concentração vertical das operações de produção, colheita, transporte, *marketing* e distribuição nos mercados americano e europeu.

[122] A título de exemplo, apresentamos alguns carregamentos noticiados no *Diário de Notícias*: 1904--01-30, p. 1: 15 grades e 194 caixas para Dunquerque e 26 caixas para Southampton, no valor de 65 200 réis; 1904-02-22, p. 2: 142 grades para Le Havre; 1904-03-27, p. 2: 150 caixas para Hamburgo; 1904-03-29, p. 2: 152 caixas para Dunquerque; 1904-04-08, p. 1: 22 grades para Lisboa. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 32: Hamburgo era o principal porto distribuidor de frutas no norte da Europa, e um dos principais do centro da Europa. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210.

> «previno por este meio a todos os senhores agricultores e negociantes de bananas, das freguezias dos arredores do Funchal e Camara de Lobos que recebo sempre bananas para exportação de todos os que me quizerem vender pelo preço actual de 9$000 reis por duzia de cacho de CONTA GRANDE, e 4$500 reis por duzia de cachos de CONTA PEQUENA»[123].

Considerando os valores pagos pelo cacho de banana grande, verificou-se um aumento de 25% entre 1900 (600 réis) e 1904 (750 réis). O mesmo terá eventualmente ocorrido com os cachos de peso inferior, mas a desvalorização destes era considerável, pois eram adquiridos pelos intermediários por metade do preço (375 réis em 1904). Devemos assinalar igualmente que não houve ajustamento de preços de 1904 para 1906. Contudo, a concorrência dificultou a penetração da banana da Madeira nos mercados externos, desincentivado esta cultura por comparação com o aumento da área de cultivo de cana-de-açúcar e produção e consumo de aguardente[124].

Regra geral, as cargas destinadas aos supramencionados portos foram transportadas em navios a vapor das companhias de navegação das respetivas nacionalidades, à exceção das mercadorias destinadas aos portos nacionais[125]. Ainda assim, os vapores portugueses *Loanda*, *Benguella*, *D. Maria* e *San Miguel* fizeram esporadicamente transporte de banana, sobretudo para Lisboa. Conclui-se que os agentes comerciais nos diferentes portos publicitavam as rotas e a admissão de carga e passageiros, procurando rentabilizar o espaço a bordo, muitas vezes em detrimento das condições de acondicionamento da própria fruta, designadamente a banana do cultivar Dwarf Cavendish – bananeira anã[126].

---

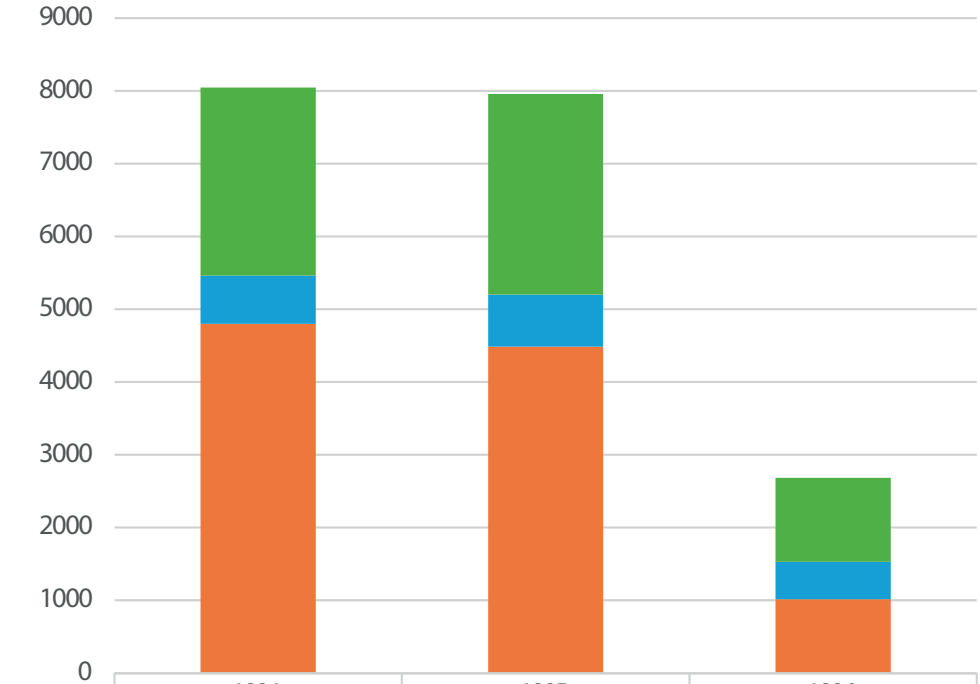
[123] *Diário de Notícias*: 1904-12-08, p. 1: anúncio de Francisco Gabriel Correia, com estabelecimento à rua dos Tanoeiros; 1906-11-09, p. 1: não houve alteração de preço no espaço de dois anos.

[124] CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 156: a produção anual de aguardente foi superior a 1,5 milhões de litros na primeira década do século XX.

[125] *Diário de Notícias*, 1901-12-22, p. 2: o pagamento de taxas alfandegárias condicionou este tráfico, apesar de autorizações excecionais para «receber em livre pratica um carregamento de vinhos e bananas, vindo da Madeira no vapor allemão *Wittenberg*, procedente do Brazil», devido à impossibilidade de transportar esta carga no vapor *Funchal*.

[126] NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 63-64: as embalagens utilizadas não protegiam os cachos de banana durante o transporte.

Gráfico n.º 11 – Embalagens de banana despachadas na Alfândega do Funchal (1904-1906) (em unidades)



	1904	1905	1906
Grades	2582	2754	1155
Caixas	661	716	514
Gigos	4800	4487	1014

Fonte: *Diário de Notícias* (vários números).

Acresce a publicação no *Diário de Notícias* de informação relativa aos despachantes de carga ou intermediários na exportação da banana da Madeira entre junho de 1905 e dezembro de 1906, conjuntamente com o nome e a nacionalidade dos navios, as quantidades e os destinos. Atendendo a esta informação relevante, encontramos dados relativos a 27 comerciantes que exportavam banana em gigos, caixas e grades (Quadro n.º 2). É de notar que cerca de metade destes agentes económicos exportou para um país: F. G. Correia, Gebruder Iklé, Krohn Brothers & Co., M. Gonçalves & C.ª, R. Kretzschmar, W. & Horwitz, e W. Marum – para a Alemanha; António Coelho, Francisco Araújo Figueira, Francisco de Sousa, Joaquim Soares, José Gomes, M. Fernandes Correia, e Manuel Fernandes – para Portugal; e Blandy Brothers & Co.[127] e J. Serrão – para a Grã-Bretanha.

[127] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 27: a casa Blandy tinha diversos investimentos no arquipélago das Canárias. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 110.

Quadro n.º 2 – Agentes económicos e mercados da banana da Madeira (1905-1906)
(unidades: Gi = gigos; Cx = caixas; Gr = grades)

	Grã-Bretanha			Alemanha			Portugal			Bélgica			França		
	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.	Gi.	Cx.	Gr.
Ad. von Breymann						14				11					
António Coelho							4								
António Giorgi & C.ª	174	65	389			103									
Blandy Brothers & Co.			26												
Cunha & C.ª Lda.	110			370											
F. G. Correia					62	90									
Francisco Araújo Figueira								1							
Francisco de Sousa							1		4						
Francisco Gabriel Correia						131			17						
Gebruder Iklé				7											
Georges Petit		210		70	754									121	66
J. Serrão	106														
João da Silva Inácio	50			88		424			38						
João de Freitas Martins						299			7						
Joaquim Soares									14						
José Gomes									8						
Krohn Brothers & Co.				3											
Leacock & Co.	3404		121							25					
Leça, Gomes & C.ª									5			2			
M. Fernandes Correia									7						
M. Gonçalves & C.ª						6									
M. Pereira			438			95									
Manuel de Freitas			230						17						
Manuel Fernandes									10						
R. Kretzschmar				2											
W. & Horwitz				3											
W. Marum					1										
Totais	3844	275	1204	543	817	1162	5	1	127	36	0	2	0	121	66

Fonte: *Diário de Notícias* (vários números).

O acondicionamento da banana também forneceu algumas informações sobre a viagem e as preferências dos exportadores e/ou dos mercados. Os gigos eram a forma predominante em embarques para a Grã-Bretanha e Bélgica, as caixas para a França e as grades para Portugal e Alemanha. Verificamos ainda um percentil significativo de grades para a França e de caixas para a Alemanha. No que respeitou ao método de

empacar a banana por estes agentes económicos, as caixas foram a forma preferida de Georges Petit – embora também utilizasse gigos e grades –, e os gigos de Leacock & Co., por oposição ao emprego das três formas de empacar por António Giorgi & C.ª[128]. Podemos ainda acrescentar que Ad. von Breymann, Francisco de Sousa, João da Silva Inácio e Leacock & Co. acondicionaram a banana em gigos e caixas e apenas F. G. Correia em caixas e grades.

No momento atual da investigação, torna-se difícil discernir o peso e os valores efetivos destas remessas de banana da Madeira. Além disso, permanece a incerteza quanto à publicação no *Diário de Notícias* – o órgão de imprensa consultado – de todos os manifestos da carga despachada pela Alfândega do Funchal no período em questão, isto é, durante cerca de 18 meses – de junho de 1905 a dezembro de 1906. Ainda assim, é lícito concluir que o principal mercado para esta fruta da Madeira continuou a ser a Grã-Bretanha, seguido a alguma distância da Alemanha[129]. No que respeitou a França, Portugal e Bélgica, o percentil de volumes embarcados foi quase irrisório – respetivamente 2,3%, 1,6% e 0,5%. Contudo, em 1907 deixou-se de exportar banana para a Grã-Bretanha e o mercado continental português afirmou-se como o principal consumidor de banana da Madeira, à medida que a sua competitividade no mercado europeu diminuía devido aos custos de produção e expedição. Chegou-se inclusivamente a noticiar que as remessas de banana para Lisboa «nas condições já determinadas não soffrerão demora e tudo se fará para abreviar a sua saída»[130]. A banana voltou a seguir para a Grã-Bretanha em 1912, por iniciativa de Leacock & Co., um ano após uma representação para «serem isentos de direitos, e beneficiados com determinadas facilidades fiscaes, os materiaes que importarem do estrangeiro para o empacamento de fructas frescas e legumes destinados á exportação»[131].

A resposta à questão do peso e do valor da banana embarcada surgiu apenas em 1912. Em algumas notícias sobre as cargas despachadas na Madeira, mencionaram-se, por exemplo, 21 grades com banana para Leixões, no valor de 126 000 réis, isto é,

[128] *Diário de Notícias*, 1894-10-31, p. 1: identificou-se esta casa comercial como o maior exportador de banana da Madeira.

[129] *Diário de Notícias*, 1910-05-17, p. 1: entre 1900 e 1906, a Grã-Bretanha afirmou-se como o maior importador de cachos de banana na Europa, seguindo-se a Alemanha e a França. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 27: Canárias exportou 43 000 t de banana para a Grã-Bretanha em 1905. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 102-104: a Madeira exportou mais do dobro dos cachos de banana para Hamburgo que as Canárias, em 1895, mas ao fim de uma década o contributo da Madeira era inferior a 5%.

[130] *Diário de Notícias*, 1907-08-25, p. 1; 1910-12-18, p. 2: procurou-se aumentar a frequência das viagens marítimas da Empresa Insulana entre Lisboa e o Funchal.

[131] *Diário de Notícias*: 1911-09-21, p. 1; 1912-10-18, p. 3: exportaram-se 14 volumes com bananas e pimpinelas; 1912-11-20, p. 3: exportaram-se vários volumes com bananas e legumes.

cada grade avaliada em 6000 réis[132]. Decorrido cerca de um mês, embarcaram-se para Le Havre 50 grades com o peso de 1250 kg e valor declarado de 150 000 réis. Com esta informação, podemos inferir que a grade equivaleu a 25 kg (um cacho grande), mas, sobretudo, que houve grande flutuação do preço, tendo decrescido para metade entre agosto e setembro[133]. Contudo, convém ressalvar que a banana exportada para o norte da Europa tinha valorização inferior devido à concorrência de importações das Canárias, da América central e, no caso da França, das suas possessões ultramarinas[134]. Já a remessa para Leixões, onde não havia concorrência para a banana da Madeira, o valor foi substancialmente superior. Assim, o kg de banana embarcada ficou em 240 réis em Leixões e 120 réis em França, mas dois dias depois despachou-se um carregamento a 50 réis para Lisboa[135]. Esta situação tornou-se ainda mais crónica na estação estival, uma vez que a banana disputava o mercado com outras frutas de produção nacional[136].

A exportação de frutas implicou a conquista de mercados europeus, onde a produção madeirense enfrentou forte concorrência. O empenho dos agentes comerciais em angariar clientes para a banana da Madeira levou João Inácio da Silva a Le Havre, no norte de França, para tratar do escoamento de 200 grades[137]. No entanto, também se anunciou o projeto, apoiado pelo Ministério do Fomento, de envio de delegados dos agricultores do arquipélago em missões de propaganda a Berlim, Londres, Paris, Estocolmo e S. Petersburgo, assim como a iniciativa de um projeto de lei, apresentado no Congresso da República por deputados eleitos pelo círculo da Madeira, com o intuito de isentar a importação temporária de materiais para o acondicionamento de frutas, designadamente caixas de madeira e de cartão canelado, algodão em pasta e papel não especificado, como se reivindicava há vários

---

[132] *Diário de Notícias*, 1912-08-22, p. 3: além de banana, João de Freitas Martins despachou uma caixa com ananases e 32 atados de coiros.

[133] *Diário de Notícias*, 1912-09-16, p. 3: remessa de João da Silva Inácio para a França. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p.: a fruta era de pequeno calibre, em resultado dos cultivares e das técnicas de cultivo. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218: o peso médio do cacho de banana situava-se em 25 a 30 kg.

[134] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 32: o governo francês autorizou a importação de um volume considerável de banana da Guiana Francesa, em 1901.

[135] *Diário de Notícias*, 1912-09-18, p. 3: remessa de 400 kg de banana de João F. Ferreira, no valor de 20 000 réis.

[136] *Diário de Notícias*, 1913-06-04, p. 2: noticiou-se que em «Lisboa e Porto baixou sensivelmente o preço das bananas, devido á abundancia das frutas da epocha».

[137] *Diário de Notícias*, 1912-12-17, p. 2: as grades com banana seguiam no vapor alemão *Rio Pardo*, a 21 deste mês. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 32: o mercado francês era o terceiro mais importante para a banana de Canárias, após a Grã-Bretanha e a Alemanha.

anos[138]. Na sequência desta publicação, noticiou-se que um produtor de banana da ilha de Tenerife se deslocou à Madeira para investir neste setor, mediante locação de uma vasta propriedade[139].

O referido projeto de lei não avançou de imediato e, «a pedido de varios nacionaes e estrangeiros», o governador civil telegrafou aos supramencionados deputados «lembrando-lhes a conveniencia de na presente sessão legislativa ser approvado o projecto de lei que isenta de direitos todos os artigos destinados à emballagem de fructas madeirenses, para exportação»[140]. Em resposta, o visconde da Ribeira Brava asseverou a aprovação de legislação para «isenção de direitos de todos os artigos destinados a embalagem de fructas madeirenses, para exportação»[141]. A pressão para aprovação desta legislação também partiu da Junta Agrícola da Madeira e da Associação Comercial do Funchal, no sentido de se reduzirem os custos e facilitar a colocação da banana da Madeira nos mercados nacional e internacional[142].

A importância de se desenvolver a produção e o comércio de frutas na Madeira continuou a ser um tópico corrente na imprensa local, especialmente em alternativa aos canaviais. Chamou-se a atenção para as condições geográficas e climatológicas propícias ao cultivo da «banana, a anona, a manga e ainda outras exoticas» e desconhecidas no mercado português e europeu. Porém, apontou-se igualmente as lacunas de agricultores e intermediários sem «practica nem geito para o seu manejo – a escolha dos mercados de consumo e a arte do empaque ou embalagem», não beneficiando das condições favoráveis da navegação a vapor e da existência a bordo de sistemas de ventilação e refrigeração. Lamentou-se ainda a importação de «laranja

---

138 *Diário de Notícias*: 1907-08-25, p. 1: defendeu-se a isenção de direitos sobre o algodão e a madeira utilizados para empacar frutas e as vantagens de «um envolucro, luxuoso por vezes, como réclamo mudo, mas compreendido»; 1911-09-21, p. 1: Leacock & Co. e Leça, Gomes & C.ª solicitaram a isenção de direitos sobre os materiais destinados a empacar frutas e legumes; 1912-12-23, p. 1. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 173-175. SOARES, 2005, «A agricultura», p. 178: a pasta da agricultura pertenceu ao Ministério do Fomento (1910-1918), depois Ministério da Agricultura, e por fim ao Ministério da Economia (1940-1974).

139 *Diário de Notícias*, 1913-06-03, p. 1: nomeou-se «Mr. Arthus, grande exportador de bananas, na ilha de Orotava». PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 26: o vale de Orotava, no norte da ilha de Tenerife, reunia excelentes condições para o cultivo de bananeiras.

140 *Diário de Notícias*: 1913-06-13, p. 1; 1913-06-18, p. 1: anunciou-se a nova démarche do governador civil substituto, Remígio Barreto.

141 *Diário de Notícias*: 1913-06-19, p. 2; 1913-07-23, p. 2: noticiou-se a publicação oficial da legislação no dia 21; 1913-07-26, p. 2: concedeu-se isenção de direitos de importação e impostos municipais ao algodão em pasta e à palha, para se acondicionarem as frutas na exportação, e o regime de importação temporária para caixas de cartão canelado e de madeira, e grades abatidas, na exportação de frutas e legumes; criaram-se contas correntes para os importadores e definiu-se o prazo de dois anos. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: usaram-se palha seca de cereais e folhas de bananeira para isolar os cachos durante o transporte.

142 *Diário de Notícias*, 1913-06-20, p. 1: referiu-se ainda legislação sobre o regime de pastagem.

de Setubal e dos Açores, o limão, o melão, a melancia, a castanha, a noz, o figo passado do Algarve, as uvas passadas estrangeiras»[143].

A economia da Madeira e as potencialidades agrícolas do seu solo para o cultivo e exportação de diferentes produções foram destacadas pelo diretor da Alfândega do Funchal, em alternativa ao predomínio das plantações de cana sacarina e o subsequente fabrico e consumo pernicioso de aguardente. Para o efeito, nomeou a banana, a pera abacate, a anona, a manga «e em geral todas as frutas da Europa e da América e ainda aquelas que requerem climas diferentes de altitude», mas lamentou o abandono, a falta de conhecimento e a ausência de «armazêns gerais francos», como os que Leça, Gomes & C.ª pretendia edificar no sítio do Gorgulho, na zona oeste do Funchal, e os custos dos materiais para acondicionamento de frutas[144].

O desenvolvimento da agricultura em outros arquipélagos atlânticos portugueses deu origem à apresentação de uma proposta de lei nos primórdios da I República, dando-se como termo de comparação a exportação de banana e de outros produtos do arquipélago das Canárias[145]. Não obstante, a expedição de cachos de banana de Cabo Verde apenas se tornou relevante em meados do século XX, concorrendo com a produção madeirense no abastecimento do mercado nacional.

O aproveitamento dos frutos de produção local ou importados levou à diversificação da oferta, designadamente no mercado insular. Em 1913, publicitou-se a comercialização de licores com aproveitamento de citrinos (laranja e tangerina), mas igualmente o licor de banana[146]. Porém, determinados cultivares de bananas serviam há milhares de anos para o fabrico de bebidas alcoólicas ou álcoois, nomeadamente a cerveja – pombe, em África –, e o vinagre – nas Filipinas e no Brasil[147].

No que respeitou ao volume de banana exportado, uma estatística publicada em 1913 elencou os maiores produtores mundiais, por ordem decrescente: Jamaica,

---

[143] *Diário de Notícias*, 1912-12-10, p. 1. MENDES, 1994, *Estudo de Embalagem para Banana*, pp. 4-5: o problema da baixa qualidade da banana da Madeira ainda se mantinha em finais do século XX, compreendendo o manuseamento, acondicionamento e transporte.

[144] *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 de maio de 1912, sessão n.º 110, pp. 4-8: o projeto teve parecer positivo do diretor da Alfândega do Funchal, da Direção de Obras Públicas do Funchal e da Capitania do Porto do Funchal, e foi encaminhado para a comissão de obras públicas.

[145] *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 de abril de 1912, sessão n.º 99, pp. 31-32: afirmou-se, no preâmbulo da proposta de lei, que «Las Palmas exporta hoje para mais de dois milhões de volumes daqueles produtos, que dão à navegação, em fretes, uma importância aproximada de 900 contos de réis; que Tenerife também exporta anualmente tanto ou mais», e insistiu-se numa missão técnica para fazer levantamento de práticas culturais em Cabo Verde, Canárias, Cabo, Jamaica, e das condições de mercado.

[146] *Diário de Notícias*, 1913-04-20, p. 1: publicitou-se a mercearia Calisto com «Licores de finíssima qualidade a preços reduzidos».

[147] CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 229.

Costa Rica, Honduras, Colômbia, Panamá, Canárias, Cuba, Nicarágua, Guatemala, México, Honduras Britânicas, Santo Domingo[148], Guiana Holandesa, e outros países. Como se pode constatar, a produção madeirense estava ausente ou eventualmente incluída na categoria outros países, que para o caso totalizava 250 mil cachos. Por comparação, as Canárias surgiam classificadas em sexto lugar, com a exportação de 2 618 378 cachos de banana[149]. Além do montante total da exportação, destacou-se o regime preferencial de abastecimento dos principais países importadores e a dificuldade em alcançar quota de mercado[150].

Não obstante os constrangimentos assinalados, o interesse pelo cultivo e expansão de bananeirais não desapareceu na ilha da Madeira. Assim se entende a publicação na imprensa do anúncio «Plantas de bananeira. Vende-se de boa qualidade»[151]. As próprias entidades públicas, como a Junta Agrícola da Madeira, também se envolveram na disseminação de bananeiras através da importação de plantas oriundas, por exemplo, do vizinho arquipélago das Canárias[152]. No entanto, em reunião da comissão executiva deste organismo, aprovou-se uma proposta de redução do preço das plantas de bananeira para 200 réis, assumindo-se o diferencial como forma de «protecção á agricultura madeirense». Referiu-se ainda que «Muitos particulares teem-nas requisitado, e das que actualmente existem trinta a quarenta são para os srs. Giorgi e as restantes para o viveiro da Ribeira Brava»[153]. Deste modo, depreende-se que, além da importação, também se procurou multiplicar as

[148] PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 24: levaram-se bananeiras das Canárias para Santo Domingo, na ilha Hispaniola. CIDAC e AFONSO, 2008, *À Descoberta da Banana* […], p. 37: o P.e Tomás de Barlonga transportou bananas da ilha Hispaniola para Espanha, em 1516.

[149] *Diário de Notícias*, 1913-05-15, p. 2: em 1911 exportaram-se 16,5 milhões de cachos da Jamaica; 9,3 da Costa Rica; 6,5 das Honduras; 4,9 da Colômbia; 4,3 do Panamá; 2,6 das Canárias; 2,5 de Cuba; 2,3 da Nicarágua; e 1,8 da Guatemala. SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 8-9: os Estados Unidos da América, a Inglaterra, França, Alemanha e Espanha eram os principais mercados consumidores de banana nas primeiras décadas do século XX. MARTÍN RUIZ *et al.*, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias* […], p. 19: referiu-se a exportação de 2,5 milhões de cachos de banana (50 000 a 70 000 t) no início do século XX. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], p. 33: consórcios dos Estados Unidos da América, Alemanha e França investiram em bananais na América central e em África, justificando a exportação de quase 53 milhões de cachos de banana em 1911.

[150] CÂMARA, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira* […], p. 115.

[151] *Diário de Notícias*: 1913-05-31, p. 3: apenas se indicou a morada – rua Bela de Santiago, n.º 70; 1914-04-18, p. 2: publicitou-se o número alusivo ao cultivo das bananeiras na revista francesa «Lectures pour tous».

[152] *Diário de Notícias*, 1913-06-28, p. 2: referiu-se que era «enorme a procura […], á razão de trezentos e tal réis cada planta».

[153] *Diário de Notícias*, 1913-07-01, p. 2: a proposta partiu do presidente da comissão executiva, Pedro José Lomelino.

bananeiras em viveiros da Junta Agrícola, como na Ribeira Brava e no sítio dos Louros, no Funchal[154].

O governador civil, major Ernesto de Sá Cardoso, tomou a iniciativa de importar grande número de bananeiras de São Tomé para «o desenvolvimento d'esta excellente cultura na Madeira, [e] procurará distribuil-as pelos agricultores, nas condições menos onerosas»[155]. Decorrido mais de um mês, noticiou-se o desembarque de «5 barricas com sócas de bananeira, para se realizarem varias experiências»[156]. Entre os campos experimentais para o cultivo de bananeiras, podemos apontar o recinto da Escola Lancasteriana[157]. Noutros casos, publicitou-se o preço de venda de bananeiras «em bom tamanho para plantar, optima qualidade, a 10$00 cada planta»[158]. A Madeira também contribuiu para a circulação de plantas de bananeira, como se comprovou em 1832, e no envio de duas grades para a cidade do Natal, em 1906[159].

O crescente interesse pelo comércio de frutas fez aumentar o número de agentes económicos que se encarregavam de adquirir, empacar e exportar banana. Com base em publicações na imprensa local, encontramos José Luís de Nóbrega a expedir grades com banana para Lisboa em outubro de 1913 e março de 1914[160]. Tendo em conta os valores apresentados, o preço da grade com banana quase duplicou entre aquelas datas, podendo estar ligado aos fretes praticados pelas companhias de navegação, respetivamente alemã e portuguesa. Apesar do agravamento dos custos, o interesse pelo comércio de banana motivou a publicação do anúncio «Compram-se para exportação, nas propriedades ou avulso»[161]. Neste caso, presume-se que o intermediário teria os meios necessários para fazer o corte e transporte ou apenas para receber os cachos nos bananais. Em relação ao momento ideal para se efetuar o

---

[154] *Diário de Notícias*, 1913-12-11, p. 3: noticiou-se a plantação de grande número de bananeiras no campo experimental dos Louros, na freguesia de S. Gonçalo. NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, p. 74: referiu-se o posto experimental do Lugar de Baixo. CHAMPION, 1978, *El Platano*, pp. 29-31: procurou-se aumentar a resistência e produtividade das bananeiras através da hibridação.

[155] *Diário de Notícias*, 1913-07-09, p. 1.

[156] *Diário de Notícias*, 1913-08-17, p. 2.

[157] *Diário de Notícias*, 1913-12-18, p. 2: no regresso da visita ao Terreiro da Luta, alguns turistas alemães fotografaram os cachos de banana no campo experimental desta escola.

[158] *Diário de Notícias*, 1924-10-03, p. 2: mencionaram-se 50 plantas e o nome e morada do vendedor.

[159] *Diário de Notícias*, 1906-01-18, p. 3: as plantas foram enviadas por Eduardo Sarsfield, em navio britânico.

[160] *Diário de Notícias*: 1913-10-26, p. 3: carregaram-se 19 grades em navio a vapor alemão, no valor de 100 000 réis; 1914-03-20, p. 2, expediram-se 47 grades em navio a vapor português, no valor de 470 000 réis.

[161] *Diário de Notícias*, 1915-01-30, p. 1: apenas se indicaram os contactos (morada e número de telefone). AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo* […], p. 8: a banana produzida a oeste ou leste do Funchal era adquirida por intermediários.

corte (Imagem n.º 5), a experiência recomendava atender ao aspeto geral e coloração dos frutos, tendo sempre em consideração o tempo e cuidados necessários para se realizarem as viagens e o madureiro[162].

Imagem n.º 5 – Corte do cacho de banana antes do transporte às costas (post. 1930)



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Foto Figueiras, n.º inv. 2021.

[162] SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 15-17: referem-se os cuidados a ter durante o transporte por terra e mar, na embalagem e em madureiros.

5. O Agravamento da Crise com a I Guerra Mundial

Os primeiros anos do deflagrar da I Guerra Mundial não se refletiram significativamente no desenvolvimento do comércio de banana da Madeira e das ilhas Canárias[163]. Os estudos apontaram para uma média anual de embarques de 500 t em 1911-1913, e 800 t em 1914-1918, isto é, um incremento de 60% das remessas de banana da Madeira, sobretudo para o mercado nacional[164]. No entanto, o mesmo não sucedeu com o volume exportado para o norte da Europa. Por exemplo, Cossart Gordon & Co. remeteu uma grade com banana para Copenhaga em agosto de 1915, enquanto para Lisboa seguiram 53 grades[165]. No final deste ano, José Inácio da Silva, José Sotero e Silva, João de Andrade, João Frederico Rego, J. M. Fernandes, M. Pereira, J. Pereira e João S. Inácio enviaram cerca de 300 gigos com banana e outros produtos para Lisboa, no vapor *S. Miguel*[166]. O aumento da expedição de banana para Lisboa, onde o preço era superior, repercutiu-se na redução do abastecimento do mercado local. No decurso de 1916, a Comissão de Subsistências solicitou aos agentes económicos «uma exposição do modo como poderá ficar assegurado o consumo local daquela fruta, que deve ser das melhores qualidades, afim de lhes ser permitida a respectiva exportação»[167].

---

163 PÉREZ MARRERO, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», p. 176: as exportações das Canárias caíram de mais de 3,3 milhões de cachos de banana em 1914 para 0,5 milhões em 1917. PÉREZ MARRERO, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International* […], pp. 34-36: destacou-se uma quebra nos preços e na produção, mas em 1923 a exportação de cachos de banana superou o período pré-guerra. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 117-123: 1917 e 1918 foram os piores anos para a exportação de banana das Canárias. DODO, 2009, «Evolución del sector del plátano en Canarias […], p. 17: as Canárias exportaram bananas para a Espanha peninsular em 1917, tornando-se na década de 30 o principal mercado consumidor.

164 NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 26-28 e 34-35: exportou-se anualmente cerca de 200-300 t antes da I Guerra Mundial – 4-5% da banana carregada no porto do Funchal –, pois o grosso da produção destinou-se ao mercado nacional. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 219.

165 *Diário de Notícias*: 1915-08-13, p. 2; 1915-08-21, p. 2: remessa de José Luís de Nóbrega.

166 *Diário de Notícias*: 1915-12-07, p. 2; 1915-12-08, p. 1.

167 *Diário de Notícias*, 1916-06-17, p. 2. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], p. 122: a maior produção e a falta de transportes provocaram a saturação do mercado interno nas Canárias. MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, pp. 181-182: destacou-se a crise de escassez e a inflação.

Como se referiu, os critérios alfandegários de classificação das frutas embarcadas no porto do Funchal sofreram alterações e só voltamos a encontrar referências explícitas à exportação de banana em 1914-1916[168]. Apesar do envolvimento da Grã-Bretanha na I Guerra Mundial, este mercado foi abastecido com 763 kg de banana da Madeira em 1914 e 6790 kg em 1915. Contudo, o conflito paralisou por completo este tráfico no ano imediato, quer em consequência das dificuldades em encontrar transportes marítimos, quer da aludida crise de subsistências.

O difícil equilíbrio entre o consumo local e o embarque de banana só se alcançou com intervenção do governador civil, em 1917. Este optou por tabelar o preço de venda ao público – 60 réis o kg – e autorizou a exportação mensal de 100 grades, ainda assim representou um volume substancialmente inferior à média mensal, que na altura era de cerca de 350 grades[169]. Todavia, proibiram-se as remessas de banana para Lisboa em junho deste ano, e apenas se autorizou a «cada passageiro levar consigo um cacho de bananas»[170]. Esta resolução foi muito criticada na imprensa, questionando-se se «toda a sua população passou a alimentar-se pelo regímen naturista»[171], bem como o impacto que a medida teria na substituição das plantações de cana sacarina. Os próprios negociantes de fruta da praça madeirense disponibilizaram-se a expedir apenas um terço da produção de banana e, inclusivamente, telegrafaram ao ministro do Trabalho questionando a justificação de «fazer falta á alimentação das classes pobres»[172].

---

168 ABM, Alfândega do Funchal, livs. 273-275.

169 *Diário de Notícias*: 1917-04-26, p. 2; 1917-05-06, p. 2: os intermediários propuseram abrir um depósito para venda das bananas «que sobejam da exportação, por preços fixos»; 1917-05-09, p. 1; 1917-10-03, p. 1: sugeriu-se um regime idêntico ao praticado com a expedição de manteiga, isto é, «todos os exportadores depositarem uns tantos por cento de cada exportação que façam, d'harmonia com as determinações da comissão de subsistências»; 1918-05-05, p. 1: o governador civil indeferiu a proibição do embarque semanal de 100 grades com banana.

170 *Diário de Notícias*, 1917-06-24, p. 2. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: esta medida foi retomada a 6 de abril de 1920.

171 *Diário de Notícias*: 1917-10-03, p. 1; 1918-02-15, p. 1; 1918-02-16, p. 1: o governador civil recusou os pedidos de José Luís de Nóbrega, João de Andrade e Joaquim Soares para o embarque de banana «enquanto não houver abundancia de trigo e milho». GOUVEIA, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento-Medicamento*, p. 38: atestou-se a alimentação familiar quase exclusivamente à base de banana.

172 *Diário de Notícias*: 1917-07-25, p. 2: republicou-se a peça jornalística do *Diário de Notícias* de Lisboa, de 14 de julho; 1917-10-03, p. 1: republicou-se um artigo da *Vanguarda*, de 22 de setembro, com referências a uma notícia do *Diário de Notícias* da Madeira.

Mesmo considerando que a banana, como quaisquer frutas, entrava na alimentação humana «em pequena percentagem»[173], as páginas do *Diário de Notícias* refletiram um aumento da frequência de notícias relacionadas com o «furto de bananas» e outros géneros em diversas propriedades, e até em mercearias (Gráfico n.º 12), e com fiscalizações a bordo de navios, varejos de armazéns, a par do indeferimento de licenças para a comercialização de banana, excetuando no Funchal[174]. Como se constata no gráfico infra, a maior valorização da banana e o consequente destaque a furtos centrou-se no período de 1912-1917, embora em 1903 se noticie a apreensão no Funchal de «um barco com bananas roubadas, na Magdalena do Mar»[175]. Todavia, o caso que gerou maior celeuma respeitou ao «embarque clandestino de bananas que se diz ter sido feito a bordo do caça-minas *Augusto de Castilho*», em 1918, assunto que chegou inclusive ao conhecimento do ministro das Subsistências[176]. A situação exposta passou-se igualmente com outros navios a vapor, como por exemplo o *San Miguel* e o *Beira*[177].

---

[173] *Diário de Notícias*, 1917-10-03, p. 1.

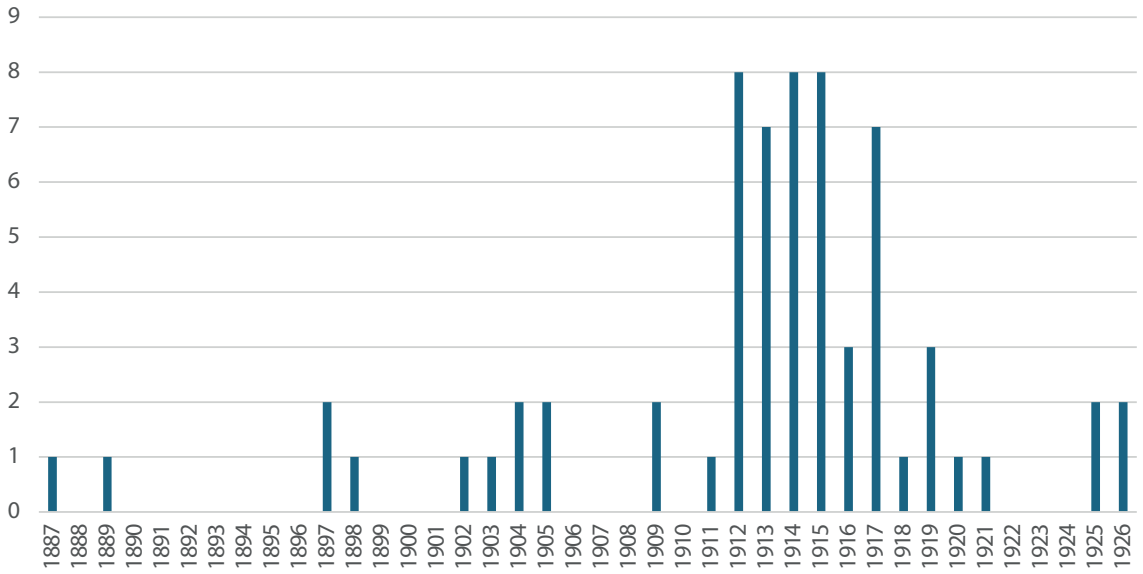
[174] *Diário de Notícias*: 1917-10-24, p. 1; 1917-10-26, p. 2: furtaram-se 12 cachos à casa Blandy; 1917-10--28, p. 2: furtaram-se 15 cachos à casa Reids; 1917-11-07, p. 2: furtaram-se 20 cachos a João Ferreira; 1918-01-09, p. 2: vistoriou-se o vapor *Neptuno*; 1918-01-19, p. 3: proibiu-se a venda de banana a merceeiros do Caniço; 1918-02-05, p. 2: arrolaram-se 338 cachos de banana verde no armazém de José Luís de Nóbrega; 1918-02-15, p. 2: vendeu-se 1 t de banana madura existente em armazéns de vários negociantes.

[175] ABM, Registos Notariais, liv. 2504, fls. 30-30v.º, 8 de março de 1878: uma das cláusulas do contrato concernia ao roubo de cachos de banana em propriedades do morgado Nuno de Freitas Lomelino, na Madalena do Mar. *Diário de Notícias*, 1903-12-19, p. 2: avisou-se a polícia por telegrama.

[176] *Diário de Notícias*: 1918-04-23, p. 2; 1918-05-07, p. 1: o auto de investigação apurou que Luís Soares de Sousa, de Câmara de Lobos, «fez embarcar para bordo do caça-minas Augusto de Castilho no dia 5 de abril, pela 1 hora da madrugada, um carregamento de cachos daquele fruto, que para ali foi conduzido num barco procedente directamente da referida localidade»; 1918-05-12, p. 2: os tripulantes do caça-minas refutaram o envolvimento do capitão do porto do Funchal no envio da «mais insignificante encomenda para Lisboa». VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: carregou-se 15 contos de banana em contrabando.

[177] *Diário de Notícias*: 1919-05-17, p. 2: vendeu-se banana madura apreendida a bordo; 1919-05-28, p. 1: apreenderam-se 11 gigos com bananas e tomates; 1919-05-29, p. 2: diz-se que a banana seguia em carro de bois, e rendeu 41,2 escudos.

Gráfico n.º 12 – Referências a roubos de banana no *Diário de Notícias* (1887-1926) (em unidades)



Questionou-se igualmente o baixo valor tabelado para a comercialização da banana no mercado madeirense, motivando alguns proprietários de S. Martinho a «arrancar aquela cultura, visto não poderem vender o referido produto pelo preço actual, sem prejuízo»[178]. Apesar desta constatação, encontramos publicidade alusiva à venda coeva de plantas de bananeira «de boa qualidade»[179]. No que respeitou aos intermediários, José Luís de Nóbrega, por exemplo, requereu para não ser «colectado nos ultimos 6 meses de 1917», por estar impedido de fazer a exportação de banana[180]. O mesmo negociante disponibilizou-se a vender bananas verdes e maduras nos seus armazéns, na rua de S. Pedro, pelo preço tabelado, ou com desconto para revendedores, mas este escoamento não foi suficiente para aliviar as restrições aos embarques[181]. Por outro lado, a fixação do preço subverteu o mercado local, chegando-se a publicitar a compra ao produtor «a 40 reis ao kilo ou por dúzia de cachos, qualquer quantidade»[182]. Além disso, a União dos Sindicatos do Funchal alertou para os preços

[178] *Diário de Notícias*, 1918-02-17, p. 2.

[179] *Diário de Notícias*, 1918-04-27, p. 2: indicou-se a morada – rua de Santa Luzia.

[180] *Diário de Notícias*: 1918-04-18, p. 1; 1918-04-19, p. 2.

[181] *Diário de Notícias*: 1917-05-12, p. 2; 1917-05-20, p. 2: disponibilizaram-se 6 t de banana; 1917-05-23, p. 1: venderam-se 1162 kg de banana no espaço de três horas.

[182] *Diário de Notícias*: 1917-05-12, p. 2: anunciou-se a barraca n.º 14 do mercado de D. Pedro V; 1917-10-03, p. 1: sugeriu-se que o Estado fizesse «plantações por sua conta, mande arrotear as terras, pague agua, trabalhadores e adubos, e venda depois a estes preços, tendo em consideração que, para revender, sobre os referidos 60 e 50 reis, não lhe darão nunca mais de 30 e 25 reis».

do «feijão verde, as cebolas e a abóbora equiparadas ao valor da banana, o que não nos parece justo e corrente», dado que as bananeiras demoravam 12 a 15 meses a frutificar. Nesse sentido, sugeriu elevar-se o preço da banana a 70 réis[183].

O problema dos transportes durante a guerra, especialmente após a entrada de Portugal no conflito ao lado dos Aliados, a par do bombardeamento do Funchal por submarinos alemães em 1916 e 1917, agravou a crise de subsistências e dificultou a expedição de mercadorias perecíveis, como a banana[184]. Só assim se entende a referência a um carregamento de banana no lugre português *Senhora do Monte*, cujo tempo de viagem e ausência de condições de ventilação ou refrigeração da carga resultaram em a carga chegar a Lisboa «toda recozida, não se podendo aproveitar nada desta remessa»[185]. Noutros casos, a falta de espaço resultou no impedimento do embarque de gigos com cachos de banana destinados ao mercado lisboeta[186].

As dificuldades no abastecimento de géneros alimentícios e a proibição da expedição de banana não ficaram solucionados senão em julho de 1919, mediante um acordo celebrado entre o administrador do concelho e os expedidores. Estipulou-se que os negociantes se obrigavam a fornecer diariamente meia tonelada de banana madura a 7 centavos – ou 70 réis – o kg, para venda a retalho nos locais estipulados[187]. Contudo, a imprensa relatou vários casos de eventual contrafação e, inclusivamente, o transporte não autorizado de banana entre localidades[188].

O acordo alcançado permitiu a expedição de banana para Lisboa a bordo dos vapores que faziam escala no porto do Funchal. Por exemplo, referiram-se 70 gigos com banana e grades com banana em outubro de 1919[189]. Entretanto, alterou-se o rácio da exportação de banana, pois noticiou-se que Joaquim Soares e Eduardo Neves depositaram «no comissariado de polícia 200 quilos de bananas, afim de

---

183 *Diário de Notícias*, 1917-05-27, p. 3.

184 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 409.

185 *Diário de Notícias*, 1917-01-03, p. 3.

186 *Diário de Notícias*, 1917-02-14, p. 2: sucedeu com os vapores portugueses *San Miguel* e *Mossamedes*.

187 *Diário de Notícias*, 1919-07-11, p. 1.

188 *Diário de Notícias*: 1918-05-09, p. 2: os negociantes Anselmo Maximiano Ferreira e João Leandro Ferreira publicaram uma declaração na imprensa asseverando que apenas forneceram bananas ao vapor *Beira* e «Nunca embarcaram em vapor algum banana que contivesse etiqueta com o seu nome e direcção excepção feita num ou noutro cacho oferecido a algum oficial de bordo»; 1918-06-23, p. 2: a polícia apreendeu vários cachos de banana escondidos em propriedades no Caniço, os quais «haviam ido da freguesia da Magdalena do Mar»; 1919-02-26, p. 2: a polícia apreendeu «em diversos estabelecimentos desta cidade, alguns cachos de bananas, que os gatunos haviam roubado nestas ultimas noites em várias propriedades desta cidade».

189 *Diário de Notícias*, 1919-10-08, p. 1: um vapor holandês carregou 70 gigos e o *San Miguel* um número indeterminado de grades com banana.

poder exportar 400 quilos»[190]. Em novembro, as medidas preconizadas sofreram nova modificação, no sentido de se assegurarem as necessidades de consumo no arquipélago. Assim, os negociantes de frutas ficaram condicionados a expedir um volume idêntico à banana madura que disponibilizavam para consumo no Funchal[191]. Invariavelmente, este condicionamento do mercado suscitou o descontentamento dos agentes económicos, mas o governador civil não cedeu às pressões[192]. Por isso, os «exportadores resolveram entre si arranjar um armazem, onde depositarão a quantidade de banana com que cada um deva entrar para o consumo local, segundo o respectivo rateio», e lamentaram comprar a banana «por preços exorbitantes, tendo na que exportam a compensação do prejuizo que sofrem na que fornecem para o consumo local»[193].

Recorreu-se temporariamente a um armazém cedido pela autarquia do Funchal para amadurecimento da banana a comercializar ao preço tabelado, «dado o alto preço a que chegaram todas as outras frutas»[194], e limitaram-se as vendas a três kg por cliente. Não obstante, algumas vozes críticas alertaram para a compra de banana no depósito por negociantes, que depois a embarcavam[195], bem como a má qualidade da mesma, pois a melhor era reservada para o mercado de Lisboa[196]. Outra situação levantada prendeu-se com o desrespeito do termo de responsabilidade assinado pelos negociantes de frutas, comprometendo-se estes, no prazo de um mês, a fornecerem ao depósito um quantitativo de banana igual ao embarcado. Em fevereiro estavam em falta 8 t para venda a 7 centavos, enquanto nas demais barracas de frutas se vendiam bananas a 20 centavos[197].

---

190 *Diário de Notícias*: 1919-10-22, p. 1; 1919-10-26, p. 2.

191 *Diário de Notícias*, 1919-11-17, p. 1: o comissariado da polícia confrontava as guias de exportação com os registos da banana vendida ao preço tabelado.

192 *Diário de Notícias*, 1919-12-02, p. 1: acordou-se fornecer diariamente 500 kg de banana.

193 *Diário de Notícias*, 1919-12-03, p. 1: os negociantes de frutas recorreram ao advogado Pelágio dos Santos.

194 *Diário de Notícias*: 1919-12-04, p. 1; 1919-12-05, p. 1; 1919-12-06, p. 1; 1919-12-10, p. 1: deram entrada no depósito «26851 quilos de bananas, entregues pelos exportadores e 273 quilos entregues por particulares», equivalendo aos montantes embarcados no *San Miguel*.

195 *Diário de Notícias*, 1920-01-11, p. 1: criticou-se o embarque de géneros alimentícios em plena crise de subsistências.

196 *Diário de Notícias*: 1920-01-27, p. 1; 1920-01-28, p. 1: publicou-se que um «antigo assinante fez nos o favor de nos mostrar um quilo de bananas comprado no deposito oficial: pôdres antes de amadurecerem»; 1920-04-08, p. 1: venderam-se a um assinante do jornal quatro quilos de banana «completamente podres».

197 *Diário de Notícias*: 1920-02-20, p. 1; 1920-02-21, p. 1; 1920-02-22, p. 3: vendeu-se a banana sem pesar e a 10 centavos devido à falta de trocos, mesmo com a fiscalização policial.

As crises económica e de subsistências continuaram a afligir a população e motivaram a intervenção das autoridades. Em suplemento à edição do *Diário de Notícias* de 28 de março de 1920, o governador civil justificou a publicação de um edital com a nova tabela dos géneros considerados de primeira necessidade, onde se incluíam a banana, cujo preço foi fixado em 10 centavos o kg. Esta iniciativa visava apoiar as «classes menos abastadas, que não podem suportar o excessivo e injustificado aumento de alguns generos»[198]. Não obstante, continuava a verificarem-se constrangimentos no abastecimento local, mesmo com a proibição da expedição de banana «desde o principio do ano», e «suprimidas as guias que até aqui se facultavam aos passageiros, sendo só permitido aos bomboteiros venderem banana a bordo, em estado de maturação»[199]. A escalada inflacionista encontrava-se bem retratada tendo como ponto de partida o preço da banana, pois afirmou-se que «todos os generos são vendidos com um aumento de 300% a 500% […] á excepção da banana, que apenas subiu 100%»[200].

Apesar dos intentos fiscalizadores, continuava a verificar-se a expedição de banana de forma clandestina e a matalotagem aos navios que faziam escala no Funchal[201]. Os próprios importadores de frutas de Lisboa apelaram ao ministro da Agricultura para levantar a proibição da exportação de banana da Madeira[202]. A restrição ao embarque de banana e outros géneros de produção insular foi reafirmada em novo edital do Governo Civil, excetuando-se a manteiga e o açúcar, e «refrescos dos navios em transito», desde que se fornecesse ao mercado local «generos da mesma qualidade, e em quantidade de 50%»[203]. Reforçando esta medida, a mesma autoridade emitiu novo edital com discriminação das transgressões e penalizações e determinou o preço de 20 centavos para o kg de banana em estado de maturação,

---

198 *Diário de Notícias*, 1920-03-28, Suplemento.

199 *Diário de Notícias*, 1920-04-07, pp. 1 e 3: concluiu-se que a proibição da exportação foi contraproducente. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 210: os bomboteiros vendiam produtos regionais aos passageiros dos navios fundeados ao largo do Funchal.

200 *Diário de Notícias*, 1920-04-16, p. 4. MATA e VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, p. 184: os problemas económicos e financeiros do país mantiveram-se até 1924.

201 *Diário de Notícias*: 1920-05-05, p. 1: alegou-se a saída de banana «para Lisboa às ocultas»; 1920-05-06, p. 1: apreendeu-se grande quantidade de banana que seguia para o *San Miguel*; 1920-05-07, p. 1: a guarda fiscal apreendeu 70 cachos de banana verde a vários bomboteiros. NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 26-28: na década de 1920, a banana destinava-se aos mercados local e do continente, e ao abastecimento de navios.

202 *Diário de Notícias*, 1920-04-29, p. 1: denunciou-se o contrabando de banana pelos tripulantes de navios a vapor.

203 *Diário de Notícias*, 1920-05-16, p. 2: a fiscalização envolveu a Administração do Concelho, os recibos da barraca do mercado, o delegado da Administração do Concelho ou o Comissariado da Polícia, os funcionários da alfândega ou da guarda fiscal e os praças a bordo dos navios.

o que representou um agravamento de 100% no preço no espaço de dois meses[204]. Ainda assim, noticiou-se o embarque para Lisboa de grande quantidade de banana, esperando-se que o mercado da região fosse abastecido com igual celeridade[205].

O abastecimento público foi novamente pretexto para intervir no mercado das frutas madeirenses, em particular no caso da banana. No final de 1921, voltou-se a condicionar a expedição de banana à disponibilização de determinada percentagem para consumo na ilha[206]. Em aparente contradição, noticiou-se que o administrador do concelho só permitia o embarque da banana que excedia o consumo dos residentes[207]. Na prática, a fiscalização alfandegária continuou a apreender e leiloar banana contrabandeada a bordo de navios[208]. Outra situação de possível fraude relacionou-se com o peso declarado das grades com banana para embarque. Segundo informações do comissariado de polícia, as grades deveriam pesar 300 kg, mas esse limite estava a ser ultrapassado, em detrimento do abastecimento público[209]. Por este facto, o administrador do concelho determinou o número máximo mensal de grades autorizadas para embarque a cada negociante[210]. Devemos ressalvar que o peso destas grades era muito variável, pois encontramos referências de 25, 150, 300 e até 800 kg.

A exportação de banana da Madeira só foi retomada em 1922. Pelo menos é o que se depreende de uma reclamação dos intermediários relativamente à concorrência na compra de banana aos lavradores, de que resultou o aumento do preço de venda ao público e a redução das margens de lucro[211]. Todavia, a Administração do Concelho

---

204 *Diário de Notícias*: 1920-05-28, p. 2; 1920-05-30, p. 3: apreenderam-se bananas à venda a 25 centavos; 1920-07-31, p. 1: a banana apreendida a bordo rendeu 29,8 escudos; 1920-12-18, p. 1: apreenderam-se bananas verdes a bordo; 1921-03-01, p. 1: a banana apreendida rendeu 58,6 escudos; 1921-03-04, p. 1: a banana apreendida a bordo rendeu 18 escudos; 1921-04-15, p. 1: a banana apreendida rendeu 122,5 escudos; 1921-10-21, p. 1: apreenderam-se bananas a bordo.

205 *Diário de Notícias*, 1920-07-17, p. 1.

206 *Diário de Notícias*, 1921-10-28, p. 1: determinou-se que, «por cada grade de 150 quilos que for exportada, serão entregues para o consumo público 100 quilos».

207 *Diário de Notícias*: 1921-11-06, p. 1; 1921-12-31, p. 1: o administrador do concelho proibiu o embarque de 13 grades devido à banana «fornecida á barraca da administração ser de péssima qualidade e quasi impropria para o consumo».

208 *Diário de Notícias*: 1922-08-18, p. 1; 1922-11-01, p. 2: repartiu-se o produto da venda por guardas fiscais e instituições de beneficência.

209 *Diário de Notícias*, 1923-06-08, p. 1: noticiou-se o ofício enviado ao diretor da Alfândega do Funchal.

210 *Diário de Notícias*, 1925-10-27, p. 1: esta medida prendeu-se com o aumento do preço e a necessidade de se fornecer o mercado local.

211 *Diário de Notícias*, 1922-04-16, p. 1: alegou-se que «o pagamento dessa banana feito em esterlino» proporcionava maior lucro. NUEZ YÁNEZ, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas* […], pp. 124 e 134: a exportação de banana das Canárias aumentou de forma consistente ao longo da década de 1920.

voltou a condicionar o embarque de banana em prol da disponibilização «na barraca oficial, no Mercado de D. Pedro V», das quantidades acordadas de banana madura e de boa qualidade[212]. Esta medida foi reafirmada em 1923, referindo-se expressamente que «nenhuma banana nem qualquer legume sejam exportados sem que os exportadores forneçam para o consumo local, ao preço estipulado, a quantidade correspondente áquela que exportem», e ainda reponham «as quantidades de bananas que estão em dívida»[213]. Na edição seguinte do *Diário de Notícias*, referiu-se a venda a retalho de banana a 80 centavos o kg[214]. Nas demais barracas de fruta, o kg de banana estava a ser comercializado a 2 escudos[215]. Apesar do diferencial de preços, a imprensa perscrutada não noticiou roubos de banana em 1922-1924 (Gráfico n.º 12).

O rácio entre a banana embarcada e a fornecida ao mercado madeirense, a preço tabelado, como vimos, variou consoante as necessidades de abastecimento, as quais eram prioritárias para as autoridades administrativas. Em outubro de 1923, a coordenação da barraca no mercado de D. Pedro V transitou da Administração do Concelho para o Comissariado dos Abastecimentos, e a percentagem das entregas obrigatórias decresceu para dois terços do volume destinado ao embarque. O próprio funcionamento da barraca sofreu alterações, passando o estabelecimento a estar aberto todo o dia e a vender bananas verdes e maduras[216]. No entanto, a escassez prevaleceu e o preço corrente nas barracas de fruta atingiu 4 escudos em fevereiro de 1924, embora em abril tivesse decrescido para entre 2 e 2,50 escudos[217]. A procura e os preços elevados das frutas da Madeira despertaram o interesse comercial de comerciantes de Lisboa, nomeadamente com a publicação do anúncio «BANANAS e anonas compram-se a produtores de origem, colheita mensal – Madame Marcelle – Rua de S. Julião»[218].

---

212 *Diário de Notícias*: 1922-12-16, p. 1: a barraca apenas tinha à venda banana verde; 1922-12-17, p. 1: publicou-se a nota oficiosa.

213 *Diário de Notícias*: 1923-05-13, p. 1: referiu-se a barraca da Administração do Concelho e a venda em exclusivo pelo acesso público do mercado; 1923-05-15, p. 1; 1923-09-02, p. 1: a polícia cívica solicitou a proibição do embarque de banana e «uma relação dos srs. Exportadores que estão em dia com as percentagens a que se obrigaram»; 1923-09-15, p. 1: passou-se a revezar semanalmente o policiamento da barraca.

214 *Diário de Notícias*, 1923-05-15, p. 1: mencionou-se que «nas barracas particulares é muito raro que se encontrem por preço inferior a 1 escudo e a oitenta centavos».

215 *Diário de Notícias*, 1923-07-31, p. 1. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 141: faz-se a comparação dos preços de diversos géneros em 1914 e 1923.

216 *Diário de Notícias*, 1923-10-18, p. 1.

217 *Diário de Notícias*: 1924-02-10, p. 1; 1924-02-17, p. 1; 1924-04-26, p. 2.

218 *Diário de Notícias*, 1924-02-21, p. 2.

O descontentamento dos comerciantes de frutas não esmoreceu com a redução da percentagem de banana que não podiam embarcar, e a consequente perda de rendimento devido ao preço tabelado. Nesse sentido, estes comerciantes foram convocados para reuniões na delegação do Comissariado de Abastecimentos e, posteriormente, no gabinete da Guarda Fiscal[219]. Contudo, durante a reunião da Comissão Distrital de Abastecimentos, compareceu o advogado Ernesto Pelágio dos Santos, acompanhado de «cerca de 50 agricultores de banana», que pretendiam «que o seu comercio fosse livre». Ora, tendo-se «notado entre os manifestantes alguns exportadores de banana», a comissão não se demoveu e foi unânime em aprovar que, «mantendo-se a exportação, não deveria ser alterada em nada o resolvido por esta Comissão e que, a consentir-se o comercio livre interno, se proibiria a exportação»[220].

O deputado Adolfo de Sousa Brasão, na Câmara dos Deputados, questionou o ministro da Agricultura acerca da liberdade de exportação de produtos agrícolas de que a Madeira carecia para o seu abastecimento, tendo como consequência o agravamento dos preços na ilha. Deu como exemplos «a banana, que se vendia a 1$40 cada quilograma, passou para 2$50; o feijão verde, que se obtinha por 1$, passou para 2$ e 2$50; todos os artigos chamados de refrescos para bordo começaram a ser vendidos por preços excepcionalíssimos»[221]. Aludiu-se ainda às dificuldades económicas da população na década de 1920, em resultado da crise que atravessava a exportação do vinho da Madeira, os bordados e vimes, e o turismo, prejudicados pelo protecionismo concedido à marinha mercante portuguesa, com o consequente desvio das rotas marítimas intercontinentais para os portos das Canárias.

Apesar do mercado da capital ser abastecido com banana da Madeira, os registos estatísticos nacionais contabilizaram «mercadorias coloniais entradas nos entrepostos do pôrto de Lisboa», entre as quais constavam a banana[222]. As cifras indicaram perto de 2 t em 1920 e 5 t em 1921, que podiam ser originárias de territórios coloniais portugueses. Nos dois anos imediatos, contabilizaram-se bananas e ananases, correspondendo a cerca de 14 t em 1922 e 523 t em 1923, embora neste último ano também se exportassem cerca de 519 t[223]. Curiosamente, em 1924 descarregaram-se

[219] *Diário de Notícias*: 1923-09-19, p. 4; 1923-09-26, p. 1: a barraca escoou 7124 kg de banana no espaço de uma semana; 1923-10-11, p. 1.
[220] *Diário de Notícias*, 1923-10-14, p. 2: o advogado ficou de apresentar a proposta por escrito.
[221] *Diário da Câmara dos Deputados*, 10 de março de 1926, sessão n.º 49, pp. 7-10.
[222] *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1921*, 1925, p. 251.
[223] *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1923*, 1926, pp. 172-173.

cerca de 70 t, mas o registo de exportação foi superior a 86 t, isto é, parte destes frutos foram provavelmente cultivados nos arquipélagos da Madeira ou dos Açores[224]. Em 1925, as estatísticas contabilizaram apenas banana, mas a tonelagem apresentada foi substancialmente inferior – cerca de 2 t –, e não constavam no rol de mercadorias exportadas pelo porto da capital do país[225]. Voltamos a encontrar o desembarque de cerca de 2397 t de ananases e bananas no porto de Lisboa em 1926, aos quais se acrescentaram cerca de 131 t de origem colonial[226]. Esta situação repetiu-se em 1927, com o desembarque de 2595 t de ananases e bananas, mas apenas 17 t de origem colonial[227]. O mercado para as frutas tropicais encontrava-se em expansão, pois o volume importado subiu a 3068 t em 1928, embora sem efeitos positivos na produção colonial, a qual desapareceu dos quadros estatísticos[228]. Finalmente, em 1929 desembarcaram-se 2915 t de ananases e bananas, novamente sem qualquer contributo da produção colonial ou qualquer volume exportado[229]. A tonelagem mencionada acompanhou a evolução dos embarques de banana da Madeira, cuja produção ganhou relevância económica a partir do segundo quartel do século XX[230].

Atendendo a alguns autores, o incremento do cultivo e exportação de banana da Madeira ocorreu após a criação da The Ocean Islands Fruit & Co. Ltd., em 1928. Esta empresa divulgou melhorias técnicas a implementar nos bananais através de campos experimentais, de que resultaram melhoramentos na colheita, maturação e embalagem dos cachos de banana. Com isto, as remessas passaram de cerca de 1700 t em 1926 e 1927 para 2530 t em 1929, representando um rendimento de 3500

---

224 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1924*, 1926, pp. 164-165. *Diário de Notícias*, 1926-11-20, p. 2: referiu-se o cultivo de bananeiras nos Açores. AVILA, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, s.p.: a produção destinava-se quase exclusivamente a consumo no arquipélago. PONTE e RIBEIRO, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», s.p.: cultivou-se a bananeira anã e realizaram-se algumas tentativas de exportação para Portugal continental.

225 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1925*, 1926, pp. 183-184.

226 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1926*, 1927, pp. 215-216.

227 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1927*, 1928, pp. 273-274.

228 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1928*, 1929, pp. 289-290.

229 *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1929*, 1930, pp. 268-269. CHAMPION, 1978, *El Platano*, p. 206: o comércio mundial de banana progrediu entre 1925 e 1929.

230 SOUSA, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», pp. 8-9: comercializaram-se 115 milhões de cachos de banana a nível mundial, com recurso a comboios e 125 navios fruteiros. RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX* […], pp. 78-79: o volume de banana embarcada duplicou entre 1925 e 1929.

contos[231]. Não obstante, também se observou que a Madeira consumia cerca de um terço da produção de banana e exportou um milhão de frutos em 1927[232].

Conclusão

A introdução das bananeiras na Madeira remontou ao século XVI, nomeadamente como curiosidade botânica em hortos ou jardins. Vários testemunhos confirmaram, pois, a presença multissecular desta planta, mas apenas na primeira metade do século XIX se iniciaram os embarques de cachos de banana para Lisboa, Porto, Algarve e Açores, assim como a exportação para Londres e outras cidades na Grã-Bretanha. Posteriormente, também se exportou para a França, a Alemanha e a Bélgica. As bananas serviam ainda como "refresco" – matalotagem – e eventualmente para negócio das tripulações dos navios que faziam escala no porto do Funchal.

A bananeira cultivada com o intuito de exportação – cultivar Dwarf Cavendish – representou um dos vários cultivares introduzidos na Madeira, possivelmente no século XIX, mas também ocorreram embarques de bananeiras para serem cultivadas em diferentes geografias. A bananeira anã – designação mais comum deste cultivar – apresentava vantagens ao nível da produtividade e resistência aos ventos, mas carecia de cuidados especiais durante o corte, o transporte e a embalagem dos cachos de banana para embarque, o que nem sempre acontecia. Por isso, os custos com a mão-de-obra e acondicionamento dos cachos de banana, agravados pela estiva e pelos fretes praticados no porto do Funchal, diminuíram a competitividade da banana da Madeira nos mercados europeus. Acresceu a concorrência de banana das Canárias e

[231] NATIVIDADE, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, pp. 93-94. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, pp. 611-612 e 618: W. Hinton & Sons participou no capital social da The Ocean Island Fruit & Co. Ltd. VIEIRA, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», s.p. GOUVEIA, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 24: exportou-se 550 t em 1914 e 2530 t em 1929, devido às novas técnicas de cultivo e limitações aos canaviais. GOUVEIA, 2004, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», p. 6: destacou-se o contributo de The Ocean Island Fruit & Co. Lda. na modernização dos bananais e nas embalagens usadas. CÂMARA, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», pp. 217-218: o cultivo de bananeiras expandiu-se na década de 1930. VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 211: segundo Peres Trancoso, a banana equivalia a 5,5% do valor de todas as produções. FERREIRA, 2022, «Bananeira», p. 218.

[232] VIEIRA e RODRIGUES, 2022, «Banana», p. 211: referindo-se a uma publicação do marquês de Jácome Corrêa.

da América central, especialmente com o desenvolvimento da navegação a vapor e de compartimentos de carga ventilados e refrigerados.

Podemos conjeturar o interesse pelo consumo deste fruto tropical em Lisboa após o regresso da corte portuguesa do exílio no Brasil. As referências ao embarque de cachos de banana da Madeira iniciaram-se em fevereiro de 1822, e progrediram de forma rápida até ao final desta década, sendo este comércio provavelmente interrompido pela instabilidade política e espoletar da guerra civil entre liberais e absolutistas. Dezenas de intermediários ou produtores estiveram envolvidos neste negócio, mas apenas uma pequena parte participou de forma consistente e com cargas consideráveis de cachos de banana, que seguiam acondicionadas em diversas embalagens ou simplesmente dispostas no porão dos navios e espaços disponíveis para carga.

A crise vitivinícola oitocentista ocasionou o desenvolvimento de outras culturas, como canaviais e bananeirais, denominadas à época "culturas ricas", considerando-se inclusivamente que a última proporcionava maiores rendimentos aos produtores. Todavia, associando-se à pecuária e aos seus derivados, a cana-de-açúcar afirmou-se em detrimento das bananeiras, especialmente com a instituição do regime sacarino (1895-1918). A disputa pelos melhores solos e água de rega na encosta sul da Madeira, que beneficiava de melhores condições edafoclimáticas até aos 200 m de altitude, e o preço mais elevado dos adubos, impediram uma maior expansão da área de cultivo de bananeiras. Além disso, os maiores custos de produção e a pior apresentação dificultavam o seu escoamento para os maiores mercados da Europa. Por isso, apenas os cachos com bagos de maiores dimensões, então designados de "conta grande", proporcionavam maior retorno aos produtores.

A variedade de designações e unidades de peso ou medida utilizados para empacar frutas e legumes dificultaram sobremaneira o trabalho de análise das cifras compulsadas em várias fontes. A origem dos dados remete-nos para a Alfândega do Funchal, quer através de fontes primárias, quer em publicações na imprensa local, quer em estatísticas oficiais.

Contudo, a expedição de banana não assumiu papel de relevo no tráfico comercial do arquipélago, não só pela reduzida área agrícola, mas igualmente por deficientes técnicas de cultivo que resultaram em baixa produtividade por ha – apenas uma ínfima parte dos cachos de banana superava 25 kg. Por este facto, o seu valor de exportação era substancialmente inferior, e até no mercado de Portugal continental enfrentou grandes oscilações no preço e a concorrência das frutas da época, procurando-se inclusive diminuir a produção em outubro e novembro – a denominada banana de S. João.

Os negociantes e o capital estrangeiro, especialmente britânico, estão associados ao desenvolvimento do comércio mundial de banana no último quartel do século XIX. Algumas destas famílias tinham inclusivamente interesses comerciais na Madeira e nas Canárias, sobretudo na produção e comércio de frutas e legumes, como sejam as famílias Leacock e Blandy. A melhoria das técnicas de cultivo nos bananeirais da Madeira e o incremento dos embarques de cachos de banana para Lisboa, na segunda metade da década de 1920, foram associados à criação da The Ocean Islands Fruit & Co. Ltd., na qual a família Hinton detinha participação.

A intervenção de intermediários na comercialização de banana da Madeira justificou-se pela reduzida área dedicada a esta cultura e menor volume de produção, impedindo uma negociação mais vantajosa de fretes marítimos. Além disso, as infraestruturas portuárias e rodoviárias agravavam a movimentação de cargas, sendo reivindicação antiga a criação de um porto franco ou armazéns francos no Funchal. Estes agentes económicos representavam as grandes companhias de navegação e procuravam rentabilizar o espaço de carga a bordo dos navios que faziam escala no Funchal. Apesar da regularidade destas rotas, não conseguimos aferir se havia alguma coordenação entre o corte dos cachos de banana e o seu embarque, verificando-se até situações de recusa de carga por falta de espaço.

A apresentação da banana ao consumidor dependia grandemente dos materiais e das técnicas de acondicionamento utilizados durante as viagens por terra e por mar. Durante este período, identificamos o transporte às costas e em corsas de tração animal, o emprego de barris, barricas, caixas, caixões, cascos, cestos, gigas, gigos, grades e volumes, assim como a utilização de palha, musgo, algodão em rama, papel e cartão canelado para não danificar a casca das bananas. Apesar dos pedidos de redução de direitos sobre os materiais importados temporariamente para embalagem de frutas e legumes destinados a exportação, esta reivindicação apenas foi satisfeita no período da I República.

O início da I Guerra Mundial não influenciou grandemente o comércio da banana da Madeira, uma vez que as exportações para o norte da Europa eram diminutas desde o dealbar do século. Ainda assim, os efeitos fizeram-se sentir após a entrada de Portugal neste conflito devido à crise de subsistências, resultante das dificuldades no abastecimento de géneros alimentícios, da inflação e da diminuição de escalas no porto do Funchal. As autoridades locais condicionaram, e até proibiram, o embarque de banana, considerando-a um género de primeira necessidade na alimentação popular. Nesse sentido, tabelaram o preço e limitaram o peso que cada consumidor podia adquirir na barraca do mercado local. Do mesmo modo, estipularam a quantidade de banana que os passageiros podiam levar para bordo dos navios ou

adquirir aos bomboteiros em estado de maturação. Esta situação prolongou-se no após-guerra, só se retomando a exportação de banana da Madeira em 1922. No final desta década, os embarques de banana superaram 2500 t, quando em todo o século XIX provavelmente nunca se atingiu um quinto desta cifra. Porém, a escala de produção foi insuficiente para atrair o investimento das maiores empresas mundiais do setor das frutas, ao contrário do que aconteceu nas Canárias.

Fontes

Almanak para a Ilha da Madeira. Primeiro anno, 1868, 1867, Funchal, Typ. á Praça da Constituição.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1921, 1925, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1923, 1926, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1924, 1926, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1925, 1926, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1926, 1927, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1927, 1928, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1928, 1929, Lisboa, Imprensa Nacional.

Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1929, 1930, Lisboa, Imprensa Nacional.

Arquivo e Biblioteca da Madeira: Alfândega do Funchal, livs. 202, 219-226, 250-280, 282, 284 e 292; Registos Notariais, liv. 2504; Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's: Foto Figueiras, n.º inv. 2019 e 2021; Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 215; Perestrellos Photographos, n.º inv. 406; Russell Manners Gordon, n.º inv. 193.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: Alfândega do Funchal, livs. 399, 400, 406-409 e 411; Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal, livs. 306, 342, 344, 346, 351 e 361.

Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados no 1.º Semestre de 1837, 7.ª Série – 1.ª Parte, 1837, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, 1842, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1855, 1856, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1860, 1861, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza. Anno de 1867, 1868, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official da Legislação Portugueza. Anno de 1879, 1879, Lisboa, Imprensa Nacional.

Collecção Official de Legislação Portugueza. Anno de 1880, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional.

Comércio e Navegação. Estatística Especial. Ano de 1910, 1912, Lisboa, Imprensa Nacional.

Comércio e Navegação. Estatística Especial. Ano de 1911, 1913, Lisboa, Imprensa Nacional.

Comércio e Navegação. Estatística Especial. Ano de 1912, 1914, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1897, 1898, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1898, 1899, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1899, 1900, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1900, 1901, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1901, 1902, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1902, 1905, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1903, 1904, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1904, 1905, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1905, 1907, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1906, 1908, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1907, 1909, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1908, 1910, Lisboa, Imprensa Nacional.

Commercio e Navegação. Estatistica Especial. Anno de 1909, 1911, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diário da Câmara dos Deputados, 15 de maio de 1912, sessão n.º 110.

Diário da Câmara dos Deputados, 30 de abril de 1912, sessão n.º 99.

Diário da Câmara dos Deputados, 10 de março de 1926, sessão n.º 49.

Diario da Camara dos Deputados, sessão de 1 de fevereiro de 1849, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diario da Camara dos Deputados, sessão de 27 de abril de 1850, vol. 4, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diário de Notícias: 1881-07-03, n.º 1384; 1882-01-31, n.º 1559; 1882-11-09, n.º 1784; 1883-08-18, n.º 2007; 1884-03-23, n.º 2186; 1884-12-25, n.º 2409; 1885-05-17, n.º 2520; 1886-01-30, n.º 2730; 1886-07-16, n.º 2862; 1887-01-28, n.º 3024; 1887-01-29, n.º 3025; 1887-04-05, n.º 3078; 1887-04-10, n.º 3082; 1887-06-15, n.º 3134; 1887-09-18, n.º 3212; 1887-12-20, n.º 3289; 1888-01-11, n.º 3308; 1888-10-12, n.º 3530; 1888-11-25, n.º 3567; 1889-04-21, n.º 3685; 1892-02-06, n.º 4505; 1892-07-26, n.º 4641; 1893-06-09, n.º 4899; 1894-01-04, n.º 5068; 1894-06-29, n.º 5209; 1894-10-31, n.º 5313; 1894-12-16, n.º 5351; 1895-03-22, n.º 5427; 1895-07-11, n.º 5511; 1895-07-13, n.º 5513; 1898-11-05, n.º 6491; 1900-05-05, n.º 6928; 1900-05-06, n.º 6929; 1900-05-30, n.º 6948; 1901-01-22, n.º 7139; 1901-03-24, n.º 7194; 1901-03-29, n.º 7199; 1901-03-30, n.º 7200; 1901-03-31, n.º 7201; 1901-07-16, n.º 7307; 1901-12-22, n.º 7466; 1902-03-28, n.º 7560; 1902-04-24, n.º 7586; 1902-09-16, n.º 7731; 1903-12-19, n.º 8187; 1903-12-21, n.º 8189; 1904-01-30, n.º 8227; 1904-02-22, n.º 8250; 1904-03-10, n.º 8267; 1904-03-27, n.º 8284; 1904-03-29, n.º 8286; 1904-04-08, n.º 8295; 1904-10-11, n.º 8481; 1904-12-08, n.º 8539; 1905-06-30, n.º 8740; 1905-07-08, n.º 8748; 1906-01-18, n.º 8940; 1906-11-09, n.º 9234; 1906-12-16, n.º 9271; 1907-03-05, n.º 9348; 1907-08-25, n.º 9520; 1908-05-30, n.º 9796; 1908-05-31, n.º 9797; 1908-06-09, n.º 9806; 1908-06-18, n.º 9815; 1908-11-29, n.º 9979; 1910-04-28, n.º 10488; 1910-05-17, n.º 10507; 1910-09-13, n.º 10626; 1910-12-18, n.º 10722; 1911-07-22, n.º 10935; 1911-09-21, n.º 10996; 1912-08-13, n.º 11320; 1912-08-22, n.º 11329; 1912-09-16, n.º 11354; 1912-09-18, n.º 11356; 1912-10-18, n.º 11386; 1912-12-10, n.º 11439; 1912-12-17, n.º 11446; 1912-12-23, n.º 11452;

1913-04-20, n.º 11567; 1913-05-15, n.º 11592; 1913-05-31, n.º 11608; 1913-06-03, n.º 11611; 1913-06-04, n.º 11612; 1913-06-13, n.º 11621; 1913-06-18, n.º 11626; 1913-06-19, n.º 11627; 1913-06-20, n.º 11628; 1913-06-28, n.º 11636; 1913-07-01, n.º 11639; 1913-07-09, n.º 11647; 1913-07-23, n.º 11661; 1913-07-26, n.º 11664; 1913-08-17, n.º 11686; 1913-10-26, n.º 11756; 1913-12-11, n.º 11802; 1913-12-18, n.º 11809; 1914-03-20, n.º 11899; 1914-04-18, n.º 11927; 1915-01-30, n.º 12212; 1915-04-07, n.º 12278; 1915-08-13, n.º 12406; 1915-08-21, n.º 12414; 1915-12-07, n.º 12522; 1915-12-08, n.º 12523; 1917-01-03, n.º 12860; 1917-02-14, n.º 12896; 1917-04-26, n.º 12956; 1917-05-06, n.º 12964; 1917-05-09, n.º 12966; 1917-05-12, n.º 12969; 1917-05-20, n.º 12975; 1917-05-23, n.º 12977; 1917-05-27, n.º 12984; 1917-06-24, n.º 13001; 1917-07-25, n.º 13026; 1917-10-03, n.º 13085; 1917-10-24, n.º 13103; 1917-10-26, n.º 13105; 1917-10-28, n.º 13107; 1917-11-07, n.º 13114; 1918-01-09, n.º 13163; 1918-01-19, n.º 13172; 1918-01-26, n.º 13178; 1918-02-05, n.º 13185; 1918-02-15, n.º 13194; 1918-02-16, n.º 13195; 1918-02-17, n.º 13196; 1918-04-18, n.º 13243; 1918-04-19, n.º 13244; 1918-04-23, n.º 13247; 1918-04-27, n.º 13251; 1918-05-07, n.º 13258; 1918-05-09, n.º 13260; 1918-05-12, n.º 13262; 1918-06-23, n.º 13294; 1918-09-05, n.º 13354; 1919-02-26, n.º 13497; 1919-05-17, n.º 13561; 1919-05-28, n.º 13570; 1919-05-29, n.º 13571; 1919-07-11, n.º 13602; 1919-10-08, n.º 13676; 1919-10-22, n.º 13688; 1919-11-27, n.º 13718; 1919-12-02, n.º 13722; 1919-12-03, n.º 13723; 1919-12-04, n.º 13724; 1919-12-05, n.º 13725; 1919-12-06, n.º 13726; 1919-12-10, n.º 13728; 1920-01-11, n.º 13751; 1920-01-27, n.º 13763; 1920-01-28, n.º 13764; 1920-02-20, n.º 13782; 1920-02-21, n.º 13783; 1920-02-22, n.º 13784; 1920-03-28, n.º 13812; 1920-04-07, n.º 13816; 1920-04-08, n.º 13817; 1920-04-16, n.º 13824; 1920-04-29, n.º 13835; 1920-05-05, n.º 13839; 1920-05-06, n.º 13840; 1920-05-07, n.º 13841; 1920-05-16, n.º 13848; 1920-05-28, n.º 13857; 1920-05-30, n.º 13859; 1920-07-17, n.º 13895; 1920-07-31, n.º 13907; 1920-12-18, n.º 14021; 1921-03-01, n.º 14076; 1921-03-04, n.º 14079; 1921-04-15, n.º 14110; 1921-10-21, n.º 14262; 1921-10-28, n.º 14268; 1921-11-06, n.º 14275; 1921-12-31, n.º 14318; 1922-04-16, n.º 14402; 1922-08-18, n.º 14496; 1922-11-01, n.º 14550; 1922-12-16, n.º 14594; 1922-12-17, n.º 14595; 1923-05-13, n.º 14708; 1923-05-15, n.º 14709; 1923-06-08, n.º 14728; 1923-07-31, n.º 14770; 1923-09-02, n.º 14798; 1923-09-15, n.º 14809; 1923-09-19, n.º 14812; 1923-09-26, n.º 14818; 1923-10-11, n.º 14830; 1923-10-14, n.º 14833; 1923-10-18, n.º 14836; 1924-02-10, n.º 14925; 1924-02-17, n.º 14931; 1924-02-21, n.º 14934; 1924-04-26, n.º 14984; 1924-10-03, n.º 15111; 1925-10-27, n.º 15419; 1926-11-19, n.º 15730; 1926-11-20, n.º 15731; 1929-05-05, n.º 16435.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1913, 1915, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1914, 1916, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1915, 1918, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1916, 1919, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1917, 1920, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1918, 1921, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1919, 1922, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial. Comércio e Navegação. Ano de 1920, 1924, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1889, 1891, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1890, 1891, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1891, 1895, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1892, 1894, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1893, 1895, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1894, 1896, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1895, 1897, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1896, 1898, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1876 Organisado na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1878, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatistica Geral do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1879 Organisado na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1865 Organisados na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1866, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras Durante o Anno Civil de 1866 Organisados na Secção de Estatística da Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas, 1867, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1851 Confeccionados na Primeira Repartição Direcção Geral das Alfandegas e Contribuições Indirectas do Tribunal do Thesouro Publico, parte I, 1852, Lisboa, Imprensa Nacional.

Mappas Geraes do Commercio de Portugal com suas Possessões, e Nações Estrangeiras Durante o Anno de 1843 Confeccionados na Repartição das Alfandegas e Impostos Indirectos do Tribunal do Thesouro Publico, parte II, 1849, Lisboa, Imprensa Nacional.

Bibliografia

AAVV, 1959, *Relatório apresentado pela Comissão para o estudo da produção e comércio de banana na Ilha da Madeira*, Funchal.

AAVV, 1969, *O Aproveitamento da Água na Ilha da Madeira*, Lisboa, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira.

ABBOTT, Roderick, 2009, *A socio-economic history of the international banana trade, 1870-1930*, Florença, European University Institute, disponível em https://hdl.handle.net/1814/11486, acedido em 2025-03-17.

AFONSO, Óscar e AGUIAR, Álvaro, 2005, «A internacionalização da economia», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. III, *O Século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 305--337.

ANAIEF – Associação Nacional dos Armazenistas, Importadores e Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas, 1990, *Livro Branco sobre o Mercado da Banana em Portugal*, Lisboa.

ARAGÃO, António (coord. e notas), 1981, *A Madeira Vista por Estrangeiros 1455-1700*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

AVILA, Leonel, 1990, *O cultivo da bananeira na Região Autónoma dos Açores*, Funchal, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, policopiado, não paginado.

BATISTA, Edite Romana Bessa e BATISTA, João Guilherme Ferreira, 2015, *A cultura de bananeira. Caso Específico da Produção na Ilha Terceira, Açores*, Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2011, «A América à mesa do rei», in BUESCO, Ana Isabel e FELISMINO, David (coord.), *A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, Consumos, Cerimónias e Representações (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 336-349.

BROWN, A. Samler, 2000, *Madeira Islas Canarias y Azores*, 11.ª ed. revista, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria.

CABRERA CABRERA, J., 1998, «Técnicas de cultivo de la platanera en los subtrópicos», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

CABRERA CABRERA, J. e GALÁN SAÚCO, V., 1998, «Cultivo del plátano bajo invernadero», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CÂMARA, Benedita, 2005, «Relações económicas com o exterior», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. II, *O Século XIX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 337-356.

CÂMARA, Benedita, 2006, «The Portuguese Civil Code and the colonia tenancy contract in Madeira (1867-1967)», in *Continuity and Change*, n.º 21, pp. 213-233.

CÂMARA, Leonel Luís Nunes Vieira Aguiar, 1957, *Bases para um inquérito económico às condições de cultura da bananeira e da cana de açúcar na Ilha da Madeira. Relatório final do curso de engenheiro agrónomo*, vol. I, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia.

CHAMPION, Jean, 1978, *El Platano*, Coleccion Agricultura Tropical, Barcelona, Editorial Blume.

CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral e AFONSO, Lina, 2008, *À Descoberta da Banana* (a partir do original da ORCADES e da CRDP Poitou-Charentes), Lisboa, IMCVF – Instituto Marquês de Valle Flôr.

CORDEIRO, Ana Cristina R., SANTOS, António Paulo, FRAZÃO, Carlos Manuel e ABREU, João Eduardo A., 1988, *Missão Técnica às Ilhas Canárias – A produção e a comercialização da banana*, Lisboa, IROMA – Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas – Secretaria Regional de Economia da Madeira.

DELGADO MARTIN, Francisco, 1988, *Madeira – Canárias. Plátano, su comercializacion y Futuro en la C.E.E. en 1992*, Funchal, Secretaria Regional de Economia – IROMA – Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas.

DIAS, Fátima de Sequeira, 2008, «A economia ao sabor das circunstâncias. Produções, agentes e intercâmbios», in MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura.

DODO, Mahamat K., 2009, «Evolución del sector del plátano en Canarias tras la creación y reformas de la OCM», in *Boletín Económico de Información Comercial Española*, n.º 2973, pp. 17-26, disponível em https://www.revistasice.com/index.php/BICE/issue/view/473, consultado em 2025-03-17.

ENES, Carlos, 2008, «Uma economia em transformação, mas uma pobreza que persiste», in MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura.

FERREIRA, Cláudia Dias, 2022, «Bananeira», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 216-222.

FERREIRA, Lídia Góes e FERREIRA, César (coord.), 2009, *Palha de bananeira: aproveitar, criar, inovar*, Museu Etnográfico da Madeira, policopiado, não paginado.

FRANÇA, Isabella de, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal (1853-1854)*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar. A Economia 1926-1974*, Lisboa, Edições Colibri.

GOUVEIA, António Jorge Andrade de, COELHO, F. Pinto e CORREIA, J. Anachoreta, 1941, *Determinações quantitativas de vitamina C em bananas (Musa nana) provenientes da Ilha da Madeira*, Coimbra, Tipografia da Atlântida. Separata da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, vol. IX, n.º 1.

GOUVEIA, Gregório, 2003, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», in *Tribuna da Madeira*, n.º 220.

GOUVEIA, Gregório, 2004, «Rosas e espinhos da nova Autonomia», in *Tribuna da Madeira*, n.º 233.

GOUVEIA, Vicente Henriques de, 1939, *A Banana, Fruto de Todo o Ano, Alimento--Medicamento*, 2.ª ed., Funchal.

JOÃO, Maria Isabel, 1991, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.

LAINS, Pedro, 1995, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Colecção Análise Social, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

LUXÁN-MELÉNDEZ, Santiago de e LAFORET, Juan José (eds), 2003, *La Economía Canaria en la Segunda Mitad del Siglo XIX. La Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria*, Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria.

LOURO, Nelson, 1998, «Cultura da Bananeira no Algarve. Situação actual. Perspectivas de futuro», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

MARTÍN RUIZ, Juan-Francisco, PÉREZ MARRERO, Luís Miguel e GONZÁLEZ GARCIA, Esther, 1991, *La Agricultura del Platano en las Islas Canarias. Situación Actual y Perspectivas de Futuro*, Las Palmas, Cabildo Insular de Gran Canaria.

MARTINS, Conceição Andrade, 2005, «A agricultura», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. II, *O Século XIX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 219-258.

MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, 1994, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, Lisboa Editorial Presença.

MENDES, Fernanda (coord.), 1994, *Estudo de Embalagem para Banana*, Funchal, Secretaria Regional da Agricultura, policopiado.

MENDONÇA, Alexandra (coord.), 1994, *Estudo de Marketing da Banana da Madeira*, Lisboa, TECNINVEST – Técnicas e Serviços para o Investimento S.A.

NATIVIDADE, J. Vieira, 1947, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, Lisboa, Junta Nacional de Frutas e Grémio dos Exportadores de Frutas e de Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira.

NUEZ YÁNEZ, Juan Sebastián, 2005, *El Mercado Mundial de Plátanos y las Empresas Productoras en Canarias, 1870-2000*, ASPROCAN – Associación de Organizaciones de Productores de Plátanos de Canarias.

NUNES, Ana Bela e VALÉRIO, Nuno, 2005, «Moeda e bancos», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. III, *O Século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 227-263.

PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-industriais do Vinho e Cana Sacarina na Madeira (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, 4.ª ed., vol. I, Funchal, Câmara Municipal.

PÉREZ MARRERO, Luís Miguel, 1993, «Antecedentes históricos e inícios da la explotación comercial del plátano», in *Islenha*, n.º 12, pp. 171-177.

PÉREZ MARRERO, Luís Miguel, 1995, «Evolución de las tecnicas y sistemas de embalaje en los comercios del plátano», in *Islenha*, n.º 16, pp. 102-107.

PÉREZ MARRERO, Luís Miguel, 2000, *El Platano Canario en el Contexto International. Su Historia Agrocomercial*, ASPROCAN – Associación de Organizaciones de Productores de Plátanos de Canarias.

PONTE, Manuel A. C. Moniz da e RIBEIRO, Francisco Medeiros, 1998, «Situação actual da cultura da bananeira nos Açores», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

RIBEIRO, Orlando, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX. Estudo Geográfico*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

ROCHA, Manuel Soares da, 1957, *«A Colonia» no Arquipélago da Madeira e a questão que gerou*, Lisboa, Grémio de Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira.

RODRIGUES, Paulo Miguel, 2008, *A Madeira entre 1820 e 1842: Relações de Poder e Influência Britânica*, Colecção "Funchal 500 Anos", n.º 21, Funchal, Empresa Municipal "Funchal 500 Anos".

RODRIGUES, Ramon Honorato Correia, 1953, *Questões Económicas I*, Funchal.

SARMENTO, Alberto Artur, 1941, *As Pequenas Indústrias da Madeira*, 30.ª ed., Funchal, «Diário de Notícias».

SEQUEIRA, Miguel Menezes de, SANTOS-GUERRA, Arnoldo, JARVIS, Charles E., OBERLI, Andreas, CARINE, Mark A., MAUNDER, Michael e FRANCISCO-ORTEGA, Javier, 2010, «The Madeiran plants collected by Sir Hans Sloane in 1687, and his descriptions», in *Taxon*, n.º 59 (2).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1994, *História de Portugal*, 3.ª ed., vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo.

SILVA, António José Marques da, 2018, «O Brotar do Jardim do Atlântico: Considerações de Ordem Económica, Sociológica e Antropológica acerca da Aclimatação das Plantas Frutícolas e Hortícolas na Madeira (Sécs. XV-XVIII)», in *Islenha*, n.º 63, pp. 5-36.

SILVA, António Ribeiro Marques da (seleção, tradução e notas), 2008, *Passaram pela Madeira. Textos de Autores Anglo-Saxónicos que Visitaram a Ilha (1687-2000)*, Coleção "Funchal 500 Anos", n.º 7, Funchal, Empresa Municipal "Funchal 500 Anos".

SILVA, P. Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo de, 1998, *Elucidário Madeirense*, vols. I-III, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, Filipa Matias Marques da, 2016, *A Produção de Bananas nas Ilhas Canárias. Caracterização Fenotípica de Algumas Variedades de* Musa spp. *da Coleção do ICIA*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Agronómica, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

SOARES, Fernando Brito, 2005, «A agricultura», in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. III, *O Século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 157-183.

SOUSA, António Teixeira de, 1935, «Sôbre a Banana da Ilha da Madeira», in *Revista Agronómica*, vol. 23 (3), pp. 248-279.

SOUSA, António Teixeira de, 1947, «O Preço da Banana», in *Frutas da Madeira*, Abril, Funchal.

VIANA JUNIOR, Fernando Santa Clara, 2022, *Rituais Cortesãos e Cultura Alimentar: Elite e Cozinha de Corte no Período Joanino (1808-1821)*, dissertação de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo.

VIEIRA, Alberto (coord.), 2014, *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901--1976)*, Colecção "Deve & Haver", n.º 4, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

VIEIRA, Alberto e RODRIGUES, Sérgio, 2022, «Banana», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 208-216.

VIEIRA, Alcino, 1998, «Breve abordagem à cultura da bananeira na Região Autónoma da Madeira», in *1.as Jornadas da Cultura da Bananeira no Algarve. Comunicações – Comunicaciones*, Quarteira, Comissão Organizadora das 1.as Jornadas da Cultura da Bananeira, policopiado, não paginado.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 153-195
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Os Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol, da Ilha da Madeira (1837-1861): Para um Estudo das Manifestações de Criminalidade num Microcosmo Social

The Investigation Records of the *Administração do Concelho* of Ponta do Sol, Madeira Island (1837-1861): For a Study on Crime Manifestations in a Social Microcosm

Ana Madalena Trigo de Sousa[1]

Resumo

O presente estudo pretende apresentar os resultados de um trabalho de pesquisa que, centrado nos Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol (1837--1861), procura identificar as manifestações de criminalidade e de transgressão, ocorridas nesse microcosmo social, e perceber a pluralidades dos sujeitos envolvidos, assim como a natureza das suas ações.

Os seus objetivos definem-se num conjunto de questões que se elencam da seguinte forma: 1) Quais foram os crimes e as contravenções que ocorreram; 2) Quais foram as suas tipologias e quais as suas predominâncias; 3) Quem foram, do ponto de vista socioprofissional, os denunciantes e os denunciados; 4) Quais as categorias sociais predominantes e porquê.

[1] Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Licenciada em História (1992) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Séculos XV--XVIII (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Em 2004 obteve aprovação, por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos publicados no âmbito da história político-institucional, económica e social do arquipélago da Madeira nas épocas moderna e contemporânea. Para mais informação: https://orcid.org/0000-0001-6992-914X. Contacto: madalena.sousa@madeira.gov.pt.

A análise dos dez cadernos onde se registaram os autos de investigação, por ordem do administrador do concelho, perfazendo, na cronologia em apreço, um total de 460 autos, constitui a fonte principal. Outra documentação foi considerada, designadamente, as cartas, ofícios e relatórios do Governo Civil do Funchal e a legislação administrativa, fundamental para se conhecer as atribuições do administrador do concelho e qual o seu papel, no domínio policial, ditado pela organização político-administrativa definida pelo Estado.

Este estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, será observado o papel do administrador do concelho e as suas competências policiais e de controlo das populações sob a sua jurisdição. Uma breve caracterização socioeconómica do concelho da Ponta do Sol constituiu a segunda parte, onde se estabelecem informações de índole geográfica, demográfica e socioeconómica, tendo por base a produção estatística e relatora de Oitocentos. A análise dos Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol, realizados entre 1837 e 1861, é empreendida na terceira parte deste estudo, onde se vai responder às questões formuladas. Por último, as considerações finais expõem as conclusões possíveis de enunciar.

Palavras-chave: Criminalidade; Ponta do Sol; Administração do Concelho; Polícia; Século XIX.

Abstract

This study aims to present the results of a research that, focusing on the Investigation Records of the *Administração do Concelho* of Ponta do Sol (1837-1861), pursues to identify manifestations of crime and transgression that occurred in this social microcosm and to understand the variety of the people involved, as well as the nature of their actions.

Its objectives are defined in a set of questions listed as follows: 1) What crimes and offences occurred; 2) Their typology and predominance; 3) From a socio-professional point of view, who were the complainants and the accused; 4) Which social categories were predominant and why.

The analysis of the ten notebooks in which the investigation reports were recorded, by order of the *administrador*, totalling 460 reports during the present chronology, constitutes the main source of this study. Other documentation was also considered, namely letters, official correspondence and reports from the Civil Government of Funchal and administrative legislation, which was essential to understand the duties of the *administrador* and his role in policing, according to the political and administrative organisation defined by the Portuguese Government.

This study is divided into three parts. The first part examines the role of the *administrador* and his powers of policing and control over the population under his jurisdiction. The second part consists of a brief socio-economic characterisation of the municipality of Ponta do Sol, providing geographical, demographic and socio-economic evidence based on statistical and reporting data from the 19th century. The analysis on the Investigation Reports of the *Administração do Concelho* of Ponta do Sol, carried out between 1837 and 1861, is addressed in the third part of this study, where the questions raised will be answered. Finally, the concluding remarks present the conclusions that can be drawn.

Keywords: Crime; Ponta do Sol; *Administração do Concelho*; Police; 19th century.

Introdução

Este trabalho tem por finalidade apresentar um estudo que, centrado nos Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol, elaborados entre os anos de 1837 e 1861, procura identificar as manifestações de criminalidade e de transgressão ocorridas nesse microcosmo social e perceber a pluralidade dos sujeitos envolvidos, assim como a natureza das suas ações.

É praticamente inexistente a produção de conhecimento histórico sobre o fenómeno da transgressão e da criminalidade, no contexto madeirense, a partir da documentação gerada pela organização administrativa e judicial, seja na época do Antigo Regime, seja na contemporaneidade. Contudo, esses acervos existem no Arquivo e Biblioteca da Madeira, mas, na sua grande maioria, continuam por disponibilizar junto dos investigadores interessados[2]. Enquanto investigadora, e reiterando o que já afirmei em trabalho recente, é minha premissa que o trabalho de pesquisa histórica se determina em função da existência de fontes e que são os arquivos, quaisquer que sejam as suas tipologias, que revelam, nas palavras de Tamar Herzog, «quais as unidades, quais as pessoas e regras que compõem o universo que interessa investigar»[3].

Os Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol afiguram-se um espólio digno de interesse por razões várias: pela sua unicidade, pois não se encontra uma fonte da mesma natureza para as outras administrações de concelho do arquipélago madeirense[4]; pela continuidade e homogeneidade dos registos produzidos que permitem definir, com pertinência, um universo de análise; pelo contributo do seu estudo para o conhecimento da história social de uma comunidade, pois sendo uma fonte produzida em virtude do papel desempenhado

---

[2] Presentemente, não está disponível nenhuma base de dados relativa a Processos Judiciais. As bases de dados que estão em funcionamento reportam-se a Casamentos, Batismos, Passaportes, Projetos e Processos de Obras, e Processos de Liquidação do Imposto sobre as Sucessões e Doações. Veja-se https://abm.madeira.gov.pt/acesso-aos-documentos/arquivos/, acedido em 06-08-2025. De âmbito judicial, têm sido disponibilizados, com datas extremas de 1876 a 1933 ou 1935, os Autos Cíveis de Inventário Obrigatório e Autos Cíveis de Inventário entre Maiores, provenientes dos Tribunais Judiciais das Comarcas de São Vicente, Ponta do Sol, Funchal e Santa Cruz.

[3] Veja-se SOUSA, 2023, «A Administração das Capelas da Família Carvalhal Esmeraldo entre 1796 e 1878 […]», p. 375 e notas 16 e 17. Repito, no presente estudo, esta premissa e a citação de Tamar Herzog referenciada na página e notas mencionadas.

[4] A razão da ausência deste tipo de registos verificada nos outros concelhos é algo que se desconhece. Eventualmente, terão sido feitos, pois todos os concelhos do Distrito Administrativo do Funchal tiveram o seu Administrador do Concelho com funções análogas ao da Ponta do Sol. No entanto, e considerando, muito plausivelmente, que teriam sido registados, constata-se que não chegaram aos nossos dias.

pela Administração do Concelho, no domínio da atividade de polícia, possui um conteúdo capaz de traçar alguns aspetos da vida quotidiana e dos problemas então vivenciados.

Juntamente com estas razões, há que invocar o estudo de Irene Vaquinhas que afirma a importância e valor da documentação judicial como uma fonte para a compreensão das sociedades do passado[5]. Segundo a autora, as possibilidades deste tipo de documentação incluem a história da criminalidade, mas também a análise sociológica dos seus intervenientes, sendo que permite, de igual modo, uma perceção «das relações sociais nas comunidades bem como das tensões individuais ou coletivas[6].

Assim, e atendendo às considerações feitas por Irene Vaquinhas, a perspetiva a adotar neste trabalho tem por objeto o levantamento e análise de todas as manifestações de criminalidade e de transgressão que ocorreram no concelho da Ponta do Sol entre os anos de 1837 e 1861, com especial enfoque para a caracterização e tipificação dessas manifestações, e na elaboração do perfil sociológico dos sujeitos intervenientes, denunciantes e denunciados. Os objetivos definem-se num conjunto de questões que se elencam da seguinte forma:

Quais foram os crimes e as contravenções que ocorreram?

Qual a sua tipificação, quais as predominâncias verificadas e porquê?

O que caracteriza, social e profissionalmente, os denunciantes e os denunciados?

Quais as categoriais sociais predominantes, de denunciantes e denunciados, e porquê?

A análise dos dez cadernos onde se registaram os autos de investigação, por ordem do administrador do concelho, perfazendo, na cronologia em apreço, um total de 460 autos, constitui a fonte principal. Outra documentação foi considerada, designadamente, as cartas, ofícios e relatórios emanados pelo Governo Civil do Funchal e a legislação administrativa, fundamental para se conhecer as atribuições do administrador do concelho, muito especialmente as de índole policial, e perceber qual o seu papel na organização político-administrativa ditada pelo Estado.

Com a finalidade de estabelecer esquemas de análise, a partir de uma fonte principal caracterizada pela continuidade e homogeneidade, privilegiou-se a elaboração de tabelas para definir as tipologias dos crimes e contravenções investigados por aquela autoridade, e respetivas predominâncias. Idêntico procedimento metodológico foi seguido no levantamento dos dados de cariz social,

[5] VAQUINHAS, 2011, «Os Processos Judiciais e a História», p. 119.
[6] VAQUINHAS, 2011, «Os Processos Judiciais e a História», pp. 113, 115 e 117.

género e identificação socioprofissional, tendo como fim uma obtenção de dados que permitam uma caracterização sociológica deste fenómeno.

Uma palavra sobre a especificidade da fonte principal, uma vez que se tratam de autos de investigação que puseram em evidência homens e mulheres que habitaram o concelho da Ponta do Sol, há quase duzentos anos, num momento concreto e particularmente difícil das suas vidas. Com efeito, optei por não identificar os intervenientes, vítimas e perpetradores, apesar de seus nomes e apelidos estarem perfeitamente registados nos mencionados autos de investigação e que são um espólio de acesso público. Esta minha escolha prende-se, por um lado, por entender a abordagem sociológica como sendo a mais adequada para dar resposta às questões formuladas e, por outro, porque pretendo caracterizar e compreender o fenómeno criminal e transgressor como algo revelador dos problemas que afetavam aquele microcosmo social, sendo desnecessária a identificação dos intervenientes, por respeito a quem foi vítima e por respeito à presunção de inocência de quem foi apontado como perpetrador, pois estamos perante um registo de uma investigação policial, na sequência de denúncia, que seria remetida posteriormente para as instâncias judiciais competentes.

O presente estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, será observado o papel do administrador do concelho e as suas atribuições de natureza policial e de controlo das populações sob a sua jurisdição. Uma breve caracterização socioeconómica do concelho da Ponta do Sol constitui a segunda parte, onde se estabelecem informações de índole geográfica, demográfica, e socioeconómica tendo por base a produção estatística e relatora de Oitocentos. A análise dos Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol é empreendida na terceira parte deste estudo, onde será dada uma reposta às questões atrás formuladas. As considerações finais sintetizam as conclusões suscetíveis de ser formuladas.

1. A Competência da Administração do Concelho na Polícia da Comunidade

A Monarquia Constitucional, triunfante em 1834, trouxe, no domínio político e institucional a implantação de um programa que visava consagrar o monopólio da autoridade pública por parte do Estado. Ora, para a concretização de tal desiderato era fundamental empreender uma redefinição do espaço político-administrativo, com a criação de novas instâncias de poder, o que ficou determinado no decreto de 18 de julho de 1835. Este diploma estabeleceu uma divisão do espaço administrativo em três níveis: distritos que se subdividiam em concelhos que, por seu turno,

eram compostos por freguesias. Relativamente às novas instâncias de poder, os magistrados administrativos, instituíram-se o governador civil como responsável máximo do distrito; o administrador do concelho como entidade maior do concelho e o regedor como responsável pela freguesia ou paróquia. Por seu turno, os corpos administrativos eram formados pela junta geral de distrito e pelo conselho de distrito (este só na capital do distrito administrativo) para apoiar as decisões do governador civil; a câmara municipal tinha de trabalhar com o administrador do concelho e a junta de paróquia com o seu regedor[7].

Esta redefinição do espaço político-administrativo e a criação das respetivas instâncias de poder expressaram, na prática, a ideia de uma preponderância da atividade administrativa enquanto forma privilegiada de defender o interesse público que se devia sobrepor aos interesses particulares. Com efeito, António Hespanha chama a atenção para este facto ao citar as palavras do relatório de uma portaria do Ministério do Reino, de 23 de abril de 1836, que afirmava: «sendo evidente que a primeira necessidade social é a força da Lei, é mister que, superiores à influência de paixões, e a qualquer espírito de partido, os Magistrados Administrativos, levados unicamente do bem público, empreguem todos os meios competentes para obter tão indispensáveis fins»[8]. Assim, tendo por fim a defesa do interesse público seria imprescindível a construção de mecanismos que assegurassem a manutenção da ordem pública, onde se incluía a segurança de pessoas e bens. Para tal, era necessária uma reconfiguração das atribuições de polícia que, nesta etapa histórica, seriam conferidas aos magistrados administrativos para ficarem responsáveis, nas áreas das respetivas circunscrições, pelo cumprimento de ações de controlo, regulamento e repressão[9].

No quadro de poderes criados pelo Constitucionalismo Monárquico, a figura do administrador do concelho assumiu particular relevo, justamente, pelo papel que iria desempenhar junto da população residente na sua circunscrição. A codificação administrativa de Oitocentos foi muito clara relativamente ao círculo de competências

---

7 Veja-se SOUSA, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Socioeconómico (1834-1878)», pp. 522-524.

8 HESPANHA, 2004, *Guiando a Mão Invisível* […], p. 277. Esse relatório era da autoria de Agostinho José Freire.

9 CATROGA, 2006, «O Poder Paroquial como "Polícia" no Século XIX Português», p. 107. O autor chama a atenção para o facto de as atribuições policiais atribuídas a magistrados administrativos, como o administrador do concelho ou o regedor de paróquia, «não se esgotava nos aparelhos de coação física pois também visava garantir a normalidade do cosmos social» numa época em que o Estado procurava implantar-se sobre o território e, para tal, seria importante «trabalhar para e sobre a população».

deste magistrado que era, em termos gerais, o encarregado da execução imediata das leis e regulamentos de administração emanados pelo governador civil do distrito[10].

Atendendo ao conteúdo dos Códigos Administrativos de 1836 e de 1842, aqueles que abrangem a cronologia deste estudo, e naquilo que diz respeito, especificamente, às competências de polícia, verifica-se que o administrador do concelho detinha a superintendência de três áreas que surgem sintetizadas no Quadro I:

Quadro I: As Competências de Polícia do Administrador do Concelho

Polícia Preventiva e Geral	Inspecionar as prisões; fiscalização do uso e porte de arma por parte de civis; manter os bons costumes e a moral pública; vigiar a mendicidade; inspecionar as casas de venda de comidas e bebidas, casas de jogo e hospedarias; vigiar as prostitutas; vigiar os alienados; manutenção da ordem e da tranquilidade pública e zelar pela segurança dos habitantes do concelho.
Polícia Municipal	Autuação contra os infratores das leis e posturas municipais.
Polícia Judicial	Formar autos de investigação dos factos relativos a ocorrências criminais e remetê-los à Justiça.

Fontes: Elaboração própria a partir de *Código Administrativo Português (1836)*, 1837, Artigos 124.º, 125.º, 128.º e *Código Administrativo (1842)*, 1842, Artigos 249.º, 251.º, 252.º.

Da observação do Quadro I, é constatável a complexidade das competências de polícia atribuídas ao administrador do concelho, numa demonstração da necessidade do Estado em intervir sobre a população, prevenindo e agindo contra os comportamentos desviantes e contra toda e qualquer transgressão à norma; em suma, zelando pela ordem e tranquilidade do microcosmo social. Tal justificava-se, plenamente, pela necessidade sentida pelo Estado Oitocentista de regular e disciplinar a sociedade, sendo este aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança atribuídos ao administrador do concelho, o meio para atingir esse fim[11].

Pelo decreto de 12 de setembro de 1835 era estabelecido o Distrito Administrativo da Madeira e Porto Santo tendo como capital a cidade do Funchal. Esse distrito ficou

[10] Veja-se SOUSA, 2019, «Administrador do Concelho», pp. 98-100. As atribuições do administrador do concelho manifestam a sua função de representante do governador civil do distrito dentro do espaço concelhio. Genericamente, essas atribuições visavam garantir a correta execução das ordens, instruções e regulamentos emanados pelo governo civil, em nome do interesse de Estado. Especificamente, as suas funções abrangiam seis áreas de intervenção dentro da circunscrição concelhia, a saber: a polícia preventiva e a moral pública; o levantamento dos bens e rendimentos pertencentes ao Estado; o recrutamento e o recenseamento da população; o registo civil; o registo de passaportes; e a superintendência das escolas públicas.

[11] CATROGA, 2006, «O Poder Paroquial como "Polícia" no Século XIX Português», pp. 106-107.

dividido em concelhos e estes em freguesias. No início de novembro desse mesmo ano foram nomeados os primeiros administradores de concelho, um para cada circunscrição concelhia existente à data[12].

A necessidade de estabelecer uma polícia preventiva que fosse o garante da segurança e da tranquilidade públicas foi uma questão levantada ainda no tempo da governação do prefeito e governador militar da província das Ilhas da Madeira e Porto Santo, Luís Mouzinho de Albuquerque[13], que em setembro de 1834 enviou aos concelhos o «alvará da criação dos comissários dos provedores» sobre «o cuidado de polícia preventiva», assumindo a necessidade de se definir, ao nível do concelho, as entidades que tivessem a capacidade para:

> «prevenir as desordens, impedindo e mandando dissipar as reuniões tumultuárias, prendendo e fazendo conduzir à presença do provedor [depois administrador do concelho] os provocadores de qualquer tumulto, rixa ou assuada, e bem assim os indivíduos encontrados em embriaguez turbulenta e perturbadora da ordem […] procurando fazer com antecipação necessária para que as ordens e delitos possam ser antes prevenidos do que castigados»[14].

[12] Veja-se SOUSA, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Socioeconómico (1834-1878)», pp. 623-628: Anexos 13 a 18 contendo os Administradores do Concelho do Funchal, da Ponta do Sol, da Calheta, de Machico, de Santa Cruz e do Porto Santo, nomeados entre 1835 e 1878, ano em que termina o estudo citado. As lacunas documentais dos municípios de São Vicente, do Porto Moniz, de Santa Ana e de Câmara de Lobos não permitiram o levantamento destes dados.

[13] Veja-se SOUSA, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Socioeconómico (1834-1878)», pp. 522-524. A prefeitura na Madeira foi instituída por ocasião da nomeação de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque para o respetivo cargo, por carta régia de 30 de junho de 1834. Seria extinta em setembro de 1835, quando se estabeleceu o Distrito Administrativo da Madeira e Porto Santo, no dia 12 desse mês. A instituição da prefeitura representou a breve vigência da Reforma Administrativa de 16 de maio de 1832, elaborada durante o governo de regência de D. Pedro, Duque de Bragança, sedeado na Ilha Terceira. Essa reforma determinava uma organização administrativa de três níveis. Assim, em termos territoriais, a divisão era feita, por ordem de grandeza, em províncias, comarcas e concelhos, sendo os magistrados, respetivamente, o prefeito, o subprefeito e o provedor. A mesma forma de divisão administrativa ficou plasmada no decreto de 18 de julho de 1835, mas sendo utilizadas designações diferentes para expressar as mesmas ideias.

[14] Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Administração do Concelho da Ponta do Sol (ACPTS), Correspondência Expedida, Livro n.º 11, fls. 12-13v.º. Por este documento, foi dada, aos municípios, a faculdade de nomear, com a anuência do provedor do concelho, ou administrador do concelho a partir de 1835, os cabos de polícia que tinham por missão coadjuvar os comissários, os futuros regedores de paróquia, na sua missão policial no terreno, junto das populações. Uma vez que os cabos de polícia, oriundos da classe laboriosa, não auferiam qualquer vencimento, tendiam a descurar as suas funções policiais. Essa fora a razão invocada pelo administrador do concelho da Ponta do Sol para nomear, logo em novembro de 1835, dois oficiais de diligências, remunerados pelos rendimentos do concelho, para o auxiliaram no expediente da administração do concelho bem como na polícia preventiva. ABM, ACPTS, Correspondência Expedida, Livro n.º 11, fl. 55. Assinale-se que a grafia foi atualizada em todas as citações oriundas de fontes documentais.

Segundo a «estatística criminal do distrito de Funchal» feita para os anos de 1847, 1848, 1849 e 1850[15], os concelhos que apresentavam um maior número de ocorrências criminais eram o Funchal e a Ponta do Sol, sendo preponderantes, no conjunto dessas ocorrências, as situações de desordem pública que, no entanto, não apresentavam «circunstâncias e consequências de carácter funesto»[16]. A importância concedida ao fenómeno da criminalidade, que se materializou na elaboração da «estatística criminal do distrito do Funchal», surgiu patente nas palavras do governador civil José Silvestre Ribeiro que exortava os administradores de concelho para estarem com «o mais atento cuidado por tudo quanto diz respeito à manutenção da ordem, à prevenção dos crimes, à captura dos malfeitores e sua entrega ao poder judicial com todos os esclarecimentos que auxiliem a ação da lei»[17]. A Administração do Concelho da Ponta do Sol revelou-se cumpridora desta missão de conservar e manter o bem comum, conforme ficou patente no registo dos 460 autos de investigação elaborados entre os anos de 1837 e de 1861, feitos no cumprimento das suas funções de polícia e, neste âmbito específico, como um importante auxiliar das instâncias judiciais na perseguição e repressão das manifestações criminais que aconteceram naquela comunidade.

2. O Concelho da Ponta do Sol no Século XIX: Breve Caracterização Socioeconómica

Localizado na costa meridional da Ilha da Madeira, a oeste da cidade do Funchal, o concelho da Ponta do Sol estava delimitado geograficamente, na cronologia a que se reporta este estudo, pelos concelhos da Calheta, a oriente; de São Vicente, a norte; de Câmara de Lobos, a ocidente; e pelas águas do Atlântico, a sul. Nesta época, era integrado por seis freguesias, a saber: Ponta do Sol, Ribeira Brava, Canhas, Tabua, Serra de Água e Madalena.

---

[15] *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1850, vol. II, pp. 68-69, 71; e *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1852, vol. III, p. 49.

[16] *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1852, vol. III, pp. 49-50.

[17] *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1852, vol. II, pp. 280-281. O pensamento político de José Silvestre Ribeiro exprimia uma crença nas virtudes da prática administrativa, cuja missão «de conservar e manter os interesses gerais» tinha de estar munida dos «meios de ação, [d]o poder e [d]as faculdades indispensáveis para conseguir um tão difícil desiderato», sendo do interesse de uma comunidade a liberdade de ação dos agentes administrativos. Veja-se HESPANHA, 2004, *Guiando a Mão Invisível* […], p. 278.

Os seus efetivos demográficos, distribuídos por freguesia, surgem representados no Quadro II.

Quadro II: População do Concelho da Ponta do Sol nos Anos de 1847, 1849 e 1866

Freguesia	**1847**	**1849**	**1866**
Ponta do Sol	4736	4866	4658
Ribeira Brava	3289	3404	2491
Canhas	3033	3024	3085
Tabua	1840	1958	2017
Serra de Água	1409	1456	1477
Madalena	602	642	779
Totais	14 909	15 350	14 507

Fontes: Elaboração própria a partir de *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1850, vol. II, «Mapa Estatístico da População do Distrito Administrativo do Funchal no Ano de 1847», desdobrável entre as pp. 66-67, SILVEIRA, 2001, *Os Recenseamentos da População Portuguesa* […], Censo de 1849, pp. 835-836 e «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 15.

Com dados para os anos de 1847, de 1849 e de 1866[18], o Quadro II permite estabelecer uma importante distinção, do ponto de vista demográfico, entre a vila da Ponta do Sol, a sede concelhia com localização junto ao mar, e as restantes freguesias. Com efeito, sendo a Ponta do Sol o centro nevrálgico onde se encontrava o poder municipal e a Administração do Concelho, exibia um maior número de efetivos demográficos. A freguesia da Ribeira Brava, também situada junto ao mar, e a dos Canhas, no interior do perímetro concelhio, tinham um número de habitantes acima dos 3000 efetivos. A Tabua, localizada também no interior concelhio, e a Serra de Água num vale circundado por altas montanhas, revelavam uma população inferior a 2000 habitantes. A freguesia piscatória da Madalena acessível, praticamente, só por via marítima, era a menos populosa, não atingindo o milhar de vizinhos. Verificou-se um ligeiro aumento no total concelhio, entre os anos de 1847 e de 1849; todavia, o mesmo não aconteceu entre 1849 e 1866 pois registou-se uma diminuição, visível,

[18] Os dados demográficos apresentados no Quadro II são relativos a anos que, para além de estarem em consonância com o âmbito cronológico deste estudo, têm uma distribuição dos efetivos populacionais por freguesias, na fonte de origem. Existem outras fontes, mas que só comportam o total concelhio e/ou o número de fogos. Veja-se MATOS, 2015, *Elite Municipal da Ponta do Sol* […], p. 32, Quadro I: População do Concelho da Ponta do Sol entre 1835 e 1890.

sobretudo, na freguesia da Ribeira Brava e, mais ligeiramente, na da Ponta do Sol. De acordo com o relatório do governador civil Jacinto António Perdigão, o concelho da Ponta do Sol albergava, em 1866, 13 % da população do distrito administrativo do Funchal (com um total de 109.378 habitantes), sendo o segundo mais populoso do distrito, com 14.507 residentes[19].

Com exceção da vila da Ponta do Sol e das freguesias da Ribeira Brava e dos Canhas que demonstram uma ocupação demográfica mais significativa, a restante população vivia dispersa pelos campos onde se dedicava aos trabalhos da lavoura. As principais produções agrícolas eram, segundo o relatório de Jacinto António Perdigão, os cereais (trigo e cevada), a cana-de-açúcar e o vinho. Juntamente com estas culturas, estavam os produtos hortícolas, nomeadamente a batata, o inhame e a castanha, fundamentais para a alimentação humana. Se o consumo de peixe, sobretudo o salgado, estava muito presente, o mesmo não acontecia com a carne que, segundo o mesmo documento, era um artigo acessível a uma parte restrita da população, pois «as classes que viv[iam] do trabalho braçal não toma[va]m quase absolutamente parte alguma no consumo deste género»[20]. A criação de gado era assinalável, mas, na impossibilidade de ser esse gado empregue como força motriz no trabalho agrícola, devido ao relevo pronunciado, era, somente, destinada ao consumo humano e à produção de adubo para fertilizar as terras[21]. Registava-se um elevado consumo de álcool, nomeadamente, de aguardente de cana, pois o vinho era pouco consumido localmente, uma vez que estava à exportação. Relativamente às condições de irrigação, a descrição do governador Jacinto António Perdigão revelava ser a Ponta do Sol um dos concelhos da costa meridional com maior abundância de águas, oriundas das levadas situadas nas zonas mais elevadas[22].

[19] Com exceção da cidade do Funchal que somava 28 989 habitantes em 1866, os restantes concelhos apresentavam uma demografia modesta. Acima dos 10 000 residentes estavam os concelhos da Ponta do Sol, de Câmara de Lobos e da Calheta. Todos os restantes apresentavam totais inferiores a 10 000, destacando-se, pelos seus escassos efetivos populacionais, o concelho do Porto Santo com 1567 habitantes. Veja-se SOUSA, 2021, «O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão […]», p. 309, Quadro IV: A População do Distrito Administrativo do Funchal em 1866.

[20] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 15.

[21] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 15. O relator refere a existência de gado de distintas espécies num total de 5084 cabeças.

[22] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 15.

A lavoura era feita pelos homens e pelas mulheres[23] que, não sendo proprietários das terras, granjeavam-nas, fundamentalmente, por meio do contrato de colonia que estabelecia a relação entre o proprietário e o camponês. Esta relação implicava que o senhorio entregasse a terra aos colonos que, por seu turno, assumiam a responsabilidade de lhe entregar metade da colheita. Os colonos ficavam autorizados a habitar essas terras onde podiam realizar as benfeitorias que entendessem e que, uma vez edificadas, se tornavam propriedade sua. Caso o senhorio quisesse cessar o contrato, e mandar o colono embora da sua terra, ficava obrigado a pagar-lhe o valor dessas benfeitorias[24]. As situações de arrendamento da terra e de agricultura feita diretamente pelo senhorio eram muito menos frequentes[25]. A par da lavoura existia a atividade de recolha dos benefícios da serra, designadamente, as lenhas, as bagas silvestres e toda uma vegetação passível de ser usada e consumida por parte da população.

Em todo o concelho, as condições de viação geral eram extremamente precárias e o mesmo se verificava com a rede vicinal, cujos caminhos e veredas exigiam a maior cautela aos transeuntes. A atividade de cariz industrial era inexistente e o comércio consistia, primordialmente, na exportação dos produtos agrícolas e na importação de alguns artigos manufaturados de uso corrente para serem transacionados nas vendas locais[26].

A organização social do concelho assentava, basicamente, na divisão entre aqueles que detinham a terra e aqueles que a trabalhavam. Na sua composição socioprofissional podemos distinguir várias tipologias que permitem uma perceção do tecido social e económico concelhio, conforme representado no Quadro III.

[23] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 16.
[24] HERÉDIA, 1849, *Breves Reflexões sobre a Abolição dos Morgados na Madeira* […], p. 12.
[25] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 15.
[26] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 15.

Quadro III: Tipologias Socioprofissionais do Concelho da Ponta do Sol

Tipologias Socioprofissionais	Totais
Lavrador	6668
Ofícios Mecânicos: • Sapateiro e boteiro: 63 • Tecelão e tecedeira: 63 • Pedreiro, canteiro, alveneiro: 34 • Moleiro: 31 • Curtidor: 30 • Carpinteiro e serrador: 27 • Ferreiro: 22 • Alfaiate e costureira: 8 • Tanoeiro: 5 • Calafate: 4 • Serralheiro: 3 • Pintor: 1	291
Extração de Recursos: • Pescador: 119 • Lenheiro: 98	217
Mendicidade	142
Comércio: • Vendeiros e taberneiros: 73 • Padeiros e padeiras: 23	96
Proprietário	51
Jornaleiro	17
Profissão Liberal: Ciências	1

Fonte: Elaboração própria a partir de *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1850, vol. II, «Mapa Estatístico da População do Distrito Administrativo do Funchal no Ano de 1847», desdobrável entre as pp. 66-67.

Os dados que integram o Quadro III foram trabalhados a partir de uma fonte específica. Referimo-nos ao «Mapa Estatístico da População do Distrito Administrativo do Funchal relativo ao ano de 1847» e que, apesar das limitações inerentes, revela alguns elementos para discussão. O primeiro a considerar prende-se com a organização social assente na divisão entre proprietários e lavradores. Repare-se na disparidade numérica entre os dois grupos, com os lavradores a atingir 6668 efetivos face aos meros 51 proprietários registados. Esta discrepância explica-se pelo fenómeno vincular (seria extinto só em 1863) que concentrou a posse da terra num reduzido grupo de indivíduos, fazendo com que os restantes tivessem de se sujeitar a trabalhar para esses possuidores, mediante a celebração dos contratos de colonia

ou de aforamento. De acordo com o Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal, efetuado em 1862-63, a presença de propriedade vinculada no território do concelho da Ponta do Sol foi atestada em vários dos administradores vinculares representados, o que explica esta discrepância entre o número de proprietários e o de lavradores[27].

Os lavradores eram uma categoria que integrava homens e mulheres, conforme asseverado pelo governador Jacinto Perdigão ao afirmar, no seu relatório, que em algumas freguesias do concelho «as mulheres trabalham na cultura das terras quase tanto, senão tanto como os próprios homens»[28]. A presença das mulheres foi extensível ao universo dos ofícios mecânicos e ao da atividade comercial onde vemos as tecedeiras, as costureiras e as padeiras, desempenhando as suas funções e contribuindo para a produção de bens essenciais aos habitantes do concelho como o pão, os tecidos e as roupas. Os ofícios mecânicos são a categoria mais representada, logo a seguir aos lavradores, perfazendo um total de 291 situações, onde vemos várias tipologias de atividades fundamentais à economia local. Idêntica observação pode ser feita para a categoria que se segue, a extração dos recursos do mar e da serra, em que pescadores e lenheiros somam 217 casos. Ainda acima da centena de situações encontra-se a mendicidade. Com efeito, em 1847, era reportada, só neste concelho, a presença de 142 mendigos que podiam ser fixos ou ambulantes. A mendicidade podia ser a consequência de uma situação de infortúnio no seio da família, ou seja, quando algum dos seus membros produtivos falecia ou ficava inválido, ficando em causa a sobrevivência dos restantes. Na ausência de uma rede de solidariedade, o recurso à mendicidade era a única maneira de evitar que a economia familiar se desmoronasse por completo. Com menos de 100 casos, verifica-se a atividade comercial marcada, sobretudo, pelos vendeiros e taberneiros e pelos fabricantes de pão. A discreta presença numérica dos jornaleiros, apenas 17, e a presença única de um profissional liberal ligado às ciências, sem outra especificação, encerram este quadro que apesar de ser muito limitado, revela elementos passiveis da elaboração de um perfil socioprofissional deste concelho na cronologia em apreço neste estudo.

[27] Veja-se SOUSA, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal […]», pp. 190-211: Anexos 1 a 15. Por ocasião do Registo Vincular, feito em 1862-63, os administradores com propriedade vinculada no concelho da Ponta do Sol eram João José de Bettencourt e Freitas; o Marquês de Castelo Melhor; o Visconde de Torre Bela; Urbano Egídio da Costa Campos; Sebastião Francisco de Melo Trigoso; e Agostinho de Ornelas e Vasconcelos.

[28] «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 16.

3. Os Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol (1837-1861)

Entre os anos de 1837 e de 1861, a Administração do Concelho da Ponta do Sol, sob a ação do respetivo titular, produziu um total de 460 autos de investigação destinados a averiguar as circunstâncias em que tinham ocorrido os crimes e as contravenções contra as posturas, cujas queixas e denúncias haviam sido remetidas a essa repartição administrativa. Essa informação era gerada quer o delinquente tivesse sido preso em flagrante delito, quer estivesse em fuga, ou, ainda, por queixa ou denuncia contra desconhecidos.

A capacidade de proceder a um auto de investigação estava plenamente inserida nas atribuições do administrador do concelho no domínio da polícia, conforme se apreende da análise dos Códigos Administrativos de 1836 e de 1842, vigentes para a cronologia em apreço. Segundo o Artigo 125.º, do Código Administrativo de 1836, o administrador do concelho tinha competência para mandar prender qualquer cidadão em flagrante delito, cumprindo-lhe:

> «formar os respetivos autos de investigação dos factos, mencionar neles as testemunhas que os presenciarem e enviá-los, depois, com informação sua ao delegado do procurador régio ante o juiz do distrito para este promover o processo e o castigo do delinquente, nos termos da lei. Nos demais casos em que os delinquentes não forem encontrados em flagrante, os administradores se limitarão a formar os autos de averiguação dos factos, remetendo-os, quando concluídos, ao referido delegado para o dito fim; e auxiliando quando lhes for possível as diligências dos juízes para a descoberta e prisão dos réus»[29].

Idêntica exposição é passível de se encontrar no Código Administrativo de 1842, cujo Artigo 252.º expressa que: «quando o administrador do concelho ordenar a prisão de alguém, formará auto de investigação dos factos, no qual mencionará as testemunhas que os podem confirmar, e todas as circunstâncias que sirvam para esclarecer a justiça e com essa informação o remeterá ao ministério público»[30]. No tocante às situações de contravenção das posturas municipais, o administrador do concelho tinha o poder de zelar pela boa execução daqueles regulamentos, podendo, para o efeito, proceder contra os seus infratores e requerer a sua condenação perante a autoridade competente[31].

---

[29] *Código Administrativo Português (1836)*, 1837, Artigo 125.º.

[30] *Código Administrativo (1842)*, 1842, Artigo 252.º, §4.

[31] *Código Administrativo Português (1836)*, 1837, Artigo 124.º, § 14 e *Código Administrativo (1842)*, 1842, Artigo 251.º.

De acordo com a documentação arquivística, o registo dos autos de investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol teve início a 28 de junho de 1837[32], dando cumprimento às funções policiais atribuídas ao administrador do concelho pelo Código Administrativo promulgado em 1836. O último registo de um auto de investigação de que dispomos data de 1 de julho de 1861[33]. Por motivo que desconhecemos, não existe mais documentação desta natureza no arquivo da Administração do Concelho da Ponta do Sol.

Os 460 autos que ficaram patentes correspondem às vigências de três administradores de concelho: Jacinto de Faria Bettencourt e Andrade, António Jacinto Pestana e Jaime de França Neto[34].

O Quadro IV apresenta a cronologia, e respetiva distribuição anual, dos autos de investigação em análise.

Quadro IV: Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol (1837-1861): Distribuição Anual

Ano	N.º de Autos	Ano	N.º de Autos
1837	11	1849	20
1838	7	1850	13
1839	38	1851	22
1840	42	1852	19
1841	29	1853	15
1842	34	1854	3
1843	67	1855-1856	Não Consta
1844	36	1857	10
1845	12	1858	7
1846	14	1859	9
1847	29	1860	5
1848	16	1861	2
			Total: 460
			Média anual: 20,9

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

[32] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 2, fls. 1-1v.º.

[33] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 38-38v.º.

[34] SOUSA, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Socioeconómico (1834-1878)», pp. 624-625, anexo n.º 14: Administradores Efetivos do Concelho da Ponta do Sol (1835-1878). Jacinto de Faria Bettencourt e Andrade exerceu, primeiramente, de finais de outubro ou inícios de novembro de 1835 até agosto de 1837; António Jacinto Pestana exerceu

A cronologia sequencial, desde 1837 até 1861, demonstra dois anos em falta. Com efeito, para os anos de 1855 e de 1856 não ficaram quaisquer registos, sendo que esta ausência se poderá dever à não realização de autos ou, mais provavelmente, ao seu desaparecimento, por razão desconhecida.

A discrepância numérica, ao longo destes anos, é evidente: se o ano de 1843 foi aquele que mais autos produziu, num total de 67, o de 1861 revelou apenas dois. A maior incidência ocorreu entre 1839 e 1844 e, a partir de 1848, deu-se um decréscimo até 1861, apesar de uma ou outra subida pontual. Estes números são difíceis de explicar. Não obstante, é possível afirmar que esta evolução esteve sempre condicionada pela existência de queixas e denúncias. Dito de outro modo, os números deste quadro representam, somente, os casos denunciados, investigados e registados, permanecendo desconhecida toda uma realidade que, a ter acontecido, não foi alvo de denúncia e, por conseguinte, de averiguação. Aliás, quando se observa a média anual de ocorrências, e respetivas investigações, constata-se um número modestíssimo de manifestações de criminalidade no concelho da Ponta do Sol entre os anos de 1837 e de 1861, ou seja, cerca de 20 casos por ano.

Em relação à distribuição das ocorrências, por freguesia, observe-se o Quadro V.

Quadro V: Autos de Investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol (1837-1861): Distribuição das Ocorrências por Freguesia

Freguesia	**N.º de Ocorrências**
Ponta do Sol	157
Ribeira Brava	128
Canhas	75
Tabua	42
Serra de Água	39
Madalena	19
Total	460

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

A vila da Ponta do Sol e a freguesia da Ribeira Brava totalizam, entre si, 285 casos, ou seja, mais de 50% das ocorrências. As restantes quatro freguesias somam

de 22 de agosto de 1837 até fevereiro de 1839; Jacinto de Faria Bettencourt e Andrade foi, de novo, nomeado em 23 de fevereiro de 1839 e só seria substituído por Jaime de França Neto em setembro de 1858. Este último esteve como administrador do concelho da Ponta do Sol de 8 de setembro de 1858 até março de 1863.

entre si 175 casos, muito menos de metade do total de 460. A expressividade dos valores da Ponta do Sol e da Ribeira Brava não nos surpreendem visto representarem os povoados onde se concentrava mais população, conforme já demonstrado no Quadro II. Existe, portanto, uma correlação direta entre o número de situações e a densidade populacional, isto é, quanto mais pessoas, maior a existência de problemas desta natureza.

A elaboração de um auto de investigação observava um procedimento que se revelou uma constante e que cumpria várias etapas. Tomando como exemplo o auto formado, a 22 de abril de 1840, contra um indivíduo da freguesia dos Canhas, verifica-se que se iniciava com o título do auto e a pessoa, ou pessoas, contra o qual, ou as quais, era formado, seguindo-se a sua datação e a sua localização que era, usualmente, as «casas» da Administração do Concelho onde se encontravam o dito administrador e o seu escrivão, encarregado de redigir o auto. Em primeiro lugar, constava a participação da ocorrência na qual ficava expresso a data do acontecimento e os intervenientes, ou seja, vítima e perpetrador. De seguida, o administrador do concelho procedia a uma inquirição, geralmente sumária, das testemunhas do ato ilícito. O papel do denunciante e das testemunhas era fundamental pois era com base nos seus ditos que o administrador elaborava o auto e considerava os factos verdadeiros e, por consequência, dignos de formar um auto de investigação. As testemunhas punham a sua assinatura, atestando a verdade do seu relato que, por sua vez, era reforçada pela inscrição de mais duas testemunhas chamadas com o propósito de verificar «os ditos» das que tinham presenciado o crime ou transgressão. Por fim, o administrador do concelho assinava e anotava, à margem, que o auto fora remetido à autoridade competente para prossecução dos trâmites necessários[35].

O conteúdo informativo dos 460 autos levantados no decurso do trabalho de investigação permite uma análise dividida em três vertentes onde se enunciam as seguintes questões:

Quais os crimes e as contravenções registadas? A elaboração das tipologias criminais, a sua caracterização e verificação das respetivas predominâncias permitem dar resposta a esta questão, assim como formular algumas hipóteses que expliquem as manifestações criminais;

Quem foram os denunciantes das ocorrências? A distribuição dos denunciantes por género e a sua descrição socioprofissional, verificando as preponderâncias,

[35] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 1-1v.º, a título de exemplo.

revelam quais os agentes que, junto da administração do concelho, faziam as participações;

Quem foram os denunciados como perpetradores? De novo, a distribuição dos denunciados por género e a sua descrição socioprofissional, verificando o maior número de ocorrências, possibilitam delinear um perfil do sujeito criminal sobre o qual a Administração do Concelho agiu em cumprimento das suas atribuições policiais.

3.1. As Manifestações de Criminalidade

Até ao Constitucionalismo Monárquico, os crimes eram punidos segundo o estipulado nas Ordenações do Reino que, nos títulos respetivos, consagravam o direito penal oficial. O primeiro Código Penal foi aprovado por Decreto de 10 de dezembro de 1852 e fora elaborado por uma comissão encarregada, pela rainha D. Maria II em 1845 e em 1850, de redigir «um projeto de código penal em que se consignassem os mais sólidos princípios do direito criminal conforme as luzes do século e segundo o sistema constitucional da monarquia»[36]. No Código Penal surgem distinguidas a prática de crime e a prática de contravenção: no seu artigo 1.º consta que «crime ou delito é o facto voluntário, declarado punível pela lei penal»; no seu artigo 3.º a contravenção é descrita como «o facto voluntário punível que unicamente consiste na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e regulamentos»[37]. Por conseguinte, assume-se esta forma de classificação de crime e de contravenção, estipulada pelo Código Penal de 1852, na análise da documentação em apreço, cujos dados compulsados permitem distinguir, com clareza, a prática de crimes e a prática de contravenções.

O fenómeno das manifestações de criminalidade no concelho da Ponta do Sol surge sintetizado no Quadro VI. Com vista à sua elaboração, procedeu-se ao levantamento de cada uma das 460 ocorrências e respetivo tratamento de acordo com três componentes: a primeira foi a identificação da natureza do crime; de seguida, foram estabelecidas as respetivas tipologias e, por último, foram contabilizadas as ocorrências relativas a cada uma dessas tipologias.

[36] *Código Penal* […], 1874, p. III.
[37] *Código Penal* […], 1874, Título I, Capítulo I, Artigo 1º e Artigo 3º.

Quadro VI: As Manifestações de Criminalidade no Concelho da Ponta do Sol (1837-1861): Natureza, Tipologias e Número de Ocorrências

Natureza do Crime	**Tipologias**	**N.º de Ocorrências**	
Contra as Pessoas	Agressão Física/Verbal	148	
	Assassinato	13	
	Estupro	5	
	Exposição de Recém-Nascido	11	
	Uso de Veneno	4	Soma: 181
Contra o Património	Furto/Roubo		Soma: 125
Contra a Moral e os Costumes	Adultério	4	
	Concubinato	5	Soma: 9
Contra o Estado	Auxílio a Desertores	6	
	Contrabando	5	
	Crime Político	3	
	Deserção	2	
	Emigração Ilegal	12	
	Fuga aos Impostos	9	
	Incumprimento de Funções	10	
	Resistência à Autoridade	37	Soma: 84
Contra a Ordem Pública	Rixa		Soma: 21
Contravenção de Posturas			Soma: 29
Outros	Desaparecimento	1	
	Heresia	1	
	Incêndio	6	
	Mendicidade	1	
	Posse Ilegal de Arma	1	
	Profanação de Sepultura	1	Soma: 11
		Total	460

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

A natureza dos crimes praticados revelou-se muito distinta no que respeita ao sujeito afetado, o que determinou uma divisão em sete categorias distintas. Nos crimes contra as pessoas, com um total de 181 ocorrências, encontram-se a agressão

física[38] e/ou verbal[39]; o assassinato[40]; o estupro[41]; a exposição de recém-nascido[42] e o uso de veneno[43]. O furto e o roubo [44], perfazendo 125 casos, constituem o crime contra o património, evidenciado neste levantamento documental. Na categoria dos crimes contra a moral e os costumes encontravam-se o adultério[45] e o concubinato[46], com uma expressão de nove situações. Entendemos como crimes contra o Estado um conjunto de tipologias que revelam a desobediência em áreas que representavam a autoridade do governo, ao todo 84**,** a saber: a deserção[47] do serviço militar obrigatório ou o auxílio aos seus desertores[48]; o contrabando[49] e a fuga aos impostos[50]; a emigração ilegal[51]; o incumprimento de funções político-administrativas[52]; a resistência à autoridade[53] e o crime político contra o regime constitucional[54]. As rixas, 21 ao todo, manifestam o crime contra a ordem pública[55]. Foram colocadas na categoria "Outros", os casos únicos de desaparecimento[56], de heresia[57], de mendicidade[58], de posse ilegal de arma[59]; de profanação de sepultura[60] e, ainda, o crime de incêndio[61]. Por último, a contravenção das posturas, visível em 29 casos, com uma predominância para as infrações relativas ao corte de madeiras de til e de vinhático junto a linhas de água[62];

[38] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 6v.º-7v.º, a título de exemplo.
[39] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 9v.º-10, a título de exemplo.
[40] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 2v.º-4v.º, a título de exemplo.
[41] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 20-21v.º, a título de exemplo.
[42] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 4-4v.º, a título de exemplo.
[43] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 31v.º-34, a título de exemplo.
[44] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 4v.º-6, a título de exemplo.
[45] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 26-27, a título de exemplo.
[46] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 31v.º-32, a título de exemplo.
[47] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 15-16, a título de exemplo.
[48] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 32v.º-33, a título de exemplo.
[49] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 12-13, a título de exemplo.
[50] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 18-18v.º, a título de exemplo.
[51] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 9v.º-10v.º, a título de exemplo.
[52] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 5, fls. 34-35, a título de exemplo.
[53] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 7, fls. 40-41v.º, a título de exemplo.
[54] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 27v.º-30, a título de exemplo.
[55] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 3-4, a título de exemplo.
[56] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 8, fls. 18v.º-19v.º.
[57] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 5v.º-6v.º.
[58] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 5, fls. 38-39.
[59] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 7-8v.º.
[60] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 19-20.
[61] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 17-18v.º.
[62] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 1v.º-3, 4-5, a título de exemplo.

à venda de carne imprópria para consumo no açougue municipal[63]; e as infrações relativas à condução de barco de pesca sem a respetiva licença[64].

Para uma análise do fenómeno da criminalidade no concelho da Ponta do Sol, e considerando a impossibilidade de trazer à colação o conteúdo dos 460 autos, optou-se por uma exposição que, partindo das tipologias estatisticamente mais relevantes, se centra em casos exemplificativos. Consequentemente, dentro da categoria do crime contra as pessoas, verificamos algum auto ilustrativo de agressões física ou verbal; dentro da categoria do crime contra o património, o furto e o roubo; por último, averiguam-se algumas das manifestações de resistência contra a autoridade e, pela sua singularidade, o crime político, duas das tipologias dos delitos contra o Estado, conforme se encontra patente no Quadro VI.

Os autos de investigação relativos ao crime de agressão revelavam um quotidiano marcado por uma conflituosidade cujas causas concretas raramente eram apuradas. As agressões tanto podiam ser físicas, verbais ou com as duas características. Uma agressão verbal manifestava-se no ato de proferir palavras ofensivas a outrem; e se acontecesse na via pública e diante de testemunhas, podia suscitar uma investigação por parte do administrador do concelho. Tal ocorrera, por exemplo, quando o ex-vigário da freguesia da Madalena fora injuriado por um morador daquela localidade[65]. Por vezes, a denúncia, e subsequente auto, visavam destacar um indivíduo malquisto pela própria comunidade. Aquando a queixa, e correspondente descrição, relativa a uma agressão verbal e física, a vítima denunciara o atacante pelos insultos proferidos e por lhe ter dado «um murro de mão fechada» sem que tivesse havido qualquer provocação, porque era «certo que o delinquente […] [era] um inquietador público». Os depoimentos das testemunhas foram unanimes, não só no relato dos acontecimentos como na classificação do dito delinquente como um «perturbador e insultador público»[66]. No âmbito das agressões físicas, encontram-se documentadas situações particularmente violentas. Quando uma mulher apresentara queixa de que um vizinho lhe tinha «dado punhadas, rasgado o vestido e fazendo-lhe nódoas sangrentas no pescoço e arranhões nas mãos», verificou-se, de novo, o valor da palavra das testemunhas como algo essencial para a construção do auto de investigação, pois as testemunhas declararam que o dito agressor era um «perturbador do sossego

[63] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 1v.º-2v.º, a título de exemplo.
[64] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 36v-37, a título de exemplo.
[65] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 4-4v.º, a título de exemplo.
[66] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 9v.º-10, a título de exemplo.

público tendo passado pelo excesso de maltratar seu pai e mãe»[67]. Num outro auto, a violência sofrida pela vítima era descrita com algum detalhe, como o ter sido espancado «aleivosamente» pelo agressor que lhe fizera «um ferimento sobre a sobrancelha esquerda, de couro e carne cortada, tendo de comprimento uma polegada, e outro ferimento na cabeça e nódoas sangrentas no ombro direito»[68]. As agressões motivadas pela utilização das águas das levadas para rega foram uma realidade documentada nos autos de investigação. Vejamos o relato de um queixoso, um lavrador da freguesia dos Canhas: «dirigindo-se ele queixoso àquele sítio do Tornadouro ali tapou a água e disso deu parte ao dito […] [o agressor] o qual se opôs a que ele regasse, destapando-lha; e ao tempo em que ele queixoso segunda vez tapou a água foi quando aquele […] [o agressor] lançando-lhe as mãos, aquelas lhe jogaram dois fortes murros com os quais lhe fez […] um ferimento no lado esquerdo do nariz com nódoas sangrentas em ambos os olhos»[69]. Por vezes, as agressões tinham por alvo várias pessoas, ao mesmo tempo. Tal sucedia com maior frequência junto às «vendas» onde os vizinhos se reuniam, como acontecera numa noite de Natal, na vila da Ponta do Sol, em que o administrador do concelho fez um auto para apurar as circunstâncias da agressão a alguns moradores que se queixavam de ter sido maltratados com pancadas dadas por um indivíduo que circulava pela vila «embrulhado em um capote escuro com uma barreta na cabeça e um pau na mão»[70].

Os casos de furto e de roubo sobressaem, numericamente, do Quadro VI. Importa diferenciar entre estes dois termos, uma vez que o Código Penal, aprovado por decreto de 10 de dezembro de 1852, fazia uma distinção clara entre ambos. Com efeito, o furto representava um ato em que o perpetrador subtraía «fraudulentamente uma coisa que lhe não pertença»[71], enquanto que o roubo era definido como «a subtração da coisa alheia que se comete: 1.º com violência para com as pessoas, ou com ameaça; 2.º com arrombamento, escalamento ou chaves falsas»[72], Assim, e com esta clarificação presente, o levantamento documental permitiu asseverar que, do total de 125 registos que constam do Quadro VI, apenas dois representam roubos sendo os restantes 123 relativos a furtos. Os roubos reportados implicaram, ambos, situações de arrombamento da porta do domicílio[73], sendo que num dos casos

[67] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 23v.º-24, a título de exemplo.
[68] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 26-27v.º, a título de exemplo.
[69] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 8-8v.º, a título de exemplo.
[70] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 28v.º-30v.º, a título de exemplo.
[71] *Código Penal* […], 1874, Título V, Capítulo I, Secção I, Artigo 421.º.
[72] *Código Penal* […], 1874, Título V, Capítulo I, Secção II, Artigo 432.º.
[73] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 7, fls. 21v.º-23.

constou a informação de que as vítimas, residentes nessa casa, foram espancadas pelos delinquentes que roubaram vários objetos e peças de vestuário[74].

Os furtos aconteciam na ausência dos proprietários. Para uma compreensão da natureza destes atos, observe-se o Quadro VII que sumaria os objetos levados e o número de vezes em que tal sucedeu, permitindo trazer alguns dados para discussão.

Quadro VII: Os Furtos no Concelho da Ponta do Sol (1837-1861): Itens e Número de Ocorrências

Itens	Especificação	Total de Ocorrências
Alimentação	Inhame, semilha, feijão, fruta, hortaliça, carne de porco, manteiga de porco, aguardente	39
Artefactos	Alfaias agrícolas, vimes, panela	9
Arvoredos	Matos, giestas, restolho, vinha	8
Madeiras	Paus de castanheiro, mastros de um navio, parte de uma ponte	5
Metais	Ouro: linha de contas, cordão, cadeados, anel, botões; colher de prata; dinheiro	12
Mobiliário	Portas, baú	3
Plantas	Inhame, trigo	15
Rezes	Bezerro, boi, cabra, cabrito, carneiro, galinha, ovelha, vaca	25
Vestuário	Saia, camisa, lençol, toalha, coberta, pano, fiado de estopa	7
		Total: 123

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

O quadro acima demonstra que os furtos incidiam sobre diversas tipologias, nomeadamente os alimentos, os artefactos, os arvoredos e as madeiras, os metais, isto é, peças de ouro, prata e moeda, dois artigos de mobiliário, as plantas de inhame e trigo, vários tipos de gado e algum vestuário.

Do total de 123 furtos que ficaram assentados, sobressaem, pela sua expressividade numérica, aqueles que tiveram por objeto os itens relacionados com a subsistência; ou seja, mais de metade representaram a subtração de comida, gado e sementes de inhame e trigo. Ora, uma explicação para estes dados encontra-se numa circular do governador civil José Silvestre Ribeiro que, em janeiro de 1847, escrevia

[74] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 30-31v.º.

às Administrações de Concelho pedindo informações sobre «o estado da fome em que se acha[va] o concelho», pois estavam a circular no Funchal «notícias vagas, mas por extremo desagradáveis acerca da miséria que lavra[va] pelos campos»[75]. Infelizmente não se encontra no arquivo da Administração do Concelho da Ponta do Sol o ofício que teria sido enviado, em resposta ao governador Silvestre Ribeiro, pois teria permitido apreender a realidade então vivida pela população ponta-solense[76]. No entanto, e retomando as afirmações proferidas por este governador, a pobreza grassava nos campos da Madeira em consequência da queda do preço dos vinhos que eram, até então, o principal produto de exportação e sobre o qual recaía a organização rural[77]. Em simultâneo, a falta de águas para irrigação das culturas e, sobretudo, o modo de regulação da propriedade que, nas palavras de Silvestre Ribeiro, estava dominado pela vinculação da terra e pelo contrato de colonia, tiveram por consequências: por um lado, uma reduzida produção agrícola; e, por outro, «a inalienabilidade de uma grande porção de terras em razão dos vínculos que as onera[va]m» a par da existência de um «contrato consuetudinário em virtude do qual e[ra] obrigado o colono a partir com o direto senhorio metade dos frutos da terra que cultiva[va]»[78].

Finalmente, e no âmbito dos delitos contra o Estado, conferimos alguns exemplos de resistência à autoridade, uma vez que se trata da tipologia com maior expressão numérica. De acordo com o Código Penal, aprovado por decreto de 10 de dezembro de 1852, na sua Secção III, Artigo 186.º, configurava o delito de resistência:

> «Aquele que, por qualquer meio de violência, se opuser a que a autoridade pública exerça as suas funções, ou a que seus mandados a elas respetivas se cumpram, quer tenha lugar a oposição imediatamente contra a mesma autoridade, quer tenha lugar contra qualquer dos seus subalternos ou agentes, conhecido por tal, e exercendo suas funções para a execução das leis ou dos ditos mandados»[79].

Os principais alvos deste tipo de delito foram as autoridades policiais concelhias através da manifestação de uma resistência, individual ou coletiva, concretizada na recusa, por vezes violenta, do cumprimento de ordens. A desobediência às intimações emanadas por estas autoridades é constatável. Por exemplo, quando o administrador do concelho mandou autuar um freguês da Ribeira Brava por desrespeitar uma

---

[75] ABM, ACPTS, Correspondência Oficial, Livro n.º 30, fls. 126v.º-128v.º.

[76] Os Livros de Correspondência Recebida, pela ACPTS, iniciam-se em 1834 e vão até 1840, havendo um hiato de largos anos, pois só retomam em 1880.

[77] *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1849, vol. I, pp. 11, 71-72, 267.

[78] *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1849, vol. I, pp. 78-79.

[79] *Código Penal* […], 1874, Título III, Capítulo II, Secção III, Artigo 186.º.

notificação para justificar o seu estatuto de avaliador[80]; ou o regedor de paróquia da Ribeira Brava quando se queixou da recusa de um morador em receber dele, regedor, umas instruções para evitar desordens por motivo da eleição de deputados naquela freguesia[81]. O recurso às ofensas verbais e físicas, contra o regedor de paróquia ou os cabos de polícia, ficou registado em vários acontecimentos. No caso do regedor de paróquia da Ribeira Brava, por exemplo, este viu-se obrigado a denunciar, junto da Administração do Concelho, que fora insultado e agredido por um morador a quem dera voz de prisão por estar a maltratar a sua família[82]. As agressões físicas aos cabos de polícia seriam comuns, denotando, por parte de alguns membros da comunidade, um desapreço pelo exercício daquela função. Tal manifestava-se, sobretudo, quando um cabo de polícia proferia uma ordem de prisão ao prevaricador e este, para além de a ignorar, ainda ripostava, agredindo fisicamente aquele oficial[83]. Uma outra forma de resistência à autoridade policial era exteriorizada quando, estando o cabo de polícia a encaminhar prevaricadores para a cadeia, havia alguém que agredia o oficial para possibilitar a fuga daqueles indivíduos[84].

Esta resistência à autoridade policial concelhia podia assumir um carácter coletivo, sendo de natureza espontânea ou organizada. A resistência coletiva mostrou a sua espontaneidade numa ocasião em que a população entendeu como abusiva a presença da autoridade policial. Com efeito, o auto elaborado pela Administração do Concelho destinado a apurar «os factos revoltosos» acontecidos na igreja da Serra de Água, permite perceber essa resistência coletiva e espontânea[85]. Tudo sucedera num dia de chuva e neve em que, estando as pessoas abrigadas naquele espaço religioso, entrou o regedor de paróquia da Ribeira Brava, acompanhado de militares, com a intenção de prender uns «mancebos classificados vadios» que ali estariam escondidos. Indignado com aquela intrusão policial, um morador acabaria por encabeçar um tumulto ao incentivar «o povo à desordem e dizer em altas vozes que uma mariolada daquelas não se devia fazer dentro da Igreja, pois nunca tinha visto semelhante pouca vergonha», e fazendo com que «a maior parte do povo daquela freguesia se pusesse em alvoroço e em desordem a ponto de tentarem contra a vida dos executores daquela diligência»[86]. Se a espontaneidade do grupo caracterizou o

[80] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 22v.º-23, a título de exemplo.
[81] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 33-33v.º, a título de exemplo.
[82] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 11-12, a título de exemplo.
[83] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 7, fls. 11v.º-12v.º, a título de exemplo.
[84] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 13-14, a título de exemplo.
[85] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 16v.º-18.
[86] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 17, 18.

acontecimento revoltoso da igreja da Serra de Água, o mesmo não se verificou por ocasião do protesto da população do Lombo de São João, freguesia da Ponta do Sol, contra o juiz da Levada do Alto devido à forma de repartição das águas de rega. Nesta ocasião, é possível perceber que se tratou de uma resistência organizada, pois teriam combinado fazer um ajuntamento para impedir o levadeiro de exercer o seu trabalho. Esse ajuntamento, no sítio do Tornadouro, era de «muita gente entre homens e mulheres» que entendiam que a água daquela levada era para ser repartida, apenas, pelo povo do Lombo de São João. Para impedir que a água chegasse ao Lombo das Adegas, tinham «tapado a água» e, de igual modo, tinham conseguido que o levadeiro, intimidado pelo comportamento daquele grupo, se retirasse. O juiz desta levada queixou-se ao administrador do concelho que o levadeiro fora estorvado e impedido de fazer o seu trabalho devido à prepotência daquele ajuntamento popular[87].

Apesar de exiguamente representado, o crime político reveste-se de particular interesse porque permite perceber como teria sido morosa a implantação do Liberalismo, sobretudo nas comunidades mais distantes, onde a forma de protesto podia assumir contornos inusitados, como ocorrera na freguesia da Ribeira Brava, em julho de 1842[88]. Uma vez informado «por notícias vagas» de que, no dia 21 desse mês, vários indivíduos tinham tido o «arrojo de cantarem cantigas contrárias ao Governo que nos rege, assim como outros terem feito brindes à saúde de Dom Miguel»[89], o administrador do concelho procedera a auto de investigação para apurar os factos noticiados. Da leitura deste auto de investigação, assente numa muito sumária inquirição de testemunhas, ressaltam as respostas vagas das testemunhas sobre a identidade dos prevaricadores, com recurso a expressões «lhe disseram que se tinham levantado cantigas ao governo do usurpador assim como feito brindes ao mesmo»[90], mas não se sabia quem tinham sido os responsáveis destes atos; e convergindo numa proteção comunitária desses indivíduos, com exceção de uma testemunha que tendo nomeado um deles, logo disse que este estaria em estado de embriaguez. Percebe-se que na origem deste evento, estava a divulgação, através de umas gazetas, de uma notícia de que «em Lisboa já estavam 30 mil homens do partido de Dom Miguel» e que, numa taberna da freguesia, corria a conversa de que «logo que se verificasse que Dom Miguel estava em Portugal se havia de fazer uma poncha de uma

[87] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 7, fls. 36-40.
[88] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 27v.º-30.
[89] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fl. 27v.º.
[90] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fl. 27v.º.

pataca»[91]. Associadas à divulgação desta notícia estiveram várias cantigas, entoadas por pessoas, cujo o nome as testemunhas não se lembravam. Essas cantigas tinham um conteúdo de oposição ao atual governo e diziam: «Dom Miguel e Dom Pedro eram da mesma pança»[92]; e «Dom Pedro e Dom Miguel são filhos da mesma mãe, se Dom Pedro é malhado, Dom Miguel que culpa tem»[93]. Este relato insólito demonstrou um evento de subversão política em que se as testemunhas tivessem identificado os supostos prevaricadores, estes poderiam ter sido levados à justiça. Bastaram as «notícias vagas» para que o administrador do concelho da Ponta do Sol fizesse auto de investigação, zelando pela ordem política vigente, uma vez que, à luz das suas competências policiais, os factos apontados, mesmo contendo tantas imprecisões, não poderiam ser ignorados.

Permitem, os Autos de Investigação, uma perceção dos problemas sociais e económicos vividos na pequena comunidade da Ponta do Sol? Apesar da limitada cronologia, entre 1837 e 1861, e do seu número, que não vai além dos 460 registos, entendemos ser uma fonte capaz de fornecer alguns indicadores nesse sentido. Importa afirmar, previamente, que se desconhece o desfecho destas investigações. A única informação disponível, escrita à margem de cada auto numa pequena frase, refere que eram enviados para a autoridade judicial competente[94] que, depois, daria a sua sentença. Não nos esqueçamos que o administrador do concelho, no âmbito das suas atribuições de polícia, tinha a competência, meramente administrativa, de formar o auto de investigação para o remeter à mencionada autoridade judicial.

Os autos de investigação estão longe de representarem a vivência da comunidade, sendo que o seu valor informativo radica nas manifestações criminais e transgressoras; no conhecimento acerca do estatuto dos denunciantes e denunciantes; e, em função das ocorrências participadas, permitem perceber que a pobreza era uma realidade marcante de uma parte da população. Efetivamente, os crimes que se revelaram numericamente mais significativos foram os furtos de alimentos, demonstrando situações de carestia e privação. Este problema foi reconhecido pelo próprio administrador do concelho da Ponta do Sol em 1846, ciente de que a fome «oprimia» a comunidade[95]. Apesar de estar pouco manifestado nesta fonte, o problema da emigração clandestina teria sido um motivo de preocupação para a autoridade

[91] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 28-28v.º.
[92] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fl. 29v.º.
[93] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fl. 30.
[94] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fl. 1, a título de exemplo.
[95] ABM, ACPTS, Correspondência Oficial, Livro n.º 30, fl. 79v.º.

administrativa da Ponta do Sol. De tal modo que, em 1846, o administrador do concelho proclamava, junto da população, que a emigração era «um cruel desterro» e que lhe cabia prevenir as pessoas para que se não deixassem «enganar e iludir com essa imaginária felicidade que certos homens egoístas e ambiciosos vos plantam para atrás de um sórdido e vil interesse que recebem por cada vítima que aliciam e granjeiam com a sua astúcia e refinada malícia fazerem a sua fortuna pessoal à custa dos vossos sacrifícios e da vossa triste e lamentável sorte»[96]. O elevado número de denúncias relativas a agressões físicas e verbais refletia um quotidiano vicinal onde a conflitualidade e a má-vizinhança espoletavam essas ocorrências. Acresce-se o problema das desordens que resultavam, segundo a autoridade administrativa, de «inesperadas rixas que procediam quase sempre de intemperança no uso de bebidas espirituosas»[97]. Esse consumo excessivo de aguardente era um problema constatado pelos governadores civis, apesar de não proporem medidas para o solucionar ou sequer minimizar[98]. Por último, uma palavra sobre o problema da resistência da população perante a autoridade, uma das tipologias dos delitos contra o Estado, que foi um claro reflexo da desconfiança sentida por uma parte das pessoas face a um novo regime político, o da Monarquia Constitucional, cuja implantação acarretou, sem dúvida, uma forma de governação que assentou, como afirma Fernando Catroga, em «práticas de racionalização, regulação e regulamentação, elegendo como campo privilegiado de atuação a componente populacional»[99]. Ora, a essa população era fundamental assegurar a segurança pública e, por conseguinte, seria necessário «purificar o país de malévolos», palavras usadas, em 1840, pelo então administrador geral do distrito do Funchal numa circular dirigida a todas as administrações de concelho, instando-as, entre outros assuntos, a participar, regulamente, os factos criminais ocorridos no respetivo concelho[100]. Assim, se de um lado estava uma população carecida economicamente, do outro estava um poder administrativo que,

---

96 ABM, ACPTS, Correspondência Oficial, Livro n.º 30, fl. 79v.º. O problema era, de igual modo, objeto da atenção do governador civil do distrito que afirmava, em 1850, não ter os meios para impedir que as embarcações levassem um número muito superior de emigrados face ao que era permitido pelos regulamentos em vigor, pois seria impossível controlar os diversos pontos da costa da ilha de onde partiam, clandestinamente, muitos barcos carregados de pessoas em demanda das embarcações, que fundeadas ao largo, estariam à sua espera. Veja-se *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1852, vol. III, pp. 153-155.

97 *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846* […], 1852, vol. III, pp. 153-155.

98 «Relatório do Governador Civil […]», 1868. Este problema foi apontado em todos os concelhos do distrito administrativo, mas sem que tivesse sido proposta qualquer medida corretora, por parte do seu relator.

99 CATROGA, 2006, «O Poder Paroquial como "Polícia" no Século XIX Português», p. 107.

100 ABM, ACPTS, Correspondência Oficial, Livro n.º 24, fl. 144v.º.

imbuído da missão de conservar o interesse geral, fazia parte de uma rígida hierarquia, expressa no direito do superior dar ordens e instruções sobre o inferior. Esta cadeia de comando tinha como término a disciplina das comunidades que ficavam submetidas ao controlo e repressão. Neste âmbito, o administrador do concelho da Ponta do Sol revelou o seu zelo e autuando os denunciados na sequência das denúncias, permitiu o registo de problemas e vivências de um microcosmo social.

3.2. Os Denunciantes: Distribuição por Género e Caracterização Socioprofissional

O papel do denunciante foi fundamental, uma vez que desencadeou a elaboração dos autos de investigação. Logo, importa atender a esta figura, analisando-a na perspetiva de género e socioprofissional para que possamos compreender, por um lado, quem foram estes agentes, e respetivas predominâncias, e, por outro, se houve alguma ligação dos denunciantes com a estrutura de poder administrativo. A observação dos dados trabalhados e inseridos nos quadros VIII e IX permite fazer algumas considerações.

Quadro VIII: Os Denunciantes: Distribuição por Género

Denunciante	N.º de Ocorrências
Homem	423
Mulher	37
Total	460

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

O quadro acima traduz a predominância absoluta do elemento masculino como denunciante das manifestações de criminalidade. As mulheres representam, somente, 8% do total dos denunciantes. Com efeito, elas surgiram como queixosas em 37 autos onde, por sua iniciativa, se dirigiram à autoridade concelhia para apresentar a respetiva denúncia. Como dado exemplificativo, as queixas pelo crime de estupro foram feitas pelas mulheres vítimas daquela agressão sexual[101].

O estatuto socioprofissional do denunciante é a outra vertente que importa atender, sendo os elementos laborados devidamente apresentados no quadro IX.

[101] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 36v.º-38v.º, a título de exemplo.

Quadro IX: Os Denunciantes: Estatuto Socioprofissional

Estatuto Socioprofissional	**Designação do Cargo ou da Atividade Exercida**	**N.º de Ocorrências**
Governação	Administrador do Concelho	84
	Governador Civil	2
	Juiz Eleito	1
	Vereação Municipal	2
Oficial Administrativo e Policial	Cabo de Polícia	34
	Juiz de Levada	2
	Oficial de Diligências	61
	Regedor de Paróquia	132
Religioso	Vigário	6
Militar	Capitão Comandante do Distrito	2
	Tenente do Corpo de Engenheiros	1
Ofícios Mecânicos	Alfaiate, Ferreiro, Pescador, Sapateiro, Tanoeiro	11
Lavoura	Lavrador	64
Ofícios Económico-Comerciais	Apontador Geral, Carreteiro dos Dízimos, Estanqueiro, Fanqueiro, Jornaleiro, Moço de Servir, Rendeiro, Taberneiro	14
Não Consta		44
		Total: 460

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

Foram três os parâmetros que determinaram a elaboração do quadro IX, um trabalho só possível devido à circunstância de estar inscrita na fonte a identificação do denunciante, acrescida da função que este desempenhava na comunidade. Só em 44 autos de investigação é que informação de cariz social e profissional deste sujeito não ficou patente, por motivos que desconhecemos. O primeiro parâmetro atendido foi o do estatuto socioprofissional do denunciante e que foi estabelecido por via da sua proveniência, isto é, da área da governação; da área administrativa e policial; do universo religioso; militar; do mundo dos ofícios mecânicos; da lavoura; e, por último, dos ofícios ligados à economia e ao comércio. Em cada um dos estatutos socioprofissionais, foi verificada a designação usada para identificar o cargo ou a atividade exercida pelo sujeito denunciante.

Do âmbito da governação sobressaiu, com evidência, o administrador do concelho como agente impulsionador dos autos de investigação, constatando-se, como razão para esse procedimento, a invocação do seu estatuto de «encarregado da

polícia preventiva»[102], ou por lhe ter constado uma determinada ocorrência que seria necessária investigar[103]. A presença do governador civil do distrito do Funchal, de um juiz eleito ou da vereação da Ponta do Sol, como entidades denunciantes, revelou-se excecional. Vemos, no caso do primeiro, que as duas denúncias efetuadas foram relativas a situações de emigração ilegal para Demerara e de recusa do recrutamento militar, tendo, para os devidos efeitos, instado a Administração do Concelho a agir em conformidade[104]; e, no caso do juiz eleito da freguesia da Ribeira Brava, este apresentara queixa por desobediência à sua autoridade, mas, não explicando os contornos do caso, limitara-se a afirmar que os povos estavam «muito enfurecidos e não atendiam à [sua] voz»[105]. Relativamente à vereação da Ponta do Sol, as duas queixas que apresentou relacionaram-se com uma contravenção das posturas municipais, e com a conduta dolosa de um olheiro[106].

As denúncias feitas pelos oficiais administrativos e policiais são as mais numerosas, estando presentes em mais de metade dos casos investigados. Dentro deste estatuto socioprofissional, sobressaiu o regedor de paróquia como principal entidade denunciante, com um total de 132 queixas[107], revelando a intenção de cumprir as suas funções, no domínio de polícia, pois uma das competências que a legislação administrativa lhe atribuiu foi, precisamente, a de dar parte, ao administrador do concelho, de quaisquer crimes cometidos na freguesia ou paróquia sob a sua jurisdição[108]. O oficial de diligências foi o responsável por um montante significativo de denúncias, 61 no seu todo[109], em obediência ao serviço policial da administração do concelho[110]. O cabo de polícia apresentou 34 queixas[111], no desempenho da sua função de coadjuvante do regedor de paróquia no tocante às matérias de polícia[112]. Quanto ao juiz da Levada do Alto, da Ponta do Sol, este foi o queixoso de dois incidentes relacionados com a repartição de águas de rega[113].

[102] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 28v.º-30v.º.
[103] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 16v.º-17v.º.
[104] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 9v.º-10v.º, 12v.º-13.
[105] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 7, fls. 40-41v.º.
[106] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 11v.º-12v.º, Livro n.º 83, fls. 34v.º-35v.º.
[107] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 35v.º-36v.º, a título de exemplo.
[108] *Código Administrativo Português (1836)*, 1837, Artigo 155.º, § 9.
[109] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 7v.º-8v.º, a título de exemplo.
[110] *Código Administrativo Português (1836)*, 1837, Artigo 120.º.
[111] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 2v.º-3, a título de exemplo.
[112] *Código Administrativo Português (1836)*, 1837, Artigo 157.º.
[113] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 8-9v.º, Livro n.º 7, fls. 36-40.

Os lavradores foram, dos restantes grupos socioprofissionais, o mais representado. De facto, as denúncias efetuadas por estes sujeitos traduziram 64 autos de investigação[114], um número significativo face aos restantes grupos em que os oficiais mecânicos apareceram em 11 situações[115] e os oficiais económico-comerciais em 14[116].

O sujeito religioso surge como o queixoso do delito contra a moral e os costumes, sendo a sua presença visível em apenas 6 casos[117]; ao passo que os militares não ultrapassam as três denúncias[118].

Uma palavra sobre as mulheres que, tendo sido denunciantes em 37 casos, não se encontram representadas no quadro relativo ao estatuto socioprofissional dos mesmos. Pois, tenhamos em consideração que, nesta época, a mulher surgia identificada na documentação desta índole, somente, pelo seu estado civil[119], e, por conseguinte, aparece notada ora como solteira, ora como mulher de, ou viúva de; isto apesar de estar plenamente inserida no mundo do trabalho, maiormente o rural, conforme asseverado no relatório do governador Jacinto Perdigão, atrás mencionado, ou, mesmo numa escala reduzida, nas profissões ligadas à vida económica da comunidade, segundo os elementos que ficaram expressos no Quadro n.º III.

Os denunciantes que, com as suas participações e queixas, deram origem à realização dos autos de investigação revelaram, na sua composição sociológica, uma predominância do elemento masculino e uma predominância dos sujeitos ligados à estrutura de poder administrativo. Efetivamente, do grupo da governação, destacou-se o administrador do concelho como motor de quase uma centena de autos, sendo apenas superado pelo regedor de paróquia, figura oriunda do grupo dos oficiais administrativo-policiais e que perfez 132 denúncias. Em conjunto, representaram quase metade das denúncias feitas. Fora destes grupos, o da governação e o administrativo-policial, só a presença dos lavradores assumiu alguma relevância, algo compreensível atendendo a que se tratava do grupo social maioritário da comunidade da Ponta do Sol.

---

[114] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 8v.º-9, a título de exemplo.
[115] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 6-6v.º, a título de exemplo.
[116] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 2, fls. 37v.º-38, a título de exemplo.
[117] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 31v.º-32, a título de exemplo.
[118] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 5, fls. 8-9, a título de exemplo.
[119] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 23v.º-24, a título de exemplo.

3.3. Os Denunciados: Distribuição por Género e Caracterização Socioprofissional

Os denunciados são os sujeitos que figuram nos autos de investigação da Administração do Concelho da Ponta do Sol como os supostos autores dos crimes e transgressões reportados. O Quadro X, para além de especificar o número de ocorrências atribuídas a homens e a mulheres, comporta o número de autos elaborados contra desconhecidos, ou seja, aqueles que não teriam tido quaisquer testemunhas[120], assim como aqueles em que os alvos de denúncia compreendiam vários indivíduos que teriam agido em grupo[121]. Tanto uns como outros não ultrapassaram as 33 ocorrências.

Quadro X: Os Denunciados: Distribuição por Género

Denunciado	N.º de Ocorrências
Homem	389
Mulher	38
Vários	24
Desconhecido	9
Total	460

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

À semelhança daquilo que se constatou nos denunciantes, verifica-se a preponderância do elemento masculino como sujeito denunciado, com 389 situações face a apenas 38 em que as mulheres foram apontadas como as autoras dos factos relatados. A representação da mulher criminosa ou transgressora verificou-se, sobretudo, nas ocorrências relativas a furtos[122], e nas de abandono do filho recém-nascido[123]. Com menor incidência estiveram os casos em que a mulher foi a responsável por agressões físicas[124], havendo um deles em que a suposta delinquente mandatara um indivíduo para agredir o homem que a seduzira e enganara, pois recusara-se a casar com ela[125]; e tendo, ainda, ficado patente três autos em que a mulher foi investigava por pender, sobre si, a suspeita de ter assassinado o filho

[120] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 40-42, a título de exemplo.
[121] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 10-10v.º, a título de exemplo.
[122] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 17-17v.º, a título de exemplo.
[123] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 32v.º-33, a título de exemplo.
[124] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 23v.º-24, a título de exemplo.
[125] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 5, fls. 19-20.

recém-nascido[126]. A documentação permitiu, ainda, constatar o registo da mulher como transgressora em circunstâncias tão díspares como o auxílio a um desertor[127]; a prática de contrabando de tabaco[128]; a contravenção de posturas municipais[129]; a provocação de incêndio[130], a divulgação de ideias heréticas[131], e o uso de veneno, este último numa prática criminosa em conjunto com o marido e a sua mãe[132]. Os casos de exposição de recém-nascido merecem alguma atenção. De acordo com a moldura penal vigente, era tolerado o abandono dos bebés nos estabelecimentos públicos responsáveis pelo acolhimento e sustentação dessas crianças. Contudo, as situações ditas fraudulentas, ou seja, os casos de exposição de bebés nascidos de casamento legítimo e com pais com capacidade económica para os criar; eram punidas pelo mesmo Código Penal[133]. De acordo com o relatório do governador Jacinto Perdigão, a Administração do Concelho da Ponta do Sol tinha a seu cargo, na década de 1860, 227 expostos[134]. Quais eram as causas deste problema? O estudo de Márcia Dinis, relativo aos expostos do concelho do Funchal entre os anos de 1820 e 1869, sublinha a dificuldade em «determinar os fatores que estão na origem do abandono de crianças», atendendo a que a exposição era um ato «anónimo e secreto»[135]. Todavia, a autora conseguiu apurar, como fatores desencadeantes do abandono infantil, as motivações de natureza económica associadas à pobreza; e as de natureza social, designadamente, o estado de solteira da mãe, uma vez que a ocorrência de uma gravidez fora do casamento a condenava à marginalização por parte da comunidade[136]. Assim, e no caso da Ponta do Sol, a ilegitimidade da criança e a pobreza da sua mãe espoletavam as exposições infantis. A intolerância da autoridade administrativa perante a grávida solteira era uma realidade que a documentação deixou expressa como, por exemplo, num ofício do governador civil do distrito dirigido ao administrador do concelho da Ponta do Sol, em que referia «sobre o escandaloso abuso que algumas mulheres solteiras desse concelho se apresentam em público no estado de gravidez»[137].

---

126 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 28v.º-29v.º, Livro n.º 6, fls. 2-2v.º, Livro n.º 7, fls. 44-45v.º.
127 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 32v.º-33.
128 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 33v.º.
129 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 2, fls. 1-1v.º.
130 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 5, fls. 23-24v.º.
131 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 5v.º-6v.º.
132 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 8, fls. 35-37v.º.
133 *Código Penal* […], 1874, Título IV, Capítulo II, Secção IV, Artigos 345.º a 348.º.
134 «Relatório do Governador Civil […]», 1868, p. 16.
135 DINIS, 2001, *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1869)* […], p. 80.
136 DINIS, 2001, *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1869)* […], pp. 82 e 84.
137 ABM, ACPTS, Correspondência Expedida, Livro n.º 12, fl. 5.

Voltemos aos dados em discussão: de um lado, um relatório oficial do governador civil Jacinto Perdigão que mencionava mais de duas centenas de crianças expostas a ser criadas pela Administração do Concelho da Ponta do Sol; do outro, os 11 casos que ficaram registados nos Autos de Investigação. Porquê o seu registo? Claramente, porque teriam sido exposições fora do contexto legal, isto é, porque essas crianças recém-nascidas não tinham sido depositadas na instituição de acolhimento concelhia. Assim, o que nos revelam estes casos? A presença de mulheres casadas foi visível apenas em duas ocasiões e reportam-se à denúncia do ato de abandono por parte de um pai, que expôs o filho do casal, sendo esse homem de estatuto social humilde (de ocupação «marítimo»)[138]; e ao auto relativo a uma mulher que, casada com um militar, abandonou o seu filho recém-nascido, desconhecendo-se o porquê de tal decisão[139]. A notícia do aparecimento de recém-nascidos, abandonados junto às habitações, era um outro tipo de participação que chegava à administração do concelho[140]. A vigilância sobre a mulher solteira e grávida era uma realidade. Com o intuito do averiguar o destino do recém-nascido, o administrador do concelho mandava verificar as circunstâncias em que essas mulheres davam à luz[141], e, com um maior detalhe, quando a mulher denunciada negava esse facto perante a voz pública que a acusava de ter gerado ilegitimamente[142], ou quando se desconhecia o paradeiro da criança recém-nascida[143]. A voz pública é algo que surgia nos depoimentos das testemunhas, ouvidas pela autoridade, que não hesitavam em apontar para a mulher solteira que não escondera a sua gravidez e que, depois de parir, enjeitara a criança: «era por muitas vezes que […] [a mulher] grossa que bem claramente mostrava ser grávida que andava publicamente e só em dezembro último em diante se resguardou, e sendo perguntado acerca da conduta da mesma, disse que alguma coisa se tem falado contra ela»[144]. O drama social destas mulheres revelou-se no caso de uma moça de servir, que se queixou de ter sido seduzida e engravidada pelo seu patrão que foi denunciado, por ela mesma, de ter tentado expor a criança em local público[145]. Também podia dar-se a circunstância de as mães que tinham exposto os seus filhos

[138] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 6, fls. 22-23.
[139] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 29v.º-31.
[140] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 22v.º-23, a título de exemplo.
[141] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 32v.º-33.
[142] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 46v.º-48.
[143] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 7, fls. 31v.º-32v.º.
[144] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fl. 9.
[145] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 8, fls. 33-34v.º.

viessem reclamá-los junto da administração do concelho. Assim acontecera com outra mulher que, declarando o seu estatuto de solteira, tinha dado à luz um filho natural e que «por honestidade» o tinha mandado expor. Porém, o «dever do sangue» impelia-a a querer tomar conta do seu filho que, sendo reconhecido pelos sinais que dera aquando da exposição, lhe fora devidamente restituído[146].

O estatuto socioprofissional dos denunciados é a outra componente que importa atender. A observação do Quadro XI permite comprovar qual o grupo socioprofissional de proveniência destes sujeitos; quais os cargos ou profissões por eles desempenhadas e, por último, a quantificação dos atos por eles cometidos.

Quadro XI: Os Denunciados: Estatuto Socioprofissional

Estatuto Socioprofissional	**Cargo ou Atividade Exercida**	**N.º de Ocorrências**
Governação	Juiz Eleito	3
	Vereação da Ponta do Sol	1
Oficial Administrativo e Policial	Cabo de Polícia	7
	Oficial de Diligências	2
	Regedor de Paróquia	1
Militar	Capitão	1
Religioso	Sacristão	1
Ofícios Mecânicos	Alvenéu, Boteiro, Calafate, Carpinteiro, Ferreiro, Moleiro, Padeiro, Pescador, Sapateiro, Serralheiro, Tanoeiro	37
Lavoura	Caseiro, Lavrador	172
Ofícios Economico-Comerciais	Apontador, Arrais, Avaliador, Carvoeiro, Fanqueiro, Levadeiro, Marítimo, Moço/a de Servir, Olheiro, Rendeiro, Tesoureiro	59
Outros	Cirurgião, Escrivão, Vadio	6
Não consta		170
		Total: 460

Fontes: Elaboração própria a partir de ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.

[146] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fl. 3v.º, a título de exemplo. Esses sinais, deixados junto do bebé enjeitado, podiam ser, segundo o estudo de Márcia Dinis, «bilhetes, fitas de cores e tecidos variados, contas, moedas, raminhos de flores secas, medalhas, amuletos, objetos de adorno.», DINIS, 2001, *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1869)* […], p. 157.

Do total de 460 autos, não consta a informação sobre o estatuto socioprofissional de 170 denunciados. Dos restantes, o quadro acima proporciona um conjunto informativo que importa atender. Do grupo da governação, revelaram-se, somente, dois cargos em exercício: juiz eleito e a vereação da Ponta do Sol, esta tendo sido acusada, pelo Conselho de Distrito em 1844, de irregularidades nos seus registos contabilísticos[147]. As suspeitas de ato de injustiça e de ilegalidade recaíram sobre os juízes eleitos, da freguesia da Ribeira Brava, este acusado de ter mandado prender um indivíduo que o criticara publicamente[148], e da freguesia dos Canhas, este acusado de incumprimento dos preceitos legais no decurso da sua eleição[149], e, ainda, de ter condenado injustamente alguns munícipes por motivo de limpeza de testadas[150]. Contudo, os autos de investigação dirigidos a individualidades com responsabilidade política e judicial não excederam as quatro ocasiões mencionadas, ficando patente o facto de o grupo da governação só ter sido alvo de averiguação em circunstâncias muito excecionais. O mesmo se poderá afirmar em relação aos oficiais administrativos e policiais, objeto de denúncia em apenas dez ocasiões. Quer os cabos de polícia, quer os oficiais de diligências, foram investigados por queixas de que tinham cometido agressões físicas[151], e por auxílio a evasão de criminoso[152]. A única vez em que um regedor de paróquia, neste caso o da Ribeira Brava, foi denunciado, e alvo de auto de investigação, foi por ser suspeito de favorecer a emigração clandestina, a troco de compensação monetária[153]. De igual modo, regista-se a presença singular de um militar que foi delatado por prática de contrabando, pois teria proporcionado o aportamento de lanchas de bordo, o que era proibido[154]. Em contrapartida, os grupos da lavoura, com 172[155] casos, dos ofícios, com 37[156], e da atividade económica, com 59[157], dominam o quadro dos denunciados pois somam, entre si, 268 casos, ou seja, mais de metade do total de manifestações criminais e transgressoras que ficaram registadas.

147 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 5, fls. 34-35.
148 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 14-14v.º.
149 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 35v.º-36v.º.
150 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 2, fls. 14v.º-15.
151 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 28v.º-30v.º, a título de exemplo.
152 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 85, fls. 24v.º-25v.º.
153 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 7, fls. 1-4v.º.
154 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 84, fls. 12-13.
155 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 1-1v.º, a título de exemplo.
156 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 3-4, a título de exemplo.
157 ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fl. 11, a título de exemplo.

Na categoria outros, verificou-se a presença de um cirurgião que, juntamente com o único religioso presente neste quadro, foi acusado de profanação de uma sepultura[158]; a de um indivíduo, apontado de «vadio», e acusado de resistência à autoridade por se ter negado a ajudar o cabo de polícia a capturar uns desordeiros[159]; e a de alguns escrivães, sob investigação por denúncia de incumprimento das suas funções[160]. Finalmente, a presença da mulher-denunciada que surgiu, muito esporadicamente, com a sua categoria socioprofissional claramente associada, a par da indicação do seu estado civil. Com efeito, registou-se a presença de seis moças, ou criadas, de servir[161], e de uma lavradora[162], algo inusual atendendo a que a mulher, apesar da sua presença ativa na lavoura, ou em alguns ofícios e em certa atividade económica, era distinguida pelo seu estado de casada com, ou viúva de, ou solteira e filha de. Tal não se verificou quando a mulher estava como denunciante ou queixosa, o que nos leva a questionar sobre o porquê desta diferença. Será que havia uma intenção de associar a mulher-prevaricadora a um determinado grupo social ou a uma atividade específica, como era o serviço doméstico? Não o sabemos.

Houve, ainda, uma diferença evidente entre o universo socioprofissional dos denunciantes e o dos denunciados. Referimo-nos à predominância, quase absoluta, dos agentes do poder como entidade denunciante face ao predomínio, quase absoluto, dos sujeitos ligados ao trabalho, maiormente o agrícola, como os denunciados, e eventuais delinquentes, das manifestações de criminalidade. O que permite asseverar que estes autos de investigação foram um meio de verter por escrito todos os comportamentos desviantes, alvo de denúncia, e que representam, na sua esmagadora maioria, os grupos sociais e profissionais mais humildes. Teria havido uma indulgência, da parte da administração do concelho, perante as condutas transgressoras dos possidentes que, a terem existido, não eram objeto de denúncia e da correspondente investigação? Esteve a Administração do Concelho da Ponta do Sol, através do procedimento do auto de investigação, especialmente orientada para a denunciação das classes mais desfavorecidas e, por esta via, para as levar à presença do Ministério Público? É impossível, com o mero exemplo dos 460 autos de investigação do concelho da Ponta do Sol, dar uma resposta cabal a estas

[158] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 4, fls. 19-20.
[159] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 2v.º-3.
[160] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 83, fls. 34-34v.º, a título de exemplo.
[161] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 86, fls. 19-19v.º, a título de exemplo.
[162] ABM, ACPTS, Autos de Investigação, Livro n.º 5, fls. 19-20.

interrogações. No entanto, são questões que ficam patentes e cuja pertinência impõe um olhar mais atento às fontes de cariz judicial[163].

Conclusão

O papel do administrador do concelho assumiu particular importância no quadro dos poderes instituídos pelo Constitucionalismo Monárquico, conforme asseverado pela codificação administrativa de Oitocentos, que declarou ser este magistrado o responsável pela execução imediata das leis e regulamentos de administração emanados pelo governador civil do distrito. Dentro das competências de polícia atribuídas ao administrador do concelho, é constatável a sua complexidade e abrangência, demonstrando uma necessidade, por parte do Estado, em intervir sobre a população com o desígnio de prevenir e de agir contra os comportamentos desviantes, e zelando pela ordem e tranquilidade públicas.

A nomeação dos administradores do concelho, na sequência da promulgação do decreto de 12 de setembro de 1835 que estabeleceu o Distrito Administrativo da Madeira e Porto Santo, foi uma realidade em todos os municípios do arquipélago. A importância dada à polícia preventiva, assim como ao levantamento da estatística criminal do distrito foram demonstradas pelos responsáveis do distrito, nomeadamente, pelo governador José Silvestre Ribeiro quando este exortou as administrações dos concelhos a estarem particularmente atentas às questões da manutenção da ordem pública, à prevenção do crime e, sobretudo, à captura dos criminosos que, uma vez averiguadas as ocorrências, deveriam ser remetidos ao poder judicial. Neste contexto, a Administração do Concelho da Ponta do Sol revelou-se cumpridora da missão de conservar o bem comum. O registo de 460 autos de investigação, realizados entre os anos de 1837 e de 1861, demonstrou esse cumprimento das funções de polícia do administrador do concelho, como um importante adjuvante das instâncias judiciais, na perseguição e repressão das manifestações de criminalidade que sucederam naquela comunidade.

[163] Veja-se VAQUINHAS, 2011, «Os Processos Judiciais e a História», pp. 109-110. Nas palavras da autora, o universo social dos processos judiciais, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, reporta-se quase exclusivamente aos grupos sociais mais humildes, havendo uma benevolência, do aparelho judicial, face aos estratos médios e superiores da sociedade, mantendo-os afastados do tribunal, porque se entendia esse mesmo aparelho como devendo estar orientado para a repressão das classes trabalhadoras que eram vistas como potencialmente criminosas.

Estes 460 autos de investigação revelam os crimes e contravenções, cujas denúncias chegaram àquela repartição administrativa. A análise efetuada permite concluir que as tipologias criminais predominantes se circunscreveram, dentro dos crimes contra as pessoas, aos atos de agressão física ou verbal; dentro do crime contra o património, aos furtos; e, no âmbito dos crimes contra o Estado, às manifestações de resistência à autoridade policial concelhia através de uma recusa, por vezes violenta, do cumprimento de ordens. O elevado número de denúncias relativas a agressões físicas e verbais era o reflexo de um quotidiano vicinal onde a conflitualidade e a má-vizinhança espoletavam essas ocorrências, muitas vezes amplificadas pelo recurso às bebidas alcoólicas por parte dos seus intervenientes. Dentro do registo de denúncias de furtos, aquele que se revelou numericamente mais expressivo foi o furto de alimentos, o que aponta para a existência de situações de carestia e privação sentidas por uma parte da população concelhia. Relativamente às manifestações de resistência à autoridade, é lícito afirmar que se tratava da expressão de uma desconfiança, sentida por algumas pessoas, perante um novo regime político, o da Monarquia Constitucional, que pretendia assegurar a segurança pública por meio da colocação de agentes no terreno que policiavam o comportamento da comunidade.

Os dados coligidos relativos aos sujeitos denunciantes e aos sujeitos que foram alvo de denúncia permitiram compreender uma preponderância do elemento masculino, sendo que a mulher aparece com muitíssimo menor incidência. Do ponto de vista do estatuto socioprofissional destes agentes, as denúncias partiram, largamente, daqueles que estavam ligados à estrutura do poder administrativo, nomeadamente o administrador do concelho e o regedor de paróquia que, em conjunto, representam quase metade das queixas efetuadas. Quanto àqueles que foram denunciados como perpetradores de crimes e infrações, destacou-se uma esmagadora maioria de elementos ligados ao trabalho agrícola e que foram alvo de investigação. Daí ser colocada a questão se teria havido alguma benevolência, por parte da Administração do Concelho face às condutas criminais dos possidentes que, a terem ocorrido, não foram denunciadas e, por conseguinte, objeto de investigação. Na impossibilidade de responder a esta questão, por ausência de dados documentais, resta-nos deixar a ideia de que as fontes de cariz judicial carecem de um olhar mais atento e de uma investigação que, a ser empreendida, se poderá revelar frutuosa no aprofundamento das questões da história social e económica local.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Administração do Concelho da Ponta do Sol (ACPTS), Autos de Investigação, Livros n.os 2, 4, 5, 6, 7, 8, 83, 84, 85, 86.
ABM, ACPTS, Correspondência Expedida, Livros n.os 11, 12.
ABM, ACPTS, Correspondência Oficial, Livros n.os 24, 30.

Fontes Impressas

Código Administrativo (1842), 1842, Lisboa, Imprensa Nacional.
Código Administrativo Português (1836), 1837, Lisboa, Imprensa da Rua de São Julião.
Código Penal aprovado por Decreto de 10 de dezembro de 1852, 1874, 5.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade.
HERÉDIA, António, 1849, *Breves Reflexões sobre a Abolição dos Morgados na Madeira oferecidas à Consideração da Liga Promotora dos Interesses Materiais do País*, Lisboa, Tipografia da Revolução de Setembro.
Silveira, Luís Nuno Espinha da (coord.), 2001, *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849. Edição Crítica*, Instituto Nacional de Estatística.
«Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo do Funchal», 1868, in *Coleção dos Relatórios das Visitas feitas aos Distritos pelos Respetivos Governadores Civis em Virtude da Portaria de 1 de agosto de 1866*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 1-42.
Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a Contar do Dia 7 de Outubro de 1846 Publicada por António Jacinto de Freitas, Chefe da Terceira Repartição da Secretaria do Governo Civil, 1853, vol. III, Funchal, Tipografia Nacional.
Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo a Contar do Dia 7 de Outubro de 1846 Publicada por Sérvulo Drummond de Meneses, Secretário Geral do Governo Civil do Funchal, 1849, 1850, vols. I e II, Funchal, Tipografia Nacional.

Bibliografia Citada

CATROGA, Fernando, 2006, «O Poder Paroquial como "Polícia" no Século XIX Português», in ALMEIDA, Pedro Tavares de e MARQUES, Tiago Pires (coord.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia. Séculos XIX-XX*, Livros Horizonte, pp. 105-130.

DINIS, Márcia, 2001, *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1869). Um Estudo de História Social*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

HESPANHA, António, 2004, *Guiando a Mão Invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*, Coimbra, Almedina.

MATOS, Carla, 2015, *A Elite Municipal da Ponta do Sol (1878-1886)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais apresentada à Universidade da Madeira.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2009, «A Elite Municipal do Funchal, da Ponta do Sol e Porto Santo: Identificação e Perfil Socioeconómico (1834-1878)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, pp. 515-657.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma Análise da Instituição Vincular na sua Fase Derradeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 151-211.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «Administrador do Concelho», in FRANCO, José Eduardo e TRINDADE, Cristina (coord.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. I, Lisboa, Theya Editores, pp. 98-100.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2021, «O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867): Leitura Crítica de uma Fonte Histórica Singular», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 291-348.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2023, «A Administração das Capelas da Família Carvalhal Esmeraldo entre 1796 e 1878: Um Contributo para o Estudo da Instituição Vincular da Ilha da Madeira na sua Etapa Final», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 369-467.

VAQUINHAS, Irene, 2011, «Os Processos Judiciais e a História», in FERREIRA, Fátima Moura, MENDES, Francisco Azevedo e CAPELA, José Viriato (coord.), *Justiça na República (Séculos XIX-XX)*, vol. II, *Direitos Individuais e Defesa da Sociedade*, CITCEM, pp. 109-123.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 197-219
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

História da Educação no Porto Moniz: Os Primórdios da Instrução Primária (1838-1878)

History of Education in Porto Moniz: The Origins of Primary Schooling (1838-1878)

Luciana Paredes[1]

Resumo

A história do ensino primário no concelho do Porto Moniz, na Madeira, revela um percurso lento e marcado por dificuldades estruturais ao longo do século XIX. Entre a criação da primeira escola, em 1838, e as reformas de finais de oitocentos, a escolarização local foi condicionada pela instabilidade administrativa, pela escassez de recursos financeiros e pelo isolamento geográfico. Através da análise de atas de vereações, relatórios de inspeção e dados estatísticos, reconstituem-se os principais aspetos deste processo: a instalação das primeiras escolas, a precariedade das condições materiais, a reduzida frequência de alunos e os esforços incipientes de educação feminina. O caso do Porto Moniz exemplifica as dificuldades vividas em concelhos periféricos na implementação das políticas liberais de instrução. Ao reunir informação dispersa e dar visibilidade a esta realidade local, o estudo contribui para a valorização da memória educativa madeirense e abre caminho a futuras investigações comparativas com outros contextos insulares e continentais.

Palavras-chave: História da Educação; Município Pedagógico; Ensino Primário; Porto Moniz.

Abstract

The history of primary education in the municipality of Porto Moniz, in the island of Madeira, reveals a slow trajectory marked by structural difficulties throughout the 19th century. Between the establishment of the first school in 1838 and the late 1800s reforms,

[1] Doutorada em Educação pela Universidade de Lisboa, é professora na Escola Superior de Educação João de Deus e investigadora colaboradora no Centro de Estudos Globais e na Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. Os seus interesses centram-se na História da Educação, Ensino na Madeira, Ensino Primário e Formação de Professores. Endereço eletrónico: marialucianaparedes@gmail.com.

local schooling was negatively impacted by administrative instability, limited financial resources, and geographical isolation. Based on the analysis of municipal records, inspection reports, and statistical data, it is possible to piece together the main aspects of this process: the establishment of the first schools, the precarious material conditions, the low attendance rates, and the early efforts towards female education. The case of Porto Moniz exemplifies the challenges faced by peripheral municipalities in implementing liberal education policies. By gathering dispersed information and highlighting this local reality, the study contributes to the appreciation of Madeira's educational memory and paves the way for future comparative research with other insular and continental contexts.

Keywords: History of Education; Pedagogical Municipality; Primary Education; Porto Moniz.

Nota Introdutória

Este texto foi escrito no âmbito de uma investigação sobre a história do ensino primário na Madeira (1772-1960), que combina uma análise abrangente da evolução do ensino em toda a Ilha com um estudo mais detalhado de três concelhos representativos da realidade insular: o Funchal (capital de distrito), um concelho rural do Sul (Calheta) e um concelho rural do Norte (Porto Moniz)[2].

O Liberalismo reforçou a autonomia municipal relativamente ao poder central, atribuindo às câmaras novas responsabilidades administrativas. Assim, a escrituração municipal tornou-se um elemento fundamental da administração pública: «era uma escrita multifuncional, que tinha no escrivão uma coerência e um sentido. Ele cultivava e assegurava a idiossincrasia entre o município, com a sua diversidade integradora, e a diversidade da escrita, com sua uniformização-normalização»[3]. Ao incorporar a cultura escrita como instrumento de governo, a manutenção do poder local passou a depender, em larga medida, da instituição escolar. Por outro lado, «o funcionamento do regime liberal dependeu de uma cidadania alfabetizada: capacidade mínima de leitura e escrita, acesso a informação normalizada, acção cívica»[4].

O recorte temporal aqui analisado contempla os primeiros 50 anos de desenvolvimento da rede escolar do Porto Moniz. Constata-se que, embora a criação de escolas estivesse ainda distante da universalização do ensino primário, idealizada pelos liberais, o ensino adquiriu uma progressiva importância na sociedade.

---

2 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário* […].
3 MAGALHÃES, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático* […], p. 23.
4 MAGALHÃES, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático* […], p. 23.

Importa sublinhar que o Porto Moniz apresentava um desfasamento relativamente ao Funchal e até a outros concelhos rurais do Sul, como a Calheta, onde o ensino, nomeadamente masculino, evoluiu de forma mais célere. A história educativa do Porto Moniz só pode ser compreendida à luz do isolamento em que vivia a sua população: o acesso à capital do distrito – centro urbano e ponto de contacto com o exterior – era extremamente difícil, quer por mar, devido à forte agitação marítima característica da costa norte da ilha, quer por terra, uma vez que não existiam estradas que assegurassem uma ligação eficaz. Este contexto de difícil comunicação condicionou decisivamente a história do concelho. Por outro lado, o "atraso" do Porto Moniz esteve inexoravelmente associado às repetidas supressões deste município que tiveram impacto em termos de autonomia financeira e dificultaram a implementação de uma política educativa.

Esta investigação assentou em duas operações complementares do método historiográfico: uma de natureza heurística, centrada na identificação e seleção de documentos sobre a situação educativa do Porto Moniz entre 1838 e 1878, e outra de carácter hermenêutico, dedicada à interpretação desses mesmos documentos no contexto da reforma pombalina do ensino na Madeira. Os critérios adotados na transcrição da documentação foram: respeito integral do texto original, nomeadamente quanto à ortografia e pontuação, apenas atualizando a separação e união de palavras para facilitar a leitura. Para indicar trechos ou palavras de difícil leitura, utilizou-se o símbolo [?], acompanhado da sugestão da palavra considerada mais provável.

O Surgimento do Porto Moniz

A partir da Revolução Liberal, «o exercício reformista para articular princípios de racionalidade com prerrogativas tomadas como naturais, ou seja, para articular a geografia histórica com a geografia natural, tornava as discussões políticas intermináveis e as reformas ficavam adiadas»[5]. A história do concelho do Porto Moniz é reflexo das indecisões e alterações administrativas que ocorreram ao longo do século XIX. Criado em 1835, suprimido entre 1849 e 1855, entre 1867 e 1868 e novamente entre 1895 e 1898, este concelho viu os seus limites várias vezes revistos, com repercussões no desenvolvimento de uma política coesa, inclusive em termos

[5] MAGALHÃES, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático* […], p. 12.

educativos. Ainda assim, de todos os concelhos do Norte da ilha da Madeira, o Porto Moniz é aquele que apresenta vereações mais antigas, o que permite estudar a evolução do sistema educativo local desde a sua génese.

A Câmara do Porto Moniz iniciou os seus trabalhos a 31 de outubro de 1835; ao longo desse ano e do ano seguinte os vereadores estiveram concentrados na organização do município. Não existindo livro de receita e despesa desta época, não é possível confirmar a situação financeira da Câmara, mas as atas das vereações dão a entender que seria precária, pois a edilidade não tinha fundos para a realização de obras públicas de primeira necessidade. No dia 11 de janeiro de 1837,

> «Foi prezente hum Officio do referido Admenistrador […] rellativamente aos Cemiterios do Concelho; sobre o que deliberaraõ se Offeci ao mesmo Admenistrador, fazendo lhe ver que a Camara se naõ acha com meios sufecientes para fazer as despezas que rezultaõ daquelles Cemiterios pela sua recemnascencia fazem que dignando-se o mesmo Excelentissimo Admenistrador conceder a Camara os terrenos precizos para aquelles Cemiterios, em todas as freguezias do Concelho, entaõ lhe fara dár principio, pois que suas rendas saõ inteiramente deminutas e por concequencia naõ tem meios para fazer taes despezas»[6].

Mais de um ano depois de entrar em funcionamento, a Câmara continuava sem edifício para sua digna instalação e sem verba para o construir. Em 28 de janeiro de 1837, decidiu exigir uma contribuição extraordinária aos munícipes para esse mesmo fim:

> «Deliberaraõ se Offeci ao dito Admenistrador dizendo-lhe que a Camara inpoz aos habitantes do seu Concelho huma contribuiçaõ directa de hum por cento, e que esta contribuiçaõ emportou na quanthia de hum conto, duzentos quarenta e oito mil setecentos e douze reis, cuja aplicaçaõ se destina para a construçaõ d'hum edificio para as Secções da Camara»[7].

A situação económica era tão débil que, por vezes, nem havia dinheiro suficiente para pagar o pessoal da Câmara, o que dificultaria o recrutamento: «Nella declararaõ que nenhum dos Membros da Camara será responçavel por pagar alguma ou qualquer dos seus officiais, ou da Admenistraçaõ, ainda quando o Concelho naõ tenha meios suficientes para fazer as pagas dos seus ordenados nas épocas estipulladas»[8]. Na vereação seguinte, o porteiro da Câmara apresentou a sua demissão,

---

6 Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Porto Moniz (CMPMZ), Vereações, 1835--1840, lv. 1, fl. 84f.

7 ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 87f.

8 ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 163f.

o que leva a supor que ele seria um dos funcionários cujo vencimento não estaria a ser pago com regularidade.

Portanto, mesmo que a Câmara do Porto Moniz tivesse interesse em investir na educação, provavelmente não teria disponibilidade financeira para o efeito. Analisando um ano de vereações após a publicação da reforma educativa de Passos Manuel a 15 de novembro de 1836, constata-se que apenas uma vez se faz referência ao ensino primário, na sessão de 25 de fevereiro de 1837:

> «Deliberaraõ se passem Editaes para todas as Freguezias deste Concelho, a fim de por elles se fazer publico aos habitantes do mesmo Concelho, que Sua Magestade tem facultado Escollas para toda a Provincia, e que portanto havendo n'este Concelho quem queira abrir Escolla o podem fazer participando por escripto ao Admenistrador deste Concelho, fazendo-lhe ver o local d'ella»[9].

O facto de o município publicar editais informando que estava autorizada a abertura livre de escolas (nos termos do art.º 2.º da referida lei de 1836) é sinal da existência de interesse por parte dos munícipes. No entanto, a falta de debate sobre o tema revela algum descomprometimento em relação ao mesmo. Não será temerário afirmar que o interesse do município no estabelecimento de escolas seria relativo: reconhecia a sua importância, mas não trabalhava nesse sentido porque outras questões (como a construção de cemitérios ou da casa da Câmara) eram consideradas prioritárias. Uma deliberação de 30 de janeiro de 1838 mostra que a escassez de referências ao ensino nas vereações do concelho do Porto Moniz resulta de este não ter ainda uma escola primária:

> «Nella foi prezente huma Circullar do Admenistrador Geral […] acompanhada d'hum exemplar da Portaria do Ministerio do Reino, rellativa á gratificaçaõ com que as Camaras devem contribuir para os Professores do ensino primario, do que mandaraõ se acuze a recepçaõ, fazendo se constar que a Camara fica sciente do seu contheudo e que será solhicita em contribuir com tal gratificaçaõ logo que n'este Concelho haja tál Professor»[10].

A inexistência de uma escola primária em toda a área concelhia viria a ter impacto, naturalmente, no nível de alfabetização dos munícipes. Os poucos indivíduos capazes de ler e escrever pertenciam a famílias de condição económica mais favorável, que podiam contratar os serviços de professores particulares ou colocar os filhos em regime de internato no Funchal, e nem sequer todos esses tinham uma formação

[9] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 92.
[10] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 150.

suficientemente sólida: era o caso de José António Homem de Gouveia, que a 11 de março de 1837 declarava que não podia ser presidente da derrama do finto da freguesia da Ribeira da Janela por não saber contar: «fazendo ver que elle naõ pode asseitar ser Prezidente da derrama do finto daquella Freguezia por naõ saber contar cuja reclamaçaõ lhe foi admetida previsto ser justa a sua escuza»[11].

Neste contexto, seria difícil para a Câmara recrutar pessoas qualificadas para desempenhar tarefas administrativas (não apenas porque seriam objetivamente poucas, mas também porque a irregularidade da correspondente remuneração – como acima se viu –, seria certamente um fator dissuasor de aceitação de emprego ao serviço do município). Na ata já citada da sessão de vereação de 11 de março de 1837 é mencionado um «officio do Juiz Eleito da Freguezia do Seixal reclamando não puder asseitar o ser Prezidente da derrama do finto daquella Freguesia em razão de seus cargos cuja reclamaçaõ lhe naõ foi admetida»[12]. Efetivamente, como forma de suprir a falta de população qualificada, a Câmara cumulava de responsabilidades os indivíduos capazes e raramente aceitava os pedidos de escusa. Curiosamente, verifica-se que apesar da dificuldade em assegurar o provimento de cargos administrativos, o município não demonstra, até esta altura, preocupar-se com o estabelecimento de uma escola.

Já a sessão de vereação de 30 de janeiro de 1838 permite tirar uma conclusão diferente. O município da Calheta pagara pela primeira vez a devida gratificação ao professor primário, a 31 do mesmo mês e ano, um dia depois da Câmara do Porto Moniz ter recebido aviso de que as câmaras estavam obrigadas a pagar esse subsídio aos professores da instrução primária. Acontece que a lei que impunha esse encargo às câmaras fora publicada a 15 de novembro de 1836. Sobre esta lei em específico, a historiadora Áurea Adão nota o desejo de a executar imediatamente: «precisamente um mês depois, o ministro do Reino Passos Manuel enviou para os administradores-gerais dos distritos exemplares da legislação, para divulgação junto dos administradores dos concelhos e das câmaras municipais»[13]. No entanto, a Calheta só concretizou tal pagamento em 1838, depois de ter recebido uma circular do Administrador Geral da Província informando as câmaras da mencionada obrigação de remunerarem os professores. Isto poderá significar ou que as câmaras

[11] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 94f.
[12] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 94f.
[13] ADÃO, 2018, *O ensino primário no Portugal de oitocentos* […], p. 79.

não recebiam toda a legislação publicada, como era suposto que recebessem, e neste caso o descuido das instâncias intermediárias explicaria o incumprimento de parte da legislação; ou as câmaras recebiam efetivamente todos os diplomas legislativos promulgados, mas não os davam à execução por falta de meios e necessidade de atender a outras situações prioritárias.

As Primeiras Escolas

Foi em 1838[14] que começou a funcionar a primeira escola oficial primária do Porto Moniz. A 10 de outubro desse ano, na casa utilizada para as sessões da Câmara, «compareceo Augusto Cezar Bittencourt com sua carta de Professor de Primeiras Letras para esta Villa que a Camera houve por appresentado e lha cumprio»[15]. A abertura desta escola, se oferecia grandes vantagens para os munícipes, também representava uma despesa anual de pelo menos 20 mil réis para o município. Com um equilíbrio financeiro difícil de manter, verificamos que este não se responsabiliza por quaisquer outras despesas com a instrução primária. A 16 de setembro de 1840, a Câmara ainda não estabelecera nenhuma escola municipal, como se vê pela ata da correspondente sessão:

> «Nella foi presente huma circullar do Senhor Secretario Geral servindo d' Admenistrador Geral d'este Destricto […] exigindo que se informe se os Professores mantidos pela Camara teem os indispençaveis requezitos, e o mais ali declarado: mandaraõ que se responda sêr ella inexiquivel n'este Concelho, por isso que n'elle naõ há Professores mantidos pela mesma Camara»[16]

No município do Porto Moniz, a escassez de recursos financeiros e a urgência de estabelecer outras infraestruturas indispensáveis (nomeadamente cemitérios), como dissemos, justificam a falta de investimento no ensino. Só a 30 de março de 1844 é aprovada a criação da primeira escola municipal do Porto Moniz, na freguesia da Ponta do Pargo:

[14] Nas Cortes Constituintes de 15 de março 1822 foi aprovada a criação de várias cadeiras de primeiras letras na Madeira, uma das quais no Porto Moniz. No entanto, parece que o regresso do Absolutismo, em 1823, determinou que não se efetivasse a criação destas cadeiras (PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário* […]).

[15] ABM, CMPMZ, Vereações, lv. 1, fl. 220.

[16] ABM, CMPMZ, Vereações, 1840-1842, lv. 2, fl. 30v.

> «Hum dito (oficio) do mesmo Governo […] aprovando a creação d'uma Escolla de primeiras letras na freguesia da Ponta do Pargo, – nomearaõ para Professor d'ella Manoel Joaquim Rodrigues arbitrando-lhe setenta e dois mil reis d'ordenado annuaes, cujo o vencimento principiará no dia em que a Escolla for aberta»[17][18].

Esta escola deve ter funcionado por pouco tempo, pois em 1849 o relatório do Governador Civil não regista a existência de qualquer escola municipal na Ponta do Pargo. Quando o concelho foi suprimido pela primeira vez estava em funcionamento uma única escola nacional masculina na freguesia do Porto Moniz.

Em fevereiro de 1856, a Câmara do Porto Moniz retomou os seus trabalhos. A 17 de dezembro desse ano fica claro que a Câmara se responsabiliza apenas pelo pagamento da gratificação do professor nacional. Em resposta a uma circular do Governador Civil datada de 11 de dezembro, que pedia um mapa com as escolas sustentadas pelo município, «deliberaram [os edis] que se accuse a recepçaõ da mesma Circular, fazendo se ver a S. Ex.ª que a Camara naõ sustenta Eschola alguma, e que só paga vinte mil reis de gratificaçaõ, em cada anno, ao Professor do ensino primario»[19]. Como seria de esperar, a instabilidade provocada pela supressão do concelho prejudicara a implementação de uma política de ensino estruturada, que idealmente levaria o município a assumir responsabilidades progressivamente mais importantes nessa área. Dois anos depois, gerou-se um importante movimento de estabelecimento de escolas. A 20 de maio de 1858,

> «foi presente hum Officio de Alipio Augusto Ferreira, de 14 do corrente, e com elle o Provimento do Comissario dos Estudos do Districto do Funchal em que interinamente se [constituio?] por Professor do ensino primario do sexo masculino, na Freguesia da Ponta do Pargo para que a Camara mande fazer o respectivo assentamento na Secretaria para se regular os vencimentos que lhe compete desde o dia treze do corrente Maio em que abrio a Escholla em vista do qual Deliberaram que se faça o respectivo assento»[20].

[17] ABM, CMPMZ, Vereações, 1842-1849, lv. 3, fl. 64f.

[18] Curiosamente, verificou-se que o processo de estabelecimento das primeiras escolas municipais da Calheta, em 1841, diferiu consideravelmente do Porto Moniz, em 1844. Enquanto neste concelho o estabelecimento destas escolas foi autorizado pelo Governo Civil, o município da Calheta pediu ao Administrador do Concelho que se pronunciasse sobre a instalação da escola da Fajã da Ovelha e ao Concelho de Distrito que autorizasse a da escola do Arco da Calheta. No caso da Calheta, os professores não foram nomeados, a Câmara realizou um exame público aos candidatos. A Câmara da Calheta determinou ainda que o ordenado dos professores seria de 60 000 réis anuais, ou seja, inferior ao oferecido pela Câmara do Porto Moniz.

[19] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fl. 36v.

[20] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fl. 125f.

O caso da escola da Ponta do Pargo é particularmente curioso. Aquando da primeira supressão do concelho do Porto Moniz, em 1849, o relatório do Governador Civil regista que a Câmara da Calheta assumira a remuneração do professor da escola municipal, entregando a respetiva regência ao pároco. Em 1856, ano em que o município do Porto Moniz é restabelecido, a freguesia da Ponta do Pargo volta a pertencer ao município recriado, mas a edilidade parece ignorar que a respetiva escola está no âmbito da sua circunscrição: o ofício acima transcrito refere que a escola abrira no dia 13 de maio, o que dá a entender que a escola não estaria em funcionamento. No entanto, em 1857, a Câmara da Calheta regista no seu livro de receita e despesa[21] o pagamento do ordenado de Eduardo Joaquim Pestana, que exercia funções de professor municipal na freguesia da Ponta do Pargo. Efetivamente, quando o município do Porto Moniz foi abolido, a freguesia da Ponta do Pargo passou a depender do município da Calheta. Por outro lado, o último pagamento ao professor Eduardo Joaquim Pestana ocorreu a 19 de abril de 1861. Note-se que as atas de sessões de vereações da Calheta desta época são muito sumárias e até omissas relativamente a muitas saídas de dinheiro lançadas no livro de receita e despesa. A explicação mais plausível para esta situação é que a Calheta estaria a pagar ordenados em atraso ao professor da Ponta do Pargo. Efetivamente, quando em 1856 o Comissário dos Estudos conduziu uma inspeção às escolas do arquipélago, concluiu que o professor da Ponta do Pargo não recebia vencimento havia três anos. Certo é que no ano económico de 1861-1862 a Câmara da Calheta assegurava o pagamento do aluguer de quatro espaços escolares (das escolas nacionais feminina e masculina e das duas escolas municipais – uma no Arco e outra na Fajã), não havendo qualquer referência à escola da Ponta do Pargo.

Importa referir que a freguesia da Ponta do Pargo foi motivo de tensão entre o Porto Moniz e a Calheta. Segundo Adriano Ribeiro[22], a Ponta do Pargo foi a freguesia mais rica e populosa do concelho do Porto Moniz desde a sua fundação em1835 até 1871. Pelo decreto de 26 de junho de 1871, o Governo determinou «que a freguesia da Ponta do Pargo fique pertencendo, para todos os effeitos ecclesiasticos, administrativos, judiciaes e de fazenda, ao concelho da Calheta, districto do Funchal»[23]. É possível que esta transição forçada tenha causado uma certa instabilidade e a sobreposição de responsabilidades respetivas das duas câmaras.

---

[21] ABM, Câmara Municipal da Calheta, Receita e despesa, 1857-1867, lv. 209.
[22] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […].
[23] *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1871*, 1872, p. 183.

A segunda escola municipal do Porto Moniz é estabelecida no Seixal, ainda no ano de 1858. Na sessão de vereação de 30 de setembro,

> «despacharão-se dois requerimentos de Felippe Rodrigues Jardim, da Freguezia do Seixal, sendo hum para a Camara lhe attestar a sua conducta Civil politica e religiosa, e outro para se lhe declarar quaes as materias que se devem ensinar na Eschola que a Camara pertende estabelecer na dita Freguezia, sendo despachados na forma requerida»[24].

Ensino Feminino

Tal como acontecera com outros concelhos madeirenses, em 1840 o Porto Moniz recebeu um ofício da Escola Médico-Cirúrgica pedindo que o município enviasse mulheres para se formarem na "arte de partejar". O Porto Moniz respondeu positivamente a este pedido, recebido no dia 12 de fevereiro:

> «Foi presente hum Officio do Presidente do Conselho da Escola Medico Cirurgica d'esta Provincia, em dacta de vinte e trez de Janeiro findo excitando a attençaõ d'esta Camara sobre a precizaõ que ha de se fazerem hir algumas mulheres deste Concelho praticar na mesma Escola sobre o modo de partejar, assim como d'ella Camara contribuir com algumas importancias em ordem a poderem permanesser na respectiva cidade durante o tempo que se acharem praticando: attendendo a Camara á utilidade que d'aqui provem [sentou?] que assim se satisfizesse na época competente, exigindo-se das Estações competentes conhecimento de quaes as que se achaõ em melhores circunstancias para se prestarem a este serviço preferindo as que já se empregaõ em semilhante serviço digo em hum igual serviço de partejar»[25].

É de crer que as duas câmaras tivessem recebido ofícios idênticos, mas o relato da vereação do Porto Moniz é mais descritivo: o presidente da Escola Médico-Cirúrgica pede a atribuição de um subsídio da Câmara às parteiras enquanto elas estivessem "praticando" no Funchal. A Câmara do Porto Moniz respondeu prontamente à solicitação e em dezembro de 1840 já estava a pagar «a quatro Parteiras d'este Concelho no mez de Junho último para poderem permanecer na cidade do Funchal a fim de praticarem na Eschola Medico Cirurgica, rellativamente a forma de partejarem»[26]. Antónia do Rosário, Rosa Joaquina, Felícia Rosa e Maria

[24] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fl. 143f.
[25] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 340.
[26] ABM, CMPMZ, Vereações, 1840-1842, lv. 2, fl. 63v.

de Jesus são as primeiras mulheres do Porto Moniz a frequentar o curso[27]. Embora nenhuma delas soubesse ler e escrever, todas concluíram o curso.

Nos anos seguintes, a Câmara do Porto Moniz recebeu outros ofícios da Escola Médico-Cirúrgica reiterando o mesmo pedido. Todavia, além destas quatro mulheres os livros de matrículas da referida escola não registam a frequência de outras parteiras provenientes do Porto Moniz. É provável que as receitas do município não fossem suficientes para custear a sua formação no Funchal; no entanto, a aprendizagem facultada às quatro mulheres referidas não deixa de ser um sinal de que a edilidade estava atenta à necessidade de melhorar as condições de saúde dos munícipes.

No que diz respeito ao ensino primário feminino, o Porto Moniz é provido pela primeira vez de uma escola feminina pública em 1858:

> «N'ella foi presente Hum officio de D. Carolina Henriqueta Espinosa Vianna, de 17 do corrente, e [com] elle o Provimento do Comissario dos Estudos d'este Districto, em que interinamente a constituio Mestra da Escholla de meninas d'esta Villa para que a Camara mande fazer o respectivo assento na Secretaria para se regular o vencimento que lhe compete desde o dia vinte e seis de Abril proximo findo, quando abrir a Escholla»[28].

Até o final do período em análise (1878), tudo indica que não foram criadas mais escolas femininas públicas no concelho do Porto Moniz.

Inspeção Escolar

Na época histórica estudada (1836-1878*)* verifica-se que a Inspeção do Ensino Primário já existia no concelho do Porto Moniz. A 30 de outubro de 1839

> «foi presente huma circullar do Excellentissimo Admenistrador Geral, do corrente mez, […] e com ella hum Exemplar da Portaria do Ministerio do Reino de quatorze de setembro passado, a fim d'esta Camara, em observancia do artigo trinta e sete do Decreto de quinze de Novembro de mil oito centos trinta e seis, proceda á nomeaçaõ do Vogal que em conformidade do citado Decreto, lhe compete nomear para a organisaçaõ da Comissaõ Inspectora da Instrucção primaria n'este Concelho: em consequencia nomearaõ para vogal da mesma Comissão Luiz Joze Vicente Teixeira morador do sitio dos Lamaceiros [?] desta Villa»[29].

[27] ABM, Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Registo de matrículas das alunas […], 1840-1907, cx. 8, lvs. 2 e 3.
[28] ABM, CMPMZ, Vereações, 1856-1860, lv. 4, fls. 124v.-125f.
[29] ABM, CMPMZ, Vereações, 1835-1840, lv. 1, fl. 309.

A nomeação de um vogal do Porto Moniz para a Comissão Inspetora do Ensino Primário ocorre no mesmo ano em que teve lugar idêntica nomeação na Calheta (ainda que uns meses depois). Novamente identificamos um hiato temporal entre a promulgação da lei (1836) e a sua aplicação, que aconteceu depois da receção da circular do Administrador Geral (ainda que se deva ressalvar que o Porto Moniz foi contemplado com escola primária somente em 1838, pelo que não faria sentido qualquer atuação da Comissão Inspetora da Instrução Primária antes dessa data). Não foi possível perceber se o vogal nomeado, e com ele o Administrador do Concelho e o professor primário, cumpriram assiduamente as funções que lhes eram atribuídas, uma vez que nos livros de atas de vereações e de atas do Conselho Provincial de Instrução Pública não se encontrou qualquer outra menção à dita Comissão.

Entre 1836 e 1844, a Inspeção Escolar foi da responsabilidade das comissões inspetoras constituídas pelo Administrador do Concelho e por um vogal. A reforma de 1844 retirou essa incumbência às câmaras, atribuindo-a ao Comissário de Estudos. Porém, João Adriano Ribeiro (1996) afirma que o Administrador do Concelho realizou uma inspeção à escola do Porto Moniz, em setembro de 1856. Nessa visita, «o administrador do concelho achava que a sala estava indecente porque as paredes não estavam rebocadas»[30]. Além do mais, o Administrador considerava que a escola deveria situar-se na zona da Terra Chã,

> «onde é o forte da população, afluirião mais alunos, que deixão na maior parte a frequência da eschola pela distancia que esta se acha, e terem de descer e subir diariamente a longa e ingreme ladeira, gastando a maior parte do dia em caminho», acrescentando os pais «e com razão, que no dia em que veem á escholla nada lhes fazem os filhos»[31].

O professor, que vivia na vila, por ser mais confortável no inverno, não concordava com tal alteração. O Administrador registava que estavam matriculados 24 alunos, mas apenas 17 se encontravam presentes.

> «Desses apenas três satisfizeram as perguntas que lhes foram feitas em matérias de História Pátria, Geografia, Contas, Leitura e Doutrina Christã. O professor justificava que os restantes eram de pouca idade e, além de não darem o apreço devido às lições, faltavam muito»[32].

Não se encontrou nas vereações referência a esta visita (infelizmente, não foi possível localizar o livro de onde João Adriano Ribeiro retirou esta informação[33]).

---

[30] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 247.
[31] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 247.
[32] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 247.
[33] João Adriano Ribeiro indica a referência ARM, Registos Notariais, L.º 1 (1855-1870). No entanto, não foi possível encontrar nos registos notariais o livro com esta cota e estas datas extremas.

De qualquer forma, vale a pena salientar a proatividade deste Administrador do Concelho ao realizar a inspeção referida. Em agosto de 1856, mês anterior àquele em que tivera lugar a inspeção realizada pelo Administrador do Concelho, o Comissário dos Estudos, a quem competia inspecionar, tinha visitado a mesma escola e as suas conclusões tinham sido diferentes:

> «inspeccionando a eschola publica, cujo professor é José Bernardino de Brito, que tem provimento temporario. Porta-se tão bem, é tão arranjado homem, que, apezar da escassez do ordenado que percebe, vive com certa independencia. A matricula era de 23 alumnos, presentes achei só 18, mas alguns d'estes suficientemente versados nas principais matérias d'este grau d'instrucção»[34].

O Comissário é pois menos duro nas suas críticas, tanto relativamente ao espaço (que aliás nem refere), como relativamente à preparação dos alunos. Talvez por comparação com outras escolares insulares, em pior estado, Marceliano Ribeiro não parece considerar aquela escola um caso particularmente preocupante.

Quanto a exames do ensino primário, não se encontrou qualquer menção à realização ou preparação dos mesmos nas atas de vereações do Porto Moniz durante o período histórico-pedagógico em análise. Em 1877, um professor, Manuel Pinto, justificava a inexistência de exames finais: «não havia exames finais no concelho, uma vez que os alunos, por serem agricultores, contentavam-se em saber ler, escrever e contar. Só aqueles que quisessem continuar iam preparar-se ao Funchal»[35].

Frequência Escolar

O «Mappa das Escholas Primarias actualmente existentes e sua frequencia e das que importa crear relativamente ao numero de indivíduos que educar e à configuração do terreno»[36], redigido pelo Governador Civil, indica que em 1845 apenas 16 crianças frequentavam a escola masculina do Porto Moniz. Nesse ano, estimava-se que existissem 126 crianças em idade escolar na freguesia do Porto Moniz, o que significava que apenas 13% das crianças frequentava a escola. O mesmo mapa assinala que existia uma escola municipal na freguesia da Ponta do Pargo, porém o Governador não conseguiu obter o número de matriculados nessa escola.

[34] RIBEIRO DE MENDONÇA, 1857, *Relatório do comissário dos estudos* […], p. 4.
[35] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios* […], p. 248.
[36] Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino (MR), mç. 3539.

Não foi, portanto, possível calcular a percentagem de crianças escolarizadas para todo o concelho, por faltarem os dados da frequência escolar da freguesia da Ponta Pargo.

Onze anos depois, em 1856, o Comissário dos Estudos verificava que a escola masculina do Porto Moniz era frequentada por 23 crianças[37].

Nos anos 60 do século XIX, o número de alunos matriculados aumentou, visto que o número de escolas régias também subiu para quatro: três escolas masculinas nas freguesias do Porto Moniz, Ponta do Pargo e Seixal e uma escola feminina na freguesia do Porto Moniz.

Tabela 1 – Escolas do Porto Moniz e alunos matriculados em 1866

Escola	Alunos matriculados			Frequência média mensal
	M.	F.	Total	
Escola Masculina do Porto Moniz	41	0	41	22,7
Escola Feminina do Porto Moniz	0	23	23	13,84
Escola da Ponta do Pargo	42	3	45	32,62
Escola Masculina do Seixal	26	0	26	17,53

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

A tabela 1 mostra o número de alunos matriculados nas escolas do Porto Moniz em 1866 e respetiva frequência média, segundo os dados da Inspeção Escolar de 1867. As escolas com maior número de alunos matriculados eram as das freguesias do Porto Moniz e da Ponta do Pargo. A da Ponta do Pargo, frequentada maioritariamente por rapazes, contava com três meninas matriculadas, portanto, funcionava como uma escola mista. A assiduidade dos alunos era muito baixa, o que certamente tinha repercussões no seu desempenho académico. A escola em que os alunos eram mais assíduos era a da freguesia da Ponta do Pargo, onde os pais de todos os alunos eram lavradores proprietários – ainda assim, em média, diariamente, compareciam na escola cerca de 33 alunos, estando inscritos 45. Os alunos menos assíduos eram os da escola masculina do Porto Moniz: em média as aulas eram frequentadas por 55% dos alunos matriculados.

[37] RIBEIRO DE MENDONÇA, 1857, *Relatório do comissário dos estudos* […].

Os dados da Inspeção Escolar de 1867[38] confirmam a asserção do professor Manuel Pinto acima citada: em 1867 a maioria (81%) das crianças do Porto Moniz provinha de famílias ligadas ao trabalho da terra.

Nada se encontrou nas vereações que comprovasse que o município alguma vez tivesse tentado implementar a frequência escolar obrigatória. Todavia, João Adriano Ribeiro afirma que, na inspeção realizada à escola do Porto Moniz, em 1856, o Administrador do Concelho registava que os pais eram admoestados a mandar os seus filhos à escola. Como foi dito, não se encontrou a documentação referida por Adriano Ribeiro, mas é de crer que tais admoestações terão sido pontuais e ineficazes, pois o reduzido número de matrículas e a baixa assiduidade dos alunos assim o sugerem. Aliás, a escolarização obrigatória era muito difícil de pôr em prática visto que as escolas existentes no Porto Moniz não tinham condições para receber muitos alunos e não havia escolas em número suficiente para receber todas as crianças do concelho.

Material e Espaços Escolares

Os dados da Inspeção Escolar de 1867 evidenciam que em 1866 funcionavam no Porto Moniz quatro escolas oficiais – duas no Porto Moniz (uma das quais feminina), uma no Seixal e outra na Ponta do Pargo. Nenhum dos professores tinha passado exames ou obtido habilitação da Escola Normal; os professores eram pagos pela Fazenda Nacional. A Câmara do Porto Moniz assumia o pagamento de uma gratificação de 20 000 réis a cada professor e ainda do custo do aluguer da escola nacional masculina da freguesia do Porto Moniz.

[38] ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

Tabela 2 – Material existente nas escolas do Porto Moniz em 1866

Escola	Mesas	Bancos	Tinteiros			Quadros pretos	Coleção de pesos e medidas	Lousas pequenas		
			Da escola	Do professor	Dos alunos			Da escola	Do professor	Dos alunos
Escola Masculina do Porto Moniz	4	6	0	0	20	1	—	12	2	10
Escola Feminina do Porto Moniz	2	12	0	1	11	0	Medidas lineares	0	2	11
Escola da Ponta do Pargo	4	5	0	4	10	1	—	0	1	27
Escola Masculina do Seixal	3	4	0	1	7	0	Quadro de pesos e medidas	0	2	12

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

Tabela 3 – Livros utilizados pelos alunos nas escolas do Porto Moniz em 1866

	Escola Masculina do Porto Moniz	Escola Feminina do Porto Moniz	Escola da Ponta do Pargo	Escola Masculina do Seixal
Abecedário, silabário, etc.	12	6	3	0
Logares Selectos	4	0	0	0
Cathecismo Montpellier	0	2	3	4
Manuscripto	7	8	11	7
Methodo facilimo	5	0	5	0
Manual Enciclopedico	4	4	12	10
Expositor Portuguez	0	0	0	8
Cartilha	0	0	17	0
Grammatica portuguesa	3	3	2	3
Cartilha do systema metrico	0	0	19	0
Lições de boa moral	3	0	0	0
Elementos de moral	3	0	0	0
Total	41	23	72	32

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

O material escolar era escasso (tal como demonstrado na tabela 2), sendo que os livros, lousas e tinteiros pertenciam, regra geral, aos alunos. O município tinha feito uma despesa total de 15 000 réis (10 000 antes de 1866 e 5000 em 1866) com a aquisição de mobília. Nenhuma outra entidade administrativa fizera qualquer despesa com mobília. O material das escolas do Porto Moniz e do Seixal era administrado pela Câmara. Já o material da escola feminina era gerido pela mestra, e o da escola da Ponta do Pargo pelo respetivo professor e por um particular.

Como consta nas tabelas, não se encontrou registo da existência em nenhuma destas escolas de livros que pertencessem aos professores, ou às próprias escolas. Existe, no entanto, a referência a uma lista dos «livros utilizados pelos alumnos com a declaração do numero de alumnos que usam delles»[39]. É provável que fossem pertença dos próprios alunos ou cedidos por particulares (talvez fosse o caso da escola da freguesia da Ponta Pargo, que dispunha do maior número de livros, como demonstra a tabela 3).

[39] ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052, p. 238.

A falta de livros pertencentes à escola masculina da freguesia do Porto Moniz causa particular estranheza, porque 11 anos antes, em 1855, a respetiva escola tinha recebido material (maioritariamente livros) do Comissário dos Estudos, como atesta a tabela 4.

Tabela 4 – Material entregue à escola régia do Porto Moniz em 1855

	Livros de registo	*Methodo Facilimo*	*Arte de leitura manuscripta*	*Cathecismo de doutrina*	*Manual do Christão*	*Elementos da Moral*	*Resumo da história pátria*	*Lições de Boa Moral*	*Lusíadas de Camões*	*Manual Encyclopedico*	Lousas	Lápis de pedra	Lápis de pau	Penas de ave	Tinta de escrever (canadas)	Mapas geográficos
Escola do Porto Moniz	3	8	8	11	10	4	8	4	1	8	10	45	18	100	1 quartilho	2

Fonte: RIBEIRO DE MENDONÇA, 1856-01-05, «Provimento», in *Semanario Official*.

O regulamento do material então distribuído pelo Comissário determinava claramente que «os livros e mais utensilios escolares, que hoje forem entregues aos professores das escholas publicas, não são propriedade dos alumnos pobres; são propriedade da respectiva eschola, para o serviço d'estes exclusivamente»[40]. A escola não ter, em 1866, um único livro dos 65 entregues pelo Comissário dos Estudos em 1855 é difícil de compreender. Comparando as tabelas 3 e 4 nota-se que, em 1856, dos nove livros de estudo, quatro eram de Doutrina Cristã e Moral; em 1866, dos 12 títulos elencados, três versavam essa temática (entre os quais *Elementos de Moral* e *Lições de Boa Moral*, já constantes da lista de 1856). Constam ainda das duas listas o *Methodo Facilimo* e o *Manual Encyclopedico*; a lista de 1866 inclui novos livros para ensino do Português: Abecedário, Silabário, *Expositor Portuguez*, *Cartilha* e *Grammatica Portugueza*, substituindo os *Lusíadas* de Camões por *Logares Selectos*.

Quanto aos espaços escolares, da inspeção do Administrador do Concelho, em 1856, depreende-se que as aulas decorriam em casa do professor. A questão da adequação dos espaços para atividades letivas é muito debatida na década de 50 do

[40] RIBEIRO DE MENDONÇA, 1856-01-05, «Provimento», in *Semanario Official*, p. 2.

século XIX. Num relatório de 1855-1856, o Conselho Superior de Instrução Pública afirmava que as escolas primárias «pela maior parte, estão colocadas nas casas dos professores»[41]: era o que se verificava na escola do Porto Moniz. A Inspeção Escolar de 1867 descreve com bastante detalhe as condições das escolas.

Ainda que não tivessem instalações excelentes, os dados lançados na tabela 5 mostram que as escolas do Porto Moniz não seriam das piores do arquipélago. Embora nenhum desses estabelecimentos providenciasse uma área de um metro quadrado por aluno, todos apresentavam condições higiénicas consideradas satisfatórias. A escola masculina do Porto Moniz não era suficientemente ventilada e as escolas da Ponta do Pargo e do Seixal mostravam-se pouco limpas.

Tabela 5 – Condições das escolas do Porto Moniz em 1866

Escola	N.º de alunos	Área da aula principal	Área média por aluno	N.º de janelas	Ventilação	Condições higiénicas
Masculina do Porto Moniz	41	21,62 m^2	0,52 m^2	1	Deficiente	Satisfatórias
Feminina do Porto Moniz	23	20,29 m^2	0,88 m^2	1	Suficiente	Satisfatórias
Masculina da Ponta do Pargo	42	26,98 m^2	0,64 m^2	2	Suficiente	Satisfatórias
Masculina do Seixal	26	22,63 m^2	0,85 m^2	2	Suficiente	Satisfatórias

Fonte: ANTT, MR, Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

Todos os espaços escolares da freguesia do Porto Moniz pertenciam a particulares. A Câmara pagava 6000 réis anuais pela habitação do professor da escola masculina dessa freguesia e pela sala de aula, que se encontravam no mesmo prédio. A professora da escola feminina da freguesia do Porto Moniz pagava por ano 12 000 réis pela casa onde residia e pela sala de aula, igualmente localizadas no mesmo edifício. Os restantes espaços eram cedidos gratuitamente pelas juntas de paróquia.

[41] GOMES, 1985, *Relatórios do Conselho Superior* […], p. 227.

A Situação do Ensino Primário no Porto Moniz Antes da Reforma de Rodrigues Sampaio

A história de repetidas supressões e alteração de limites da circunscrição administrativa do Porto Moniz não facilitou a implementação de uma política coesa em todas as áreas, nomeadamente na área da instrução.

Tabela 6 – Número de escolas públicas e alunos do Porto Moniz entre 1869-1870 e 1876-1877

Ano letivo	Escolas públicas do Porto Moniz	Alunos
1869-1870	4	107
1870-1871	4	121
1871-1872	3	101
1872-1873	3	85
1873-1874	3	95
1874-1875	3	92
1875-1876	3	82
1876-1877	3	81

Fonte: BMF, Relatório apresentado […], 1863-1883, S5 E7 P10, vária 349.

A análise da tabela 6 permite concluir que nos últimos anos do quadro histórico-pedagógico em foco, não há evolução em termos educativos. As escolas da Ponta do Pargo e do Seixal, que originalmente eram municipais, são substituídas por escolas do Estado (deve ressalvar-se que em 1871 a freguesia da Ponta do Pargo passa a pertencer à Calheta).

Com diferenças pouco significativas entre os diferentes anos letivos, o número de alunos a frequentar a escola pública parece estagnar (note-se que a redução do número de alunos é mais significativa aquando da transferência da escola da Ponta do Pargo para o município da Calheta).

Para colmatar as lacunas da iniciativa pública, nomeadamente no referente à instrução feminina, pontualmente ocorrem iniciativas particulares. Entre os anos letivos 1870-1871 e 1876-1877 surgiram escolas femininas particulares, ora na freguesia do Porto Moniz, ora na freguesia do Seixal.

Na última década do período histórico em análise, identificaram-se dois momentos em que a administração mostrou iniciativa no desenvolvimento da instrução primária. No relatório de 1868, o Governador Civil afirma que, no ano letivo 1866-1867, a Câmara tinha estabelecido três escolas noturnas:

> «Alem das escolas que descrevi, a camara tinha já creado tres escolas nocturnas, uma no Seixal, outra no Porto do Moniz e outra na Ponta do Pargo, havendo-se incumbido d'ellas gratuitamente os respectivos professores das escolas diurnas, sem prejuizo das suas obrigações. Este beneficio publico porém não tinha assim garantias de permanencia, e eu procurei por isso empenhar a camara no sentido de gratificar áquelles professores o encargo a que elles voluntariamente se haviam prestado, interessando-os por esse modo em continuar a desempenha-lo»[42].

Tal remuneração de serviços extraordinários, porém, não parece ter acontecido efetivamente, uma vez que nenhum dos relatórios dos anos seguintes dá conta da existência de escolas noturnas municipais neste concelho (embora o façam para outros concelhos). É provável que o facto de o município ter sido suprimido durante uns meses entre 1867 e 1868 tivesse inviabilizado o plano acima referido. Quando a Câmara do Porto Moniz é restabelecida, não revisita a ideia de manter escolas noturnas municipais mediante a atribuição de uma gratificação aos professores régios.

O concelho do Porto Moniz volta a mostrar interesse no desenvolvimento do ensino primário pela segunda vez em 1876, quando se dispõe a fornecer casa, mobília e material para mais três escolas no município:

> «Vão ser estabelecidas mais tres escholas de ensino primario no concelho do Porto do Moniz, sendo uma em Sancta Maria Magdalena, outra na freguezia das Achadas da Cruz e outra na Ribeira da Janella para as quaes a respectiva camara municipal se presta a fornecer casa, mobilia e utensílios»[43].

Contudo, a concretização deste projeto não foi imediata, talvez porque o município não estivesse capacitado para cumprir as exigências legais a que a abertura de escolas estava sujeita. Assim sendo, o Porto Moniz termina o período histórico-pedagógico em apreço com as três escolas já mencionadas: a masculina e a feminina do Porto Moniz e a masculina do Seixal.

Conclusão

Em suma, mais de 60 anos depois da criação das primeiras escolas oficiais na Madeira (em 1772), o Porto Moniz foi beneficiado com uma escola oficial, na sequência da criação deste concelho: a sobrevivência da administração local dependia da existência de uma escola.

[42] Biblioteca Municipal do Funchal (BMF), Relatório apresentado […], 1863-1883, S5 E7 P10, vária 349.
[43] «Funchal, 31 de outubro», 1876-10-31, in *Diário de Notícias*, p. 2.

O caso do Porto Moniz ilustra de forma paradigmática como a instabilidade administrativa, a fragilidade financeira e o isolamento dos núcleos populacionais, devido ao relevo acidentado e a outros fatores geográficos, condicionaram a consolidação de uma rede escolar primária nas regiões periféricas da Madeira oitocentista. Apesar do atraso relativamente a outros concelhos, a análise das fontes municipais permite perceber que, já antes da reforma de Rodrigues Sampaio, se haviam lançado alguns alicerces para a institucionalização do ensino primário.

Mais do que traçar um simples retrato local do processo de escolarização obrigatória, esta narrativa pretendeu evidenciar as tensões entre centralização governamental e autonomia municipal no quadro do liberalismo português: se por um lado o poder central impunha reformas que exigiam recursos, por outro lado os municípios tinham dificuldades em executá-las, dando prioridade a infraestruturas consideradas mais urgentes, em que concentravam os escassos recursos de que dispunham. Neste sentido, o Porto Moniz constitui um observatório privilegiado das limitações estruturais da política educativa oitocentista em territórios periféricos, onde a escola não era ainda percecionada como prioridade social imediata.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo e Bibioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal da Calheta, Receita e despesa, 1857-1867, lv. 209.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1835-1840, lv. 1.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1840-1842, lv. 2.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1842-1849, lv. 3.

ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, Vereações, 1856-1860, lv. 4.

ABM, Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Registo de matrículas das alunas do curso de obstetrícia, 1840-1907, cx. 8, lvs. 2 e 3.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino (MR), Inspecção das escolas públicas e particulares, Ilhas adjacentes, 1866-1867, lv. 1052.

ANTT, Ministério do Reino, mç. 3539.

Biblioteca Municipal do Funchal (BMF), Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Funchal em 1876 e 1877, 1863-1883, S5 E7 P10, vária 349.

Fontes Impressas

RIBEIRO DE MENDONÇA, Marceliano, 1857, «Relatório do comissário dos estudos do districto administrativo do Funchal, em 22 de outubro de 1856», in *O Instituto, Jornal Scientifico e Literário*, Coimbra, Instituto de Coimbra, vol. V, pp. 2-5, 13-16 e 25-27.

Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1871, 1872, Lisboa, Imprensa Nacional.

Periódicos

«Funchal, 31 de outubro», 1876-10-31, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.

RIBEIRO DE MENDONÇA, Marceliano, 1856-05-01, «Provimento», in *Semanario Official*, n.º 86, Funchal, pp. 2-4.

Bibliografia Consultada

ADÃO, Áurea, 2018, *O ensino primário no Portugal de oitocentos (1820-1880). Génese e estruturação político-administrativa*, Lisboa, Associação de História da Educação de Portugal.

GOMES, Joaquim Ferreira, 1985, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

MAGALHÃES, Justino, 2014, *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, disponível em https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/18286, consultado em 2023 e 2024.

PAREDES, Maria Luciana, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira: Do Proto Plano Escolar Pombalino ao Plano de Alfabetização Popular do Estado Novo*, Dissertação de doutoramento em História de Educação, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, Porto Moniz, Câmara Municipal do Porto Moniz.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 221-337
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Instrução Primária no Concelho da Calheta (da Década de 1930 à Década de 1970)

Primary Education in the Municipality of Calheta (from the 1930s to the 1970s)

Paulo Ladeira[1]

Resumo[2]

Na sequência da abordagem ao ensino primário no concelho da Calheta, publicada no número anterior desta revista, intitulada «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)», no presente artigo é analisada a evolução daquele nível de ensino entre o início da década de 1930 e o princípio da década de 1970.

No século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX, na área do ensino primário, a prioridade das entidades governamentais consistiu na criação e manutenção de, pelo menos, uma escola em cada freguesia. Inicialmente destinadas ao ensino das crianças do sexo masculino e, posteriormente, também do sexo feminino, essas escolas garantiram apenas a uma minoria da população infantil o acesso à aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo.

---

[1] Mestre em História e Cultura das Regiões, pela Universidade da Madeira (2005); licenciado em Artes Plásticas / Pintura, pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998), com distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou livros, artigos, roteiros e guias de património. Desde 1995, como artista plástico, realizou *workshops*, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área da pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do Ensino Básico. Desde o ano letivo 2024-2025 encontra-se em regime de requisição na Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro | Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira. Contacto: pauloladeira@gmail.com.

[2] Siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; APAC – Arquivo Paroquial do Arco da Calheta; DEC – Delegação Escolar da Calheta; *DG – Diário do Governo*; *DN – Diário de Notícias* da Madeira (periódico); *DM – Diário da Madeira* (periódico); ESB1.PE – Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar; EMPFUN – Escola do Magistério Primário do Funchal; ICEFUN – Inspeção do Círculo Escolar do Funchal. Abreviaturas: fl(s). – fólio(s); L.º – livro; mç.º – maço; of(s). – ofício(s); p(p). – página; proc. – processo; s.d. – sem data.

Entre as décadas de 1930 e 1970 verificou-se uma expansão significativa do ensino primário nas zonas mais remotas e populosas do concelho da Calheta, acompanhando a evolução registada no restante território regional e nacional. Esta expansão permitiu que, no final da década de 1960, todas as crianças do concelho tivessem acesso à escolarização. A maioria das escolas funcionava em casas particulares arrendadas. Na década de 1930, através de iniciativas de caráter privado, começaram a ser construídos os primeiros edifícios de raiz destinados especificamente à atividade escolar, como sucedeu com as escolas do Externato de São Francisco de Sales, nos Prazeres, e Dr. Roberto Monteiro, na Calheta.

A cooperação entre entidades privadas, particularmente ligadas à Igreja Católica, e instituições públicas, como o Estado, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal e a Câmara Municipal da Calheta, desempenhou um papel relevante na difusão da instrução primária às crianças e aos adultos. Para estes últimos foram facultados "Cursos Noturnos" ou "Cursos de Adultos", que visavam promover a alfabetização básica.

Perante a escassez de edifícios escolares e as condições precárias da maioria dos existentes, o Governo implementou, em 1940, o "Plano dos Centenários", destinado à construção de uma ampla rede de escolas em todo o país. No concelho da Calheta foram edificadas seis escolas ao abrigo deste plano, sendo a primeira a do sítio do Cabo, na Ponta do Pargo, concluída apenas em 1961.

Durante este período, a formação de professores deixou de constituir uma prioridade governamental. Qualquer indivíduo com a escolaridade básica podia lecionar no ensino primário, dado que o essencial era saber ler, escrever e contar. Para colmatar a falta de professores habilitados, generalizou-se a figura dos regentes escolares, responsáveis pela atividade letiva nos postos escolares.

Entre 1930 e 1970, e sob os regimes da Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo, verificou-se uma forte centralização do sistema de ensino. Foram impostas normas e orientações que instrumentalizaram, em parte, a escola na difusão ideológica do regime. As salas de aula exibiam obrigatoriamente um crucifixo – símbolo da religião católica – e os retratos do presidente da República e do chefe do Governo. Para reforçar a mensagem política nas escolas e, através delas, atingir as comunidades locais, foi publicado o boletim oficial *Escola Portuguesa*. Promoveram-se ainda atividades pedagógicas destinadas a enaltecer os valores tradicionais da trilogia "Deus, Pátria e Família", destacando-se as iniciativas que procuravam exaltar e defender as regiões ultramarinas.

Palavras-chave: Alunos; Concelho da Calheta; Educação; Ensino Primário; Escola; Estado Novo; Professor.

Abstract

Following the study of primary education in the municipality of Calheta, published in the previous issue of this journal under the title «Primary Education in the Municipality of Calheta (1772-1930)», the present article analyses the evolution of this level of education between the early 1930s and the beginning of the 1970s.

In the nineteenth century and during the first two decades of the twentieth century, in the field of primary education, the priority of government authorities was the establishment and maintenance of at least one school in each parish. Initially intended for the education

of male children and later also of female children, these schools provided only a minority of the child population with access to learning to read, write and count.

Between the 1930s and the 1970s, there was a significant expansion of primary education in the more remote and densely populated areas of the municipality of Calheta, in line with developments observed in the rest of the region and the country. This expansion made it possible for all children in the municipality to have access to schooling by the end of the 1960s.

Most schools operated in rented private houses. In the 1930s, through initiatives of a private nature, the first purposebuilt buildings specifically intended for educational activities began to be constructed, as was the case with the schools of the Externato de São Francisco de Sales, in Prazeres, and Dr Roberto Monteiro, in Calheta.

Cooperation between private entities, particularly those linked to the Catholic Church, and public institutions such as the State, the General Council of the Autonomous District of Funchal and the Municipal Council of Calheta, played a relevant role in the dissemination of primary instruction among children and adults. For the latter, "Evening Courses" or "Adult Courses" were made available, aimed at promoting basic literacy.

In view of the shortage of school buildings and the poor conditions of most existing ones, the Government implemented, in 1940, the "Centenary Plan", aimed at the construction of an extensive network of schools throughout the country. In the municipality of Calheta, six schools were built under this plan, the first being that of the locality of Cabo, in Ponta do Pargo, completed only in 1961.

During this period, teacher training ceased to be a governmental priority. Any individual with basic schooling could teach in primary education, since the essential requirement was the ability to read, write and count. To address the shortage of qualified teachers, the role of *regentes escolares* became widespread, being responsible for teaching activities in school posts.

Between 1930 and 1970, under the regimes of the Military Dictatorship and subsequently the *Estado Novo*, there was a strong centralisation of the education system. Rules and guidelines were imposed which partially instrumentalised the school in the ideological dissemination of the regime. Classrooms were required to display a crucifix – a symbol of the Catholic religion – as well as portraits of the President of the Republic and the Head of Government. To reinforce the political message in schools and, through them, reach local communities, the official bulletin *Escola Portuguesa* was published. Pedagogical activities were also promoted in order to extol the traditional values of the trilogy "God, Fatherland and Family", with particular emphasis on initiatives that sought to exalt and defend the overseas territories.

Keywords: Students; Municipality of Calheta; Education; Primary Education; School; "Estado Novo"; Teacher.

Nota Introdutória

Na continuidade do estudo sobre a instrução primária no concelho da Calheta entre 1772 e 1930[3], publicado no número anterior desta revista, no presente artigo é apresentada a mesma temática no período compreendido entre 1930 e o início da década de 1970.

Este trabalho procura identificar o património escolar edificado, a sua localização e respetiva historiografia, caraterizar o mobiliário e os materiais didáticos utilizados, e identificar a comunidade educativa, nomeadamente os professores e a afluência dos alunos. No âmbito pedagógico apresentam-se algumas das atividades letivas desenvolvidas no interior e no exterior das salas de aula. As análises relativas à organização do sistema escolar e ao currículo, que seguiam as normas nacionais, serão tratadas de forma menos aprofundada, por terem já sido objeto de estudo por diversos autores, tanto a nível nacional como regional[4].

As fontes principais consultadas foram os fundos documentais do Arquivo Regional da Madeira, designadamente os da Câmara Municipal da Calheta, da Inspeção do Círculo Escolar do Funchal, da Delegação Escolar da Calheta e, pontualmente, de periódicos regionais. Para esclarecimento de algumas situações pontuais, recorreu-se a depoimentos de residentes[5] que frequentaram algumas das escolas analisadas nas décadas de 1940 e 1950, dado que, para esse período, a documentação escolar é escassa e, por vezes, insuficiente para identificar determinados professores.

---

[3] LADEIRA, 2025, «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)».

[4] Entre outra bibliografia, refira-se por exemplo: CARVALHO, 2008, *História do Ensino em Portugal* […]; MENDONÇA, 2006, *A problemática do insucesso escolar – A escolaridade obrigatória do arquipélago da Madeira* […]; PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […]; SERRÃO, 2018, *O Ensino durante o Estado Novo em Portugal: O papel do professor*.

[5] Agradecemos o contributo dos depoimentos de Domingos Amaro Agrela Paulo (Prazeres), José Luís de Gouveia de Sousa (Fajã da Ovelha), Maria Odília Barradas, José Manuel Jardim Pestana (mais conhecido por Zeca Pestana, do restaurante O Parque), bem como dos professores Maria Alice (Arco da Calheta), Maria Ariete Bettencourt da Silva Ribeiro (Calheta, nascida em 1933), Maria Manuela da Paixão Gouveia dos Santos (Ponta do Pargo, nascida em 1948) e, de modo particular, Manuel da Silva Leça (1932.03.30 – 2025.03.11), professor e presidente da Câmara Municipal da Calheta (1982-1993), com quem tivemos o privilégio de conversar entusiasticamente sobre a temática deste artigo e de outros assuntos sobre a História do Concelho da Calheta. Manuel da Silva Leça casou, em 1963, com a professora Maria Celestina Andrade, mencionada ao longo deste artigo. Em jeito de homenagem, partilhamos um registo oficial relacionado com este casal. Para poder contrair matrimónio com Manuel da Silva Leça, a professora Maria Celestina Andrade teve de solicitar superiormente, procedimento então habitual para docentes do sexo feminino. A autorização foi concedida (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 101; Despacho de 21 de maio de 1963, in *DG*, 1963.05.30, n.º 128). Em novembro de 1965, requereu igualmente autorização para passar a usar o apelido "Leça", do seu marido, pedido que foi deferido em janeiro do ano seguinte (ABM, *DEC*, L.º 32, ofs. 70, 83).

A Organização e Administração da Instrução Primária

O período compreendido entre a década de 1930 e o início da década de 1970 foi marcado pelos regimes da Ditadura Militar (1926-1933) e do Estado Novo (1933--1974).

Através do Decreto n.º 15805, de 30 de julho de 1928, o Estado transferiu para a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal algumas competências na área da instrução primária. A orientação pedagógica e a inspeção permaneceram sob a responsabilidade da Direção Geral do Ensino, enquanto as câmaras assumiram «as despesas que pela legislação em vigor lhes competem relativamente à instrução primária, podendo as mesmas estabelecer acordos com as juntas gerais sobre a forma de as satisfazerem, em ordem à melhor efectivação daqueles serviços»[6]. Entre os principais encargos das câmaras estavam o pagamento dos arrendamentos dos espaços que serviam de escolas e a aquisição de equipamentos e materiais didáticos.

Na Madeira, no período de apenas uma década, do ano letivo de 1928-1929 para 1938-1939, o número de escolas em funcionamento aumentou de 112 para 145, um crescimento acelerado de 48%, acompanhado pelo aumento de alunos matriculados que passou de 4168 para 8203[7].

Em 1931, através do Decreto n.º 20604, de 30 de novembro, foram criados os «postos de ensino», que substituiram as «Escolas Móveis» e as «Escolas Incompletas». A criação destes postos teve em atenção os «elementos fornecidos pelo recenseamento escolar, ao isolamento dos sítios em relação das escolas existentes e ao conhecimento directo das respectivas necessidades», conforme circular de 1937 emitida pelo delegado escolar da Calheta[8]. Os postos de ensino tiveram uma grande implementação na Madeira, existindo 48 regentes em 1938-1939[9]. Estes postos procuravam suprir a falta de professores habilitados, sendo o ensino assegurado por mestres ou regentes escolares[10]. Para o regime político, o essencial era garantir a transmissão de noções básicas de leitura, escrita e cálculo, e utilizar a escola como instrumento político, incutindo os valores e ideais do Regime do Estado Novo nas crianças.

---

6 Decreto n.º 15 805, in *DG*, 1928.07.31, I Série, n.º 174; Decreto n.º 22 369, in *DG*, 1933.03.30, I Série, n.º 73.

7 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], pp. 650-651.

8 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 127.

9 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 652; Decreto n.º 20 604, in *DG*, 1931.11.30, I Série, n.º 283.

10 RIAS, 1999, «O ensino em discurso feminino – O caso singular das regentes escolares», pp. 107--121; GUINOTE, 2006, «O Lugar da(o)s Regentes Escolares na Política Educativa do Estado Novo […], pp. 113-126.

O decreto-lei 26115, de 23 de novembro de 1935, determinou a redução dos salários dos professores primários e extinguiu o subsídio de renda de casa. A progressão na carreira foi dificultada, passando de quatro para três diuturnidades, cada uma com a duração de dez anos em vez de cinco[11]. Nesta década, um regente escolar recebia 350$00 escudos mensais (regime diurno e noturno), 250$00 (regime diurno) ou 150$00 (regime noturno), valores que correspondiam a metade do ordenado de um professor[12].

A formação do professorado era pouco frequente e restrita a algumas áreas específicas. Em 1956, por exemplo, a professora da Escola Feminina das Paredes foi autorizada a frequentar, em Lisboa, o curso para «educadores de crianças anormais»[13]. Em fevereiro de 1964, os professores do concelho da Calheta participaram num curso de Educação Musical, realizado na Escola Feminina da Estrela, na Calheta[14].

Durante estas décadas, a taxa de absentismo e de analfabetismo em Portugal mantinham-se elevadas, embora apresentassem uma diminuição gradual. Existiam sanções aplicáveis aos encarregados de educação que não enviassem os educandos à escola, incluindo multas e, nalguns casos, a privação de «direitos cívicos, civis e familiares»[15] como a suspensão do abono de família. Segundo dados oficiais, a taxa de analfabetismo da população portuguesa continental com 7 ou mais anos, que era de 75,9% em 1890, ainda se situava nos 61,8% em 1930. Entre 1911 e 1930, o índice reduziu-se em apenas 8,5%. No decénio de 1940-1950, o valor baixou para 40,4%[16].

Após a implementação do "Plano de Educação Popular", em 1952, a concessão do abono de família dependia da matrícula e da frequência escolar, medida que contribuiu para um aumento da assiduidade[17]. A articulação entre instituições, a aplicação de multas pelo incumprimento da escolaridade obrigatória, o rigor das autoridades e dos professores no cumprimento das suas funções e o reforço

[11] Decreto-Lei n.º 26115, in *DG*, 1935.11.23, I Série, n.º 272.

[12] AMORIM, FELGUEIRAS, 2024, «Regentes escolares e alfabetização de crianças pobres em Portugal (1930-1976)», p. 6.

[13] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 575.

[14] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 222 (1964.01.20).

[15] Decreto 38968, de 1952.10.27, § 17.

[16] Decreto 38968, de 1952.10.27. Em termos estatísticos, realce-se que, em 1934, das crianças que frequentavam as escolas do concelho da Calheta, apenas 195 sabiam nadar. As escolas com maior número de alunos detentores desta competência situavam-se nas zonas litorais, onde o quotidiano mantinha uma estreita ligação com o mar, nomeadamente a Escola Masculina do Paul do Mar, com 45 crianças, e a Escola Mista do Jardim do Mar, com 26. Entre as alunas, destaca-se a Escola Feminina do Paul do Mar, onde 12 meninas sabiam nadar (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 13).

[17] Decreto-Lei n.º 38968, de 1952.10.27; PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 690.

da atribuição de abonos e de assistência escolar, como a distribuição de materiais escolares e de refeições, favoreceram o crescimento da escolarização[18].

Na Madeira, o ensino primário expandia-se lentamente. Em 1941, Ângelo Augusto da Silva apresentou à Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal o estudo *Como resolver na Madeira o problema do ensino primário?*, no qual apontava algumas sugestões para a proliferação do ensino primário, como a criação de escolas em áreas desprovidas de ensino oficial e o recurso à iniciativa particular através de subsídios[19].

A falta de espaços adequados para instalação de escolas continuava a ser um grande obstáculo para a difusão do ensino. Perante o número insuficiente de escolas e professores, uma das soluções apresentadas por Ângelo Augusto da Silva foi o desdobramento dos professores por turnos, embora reconhecesse que não se tratava da solução ideal[20].

Em 1940-1941, existiam na Madeira 193 estabelecimentos oficiais (143 escolas e 48 postos escolares), aumentando para 171 escolas e 49 postos em 1945-1946[21]. No concelho da Calheta, em 1941, existiam 17 escolas, 4 postos escolares e 4 cursos noturnos[22]. Em 1947, frequentavam as escolas oficiais da Madeira 11 108 alunos; 4 052 estavam matriculados no ensino particular gratuito, 651 no ensino particular pago e cerca de 2500 frequentavam o ensino particular sem estarem matriculados[23]. Este número de alunos matriculados não chegava a 50% das crianças em idade escolar, que, no ano letivo de 1945-1946, totalizavam 28 137[24].

Em 1940, o concelho da Calheta contava com duas escolas particulares: a de S. Brás, no sítio das Amoreiras, na freguesia do Arco da Calheta, e a do Externato de S. Francisco de Sales, no sítio da Igreja, na freguesia dos Prazeres[25]. Na década de 1950 abriu uma nova escola particular na Lombada do Loreto – a Escola de Santa Filomena[26]. Em 1961, estas escolas particulares acolhiam 132 alunas e 38 alunos, distribuídos por 63 alunas e 38 alunos nos Prazeres, 29 alunas em S. Brás e 40 alunas em Santa

[18] Decreto-Lei n.º 38968, de 1952.10.27; PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 691.
[19] SILVA, 1947, *Como resolver na Madeira o problema do ensino primário?*; PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 660.
[20] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 666.
[21] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 665.
[22] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 303.
[23] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 668.
[24] SANTOS, 2020, *Regionalização da Educação* […], p. 75.
[25] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 197.
[26] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 41.

Filomena[27]. Neste mesmo ano, no ensino oficial do concelho estavam matriculados 1188 rapazes e 1014 raparigas[28].

Em 1930, a escolaridade primária obrigatória foi reduzida de quatro para três anos[29]. O "Plano de Educação Popular", de 1952, impôs, a todas as crianças dos sete aos treze anos, a frequência obrigatória dos quatro anos do ensino primário e a obtenção do diploma do ensino elementar passou a ser obrigatória desde 1956 para os rapazes e desde 1960 para todas as crianças[30]. Em 1964, a escolaridade obrigatória foi alargada para seis anos, correspondendo os quatro primeiros anos ao ensino primário[31]. Nesse mesmo ano, foi criado o programa da Telescola, que contribuiu para o cumprimento da escolaridade obrigatória. Para reforçar o cumprimento, o Estado e as entidades patronais ficaram impedidos da admissão de jovens que não tivessem concluído a escolaridade obrigatória, sendo essa exigência também necessária para a admissão ao exame de condução[32].

Entre as décadas de 1930 e 1970, a população do concelho da Calheta cresceu progressivamente, atingindo, em 1950, o valor máximo de 24 078 habitantes, crescimento que foi acompanhado pelo aumento de escolas, o qual atingiu o seu auge na década de 1960.

As Escolas Primárias no Concelho da Calheta

No início da década de 1930, funcionavam no concelho da Calheta sete escolas masculinas, distribuídas pelas freguesias da Ponta do Pargo (Salão), Fajã da Ovelha (Massapez), Prazeres (Estacada), Paul do Mar (Serrado da Cruz), Estreito da Calheta (Lombo dos Reis), Calheta (Estrela) e Arco da Calheta (Ledo). As freguesias da Calheta (Estrela), Estreito da Calheta (Serrões), Arco da Calheta (Ladeira e Lamaceiros), Fajã da Ovelha (São Lourenço), Ponta do Pargo (Salão) e Paul do Mar (Serrado da Cruz) estavam contempladas com uma escola feminina. As freguesias da Calheta (Lombo do Atouguia), Arco da Calheta (Loreto) e Jardim do Mar (Piedade) dispunham de uma escola mista. No total, o concelho possuía 16 escolas fixas. Paralelamente, funcionavam

[27] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 151 (1961.10.31). Em 1956, 48 alunas, pertencentes ao núcleo da Ladeira e Lamaceiros, estavam matriculadas no ensino particular (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 20).
[28] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 150.
[29] Decreto 18140, de 1930.04.22.
[30] Decreto-Lei n.º 40964, de 1956.12.31; Decreto-Lei n.º 42994, de 1960.05.28.
[31] Decreto-Lei n.º 45810, de 1964.07.09.
[32] Decreto 38968, de 1952.10.27, § 42.

cursos noturnos e escolas particulares, e, desde 1915, existia uma escola móvel na Raposeira, à qual se juntou outra nos Moinhos (Estreito da Calheta ou Calheta) a partir de 1920[33].

No quadro que se segue apresentam-se as escolas, os postos escolares, o ensino noturno e os cursos de adultos que estiveram em funcionamento nas oito freguesias do concelho da Calheta, desde a criação da primeira escola, no século XVIII, até à instituição do Decreto-Lei n.º 482/72, de 28 de novembro, que restabeleceu o regime de coeducação no ensino primário. Este decreto entrou em vigor no ano letivo de 1973-1974 na maioria das escolas, coincidindo com o ano letivo da Revolução de 25 Abril de 1974, acontecimento que viria a provocar profundas transformações no sistema educativo.

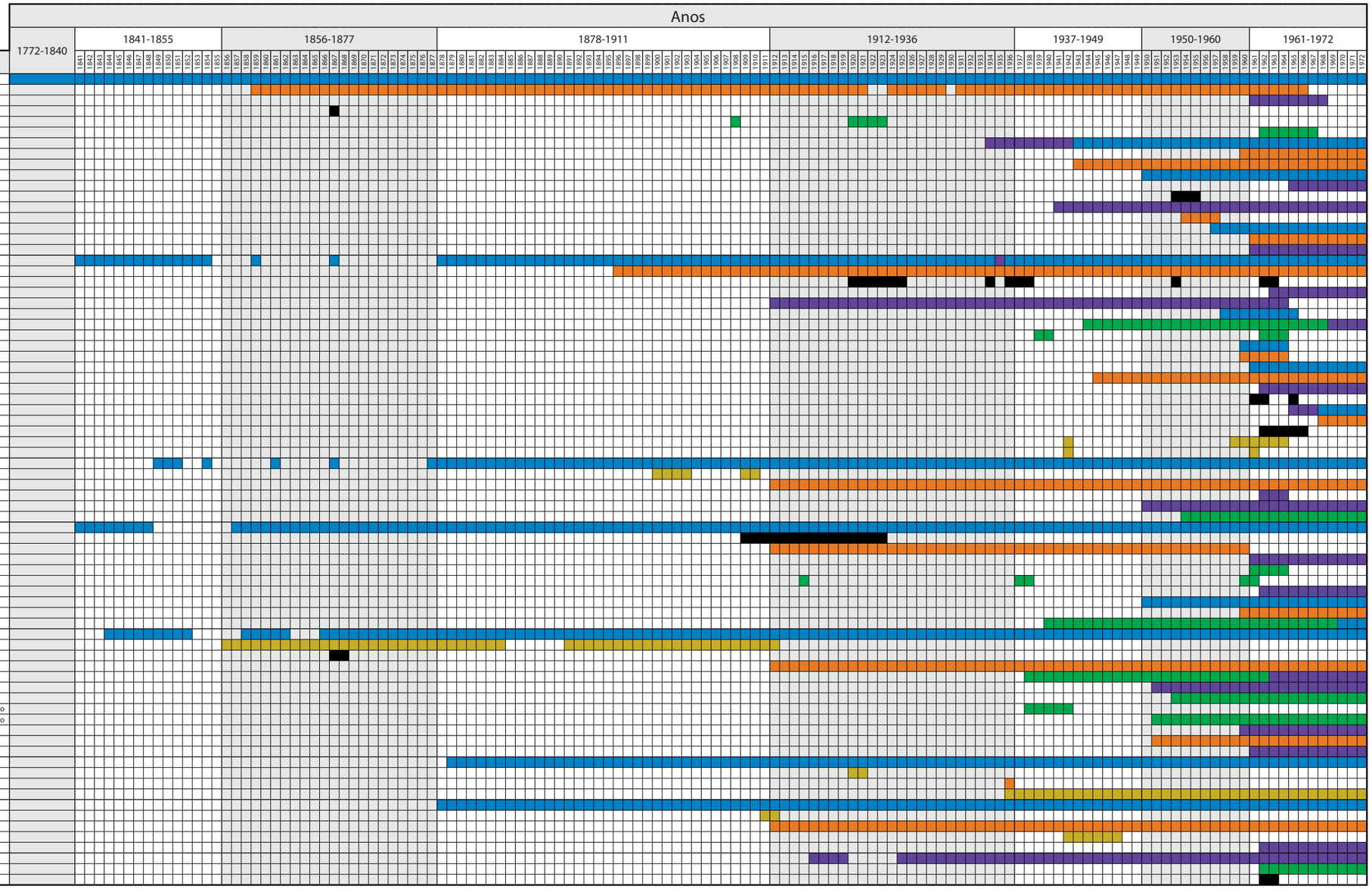
O quadro organiza, em oito períodos distintos, a totalidade do espaço temporal analisado neste artigo e no artigo publicado no número anterior desta revista, correspondente ao período compreendido entre 1772 e a década de 1930. Estes períodos assinalam marcos relevantes na evolução do ensino primário no concelho, mostrando como fatores políticos, económicos e sociais influenciaram a abertura e a extinção de escolas e postos escolares. Entre esses fatores destacam-se, por exemplo, as crises económicas e sanitárias de meados do século XIX, a implantação da República em 1910 e o Estado Novo, entre outros.

No quadro são assinalados os anos em que escolas, postos escolares, ensino noturno e cursos de adultos estão comprovadamente em funcionamento, admitindo-se, contudo, a existência de outros períodos de atividade que a documentação não permitiu apurar.

[33] LADEIRA, 2025, «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)».

Quadro I – Escolas e Postos Escolares no Concelho da Calheta (1772-1972)

Freguesia	Tipo de Escola	Sítio
Calheta	Escola Masculina	…, Laranjeiras, Estrela
	Escola Feminina	Vila, Estrela e outros
	Escola Mista	Estrela
	Ensino Noturno	
	Escola Móvel	Convento
	Posto Misto	Estrela
	Escola Mista / Masculina	Atouguia
	Escola Feminina	Atouguia
	Escola Feminina	Lombo do Doutor
	Escola Masculina	Lombo do Doutor
	Escola Mista	Lombo do Doutor
	Curso de Adultos	Lombo do Doutor
	Escola Mista	sede / Vila
	Escola Feminina	Laranjeiras
	Escola Masculina	Salão
	Escola Feminina	Salão
	Escola Mista	Salão
Arco da Calheta	Escola Masculina	Ledo, Ladeira e Lamaceiros
	Escola Feminina	Ladeira e Lamaceiros
	Ensino Noturno / Curso de Adultos	
	Escola Mista	Ladeira e Lamaceiros
	Escola Mista	Loreto
	Escola Masculina	Loreto
	Posto Misto / Escola Mista	Pinheiro
	Posto Misto	Florenças
	Escola Masculina	Florenças
	Escola Feminina	Florenças
	Escola Masculina	Paredes
	Escola Feminina	Paredes
	Escola Mista	Paredes
	Curso de Adultos	Paredes
	Escola Mista / Masculina	Lombo do Guiné
	Escola Feminina	Lombo do Guiné
	Curso de Adultos	Lombo do Guiné
	Escola Particular (São Brás)	Amoreiras
	Escola Particular (Santa Filomena)	Loreto
Estreito da Calheta	Escola Masculina	Serrões / Reis / Igreja
	Escola Particular	
	Escola Feminina	Igreja / Serrões / Igreja
	Escola Mista	Igreja
	Escola Mista	Lameiro
	Posto Misto	Lameiro
Fajã da Ovelha	Escola Masculina	Massapez / São João
	Ensino Noturno	
	Escola Feminina	São Lourenço
	Escola Mista	São João
	Posto Misto	São João
	Escola Móvel / Posto Misto	Raposeira
	Escola Mista	Raposeira do Lugarinho
	Escola Masculina	Raposeira do Lugarinho
	Escola Feminina	Raposeira do Serrado
	Posto Escolar / Escola Mista	Lombada dos Marinheiros
Ponta do Pargo	Escola Masculina	Salão
	Escola Particular (Feminina)	
	Ensino Noturno	
	Escola Feminina	Salão
	Posto Escolar / Escola Mista	Salão
	Escola Mista	Amparo
	Posto Misto	Amparo
	Posto Misto	Ribeira da Vaca / Lombo Queimado
	Posto Escolar (Masculino)	Ribeira da Vaca / Lombo Queimado
	Escola Mista	Ribeira da Vaca
	Escola Feminina	Ribeira da Vaca
	Escola Mista	Cabo
Prazeres	Escola Masculina	Diversos
	Escola Particular	
	Escola Feminina	
	Escola Particular (São Francisco de Sales)	Igreja
Paul do Mar	Escola Masculina	Diversos
	Escola Particular	
	Escola Feminina	Cruz / Lagoa
	Escola Particular (Santo Amaro)	
	Escola Mista	Lagoa
Jardim do Mar	Escola Mista	Igreja
	Posto Misto	Igreja
	Curso de Adultos	



Legenda: Escola Masculina; Escola Feminina; Escola Mista; Posto Escolar; Escola Particular; Ensino Noturno / Curso de Adultos

Durante a década de 1930, a Câmara Municipal da Calheta promoveu uma renovação significativa de diversos espaços escolares, mobiliário e equipamentos. Um relatório, datado de 13 de setembro de 1939, elaborado pelo presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, descreve o estado do património escolar do concelho. O documento engrandecia o trabalho desenvolvido pelo município desde maio de 1938, assinalando o «notorio desenvolvimento da Instrução adentro do Concelho da Calheta» e salientando as grandes reparações efetuadas durante as férias escolares de julho e agosto de 1938, como a «construção de retretes, pintura e caiação interna e externa de todos os salões escolares». Neste período, o «Municipio, conhecedor das deficiências escolares iniciou a política de dotar todas as escolas com o material didáctico e substituição do mobiliário incapaz por mobiliário moderno», encomendou cem carteiras às oficinas da Escola de Artes e Ofícios, no Funchal. As carteiras foram distribuídas pelas escolas do Atouguia (25), Estrela (25), Arco da Calheta (25), Jardim do Mar (21) e Paul do Mar (4), num investimento total de 12 500$00 escudos. Em material didático, em quadros com os retratos de Óscar Carmona (presidente da República) e de António de Oliveira Salazar (presidente do Conselho de Ministros), bem como em «pensamentos etc.» foi dispendida quantia idêntica. O município estimava ainda ser necessário investir mais 50 000$00 escudos na aquisição de 275 carteiras, 16 quadros de ardósia e outros «acessórios de reconhecida utilidade pedagógica»[34].

A legislação determinava elementos obrigatórios na sala de aula. A Constituição de 1933 estipulou a presença de um crucifixo na parede atrás da cadeira do professor, como símbolo da educação cristã. Em novembro de 1937, o delegado escolar da Calheta ordenou ao professorado, conforme ordens superiores, a aquisição de um crucifixo para as escolas a seu cargo, até ao dia 20 de dezembro[35]. Em novembro de 1958, foram solicitadas 40 estampas com a fotografia do presidente da República, Américo Tomás, que havia sido eleito a 8 de junho de 1958[36], para distribuição pelas escolas do concelho.

[34] «A Câmara Municipal da Calheta – no campo da Instrução», 1939.09.17, in *DN*, p. 3.
[35] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 124 (1937.11.13).
[36] ABM, *DEC*, L.º 9, of. 58 (1958.11.25).

As vistorias realizadas a novos espaços escolares revelam o tipo de mobiliário e material didático utilizado em meados do século XX. Em março de 1943, a vistoria ao edifício destinado à escola do Lombo do Doutor descreve, entre outros itens: «a) 20 carteiras de 2 lugares em madeira de castanho polido, com os respectivos tinteiros; b) 1 mesa de castanho polido; c) 2 cadeiras de castanho polido; d) 1 estante para mapas em madeira de castanho polido; e) um armário com porta de vidro; f) 1 lousa com aro de madeira; g) 1 caixa métrica; h) 1 caixa de sólidos geométricos; i) 1 mapa de Portugal Continental; j) 1 mapa de Portugal Insular e Ultramarino; l) 1 planisfério. Além do mobiliário e material didáctico há um crucifixo (modelo oficial) e as fotografias de Sua[s] Ex.ª[s] os senhores presidentes da República e Presidente do Ministério»[37]. Uma vistoria semelhante ao edifício destinado a servir de nova escola, instalada no sítio da Igreja, da freguesia do Estreito da Calheta, indica a existência de material pedagógico diversificado: «20 carteiras de dois lugares, com 2 tinteiros cada; b) uma mesa de pinho da terra; c) 2 cadeiras; b') um armário com uma estante ao lado; c') uma estante para mapas; d) uma lousa grande; e) uma caixa de sólidos geométricos; f) uma balança; g) uma coleção de pesos e medidas; h) um estere; i) um compasso; j) um transferidor; h) um esquadro; l) dois níveis; m) um despertador de tamanho pequeno; n) um metro de madeira, articulado; o) uma fita métrica; p) uma bandeira nacional; q) um planisfério; r) um mapa de Portugal Insular e Colonial; s) um mapa de Portugal Continental; t) um mapa de pesos e medidas do sistema métrico decimal. Além do mobiliário e material didáctico há as fotografias de Suas Excelências os Senhores Presidentes da República e do Ministério»[38]. Nesta época, os materiais consumíveis utilizados pelos alunos, segundo um pedido de material, consistiam em: «25 folhas de papel mata-borrão, 25 tinteiros de tinta azul de capacidade não inferior a 1 decilitro, 25 tinteiros de tinta vermelha, 25 frascos de goma arábica de capacidade não inferior a 2 decilitros, […] 25 canetas, 50 lápis de pau Johan Faber n.º 2, 25 borrachas, 25 raspadeiras».

O número de escolas cresceu gradualmente atingindo, em 1947, o total de 29 lugares (23 escolas normais, 2 em desdobramento e 4 postos escolares), além dos cursos noturnos e das escolas particulares[39]. Nos anos de 1950 e 1960 surgiram vários lugares, ou seja, várias «turmas» numa mesma escola, funcionando em desdobramento ou turnos (cursos duplos), permitindo ajustar os espaços e o número de docentes ao crescimento da população escolar. No final da década de 1960 o concelho atingiu cerca de 60 lugares.

[37] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 366.
[38] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 397.
[39] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], pp. 525-526.

Face às condições deficitárias das escolas, maioritariamente instaladas em casas particulares, o Estado planeou, na década de 1940, o "Plano dos Centenários"[40], cuja execução previu a construção de novos edifícios escolares em todo o país. Para a Calheta, o plano de 1941 contemplava a construção de 45 edifícios: 33 de uma sala, 10 de duas salas e 2 de três salas, perfazendo 59 salas de aula[41]. Entre a década de 1950 e o início da década de 1970, foram construídas seis escolas no concelho no âmbito deste plano. A primeira foi a do sítio do Cabo, na Ponta do Pargo, cujo projeto foi aprovado em 1955, concluindo-se as obras gerais em 1960 e as complementares em 1961[42]. Seguiram-se o edifício do núcleo do Pinheiro, no Arco da Calheta, concluído em dezembro de 1964[43]; a Escola Mista do Jardim do Mar, cujo projeto, de 1955, se materializou em 1967[44]; a Escola do Salão, na Ponta do Pargo, concluída por volta de 1968; a Escola do Amparo, entrada em funcionamento em 1970; e a Escola do Lombo do Atouguia, concluída no final da década de 1960. A partir da década de 1950, os novos edifícios incluíam instalações sanitárias adequadas, como retretes, lavatórios, bebedouros e canalização de água.

As condições de conservação dos espaços escolares influenciavam o desempenho escolar. A professora Maria Rodrigues Teixeira Nunes descrevia o «estado deplorável de conservação» da escola onde lecionava, referindo que «as crianças queixam-se e o trabalho não progride»[45], apelando às autoridades as devidas providências urgentes.

A maioria das escolas passou a dispor de uma pequena biblioteca, geralmente um pequeno armário com prateleiras. A título ilustrativo, a biblioteca da Escola Feminina da Lombada do Loreto possuía 130 livros[46]. Na década de 1960 as bibliotecas escolares incluíam obras de diversas temáticas, com títulos como: «O Sobreiro»; «Pinturas da Nossa Terra e da nossa gente»; «A Aritmética não é difícil (I e II) volumes»; «O Porco»[47]; «Danças do Povo Português» e «A Vinha»[48]. Em outubro de 1970, a professora Maria Noémi Bettencourt da Silva comunicava o desaparecimento de vários livros da biblioteca durante as obras que decorreram na sua sala de aulas: «1.º – 1 volume da

---

[40] Lei n.º 1985, in *DG*, 1940.12.17, I Série, n.º 292. A denominação de "Plano dos Centenários" deriva da celebração de duas efemérides: 800 anos da Independência de Portugal e 300 anos da Restauração da Independência.

[41] Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, in *DG*, 1941.07.29, I Série, n.º 174.

[42] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], pp. 551-552.

[43] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 553.

[44] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 553.

[45] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 492.

[46] ABM, *DEC*, L.º 2, of. 429 (1962.01.08).

[47] ABM, *DEC*, L.º 2, of. 485 (1963.03.12); 490 (1963.03.18).

[48] ABM, *DEC*, L.º 2, of. 486 (1963.03.13).

obra "A Maçonaria em Portugal" de Cunha Dias, 2.º – "Fátima, o Paraíso na Terra" de Visconde de Montelo, 3.º – 1 volume de "Lili perdeu-se no bosque" de Alice Ogando, 4.º – 1 volume de "No Reino dos brinquedos" da coleção Manecas, 5.º O "Feiticeiro da Montanha" da coleção Manecas, 6.º "À Princesa, pele de Burro" da coleção Manecas, 7.º "Mocidade Portuguesa", 8.º 1 volume de "O Circo das Canauas"»[49].

O desenvolvimento tecnológico também se refletiu na vida escolar, como acontecia na sociedade civil. Com a expansão da rádio e da eletricidade, várias escolas adquiriram aparelhos de rádio. Em 1962, a Escola Masculina da Ladeira e Lamaceiros solicitou a aquisição de um rádio, modelo «B3LONGT portátil e transistorizado, alimentado por 4 pilhas de 1,5 V, ondas médias, marítima e curta, dimensões de 30 x 20 x 10»[50]. No ano letivo seguinte, o professor Agostinho Quintino Mendes manifestou idêntico pedido, oferecendo-se para o adquirir com recursos próprios, caso necessário, e desde que fosse autorizado a levá-lo para qualquer escola onde pudesse ser colocado futuramente[51].

A rádio era educativa, mas também motivo de distração para os alunos. Em 1965, a professora Maria da Piedade Mendes, da Escola Masculina do Lombo do Guiné, reportava ao diretor escolar do Funchal que «o ensino está a ser prejudicado nesta escola, devido ao ruído feito por um aparelho de telefonia pertencente a João Rodrigues Ferreira, que vive junto do edifício escolar, tendo sido avisado continua a tocar em altas vozes de propósito ausentando-se e deixando a telefonia aberta»[52].

A obrigatoriedade da frequência escolar, consagrada desde 1835, manteve-se nas sucessivas reformas legislativas[53]. O Decreto 18140, de 22 de abril de 1930, reduziu a escolaridade primária obrigatória de quatro para três anos. A obrigatoriedade de quatro anos foi restabelecida em 1956 para os rapazes e em 1960 para as raparigas. O Decreto 45810, de 9 de julho de 1964, implementou a escolaridade obrigatória de seis anos e até aos catorze anos de idade.

A supervisão das escolas primárias do concelho ficava a cargo de um delegado do inspetor do distrito, função que, a partir da década de 1940, passou a designar-se por delegado escolar. O Decreto 22369, de 30 de março de 1933, estipulava que «[e]m cada um dos concelhos que não são sedes de distrito terão os inspectores dos distritos escolares o respectivo delegado, que os coadjuvará no desempenho

[49] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 433 (1970.10.24).
[50] ABM, *DEC*, L.º 2, of. 475 (1963.02.22).
[51] ABM, *DEC*, L.º 2, of. 491 (1963.03.18).
[52] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 472 (1965.12.13).
[53] Decreto do Regulamento Geral da Instrução Primária, Título VII, 1835.09.07.

dos serviços respeitantes ao concelho», competindo-lhe, entre outras atribuições, prestar as informações solicitadas pelo inspetor do distrito; cooperar nos serviços de recenseamento escolar e de estatística; organizar serviços de matrícula; requisitar pessoal docente auxiliar e propor desdobramentos; representar o inspetor escolar junto da Câmara Municipal; inteirar-se de diversos assuntos dos professores e alunos; promover a aquisição de mobiliário e material de ensino e elaborar relatórios diversos. Acrescente-se que o delegado do inspetor do distrito acumulava a direção da escola onde exercia funções como professor[54].

Em 1934, foi nomeado para o cargo de delegado do inspetor do distrito escolar do Funchal, no concelho da Calheta, o professor José Rocha de Gouveia Júnior[55], que o desempenhou até agosto de 1943[56].

Entre outubro de 1943 e junho de 1944, o cargo de delegado escolar foi exercido por Gabriel Cardoso Soares [ou Salvador?][57], professor na Escola Masculina da Fajã da Ovelha. Este professor acumulava ainda as funções de delegado escolar no concelho da Ponta do Sol; de juiz de paz nas freguesias da Fajã da Ovelha, Prazeres e Paul do Mar; de chefe de secção da Legião Portuguesa e de director do Centro n.º 10 da Ala n.º 2 da Mocidade Portuguesa. Tendo sido nomeado delegado escolar no concelho da Calheta e visando o bom desempenho desse cargo e de todos os outros que «obrigam a um consumo de energia superior à média geral dos habitantes da localidade [Fajã da Ovelha?], submetida durante o inverno, a baixas temperaturas e nevoeiros frequentes, tendo a maior das repugnancias em adquirir por processos ilegais os artigos de que necessita para a sua suficiente alimentação e iluminação a fim de bem cumprir as suas atribuições, […] [e] numa questão de justiça e de igualdade – o caso do Funchal», solicitou ao presidente da Câmara Municipal da Calheta, numa época em que alguns géneros alimentares e combustíveis eram racionados, o aumento da sua «ração semanal de 150 para 250 gramas de açúcar, bem como, o fornecimento mensal de um, para 4 litros de petróleo»[58].

Em junho de 1944, sucedeu-lhe, embora por um curto período, a professora Rosa do Coração de Maria Alves[59].

A partir de setembro de 1944, o professor Manuel Mendes de Gouveia, professor na Escola Masculina da Ponta do Pargo, assumiu o cargo de delegado escolar, tendo

---

[54] Decreto n.º 22369, in *DG*, 1933.03.30, art.º 15, I Série, n.º 73.
[55] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 1 (1934.01.28).
[56] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 399 (1943.08.27).
[57] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 400 (1943.10.11) e 432 (1944.05.11).
[58] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 414 (1943.10.30).
[59] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 433 (1944.06.22).

transferido para a escola onde lecionava a documentação do arquivo da Delegação Escolar[60]. Exerceu estas funções até cerca de 1960[61].

Seguiram-se vários delegados escolares, cuja permanência no cargo foi, em geral, mais breve do que a maioria dos seus antecessores: Manuel Agrela Paulo (1960.03.30-1962.05)[62]; Agostinho Quintino Mendes (outubro de 1962.10-1964.11)[63] e António Martins da Silva (1965.03-1969.05)[64].

Na década de 1960, foi criado o cargo de «adjunto do delegado do diretor escolar do Funchal no concelho da Calheta», isto é, de adjunto do delegado escolar. Desempenharam esta função Maria Isabel Romana dos Santos Rodrigues (1961.05.10--1962.09)[65] e Dora Clementina Teixeira Martins da Silva (1965.10-1968.02)[66].

Seguidamente, analisar-se-á a evolução da rede escolar primária nas oito freguesias do concelho da Calheta, destacando-se o património escolar edificado, a expansão da quantidade de escolas e os professores que nelas exerceram funções.

Freguesia da Calheta

No Lombo da Estrela estava sediada a escola masculina mais antiga da freguesia e do concelho da Calheta. Nesta escola, Isabel Senhorinha Rocha de Freitas exerceu durante um longo período, entre 1905 e 15 de maio de 1939[67]. Na década de 1950, encontra-se identificada nesta escola a professora Maria Cecília Pestana Reis, que tomou posse a 9 de julho de 1950[68]. Nas duas décadas seguintes, que correspondem ao período final deste estudo, foram professores: Agostinho Quintino Mendes (1961.06.06[69]-1964.06.03[70]); Maria Cecília Pestana Reis (1964.06.03[71]-1965…?); Maria

[60] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 439 (1944.09.11).
[61] ABM, *DEC*, L.º 12, fl. da capa, 5v.º.
[62] ABM, *DEC*, L.º 12, fls. 1v.º, 7 vº.
[63] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 45 (1962.10.04); ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 14.
[64] ABM, *DEC*, L.º 12, fls. 14v.º, 29.
[65] ABM, *DEC*, L.º 12, fls. 4v.º, 9v.º. Maria Isabel Romana foi nomeada por portaria de 7 de abril de 1961 e tomou posse do cargo a 10 de maio de 1961.
[66] ABM, *DEC*, L.º 12, fls. 16v.º, 27. Dora Clementina foi nomeada por portaria de 19 de outubro de 1965 e tomou posse do cargo a 9 de novembro de 1965.
[67] LADEIRA, 2025, «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)», p. 403.
[68] ABM, *DEC*, L.º 15, of. 10.
[69] Nomeação por portaria de 1961.06.06, in *DG*, 1961.06.23.06, n.º 146; ABM, *DEC*, L.º 8, ofs. 134 e 264.
[70] Tomada de posse em 1961.07.01. Entrada em exercício de funções em 1962.10.04 (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 287). Esta professora, em 1964.10.15, solicitou a relevação de uma falta (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 49).
[71] ABM, *DEC*, L.º 3, of. 552.

Fátima Bettencourt da Costa (1965.10.02[72]-1966.06.24); Maria Ariete Bettencourt da Silva Ribeiro[73] (1966.10.01[74]-1966.10.31); Maria Joselina do Rosário Gonçalves Costa (1968.12.12[75]); Maria de Fátima Marques (1969.10.02[76]-1970.10.08[77]) e Maria Joselina do Rosário Gonçalves Costa (1971.11.12[78]).

Em 1929, um grupo de beneméritos locais promoveu, no Lombo da Estrela, a construção de uma escola de instrução primária, em homenagem ao médico Dr. Roberto Luís Monteiro, que durante mais de 40 anos serviu a população do concelho. O edifício foi erguido em terreno doado por Francisco Bettencourt Pimenta e financiado através de subscrições públicas. Em agosto de 1930, prosseguia no Brasil uma angariação de fundos entre a comunidade madeirense para apoiar a construção[79]. A cerimónia de lançamento da primeira pedra ocorreu a 13 de junho de 1931[80], dando origem a um dos edifícios construídos de raiz mais antigos do concelho com o propósito de ser uma escola, a par da escola particular de São Francisco de Sales, nos Prazeres.

Por falta de recursos financeiros, a comissão encarregada de angariação de donativos, presidida por João dos Santos[81], entregou o edifício à Câmara Municipal da Calheta no final de 1932[82], cabendo a esta a conclusão das obras até 1935[83]. A escola foi inaugurada a 14 de novembro deste ano, destinando-se ao ensino de crianças do sexo feminino. No final da década de 1960, este edifício acolhia simultaneamente as aulas para as crianças do sexo feminino, na sala com acesso exterior pelo lado norte, e para as crianças do sexo masculino, na sala com acesso exterior pelo lado leste.

---

[72] Data da entrada em exercício de funções. Este lugar de escola funcionava em curso duplo, no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 6).

[73] Nomeação por portaria do *DG*, 1966.01.29, n.º 24. Tomou posse em 1966.06.06 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 21).

[74] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 9).

[75] Entrada em exercício de funções, em regime de acumulação, das 9:00h às 12:35h. (ABM, *DEC*, L.º 5). A professora também lecionava na Escola Feminina do Lombo da Estrela.

[76] Exercício de funções em regime normal. Residia no sítio do Salão (ABM, *DEC*, L.º 5).

[77] Nesta data a escola encontrava-se em reparação (ABM, *DEC*, L.º 5).

[78] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 795).

[79] «Notícias da Madeira – Calheta», 1930.08.27, in *O Jornal*, p. 4.

[80] «Notícias da Madeira – Calheta», 1931.06.20, in *O Jornal*, p. 4.

[81] Segundo o periódico *Diário da Madeira*, a iniciativa da construção desde edifício partiu de João dos Santos com a agregação de Francisco da Silva Ganança, Manuel Fernandes Simão, Manuel da Câmara Jardim Júnior e João Joaquim de Freitas («Na Calheta – Ainda a inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.21, in *DM*, p. 1).

[82] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 529 transcrevendo ABM, *Câmara Municipal da Calheta*, L.º 464, fls. 176-177.

[83] «Na Calheta – Inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.20, in *DM*, p. 1; «Na Calheta», 1935.11.21, in *DN*, p. 4.

Esta cooperação entre particulares e a Câmara Municipal repetiu-se na criação da Biblioteca Escolar da Câmara Municipal da Calheta, em 1939, instalada na Delegação Escolar do Concelho, contando, neste ano, com um registo de cento e cinquenta volumes[84].

Figuras 1 e 2 – «Estrela – Calheta / [Escola] Feminina» (legenda constante no verso da fotografia); lado norte da Escola Dr. Roberto Monteiro, vista leste/oeste; s.d. «Estrela – Calheta / [Escola] masc[ulina] e mista» (legenda constante no verso da fotografia); lado leste da Escola Dr. Roberto Monteiro, vista norte/sul; s.d.



Fontes: Secretaria-Geral da Educação e Ciência: PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000006; PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000007.

Figura 3 – Edifício da Escola Dr. Roberto Monteiro



Fonte: Fotografia do autor, 2026.

[84] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 531.

Figura 4 – Roberto Monteiro; painel de azulejos na fachada da Escola Dr. Roberto Monteiro, da autoria de Álvaro Pedro Gomes (1894-1974) / Fábrica de Louça de Sacavém; 1934



Fonte: Fotografia do autor, 2026.

Segundo o administrador e presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Calheta, a atribuição do nome "Dr. Roberto Luís Monteiro" à escola justificava-se pelo facto deste médico, delegado de saúde no concelho, ter atendido «gratuitamente a maioria dos seus numerosos clientes, pelo que é digno da nossa estima e consideração» e ser «durante muitos anos o principal propagandista da construção do actual edifício da Escola, sendo o seu iniciador, promoveu muitas subscrições para a mais rápida conclusão das obras, subscrevendo-se, também, com elevadas quantias»[85]. No discurso do ato inaugural, o próprio Roberto Monteiro afirmou que a escola correspondia ao «seu maior desejo pelo progresso da instrução no concelho da Calheta, para assim consolidar a sua vontade em dotar aquela freguesia com uma Escola onde todos os filhos do concelho podessem alcançar as primeiras luzes da Instrução»[86]. À data da inauguração, a escola era frequentada por 70 alunas.

Nesta escola feminina lecionaram, inicialmente, Alcinda Prazeres Farinha (…?--1936.07.16[87]-…?) e Maria de Jesus Gonçalves[88] (1937.04.12-1941.12.27). Na década de 1960, exerceram funções as professoras: Maria Estela Pereira Farinha[89] (1961.04.12--1963.05.03); Maria Cecília Pestana Reis (1961.12.13[90]-1962.05.15); Maria Rita Mendes Pereira (1963.09.29[91]); Maria Noémi Bettencourt da Silva (1964.01.09[92]); Maria Rita Mendes Pereira (1964.02.21-1964.10.02[93]) e, novamente, Maria Noémi Bettencourt da Silva (1966.01.07[94]-1966.10.08).

A partir de 1961, a sala da escola feminina passou a acolher uma "escola mista", funcionando as duas em regime de desdobramento. Na escola mista lecionaram: Maria Cecília Pestana Reis (1961.06.06-1964.05.09[95]); Maria Teresinha

---

85 «Na Calheta – Inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.20, in *DM*, p. 1.

86 «Na Calheta – Inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.20, in *DM*, p. 1.

87 «Na Calheta – Uma festa das alunas da escola "Dr. Roberto Monteiro"», 1936.07.16, in *DN*, p. 1.

88 ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 105, 134, 311.

89 Esta professora deve ter lecionado num dos lugares da escola, no primeiro lugar. Nasceu a 19 de setembro de 1930, na Calheta, filha de António Nunes Farinha e de Maria Marçal Pereira Farinha (ABM, *EMPFUN*, L.º 143, fl. 274).

90 Lecionava no segundo lugar da escola.

91 «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.

92 Nomeada por portaria de 1963.11.30, in *DG*, 1963.12.27, n.º 303. A tomada de posse ocorreu em 1964.01.09 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 11 v.º; L.º 8, of. 225).

93 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 8).

94 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 162.

95 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 512. A 30 de novembro de 1961, esta professora informou que passou a trabalhar em regime duplo.

Rodrigues (1965.10.02[96]-1966.02.08) e Maria Joselina do Rosário Gonçalves Costa (1966.08.16[97]-1968.12.12[98]).

Na zona alta do Lombo da Estrela, no sítio do Pico, a sul da capela do Bom Sucesso, funcionou outra escola, que poderá corresponder ao «Posto Misto da Estrela» mencionado na documentação escolar. Neste posto misto lecionou Maria José Alexandra de Sousa (1962.10.04[99] – 1966.01.19[100]).

No Lombo das Laranjeiras, sítio contíguo ao Lombo da Estrela, funcionou, junto aos lavadouros públicos (Figura 5), uma escola feminina onde, na década de 1950, se encontra identificada como docente Maria Estela Farinha Pereira[101].

Figura 5 – «Salão – Calheta / [Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000004.

[96] Data da entrada em exercício, em curso duplo, exercendo no turno da manhã em desdobramento com a Escola do Lombo do Salão – o segundo lugar (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 10).

[97] Data da tomada de posse. Foi nomeada por portaria de 1966.04.25, in *DG*, 1966.05.31, n.º 127 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 22 v.º). Entrou em exercício em 1966.10.01 (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 8).

[98] Entrou em exercício de funções na Escola Masculina do Lombo da Estrela, em regime de acumulação, das 9h00 às 12h35. (ABM, *DEC*, L.º 5).

[99] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 288; L.º 3, of. 9; L.º 4, of. 30).

[100] Nesta data deixou de exercer neste posto, por ter sido colocada numa escola dos Canhas (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 141).

[101] ABM, *DEC*, L.º 16, atas de 1954.11.01 e de 1957.07.10.

No Lombo do Salão, em edifício particular onde atualmente se localiza a sede do grupo de escuteiros (Figura 6), funcionou uma escola oficial composta por uma aula para meninos, outra para meninas (dois lugares) e uma aula mista.

Figura 6 – «Salão – Calheta / [Escola] masc[ulina] e fem[inina]» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000005.

Na aula destinada aos meninos lecionaram: Maria Manuela Brazão Farinha (1957.10.01[102]-1957.11.14); Virgínia Rodrigues da Silva (1958.10.06[103]); Rosa Margarida Andrade Pereira (1959.10.01[104]); Maria Noémi Bettencourt da Silva (1957.10.30[105]-

[102] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde. Residente no sítio da Estrela (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 1).

[103] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde. Passou a residir no sítio da Estrela (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 1).

[104] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde. Passou a residir no Lombo do Salão (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 2).

[105] ABM, *DEC*, L.º 20, of. 2. Era diretora da escola e exercia no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 3).

-1961.06.28[106]); Maria Farinha de Agrela (1960.10.01[107]-1963.06.26[108]); Deolinda Teixeira (1963.10.01[109]-1964.07.14); Maria Cristina Afonso Farinha (1964.10.01[110]-1966.07.09[111]); Amélia Cândida Amaro Cunha (1966.10.01[112]-1967.10.02[113]); Maria Ariete Bettencourt da Silva Ribeiro (1968.12.11[114]); Maria Joselina do Rosário Gonçalves Costa (1969.11.13[115]-1970.06.04); Zélia da Mota e Freitas Jardim (1970.10.20[116]-1971.11.11[117]); Filomena de Ponte Brazão da Silva (1972.10.02[118]-1973.06.08); Maria Fernanda Luizinho (1973.10.01[119]-1974.05.22[120]) e Maria Fátima Marques da Silva (1975.10.01[121]).

Na aula para as meninas, no primeiro lugar, lecionaram: Ida Maria Cunha de Bettencourt (1961.08.31[122]-1964.06.03); Maria José Farinha Pereira (1965.10.02[123]-

---

106 ABM, *DEC*, L.º 20, of. 10.

107 A entrada ao serviço ocorreu em 1960.10.01 A escola funcionava em regime duplo, exercendo na parte da tarde (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 1).

108 ABM, *DEC*, L.º 20, of. 6. Em 1961.10.02 e 1962.12.07, a escola funcionava em curso duplo e exercia no turno da manhã desdobrando com a professora Maria Noémi Bettencourt da Silva (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 1). Passou a residir no sítio do Salão (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 1). Em 1962.10.23 tinha 21 anos, sendo natural da Calheta, solteira e filha de António de Agrela e de Maria Branco Farinha (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 2).

109 A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da manhã em desdobramento com a professora Maria Noémi Bettencourt da Silva (*ABM*, *DEC*, L.º 20, of. 7; «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7).

110 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 15). A escola funcionava em curso duplo. Maria Cristina Farinha exercia no turno da manhã em desdobramento com a professora Dulce Corina Barbosa Gomes. Residia no sítio do Salão (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 27).

111 ABM, *DEC*, L.º 20, of. 48.

112 Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da manhã, em desdobramento com a professora Zita Senhorinha Jardim Nascimento Farinha. Passou a residir no Lombo das Laranjeiras (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 6; L.º 20, of. 49).

113 Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da manhã, em desdobramento com a escola mista do mesmo núcleo (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 24).

114 Data da entrada exercício de funções, em regime de acumulação, exercendo no turno da manhã (*DEC*, L.º 20, of. 57, de 1968.12.11).

115 Data da entrada exercício de funções, em regime de acumulação. Exercia no turno da tarde, com início às 14h00 (ABM, *DEC*, L.º 5; L.º 20, of. 60).

116 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5), em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 62).

117 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 792), em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 65).

118 Data da entrada em exercício de funções. 1972 foi o seu primeiro ano de serviço (ABM, *DEC*, L.º 5; *DEC*, L.º 20, of. 69). Faltou à escola de 12 a 19 de novembro de 1973 por motivo de casamento (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 3), contraído com Egídio Rodrigues Frade, de 25 anos de idade, motorista, natural do Estreito da Calheta (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 6).

119 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 20, of. 1).

120 ABM, *DEC*, L.º 20, of. 7.

121 ABM, *DEC*, L.º 20, of. 8.

122 Nomeada por portaria de 22.07.1961, in *DG*, 1961.08.24, n.º 198. Tomou posse em 1964.06.03. (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 138).

123 Data da entrada em exercício de funções, no turno da tarde, em desdobramento com a Escola Feminina da Estrela (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 15).

-1965.10.22[124]); Maria Bernardete da Conceição Silva (1965.10.21[125]-1966.02.10[126]); Maria Fátima Bettencourt Costa (1966.10.01[127]) e Maria Ariete Bettencourt da Silva Ribeiro (1968.09.13[128]-1974.11.15). No segundo lugar lecionaram: Ângela Maria Carolina Teles (regente) (1961.11.25[129]-1962.06.11); Antonieta Gomes Jardim (1962.02.07); Lúcia Fátima da Silveira Teixeira (1962.10.20[130]-1963.06.14); Maria Alexandra Quintal de Gouveia (1963.08.17[131]-1964.12.16) e Zélia da Mota e Freitas Jardim (1965.10.02[132]-1967.10.02[133]). Na aula mista lecionaram: Maria Noémi Bettencourt da Silva (1961.11.20-1964.06.03); Dulce Corina Barbosa Gomes (1964.10.02[134]) e Zita Senhorinha Jardim Nascimento (1965.07.02[135]-1971.03.31[136]).

No Lombo do Atouguia, em agosto de 1930, encontrava-se em construção um edifício destinado a servir de escola[137]. Neste local funcionou a «Escola Mista do Atouguia», assim identificada entre 1937 e 1942[138]. Pelo menos entre 1939 e 1942[139], está documentada Maria Bela Fernandes como professora desta escola. Em 11 de junho de 1943, a escola passou a designar-se Escola Masculina do Atouguia, alteração associada à criação de uma nova escola mista na vila da Calheta[140].

---

[124] Deixou de exercer funções, por ter pedido exoneração do cargo (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 55).

[125] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 61).

[126] ABM, *DEC*, L.º 15, of. 10.

[127] Entrada em exercício (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 7).

[128] Ida Bettencourt foi nomeada por portaria de 1968.03.26, in *DG*, 1968.04.29, n.º 102. Tomou posse em 1968.09.13 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 27v.º). Em 1968.12.14 entrou em exercício de funções, em regime de acumulação, na Escola Masculina do Lombo do Salão e exercia no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 5; L.º 6).

[129] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, desdobrando com a professora Maria Cecília Pestana Reis (Escola Mista da Estrela) (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 6; L.º 1, of. 15).

[130] ABM, *DEC*, L.º 15, of. 2; L.º 2, of. 393.

[131] Zélia Jardim foi nomeada por portaria de 1963.06.29, in *DG*, 1963.07.23, n.º 172. Tomou posse em 1963.08.17 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 11; L.º 8, of. 108; L.º 3, of. 63).

[132] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 5). Foi nomeada por portaria de 1967.08.30, in *DG*, 1967.09.29, n.º 228 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 24v.º).

[133] Data da entrada em exercício de funções (*DEC*, L.º 4, of. 6).

[134] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 14).

[135] Zita Senhorinha Nascimento foi nomeada por portaria de 1965.06.04, in *DG*, 1965.06.30, n.º 152 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 16).

[136] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 562.

[137] «Notícias da Madeira – Calheta», 1930.08.27, in *O Jornal*, p. 4.

[138] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 110, 118.

[139] 1939.09.25 (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 192). 1942.03.18 (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 326).

[140] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 383.

Figura 7 – «Atouguia – Calheta / [Escola] mas[ulina]» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000001.

Figura 8 – Edifício da Escola Masculina do Lombo do Atouguia; observa-se, ao fundo, a nova Escola do Atouguia



Fonte: Fotografia do autor, 2026.

A Escola Mista da Vila, também denominada Escola Mista da Sede do Concelho da Calheta, entrou em funcionamento a 20 de outubro de 1941. Na inauguração, a população deslocou-se aos Paços do Concelho, acompanhada de uma banda de música, prestando homenagem ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara, Jaime Ferdinando Pestana, e entoando «entusiasticos vivas ao Estado Novo, a Carmona [presidente da República], à Câmara e à Junta Geral do Distrito». A escola iniciou atividades com a lotação completa, cerca de 40 crianças, ficando algumas sem vaga por falta de espaço[141]. A escola possuía residência em anexo, ocupada por um particular, pelo menos em 1942[142]. Foram professoras nesta escola: Maria Rosa de Freitas (1941.11.17[143]-1941.12.13); Olívia de Sousa Meneses (1942.01.17[144]-1942.06.11[145]); Clarisse Ferreira (1942.06.27[146]); Cristina Gomes de Jesus (1942.10.01[147]-1943.07.31); Maria Cecília Pestana Reis (1943.10.29[148]-1944.06.27[149]); Maria Filomena Bettencourt (1944.10.01[150]-1946.08.01[151]); Maria Cecília Pestana Reis (1946.10.01[152]-1950.07.09[153]); Maria Gonçalves Nunes (1950.11.11[154]-1951.06.19[155]); Maria Noémi Bettencourt da Silva (1951.10.08[156]-1952.07.31[157]); Maria Celina da Graça Correia e Silva (1952.10.01[158]); Rosa Soares Freitas (1960.10.01[159]); Bernardete Maria F.

141 «Inauguração duma nova escola na Calheta», 1941.10.27, in *DN*, p. 1.
142 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 363.
143 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 1).
144 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 8).
145 ABM, *DEC*, L.º 15, of. 17.
146 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 18 e 19).
147 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 20, 21). Durante as férias de Natal, de 1942, residia no Funchal, na rua do Pina (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 352).
148 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 416; L.º 15, of. 37).
149 A partir de junho de 1944, passou a exercer na Escola Masculina do Estreito da Calheta (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 46).
150 Data de apresentação na escola (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 47).
151 ABM, *DEC*, L.º 15, of. 75.
152 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 76).
153 A partir de julho de 1950, passou a exercer na Escola Masculina da Estrela (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 9).
154 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 11).
155 ABM, *DEC*, L.º 15, of. 19.
156 ABM, *DEC*, L.º 15, of. 20.
157 ABM, *DEC*, L.º 15, of. 34.
158 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 35). Em 1953.05.04, informava que lecionava na parte da manhã e a regente Amélia Cândida Cunha no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 15, of. 43).
159 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde porque a escola funcionava em curso duplo. Na mesma sala funcionava a Escola Feminina do Lombo da Estrela, sendo professora Maria Estela Pereira Farinha (ABM, *DEC*, L.º 15, ofs. 1, 3).

Costa (1962.05.31-1962.07.07[160]); Aurora Batista Lobo (1962.06.14[161]); Maria Joselina do Rosário Gonçalves (04.10.1962[162]); Maria José Farinha Pereira (1963.09.29[163]--1963.12.09); Maria Isabel de Paulo Teixeira (1965.06.14[164]-1967.02.14) e Zélia da Mota e Freitas Jardim[165] (1974.11.16).

Figura 9 – «Sede de Concelho – Vila – Calheta / [Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000003.

[160] Em 1962.06.08, solicitou 30 dias de licença, devido ao seu estado de gravidez (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 146). Em 1962.07.07, regressou ao serviço (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 246).

[161] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 162).

[162] Foi nomeada por portaria de 1962.09.08, in *DG*, 1962.09.27, n.º 228. Tomou posse em 1962.09.29 e entrou em exercício de funções em 1962.10.04 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 9).

[163] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.

[164] Nomeada por portaria de 1965.05.04, in *DG*, 1965.05.26, n.º 124. Tomou posse em 1965.06.14 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 15v.º).

[165] Faleceu aos 79 anos, em 2024.09.20 («Zélia da Mota e Freitas Jardim», 2024.09.21, in *DN*; «Nota de Pesar – Falecimento», 2024.09.20, in *Santa Casa da Misericórdia da Calheta*), tendo a Câmara Municipal da Calheta aprovado um voto de louvor à professora, a título póstumo («Câmara da Calheta apresenta pesar pelo falecimento da professora Zélia Jardim», 2024.09.27, in *DN*).

Quanto à Escola Masculina do Atouguia, foram professoras: Filomena Albertina Gomes (meados da década de 1940-1947.08.16[166]); Maria Isabel de Paulo (1958.04.21[167]--1965.08.13[168]); Dulce Corina Barbosa Gomes (1965.10.01[169]-1966.02.07…); Maria Jesus dos Ramos (1966.06.14[170]-1970.06.25[171]); Maria Alice de Sousa Órfão (1971.10.01[172]--1974.05.25[173]) e Rita Maria Dias Pestana Cachuxo (1975.10.11[174]-…). No final da década de 1950, as crianças do sexo masculino do sítio do Atouguia, «das classes mais adiantadas», provavelmente da 3.ª e 4.ª classes, frequentavam a Escola do Lombo do Doutor[175].

No mesmo Lombo do Atouguia também funcionou uma escola para as crianças do sexo feminino, com dois lugares, documentada desde 20 de agosto de 1960[176]. No primeiro lugar lecionaram: Zita Senhorinha Jardim Nascimento (1962.10.02[177]-1965.06.02(?)[178]); Rosa Soares Freitas Bettencourt de Sousa (1965.10.02[179]--1966.03.05[180]); Maria Celeste Gouveia de Sousa (1966.10.01[181]-1967.03.01[182]); Maria Teresinha Rodrigues (1967.09.30[183]-1968.10.29[184]); Maria Ariete Bettencourt Silva

[166] Data do diploma de nomeação de 1931.09.17. Na sessão da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, de 1935.06.17 foi nomeada definitivamente («Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, p. 4). Em 1947.08.16, refere que passava as férias à rua do Pina, no Funchal (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 139).

[167] ABM, *DEC*, L.º 43, of. 284.

[168] ABM, *DEC*, L.º 43, of. 332. Era natural do Arco da Calheta; em outubro de 1962, tinha 35 anos e era solteira (ABM, *DEC*, L.º 43, fl. 50, of. 305). Em 1964.06.18, deixou de exercer funções por motivo de gravidez (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 745; L.º 43, of. 321). A partir de 1964, passou a usar o apelido Teixeira, em virtude do seu casamento (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 319).

[169] Data da entrada em exercício de funções, passando a residir no sítio do Lombo do Atouguia (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 8; L.º 43, of. 333). Em 1966.02.11, passou a residir no Lombo do Doutor, à distância de 1 km da escola (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 336).

[170] Nomeada por portaria de 1966.12.30, in *DG*, 1966.01.29, n.º 24 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 21 v.º). Iniciou o serviço em 1966.10.01, em curso duplo, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 33; L.º 43, of. 338).

[171] ABM, *DEC*, L.º 34, fl. 57 v.º.

[172] No primeiro lugar desta escola (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 758; L.º 43, of. 347).

[173] ABM, *DEC*, L.º 43, of. 353, fl. 58.

[174] Data da entrada em exercício de funções após licença de parto (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 354).

[175] ABM, *DEC*, L.º 43, of. 284, fl. 45.

[176] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 99.

[177] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 254).

[178] No ano letivo de 1964-1965 entrou em exercício em 1964.10.01, lecionando no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 28).

[179] Data da entrada em exercício de funções (*DEC*, L.º 4, of. 7).

[180] Nesta data deixou de exercer por «sintomas de parto» (*DEC*, L.º 4, of. 210).

[181] Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (*DEC*, L.º 4, of. 11).

[182] Nesta data informou que o segundo lugar funcionava numa sala pequena (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 199).

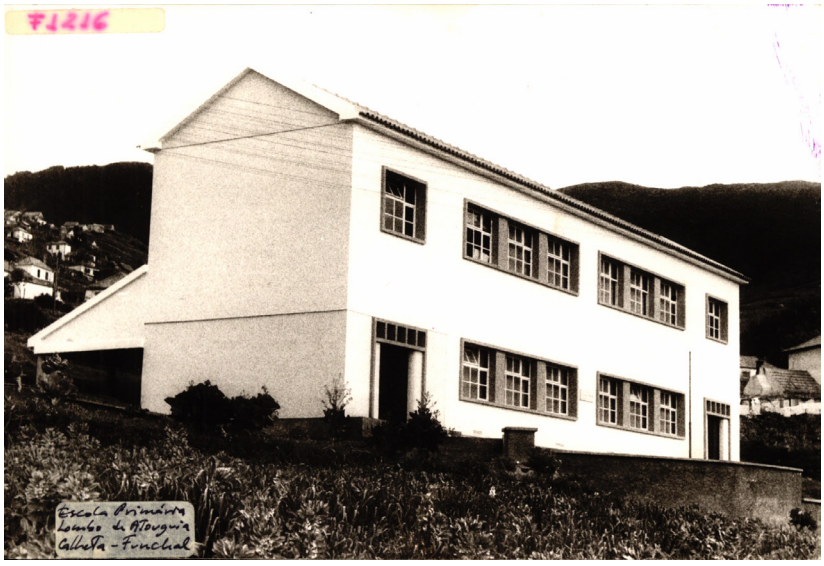
[183] Nomeada por portaria de 1967.08.30, in *DG*, 1967.09.29, n.º 228 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 24). Entrou ao serviço em 1967.10.02, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 33).

[184] Exercia no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 5).

Ribeiro (1969.11.18[185]) e Maria Alice de Sousa Órfão (1970.10.06[186]). No segundo lugar lecionaram: Rosa Soares Freitas Bettencourt de Sousa (…1962[187]-1965.02.25[188]); Maria Cristina de Freitas França (1965.10.12)[189]; Maria Rodrigues Teixeira (1966.01.20[190]--1966.02.18); Maria das Neves Andrade (1966.10.03[191]-1968.12.14[192]) e Maria Jesus dos Ramos (1970.10.20[193]-1973.10.27[194]).

Até ao ano letivo de 1970-1971, as escolas masculina e feminina funcionavam separadamente, em casas particulares. No ano letivo de 1971-1972, as aulas passaram para a nova escola, construída pelo Estado ao abrigo do Plano dos Centenários, edifício que continua a acolher o ensino do 1.º ciclo do ensino básico.

Figura 10 – «Escola Primária Lombo do Atouguia, Calheta – Funchal» (legenda constante na fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000001.

[185] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação, no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 5).
[186] Data de apresentação ao serviço (ABM, *DEC*, L.º 5).
[187] Em 1962.06.08 deixou de trabalhar devido a um parto prematuro (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 147).
[188] Entrou em exercício de funções, em regime de acumulação, no segundo lugar da Escola Feminina do Lombo do Atouguia, no turno da tarde (das 2:00h às 17:35h). Teve autorização para usar o apelido Bettencourt de Sousa por despacho de 1964.12.19 (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 618).
[189] Anteriormente, lecionou no Posto Misto do Amparo, na freguesia da Ponta do Pargo (ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 46, 51).
[190] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 145).
[191] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 77).
[192] Nesta data deixou de exercer funções por motivo de acumulação da professora Rosa Soares Freitas Bettencourt de Sousa (ABM, *DEC*, L.º 5).
[193] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[194] Data da entrada em exercício de funções, no terceiro lugar da escola (ABM, *DEC*, L.º 6).

No Lombo do Doutor, em março de 1943, foi vistoriado pelo delegado escolar da Calheta um edifício destinado à instalação «da nova escola criada», sendo considerado «com boas condições higiénicas e pedagógicas». A sala de aulas possuía 36,50 m^2, três janelas (uma a oeste e duas a sul), retretes com fossas e 20 carteiras de dois lugares, entre outros equipamentos e materiais didáticos[195]. A escola destinava-se ao ensino feminino e iniciou atividades no início do ano letivo de 1943-1944[196]. Nesta década de 1940, é desconhecido o local exato do funcionamento da escola. Nas décadas posteriores, tanto esta escola feminina como a masculina do Lombo do Doutor funcionavam no edifício setecentista anexo à capela de Jesus, Maria e José.

Figura 11 – «Lombo do Doutor – Calheta / [Escola] mas[ulina] – 2 lugares» (legenda constante no verso da fotografia); lado noroeste do prédio anexo à capela de Jesus, Maria e José; s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000008.

[195] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 366 (1943.03.06).
[196] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 407 (1943.10.21), 412 (1943.10.23).

Figura 12 – «Lombo do Doutor – Calheta / [Escola] fem[inina] e mista» (legenda constante no verso da fotografia); lado leste do prédio anexo à capela de Jesus, Maria e José; s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000009.

Figura 13 – Edifício da Escola do Lombo do Doutor; capela de Jesus, Maria e José e prédio anexo



Fonte: Fotografia do autor, 2026.

Na Escola Feminina do Lombo do Doutor existiam vários lugares, ou seja, várias «turmas». No primeiro lugar lecionaram as professoras: Maria Cecília Pestana Reis (…?--1943.10.28-…)[197]; Maria Ariete Bettencourt Silva Ribeiro[198] (1961.03.06[199]-1964.06.03); Maria da Conceição Silva (1964.09.30[200]-1966.02.07); Maria Ferreira Barreiro (1968.10.01[201]-1969.06.27[202]); Georgina da Paixão Cabral (1967.10.02[203]-1972.04.11[204]); Maria Isabel Paulo Teixeira (1972.04.14[205]) e Maria José Farinha de Agrela (1972.10.02[206]-1973.06.07[207]). No segundo lugar lecionaram: Virgínia Rodrigues da Silva (1953.10.14[208]) e Maria Zita da Silva (1960.10.01[209]-1964.04.15[210]). Este segundo lugar foi transformado, em 30 de março de 1964, numa escola mista[211]. Em 1973 e 1974, estavam ativos os terceiro e quarto lugares, com as seguintes docentes: Maria

197 ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 407, 412, 435; L.º 15, of. 37).

198 É filha de António Vieira da Silva e Virgínia da Consolação Bettencourt Silva. Em 1962.10.22, tinha 28 anos e encontrava-se casada (*DEC*, L.º 48, of. 45), sendo o marido funcionário da Direção Geral das Contribuições e Impostos (*DEC*, L.º 48, of. 53).

199 Em 1961.03.06, a sala onde lecionava funcionava em curso duplo, desdobrando com a professora Maria José Farinha Pereira. Noutra sala do mesmo edifício as professoras Maria Zita da Silva e Maria da Conceição da Silva desdobravam as aulas entre si (*DEC*, L.º 48, of. 7).

200 Nomeada por portaria de 1964.09.03, in *DG*, 1964.09.26, n.º 227 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 13). Tomou posse em 1964.09.30. Entrou em funções em 1964.10.01, funcionando a escola em curso duplo. Exercia no turno da manhã desdobrando com a professora Crispina Gabriela Corte Santos (ABM, *DEC*, L.º 48, of. 109).

201 Exercia no turno da manhã, desdobrando com o segundo lugar da escola masculina do mesmo núcleo, a professora Maria Lídia de Sousa Castro (ABM, *DEC*, L.º 5; L.º 48, of. 167).

202 ABM, *DEC*, L.º 48, of. 170.

203 Data da entrada em exercício de funções, funcionando a escola em curso duplo. Exercia no turno da tarde, desdobrando com a professora Maria Lídia de Sousa Castro. Residia na Lombada do Loreto (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 3; L.º 48, of. 160). No ano letivo de 1968-1969, foi nomeada por portaria de 1968.10.10, in *DG*, 1968.12.02, e tomou posse em 1968.12.05 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 28). No ano letivo de 1969-1970, entrou em exercício em 1969.10.01, exercendo no turno da manhã, desdobrando com a professora Maria Fátima Bettencourt da Costa (ABM, *DEC*, L.º 5; L.º 48, of. 171). Em 1971.05.27, também lecionava na Escola Masculina do Lombo do Doutor.

204 Nesta data deixou de lecionar nesta escola (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 885).

205 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 888; L.º 48, of. 184).

206 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5; L.º 48, of. 186).

207 ABM, *DEC*, L.º 48, of. 194).

208 ABM, *DEC*, L.º 43, ofs. 221, 222).

209 Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 48, of. 1). Foi nomeada por portaria de 1960.02.08, in *DG*, 1960.03.23, n.º 69, tomando posse em 1960.04.11 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 2). Nos anos letivos de 1958-1959 e 1959-1960, trabalhou no concelho de Câmara de Lobos (ABM, *DEC*, L.º 48, of. 3, de 1960.11.08). No ano letivo 1960-1961 (03.03.1961), desdobrava a sala de aulas com a professora Maria da Conceição Silva. Numa outra sala do mesmo edificio lecionavam as professoras Maria José Farinha e Maria Ariete, em desdobramento (ABM, *DEC*, L.º 48, of. 8). Nasceu em 1927.11.27, filha de António Fernandes da Silva e de Maria da Conceição Silva (ABM, *DEC*, L.º 48, of. 47).

210 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 198.

211 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 305 (1964.04.03).

Zita da Silva (1965.12.13[212]); Maria Teresinha Rodrigues (1966.10.03[213]); Maria Fátima Bettencourt da Costa (1967.02.01[214]-1971.05.28[215]); Maria José Farinha de Agrela (1971.10.02[216]); Maria Lídia de Sousa Castro (1972.10.25[217]); Rosa S. F. Bettencourt Sousa (terceiro lugar, 1973.10.27[218]); Maria Marta Sousa Órfão (terceiro lugar, 1974.11.16[219]) e Maria Alice Sousa Órfão (quarto lugar, 1974.11.16[220]).

A Escola Masculina do Lombo do Doutor era constituída por três lugares. No primeiro lugar lecionaram: Filomena Albertina Gomes (1950.08.10[221]-1955.07.28[222]); António Martins da Silva (1955.10.12[223]-1956?); Maria Isabel de Paulo (1956.10.01[224]); Isabel Maria da Silva Relva (regente em comissão) (1959.05.21[225]); Maria Cecília de Gouveia e Silva (1961.03.06[226]-1964.07.05); Crispina Gabriela Corte Sousa (1964.07.05[227]-1966.01.23[228]); Maria Ferreira Barreiro (1969.10.01[229]); Georgina da Paixão Cabral (1970.10.19[230]-1971.05.25[231]) e Maria Arlete Jardim Nascimento

212 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 102.

213 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 27).

214 Nomeada por portaria de 1966.12.21, in *DG*, 1967.01.26, n.º 22. Tomou posse em 1967.02.01. Entrou em exercício de funções em 1967.10.02. Exercia no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 22; L.º 4, of. 2). Em 1968.10.02, exercia no turno da manhã e desdobrava com o primeiro lugar da escola masculina do núcleo (ABM, *DEC*, L.º 5). No ano letivo de 1969-1970, entrou em exercício de funções em 1969.10.01, exercendo no turno da tarde em desdobramento com a professora Georgina da Paixão Cabral (ABM, *DEC*, L.º 5).

215 Nesta data também lecionava na Escola Mista do Lameiro (ABM, *DEC*, L.º 5).

216 ABM, *DEC*, L.º 5, of. 754.

217 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

218 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

219 ABM, *DEC*, L.º 6).

220 ABM, *DEC*, L.º 6).

221 ABM, *DEC*, L.º 43, of. 174) Em 21 de janeiro de 1952 lecionava na parte da tarde (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 197).

222 Nesta data pede a caiação da escola (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 258, fl. 38

223 Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo esta professora no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 259). Em 29 de outubro de 1955 informava que passou a residir no sítio da Ladeira e Lamaceiros, no Arco da Calheta (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 266).

224 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 277).

225 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 70).

226 A professora Maria Gouveia e Silva desdobrava com a professora Maria Zita da Silva. Noutra sala do mesmo edifício funcionava outra "escola" onde trabalhavam as professoras Maria Ariete Bettencourt da Silva Ribeiro e Maria José Farinha Pereira (ABM, *DEC*, L.º 48, of. 7).
(ABM, *DEC*, L.º 1, of. 256; L.º 2, ofs. 356, 693).

227 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 783).

228 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 24).

229 Data da entrada em exercício de funções. Exerce no turno da tarde, desdobrando com a professora Maria Lídia de Sousa Castro (ABM, *DEC*, L.º 5).

230 Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 400).

231 Nesta data também lecionava na Escola Feminina do Lombo do Doutor.

(1964.10.01[232]-1969.01.25). No segundo lugar lecionaram: Isabel Teixeira (regente agregada) (1950.02.25[233]); Maria Celeste de Sousa (1950.10.17[234]); Maria Evália Gonçalves Rocha (1951.10.08[235]); Maria Gizela Rodrigues Fernandes (1953.10.09)[236]; Virgínia Rodrigues da Silva (1954.10.06[237]); Maria da Piedade Mendes (1955.10.12)[238]; Maria Celina Ornelas de Castro (1956.10.08[239]); Maria José Farinha de Agrela (1961.03.06[240]-1962.12.27); Crispina Gabriela Corte Santos (1963.09.29[241]); Maria Bernardete da Conceição Silva (1966.10.03[242]); Maria Lídia de Sousa Castro (1967.10.02[243]-1971.10.10[244]) e Maria de Fátima Marques (1972.10.03[245]). O terceiro lugar ficou a cargo de: Maria José Albuquerque Rocha de Gouveia (1954.10.06[246]); Virgínia Rodrigues da Silva (1955.10.14[247]); Maria Gonçalves de Freitas (1956.10.08[248]); Matilde dos Ramos Gonçalves (1961.12.09[249]) e Deolinda Teixeira (1962.12.09[250]-

---

[232] Nomeada por portaria do *DG* n.º 186293 de 1963.05.06 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 23). A 1 de outubro de 1965, exercia no turno da manhã, desdobrando com a professora Maria Tito da Silva (*DEC*, L.º 4, of. 25). A 1 de outubro de 1966, exercia no turno da manhã, em desdobramento com a professora Teresinha Rosa Jesus (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 22). A 2 de outubro de 1968, exercia no turno da tarde, desdobrando com a escola mista do núcleo (ABM, *DEC*, L.º 5).

[233] Professora na categoria de Regente Agregada. Apresentou-se ao serviço (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 164 e 165, fl. 6 v.º).

[234] Data da entrada em exercício de funções. Professora em comissão na Escola Masculina do Lombo do Doutor. Comunica que estão matriculados 45 alunos e que fixou residência no Lombo do Atouguia (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 175, 177).

[235] Data da entrada em exercício de funções, encontrando-se matriculados 45 alunos (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 190, 191, 192). Em 1952.01.21 lecionava no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 196.

[236] Data da entrada em exercício de funções na escola (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 218-220).

[237] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo esta professora no turno da tarde. Nessa data passou a residir no sítio do Atouguia, em casa própria (ABM, *DEC*, L.º 43, ofs. 240, 242).

[238] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 261, fl. 39). Em 1955.10.20, residia no sítio do Ledo e Vinhático (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 264, fl. 40).

[239] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde. Nesta data passou a residir no Lombo do Doutor (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 278).

[240] Desdobrava as aulas com a professora Maria Ariete Bettencourt da Silva Ribeiro (ABM, *DEC*, L.º 48, of. 7).

[241] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.

[242] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 21).

[243] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 4).

[244] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 777). Em 1969.10.01 exercia no turno da manhã, desdobrando com a professora Maria Ferreira Barreiro (ABM, *DEC*, L.º 5). Em 1971.05.27, lecionava nesta escola e no segundo lugar da Escola Masculina de Paredes.

[245] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[246] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 43, fl. 24).

[247] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 260, fl. 38 v.º)

[248] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 279).

[249] «suspenso 3.º lugar» (ABM, *DEC*, L.º 1).

[250] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 273).

-1962.10.25[251]). Além destes, existiu ainda um quarto lugar, correspondente a um posto escolar, também denominado de «n.º 2 do Discurso de Faro», sendo professoras: Rosa Umbelina Fernandes (1955.10.14[252]-1955.11.11[253]) e Virgínia Rodrigues da Silva (1956.10.09[254]).

Mais recentemente, a 21 de outubro de 2003, foi inaugurada, na freguesia da Calheta, a Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar do Salão. Em setembro de 2016, esta escola agregou-se à Escola Básica do 1.º ciclo com Pré-Escolar do Lombo do Atouguia, passando a ser gerida pelo Órgão de Gestão da Escola do Salão, permanecendo os dois espaços em funcionamento com o ensino pré-escolar e do 1.º ciclo[255].

Figura 14 – Edifício da Escola Primária do Salão



Fonte: Fotografia do autor, 2026.

[251] Posteriormente, lecionou na Escola Mista da Igreja, no Estreito da Calheta.

[252] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 262).

[253] ABM, *DEC*, L.º 43, of. 267.

[254] Data da entrada em exercício de funções. Passou a residir no sítio de Atouguia, em casa própria, na qual a escola funcionava entre as 9h00 e as 15h00 (ABM, *DEC*, L.º 43, of. 280).

[255] A escola do Salão é constituída por três andares. No rés do chão existem arrecadações, uma sala de professores e instalações sanitárias. No segundo piso existem «três salas curriculares, uma sala de enriquecimento curricular, uma sala de pré-escolar, um gabinete de Ensino Especial e instalações sanitárias para as crianças». No primeiro andar existem «uma sala curricular, uma de pré-escolar, o gabinete do senhor diretor e instalações sanitárias quer para crianças, quer para adultos, refeitório e cozinha». Na escola existe ainda «quer no rés do chão quer no 1.º andar existem casas de banhos para

Freguesia da Ponta do Pargo

Manuel Mendes de Gouveia exerceu funções docentes na Escola Masculina da Ponta do Pargo durante um longo período, entre 20 de novembro de 1936 e 26 de março de 1960[256]. Sucederam-lhe as professoras: Maria Isabel Bento Jardim (1961.12.11--1962.03.28); Amália Gomes de Freitas (1966.04.25[257]); Maria Manuela Paixão Gouveia (1966.04.25[258]); Maria Helena Évora Dutra (196….10.06[259]-1970.10.02[260]); Augusta Teodora Barbeito (regente) (1971.01.09[261]) e Maria de Fátima Vasconcelos de Gouveia (1971.10.04[262]). Entre 1962 e 1966 existiram dois professores a lecionar na escola masculina, correspondentes a dois lugares. No segundo lugar lecionou a professora Maria Teresa Homem de Gouveia (1962.10.02[263]-1966.04.22).

Em 1952, o funcionamento da escola masculina da freguesia da Ponta do Pargo foi transferido do sítio do Salão de Baixo (Figura 15) para uma casa particular, situada no sítio dos Currais (Figura 16).

crianças portadoras de deficiência motora», «um campo de jogos e balneários, estando preparado para crianças com deficiência motora», «uma zona de estacionamento dentro da escola e outra na parte exterior», «Na zona descoberta há um polidesportivo e uma área acimentada utilizada pelas crianças na hora do recreio» e «ainda no exterior há um parque da pré com equipamento adequado apenas para crianças até aos 3 anos de idade» («EB1/PE da Calheta», s.d., in *Portal Escola Digital*).

256 LADEIRA, 2025, «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)», pp. 411-412.

257 Data da entrada em exercício de funções, em regime de comissão (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 275).

258 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 25).

259 Data da entrada em exercício de funções, exercendo em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 16). Foi nomeada por portaria de 1967.08.30 (*DG* n.º 228 de 1967.09.29) e tomou posse em 1967.09. 30 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 23 v.º).

260 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

261 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 523).

262 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 762). Maria de Fátima Vasconcelos de Gouveia é filha do professor Manuel Mendes de Gouveia e de Maria Isaura Vasconcelos de Gouveia, moradores no sítio da Lombadinha, na Ponta do Pargo.

263 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 261). Nomeada por portaria de 1962.09.08 (*DG* n.º 228 de 1962.09.27) e tomou posse em 1962.09.29 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 8; L.º 7, of. 32). Nasceu a 5 de fevereiro de 1923, sendo filha de António Dias Homem de Gouveia e de Henriqueta Maria Acciaiolli Homem de Gouveia (ABM, *EMPFUN*, L.º 143, fl. 66). Em 1965.12.06, comunicou a realização do seu casamento civil com Manuel Martinho de Soares, por procuração (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 93).

Figura 15 – Edifício da Escola Masculina do Salão



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Figura 16 – Edifício da Escola Masculina do Salão



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Em maio de 1968, entrou em funcionamento a nova Escola do Salão, construída de raiz no âmbito do Plano dos Centenários, passando a acolher alunos de ambos os sexos, embora organizados em turmas distintas. Alguns anos mais tarde (anterior a 1971), Fernanda Maria Homem de Gouveia França contribuiu para a construção da cantina anexa, sendo homenageada com a atribuição do seu nome à cantina como se pode ler na inscrição «C.M.C. / CANTINA ESCOLAR / Fernanda Maria Homem de Gouveia França».

Figura 17 – «[Escola do] Salão – Ponta do Pargo / 4 lugares – 2 mas[ulinos], 1 fem[inino], 1 misto» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000026.

Figura 18 – Edifícios da cantina e escola primária da Ponta do Pargo (à direita, em primeiro plano); sítio do Salão, Ponta do Pargo; 1971.08.16.



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, Perestrellos Photographos, n.º inv. 6937.

Figura 19 – Cantina da Escola do Salão



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Figura 20 – Placa na cantina da Escola do Salão



Fonte: Fotografia do autor, 2026.

Relativamente à Escola Feminina da Ponta do Pargo, anteriormente a 1968, funcionou numa casa pertencente a António Homem de Gouveia. Na década de 1960, funcionou com dois lugares, tendo exercido no primeiro lugar a professora Maria de Lurdes Pereira Camacho (1960.03.26-1969.02.24[264]) e, no segundo lugar, Virgínia Rodrigues Silva (1962.10.04[265]-1963.04.02[266]), Maria José Correia Batista (1969.11.05[267]) e Maria Manuela da Paixão Gouveia (1970.10.02[268]-1975.10.02[269]).

Figura 21 – «Vereda da Escola Velha»; observa-se ao fundo a entrada da Escola Feminina da Ponta do Pargo



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

[264] Entre os dias 22 e 24 de fevereiro de 1969, faltou por motivo da morte do pai (ABM, *DEC*, L.º 5).
[265] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 276).
[266] ABM, *DEC*, L.º 2, ofs. 330, 610.
[267] Anteriormente lecionou no Posto Misto do Amparo (ABM, *DEC*, L.º 5).
[268] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[269] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 760.

Figura 22 – Entrada da Escola Feminina da Ponta do Pargo



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Figura 23 – Vista do lado leste (piso superior) da Escola Feminina da Ponta do Pargo



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Figura 24 – Vista do lado oeste e entrada do piso inferior da Escola Feminina da Ponta do Pargo



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

No sítio do Salão, funcionou um posto misto, já existente em 1938[270] e suspenso em 1962, quando lecionava a regente Maria Isabel da Silva[271]. Este posto foi provavelmente convertido numa escola mista. A partir de 1963, passou a funcionar, no edifício da escola feminina, uma escola mista organizada em regime de desdobramento; por exemplo, em 1965 e 1966, a escola mista funcionava no turno da tarde, enquanto a escola feminina ocupava o turno da manhã[272]. Na escola mista foram professores: Virgínia Rodrigues da Silva (1963.10.03[273]-1964.05.18[274]); Maria Helena Évora Dutra (1964.10.02[275]); Maria Manuela da Paixão Gouveia (1967.10.02[276]); Maria

[270] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 133, 173.

[271] Data da tomada de posse. Nomeada por portaria de 1960.10.27 (*DG* n.º 285, de 1960.12.09) (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 4; L.º 8, of. 124.) Deixou de exercer funções neste posto, em virtude da suspensão do mesmo (ABM, *DEC*, L.º 1).

[272] ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 20, 27.

[273] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 159; «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.

[274] ABM, *DEC*, L.º 3, of. 525.

[275] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5). Em outubro de 1965, é referido que exercia no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 20, 27).

[276] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 17).

de Lurdes Pereira Camacho (1968.12.14[277]); Maria Helena Évora Dutra (1970.04.30[278]); Rita Maria Homem de Gouveia (primeiro lugar, 1972.10.03[279]-1973.10.02[280]) e Alice Sardinha Gouveia (quarto lugar, 1971.10.02[281]-1973.10.02[282]).

No sítio do Amparo, desde o início da década de 1950, funcionaram, no mesmo edifício e em curso duplo, uma escola mista e um posto misto. Ambos estavam instalados numa casa particular, situada ao lado da futura escola construída pelo Plano dos Centenários, a qual entrou em funcionamento em 1970.

Figura 25 – Antiga Escola do Amparo (em primeiro plano) e Escola do Amparo construída no "Plano dos Centenários" (em segundo plano)



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

[277] Data da comunicação da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5).
[278] Lecionação na Escola Mista, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5).
[279] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[280] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
[281] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 756.
[282] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

Figura 26 – «Amparo – Ponta do Pargo / [Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000027.

As professoras que lecionaram na Escola Mista do Amparo foram: Maria Ester V. Gouveia[283] (1960.03.26-1962.01.10); Maria Hortense da Silva Goulart (1964.10.02[284]-1966.05.22); Maria Cristina Afonso Farinha (1966.10.21-1966.11.03); Vera de Jesus Gomes Abreu Galvão (1969.03.14[285]-1969.07.11); Isabel de Andrade

[283] É filha do professor Manuel Mendes de Gouveia e de Maria Isaura Vasconcelos de Gouveia, moradores no sítio da Lombadinha, na Ponta do Pargo.
[284] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 4).
[285] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

(1969.11.10[286]-1971.03.23[287]) e Maria Helena Évora Dutra (1971.11.25[288]). No posto misto lecionaram: Celeste da Conceição Freitas (1962.04.09[289]-1962.04.17[290]); Elisa Maria Vasconcelos (1962.04.14[291]-1962.05.08[292]; 1962.05.31[293]-1962.06.14[294]; 1963.11.20); Maria Amélia Bettencourt (1962.10.02[295]-1964.08); Virgínia Rodrigues da Silva (regente) (1964.01.16-1964.08.01); Maria Irene Barros Gomes dos Santos (1964.03.02[296]-1964.08.10[297]); Amélia Cândida Amaro Cunha (1964.10.02[298]--1964.11.09[299]); Maria Cristina de Freitas França (1965.10.01[300]-1965.10.12[301]); Celeste da Conceição Freitas (1965.12.21[302]-1966.01.25[303]); Maria Cristina Afonso Farinha (1966.02.01[304]); Maria Amália de Freitas (1967.10.02[305]); Anabela Fernandes (1968.10.03[306]); Maria José Correia Batista (1969.10.03[307]-1969.11.05[308]); Juliana da Encarnação da Silva (1970.05.09[309]); Isabel de Andrade (1971.05.06[310]); Maria

[286] Data da entrada em exercício de funções. Este professor proveio do Posto Misto da Achada de Pau Bastião, em São Roque do Faial (ABM, *DEC*, L.º 5).
[287] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 431).
[288] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 799).
[289] Data da entrada em exercício de funções.
[290] Deixou de exercer funções neste posto por se ter apresentado a professora titular, Elisa Maria Vasconcelos, em 1962.04.14.
[291] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1). Em 1962.04.01, comunicou que deixou as funções no posto (ABM, *DEC*, L.º 1).
[292] Deixou de exercer funções neste posto por ter sido nomeada para uma escola no concelho de Santa Cruz (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 106).
[293] Retornou ao exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 140).
[294] ABM, *DEC*, L.º 1, of. 158. Entrou em exercício de funções em 1962.10.01 (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 265).
[295] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 263; «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7).
[296] ABM, *DEC*, L.º 3, of. 278)
[297] ABM, *DEC*, L.º 8, ofs. 513, 519.
[298] ABM, *DEC*, L.º 3, of. 16.
[299] Data em que deixou de exercer funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 70).
[300] Data da entrada em exercício de funções. O posto funcionava em curso duplo. A professora residia no sítio do Amparo (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 36).
[301] Deixou de exercer funções nesta escola por ter sido nomeada para a Escola Feminina do Lombo do Atouguia, no segundo lugar (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 46).
[302] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 116).
[303] Deixou de exercer neste posto por ter sido nomeada para uma escola da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 150).
[304] Nomeada por portaria de 1965.12.30 (*DG* n.º 24 de 1966.01.29) (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 18 v.º).
[305] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 15).
[306] ABM, *DEC*, L.º 5).
[307] Data da entrada em exercício de funções. Residente no sítio do Salão (ABM, *DEC*, L.º 5).
[308] Nesta data passou a exercer na Escola Feminina do Salão, na Ponta do Pargo (ABM, *DEC*, L.º 5).
[309] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[310] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 611).

José Correia Baptista Gorgulho (1972.01.05[311]); Alice Maria Sardinha de Gouveia (1972.10.03[312]-1973.04.30); Maria José C. Batista Gorgulho (1971.10.02[313]--1973.10.02[314]) e Rita Maria Homem de Gouveia (1973.10.26[315]-1974.11.15[316]).

No sítio da Ribeira da Vaca funcionou, desde 1938, o Posto Misto da Ribeira da Vaca, onde ensinou, pelo menos até 1942, o professor Manuel de França Gouveia (1938.06.06-1942.12.09[317]). Em princípio no mesmo edifício, mas identificado como localizado no Lombo Queimado, funcionou, desde o início da década de 1950, um posto escolar masculino, numa antiga casa senhorial. Neste posto escolar masculino lecionaram: Maria José Correia Batista (1961.11.30-1962.06.01[318]) e Manuel de França de Gouveia (1963.12.09[319]-1974.11.16[320]).

Figura 27 – «Posto misto da Ribeira da Vaca, Ponta do Pargo» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000030.

311 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 811).
312 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
313 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 759).
314 Data da entrada em exercício de funções no posto (ABM, *DEC*, L.º 6).
315 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
316 ABM, *DEC*, L.º 6.
317 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 326.
318 Posto do Pico Queimado (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 139).
319 Posto Masculino (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 193)
320 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

Figuras 28 e 29 – Casa senhorial onde funcionou o posto escolar masculino da Ribeira da Vaca; sítio do Lombo Queimado, Ponta do Pargo.





Fontes: Fotografias do autor, 2019.

Uma escola mista no sítio da Ribeira da Vaca funcionou, até à abertura da escola do Plano dos Centenários, no sítio Salão, num espaço anexo a uma grande habitação existente na parte inferior do sítio, junto à antiga Estrada Real (Figura 32). Lecionaram nesta escola: Dalila Armanda Gomes [Jardim] (1960.12.02[321]-1965.02.18[322]); Maria Encarnação Mendes (1961.11.11-1963.06.12[323]); Vera de Jesus Gomes Abreu Galvão (1964.05.20[324]); Alice do Carmo Rabaça Gaspar (1965.10.01[325]-1966.05.13); Maria Henriqueta de França Gouveia (1966.05.04[326]-1967.10.02[327]); Maria Manuela da Paixão Gouveia (1968.05.04[328]-1969.10.02[329]); Maria José Correia Baptista (1970.10.24[330]); Maria Manuela da Paixão Gouveia (1971.11.10[331]) e Maria Fátima V. de Gouveia (1972.10.26[332]). Na mesma propriedade da escola mista, num espaço situado entre o edíficio anexo que servia de escola mista e a habitação principal, funcionou uma escola feminina, sendo identificadas as professoras: Maria Teresa Homem de Gouveia (1960.03.26); Maria Henriqueta de França Gouveia (1962.10.04[333]-1963.12.09); Rosa Maria Mendes de Gouveia (1963.09.29[334]-1965.10.01[335]); Maria Antonieta Prata Martinho (1966.04.01[336]-1968.07.06[337]); Maria Manuela da Paixão Gouveia (1968.12.17[338]-1970.10.20[339]); Alice Maria Sardinha de Gouveia (1971.11.11[340]); Maria

[321] Data da tomada de posse. Nomeada por portaria de 1960.10.30, in *DG*, 1960.11.04, n.º 271. Em 1964.04.14 deixou de exercer por motivo de parto e retomou as funções em 1964.06.16 (ABM, *DEC*, L.º 3, ofs. 473, 681).

[322] Em 1966.05.04 lecionava nos Canhas (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 300).

[323] ABM, *DEC*, L.º 2, of. 666.

[324] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 532).

[325] Data da entrada em exercício de funções, em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 28).

[326] Escola Mista. Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 26).

[327] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 19).

[328] Escola Mista. Data da tomada de posse. Nomeada por portaria de 27.03.1968, in *DG*, 1968.04.29, n.º 102 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 26).

[329] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[330] Data da entrada em exercício de funções. Exerce em curso normal e reside no núcleo (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 428). Em 1971.01.22 não pôde comparecer à escola por motivo de parto (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 504).

[331] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 782).

[332] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[333] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 286).

[334] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.

[335] Data da entrada em exercício de funções. Exerce em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 21).

[336] Data da tomada de posse. Nomeada por portaria de 1966.02.07, in *DG*, 1966.03.26, n.º 72 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 19 v.º).

[337] ABM, *DEC*, L.º 5.

[338] Data do início de funções na Escola Feminina da Ribeira da Vaca, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5).

[339] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 401).

[340] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 790).

Helena Évora Dutra (1972.10.26[341]) e Maria Henriqueta F. Gouveia (1973.11.12[342]--1974.11.16).

Figura 30 – «Ribeira da Vaca – Ponta do Pargo / [Escola] feminina» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000032.

Figura 31 – «Ribeira da Vaca – Ponta do Pargo / [Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000031.

[341] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[342] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

Figura 32 – Escola Mista e Feminina da Ribeira da Vaca



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

No sítio do Cabo também funcionou uma escola mista, instalada num edifício construído de raiz e concluído em 1961. Aí exerceram: Maria Conceição Pereira (1962.10.04[343]-1964.06.30); Maria Henriqueta de França Gouveia (1964.10.01[344]--1965.02.09[345]); Fernanda Gomes Garcês (1965.02.13[346]); Maria Estela Branco (regente) (1965.10.02[347]-1966.05.07[348]); Maria Gonçalves Nunes (1967.03.13[349]); Maria Gabriela Vieira Barreto (1968.01.24[350]); Maria Henriqueta de França Gouveia (1968.10.21[351]-

[343] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 282). Nomeada por *DG* n.º 287 de 1961.12.11 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 7; L.º 8, of. 11). Tomou posse em 1962.03.28.
[344] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 36).
[345] Trabalhou neste posto até esta data, tendo sido nomeada para o segundo lugar da Escola Feminina do Rochão, na Camacha (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 146).
[346] ABM, *DEC*, L.º 3, of. 147.
[347] Data da entrada em exercício de funções, em regime normal, das 9h00 às 12h00 (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 11).
[348] Data em que deixou de exercer funções no Posto Misto do Cabo (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 308)
[349] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 207).
[350] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 152).
[351] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

-1971.03.31); Maria José Correia Baptista Gorgulho (1971.11.15[352]) e Maria Manuela P. Gouveia (1972.10.26[353]-1974.11.15).

Figura 33 – «Cabo – Ponta do Pargo / [Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000028.

Figura 34 – Escola Mista do Cabo, destruída por incêndio



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

[352] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 786).
[353] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

Figura 35 – Pórtico de entrada com brasão da Escola Mista do Cabo, após destruição por incêndio



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Freguesia da Fajã da Ovelha

Entre meados da década de 1930 e a década da 1960, a escola masculina da freguesia da Fajã da Ovelha funcionou numa habitação particular, situada nas imediações da igreja de São João Batista, no lado norte e do lado oposto ao caminho público. Por razões não identificadas, em 20 de março de 1962, a Escola Masculina de São João foi temporariamente suspensa, encontrando-se a sala de aula desocupada[354]. Entre as décadas de 1930 e 1970, foram professores nesta escola: Maria Celestina dos Milagres Fernandes (1934.07.29[355]); Alcinda Farinha Fernandes (1934.10.05[356]-…); Laura Alice Bettencourt França[357] (…1937-1942); Gabriel Cardoso Salvador[358] (1943.10.11--1944.09); Francisco Manuel Santana Barreto[359] (1945.10.08-1948.08.30); Maria Isabel

[354] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 9.
[355] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 22.
[356] «Notas mundanas – Para o campo», 1934.10.05, in *DN*, p. 2.
[357] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 115, 326.
[358] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 414.
[359] MENDES, 2010, *Matriz Toponímica da Fajã da Ovelha (Achegas para a sua identificação)*, pp. 144-145. O professor Francisco Manuel Santana Barreto, natural da freguesia da Fajã da Ovelha, é filho da regente Ilda Margarida Santana Barreto e de Humberto Benjamim Brazão Barreto (ABM, *EMPFUN*, L.º 143, fl. 18), nasceu a 30 de setembro de 1925 e o percurso final da sua instrução primária foi realizado numa escola próxima situada nas proximidades da igreja de São João Baptista, o que corresponde à localização do edifício da Escola Masculina, local onde iniciou a sua carreira docente («EB1,2,3/PE Professor Francisco Manuel Santana Barreto», s.d., in *Portal Escola Digital*).

de Freitas, regente (1964.04.06[360]-1964.08.10[361]); Maria dos Anjos Fernandes Soares (1964.10.01[362]-1965.01.28); Maria Antonieta Prata Martinho (1965.10.01[363]-1966.03.31); Ilda Margarida Santana Barreto (1966.10.03[364]-1967.10.02[365]); Manuel de Vasconcelos (1968.10.25[366]); Ilda Margarida Santana Barreto (1969.01.31[367]); Maria José de Abreu Paulo (1969.11.08[368]) e Júlia Ferreira de Nóbrega (1970.10.27[369]).

A Escola Feminina da Fajã da Ovelha funcionou, a partir da década de 1930, no sítio de São Lourenço, numa habitação particular. Na década de 1960, este edifício acolhia simultaneamente a "Escola Masculina" e a "Escola Mista", em regime de desdobramento. Em outubro de 1966, aquando da entrada em funções da professora Ilda Margarida Santana Barreto na escola masculina, esta lecionava no turno da manhã, enquanto a professora Umbelina[370] assegurava o turno da tarde na escola mista.

Figura 36 – «S. João – Fajã da Ovelha ([Escola mas[culina] e mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000021.

[360] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 354).
[361] ABM, *DEC*, Lº 8, ofs. 517, 519.
[362] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 22).
[363] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da manhã. Residia no sítio de São Lourenço (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 22).
[364] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da manhã em desdobramento com a professora Umbelina (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 24).
[365] Data da entrada em exercício de funções, no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 27).
[366] ABM, *DEC*, L.º 5.
[367] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[368] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[369] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 444).
[370] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 24.

Figura 37 – Edifício da Escola Feminina, Escola Masculina e Escola Mista; sítio de São Lourenço, Fajã da Ovelha



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Entre as décadas de 1930 e 1960 foram professoras na escola feminina: Bela Santo Antão Escórcio (1934.06.26-1937.05.26); Bela Santo Antão Escórcio (1942.03.18--1942.12.09); Ilda Margarida Santana Barreto (…1946-1950…) e Maria Hortênsia Fernandes Gouveia[371] (1960.03.26).

A Escola Mista de São João é mencionada a partir do ano letivo de 1961--1962, sendo docentes: Bela Santo Antão Escórcio (1961.11.20-1962.06.29[372]); Isabel Fernandes, regente (1963.09.29[373]-1964.08); Maria Umbelina de Almeida Ferreira (1964.10.03[374]-1967.10.06[375]); Maria José Correia Batista (1968.10.25[376]-1969.03.10[377]);

[371] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 88.
[372] Nesta data comunica que se considera «desligada do serviço», ou seja, não exercia (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 227).
[373] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
[374] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 19).
[375] Data da entrada em exercício de funções, no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 36).
[376] ABM, *DEC*, L.º 5.
[377] Retomou as funções na Escola Mista de São João (ABM, *DEC*, L.º 5).

Maria da Encarnação Costa Meneses (1969.11.05[378]); Ilda Margarida Santana Barreto (1970.10.27[379]-1971.11.15[380]) e Alzira Maria Correia Teixeira (…1973.10.29[381]).

Em 1965, a Câmara Municipal da Calheta adquiriu um terreno para a construção de uma escola no sítio de São João, a qual entrou em funcionamento no final desta década ou no início da seguinte, reunindo os alunos das antigas escolas masculina e feminina. O edifício escolar do sítio de São Lourenço passou a acolher os serviços da Junta de Freguesia, aí permanendo até 2002, ano da inauguração da atual sede.

Figura 38 – Escola de São João



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

[378] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[379] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 443).
[380] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 785).
[381] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

Figura 39 – Interior da Escola de São João



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

No sítio de São João, funcionou o posto escolar local, pelo menos desde 27 de julho de 1961, data da tomada de posse da regente Ilda Margarida Santana Barreto[382]. Em 17 de outubro de 1962, esta regente encontrava-se a exercer funções na Escola Mista de São João[383]. Em 1963, a documentação existente menciona simultaneamente o Posto Escolar Misto e a Escola Mista de São João – Fajã da Ovelha[384], indicando o funcionamento de ambos em paralelo. O Posto Misto de São João foi extinto em abril de 1964[385]. Aí exerceram, como regentes: Ilda Margarida Santana Barreto (1961.07.27[386]-1962.03.22[387]); Maria Cristina de Freitas França (1962.03.13[388]) e Ermelinda Teixeira de Góis (1962.10.04[389]-1964.04.06)[390].

382 ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 5.
383 ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 5.
384 ABM, *DEC*, L.º 2, ofs. 664 e 665.
385 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 336.
386 Nomeada por portaria de 1960.10.27 (*DG* n.º 285 de 1960.12.09; ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 5; L.º 7, fl. 131).
387 Em 1962.03.22 comunicou que deixou de exercer funções neste posto escolar por ter sido nomeada para outra escola (ABM, *DEC*, L.º 1).
388 ABM, *DEC*, L.º 1.
389 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 281).
390 Nesta data foi extinto este posto escolar (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 336).

A 10 de agosto de 1940, a Delegação Escolar da Calheta enviou um ofício à regente escolar da Lombada dos Marinheiros, atestando o funcionamento de um posto escolar[391]. Este posto correspondia, muito provavelmente, ao que é referido em documentos de 15 de maio de 1938 e de 12 de junho de 1939 como «Posto escolar da Fajã da Ovelha»[392]. Em 25 de setembro desse mesmo ano, o delegado escolar da Calheta enviou um ofício aos regentes dos postos escolares, incluindo a professora Ilda Margarida Santana Barreto[393], a qual, em princípio, lecionava no Posto Escolar da Lombada dos Marinheiros, uma vez que esta professora ensinou largos anos nesta freguesia.

Após um período de lacunas documentais, que impede a identificação completa dos regentes e professores do Posto Escolar da Lombada dos Marinheiros, a partir de 1961 são aclarados os seguintes nomes: Maria Gonçalves Teixeira (1961.01.23--1962.04.14); Maria José Albuquerque Rocha de Gouveia, regente (1962.04.14); Maria da Encarnação Costa Mendes (1963.01.30-1963.06.14); Maria de Barros (regente) (1963.10.09[394]); Celeste da Conceição Freitas (1963.11.30-1964.04.25); Ilda Margarida Santana Barreto (1964.05.13[395]-1964.12.11); Augusta Teodora Barbeito (1965.05.10[396]); Ilda Margarida Santana Barreto (1965.10.02[397]-1965.10.21[398]); Deolinda Teixeira (1966.01.13[399]-1966.03.03); Cândida de Gouveia (1967.02.26[400]); Maria Rodrigues Teixeira (1967.10.02[401]-1968.01.22[402]); Maria Bernardina de Jesus (1968.10.02[403]); Manuela Maria da Silva França Andrade (1969.10.03[404]); Ilda Margarida Santana Barreto (1969.11.07[405]); Juliana Encarnação da Silva (1970.04.06[406]-1970.05.08[407]); Laurinda

391 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 217.
392 ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 132 e 172.
393 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 192.
394 Exonerada do serviço (despacho de 1963.10.09, in *DG*, 1963.10.16, n.º 243; ABM, *DEC*, L.º 7, of. 130).
395 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 515).
396 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 309).
397 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 38).
398 Deixou de exercer neste posto por ter sido nomeada para o segundo lugar da Escola Masculina do Lombo da Igreja, no Estreito da Calheta (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 54).
399 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 134).
400 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 195).
401 Data da entrada em exercício de funções, no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 30).
402 Deixou de exercer nesta escola, passando para a Escola Feminina da Raposeira do Lugarinho (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 149).
403 ABM, *DEC*, L.º 5.
404 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
405 Nesta data encontrava-se doente e impossibilitada de exercer neste posto (ABM, *DEC*, L.º 5).
406 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
407 Nesta data passou para o Posto Misto do Amparo (ABM, *DEC*, L.º 5).

Ribeiro de Nóbrega (1970.10.26[408]); Maria Fátima S. de Gouveia (1971.11.11[409]); Alice Maria Sardinha Gouveia (1972.10.26[410]-1973.04.30) e Maria José C. B. Gorgulho (1973.11.10[411]-1973.11.22[412]; 1974.10.15[413]-1974.12.02[414]).

Na Lombada dos Marinheiros, a escola funcionou inicialmente, até ao ano letivo de 1959-1960, numa habitação situada no cruzamento do atual caminho da Portela com a atual Estrada Regional 222 (Figura 40). A partir do ano letivo de 1960-1961, instalou-se num edifício anexo à habitação de José Joaquim de Sousa, da qual era proprietário[415] (Figura 41). A 30 de abril de 1987, foi inaugurada a nova escola da Lombada dos Marinheiros, construída de raiz para o efeito a partir de 15 de setembro de 1986[416] (Figura 42).

Figura 40 – Edifício do Posto Escolar da Lombada dos Marinheiros



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

[408] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 436).
[409] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 791).
[410] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[411] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
[412] Nesta data deixou a escola para frequentar um «curso intensivo» (ABM, *DEC*, L.º 6).
[413] ABM, *DEC*, L.º 6.
[414] Nesta data deixou a escola a seu cargo (ABM, *DEC*, L.º 6).
[415] José Luís de Gouveia de Sousa, nascido em 1952, frequentou, entre 1959-1960, a primeira escola mencionada e, no ano letivo de 1960-1961, passou a frequentar a escola que já funcionava na casa de seu pai – José Joaquim de Sousa (depoimento de José Luís de Gouveia de Sousa).
[416] Depoimento de José Luís de Gouveia de Sousa (2019.05.02). Informação registada num *Livro de Registos de José Joaquim de Sousa*, p. 53, citado em MENDES, 2010, *Matriz Toponímica da Fajã da Ovelha (Achegas para a sua identificação)*, p. 143.

Figura 41 – «Lombada dos Marinheiros, Fajã da Ovelha ([Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000024.

Figura 42 – Escola da Lombada dos Marinheiros



Fonte: Fotografia do autor, 2026.

No sítio da Raposeira, desde o ano letivo de 1937-1938, encontram-se referências à existência de uma regente a lecionar no «Posto Escolar da Raposeira»[417]. Nos anos de 1961 e 1962 funcionava o Posto Misto da Raposeira do Serrado. A inexistência de documentação oficial relativa às décadas de 1940 e 1950 impossibilita confirmar a continuidade do posto, embora seja plausível que tenha permanecido em atividade. Em 1961 e 1962 foram regentes Maria dos Anjos Velosa (1961.08.30[418] –1962.01.03) e Matilde de Jesus Pinto Figueira (1962.05.02[419]).

No início da década de 1960, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal autorizou a extinção do posto escolar misto no núcleo da Raposeira do Lugarinho[420]. Na mesma década, a designação passou para «Escola Mista», por vezes denominada de «Escola Mista da Raposeira do Lugarinho». Foram professoras: Maria Cristina de Freitas França[421] (1962.10.30-1963.06.14); Maria Alice da Silva (1963.09.29[422]-1965.03.24[423]); Maria Pureza Lopes (1965.10.01[424]-1966.02.07); Lúcia Ferreira de Nóbrega (1966.10.21[425]-1966.12.16); Maria Joaquina Costa de Sousa (1968.10.24[426]); Aurora Batista Lobo (1969.11.05[427]) e Amélia Cândida Amaro Cunha (1970.10.23[428]-1971.03.31[429]).

Na Escola Feminina da Raposeira, situada no sítio do Serrado, numa habitação particular, exerceram funções: Maria Gonçalves Nunes, regente (1960.08.20--1962.12.20); Maria Joaquina Costa de Sousa (1962.10.04[430]-1963.06.14); Maria Madalena Gomes Peixe[431] (1964.09.29[432]-1966.05.14); Maria Bela Carvalho (1966.10.01[433]-

[417] ABM, *DEC*, L.º 17, of. 164.
[418] Nomeada por portaria de 1961.08.30, in *DG*, 1961.10.09, n.º 236 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 6 v.º).
[419] Nomeada por portaria de 1962.02.09, in *DG*, 1962.04.09, n.º 84 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 7 v.º; L.º 8, of. 16).
[420] «Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Deliberações», 1962.03.30, in *DN*, p. 5.
[421] Em 1962.12.12, Maria Cristina de Freitas França e Maria Joaquina Costa de Sousa solicitaram que a festa de Natal se realizasse no dia 22 de dezembro, pelas 11h00 (ABM, *DEC*, L.º 2, of. 374).
[422] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7; ABM, *DEC*, L.º 3, of. 348.
[423] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 658.
[424] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 19).
[425] Nesta data comunicou que exercia no turno da manhã, por lecionar as primeiras classes (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 56).
[426] A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 5).
[427] Data da entrada em exercício de funções, no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 5).
[428] Data da entrada em exercício de funções. Exercia na parte da tarde e residia nas proximidades da escola (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 423).
[429] Data da entrada em exercício de funções em 1971.01.15 (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 820).
[430] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 284).
[431] Em 1965.10.02 entrou em exercício de funções, exercendo no turno da manhã em desdobramento com a Escola Mista de Raposeira do Lugarinho (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 16).
[432] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
[433] Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 18).

-1966.10.21[434]); Maria Rodrigues Teixeira (1968.01.22[435]-1968.12.11[436]); Maria Madalena Gomes Peixe (1968.12.13[437]-1969.04.05); Maria Joaquina Costa de Sousa (1969.11.05[438]); Maria Salete e Silva de Mendonça (1970.11.02[439]-1971.03.31); Amélia Cândida Amaro Cunha (1971.11.13[440]); Alzira Maria Correia Teixeira (1972.10.03[441]--1972.10.27) e Amélia C. Amaro Cunha (1973.11.10[442]-1974.11.18).

A Escola Masculina da Raposeira do Lugarinho, em funcionamento desde finais da década de 1940 numa habitação particular situada no atual impasse do Caminho da Igreja, contou com os seguintes docentes: Maria del Carmen Lomelino Zamorano (…1952-1964.08.01[443]); Maria de Lurdes Rodrigues (1965.10.01[444]-1967.10.02[445]); Marina da Conceição Soares (1968.10.29[446]-1969.04.24[447]); Virgínia Rodrigues Silva (1969.11.05[448]-1970.10.24[449]) e Joaquim José Abreu Sousa (1971.11.12[450]-1972.10.27[451]).

---

[434] Nesta data comunicou que passava a exercer no turno da tarde, por lecionar a quarta classe (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 57).

[435] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 150).

[436] Nesta data deixou de exercer funções, por acumulação da professora Maria Madalena Gomes Peixe (ABM, *DEC*, L.º 5).

[437] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação na Escola Feminina de Raposeira do Lugarinho, no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 5).

[438] Data da entrada em exercício de funções, no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 5).

[439] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 454).

[440] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 782).

[441] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[442] Data da entrada em exercício de funções, no segundo lugar (ABM, *DEC*, L.º 6).

[443] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 258, 475. Manuel Rodrigues Ladeira, nascido em 1945, frequentou a escola masculina de 1952 a 1956, refere que, embora Maria del Carmen Lomelino Zamorano (falecida em 1967.07.13) fosse a professora oficial, o marido da professora de nome Francisco Leonel Faria a que desempenhava as funções de professor na escola. Maria del Carmen casou com Francisco Leonel Faria, a 26 de junho de 1922, na Conservatória do Registo Civil do Funchal (ABM, *Conservatória do Registo Civil do Funchal*, L.º 34, fls. 413-413 v.º).

[444] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 29).

[445] Data da entrada em exercício de funções, exercendo em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 14).

[446] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[447] Data da retoma do exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[448] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[449] Data da entrada em exercício de funções, exercendo em «regime normal» (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 430).

[450] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 793).

[451] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

Figura 43 – «Raposeira – Fajã da Ovelha / [Escola] fem[inina] e mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000023.

Figura 44 – «Raposeira – Fajã da Ovelha / [Escola] masculina» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000022.

Provavelmente já em regime de coeducação, na denominada Escola da Raposeira, exerceram funções, em 1973 e 1974: Virgínia Rodrigues Silva (primeiro lugar, 1973.11.10[452]-1974.11.16); Amélia C. Amaro Cunha (segundo lugar, 1973.11.10[453]--1974.11.18); Maria Encarnação Costa Mendes (terceiro lugar 1973.11.10[454]) e Maria Salete S. Mendonça (terceiro lugar, 1974.11.16[455]).

No início da década de 1980, na Raposeira, foi edificada uma nova escola primária para a qual convergiram as crianças do 1.º ciclo e pré-escolar provenientes dos sítios da Maloeira, Raposeira e Lombada dos Cedros[456]. Com a diminuição do número de crianças, em 2004, ao lado da Escola Primária da Raposeira, foi edificada uma nova escola que passou a designar-se Escola Básica da Fajã da Ovelha, do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos com Pré-Escolar Francisco Manuel Santana Barreto, em homenagem ao professor natural da freguesia (1925.09.30-2003.09.30).

Freguesia do Arco da Calheta

Roberto Rodrigues Vogado, após o regresso da América, onde foi emigrante, construiu, em 1939, uma nova casa no sítio da Ladeira e Lamaceiros, com a intenção de a arrendar para servir de escola. Nesse edifício foi instalada a escola masculina local. Paralelamente, junto ao caminho, ergueu um segundo edifício, destinado a residência, no primeiro piso, e a mercearia, no rés-do-chão, ostentando o letreiro «LOJA DE VÍVERES»[457]. O conjunto localizava-se a oeste da atual Escola EB1/PE da Ladeira e Lamaceiros (designada, atualmente, Escola Professor Manuel da Silva Leça), situando-se entre a rua da Bica e a vereda da Bica. O presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Calheta, em 1939, destacava as boas condições do novo espaço escolar, qualificando-o como um «amplo salão»[458]. O delegado escolar da Calheta, José Rocha de Gouveia, no respetivo auto de vistoria do espaço descreveu-o assim: «a) superfície da sala da escola 44,5 m^2; b) [volume] da mesma sala

[452] ABM, *DEC*, L.º 6.
[453] ABM, *DEC*, L.º 6.
[454] ABM, *DEC*, L.º 6.
[455] ABM, *DEC*, L.º 6.
[456] Portaria n.º 21-B2005, JORAM de 2005.03.11. Nestes dois edifícios contíguos, a Raposeira passou a acolher os alunos do 1.º ciclo e pré-escolar da freguesia da Fajã da Ovelha e os alunos do 2.º e 3.º ciclos desta freguesia e das freguesias da Ponta do Pargo, Prazeres e Paul do Mar (MENDES, 2010, *Matriz Toponímica da Fajã da Ovelha (Achegas para a sua identificação)*, pp. 144-145). No ano de 2018--2019, esta escola fundiu-se com a Escola Básica e Secundária da Calheta.
[457] O professor Manuel da Silva Leça, nascido em 1932, frequentou a nova escola em 1939 (depoimento do professor Manuel da Silva Leça, 2016.02.26).
[458] «A Câmara Municipal da Calheta – no campo da Instrução», 1939.09.17, in *DN*, p. 3.

151 m^3; superfície luminosa – 4 janelas com 1,40 m^2 cada, ficando 3 voltadas para o sul e 1 para leste; d) a porta de entrada fica para leste; e) o pavimento é de madeira de pinho e em estado novo; f) o teto é de madeira pintada e alvaiada branca de lustro, tendo no centro o escudo da Mocidade [Portuguesa]; g) as paredes são de pedra revestidas de cal branca; h) a sala da escola tem uma ban[d]a com a altura de 0,9 m pintada e fingindo madeira de castanho; i) ao lado leste do edifício escolar ficam duas retretes com água canalizada com as respetivas fossas; j) as condições higiénicas e pedagógicas do edifício escolar são boas»[459].

Figura 45 – «Ladeira e Lamaceiros, Arco da Calheta / [Escola] mas[culina] – 2 lugares» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000020.

Em 1954, este edifício era alugado por 140$00 escudos e acolhia o segundo lugar da escola masculina. O primeiro lugar funcionava, nesse ano, no edifício da antiga escola da freguesia, no sítio do Ledo, pertencente aos herdeiros de José Rocha de Gouveia, composto por três divisões e arrendado por 200$00 escudos mensais[460].

[459] ABM, *DEC*, L.º 7, of.164.

[460] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 319 (1954.11.19); LADEIRA, 2025, «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)», p. 414.

Até meados da década de 1950, exerceram funções na escola masculina as professoras: Maria Gertrudes Camacho (1947.10.07[461]-1957.06.14) e Maria Batista da Costa[462] (1953.11.06). A partir dessa altura passaram a existir dois lugares. O primeiro lugar foi ocupado pela professora Teresa Maria Vasconcelos de Gouveia (1957.10.07[463]-1978.06.16[464]). No segundo lugar lecionaram: Maria Isabel Paulo (1953.10.08[465]); António Martins da Silva (1957.10.07[466]-1959.06.27); Maria Celestina Andrade [Leça] (1959.10.01[467]-1964.04.03); Maria Lurdes Vieira da Silva (1965.05.22[468]-1965.04.03[469]); Maria Elisa de Andrade (1966.10.01[470]-1966.10.29[471]); Deolinda Teixeira (1967.10.01[472]); António Martins da Silva (1968.05.29[473]-1970.06.25[474]);

[461] ABM, *DEC*, L.º 9, of. 304. Em 1949.12.23, passava as férias no sítio das Encruzilhadas, em Santo António, no Funchal.

[462] ABM, *DEC*, L.º 4, n.º 300; L.º 9, of. 301.

[463] Nesta data desempenhava o cargo de diretora da escola, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 31, ofs. 1, 2, 50, 52 e 53; ABM, *DEC*, mç. 22).

[464] ABM, *DEC*, L.º 31, of. 157. Em 1962.10.12, solicitou repouso por motivo de «gravidez adiantada» (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 48). Entre 1962.10.30 e 1962.12.13 foi substituída pela professora Maria Rodrigues Teixeira. Em 1962.12.12, retomou o exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 53). Em 1964.01.13, encontrava-se em «adiantado estado de gravidez», passando a repousar (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 70). Em 1964.02.13, retomou o serviço depois do parto (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 70). Em 1965.06.28, estava em «estado adiantado de gravidez», deixando de se apresentar ao serviço (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 79). Em 1969.10.18, solicitou faltar por 30 dias por motivo de parto, regressando ao serviço em 1969.12.15 (ABM, *DEC*, L.º 31, ofs. 122, 127).

[465] Data da entrada em exercício de funções. As aulas decorriam no turno da tarde e a professora residia em casa dos pais, no sítio da Ladeira e Lamaceiros (ABM, *DEC*, L.º 9, fl. 11 v.º). O edifício da escola pertencia a Roberto Rodrigues Vogado (ABM, *DEC*, L.º 4, n.º 319).

[466] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde. O turno da manhã correspondia ao primeiro lugar da Escola Masculina da Ladeira e Lamaceiros, sendo exercido pela professora Teresa Maria Vasconcelos de Gouveia, Diretora da Escola. António Martins da Silva passou a residir no sítio da Ladeira e Lamaceiros (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 1). António Martins da Silva era casado com a professora Dora Clementina Teixeira Martins da Silva (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 4).

[467] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo e exercia no turno da tarde. Passou a residir no sítio da Fonte Bugia (ABM, *DEC*, L.º 31, ofs. 23, 29, 35, 47, 64; L.º 1, of. 279). Em 1963.06.07, foi autorizada a contrair matrimónio com Manuel da Silva Leça (despacho de 1963.05.21, in *DG*, 1963.05.30, n.º 128; ABM, *DEC*, L.º 8, of. 101).

[468] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 328).

[469] Data da suspensão de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 344).

[470] Data da entrada em exercício de funções. Residia em Ladeira e Lamaceiros (ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 1, 88).

[471] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 31, of. 91).

[472] Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 29; L.º 31, of. 103).

[473] Nomeado por portaria de 1967.12.29, in *DG*, 1968.02.22, n.º 15. Tomou posse em 1968.05.29 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 27).

[474] ABM, *DEC*, L.º 31, of. 135. Em 1969.02.24, acumulava o terceiro lugar da Escola Masculina do Lombo do Guiné.

Teresa Maria Vasconcelos de Gouveia (1970.10.19[475]-1971.10.10[476]) e Maria Odília Vasconcelos e Sousa (1972.10.02[477]-1976.12.02).

Quanto à Escola Feminina do Arco da Calheta, situava-se igualmente na rua da Bica, no cruzamento com a rua Padre José Eduardo Faria. Foi edificada na década de 1940 pela professora Maria José de Vasconcelos, decorrendo as aulas no piso superior. Entre as décadas de 1950 e 1970, exerceram aí funções: Dora Clementina Teixeira (1957.10.01[478]-1959.07.20[479]); Maria Gilda Fernandes Jardim (1959.10.01[480]-1961.07.14[481]); Deolinda Teixeira (1961.10.02[482]-1962.06.26[483]); Maria Ascensão Mendes Malheta (1962.10.01[484]-1965.07.28[485]) e Maria Celestina Andrade [Leça] (1965.03.31[486]-1974.05.27[487]). O edifício acolheu igualmente a Escola Mista da Ladeira e Lamaceiros, pelo menos entre 1963 e 1971, sendo professoras: Maria

[475] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 399; L.º 31, of. 137).

[476] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 776; L.º 31, of. 142).

[477] Data da entrada em exercício de funções, no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 5; L.º 31, of. 150). Em 1974.01.17, interrompeu o serviço, retornando em 1974.02.12. Em 1974.03.04, interrompeu o serviço por se encontrar em fase adiantada de gravidez (ABM, *DEC*, L.º 31, ofs. 169, 171). Em 1976.11.06, solicitou férias depois de terminada a licença de parto. Retornou ao serviço em 1976.12.02. Durante a sua interrupção foi substituída pela professora Teresa Maria Vasconcelos de Gouveia, em regime de acumulação, entre 1976.11.08 e 1976.11.30 (ABM, *DEC*, L.º 31, ofs. 179, 180).

[478] Data da entrada em exercício de funções, funcionando a escola em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 32, ofs. 1, 14).

[479] ABM, *DEC*, L.º 32, of. 20. Entre 1958.05.22 e 1958.06.02 foi substituída pela regente agregada Maria Rodrigues Teixeira, por se encontrar doente (ABM, *DEC*, L.º 32, of. 10).

[480] Data da entrada em exercício de funções, funcionando a escola em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 32, ofs. 21, 28).

[481] ABM, *DEC*, L.º 32, of. 33.

[482] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 32, of. 34).

[483] ABM, *DEC*, L.º 32, of. 45.

[484] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 32, ofs. 47, 57, 69; L.º 3, fl. 28, of. 2; L.º 1, of. 267).

[485] ABM, *DEC*, L.º 32, of. 78. Em 1962.10.24 tinha 20 anos, sendo filha de José Mendes Malheta e de Filomena de Jesus, natural da freguesia do Arco da Calheta e residente ao sítio da Ladeira e Lamaceiros (ABM, *DEC*, L.º 32, of. 50).

[486] Nomeada por portaria de 1965.02.25, in *DG*, 1965.03.24, n.º 70 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 15; L.º 8, of. 666).

[487] ABM, *DEC*, L.º 32, of. 151. Outras entradas ao serviço: 1965.10.01 (ABM, *DEC*, L.º 32, of. 79, L.º 4, 37); em finais de março de 1969, completou quatro anos de serviço efetivo (ABM, *DEC*, L.º 32, of. 106); em 1966.02.12, refere que morava a 400 metros da escola (ABM, *DEC*, L.º 32, of. 84); em 1969.09.22, entrou em gozo de licença por motivo de parto, retornando em 1969.10.26 (ABM, *DEC*, L.º 32, ofs. 110, 111); em 1970.10.24, solicitou repouso por licença de parto (ABM, *DEC*, L.º 32, of. 121; L.º 5, ofs. 426, 427).

Celestina Andrade Leça (1963.09.29[488]-1964.04.06[489]; 1970.10.24[490]-1971.11.10[491]) e Dora Clementina Teixeira Martins da Silva (1964.09.30[492]-1966.02.09).

Figura 46 – «Ladeira e Lamaceiros, Arco da Calheta / [Escola] fem[inina] e mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000019.

Em 1939, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Calheta referia que «a escola mista do Loreto – Arco da Calheta, também está passando por grandes transformações, estando devidamente assegurado não só as comodidades dos alunos como também do professor»[493]. A 12 de novembro de 1947, a Junta Geral do Funchal criou a «Escola da Lombada do Loreto», tendo a Câmara Municipal assumido, a partir de 12 de março de 1948, as responsabilidades do fornecimento de mobiliário e do material didático[494].

[488] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
[489] ABM, *DEC*, L.º 3, of. 349.
[490] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação.
[491] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 784).
[492] Nomeada por portaria de 1964.08.28, in *DG*, 1964.09.26, n.º 227. Tomou posse em 1964.08.30 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 12 v.º).
[493] «A Câmara Municipal da Calheta – No campo da Instrução», 1939.09.17, in *DN*, p. 3.
[494] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 537.

Entre as décadas de 1930 e 1960, estão identificados, na Escola Mista da Lombada do Loreto, os seguintes professores: Maria Severina de Agrela (1935.08.06[495]--1942.12.09); Ema Bela Martins da Silva (1957-1958)[496]; Maria Dulce da Silva Ornelas (1962.10.04[497]-1962.12.22) e Dulce Corina Barbosa Gomes (1963.09.29[498]-1964). A Escola Mista, também designada por vezes de Escola Feminina, funcionava numa habitação situada na rua principal, nas proximidades da capela de Nossa Senhora do Loreto, onde hoje se encontra uma praça com um parque de estacionamento subterrâneo[499].

Figura 47 – «Lombo do Guiné – Loreto – Arco da Calheta / [Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000017.

No final da década de 1950 e na seguinte, funcionou igualmente na Lombada do Loreto, a Escola Masculina do Loreto, com dois lugares: o primeiro no turno da manhã e o segundo no turno da tarde. No primeiro lugar lecionou Maria Gertrudes

[495] ABM, *ICEFUN*, mç. 30, folha de vencimentos de junho de 1933.
[496] MATOS, 2005, *Arco da Calheta – Evangelização, devoção e património cultural* […], p. 67.
[497] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 47).
[498] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
[499] A habitação, à data, era propriedade de Maria da Encarnação Mendes e do marido (depoimento do professor Manuel da Silva Leça, 2018).

Camacho (1959-1964[500]) e, no segundo, Maria José da Silva Madalena Dionísio (1958.03.08)[501] e Maria Piedade Mendes[502] (1959.10.01[503]-1965.10[504]). A escola situava-se na casa confinante a norte do adro da capela de Nossa Senhora do Loreto, propriedade da família Rocha de Gouveia.

Figura 48 – «Lombo do Guiné – Loreto – Arco da Calheta / [Escola] mas[culina] – 2 lugares» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000018.

Nas proximidades do sítio do Loreto, em 1939, foi criado o Posto Escolar do Arco, também denominado de Posto Misto das Florenças[505]. Terá funcionado, provavelmente, no sítio das Faias, numa habitação situada no cruzamento do atual caminho das Faias com o 2.º impasse das Faias, onde é conhecido o local de funcionamento de uma escola (Figura 49).

[500] ABM, *DEC*, L.º 1, of. 269; L.º 4, ofs. 355, 378, 387, 427, 430, 446.

[501] Data da nomeação (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 348).

[502] Maria Piedade Mendes é natural do Loreto, filha de Francisco Rodrigues Mendes e de Maria da Encarnação Costa Mendes e casou com Manuel Serrão Júnior, proprietário no sítio do Ledo e Vinhático. É mãe de Manuel Mendes Serrão (ABM, *DEC*, L.º 4, n.º 410). Em 1963 lecionava as primeira e terceira classes e a professora Gertrudes lecionava as segunda e quarta classes (ABM, *DEC*, L.º 4, n.º 430).

[503] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 359.

[504] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 467.

[505] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 50; L.º 7, of. 172.

Figura 49 – «Lombo do Guiné – Arco da Calheta / [Escola] mas[culina] e fem[inina]» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000016.

Aí lecionaram: Angelina de Abreu[506] (1939.09.25); Isabel de Jesus dos Ramos, regente (1962.10.04[507]-1964.08.06) e Maria José Vieira (1964.10.02[508]-1965.06.08[509]). Na década de 1960 surgem diferenciadas as escolas «Masculina das Florenças» e «Feminina das Florenças», possivelmente resultantes do desdobramento do antigo posto misto. Lecionaram nessas escolas Maria de Jesus Ramos (1963[510]); Isabel Teixeira, regente (1962[511]-1964) e Maria Natércia Bastos Dias Nunes (1964[512]).

A partir de 1965, na documentação escolar, é empregue a nomenclatura de «Escola Mista do Lombo da Guiné» – «extinto Posto Escolar Masculino/Misto das Florenças», ou seja, existiu uma mudança na denominação. Em 1966, tomou posse nesta escola a professora Rosa Soares Freitas Bettencourt de Sousa, que aí permaneceu

[506] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 192.
[507] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 270; L.º 8, ofs. 213, 313).
[508] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 11).
[509] Data em que deixou de exercer (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 349).
[510] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 196.
[511] ABM, *DEC*, L.º 8, ofs. 213, 489; L.º 1, of. 268; «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
[512] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 10).

até à década de 1970[513]. Nos finais da década de 1960 e na seguinte, a escola surge subdividida em «Escola Masculina do Lombo da Guiné» e «Escola Mista» / ou «Escola Feminina do Lombo da Guiné», evidenciando a segregação por género.

O Loreto acolheu um lugar misto do ciclo complementar, correspondente às 5.ª e 6.ª classes, cujas aulas foram ministradas, em 1968 e em 1969, respetivamente, por Rosa Soares Freitas Bettencourt de Sousa e Maria Luísa Ferreira Pereira[514].

Em 1964, a Câmara Municipal da Calheta adquiriu um terreno para a construção de uma escola na Lombada do Loreto[515], no entanto, este estabelecimento de ensino só entrou em funcionamento no ano letivo de 1981-1982, sob a designação de Escola do Lombo do Guiné.

No sítio das Paredes, no Arco da Calheta, funcionaram as escolas masculina, feminina e mista.

A Escola Masculina das Paredes localizava-se numa casa particular no caminho das Paredes e funcionou com dois lugares. A partir de julho de 1973, passou a designar-se de Escola das Paredes ou «ex-masculina» das Paredes, em consequência do regime de coeducação[516]. No primeiro lugar lecionaram: Maria Eugénia Gonçalves (1961.06.06); Maria dos Prazeres L. Lomelino, regente em comissão (1961.11.21--1961.12.05); Maria Eugénia Gonçalves (1962.10.27-1964.03.06); Maria Ascensão Mendes Malheta Jardim (1965.10.01[517]-1965.12.15[518]); Maria Albertina Faria Quintal (1966.01.08[519]-1966.03.26); Maria Margarida Lira Gonçalves (1967.10.02[520]--1968.03.26); Deolinda Teixeira (1970.10.22[521]) e Maria Ascensão Mendes Malheta Jardim (1969.10.02[522]-1975[523]). No segundo lugar lecionaram: Teresa Raquel Lira da Silva (1961.06.06-1963.05.30); Maria Margarida de Lira (1962.01.15[524]-1963.01.23);

---

513 ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 20v.º; L.º 34, of. 77; L.º 32, of. 127.

514 ABM, *DEC*, L.º 5.

515 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 554.

516 ABM, *DEC*, L.º 33, of. 327.

517 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 17; L.º 33, of. 232).

518 ABM, *DEC*, L.º 33, of. 237.

519 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 131; L.º 33, of. 239).

520 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 20). Nomeada por portaria de 1967.08.30, in *DG*, 1967.09.29, n.º 228. Tomou posse em 1967.09.30 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 25). Em 1968.12.10, entrou em regime de acumulação na Escola Mista de Paredes (ABM, *DEC*, L.º 5).

521 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã. Residia na Lombada do Loreto, em casa particular não atribuída pelos serviços escolares (ABM, *DEC*, L.º 5).

522 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã. Residia no sítio da Ladeira e Lamaceiros em edifício próprio (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 17).

523 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 752; L.º 33, of. 296).

524 Data da entrada em exercício de funções.

Aurora Batista Lobo (1962.11.20[525]-1963.02.19[526]); Maria Margarida Lira Gonçalves (1963.10.01[527]-1964.02.28); António Martins da Silva (1964.08.03[528]-1968.06.27[529]); Teresa Maria Vasconcelos de Gouveia (1968.12.10[530]-1969.11.15[531]); Maria Lídia de Sousa Castro (1970.10.19[532]-1971.05.05) e Maria Aquilina Paiva da Silva Vasconcelos (1971.10.01[533]-1973.05.22).

Figura 50 – «Paredes – Arco da Calheta / [Escola] mas[culina] – 2 lugares» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000015.

[525] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 33, of. 173).

[526] ABM, *DEC*, L.º 33, of. 179; L.º 2, ofs. 323 e 476.

[527] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo e exercia no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 33, of. 197; «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7).

[528] Nomeado por portaria de 1964.05.30, in *DG*, 1964.05.26, n.º 149. Tomou posse em 1964.08.03 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 12).

[529] ABM, *DEC*, L.º 33, of. 283.

[530] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 33, of. 286).

[531] Nesta data comunicou que não podia entrar em serviço, em regime de acumulação, por motivo de licença de parto (ABM, *DEC*, L.º 5).

[532] Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5; L.º 33, of. 290).

[533] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em regime duplo, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 753; L.º 33, of. 297).

Figura 51 – Edifício da Escola Masculina das Paredes



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

A Escola Feminina das Paredes existe desde 1945, passando a dispor de dois lugares a partir de 1953[534]. No primeiro lugar lecionaram: Eulália Vieira da Luz Pestana, regente em comissão (1945.01.26[535]-1945.05.20); Clarisse Ferreira (1945.10.02[536]-1949.08.02[537]); Maria José Albuquerque Rocha de Gouveia, regente em comissão (1949.10.07[538]-1950.06.08[539]); Ernestina Ferreira (1950.10.17[540]); Maria Rodrigues Teixeira, regente em comissão (1950.12.04[541]); Maria Fernanda da

[534] ABM, *DEC*, L.º 29, ofs. 1, 2, 64.

[535] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 29, ofs. 1 e 2). Em 1945.03.24, nas férias da Páscoa, ausentou-se para o sítio da Fundoa de Cima, freguesia de São Roque, no Funchal (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 5).

[536] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 8). Residia no sítio das Virtudes, freguesia de São Martinho, Funchal (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 13).

[537] ABM, *DEC*, L.º 29, of. 44.

[538] Data da entrada em exercício de funções, sendo residente no sítio das Paredes (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 45).

[539] ABM, *DEC*, L.º 29, of. 48.

[540] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 29, ofs. 49, 50, 51).

[541] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 52).

Conceição Gonçalves (1951.10.02[542]-1959.11.10[543]); Maria Encarnação Fernandes Pedra (1959.11.12[544]); Maria Fernanda da Conceição Gonçalves Teixeira (1960.03.08[545]; 1961.06.06-1965.07.31[546]); Isabel Teixeira (1961.10.02[547]-1961.10.23[548]); Maria Margarida Lira Gonçalves (1964.10.02[549]); Maria Elisa de Andrade (1965.10.08[550]--1966.07.14); Maria da Piedade Mendes (1966.06.02[551]-1972.09.23[552]); Maria Margarida Lira Gonçalves Ruas (1972.10.03[553]) e Maria Manuela Sousa Gouveia Brazão (1973.10.03[554]). No segundo lugar exerceram: Maria Gilda Fernandes Jardim (1958.10.01[555]-1959.05.08[556]); Maria Encarnação Fernandes Pedra (1959.10.01[557]--1959.11.12); Laurinda Ribeiro de Nóbrega (1959.11.14[558]) e Teresa de Jesus Araújo Sol (1960.10.02[559]-1961.06.06[560]).

[542] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 53). Em 1951.02.15, tinha 20 anos (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 56). Em 1952.07.28, passava as férias na sua residência, na rua dos Ilhéus, no Funchal, (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 59).

[543] Data em que deixou o serviço para frequentar um «curso de crianças anormais» (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 97).

[544] Data em que solicitou permuta do turno da tarde para o turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 98).

[545] Data em que regressou ao serviço, por ter desistido do curso (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 102).

[546] ABM, *DEC*, L.º 34, of. 34. Em tempo de férias, residia na rua da Carne Azeda, no Funchal (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 122). Em 1962.10.23, tinha 30 anos, sendo natural da freguesia de São Martinho, concelho de Funchal, filha de Henrique Gonçalves e de Maria Antónia Gonçalves (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 124). Em 1963.07.30, passou a residir na rua da Ribeira de São João, no Funchal (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 134).

[547] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 108).

[548] ABM, *DEC*, L.º 29, of. 111.

[549] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 18).

[550] Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 41; L.º 34, ofs. 35, 47).

[551] Nomeada por portaria de 1966.04.23, in *DG*, 1966.05.31, n.º 127 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 20).

[552] ABM, *DEC*, L.º 34, of. 106. Em 1968.10.29, comunicou que a Escola Feminina das Paredes funcionava no turno da manhã e a Escola Mista funcionava na parte da tarde (ABM, *DEC*, L.º 5).

[553] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[554] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

[555] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo e exercia no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 89).

[556] ABM, *DEC*, L.º 29, of. 95.

[557] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo e exercia no segundo turno, turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 29, ofs. 96, 98).

[558] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 100).

[559] Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 29, of. 103).

[560] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 130.

Com a transformação do segundo lugar da escola feminina em escola mista[561], as duas passaram a funcionar no mesmo edifício[562]. Em 1962, foram colocados 39 alunos na escola feminina e 39 na escola mista, dos quais 29 provenientes da escola feminina e dez da masculina[563]. A escola mista situava-se numa habitação particular no atual caminho do Serrado, acima da capela de Nossa Senhora da Conceição, encontrando-se atualmente remodelada numa habitação de maiores dimensões. Lecionaram na escola mista: Maria Encarnação Jardim (1962.10.04[564]-1964.03.03[565]); Elsa Maria de Brito Marques (1964.04.06[566]-1964.07.14[567]); Maria Margarida Lira Gonçalves (1964.10.01[568]-1965.02.26[569]); Fernanda Coelho da Vera Cruz (1965.10.01[570]-1965.11.22[571]); Laurinda Ribeiro de Nóbrega (1965.11.26[572]-1966.05.04[573]); Deolinda Teixeira (1966.10.01[574]-1967.05.20[575]); Augusta Teodora Barbeito (1967.10.02[576]-1968.07.12[577]); Maria Margarida Lira Gonçalves [Ruas] (1968.12.10[578]-1972.10.26[579]); Maria da Piedade Mendes (1970.10.19[580]-1971.10.09[581]) e Maria Manuela Sousa de Gouveia Brazão (1973.10.01[582]-1979.12.14).

561 *DG* n.º 49 de 1962.02.27.
562 ABM, *DEC*, L.º 34, of. 67.
563 ABM, *DEC*, L.º 29, of. 119.
564 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 272; L.º 35, of. 1).
565 Data em que terminou o serviço na escola, por ter pedido a exoneração (ABM, *DEC*, L.º 35, of. 4).
566 Data da entrada em exercício de funções. Alvará de colocação de 1964.03.17 (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 351; L.º 35, of. 5).
567 ABM, *DEC*, L.º 35, of. 8.
568 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 35, of. 9).
569 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 169.
570 Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 18; L.º 35, of. 12).
571 Exonerada a seu pedido (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 74; L.º 35, of. 13).
572 Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em curso duplo, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 77). Em 1965.12.22 passava as férias na sua residência, rua 31 de Janeiro, no Funchal. (ABM, *DEC*, L.º 35, of. 16). Em período de trabalho na escola, residia no Arco da Calheta (ABM, *DEC*, L.º 35, of. 18).
573 ABM, *DEC*, L.º 35, of. 22.
574 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 2; L.º 35, of. 23).
575 ABM, *DEC*, L.º 35, of. 28.
576 Data da entrada em exercício de funções. Exerce no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 1; L.º 35, of. 29).
577 ABM, *DEC*, L.º 35, of. 32.
578 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 35, of. 33).
579 Data da entrada em exercíco (ABM, *DEC*, L.º 5).
580 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 404; L.º 35, of. 34).
581 Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 775).
582 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 35, of. 36).

Figura 52 – «Paredes – Arco da Calheta / [Escola] fem[inina] e mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000014.

No sítio do Pinheiro funcionou um posto misto. Em 1938, a paróquia do Arco da Calheta possuía uma «casa da catechese do Pinheiro»[583], que, nos anos seguintes, foi adaptada a «escola paroquial do Pinheiro», obra financiada pela fábrica da igreja de São Brás. Foram gastos 600$00 escudos no trabalho de carpintaria, nomeadamente 30 dias de trabalho na construção de bancos, carteiras e janelas, e 90$00 escudos no serviço do pintor Silvério, correspondentes a seis dias de trabalho[584]. Em 1964, encontrava-se concluída a construção de um novo edifício escolar[585] e, a partir de 1968, o posto misto passou a designar-se de Escola Mista do Pinheiro. No local do antigo edifício foi construída, por volta de 1980, a capela de Nossa Senhora da Saúde, ao nível da estrada, sendo o rés-do-chão destinado a arrumos. O novo edifício escolar acolhe atualmente o Centro Social do Pinheiro. Na Escola do Pinheiro lecionaram, nas décadas de 1960 e 1970, as professoras: Maria Rodrigues Teixeira, regente (1961.10.31-

583 APAC, *Livro da Fábrica de 1920-1960*, fls. dos anos de 1938 e 1940.

584 APAC, *Livro da Fábrica de 1920-1960*, fl. do ano de 1943. A casa da «Escola do Pinheiro», em 1944, foi vistoriada e realizaram-se, em 1947, alguns consertos no valor de 120$00 escudos.

585 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], pp. 553-554.

-1965.11.22[586]); Virgínia Rodrigues Silva (1968.10.22[587]-1968.11.12); Maria de Oliveira Câmara (1970.03.03[588]); Maria Rodrigues Teixeira (1970.10.24[589]-1971.11.12[590]); Maria Margarida Lira Gonçalves Ruas (1972.01.07[591]); Maria Salete e Silva Mendonça (1973.11.14[592]-1972.12.02[593]) e Maria Aquilina P. S. Vasconcelos (1974.11.15).

Figuras 53 e 54 – Edifício da Escola do Pinheiro





Fontes: Fotografias do autor, 2026.

[586] ABM, *DEC*, L.º 1, of. 271; L.º 2, ofs. 378, 388, 431, 622; L.º 4, of. 39. Em 1965.11.22, exonerou funções a seu pedido (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 75).
[587] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[588] Data de entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[589] Data de entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 429).
[590] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 797).
[591] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 813).
[592] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5)
[593] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

No Arco da Calheta funcionaram duas escolas particulares. A Escola Particular de Santa Filomena localizava-se no Loreto, num edifício a norte da habitação das irmãs da família Rocha de Gouveia, mais conhecidas por *Meninas*, sendo algumas delas, nomeadamente D. Beatriz e D. Inês, professoras nesta escola[594]. Em 31 de outubro de 1961, esta escola era frequentada por 40 alunas[595]. No centro do Arco da Calheta, junto à capela de Nossa Senhora da Conceição, na parte inferior do edifício, onde atualmente se encontra um lar de idosos, funcionou a Escola Particular de São Brás. Em 31 de outubro de 1961, era frequentada por 29 alunas[596].

Freguesia do Estreito da Calheta

Figura 55 – «Igreja – Estreito da Calheta / [Escola] mas[culina] – 4 lugares» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000012.

[594] Depoimento do professor Manuel da Silva Leça (2016.02.26).
[595] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 151.
[596] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 151.

Em 30 de novembro de 1937, no Lombo dos Reis, foi disponibilizada pelos proprietários uma habitação destinada à instalação da escola masculina[597]. Na década de 1960, esta escola localizava-se no sítio da Igreja, junto à Estrada Regional, igualmente em edifício particular arrendado, funcionando com quatro lugares. Neste edifício, na década de 70, concretizou-se a unificação do ensino masculino e feminino, situação que se manteve até à inauguração da atual escola, ocorrida em 29 de setembro de 1993.

No primeiro lugar desta escola lecionaram: Maria da Conceição Andrade[598] (1960.03.26-1962.01.29); Armanda Maria José dos Santos Rodrigues[599] (1961.06.06--1962.02.11); Maria Luísa Ferreira Pereira (1962.10.02[600]); Maria de Fátima Pereira Serrão C. Gonçalves (1963.09.29[601]); Felicidade C. dos Santos (1964.10.01[602]); Maria Lurdes Ramos (1964.10.01[603]); Maria Olga Teixeira da Fonte (1964.11.30[604]-1966.10.01[605]); Maria Arlete Nunes[606] (1966.07.14); Maria Olga Teixeira da Fonte (1960.03.26--1971.10.02[607]) e Maria de Fátima Marques (1970.10.20[608]-1971.10.01[609]). No segundo

---

[597] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 125. O edifício tinha as seguintes características: «a) superfície da sala da escola 59,37 m^2; b) cubagem da mesma sala 23,75 m^2; c) superfície luminosa 3 janelas para o sul com 2,40 m^2 cada; d) ao lado direito da entrada fica o gabinete do professor com a superfície de 5,6 m^2, e com uma janela para oeste com a superfície de […] m^2; e) ao lado esquerdo da mesma entrada fica um compartimento destinado a chapéus e […?] com a superfície de 11,8 m^2, tendo duas janelas – uma para o sul e outra para leste – esta com a superfície luminosa de 2 m^2 e aquela com 2,40 m^2; f) o pavimento é de madeira de casquinha e em estado novo; g) as paredes são a blocos, revestidas de cal branca; h) ao lado oeste do edificio escolar ficam duas retretes com as devidas fossas».

[598] ABM, *DEC*, L.º 8, ofs. 88, 130.

[599] Nomeada diretora por portaria de 1960.02.17, in *DG*, 1960.03.02, n.º 52. Tomou posse em 1960.03.31 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 1 v.º).

[600] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 253).

[601] «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.

[602] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 41).

[603] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 42).

[604] Nomeada por portaria de 1964.10.29, in *DG*, 1964.11.26, n.º 278. Tomou posse em 1964.11.30 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 13 v.º).

[605] Data da entrada em exercício de funções. Exercia no turno da tarde, desdobrando com a regente Maria Amélia Bettencourt (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 12). Foi nomeada diretora da escola por portaria de 1965.12.14, in *DG*, 1966.01.04, n.º 2. Tomou posse em 1966.01.13 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 17).

[606] Nomeada diretora por portaria de 1967.02.17, in *DG*, 1967.03.08, n.º 57. Tomou posse em 1966.07.14 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 22 v.º).

[607] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 761. Em 1967.10.02, entrou ao serviço, exercendo no turno da tarde e desdobrando com o terceiro lugar da escola (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 7). Em 1968.12.14, lecionava, em regime de acumulação, no terceiro lugar da Escola Masculina do Lombo da Igreja, no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 5).

[608] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

[609] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 751.

lugar lecionaram: Maria Olga Teixeira da Fonte (1960.05.09[610]-1964.11.30[611]); Maria da Conceição Silva (1962.09.29[612]-1964.07.05); Maria Salete Gomes (1966.03.31[613]); Maria Teresa Barreto (1966.10.01[614]); Ilda Jesus [Sousa?] (1967.10.02[615]); Zita Senhorinha Jardim Nascimento Farinha (1968.12.17[616]-1971.11.11[617]); Maria Fátima Bettencourt da Costa (1969.11.21[618]); Virgínia Rodrigues da Silva (1972.10.31[619]). O terceiro lugar foi ocupado por: Maria Estela F. Fonte (1961.12.19-1962.06.28); Matilde de Freitas (1962.10.02[620]-1964.03.16); Maria de Fátima Pereira Serrão Cunha Gonçalves (1965.10.03[621]-1966.03.20); Maria Arlete Nunes (1966.01.30[622]); Maria Amélia Bettencourt (1966.10.01[623]-1967.10.02[624]) e Olga Maria Teixeira da Fonte (1969.11.20[625]-1972.10.27[626]). No quarto lugar lecionaram: Amélia Cândido Amaro Cunha (1961.06.06-1963.09.29[627]); Maria Lurdes Ramos (1965.10.02[628]); Ilda de Jesus Lobo (regente) (1966.10.03[629]) e Zita Senhorinha Jardim Nascimento Farinha (1969.11.21[630]).

Relativamente ao ensino das crianças do sexo feminino, no decurso do terceiro quartel do século XX existiam duas escolas oficiais em funcionamento: uma

---

610 Nomeada por portaria de 1960.02.08, in *DG*, 1960.03.23, n.º 69. Tomou posse em 1960.05.09 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 2 v.º).

611 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 40).

612 Nomeada por portaria de 1962.08.08, in *DG*, 1962.09.27, n.º 228. Tomou posse em 1962.09.29 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 8 v.º; L.º 8, of. 35). Tomou posse como diretora em 1963.01.02, in *DG*, 1962.12.04, n.º 283 (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 65).

613 Nomeada por portaria de 1966.02.07.02, in *DG*, 1966.03.26, n.º 72.

614 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 14).

615 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 8).

616 Data do início de funções, em regime de acumulação.

617 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 787).

618 Data de entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

619 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

620 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 251).

621 Entrada em exercício de funções em 1965.10.01. Exercia no turno da tarde, desdobrando com o primeiro lugar da escola. Residia no síto dos Reis (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 23).

622 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 156.

623 Data da entrada em exercício de funções; exerce no turno da manhã, desdobrando com a professora Maria Olga Teixeira da Fonte (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 13).

624 Data da entrada em exercício de funções, no turno da manhã, desdobrando com o primeiro lugar (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 9).

625 Data da entrada em funções, em regime de acumulação no terceiro lugar (ABM, *DEC*, L.º 5).

626 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

627 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 252; «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7).

628 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 13).

629 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 61).

630 Entrada em serviço de acumulação no quarto lugar (ABM, *DEC*, L.º 5).

localizada no sítio dos Reis e outra no sítio dos Moinhos. A primeira situava-se junto ao cruzamento da Estrada Regional principal (atual ER 222) com a via que estabelece a ligação ao Jardim do Mar (atual ER 223). A segunda situava-se nas imediações do antigo engenho de destilação de aguardente, do qual subsiste a chaminé, sendo vulgarmente designada por "Escola do Engenho". Nesta última, no final da década de 1960, funcionavam os segundo e quarto lugares da escola feminina. No ano letivo de 1967-1968, por exemplo, a professora Maria do Céu dos Santos Pereira, responsável pelo segundo lugar, exercia no turno da tarde, desdobrando com a regente Alice de Gouveia, do quarto lugar[631]. Em 1973, foi referido que as «escolas do Estreito da Calheta podem funcionar em regime de coeducação» pelo que a junção das crianças dos dois sexos ocorreu pouco depois dessa data[632].

Figura 56 – «Igreja – Estreito da Calheta / [Escola] fem[inina] – 2 lugares» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000011.

631 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 10.
632 ABM, *DEC*, L.º 6.

Figura 57 – «Igreja – Estreito da Calheta / [Escola] fem[inina] – 1 lugar» (legenda constante no verso da fotografia); "Escola do Engenho"; s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000010.

Figura 58 – "Escola do Engenho"



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Na(s) escola(s) feminina(s), lecionaram no primeiro lugar: Maria Gonçalves de Freitas Baeta de Sousa (1962.10.02[633]-1965.10.09[634]); Maria Matilde de Caires[635] (1960.03.26-1965.01.31); Maria Fernanda dos Santos Corte (1964.10.01[636]-1965.01.31); Manuela Maria da Silva de França Andrade (1965.10.29[637]-1965.12.12); Maria Arlete Nunes (1966.07.14[638]); Júlia Alice Jardim (1966.10.31[639]); Maria Ariete Bettencourt S. Ribeiro (1972.10.26[640]); Maria Joselina do Rosário Gonçalves Costa (1970.10.21[641]); Maria José Farinha de Agrela (1971.11.11[642]) e Deolinda Teixeira (1974.11.16[643]). No segundo lugar: Maria Matilde Caires (1962.12.21[644]); Maria Luísa Ferreira Pereira (1963.09.29[645]); Ilda Margarida Santana Barreto (1965.10.21[646]); Maria do Céu dos Santos Pereira (1967.10.02[647]); Ilda Margarida Santana Barreto (1968.10.25[648]--1968.12.13[649]); Maria Isabel de Paulo Teixeira (1968.12.16[650]); Maria Ferreira Barreiro (1969.11.21[651]); Maria Ariete Bettencourt da Silva Ribeiro (1970.10.21[652]-1971.11.11[653]); Zélia da Mota e Freitas Jardim (1972.10.27[654]); Maria Irene França Freitas

---

633 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 249). Nomeada por portaria de 1962.08.08, in *DG*, 1962.09.27, n.º 228. Tomou posse em 1962.09.29 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 9 v.º; L.º 8, of. 41).

634 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 43.

635 Nomeada diretora por portaria de 1962.11.13, in *DG*, 1962.12.04, n.º 283. Tomou posse em 1963.01.02 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 10; L.º 8, of. 62). Foi concedida a primeira diuturnidade a partir de 1963.08.25 (despacho de 1963.09.13, in *DG*, 1963.10.08, n.º 236).

636 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 6).

637 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 65).

638 Nomeada por portaria de 1966.07.06, in *DG*, 1966.07.14, n.º 162 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 22). Em 1966.07.14, foi nomeada diretora da escola (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 22 v.º).

639 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 62.

640 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

641 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

642 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 785).

643 ABM, *DEC*, L.º 6.

644 ABM, *DEC*, L.º 2, of. 403.

645 «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.

646 Proveio da Escola Mista da Lombada dos Marinheiros. Foi nomeada professora desta escola, em comissão de serviço, exercendo no turno da manhã, em desdobramento com a professora Maria Lurdes Ramos (ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 54, 57).

647 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde, em desdobramento com a regente Alice de Gouveia, do quarto lugar, da Escola do Engenho, no sítio dos Moinhos (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 10).

648 ABM, *DEC*, L.º 5.

649 Data em que deixou de exercer funções no segundo lugar, por motivo de acumulação da professora Isabel de Paulo Teixeira (ABM, *DEC*, L.º 5).

650 Data da entrada em exercício de funções, em acumulação na escola feminina (ABM, *DEC*, L.º 5).

651 Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5).

652 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

653 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 789).

654 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5). Em 1968.12.16, entrou em exercício de funções, em regime de acumulação, no quarto lugar da Escola Masculina do Lombo da Igreja (ABM, *DEC*, L.º 5).

(1973.10.26[655]) e Maria José Gonçalves da Silva (1974.11.16[656]). No terceiro lugar: Maria Arlete Nunes (1962.10.02[657]-1968.12.17[658]); Maria Teresa Barreto (1967.10.02[659]--1968.12.13[660]); Maria Isabel de Paulo Teixeira (1969.11.15[661]-1971.11.12[662]); Filomena de Ponte Brazão da Silva (1972.10.25[663]) e Maria Estela F. M. Correia (1973.10.26[664]). No quarto lugar: Maria de Fátima Pereira Serrão Cunha (1962.10.02[665]-1964.12.17[666]); Cecília Berta Fernandes Pereira (1965.10.01[667]-1966.02.18) ; Zélia Alice de Gouveia (1967.10.02[668]); Zita Senhorinha Jardim Nascimento (1972.10.27[669]-1973.10.26[670]) e Idalina Baptista Pessego (1974.11.16[671]). Nos quinto, sexto e sétimo lugares: Maria Irene França Freitas (quinto lugar, 1973.10.02[672]); Maria Fernanda Luizinho (sexto lugar, 1973.10.27[673]) e Maria Estela Teixeira da Fonte (sétimo lugar, 1973.10.02[674]).

No Estreito da Calheta funcionou ainda, entre 1962 e 1964, a Escola Mista do Lombo da Igreja, instalada no mesmo edifício da escola masculina (ou, eventualmente, feminina), sendo regida pela professora Deolinda Teixeira (1962.10[675]-1963.03.26[676]).

---

655 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6). Em 1973.10.16, refere que «a escola do Engenho possue condições para mais um lugar. Não há condições para o novo regime» (ABM, *DEC*, L.º 6) e em 1973.10.25, refere que «as escolas do Estreito podem funcionar em regime de coeducação» (ABM, *DEC*, L.º 6).

656 ABM, *DEC*, L.º 6.

657 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 247).

658 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5). Exercia no turno da manhã, desdobrando com a professora Maria Gonçalves de Freitas Baeta de Sousa (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 35).

659 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã, em desdobramento com a professora Maria Arlete Nunes, do primeiro lugar (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 11).

660 ABM, *DEC*, L.º 5.

661 Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5).

662 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 796).

663 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

664 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

665 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 248).

666 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 38).

667 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde, em desdobramento com a professora Maria Matilde de Caires (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 34).

668 Data da entrada em exercício de funções, no turno da manhã, desdobrando com o segundo lugar situado na Escola do Engenho, no sítio dos Moinhos (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 12).

669 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

670 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

671 ABM, *DEC*, L.º 6.

672 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

673 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6). Em 1973.10.12, solicitou seis dias de férias referentes ao seu casamento (ABM, *DEC*, L.º 6).

674 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

675 A professora proveio da Escola Masculina do Lombo do Doutor.

676 Nesta data comunicou que deixou de exercer nesta escola, por ter sido nomeada para a Escola Mista do Vale do Pico da Cova, na freguesia dos Canhas (ABM, *DEC*, L.º 2, of. 497).

No sítio do Lameiro funcionaram, pelo menos entre 1964 e 1973, em simultâneo, uma escola mista e um posto misto. Durante este período, é referida neste edifício a existência de dois turnos, com o desdobramento de professores[677]. A população local corrobora a existência de apenas uma habitação a servir de escola.

Figura 59 – «Lameiro – Estreito da Calheta / [Escola] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000013.

Foram professores da Escola Mista do Lameiro: Maria Isabel Romano dos Santos Rodrigues[678] (1960.03.26-1964.12.05); Maria Teresa Barreto (1965.05.12[679]--1966.02.14[680]); Isabel Gama Reis (1965.10.07[681]-1968.05.06[682]); Maria Joaquina Costa

[677] ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 12, 15, 31, 40; L.º 8, ofs. 323, 338, 343 e 358.

[678] Em 1962.06.08, solicitou um armário para a biblioteca, coleção de sólidos geométricos e um capacho (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 148).

[679] ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 312, 373.

[680] Nesta data foi nomeada, em comissão de serviço, para a escola feminina do primeiro lugar de Carvalhal e Carreiro, na freguesia dos Canhas – Ponta do Sol (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 187).

[681] Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã, em desdobramento com a regente Maria Teresa Barreto (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 40).

[682] Nomeada por portaria de 1968.03.26, in *DG*, 1968.04.29, n.º 102 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 26 v.º).

de Sousa (1967.10.04[683]-1968.01.15[684]); Maria Rodrigues Teixeira (1969.02.01[685]); Noémia Gomes Maio Correia Pacheco (1969.05.02[686]-1969.07.15[687]); Maria Bernardina de Jesus (1969.10.02[688]); Maria Arlete Nunes (1969.11.24[689]); Maria Bernardina de Jesus (1970.10.01[690]-1970.11.02[691]); Maria Fátima Bettencourt da Costa (1970.10.21[692]-1971.05.28[693]); Maria de Fátima Marques (1971.11.10[694]) e Maria Encarnação C. Mendes (1974.11.15). No Posto de Ensino lecionaram as regentes: Maria Teresa Barreto (1964.01.19[695]-1968.10.24[696]); Ilda Margarida Santana Barreto (1969.01.11[697]-1969.01.31[698]); Maria Salete e Silva de Mendonça (1971.10.07[699]); Júlia Alice de Gouveia (1972.10.07[700]-1972.11.02[701]); Deolinda Teixeira (1972.11.02[702]-1973.10.02[703]); Augusta Teodora Barbeito (1972.11.02[704]); Maria Noémi Bettencourt Silva (1973.01.04[705]) e Zélia da Mota e Freitas Jardim (1973.10.26[706]).

683 Data da entrada em exercício de funções, no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 35).
684 Data em que deixou de exercer funções nesta escola, tendo sido nomeada para a Escola Mista da Falca, na freguesia de Boaventura (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 101).
685 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
686 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
687 ABM, *DEC*, L.º 5.
688 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
689 Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação, na Escola Mista do Lameiro (ABM, *DEC*, L.º 5).
690 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 382).
691 Nesta data deixou de exercer no Posto do Lameiro para lecionar na freguesia do Jardim do Mar (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 453).
692 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
693 Nesta data também lecionava na Escola Mista do Lombo do Doutor.
694 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 783).
695 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 216.
696 Nesta data deixou de exercer neste posto escolar por ter sido nomeada para o terceiro lugar da Escola Feminina do Lombo da Igreja (ABM, *DEC*, L.º 5). Em 1965.10.02, lecionava no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 12).
697 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
698 Deixou de exercer funções nesta escola em 1969.01.30, passando para a Escola Masculina de São João – Fajã da Ovelha (ABM, *DEC*, L.º 5).
699 ABM, *DEC*, L.º 5, of. 763.
700 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
701 Data em que deixou o posto escolar (ABM, *DEC*, L.º 5).
702 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
703 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
704 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
705 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
706 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).

Freguesia do Paul do Mar

Na década de 1960, a escola masculina situava-se no sítio da Lagoa, também referido como sítio do Serrado da Cruz, sendo sempre designada por Escola Masculina da Lagoa. A partir de 1 de janeiro de 1962, passou a funcionar num imóvel pertencente aos herdeiros do médico João Maurício Abreu dos Santos[707]. No mesmo edifício funcionava igualmente a Escola Primária Mista, sendo as instalações sanitárias partilhadas. Este prédio encontra-se atualmente em ruínas. Em 1971, pelo menos, a escola mista funcionava no edifício da escola feminina, evidenciado pelo pedido da professora aí colocada, que solicitou «a substituição do mobiliário da escola mista de Lagoa» e pediu «autorização para exercer na escola masculina até que a mista [estivesse] em condições»[708].

Figura 60 – «Paul do Mar / [Escola] mas[culina] fem[inina] mista» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000033.

[707] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 8 (1962.03.08).
[708] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 798.

Com a criação de três lugares na escola masculina, na década de 1960, foram professores, no primeiro lugar: Maria José da Silva Madalena (1962.10.09[709]); Gilberta Zita Ferreira e Silva (1963.02.06-1964; 1965-1969.12.02)[710]; Lúcia Margarida Miranda Pereira (1964.10.01)[711]; Maria Judite Ribeiro da Fonseca[712] (1964.11.30) e Telma Gomes Pereira Peixoto (1964[713]-1965.10.01[714]). No segundo lugar: Manuel de Vasconcelos (1962.10.02[715]-1967.02.23[716]); Gilberta Zita Ferreira Silva Gomes (1968.12.12[717]-1970.10.21[718]) e Ângela Feliciana de Andrade (1973.11.12[719]--1974.12.02[720]). No terceiro lugar: Maria Gonçalves Nunes (1962.10.02[721]-1963.06.03); Higino José (regente) (1963.10.26[722]-1964.06.29[723]); Maria Sara da Cunha Pereira Machado (1965.03.01[724]-1967.10.23) e Maria Leocádia Tomás (1973.11.13[725]--1974.11.18).

A Escola Mista da Lagoa esteve em funcionamento desde 1962, sendo professoras: Marina da Conceição Soares (regente) (1962.10.02[726] -1963.05.06[727]); Maria da Encarnação Costa Mendes (regente) (1963.11.11-1964.05.26); Maria Sara Cunha Pereira Machado (1964.10.24[728]-1965.02.27); Lúcia Margarida Miranda Pereira (1965.10.02[729]-1966.02.07); Matilde de Jesus Pinto Figueira (1966.10.01[730]-1966.11.29);

709 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 45.
710 Por despacho de 1964.04.13 (*DG* n.º 99 de 1964.04.25) passou à primeira diuturnidade a partir de 1964.03.13. Em 1968.12.02, entrou ao serviço, em regime de acumulação, no segundo lugar da Escola Masculina de Lagoa (ABM, *DEC*, L.º 5).
711 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 24).
712 Nomeada por portaria de 1964.10.29, in *DG*, 1964.11.26, n.º 278 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 14; L.º 7, of. 583).
713 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 25).
714 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 31).
715 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 258).
716 Por motivo da extinção do segundo lugar, terminou as suas funções nesta escola neste dia (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 194). Em outubro de 1966, refere que exercia no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 28).
717 Nesta data, lecionava em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5).
718 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
719 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
720 Deixou a escola a seu cargo (ABM, *DEC*, L.º 6).
721 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 264).
722 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 134; «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
723 O professor informava nesta data que não podia exercer por se encontrar doente (ABM, *DEC*, L.º 3, ofs. 494, 767).
724 Nomeada por portaria de 1964.12.31 (*DG* n.º 47 de 1965.02.25; ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 14 v.º; L.º 7, of. 624).
725 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
726 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 260).
727 ABM, *DEC*, L.º 2, of. 624.
728 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 59.
729 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 33).
730 Data da entrada em exercício de funções, exercendo em curso duplo (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 17).

(1971-1972)[731]; Amélia C. Amaro Cunha (1972.10.31[732]) e Maria Henriqueta de França Gouveia (1972.11.03[733]).

A escola feminina, na década de 1960, foi desdobrada em dois lugares. Foram professoras no primeiro lugar: Maria Octávia Escórcio[734] (1961.02.15[735]-1963.06.03); Maria da Conceição Soares (regente em comissão) (1962.02.13-1963.04.29); Maria Luísa Vieira da Silva (1964.04.29[736]-1965.01.20); Maria Fernandes Vieira (1963.09.29[737]-1964.05.18[738]); Cesaltina Maria Oliveira da Silveira (1964.10.01[739]--1966.02.07); Maria Judite Ribeiro de Fonseca (1965.10.02[740]-1965.12.02); Ilda de Jesus Lobo (1965.12.14[741]-1966.02.07); Maria Carmina de Freitas (1966.10.01[742]); Matilde de Jesus Pinto (1967.10.02[743]); Cesaltina Maria Oliveira da Silveira [Silva] (1968.04.10[744]-1968.10.26[745]); Maria Rodrigues Teixeira Nunes (1970.10.24[746]) e Maria Eugénia de Abreu (1971.11.25[747]). No segundo lugar: Marina da Conceição Soares (1962.10.02[748]-1962.12.13); Maria Avelina Gonçalves (regente) [Maria Avelina Nunes Moreira] (1963.09.29[749]-1963.10.09); Cesaltina Maria Oliveira da Silveira (1966.10.01[750]-1967.10.02[751]); Mercês dos Ramos de Freitas (1969.02.21[752]) e Cesaltina Maria Oliveira da Silveira (1969.12.12[753]).

---

731 No ano letivo de 1971-1972, existem referências à entrada de uma professora ao serviço, cuja identidade não está identificada (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 798).
732 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
733 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
734 Nomeada por portaria de 1960.12.28 (*DG* n.º 22, de 1961.01.26).
735 Data da tomada de posse.
736 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 405.
737 «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
738 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 528.
739 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 26).
740 Data da entrada em exercício de funções. A escola funcionava em regime de curso duplo (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 26).
741 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 111).
742 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da tarde (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 30).
743 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 26).
744 Data da tomada de posse. Nomeada por portaria de 1968.02.21 (*DG* n.º 77 de 1968.03.30.03; ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 25 v.º).
745 ABM, *DEC*, L.º 5.
746 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, ofs. 432, 434).
747 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 798).
748 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 262).
749 «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
750 Data da entrada em exercício de funções, exercendo no turno da manhã (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 29).
751 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 13).
752 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
753 Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5).

No Paul do Mar funcionou uma escola primária particular, designada de Escola de Santo Amaro, vulgarmente conhecida por Escola do Convento, por se encontrar sob a responsabilidade das irmãs da Congregação das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias. Em 1942, esta escola recebia um subsídio anual da Junta Geral do Funchal no valor de 2500$00 escudos e era frequentada por 78 raparigas[754].

Freguesia dos Prazeres

No segundo quartel do século XX, a Escola Masculina dos Prazeres situava-se no local onde atualmente se encontra o restaurante O Parque, junto à atual Estrada Regional 222, no lado oposto ao Largo Professor Doutor Carlos Alberto da Mota Pinto[755].

Figura 61 – Edifício da Escola Masculina dos Prazeres (edifício térreo); observa-se ao lado o edifício de habitação do professor; atualmente, neste espaço foi construído o restaurante O Parque.



Fonte: Pormenor de fotografia da década de 1970, coleção de José Manuel Jardim Pestana, mais conhecido por *Zeca* Pestana, do restaurante O Parque.

[754] «O problema do ensino primário na Madeira», 1942.11.12, in *DN*, p. 1.

[755] Carlos Alberto da Mota Pinto desempenhou o cargo de Primeiro Ministro de Portugal (1978.11.22--1979.08.01).

Em fevereiro de 1965, a professora responsável pela escola solicitou a reparação urgente do teto, «o qual se encontra a cair, ameaçando de morte as crianças, que sob ele se abrigam». O delegado escolar, após inspeção realizada a pedido da professora, declarou que «com sinceridade confesso que receei pela minha própria segurança nos escassos momentos que lá estive»[756]. Em 24 de abril deste ano foi suspenso o funcionamento da escola[757], sendo transferido para um novo edifício situado junto ao cruzamento da Estrada Regional 222 com a Estrada Regional 210 (ligação Prazeres – Fonte do Bispo). A instalação da escola nesta casa, ou seja, «da nova sala arrendada pela Câmara Municipal do núcleo da Igreja», ocorreu em 11 de maio de 1965[758], na qual permaneceu até 1974.

Figura 62 – «Prazeres – [Escola] mas[culina]» (legenda constante no verso da fotografia); posterior a 1965.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000029.

[756] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 613 (1965.02.24).

[757] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 688.

[758] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 704. Esta informação é corroborada pelo Sr. Zeca, residente nos Prazeres, proprietário do restaurante O Parque, situado no local onde esteve implantada a antiga escola. O Sr. Zeca, nascido em 1955, recorda-se de frequentar esta escola no ano letivo de 1964-1965 e de, no ano letivo seguinte, ter frequentado a nova escola situada junto ao cruzamento da Estrada Regional 222 com a Estrada Regional 210, que liga o centro dos Prazeres ao sítio da Fonte do Bispo da Fajã da Ovelha.

Durante o terceiro quartel do século XX, lecionaram nesta escola os professores: António Martins (finais da década de 1950)[759]; Manuel Agrela Paulo[760] (1960.03.26-1962.04.12); Manuel de França Gouveia[761] (1962.10.04[762]-1963.06.15); Júlia Alice de Gouveia (1963.10.11-1964.05.18); Maria Virgínia Garcês de Sousa (1964.10.03[763]-1965.10.02[764]); Maria Madalena Gomes Peixe[765] (1966.02.01--1966.10.01[766]); Teresa de Fátima Ferreira de Andrade (1969.11.06[767]-1970.10.27[768]); Teotónia Maria de Barros (1971.11.12[769]); Manuel de França Gouveia (1972.10.31[770]) e Maria Bernardina de Jesus (1973.11.12-1974.11.15[771]). Após a extinção da Escola Masculina dos Prazeres, em 1974, permaneceu em funcionamento apenas a escola particular mista do Externato de São Francisco de Sales, que se encontra em funcionamento até à atualidade.

De forma excecional, as fontes documentais referem, em agosto de 1935, a existência de uma «Escola Masculina e Feminina» nos Prazeres[772] e, em agosto de 1936, a «Escola Feminina dos Prazeres»[773]. A menção a esta escola feminina coincide com a inauguração da escola paroquial do Externato de São Francisco de Sales, em 17 de novembro de 1935. Não é possível determinar com rigor se a escola feminina

759 Era da Ponta do Pargo (depoimento de Maria Odília Barradas, nascida em 13.07.1946).

760 É natural do sítio do Coelho de Cá, freguesia dos Prazeres, nasceu em 1965.05.06, filho de Domingos Agrela Paulo e de Maria Sardinha, concluiu o 6.º ano do liceu em 1948, com 11 valores (ABM, *EMPFUN*, L.º 143). Anteriormente, trabalhou numa escola da Fajã da Ovelha. Quando trabalhou na freguesia da Fajã da Ovelha, inicialmente morava numa casa junto à igreja, com a compra de um carro, passou a residir nos Prazeres. Este professor foi o segundo a ser proprietário de um carro (marca Austin), nos Prazeres, sendo que o primeiro foi o médico João Maurício dos Santos (1906.09.17-1969.05.11). O professor Manuel Agrela Paulo, depois de trabalhar na Escola dos Prazeres, lecionou no Estreito da Calheta, em São martinho (Funchal), em Portugal Continental e, por fim, em Moçambique (depoimento do irmão Domingos Amaro Agrela Paulo, 2019.03.12).

761 De alcunha *O Maní*.

762 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 285). Possuía casa na Ponta do Pargo (ABM, *DEC*, L.º 2, of. 395).

763 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 21).

764 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 1).

765 Nomeada por portaria de 1965.12.30, in *DG*, 1966.01.29 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 17 v.º). Em 1965.03.24 lecionava na Fajã da Ovelha (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 657).

766 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 16).

767 Data da entrada em exercício de funções, em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 5).

768 Data da entrada em exercício de funções, em regime normal (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 441).

769 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 794).

770 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).

771 Em 1973.11.22 22, deixou de trabalhar nesta escola para frequentar um «curso intensivo» (ABM, *DEC*, L.º 6).

772 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 57.

773 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 75.

funcionava no externato ou no mesmo edifício da escola masculina. Na década de 60, contudo, está documentado que a escola oficial dos Prazeres se destinava exclusivamente a alunos do sexo masculino, enquanto as meninas frequentavam o externato, que também recebia crianças do sexo masculino[774]. Em 31 de outubro de 1961, o externato era frequentado por 38 meninos e 63 meninas[775].

No ano da abertura, o externato registava uma frequência de 200 alunos, além de seis crianças internadas. Na parte sul do prédio havia sido instalada uma creche. Segundo o periódico *Diário da Madeira*, tratava-se de «um dos maiores [edifícios], para o fim a que se destina, se não o maior da ilha». O estabelecimento possuía capela, onde, no ato inaugural, o bispo do Funchal celebrou missa, assistido por sacerdores e pessoas convidadas[776]. De acordo com a mesma fonte, a direção deste estabelecimento de ensino foi confiada às Irmãs da Apresentação de Maria e às Irmãs de Caridade de S. Vicente de Paulo[777]. Em 1942, a escola, então sob a responsabilidade das irmãs da Apresentação de Maria, era frequentada por 175 alunos de ambos os sexos, recebendo um subsídio anual de 5000$00 escudos da Junta Geral[778].

Por vezes, por falta de professores nas escolas do sítio da Raposeira ou por opção própria das famílias, os pais do sítio da Maloeira matriculavam os filhos neste externato, dada a proximidade geográfica. Assim ocorreu, por exemplo, em 25 de janeiro de 1968, quando vários pais da Maloeira solicitaram a matrícula dos seus educandos «por não haver agente de ensino na escola mista da Raposeira do Lugarinho»[779]. O mesmo sucedeu com Maria de Jesus, do sítio da Maloeira, que matriculou, em 4 de novembro de 1969, o filho José Luís de Jesus Neto, proveniente da 2.ª classe da Escola Masculina da Raposeira do Lugarinho[780].

A criação do externato resultou da iniciativa do vigário local, o padre António Félix de Freitas. A Obra de São Francisco de Sales, integrada na promoção do ensino pela Igreja Católica na Madeira desde finais do século XIX, foi responsável pela

774 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 221 (1964.01.18).
775 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 151.
776 «Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, p. 1; «Nos Prazeres – A inauguração da Escola Paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.19, in *DN*, p. 3.
777 «Nos Prazeres – Inauguração da escola paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.16, in *DM*, p. 1; «Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, p. 1. Em 1944, desempenhava o cargo de diretora a irmã Maria Perpétua do Socorro, sendo substituída temporariamente, em fevereiro deste ano, pela irmã Maria Amada do Sagrado Coração («Escola S. Francisco de Sales dos Prazeres», 1944.02.13, in *O Jornal*, p.1).
778 «O problema do ensino primário na Madeira», 1942.11.12, in *DN*, p. 1.
779 ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 154-162.
780 ABM, *DEC*, L.º 5.

instalação de várias escolas na ilha. A construção deste externato iniciou-se em 1933, sob a direção do pároco e dos empreiteiros Fernando Perneta, J. Fabrício e do carpinteiro João de Freitas, importando num total superior a 200 contos[781].

O dia da inauguração constituiu um acontecimento de grande relevo social e religioso na freguesia. O adro da igreja e as imediações foram ornamentados com arcos e bandeiras. A Comissão Organizadora integrou Fernando Perneta, António Gomes de Araújo (António Cortes), «abastado proprietário e comerciante nos Prazeres», José dos Passos Pires, José Eleutério de Andrade e João de Freitas. O evento contou com a presença do bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro[782]; da Banda Municipal do Funchal[783]; dos presidente, vice-presidente e vogal da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito do Funchal, respetivamente, João Abel de Freitas, engenheiro Henriques de Araújo e Francisco Correia Figueira; do engenheiro Abel Vieira, diretor da Repartição Técnica; de Álvaro Figueira; de Roberto de Ornelas Monteiro e dos operários, «a maioria dos quais [trabalhou] gratuitamente na construção desse edifício»[784]. Após a celebração de uma missa na igreja paroquial, seguiu-se um longo cortejo até à nova escola, composto por «sr. Bispo da Diocese, os rev.os conego Dr. Fulgencio de Andrade, arciprestre – padre João Baptista de Afonseca, João Evangelista Lopes, José Gonçalves, Sebastião Antero, A. Silva Figueira, João de Sousa, A. Candido e José da Costa, professor do seminário e secretário da Camara Eclesiástica, várias confrarias e muito povo da localidade e das freguesias próximas, acompanhando-o a Banda Municipal do Funchal». Concluída a cerimónia da inauguração, o cortejo regressou à igreja para continuação da celebração religiosa.

781 «Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, pp. 1 e 3.

782 Provavelmente por ainda não estar completamente concluída a estrada para circulação automóvel até aos Prazeres, o bispo, no seu regresso ao Funchal, foi transportado em rede desde os Prazeres até ao sítio da Ribeira Funda, no Estreito da Calheta, e daqui seguiu até à Ribeira da Madalena do Mar num automóvel da Companhia Central de Automóveis, onde o aguardava o seu carro particular («Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, p. 3).

783 «Nos Prazeres – Inauguração da escola paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.16, in *DM*, p. 1; «Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, pp. 1 e 3.

784 «Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, pp. 1 e 3.

Figura 63 – Inauguração da Escola Paroquial de S. Francisco de Sales; «Cliché Cascalho – Foto Antero Jardim»; 1935.11.17



Fonte: «Nos Prazeres – Inauguração da Escola Paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.19, in *DM*, p. 1.

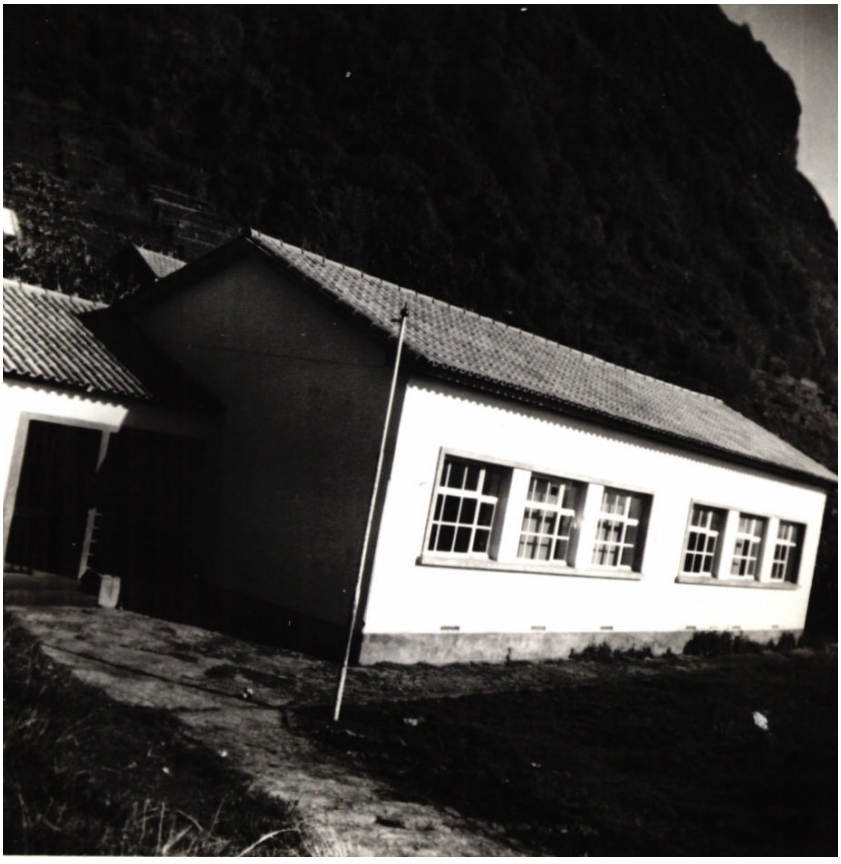
A nova estrada para circulação automóvel, que havia chegado há pouco tempo aos Prazeres, embora não estivesse concluída já permitia a circulação automóvel, o que levou à participação na cerimónia de numerosos forasteiros[785]. No dia da inauguração da escola, saiu do Funchal uma excursão de camioneta, às 4 horas da manhã, tendo regressado às 4 horas da tarde[786].

[785] A estrada entre a Madalena do Mar e os Prazeres foi inaugurada em 15 de dezembro de 1935.
[786] «Nos Prazeres – Inauguração da escola paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.16, in *DM*, p. 1.

Freguesia do Jardim do Mar

Desde a década de 1950, o Jardim do Mar estava contemplado no Plano dos Centenários com a construção de um edifício escolar. A infraestrutura foi oficialmente entregue à Câmara Municipal da Calheta em 16 de maio de 1967, apresentando na fachada a inscrição «C.M.C. / Escola Primária / Plano de Construções». No entanto, o edifício já acolhia atividades letivas desde 24 de outubro de 1966, apesar de ainda não estar concluído, devido ao avançado estado de degradação da antiga escola, que se encontrava em risco de ruir[787].

Figura 64 – «Posto e escola mista / Igreja – Jardim do Mar» (legenda constante no verso da fotografia); s.d.



Fonte: Secretaria-Geral da Educação e Ciência, PT_MESG_CFACE_A_22_22.01_000025.

[787] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 553.

Figura 65 – Escola do Jardim do Mar



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Figura 66 – Placa na cantina da Escola do Jardim do Mar



Fonte: Fotografia do autor, 2019.

Até esta escola entrar em funcionamento, o ensino era ministrado na antiga escola que funcionava no espaço contíguo à capela de Nossa Senhora da Piedade, sendo depois derrubado e transformado num átrio com um alpendre.

A documentação oficial da época é explícita ao indicar que, na década de 1960, funcionavam no núcleo da Igreja, e no mesmo edifício, duas escolas distintas: uma escola mista e um posto misto[788].

Nas décadas de 1960 e 1970 foram professoras na escola mista: Maria Martinha de Gouveia[789] (1961.12.09); Maria José da Silva Madalena Dionísio (1962.10.02[790]--1963.10.09); Júlia Alice de Gouveia (1963.09.29[791]); Maria Natércia Bastos Dias Nunes (1964.03.13[792]-1964.07.13[793]); Maria Irene Ávila (1964.10.01); Matilde de Jesus Pinto Figueira, regente (1965.03.24); Maria Irene Ávila (1965.10.02[794]); Lúcia Margarida Miranda Pereira (1966.02.01[795]-1969.03.20[796]); Ilda de Jesus Lobo (1969.11.05[797]); Vera de Jesus Gomes Abreu Galvão (1970.02.21[798]); Maria Bernardina de Jesus (1970.11.03[799]) e Maria Salete e Silva de Mendonça (1971.11.13[800]). No posto misto lecionaram: Maria josé Vieira (1962.10.04[801]-1963.06.15); Maria Romana Pestana, regente (1963.10.09-1964.01.18[802]); Maria José da Silva Madalena Dionísio (1964.02.20--1964.04.06[803]); Matilde de Jesus Pinto Figueira (1964.04.09[804]-1966.03.12[805]); Teresa de Fátima Ferreira de Andrade (1968.10.24[806]-1968.12.23); Maria Bernardina de Jesus (1971.05.05[807]-1971.11.03[808]); Maria Salete e Silva de Mendonça (1972.01.13[809]); Maria

788 ABM, *DEC*, L.º 8, ofs. 221, 245, 254; L.º 2, ofs. 701,702.
789 Regente em comissão (ABM, *DEC*, L.º 1).
790 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 259). Regente (ABM, *DEC*, L.º 8, of. 115).
791 «Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, p. 7.
792 ABM, *DEC*, L.º 8, of. 363.
793 ABM, *DEC*, L.º 3, of. 605.
794 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 3).
795 Nomeada por portaria de 1965.12.30, in *DG*, 1966.01.29, n.º 24 (ABM, *DEC*, L.º 12, fl. 18).
796 Data de apresentação ao exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
797 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
798 Data da comunicação da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
799 Data da entrada em exercício de funções, deixando de exercer no Posto Misto do Lameiro (ABM, *DEC*, L.º 5, ofs. 451, 453).
800 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 781).
801 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 1, of. 283).
802 ABM, *DEC*, L.º 8, ofs. 115, 221.
803 Terminou o exercício de funções por ter sido nomeada para o concelho da Ribeira Brava (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 337).
804 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 3, of. 356).
805 Deixou de exercer funções nesta escola por ter sido nomeada para a Escola Feminina do Foro (terceiro lugar), no Estreito de Câmara de Lobos (ABM, *DEC*, L.º 4, of. 229).
806 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
807 Data da entrada em exercício de funções, em regime de acumulação (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 602).
808 ABM, *DEC*, L.º 5, of. 804.
809 Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5, of. 818).

Bernardete da Conceição Silva (1972.10.25[810]-1972.10.30[811]); Maria Encarnação Costa Mendes (1972.11.03[812]); Maria Bernardina de Jesus (1973.10.03[813]-1973.11.12[814]) e Maria Gonçalves Nunes (1973.11.12[815]).

Ensino Noturno / Cursos de Adultos

Desde a década de 1870 que a legislação previa a criação de cursos destinados à instrução de adultos analfabetos[816]. Inicialmente designados por "Cursos Nocturnos ou Dominicais", estes passaram, na segunda metade do século XX, a ser enquadrados numa designação mais ampla: «cursos de educação de adultos»[817]. A nova terminologia refletia maior flexibilidade, permitindo que as aulas decorressem não apenas à noite e aos domingos, mas também ao início da manhã ou ao final da tarde, facilitando a participação de adultos que, durante o dia, se dedicavam às suas atividades profissionais.

Os horários desses cursos ajustavam-se, assim, às necessidades locais. Em 1953, por exemplo, as alunas da Escola Feminina do Lombo do Doutor, manifestaram preferência por frequentar o curso entre as 6h30 e as 8h30[818] e as alunas da Escola Feminina das Paredes, em 1962, entre as 6h30 e as 9h00[819].

Ao longo do século XX, foram abertos os cursos noturnos nas várias freguesias do concelho, «com o fim especial de ensinar a ler, escrever e contar indivíduos que se destinam à imigração»[820]. A Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, em sessão de 25 de fevereiro de 1953, determinou a criação de vários cursos de educação de adultos na Madeira, dos quais 25 estavam previstos para o concelho da Calheta[821].

---

[810] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[811] ABM, *DEC*, L.º 5.
[812] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 5).
[813] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
[814] Nesta data deixou de exercer neste posto e passou para a Escola Masculina dos Prazeres (ABM, *DEC*, L.º 6).
[815] Data da entrada em exercício de funções (ABM, *DEC*, L.º 6).
[816] Decreto 38968, de 1952.10.27, § 46-49.
[817] Decreto 38968, de 1952.10.27, § 50 e art.º 17.º.
[818] ABM, *DEC*, L.º 43, of. 222.
[819] ABM, *DEC*, L.º 2, of. 352.
[820] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 91 (1936).
[821] PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], pp. 560-561, transcrevendo Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1953, p. 33.

Estes cursos funcionaram nos anos seguintes, sendo abertos consoante o número de adultos inscritos.

Na década de 1960, nas freguesias do Arco da Calheta (Escola Masculina do Arco da Calheta e Escola das Paredes)[822] e da Calheta (escolas do Lombo do Doutor)[823], estes cursos tiveram uma procura constante.

Nem sempre, porém, a frequência permitia a continuidade dos cursos. No Curso de Adultos da Escola do Jardim do Mar, por exemplo, em março de 1963, apenas 6 alunos frequentavam as aulas. O regedor da freguesia alertou os restantes inscritos para a importância da assiduidade, mas justificavam a ausência com o facto de ser uma época «de muito trabalho, que acabam o dia muito fatigados, e que durante mais algum tempo [os poucos alunos que assistiam às aulas também] não podem comparecer»[824]. Perante a falta de comparência dos alunos, o curso acabou por encerrar no final de abril do mesmo ano[825]. Situação semelhante ocorreu com o Curso de Adultos da Escola Masculina do Lombo do Guiné, que deixou de funcionar a partir de 25 de abril de 1966, devido a uma frequência média diária inferior a 10 alunos[826].

Assistência Escolar

Com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades no acesso à instrução entre alunos com e sem dificuldades económicas, desde meados do século XIX foram criados, pelas câmaras municipais, mecanismos de apoio destinados à aquisição de materiais escolares para os alunos pobres. Em 1901, por decreto-lei, foram instituídas, nos núcleos escolares, as «caixas económicas escolares», designação que, em 1911, passou a «assistência escolar» e, em 1923, a «caixas escolares»[827]. Através destas instituições, os apoios foram progressivamente alargados à aquisição de vestuário, alimentação, criação de cantinas escolares, realização de passeios ou excursões, etc. Contudo, segundo a documentação consultada relativa ao concelho da Calheta, estes apoios circunscreveram-se, na prática, principalmente à atribuição de materiais escolares até meados do século XX[828].

822 ABM, *DEC*, L.º 4, ofs. 140, 289, 290; L.º 2, of. 352.
823 ABM, *DEC*, L.º 43, ofs. 221; 222.
824 ABM, *DEC*, L.º 2, of. de 1963.04.02.
825 ABM, *DEC*, L.º 2, of. 620 (1963.04.27).
826 ABM, *DEC*, L.º 4, of. 282 (1966.04.26).
827 Decreto n.º 9223, capítulo III, in *DG*, 1911.03.29, n.º 73.
828 LADEIRA, 2025, «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)», pp. 368, 370, 392.

Em 1936, foi solicitado ao professorado do concelho o envio de dados estatísticos sobre as Caixas Escolares, nomeadamente a data de criação em cada escola, o saldo disponível, o número de sócios ou protetores, a média mensal das receitas e o material adquirido[829]. No ano seguinte, registaram-se os primeiros gastos da Caixa Escolar da Escola Feminina da Calheta, no montante de 130$00 escudos, relativos à realização de um «passeio e em fotografias»[830].

Em 1941, refere-se que o «cofre da Assistência, há pouco criado», da Assistência Escolar do Concelho da Calheta, distribuiu «dezenas de "bibes" ás crianças pobres de todas as escolas oficiais do concelho, assim como a importância de 50 escudos a cada escola para acquisição de objectos escolares dos alunos»[831]. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal da Calheta decidiu acrescentar, aos 600$00 escudos, 950$00 provenientes do Fundo da Assistência, perfazendo um total de 1550$00 e estendendo o prémio a todas as 19 escolas do concelho, garantindo um mínimo de 50$00 por escola. A sessão solene de entrega dos prémios ocorreu a 19 de outubro, no salão da Escola Dr. Roberto Monteiro, com a presença do inspetor escolar, Coutinho Gorjão[832].

O início da década de 1940 revelou várias dificuldades no funcionamento normal das escolas. Uma epidemia de sarampo, que começou a alastrar no concelho no início de dezembro de 1940, levou ao encerramento das escolas por um período de dois a três meses, por determinação do Delegado de Saúde[833]. No mesmo ano letivo de 1940-1941, as escolas primárias foram alvo de diversos roubos, sendo solicitado aos professores o trancamento das janelas[834].

No mesmo período, o legado dos Irmãos Pombo instituiu um prémio anual de 600$00 escudos destinado a distinguir os estudantes pobres da freguesia da Calheta «que mostrassem maior aplicação ao estudo»[835]. O legado foi entregue à Câmara Municipal da Calheta, sendo o prémio distribuído «em sorteio aos alunos das duas últimas classes entre os três que forem indicados pelo professor ou professora de cada uma das escolas da freguesia da Calheta, sendo o valor em escudos de cada prémio 100$00 e 50$00. O restante rendimento anual ou sejam 150$00 será destinado à compra de livros e outros utensílios escolares para serem distribuídos aos alunos das

[829] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 69 (1936.02.02). Nesta época, mais precisamente em fevereiro de 1935, nas escolas do concelho foi preenchido «um boletim» sobre a alimentação da população rural (ABM, *DEC*, L.º 7, of. 44).

[830] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 101 (1937.02.04).

[831] «Assistência Escolar do Concelho da Calheta», 1941.05.01, in *DN*, p. 4.

[832] «Na Calheta», 1941.10.11, in *DN*, p. 1.

[833] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 231, 232, 248, 251, 252, 255, 256, 262.

[834] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 280.

[835] «Na Calheta», 1941.10.11, in *DN*, p. 1.

três escolas da Calheta que mais necessitem dessem auxílio»[836]. O prémio encontra-se documentado, pelo menos, entre 1939 e 1941[837].

Em 1943, após dois anos sem prestação de assistência concelhia, o delegado escolar solicitou ao presidente da Câmara Municipal que, na quadra natalícia, e seguindo a «generosidade que modelamente vinha definindo os serviços de assistência do concelho da Calheta, se dignasse mandar contemplar aqueles a quem a sorte menos protege»[838]. Segundo o delegado escolar, nessa data, estavam identificados no concelho 250 alunos com maiores carências, num total de 868, correspondendo a cerca de 28% da população escolar[839]. Em 1948, existiam no concelho 20 caixas escolares, número que aumentou para 26 em 1953[840]. Entre 1946 e 1953, a Câmara atribuía um subsídio para apoio às crianças pobres das escolas, passando, a partir de 1954, a atribuir uma verba para a Comissão Municipal de Assistência[841].

O Plano de Educação Popular determinava que a assistência escolar seria prestada pelas caixas escolares e cantinas escolares. A existência de caixas escolares era obrigatória em todos os núcleos ou zonas escolares, enquanto a criação de cantinas se mantinha de caráter facultativo[842].

Quanto às cantinas escolares, o número em Portugal aumentou de 53, no ano letivo de 1930-1931, para 507, em 1950-1951, concentrando-se sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto. O Estado assumia os principais encargos através da «Obra das Mães pela Educação Nacional»[843]; no entanto, defendia que, em regra, as cantinas dependessem na «iniciativa da sua criação e efectividade do seu funcionamento, da benemerência particular, que o Estado, aliás, deverá estimular por todos os meios ao seu alcance», «porque não lhe seria possível assumir todos os encargos da manutenção das cantinas. […] A cantina só deverá substituir a refeição em família quando imperiosas razões de ordem social ou económica o exijam»[844].

Em 1963, foi autorizada a construção de uma cantina escolar no concelho da Calheta, na Ponta do Pargo, na escola do Salão, designada de «Cantina Escolar D.

836 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 175 (1939.07.08).
837 ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 156 (1939.01.03); 193 (1939.10.09); 223 (1940.08.29); 264 (1941.03.01); 284 (1941.08.09); 318 (1942.02.21).
838 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 421.
839 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 426 (1943.12.31).
840 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 566, transcrevendo ABM, *Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, pt. 3168-2.
841 PAREDES, 2025, *História do Ensino Primário na Madeira* […], p. 566.
842 Decreto 38968, de 1952.10.27, § 37.
843 Decreto 38968, de 1952.10.27, § 38.
844 Decreto 38968, de 1952.10.27.

Fernanda Maria Homem de Gouveia França». A cantina foi edificada em 1968, entrando em funcionamento nos anos seguintes. Em 1971, a obra beneficiava 139 crianças[845].

No que respeita às condições socioeconómicas dos alunos, os professores estavam atentos, embora a mentalidade das famílias contribuísse para a persistência de determinados hábitos. Em janeiro de 1968, a professora da Escola Feminina das Paredes assinalava que «todas [as alunas da sua escola] têm sapatos excepto uma», no entanto, muitas continuavam a deslocar-se descalças para a escola, por estarem habituadas a fazê-lo. Segundo a professora, «Até os que têm abono de família e as que têm pais no estrangeiro chegam á escola descalças. O meio é mau. Esta gente só tem dinheiro para o que quer e a mal ninguém os leva»[846].

Atividades Temáticas e Extracurriculares

Ao longo do século XX, foi realizado um conjunto de atividades de caráter extracurricular que procuravam valorizar o trabalho pedagógico, integrar a comunidade educativa e, simultaneamente, cumprir orientações emanadas da administração educativa central. Entre estas iniciativas destacaram-se as exposições, as atividades de final de ano letivo, as excursões, os donativos e peditórios organizados em meio escolar, as atividades de âmbito patriótico promovidas no quadro do Estado Novo – incluindo as "Semanas do Ultramar" – e ainda as ações de caráter religioso, com particular relevo para as atividades relacionadas com Nossa Senhora de Fátima. O conjunto destas práticas revela a forma como a escola primária desempenhava funções que ultrapassavam a mera instrução, assumindo papéis sociais, culturais e ideológicos no quotidiano das comunidades locais.

As exposições escolares, realizadas com frequência nos finais dos anos letivos, constituíam momentos de divulgação do trabalho realizado por alunos e professores. Estas exposições incluíam a apresentação de materiais didáticos, trabalhos manuais, desenhos, textos e outros materiais produzidos ao longo do ano escolar, funcionando como instrumentos de valorização da escola e de aproximação à comunidade.

Algumas referências a estas exposições, nos anos de 1963 e 1964, elucidam sobre os objetivos das mesmas e os trabalhos expostos.

[845] ABM, *DEC*, L.º 5, of. 553
[846] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 104 (1968.01.15).

Nas exposições das escolas do concelho, de 1963,

> «as salas encontravam-se repletas de trabalhos que demonstravam o gosto e a arte infantil bem como o zelo e o amor dos agentes de ensino pelas suas crianças. Nelas figuraram trabalhos escritos, desenhos, dobragens, etc. Eram muitos e interessantes os trabalhos didácticos expostos. Em vista das exposições locais do ano precedente e comparando-as depreendemos que cada professor não se limitou àquilo que sabia, mas procurou mais alguma coisa de novo que pudesse atrair a criança e de plasmar na sua alma o desejo de mais e melhor a bem da Pátria e Sociedade»[847].

De modo particular, na exposição deste ano, realizada na Escola Masculina do Loreto, foram apresentados «trabalhos de barro, plasticina, tecelagem, recortes, picagem, costura, dobragem, rafia, desenho e material didáctico adequado ao ensino das várias disciplinas»[848]. Na exposição de 1964, da freguesia do Arco da Calheta, patente na Escola Feminina da Ladeira e Lamaceiros, foram apresentados trabalhos «em plasticina, verga, barro, ráfia, cartão, cascas de árvores e material didático adequado ao ensino das várias disciplinas»[849].

As exposições articuladas com outras atividades de final do ano letivo, como também as atividades realizadas na época natalícia, assumiam uma natureza festiva, cultural e pedagógica. Estas festividades incluíam excursões, jogos, canções, récitas, dramatizações e outros exercícios realizados pelos alunos perante a comunidade. Estas cerimónias eram entendidas como expressão da conclusão do trabalho do ano letivo, conferindo ritualização ao encerramento do ano letivo, solenidade ao processo educativo e visavam fortalecer a motivação dos alunos.

A título de exemplo, no final do ano letivo de 1935-1936, as alunas da Escola Dr. Roberto Monteiro, acompanhadas pela professora Alcinda Prazeres Farinha, foram de camioneta até à freguesia dos Prazeres, onde «realizaram vários jogos e foram cantadas canções»[850]. Relativamente à época natalícia, em dezembro de 1965, na Escola Feminina do Estreito da Calheta, realizou-se uma festa escolar com o seguinte programa: «Inauguração do presépio, Auto de Natal, Recitas de algumas poesias, Canções, Distribuição de brinquedo»[851]. Em dezembro de 1969, Maria Fátima Bettencourt da Costa, professora da Escola Feminina do Lombo do Doutor, informava às entidades superiores a pretensão de realizar, no dia 18 de dezembro, uma «pequena

[847] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 95 (1963.05.03).
[848] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 420.
[849] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 445 (1964.05.15).
[850] «Na Calheta – Uma festa das alunas da escola "Dr. Roberto Monteiro"», 16.07.1936, in *DN*, p. 1.
[851] ABM, *DEC*, L.º 4, of. de 1965.12.12.

festa alusiva à quadra festiva do Natal», iniciada com a celebração de uma missa na capela de Jesus, Maria e José, anexa à escola[852].

Um conjunto de atividades era promovido no âmbito das orientações ideológicas do Estado Novo, o qual procurou fazer da escola primária um instrumento de difusão dos seus valores cívicos, morais e patrióticos. Neste quadro, as escolas eram chamadas a participar em cerimónias cívicas, comemorações nacionais, atividades de exaltação da pátria e campanhas de mobilização social.

O Estado Novo desenvolveu uma política educativa orientada para a construção e consolidação de uma identidade nacional assente na valorização do passado histórico, na continuidade entre tradição e presente tanto de Portugal Continental como das regiões ultramarinas. A escola primária era um instrumento privilegiado desse projeto ideológico, incumbida de incutir desde cedo, nas crianças e nas suas famílias, os valores e princípios considerados estruturantes da nação. Neste enquadramento, as disciplinas de História de Portugal e de Geografia, bem como as atividades relacionadas com estas temáticas, assumiram um papel central. O Estado apresentava os portugueses como herdeiros de uma tradição histórica, moral e espiritual que deveria ser preservada e expressa através dos valores tradicionalistas de "Deus, Pátria e Família", definidos como a "Triologia da Educação Nacional".

O espaço escolar tornou-se, assim, palco de manifestações político-ideológicas. Em janeiro de 1935, por ocasião da campanha para a reeleição do presidente da república, o edifício da Escola Feminina Dr. Roberto Monteiro, então em fase final de construção, serviu de cenário para a intervenção pública do administrador do concelho e do presidente da União Nacional, que «enalteceram as notáveis e reconhecidas qualidades do caráter e inteligência de S. Ex.ª o Snr Presidente da República cuja reeleição justificaram e encareceram»[853].

Também as comemorações históricas foram integradas na vida escolar de forma sistemática. Em 14 de agosto de 1935, e por determinação do inspetor escolar, o delegado escolar da Calheta, José Rocha de Gouveia, proferiu na escola a seu cargo, a Escola Masculina do Arco da Calheta, uma conferência «comemorando a data da gloriosa batalha de Aljubarrota», assistida pelos seus alunos e pelos alunos da escola do Loreto[854]. Estas ações, organizadas localmente mas respondendo a orientações superiores, ilustram a forma como a exaltação dos feitos históricos era utilizada para

[852] ABM, *DEC*, L.º 5, of. de 1969.12.15.
[853] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 43 (1935.01.14).
[854] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 58.

reforçar a identidade nacional, promover o culto dos heróis e estabelecer paralelismos entre a grandeza passada e o projeto político do presente.

No mesmo sentido, em 1 de dezembro de 1936, por determinação do Ministro da Educação Nacional, cada aluno das escolas primárias procedeu à plantação da «Árvore do Renascimento», símbolo do «Portugal Renovado». Segundo as orientações, os alunos foram suficientemente esclarecidos pelos professores quanto ao «significado daquela determinação»[855].

Desenvolviam-se atividades temáticas e extracurriculares diretamente articulada com o projeto político do Estado Novo.

A criação da Mocidade Portuguesa, em 1936, foi particularmente relevante, impondo a obrigatoriedade de filiação de todos os estudantes do ensino primário e secundário. Esta organização, em estreita ligação com a escola, promovia o elogio e o culto dos heróis nacionais – como D. Afonso Henriques, mestre de Avis, D. João IV, D. Nuno Álvares Pereira e o infante D. Henrique – e procurava inculcar nos jovens os ideais de disciplina, obediência, patriotismo e devoção ao chefe. As atividades promovidas no concelho da Calheta refletem claramente esta orientação. Nas festas do 28 de Maio de 1939, por exemplo, 320 lusitos da Calheta deslocaram-se ao Funchal, no vapor Gavião, para participar na parada da Mocidade Portuguesa, permanecendo alojados em casas dos «camaradas do Funchal»[856]. Em agosto desse ano, realizou-se ainda um intercâmbio escolar, com a deslocação de lusitos do Funchal à Calheta[857]. No ano seguinte, entre 4 e 6 de junho, os lusitos da Calheta participaram nas festividades centenárias[858].

A calendarização escolar incluía comemorações diretamente relacionadas com a figura de Salazar e com os marcos fundadores do regime. Para o dia 27 de abril de 1940, o Ministro da Educação determinou a celebração do XI aniversário da Revolução Nacional, «explicada aos alunos e família a importância nacional d'aquele facto político. A explicação incidirá sobre os quadros o ano passado distribuidos pela mesma data e aproveitar-se-á a ocasião para explicar também o alto significado da dupla comemoração centenária em preparação para 1940». Esse dia deveria representar «uma autêntica manifestação de fé nacionalista da Escola Primária»[859].

[855] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 97.

[856] «Os lusitos da Calheta nas festas do 28 de Maio», 1939.05.15, in *DN*, p. 1; «Os lusitos da Mocidade Portuguesa da Calheta», 1939.05.28, in *DN*, p. 1.

[857] «Intercambio escolar – Os "Lusitos" do Funchal vão retribuir a visita dos seus colegas da Calheta, no próximo mês de Agosto», 1939.07.23, in *DN*, p. 2.

[858] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 215 (1940.05.29).

[859] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 166 (1939.04.22).

Em 1 de maio de 1942, realizaram-se as cerimónias do "Dia do Lusito"[860] e, no mesmo ano, nas comemorações do 28 de maio, os professores foram instruídos a realizar «palestras adequadas às crianças, focando especialmente os beneficios de ordem moral e material que resultaram para o país com o triunfo da revolução de 28 de maio de 1926»[861].

Em 1965, realizaram-se comemorações escolares dedicadas à morte de Gil Vicente, nas quais os professores abordaram o autor e a sua obra. Na Escola Masculina do Lombo do Guiné, a professora Maria Gertrudes Camacho refere que tratou do escritor e da sua obra, enquadrando-o na época em que viveu, e que os «alunos fizeram pequenas redações ilustrando-as por fim um deles recitou uma pequena poesia». A professora Livónia do Carmo Lopes Furtado fez uma abordagem semelhante e a professora Maria da Piedade Mendes refere: «Ensinei os alunos a recitar uma pequena poesia explicando o seu significado visto se tratar duma linguagem desusada»[862].

A produção e difusão de instrumentos de enquadramento ideológico revestiam também grande importância. A Direção-Geral do Ensino Primário publicou, entre outubro de 1934 e 1974, o boletim *Escola Portuguesa*, cuja função era transmitir aos professores a imagem e os princípios do projeto nacionalista do Estado Novo, para que estes, por sua vez, os difundissem junto dos alunos e da comunidade. O Ministro da Educação desejava que a *Escola Portuguesa* fosse «o jornal de todos os professores e regentes de postos escolares»[863]. O boletim combinava informação profissional (concursos, licenças, notas oficiais, notícias) com conteúdos orientadores dirigidos sobretudo aos professores das zonas rurais, reforçando a ideia do professor como «modelo de conduta da população local»[864]. A exaltação nacional é patente na mudança da denominação do Ministério de Instrução Pública para o Ministério da Educação Nacional, em 1936.

A circulação do boletim foi incentivada pelas autoridades educativas. Em agosto de 1936, o inspetor do distrito escolar enviou uma circular ao presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Calheta, solicitando que o município assumisse as despesas da assinatura do boletim, dada a sua «absoluta conveniência e até obrigatório, que as delegações andem de facto [a par] de toda a legislação, Circulares, etc., que se publiquem sobre assuntos de instrução primária»[865]. A Câmara

[860] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 331.
[861] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 338.
[862] ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 469 (1965.12.01); 470 (1965.12.01); 471 (1965.12.03).
[863] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 126 (1937.12.12).
[864] PEREIRA, 2014, «A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo […]», p. 64.
[865] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 76.

Municipal anuiu ao pedido[866] e, gradualmente, os professores passaram a subscrever o boletim, integrando-o no seu quotidiano profissional.

A escola primária desempenhou um papel central na difusão da política colonial do Estado Novo. As colónias eram apresentadas como espaços privilegiados para viver, trabalhar e defender, numa lógica simultaneamente civilizadora e missionária.

A institucionalização da "Semana das Colónias", através do decreto n.º 15088, de 23 de fevereiro de 1928, mais tarde designada de "Semana do Ultramar", ilustra claramente esta articulação entre escola e propaganda imperial. Tinha por objetivo «criar no nosso povo uma opinião colonial, incutindo no espírito de todos os portugueses a noção exacta do valor do império ultramarino e dos meios a empregar para a sua valorização; Considerando que a melhor forma de conseguir tal fim reside na propaganda feita nas escolas […] uma intensa propaganda do império colonial português»[867].

Na "Semana do Ultramar", de 1942, realizada entre 3 e 10 de maio, o Ministro da Educação Nacional, através da Sociedade de Geografia, determinou que no dia 9, designado de "Dia do Ultramar Português na Escola Primária", os professores e regentes transmitissem às crianças «uma ideia do que foi e é o nosso império. Em vez de Colónias devem falar do Ultramar Português»[868].

Os relatórios escolares da Calheta evidenciam o modo como esta propaganda era concretizada no quotidiano pedagógico. Em 1949, a professora da Escola do Loreto relatava ter explicado aos alunos que «em tempos passados as nossas colónias estiveram muito desprezadas e mesmo abandonadas», o que teria facilitado as tentativas de outros países de «se apoderar de parte de nosso império colonial». Destacava que «[o]s tempos porém mudaram devido ao esforço e interesse realizado dos Chefes da Nação»[869]. A docente abordou particularmente a «Colónia de Moçambique, da grande e já moderna cidade de Lourenço Marques», bem como do «cuidado do Governo em aumentar a nossa frota mercante para facilitar e valorizar a comunicação e comércio». A lição foi concluída com «alguns exercícios de redacção sobre o assunto»[870].

[866] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 85 (1936.10.10).
[867] Decreto 15.088, de 1928.02.23, I Série, número 47.
[868] ABM, *DEC*, L.º 7, of. 333.
[869] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 244 (1949.05.27).
[870] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 244 (1949.05.27).

O mesmo enquadramento político-pedagógico pautou nas "Semanas do Ultramar" das décadas seguintes. Em 1956, as atividades concentraram-se na província de São Tomé e Príncipe[871].

No "Dia de Portugal" de 1957, a professora da Escola Masculina da Ladeira e Lamaceiros relatava ter salientado o «grande poeta Camões», sublinhando «a solidez os laços de amizade que unem Portugal e Brasil e da visita de Sua Exc.ª o Presidente da República, àquele país»[872]. Referiu ainda «a missão dos nossos soldados que se encontram na Índia em defesa das nossas colónias», concluindo com uma palestra sobre «as glórias obtidas pelos grandes heróis», seguida do Hino Nacional, «e uma uma vilezente salva de palmas e vivas a Portugal, ao exm.º Senhor Presidente da Nação[,] a Salazar e outras entidades religiosas»[873].

A década de 1960 acentuou esta mobilização patriótica, sobretudo após a invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana, em dezembro de 1961. Em 1962, na Escola Masculina do Loreto, a professora Maria Gertrudes Camacho registou que, em cumprimento da circular n.º 38, «os três primeiros tempos letivos do dia 10 de janeiro foram destinados a despertar sentimentos de valoração patriótica […] nesta hora grave que enluta toda a Nação Portuguesa»[874]. Os alunos foram informados sobre a geografia das «províncias indianas» e sobre «o desenvolvimento económico, social e político daquelas unidades do Império evidenciando o ataque injusto da União Indiana contra a soberania Portuguesa e aneltecendo o comportamento heróico de todos os portugueses que em Goa escreveram com o seu sangue uma página heróica na defesa dos altos interesses nacionais». No mesmo dia, professores, alunos e familiares assistiram ao «Santo Sacrifício da Missa pedindo a paz para a India Portuguesa, a libertação dos prisioneiros e o eterno descanso para os que tombaram dando a vida pela defesa da soberania portuguesa»[875]. Esta temática da invasão da Índia Portuguesa continuou a ser tratada nos anos seguintes.

Nos anos subsequentes, as "Semanas do Ultramar" repetiram e aprofundaram temas semelhantes. A mesma professora, em 1962, declarou ter realizado «prelecções sobre o valor das nossas províncias ultramarinas», destacando «os sacrifícios que os nossos antepassados fizeram» e o «dever que todo o bom português tem de trabalhar para as conservar» fazendo ver «a injustiça praticada pela nação indiana

[871] ABM, *DEC*, L.º 8, of. 9.
[872] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 346.
[873] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 346.
[874] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 386 (1962.01.20).
[875] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 386 (1962.01.20).

roubando-nos os territórios de Goa, Damão e Diu»[876]. Em 1963, reforçou que «os habitantes das nossas províncias, embora distantes, são tão portugueses como nós, esclarecendo a necessidade de sermos unidos, para que possamos suportar as ciladas dos inimigos de Portugal», sublinhando episódios relativos à província de Angola, «tantas vezes sacrificada, dando provas de que é portuguesa a valer»[877]. Em 1964, acentuou o mesmo discurso, destacou os «sacrifícios que os nossos antepassados fizeram para nos legar tão grande património» e a «necessidade de sermos unidos para que possamos suportar as ciladas dos nossos inimigos»[878]. Em 1965, reiterou «a necessidade de emigração e povoamento em especial para a província de Angola para podermos suportar as ciladas dos inimigos de Portugal»[879]. Também em 1967, o discurso manteve a mesma estrutura, articulando «emigração e povoamento» como resposta à ameaça externa e interna contra o império.

Outros professores expressaram ideias semelhantes. Em 1965, Maria Piedade Mendes, da Escola Masculina do Loreto, relatou ter promovido várias palestras dirigidas a alunos e familiares, «evidenciando a conveniência das emigrações para essas terras tão grandes e tão portuguesas como a Madeira». Mostrou inclusive uma carta de uma família madeirense residente no Ultramar, «que vive desafogadamente e contando coisas acerca do modo de viver dando a entender que vive feliz», reforçando o objetivo de «incutir mais uma vez na preferência de emigrarem para estas terras portuguesas»[880].

Este vasto conjunto de práticas escolares evidencia a forte integração da escola no aparelho ideológico do Estado Novo, que a utilizou como mecanismo estruturante de mobilização patriótica, de propaganda imperial e de consolidação da visão pluricontinental de Portugal.

A par das iniciativas de natureza cívica e patriótica, ganhavam também relevo as atividades relacionadas com Nossa Senhora de Fátima, expressão da forte articulação entre a religião católica e a escola no contexto do Estado Novo. A devoção a Fátima era amplamente promovida como parte da cultura espiritual e moral da nação, sendo comum a organização de momentos de oração, celebrações especiais, receções de imagens peregrinas e outras manifestações religiosas. A presença de Fátima na escola afirmava uma identidade religiosa partilhada e reforçava o moralismo católico

[876] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 404 (1962.08.01).
[877] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 427 (1963.06.07).
[878] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 446 (1964.05.16).
[879] ABM, *DEC*, L.º 9, of. 465.
[880] ABM, *DEC*, L.º 9, of. 466.

defendido pelo regime, que via na educação primária um espaço privilegiado para a formação espiritual das crianças.

Em 1967, por ocasião da visita do Papa Paulo VI a Portugal, integrada nas comemorações do cinquentenário das Aparições de Nossa Senhora de Fátima, foi oficialmente determinado que este acontecimento fosse objeto de abordagem pedagógica nas escolas primárias. Na Escola do Lombo do Guiné, a regente Maria Cidália Gonçalves relatou que «fiz compreender aos meus alunos a vinda do Santo Padre a Portugal para comemorar o Cinquentenário das Aparições de Nossa Senhora de Fátima, e falei de Sua mensagem. Para assinalar tão célebre data, eu e os alunos comprámos uma imagem de Nossa Senhora de Fátima para ficar de memória na Escola Masculina do 1.º lugar do Lombo do Guiné. Todos os dias se reza o terço neste mês de Maio para que os pedidos de Nossa Senhora e o apelo do Santo Padre sejam ouvidos por todo o mundo e que em breve haja um só rebanho e um só Pastor»[881].

Também nesta escola, a professora Maria Gertrudes Camacho referiu ter procedido «à leitura e explicação da visita do Santo Padre Paulo VI a Portugal. […] A sua própria presença nas cerimónias religiosas tinha por fim pedir a paz para o Mundo e solenizar o dia em que fez 50 anos que a Virgem apareceu aos pastorinhos em Fátima». A docente assinalou ainda que as crianças «ouviram atentamente e com interesse fazendo várias perguntas sobre o assunto», evidenciando a receção ativa das mensagens transmitidas e o impacto pedagógico que o acontecimento assumiu no contexto escolar[882].

As manifestações de culto mariano na freguesia não se limitaram à evocação pontual da visita papal. Dois anos antes, em 1965, os alunos das diversas escolas da freguesia da Calheta tinham mandado construir, no Lombo do Atouguia, um nicho dedicado a Nossa Senhora dos Caminhos, cuja inauguração ocorreu a 25 de novembro[883].

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, as escolas do concelho da Calheta assumiram um papel importante na mobilização cívica e solidária da comunidade, colaborando nos peditórios ou ofertas de donativos destinados a instituições de assistência social.

Entre as iniciativas mais relevantes destacam-se os donativos a favor da Assistência Nacional dos Tuberculosos, instituição que desempenhava um papel

[881] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 501 (1967.05.27).
[882] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 502 (1967.07.01).
[883] ABM, *DEC*, L.º 4, of. 73 (1965.11.20).

fundamental no combate à tuberculose em Portugal. As escolas do concelho contribuíram de forma regular para esta causa, recolhendo 63$30 escudos em maio de 1934, 181$40 em 1938 e 297$70 em 1941[884], valores que evidenciam um crescente envolvimento comunitário ao longo dos anos.

A solidariedade estendia-se também a outras instituições de proteção infantil. Na Escola Mista da Calheta, foi organizado um donativo a favor do Preventório da Parede, em Lisboa, destinado à prevenção e tratamento de doenças pulmonares na infância. Esta iniciativa resultou na recolha de 15$00 escudos, em 1940[885]. Poucos anos depois, em julho de 1944, realizou-se um donativo a favor da Fundação do Preventório Santa Isabel, no Funchal[886].

O espírito solidário ultrapassou as fronteiras nacionais. Em 1940, foi promovido nas escolas um peditório em benefício das crianças da Finlândia[887], numa ação de apoio humanitário marcada pelo contexto internacional difícil da época.

Conclusão

A evolução do ensino primário nas oito freguesias do concelho da Calheta, entre a década de 1930 e o início da década de 1970, revela um processo de transformação condicionado pelos contextos político, social e económico de Portugal Continental e da Madeira. A forte centralização implementada pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo limitou a autonomia pedagógica e conduziu à adoção de medidas que promoveram o aumento do número de escolas e o gradual acesso ao ensino primário a todas as crianças.

A expansão do número de escolas, que passaram de instalações rudimentares em casas particulares para edifícios especificamente concebidos para fins educativos, ilustra o esforço de aproximação da escola às populações, sobretudo nas áreas mais isoladas. Este crescimento foi impulsionado por políticas nacionais, como o Plano dos Centenários, e por iniciativas locais que envolveram a colaboração entre o Estado, a Junta Geral, a Câmara Municipal da Calheta e instituições privadas, em especial de matriz religiosa.

884 ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 15, 132, 301.
885 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 197 (1940.01.13).
886 ABM, *DEC*, L.º 7, of. 435 (1944.07.01).
887 ABM, *DEC*, L.º 7, ofs. 206 (1940.03.21), 207 (1940.03.21).

No plano pedagógico e organizacional, a realidade escolar do concelho refletiu as limitações materiais, visíveis na precariedade de muitos espaços, na escassez de recursos didáticos e na falta de professores habilitados, bem como os mecanismos de controlo ideológico característicos do Estado Novo. A presença obrigatória de símbolos nacionais e religiosos, a circulação do boletim *Escola Portuguesa* e a promoção de atividades alinhadas com a trilogia "Deus, Pátria e Família" demonstram a instrumentalização da escola enquanto espaço de reprodução dos valores do regime.

A escolarização de adultos, através de cursos noturnos e cursos de adultos, evidencia as tentativas de alfabetização. Estes cursos, embora adaptados às exigências da vida adulta, foram condicionados pela irregularidade da frequência e pelas limitações socioeconómicas locais.

No campo da assistência escolar, observa-se o esforço das instituições públicas e de particulares em mitigar desigualdades socioeconómicas, sobretudo através da distribuição de materiais escolares, prémios de mérito e da criação de cantinas.

As atividades temáticas e extracurriculares assumiram uma função importante neste período, fortemente imbuídas no projeto político do Estado Novo. As escolas articularam conteúdos curriculares e comemorações patrióticas com o modelo de identidade nacional promovido pelo regime. A exaltação da pátria, dos heróis históricos, da autoridade política e das virtudes morais marcavam períodos importantes do calendário escolar, que incluíam a celebração de efemérides, o uso pedagógico de referências coloniais e o estímulo à participação na Mocidade Portuguesa. As atividades relativas ao Ultramar e às colónias refletem a instrumentalização da escola como veículo da propaganda imperial, reforçando a narrativa da missão civilizadora de Portugal e do caráter pluricontinental da nação. As escolas da Calheta replicaram fielmente as orientações centrais.

Com este artigo, para além de aprofundar o conhecimento sobre o sistema do ensino primário no concelho da Calheta, esperamos também reavivar memórias dos espaços, dos professores e das atividades, pois muitas histórias dos tempos de escola permanecem vivas entre aqueles que as protagonizaram.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

ABM, *DEC*, L.º 1, Registo de Correspondência Recebida, 1961-1962.
ABM, *DEC*, L.º 2, Registo de Correspondência Recebida, 1962-1963.
ABM, *DEC*, L.º 3, Registo de Correspondência Recebida, 1964-1965.
ABM, *DEC*, L.º 4, Registo de Correspondência Recebida, 1965-1968.
ABM, *DEC*, L.º 5, Registo de Correspondência Recebida, 1968-1973.
ABM, *DEC*, L.º 6, Registo de Correspondência Recebida, 1973-1980.
ABM, *DEC,* L.º 7, Registo de Correspondência Expedida, 1934-1944.
ABM, *DEC*, L.º 8, Registo de Correspondência Expedida, 1955-1965.
ABM, *DEC*, L.º 9, Registo de Correspondência Expedida, 1949-1969.
ABM, *DEC*, L.º 12, Termos de Posse, 1960-1969.
ABM, *DEC*, L.º 15, EB1.PE Calheta – extinta Escola Mista da Vila da Calheta, Registo de Correspondência Expedida, 1941-1975.
ABM, *DEC*, L.º 16, EB1.PE Calheta – extinta Escola Mista da Vila da Calheta, Livro de Atas, 1947-1971.
ABM, *DEC*, L.º 17, EB1.PE Calheta – extinta Escola da CM da Calheta, Registo Geral, 1939.
ABM, *DEC*, L.º 20, EB1.PE Calheta – extinta Escola Masculina do Lombo do Salão, Registo de Correspondência Expedida, 1957-1975.
ABM, *DEC*, L.º 29, EB1.PE Lombo da Guiné – extinto Posto Escolar Masculino/Misto das Florenças, Registo de Correspondência Expedida, 1945-1946.
ABM, *DEC*, L.º 31, EB1.PE da Calheta – Ladeira e Lamaceiros, Correspondência expedida da Escola Masculina da Ladeira e Lamaceiros, 1957-1979.
ABM, *DEC*, L.º 32, EB1.PE Lombo da Guiné – extinto Posto Escolar Masculino/Misto das Florenças, Registo de Correspondência Expedida, 1957-1987.
ABM, *DEC*, L.º 33, EB1 PE da Calheta – Ladeira e Lamaceiros, correspondência expedida – Escola Masculina de Paredes, 1962-1995.
ABM, *DEC*, L.º 34, EB1 PE da Calheta – Ladeira e Lamaceiros, correspondência expedida – Escola Feminina de Paredes, 1963-1972.
ABM, *DEC*, L.º 35, EB1 PE da Calheta – Ladeira e Lamaceiros, correspondência expedida – Escola Mista de Paredes, 1963-1982.
ABM, *DEC*, mç.º 22, Relação das crianças em idade escolar, 1957-1974.
ABM, *EMPFUN*, L.º 143, Termos de matrícula no curso de magistério primário, 1943--1974.

ABM, *ICEFUN*, mç.º 30, Recursos financeiros, Folhas de vencimentos do professorado primário oficial, 1926-1933.
APAC, *Livro da Fábrica de 1920-1960*.

Fontes Impressas

«A Câmara Municipal da Calheta – no campo da Instrução», 1939.09.17, in *DN*, Funchal, p. 3.
«Assistência Escolar do Concelho da Calheta», 1941.05.01, in *DN*, Funchal, p. 4.
Decreto n.º 15805, in *DG*, 1928.07.31, I Série, n.º 174.
Decreto n.º 20604, in *DG*, 1931.11.30, I Série, n.º 283.
Decreto n.º 22 369, in *DG*, 1933.03.30, I Série, n.º 73.
Decreto-Lei n.º 26115, in *DG*, 1935.11.23, I Série, n.º 272.
Despacho da Presidência do Conselho de Ministros, in *DG*, 1941.07.29, I Série, n.º 174.
«Escola S. Francisco de Sales dos Prazeres», 1944.02.13, in *O Jornal*, Funchal, p. 1.
«Inauguração duma nova escola na Calheta», 1941.10.27, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Informação Escolar – Distrito Escolar do Funchal», 1963.09.29, in *DN*, Funchal, p. 7.
«Instrução primaria», 1935.06.20, in *DN*, Funchal, p. 4.
«Intercambio escolar – Os "Lusitos" do Funchal vão retribuir a visita dos seus colegas da Calheta, no próximo mês de Agosto», 1939.07.23, in *DN*, Funchal, p. 2.
«Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal – Deliberações», 1962.03.30, in *DN*, Funchal, p. 5.
Lei n.º 1985, in *DG*, 1940.12.17, I Série, n.º 292.
«Na Calheta – Ainda a inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.21, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Na Calheta – Inauguração da Escola "Dr. Roberto Luiz Monteiro"», 1935.11.20, in *DM*, Funchal, pp. 1, 3.
«Na Calheta – Uma festa das alunas da escola "Dr. Roberto Monteiro"», 1936.07.16, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Na Calheta», 1935.11.21, in *DN*, Funchal, p. 4.
«Na Calheta», 1941.10.11, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Nos Prazeres – A inauguração da Escola Paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.19, in *DN*, Funchal, p. 3.
«Nos Prazeres – Inauguração da escola paroquial de S. Francisco de Sales», 1935.11.16, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Nos Prazeres», 1935.11.19, in *DM*, Funchal, p. 1.
«Notas mundanas – Para o campo», 1934.10.05, in *DN*, p. 2.

«Notícias da Madeira – Calheta», 1930.08.27, in *O Jornal*, p. 4.
«Notícias da Madeira – Calheta», 1931.06.20, in *O Jornal*, p. 4.
«O problema do ensino primário na Madeira», 1942.11.12, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Os lusitos da Calheta nas festas do 28 de Maio», 1939.05.15, in *DN*, Funchal, p. 1.
«Os lusitos da Mocidade Portuguesa da Calheta», 1939.05.28, in *DN*, Funchal, p. 1.

Bibliografia Consultada

AMORIM, José Pedro; FELGUEIRAS, Margarida Louro, 2024, «Regentes escolares e alfabetização de crianças pobres em Portugal (1930-1976)», in *Acta Scientiarum Education*, Universidade Estadual de Maringá, vol. 46, disponível em https://doi.org/10.4025/actascieduc.v46i1.69218, acedido em 2025.10.20.

CARVALHO, Rómulo, 2008, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, 4.ª ed, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GUINOTE, Paulo, 2006, «O Lugar da(o)s Regentes Escolares na Política Educativa do Estado Novo: Uma Proposta de Releitura anos 30-anos 50)», in *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, n.º 1, pp. 113-126.

LADEIRA, Paulo, 2025, «A Instrução Primária no Concelho da Calheta (1772-1930)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 7, pp. 349-462.

MATOS, António Marinho, 2005, *Arco da Calheta – Evangelização, devoção e património cultural (subsídios para a história da sua paróquia)*, Funchal, Diocese do Funchal.

MENDES, Duarte, 2010, *Matriz Toponímica da Fajã da Ovelha (Achegas para a sua identificação)*, Fajã da Ovelha, edição de Autor.

MENDONÇA, Alice Maria Ferreira, 2006, *A problemática do insucesso escolar – A escolaridade obrigatória do arquipélago da Madeira em finais do século XX (1994-2000)*, Tese de Doutoramento em Sociologia da Educação, Universidade da Madeira, disponível em http://hdl.handle.net/10400.13/194, acedido em 2020.11.23.

PAREDES, Maria Luciana Perestrelo Favila da Cunha, 2025, *História do Ensino Primário na ilha da Madeira – Do Proto Plano Escolar Pombalino ao Plano de Alfabetização Popular do Estado Novo*, Tese de Doutoramento em Educação – especialidade História da Educação, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, disponível em http://hdl.handle.net/10400.5/102428, acedido em 2025.10.20.

PEREIRA, Maria Paula, 2014, «A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o Projeto Ideológico do Salazarismo», in *Da Investigação às Práticas*, vol. 4, n.º 1, pp. 59-81.

RIAS, Ana Paula, 1999, «O ensino em discurso feminino – O caso singular das regentes escolares», in *Ex aequo*, n.º 1, Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, Lisboa, pp. 107-121, disponível em https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/o-ensino-em-discurso-feminino, acedido em 2025.09.20.

SANTOS, Francisco Miguel A. A. dos, 2020, *Regionalização da Educação e o Currículo. Uma questão ideológica e de afirmação de poder. O caso da Madeira em Portugal*, Tese de Doutoramento em Currículo e Inovação Pedagógica, Universidade da Madeira, disponível em http://hdl.handle.net/10400.13/3131, acedido em 2025.03.03.

SERRÃO, Vanda Maria de Bragança, 2018, *O Ensino durante o Estado Novo em Portugal: O papel do professor*, Dissertação de Mestrado em Ensino da História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, disponível em http://hdl.handle.net/10451/36386, acedido em 2025.03.03.

SILVA, Ângelo Augusto da, 1947, *Como resolver na Madeira o problema do ensino primário?*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

Webgrafia

«Nota de Pesar – Falecimento», 2024.09.20, in *Santa Casa da Misericórdia da Calheta*, disponível em https://scmcalheta.pt/nota-de-pesar-falecimento-2/, acedido em 2024.09.27.

«Câmara da Calheta apresenta pesar pelo falecimento da professora Zélia Jardim», 2024.09.27, in *DN*, disponível em https://www.dnoticias.pt/2024/9/27/421406-camara-da-calheta-apresenta-pesar-pelo-falecimento-da-professora-zelia-jardim/, acedido em 2024.09.27.

«EB1/PE da Calheta», s.d., in *Portal Escola Digital*, disponível em http://escolas.madeira-edu.pt/eb1pecalheta/Apresenta%C3%A7%C3%A3odaEscola/Edif%C3%ADcios/tabid/14999/Default.aspx, acedido em 2019.05.08.

«EB1,2,3/PE Professor Francisco Manuel Santana Barreto», s.d., in *Portal Escola Digital*, disponível em http://escolas.madeira-edu.pt/eb123pepfmsbarreto/Escola/Patrono/tabid/16193/Default.aspx, acedido em 2019.05.09.

«Zélia da Mota e Freitas Jardim», 2024.09.21, in *DN*, disponível em https://www.dnoticias.pt/2024/9/20/420592-zelia-da-mota-e-freitas-jardim/, acedido em 2024.09.27.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 339-385
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Ação do Governador Civil José Silvestre Ribeiro, Vista pelos Estrangeiros que Visitaram a Madeira: A Preocupação com os Forasteiros

The Action of the Civil Governor José Silvestre Ribeiro, Seen by Foreigners who Visited Madeira Island: His Concern with the Foreigners

Susana Caldeira[1]

Resumo

Após a leitura e análise de três obras, duas (1849 e 1850) da autoria de Sérvulo Drummond de Menezes e uma outra (1852) – que lhe dá continuação – da autoria de António Jacinto de Freitas, sobre o desempenho de José Silvestre Ribeiro (1807--1891) enquanto governador civil do arquipélago da Madeira (1846-1852), surgiu a curiosidade de perceber o que é que os tantos estrangeiros que escreveram sobre a Madeira teriam achado do estado da ilha e das realizações levadas a cabo por este governador durante a sua administração. Sabendo que os seis anos de poder do governador civil José Silvestre Ribeiro foram de grandes medidas e sucessos, não nos quisemos cingir apenas à pesquisa sobre a literatura estrangeira que nos dá uma visão generalizada sobre um olhar de fora, mas tentámos também investigar, numa espécie de análise comparatista, o que era escrito nos periódicos da época e que, de alguma forma, revelava o pensamento moral e político da sociedade madeirense de então. Neste artigo,

[1] Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawaii, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros. Dedica--se atualmente a temas no âmbito da cultura e literatura insulares, publicando com regularidade em revistas científicas regionais e internacionais. É docente em mobilidade no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, onde faz investigação, e é membro do Conselho Editorial da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série; faz também parte do Conselho Editorial da revista *Islenha* e é membro do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (CEC). Contacto: susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt.

em particular, dissertaremos sobre a ação direta do governador no que dizia respeito à impressão que ele queria deixar aos estrangeiros que nos visitavam.

Palavras-chave: José Silvestre Ribeiro; Governador Civil; Madeira; Estrangeiros.

Abstract

After reading and analysing three works, two (1849 and 1850) by Sérvulo Drummond de Menezes and another (1852) – which continues it – by António Jacinto de Freitas, about the performance of José Silvestre Ribeiro (1807-1891) as the Civil Governor of the Madeira archipelago (1846-1852), the curiosity arose to understand what the many foreigners who wrote about Madeira would have thought of the state of the island and the achievements carried out by this governor during his administration. Knowing that the six years in power of the civil governor José Silvestre Ribeiro were of great measures and success, while reading and researching foreign literature we did not confine ourselves only to that widespread view from an outside perspective, but we have also tried to investigate, in a kind of comparative analysis, what was written in the periodicals of the time and which, in some way, revealed the moral and political thinking of Madeiran society at the time. In this article, in particular, we will talk about the governor's direct action with regard to the impression he wanted to leave on the foreigners who visited us.

Keywords: José Silvestre Ribeiro; Civil Governor; Madeira; Foreigners.

Já muito se disse e escreveu sobre o conselheiro José Silvestre Ribeiro, uma figura incontornável no contexto da historiografia portuguesa, personalidade de quem a ilha da Madeira alguma vez deveria esquecer-se. Biografado ainda em vida, a história do seu percurso académico, militar, literário, político e governativo tem sido alvo de estudos, escritos e conferências, tanto em Portugal continental como nas ilhas atlânticas portuguesas[2], onde ocupou posições de intervenção político-administrativas de destaque ao serviço de Sua Majestade, a Rainha D. Maria II de Portugal.

José Silvestre Ribeiro nasceu em Idanha-a-Nova, a 31 de dezembro de 1807, e faleceu em Lisboa, a 9 de março de 1891. Liberal convicto, cursou Filosofia e Direito na Universidade de Coimbra, com uma passagem intermédia pela Universidade de Sorbonne, em Paris, onde, entre outros, foi aluno de François Guizot[3] (1787-1874).

[2] Recorde-se que em Angra do Heroísmo, Açores, foi celebrado o bicentenário do nascimento de José Silvestre Ribeiro com um colóquio que deu origem às *Actas do Colóquio dos 200 Anos do Nascimento de José Silvestre Ribeiro*, de 2008.

[3] Historiador, orador e estadista francês (liberal moderado) que em muito influenciou a escrita historiográfica de José Silvestre Ribeiro, contribuindo para a sua convicção europeísta dos destinos históricos de Portugal. Cf. DIAS, s.d., «Ribeiro, José Silvestre (Idanha-a-Nova, 1807 – Lisboa, 1891)».

Adepto e defensor acérrimo de causas públicas, desde cedo se manifestou e lutou pelas suas crenças políticas, interpretando um papel de relevo nas lutas pelo liberalismo. De entre os muitos cargos que desempenhou (prefeito, governador civil, ministro da Justiça, deputado e par do Reino), foi secretário da prefeitura da província da Beira Baixa (1834-1837) e administrador geral (depois redenominado governador civil) de vários distritos: Portalegre (1837-1839), cuja Câmara Municipal do Distrito, passados seis meses, enviou ao governo de Sua Majestade um louvor pela boa administração[4]; Angra do Heroísmo (1839-1844), onde teve um importantíssimo destaque pela sua dedicação às necessidades dos mais desfavorecidos, ao apoio e criação de casas de saúde e beneficência, à construção de escolas em zonas mais populosas e pobres e, sobretudo, no papel fundamental que teve durante e após o grande terramoto de 15 de junho de 1841, o qual afetou, em especial, a vila da Praia da Vitória, na ilha Terceira. Foi devido ao seu espírito benfeitor e empreendedor que se fez com que fosse reerguida a Praia da Vitória[5]. Precisamente no ano de 1841, José Silvestre Ribeiro foi, pela sua ação, agraciado com a Carta do Conselho, passando, então, a usar o título de *conselheiro*; exerceu também o cargo de governador civil em Beja (1844-1846), «onde demonstrou, uma vez mais, a sua extraordinária capacidade governativa. Conseguiu melhorar a organização da assistência aos expostos, com a persistência e o perfil ético que lhe eram característicos»[6]; foi, seguidamente, transferido para Faro (1846), onde só exerceu funções durante um mês, sendo exonerado do cargo, a seu pedido, e passando a ser secretário de António José de Ávila[7] (1807-1881).

Foi exatamente a desempenhar esta função que o destino de José Silvestre Ribeiro se cruzou com a ilha da Madeira, em meados do século XIX, para não mais a sua ação ficar esquecida. Reconhecido como o «benfeitor da Madeira» ou como o «reparador dos templos»[8], Silva e Meneses não lhe poupam elogios, dizendo que «foi o conselheiro José Silvestre Ribeiro o mais ilustre governador civil deste distrito e aquele a quem esta terra deve uma soma de mais assinalados serviços e de actos da mais alta e mais acendrada benemerência». Acrescentando que «[o] nome de José Silvestre Ribeiro é ainda bastante lembrado entre nós e considerado sem possível

4 Vd. VIEIRA, 2008, «José Silvestre Ribeiro e a reedificação da Praia», p. 59.

5 Cf. NUNES, 2008, «Sismos nos Açores: quando, onde e como? […]», pp. 44-46; VIEIRA, 2008, «José Silvestre Ribeiro e a reedificação da Praia», pp. 62-68.

6 VIEIRA, 2008, «José Silvestre Ribeiro e a reedificação da Praia», p. 66.

7 1.º Duque de Ávila e Bolama, por três vezes Presidente do Conselho de Ministros de Portugal.

8 CURADO, 2015, «A Ética do conselheiro José Silvestre Ribeiro (1807-1891)», p. 463.

contestação, o do mais ilustre e benemérito governador que tem tido o arquipélago da Madeira»[9]. Também Carita, nas comemorações do bicentenário do nascimento do conselheiro, que se realizaram em Angra do Heroísmo, Açores, em 2007, atestaria que «[p]oucos governos teriam recolhido uma aprovação e um reconhecimento, em princípio, tão unânime na História da Madeira como o do conselheiro José Silvestre Ribeiro»[10].

José Silvestre Ribeiro chegou à Madeira, a bordo do brigue de guerra *Douro*, no dia 12 de setembro de 1846. Da sua chegada fizeram eco os periódicos *O Defensor*[11], de 19 de setembro de 1846, *O Echo da Revolução*[12], na mesma data e *O Independente*[13], de 17 de setembro de 1846. Acompanhava António José de Ávila[14], que havia sido nomeado comissário régio, e que aportava à ilha da Madeira com a incumbência de restabelecer a ordem entre a população e de inteirar-se dos enormes desacatos e motins atribuídos à causa do proselitismo calvinista do Dr. Robert Reid Kalley[15] que, à época, se espalhara pela ilha, bem como de se informar do estado socioeconómico em que se encontrava o arquipélago da Madeira.

À sua chegada, o conselheiro António José de Ávila suspendeu do seu cargo o governador civil interino do Funchal, Valentim de Freitas Leal[16] – que, ao que

[9] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 208-209.

[10] CARITA, 2008, «O governo do conselheiro José Silvestre Ribeiro, na Madeira», p. 73.

[11] «Sabbado passado fundeou no nosso Porto o Brigue de Guerra Portuguez Douro conduzindo a bordo o Exm.º Snr. Conselheiro e Ministro e Secretário d'Estado Honorário Antonio Jose d'Avilla, e o Exm.º Snr. Jose Silvestre Ribeiro, há pouco Governador Civil da Terceira, e ultimamente de Beja e Faro. Segundo é publico, a missão do Exm.º Snr. Avilla à nossa ilha tem por objecto principal os acontecimentos do dia 9 do mez passado, os quaes o Governo de S. M. a Rainha tomou na mais alta consideração. Também nos consta que aquelle distincto Cavalheiro vem encarregado de se informar das necessidades mais urgentes deste Districto Administrativo», in *O Defensor*, 19 de setembro de 1846, p. 4.

[12] *O Echo da Revolução*, 19 de setembro de 1846, p. 2.

[13] *O Independente*, 17 de setembro de 1846, p. 3.

[14] Para além de uma notícia sobre a chegada, em tudo semelhante ao *O Defensor*, *O Echo da Revolução* apresenta, também, uma espécie de nota biográfica de António José de Ávila. Vd. *O Echo da Revolução*, 19 de setembro de 1846, p. 2.

[15] Apesar de existirem, na Madeira, vários estudos académicos sobre o "caso" Kalley, não deixa de ser interessante consultar a opinião pública da época, estampada na imprensa local. Vd., por exemplo: *O Defensor*, 26 de setembro de 1846, pp. 2 e 3; 3 de outubro de 1846, p. 1; *O Echo da Revolução*, 19 de setembro de 1846, p. 2; 26 de setembro de 1846, pp. 2 e 4; 10 de outubro de 1846, p. 2; 17 de outubro de 1846, pp. 3 e 4; 24 de outubro de 1846, p. 1; 31 de outubro de 1846, pp. 2, 3 e 4; 14 de novembro de 1846, p. 3; 21 de novembro de 1846, pp. 2, 3 e 4; *O Imparcial*, 10 de janeiro de 1846, p. 2; 24 de janeiro de 1846, p. 3; 14 de março de 1846, p. 3; 4 de abril de 1846, p. 3; 6 de junho de 1846, pp. 1 e 2; *O Independente*, 20 de Agosto de 1846, p. 3; e ainda mais tarde, o *Boletim Official*, 30 de maio de 1847, p. 3; *O Amigo do Povo*, 23 de fevereiro de 1850, p. 3; 6 de julho de 1850, p. 1; 31 de agosto de 1850, p. 3; 21 de setembro de 1850, pp. 1, 2 e 3; 28 de setembro de 1850, p. 3.

[16] Havia sido nomeado para Governador Civil interino, por decreto de 1 de junho de 1846. Vd. *O Imparcial*, 13 de junho de 1846, p. 4 e 20 de junho de 1846, p. 1.

parece, já teria solicitado à Rainha tal exoneração[17] –, passando as suas funções a serem levadas a cabo pelo então secretário-geral, Augusto de Carvalhal Esmeraldo de Lencastre[18]. Na verdade, o Comissário Régio, António José de Ávila, tinha em seu poder a documentação da Rainha, datada de 5 de setembro de 1846, que exonerava o antigo governador interino e que decretava que o seu sucessor no cargo seria o conselheiro José Silvestre Ribeiro:

> «Decreto de Nomeação: Attendendo ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa do Conselheiro Joze Silvestre Ribeiro: Hei por bem Nomeal-o para Governador Civil do Districto do Funchal. O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço de Belém em 5 de Setembro de 1846. – RAINHA. – *Duque de Palmella*»[19].

E assim, no dia 7 de outubro de 1846, o senhor conselheiro José Silvestre Ribeiro tomou posse, nas instalações da Câmara Municipal do Funchal[20], com toda a pompa e circunstância que lhe prestaram os madeirenses. Como seria expectável, a imprensa local descreveu este ato solene:

> «Quarta-feira passada, 7 do corrente, pelo meio-dia, tomou posse do Governo Civil deste Districto Administrativo, o Exm.º Snr. Joze Silvestre Ribeiro, que há pouco ocupou igual cargo na Ilha Terceira, e ultimamente em Beja, em cujos Districtos deixou grandes saudades pela maneira como em ambos se condusio. S. Exc. sahio, pouco antes da hora aprasada, do Palacio de São Lourenço para a Casa da Camara Municipal, acompanhado do Exm.º Snr. Valentim de Freitas Leal, Governador Interino, e pelos Illms. Snrs. Governador Militar, Secretario Geral, Governador do Bispado, e por muitos outros cidadãos, e empregados públicos, ecclesiasticos, civis e militares, fazendo-lhe as devidas honras uma guarda que se achava postada no largo da Praça da Constituição. Tendo sido recebido nos Paços do

[17] O Governador Civil Interino, Valentim de Freitas Leal, já havia pedido a S. M. a Rainha a exoneração do cargo, por motivos pessoais. Aproveitando a presença de António José de Ávila, «do Conselho de Sua Majestade, Ministro e Secretario d'Estado Honorário, e Delegado do Governo em Commissão na Ilha da Madeira», volta a pedir tal exoneração. Vd. *O Defensor*, 26 de setembro de 1846, p. 1. Vd. ainda o «Alvará de exoneração de Valentim de Freitas Leal do cargo de governador civil do Districto, substituindo-o o secretário geral do Governo Civil, Augusto de Carvalhal Esmeraldo Lencastre», in ABM, CRRK, Cx. 1, n.º 74 e «Ofício do Duque de Palmela para o conselheiro António José de Ávila remetendo cópia autêntica do Decreto de 5 de Setembro pelo qual é exonerado o governador civil interino do Funchal, Valentim de Freitas Leal», in ABM, CRRK, cx. 1, n.º 89.

[18] Vd. *O Defensor*, 26 de setembro de 1846, pp. 1 e 2.

[19] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, p. 1. Vd. também *O Echo da Revolução*, 10 de outubro de 1846, p. 1. O cargo de governador civil – autoridade máxima do distrito – foi instituído no ano de 1835 sendo a nomeação feita por decreto da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Vd. SOUSA, 2021, «O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão […]», pp. 293-295.

[20] Já em 1827, o britânico Lyall escrevia: «when a new Governor takes possession of his appointment, he takes an oath before the Camera to observe all the laws, usages, etc.», in LYALL, 1827, *Rambles in Madeira and in Portugal* […], p. 356.

> Concelho pela Comissão Municipal, e tendo todas as pessoas presentes tomado os seus lugares, o Snr. Dr. Barradas, como Fiscal, dirigio a S. Exc. uma breve e eloquente alocução, á qual S. Exc. respondeo de uma maneira que produsio uma profunda impressão em todos os circunstantes, terminando com Vivas a S. M. a Raynha, a El Rey, á Real Família, á Carta Constitucional, e aos Habitantes da Madeira, os quaes foram correspondidos com grande enthusiasmo. Feito o competente auto, sahio S. Exc., dirigio-se á Sé a dar graças, e recolheo-se depois á sua residência, com o mesmo acompanhamento, do qual se despedio com a maior urbanidade e cortesia»[21].

A ação governativa da Madeira era, algumas vezes, foco de atenção dos estrangeiros visitantes que escreviam sobre a ilha. Em 1840, por exemplo, Cooper escrevia:

> «Madeira is governed by the laws of the mother country, with but few exceptions, adapted to its insular position; and the chief authorities, namely the governors, commanders of troops, and chief judges, are sent out from Portugal. Their appointments are for three years nominally, but they are frequently re-appointed; at the same time, it is not unusual for them to be recalled before the expiration of that period, to suit the views of the government then existing in Portugal. There is, besides, a municipal chamber, who take cognizance of all municipal matters»[22].

Quatro anos mais tarde, Wilde decretava que faltava apenas uma condição para se alcançar a receita perfeita para o paraíso terreno: «[t]his favoured spot wants now but one blessing to make it an earhly paradise – a free and enlightened government»[23]. Também Harcout, que esteve na Madeira durante a governação de José Silvestre Ribeiro, descreveu detalhadamente, e ao longo de várias páginas, a divisão administrativa da ilha e o tipo de governo, dizendo sobre o governador:

> «The civil governor of Madeira has under his supervision all the different branches of the public service. His principal duties are, to order and regulate all government expenses, according to the law in existence, or agreeably to any special enactment of the Lisbon cabinet; to secure from injury the necessary instructions to his subalterns; and to promote the agricultural and industrial welfare of the people»[24].

O americano John Dix, no mesmo ano, tece, igualmente, palavras elogiosas dirigidas ao conselheiro:

> «Among the first men in the city is the civil governor – not from his station alone, but from his intelligence, wealth, and personal character. He is a native of Madeira, was a

[21] *O Defensor*, 10 de outubro de 1846, p. 4. Vd. ainda *O Echo da Revolução*, 10 de outubro de 1846, p. 3; *O Independente*, 8 de outubro de 1846, p. 1; e MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 3-6.

[22] COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* […], p. 12.

[23] WILDE, 1844, *Narrative of a Voyage to Madeira* […], p. 87.

[24] HARCOUT, 1851, *A sketch of Madeira containing information* […], pp. 77-80.

> practitioner at the bar, and is possessed of all that practical information in relation to the island, and its internal concerns, which a governor should have. With much dignity and courtesy of manner, he unites an entire disregard of all ceremony and form in his intercourse with others. He exhibits not the least pride, either of wealth or station; though in the latter respect he has no equal in the island and in the former very few»[25].

Não é nosso intento, no decorrer deste artigo, examinar com minúcia a ação política e governativa do conselheiro José Silvestre Ribeiro. Tantos já o fizeram antes de nós. Após a leitura e análise das três obras *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de outubro de 1846* (vols. I, II e III), as primeiras duas (1849 e 1850) da autoria de Sérvulo Drummond de Menezes[26] e uma terceira (1852) – que lhe dá continuação – da autoria de António Jacinto de Freitas, sobre o desempenho de José Silvestre Ribeiro enquanto governador civil do arquipélago da Madeira (1846-1852), apercebemo-nos de que o conselheiro tinha uma preocupação extrema com a opinião, ou impressão, que o distrito podia causar aos olhos dos estrangeiros que visitavam as ilhas[27]. Lembre-se que, em meados do século XIX, a ilha da Madeira tornara-se numa estância terapêutica e de lazer de renome internacional[28] e era visitada pelas mais variadas personalidades de diferentes países, com maior propensão para os cidadãos britânicos. Ora, estes visitantes eram também os autores dos imensos diários pessoais e guias, mais ou menos científicos, que ao longo dos anos escreveram sobre as suas estadias na ilha da Madeira e, através destes escritos,

---

[25] DIX, 1851, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 92. Embora Dix se equivocasse ao dizer que Silvestre Ribeiro era natural da Madeira, a verdade é que o autor pesquisou muito sobre a constituição do governo local, a dependência do Reino, a eleição dos deputados por voto, a monarquia, a expatriação, os poderes legislativo e judicial, os direitos civis e políticos dos cidadãos, a câmara dos deputados, quem podia votar e quem podia ser elegível para deputado, as funções do governador, a composição dos concelhos, a Junta do Distrito, etc. Vd. pp. 152-187. Muitos outros autores britânicos referiram estes aspetos e organizações governamentais e políticas, mas estaríamos a repetirmo-nos se as transcrevêssemos e não é esse o âmbito deste artigo.

[26] De acordo com o periódico *O Archivista*, Sérvulo Drummond de Menezes terá sido despedido do cargo de Secretário Geral do Governo Civil do Funchal. Embora não conste o motivo de tal demissão, diz tal periódico que foi substituído por um cavalheiro «dotado de excelentes qualidades», que estamos em crer tratar-se de António Jacinto de Freitas. Vd. *O Archivista*, 14 de junho de 1851, pp. 1 e 2.

[27] A título de exemplo, num ofício dirigido à Câmara Municipal do Funchal, a 23 de outubro de 1846, o conselheiro terminava, escrevendo: «Finalmente, movido do interesse que me inspira este bello paiz, tenho por conveniente que a Camara auxiliada pela Administração do Concelho, faça pôr em vigor, ou estabeleça de novo, e faça executar todas e quaesquer posturas, tendentes a conseguir a limpeza, e a salubridade, bem como a prohibir todos os actos que poderem offender a decência, e apresentar-nos aos olhos dos estrangeiros, como um povo menos civilizado», in *O Defensor*, 7 de novembro de 1846, p. 2.

[28] Cf. por exemplo, RODRIGUES, 2019, «O Turismo na Madeira Oitocentista»; VIEIRA, 2019, «A Ilha da Madeira como Centro de Tratamento de Doenças Pulmonares em Meados do Século XIX»; AGRELA, 2005, *Notas sobre a Madeira na Literatura de Viagens Inglesa (1850-1894)*.

como já anteriormente fomos capazes de ilustrar[29], é possível reconstruir um cenário ou um *modus vivendi* da sociedade de então.

Foi a pensar nestas fontes – as três obras referidas e a leitura e análise de um corpus de cerca de 55 livros escritos por estrangeiros, aos quais acrescentámos a consulta dos periódicos regionais do período da administração do conselheiro –, que nos surgiu a curiosidade em perceber o que é que esses tantos forasteiros que escreveram sobre a Madeira teriam achado do estado da ilha. Partindo do pressuposto que os seis anos de poder do governador civil José Silvestre Ribeiro foram de grandes medidas e sucessos, não nos cingimos apenas a esse espaço temporal, mas tentámos também investigar, nas diferentes publicações estrangeiras, e numa espécie de análise comparatista, o que se disse antes, durante e depois da sua presença na Madeira, de forma a melhor compreender a realidade madeirense de meados do século XIX.

Logo após a tomada de posse, a 7 de outubro de 1846, o conselheiro José Silvestre Ribeiro dirigiu-se, em ofício[30], ao corpo consular estabelecido na Madeira, prontificando a sua colaboração e estreitando os laços de amizade com os diferentes países que tinham representação na Madeira.

No dia 23 de outubro de 1846, ainda no mês respeitante à sua tomada de posse na Câmara Municipal do Funchal, e talvez ainda antes de se inteirar dos principais problemas do distrito, o conselheiro enviou um ofício ao presidente da referida Câmara, e demais membros, enaltecendo a cidade e dando alguns conselhos de melhoria. Afirmava que a cidade do Funchal poderia estar à altura das grandes cidades «nestes nossos tempos» em importância, desenvolvimento e grau de civilização. Para tal, recomendava a imperiosa necessidade de implementar a iluminação das ruas. A expensas suas, dizia já ter colocado três candeeiros em diferentes pontos da cidade «sendo um á entrada da Fortaleza de São Lourenço, outro á entrada da Alfândega, e o terceiro por cima das fontes de João Diniz». Acrescentava que era sua intenção colocar outros e sugeria que a Câmara do Funchal fosse, aos poucos, fazendo o mesmo de modo a iluminar todas as ruas «com grande proveito do público». Ainda no mesmo ofício, propunha que a Câmara convencesse os proprietários das casas da cidade a construírem, «nas testadas das suas moradias», passeios laterais «afim de oferecer às pessoas que transitão a pé um caminho commodo», dando também uma aparência mais grandiosa à cidade. Acrescentava ainda, neste ofício, uma das

[29] CALDEIRA, 2022, «Memória, Narrativa e Experiência – o Diário do Americano Edward Watkinson Wells sobre a Madeira»; CALDEIRA, 2023, «Escrita de Si: História e Memória nas Narrativas de Vida […]».
[30] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 6-7.

suas grandes preocupações: a construção de uma nova cadeia, de modo a tirar tão hediondo edifício do meio da cidade:

> «Quero falar da conclusão da nova Cadêa; quero falar da urgentíssima, da impreterível necessidade de acabar com esse terrível foco de infecção, com esse cemitério de creaturas vivas, a que se dá o nome de prisão pública. Sei que demanda essa obra alguns sacrifícios; mas também reconheço que é força lavar uma nodoa, que mancha a civilisação desta cidade, tão brilhante aliás a muitos respeitos»[31].

Por fim, manifestava a sua inquietação com a imagem que a cidade podia passar aos estrangeiros que a visitavam em termos de asseio, segurança e decência.

Partimos deste, que é um dos seus primeiros ofícios, para explorar exatamente essa preocupação que o governador civil tinha com a opinião, ou impressão, com que os forasteiros que nos visitavam, ficavam da cidade e da população. A iluminação da cidade seria uma luta que o conselheiro não queria perder. A propósito da iluminação, e apenas a título de curiosidade, deparámo-nos com uma publicação britânica do ano de 1821 onde se podia ler: «About half-a-mile beyond the church, is the entrance to the city, when a narrow street, of no very inviting appearance, leads to a public walk, which has a central avenue of orange and other trees, with lamps placed between them»[32]. Estranhámos a existência de «lamps» já nesta altura, fomos, porém, esclarecidos por Silva e Meneses:

> «Em 1821 tentou a Camara Municipal do Funchal estabelecer a iluminação publica na cidade, tendo resolvido em sessão de 26 de Fevereiro «fazer colocar 1, 2 ou 3 lanternas em cada rua, e devendo os moradores concorrer alternadamente com as despesas para a mesma iluminação». Em fins de Fevereiro de 1821 apareceram iluminadas algumas ruas da cidade, mas este melhoramento teve curta duração, a pesar da sua utilidade»[33].

Mas voltemos ao governador civil do Funchal: o facto de ter tomado a iniciativa de começar a colocar alguns candeeiros em pontos estratégicos, levaria – ou assim ele esperava – a que entidades públicas, como era o caso da Câmara Municipal do Funchal, e entidades particulares, lhe seguissem o exemplo[34]. Exatamente dois meses após o primeiro ofício, a 23 de dezembro de 1846, José Silvestre Ribeiro, em nova missiva para a Câmara Municipal, reforçava a necessidade de iluminar a cidade, afirmando que «muitos dos Funchalenses têm já colocado candieiros, e que outros mais se propõem a tomar parte nesta empresa civillisadora»[35]. Aproveitou a ocasião

---

[31] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 341-344; *O Defensor*, 7 de novembro de 1846, pp. 1 e 2.
[32] COMBE, 1821, *A History of Madeira* […], p. 39.
[33] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 139.
[34] Cf. *O Defensor*, 2 de janeiro de 1847, p. 1.
[35] *O Defensor*, 2 de janeiro de 1847, p. 1.

para transcrever alguns trechos de uma carta que um madeirense anónimo publicara sobre o assunto num outro periódico[36]. O autor de tal carta questionava sobre se deveriam ser os particulares a chamar a si a responsabilidade de colocar os candeeiros nas ruas e pagar para a sua manutenção, e o governador concluía dizendo que se a Câmara não tinha dinheiro para tal empreitada, deveria, ao menos, ser a entidade reguladora para a tornar possível:

> «é nossa opinião que para se levar a effeito desde já a illuminação da cidade, com a regularidade sem a qual não é possível existir, é preciso uma contribuição directa lançada pela Camara do Funchal sobre todos os cidadãos que se acharem no caso de a pagar, e que a mesma Camara, recebendo o producto dessa contribuição especial, contráia por esse facto para com o publico a obrigação de illuminar a cidade»[37].

Silvestre Ribeiro não tinha a menor dúvida da incontestável e urgente necessidade de iluminar as ruas desta «vasta e populosa cidade», estava também convicto da vontade dos funchalenses em saber a sua cidade iluminada. Para tal, pedia a intervenção da Câmara:

> «[s]endo isto assim, permitta-me a Camara que eu conceba desde já a grata esperança de que ella tomará as providencias, que lhe parecerem mais adequadas, para regularizar este serviço, imprimir-lhe um caracter de uniformidade, centralizar a sua inspecção, e finalmente dar-lhe vida e duração»[38].

No dia 23 de janeiro de 1847, tanto *O Echo da Revolução* como *O Independente* publicaram a «Statistica dos Candieiros da Cidade do Funchal em 15 de Janeiro de 1847»[39]. Nesta estatística eram apresentados os nomes das ruas onde eram colocados, o número de candeeiros colocados (32 no total), os prédios onde eram colocados, por quem foram mandados colocar, por quem era custeada a despesa do azeite e, ainda, uma coluna de observações onde se ficava a saber que:

> «Em poucos dias vão ser collocados mais 4 candieiros: um no prédio do sr. João Blandy, na rua de S. Francisco; outro na esquina desta rua, no predio onde reside o sr. Paulo Antonio; outro na rua da Praça, no Predio do sr. Antonio Joaquim Marques Basto; e outro na esquina da rua do Esmeraldo, em frente dos varadouros, no predio do sr. Morgado Antonio Leandro. O sr. João Blandy e o sr. Dr. Pitta e outros, fazem a despeza dos dous

[36] A carta a que se refere foi publicada n'*O Independente*, 26 de novembro de 1847, p. 4. Tem por título «Duas palavras sobre a illuminação das ruas da Cidade do Funchal», e está assinada, com a data de 22 de novembro, por «Um Madeirense».

[37] *O Defensor*, 2 de janeiro de 1847, p. 1.

[38] *O Defensor*, 2 de janeiro de 1847, p. 1. A mesma publicação pode ser encontrada n'*O Echo da Revolução*, 2 de janeiro de 1847, pp. 2 e 3 e n'*O Independente*, 2 de janeiro de 1847, p. 4.

[39] *O Echo da Revolução*, 23 de janeiro de 1847, p. 2 e *O Independente*, 23 de janeiro de 1847, pp. 1 e 2.

> primeiros Candieiros, e a do costeamento do azeite; o sr. A. J. M. Basto offereceo 30$000 rs. para a compra dos dous últimos Candieiros»[40].

Por esta altura, e dada a impotência financeira da Câmara Municipal do Funchal[41] para levar a cabo as propostas do governador civil, este decide nomear uma Junta composta por vários cavalheiros madeirenses, cuja incumbência seria «traçar um projecto de illuminação da Cidade do Funchal, contando já com os candieiros estabelecidos, e determinando o número e locaes daquelles que lhe parecer absolutamente indispensável acrescentar»[42]. Mais tarde, num ofício que o governador civil do Funchal dirigiu ao Governo Central – datado de 22 de agosto de 1849 –, elogiava já a colaboração da Câmara Municipal do Funchal a quem devia «a mais proveitosa e decidida coadjuvação, por isso que, comprehendendo ella as grandes vantagens da illuminação da Capital do seu Concelho, que ao mesmo tempo também o he de todo o Districto, se deliberou a votar uma verba[43] da sua receita para custear as despezas, que este serviço occasiona»[44]. Referia, ainda, que por esta altura a cidade já se apresentava bem iluminada, contando com 70 candeeiros, número que esperava ver crescer paulatinamente.

No ano de 1850, o conselheiro José Silvestre Ribeiro ainda insistia na questão da iluminação, entre outras coisas, realçando que «[p]recisamos indispensavelmente de tornar agradável a residência na Madeira a um grande número de Altas Personagens, de ilustres Cavalheiros, de sábios viajantes que todos os annos visitam esta Ilha»[45]. Num ofício dirigido à Câmara Municipal do Funchal, datado de 25 de novembro de 1850, o conselheiro tentava, através da sua grande eloquência e poder de argumentação, convencer a edilidade dos benefícios da iluminação a gás:

---

[40] *O Echo da Revolução*, 23 de janeiro de 1847, p. 2 e *O Independente*, 23 de janeiro de 1847, pp. 1 e 2.

[41] Em ofício dirigido ao Ministério do Reino, a 12 de fevereiro de 1847, Silvestre Ribeiro lamentava-se: «Por máo fado meu vim encontrar a Camara Municipal redusida ao estado de quasi fallencia, em razão do alcance em que ficou o seu Thesoureiro; e por este motivo não podendo a Camara tomar sobre si a despesa da illuminação, foi-me forçoso recorrer a outros expedientes, quaes o de empenhar differentes moradores abastados a collocar candieiros nas suas respectivas ruas, tendo precedentemente mandado collocar alguns por conta deste Governo Civil, como para offerecer um estimulo e incentivo», in MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 356-357.

[42] Ofício datado de 26 de janeiro de 1847 e publicado n'*O Defensor*, 30 de janeiro de 1847, p. 2 e n'*O Independente*, 30 de janeiro de 1847, p. 2.

[43] Sabe-se que a Câmara Municipal do Funchal «apezar das dificuldades financeiras em que se acha dá 70$000 rs. mensaes para a illuminação da Cidade», in MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, p. 128.

[44] MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 128-130.

[45] *O Amigo do Povo*, 20 de abril de 1850, p. 1.

> «A iluminação por meio de azeite hade ser em todos os tempos muito cara na Madeira, por isso que não he aquelle um género da producção da Ilha. A experiencia de poucos tempos nos tem já mostrado o quanto de difficuldades nos causa o elevado preço do azeite, vendo-nos forçados a não conservarmos acezos os candieiros senão até á meia-noite, nem não os acender completamente. Demais d'isso, quando se compára a luz dos actuaes Candieiros com a do gaz, encontra-se exactamente a mesma diferença que se dá entre a noute e o dia. […] occorre-me, e sei que tem occorrido a algumas pessoas que ultimamente viram a illuminação a gaz em Lisboa, – occorre-me, digo, que a Camara Municipal do Funchal deve fazer todos os esforços, direi até todos os sacrifícios para introduzir quanto antes no Funchal a illuminação a gaz. […] Se a luz do gaz he infinitamente mais clara do que a outra, nem por isso vem ella a ficar mais cara»[46].

Uma semana depois, em reposta a um ofício da Câmara, José Silvestre Ribeiro agradecia a cooperação e insistia: «Em quanto á iluminação a gaz, espero que a Camara tratará desse negócio com a maior diligencia que couber no possível, dirigindo-se ao Director da Companhia respectiva da Capital, e estabelecendo em Lisboa Procuradores zelosos que se empenhem em promover o bom êxito da empresa»[47]. Em 1851, um ano antes da partida do governador, um periódico da cidade elogiava a Câmara Municipal «por ter augmentado todos os dias o numero de candieiros para a iluminação d'esta cidade. Neste seculo chamado das luzes estava ella com effeito bem escura. Já não parece de noute a quem chega de fora, um covil de ladrões uma das principais cidades de Portugal»[48].

Não era esta, porém, a opinião de todos os visitantes que aportavam ao Funchal. Justamente em 1851, Harcout escrevia, referindo-se a esta cidade: «[t]he town is partially lighted with oil, when there is no moon»[49]. Também o americano John Dix não considerava a cidade iluminada: «when the moon is not out, you almost grope your way in darkness from street to street. Few persons of any description are abroad, and the city is as silent as it is dark»[50]. Já Robert White, tendo visitado a Madeira durante o governo de Silvestre Ribeiro, tece-lhe profundos elogios relativamente aos melhoramentos que fez na cidade:

---

[46] MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 315-319. Este ofício foi publicado na íntegra n'*O Amigo do Povo*, 30 de novembro de 1850, p. 3 e no *Correio da Madeira*, 30 de novembro de 1850, p. 2.

[47] *O Archivista*, 7 de dezembro de 1850, p. 2.

[48] *O Archivista*, 9 de agosto de 1851, p. 3.

[49] HARCOUT, 1851, *A sketch of Madeira containing information* […], p. 5.

[50] DIX, 1851, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 70.

> «The present civil governor, Senhor José Silvestre Ribeiro, has done much towards the improvement of the town during the few years that he has had the direction of the internal affairs. The roads having been put in a state of better repair, new communications opened, the streets more thoroughly cleaned, the sewers improved, and a series of oil lamps placed at the corners of the different streets, afford a proof of the interest he has taken in improving the condition and appearance of the district under his more immediate charge»[51].

Infelizmente, e apesar dos seus esforços e diligências, Silvestre Ribeiro não conseguiu iluminar a gás a cidade do Funchal durante a vigência da sua governação (1846-1852). Quando, em 1853, Isabella de França esteve no Funchal, a situação não parecia ser muito melhor porque a autora insinuava que as ruas não eram iluminadas: «Embora as estrelas dessem bastante luz quando fossemos embarcados, elas de pouca utilidade nos serviram durante a travessia das ruas estreitas do Funchal»[52]. Em 1860, aludindo a uma estatística dos gastos da Câmara Municipal do Funchal, referente aos anos de 1853 e 1854, Johnson afirmava que os maiores gastos da edilidade eram justamente com a iluminação da cidade[53]. Apesar de, em 1870, Grabham garantir que as ruas do Funchal se encontravam bem iluminadas[54], esta iluminação continuava a ser feita com os mesmos lampiões a petróleo. Só mais tarde, em 1884, houve uma tentativa, por parte da Câmara, de introduzir a iluminação a gás, mas sem qualquer sucesso, uma vez que, em 1889, Julia Roundell atestava que muito do dinheiro obtido através dos impostos era aplicado na iluminação das ruas com «petroleum lamps»[55]. Estranhamente, após tantos esforços para melhorar a iluminação pública (ainda que não fosse a gás ou a eletricidade), o americano Anthony Drexel Biddle publicou um livro sobre a Madeira onde escrevia: «one could not even distinguish from the windows what was going on in the streets below for Funchal is not blessed with electricity and gas, like our cities at home. At night the town is naturally very dark, there being no lamps in the streets, except in a few of the public squares»[56]. Apesar do grande incremento dado pelo conselheiro José Silvestre Ribeiro, enquanto governador civil

---

[51] WHITE, 1851, *Madeira, Its Climate and Scenery* […], pp. 32-33.

[52] FRANÇA, 1853-1854, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal*, p. 88.

[53] JOHNSON, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], p. 96. Na mesma obra, podemos ler: «The streets are dimly lighted, in the absence of the moon, with lamps fed with oil, chiefly physicnut oil, imported from Lisbon. The cost of lighting during the official year 1853-54, amounted to £666», p. 102.

[54] GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* […], p. 40.

[55] ROUNDELL, 1889, *A Visit to the Azores with a Chapter on Madeira*, p. 162.

[56] BIDDLE, 1896, *The Madeira Islands*, p. 36.

do Funchal, foi apenas nos anos de 1895 e 1896 que a Câmara Municipal conseguiu estabelecer negócios e contratos que viriam a abastecer a cidade de luz elétrica: «A inauguração da luz electrica na cidade do Funchal teve logar em 19 de Maio de 1897, e em 28 de Dezembro do ano imediato funcionavam já as 500 lampadas e os 8 arcos voltaicos»[57].

Dentro das grandes preocupações do governador civil estava o aspeto geral da cidade. Em anos anteriores, alguns dos estrangeiros que escreveram sobre a Madeira pronunciaram-se sobre as condições de limpeza do Funchal, nem sempre concordando entre si. Em 1827, Lyall dizia que a cidade era feia, as ruas estreitas, sem carruagens com rodas, mas muito limpas[58]. Alguns anos mais tarde, em 1833, Hodgson queixava-se da sujidade das ruas[59] e John Driver escrevia que, no Funchal, as ruas não cheiravam mal como em Londres e na cidade do Porto[60]. A maioria dos autores estrangeiros considerava o Funchal uma cidade limpa[61] e sabe-se que, já em 1840, vigorava uma postura que obrigava os moradores a varrerem o chão à frente de suas casas sob pena de multa[62]. Para o governador civil José Silvestre Ribeiro era importante dar uma boa impressão aos visitantes e elevar a cidade a um grau de civilização digno. Para tal, recomendou aos moradores a construção de passeios laterais

> «levantados acima do piso do centro, com pedra de cantaria, convenientemente lavrada afim de offerecer ás pessoas que transitam a pé um caminho commodo. Estes passeios lateraes, que aliás só poderiam ter cabimento nas ruas mais largas, dão uma apparencia mais grandiosa á cidade e approveitam muito para evitar o desagradável inconveniente da passagem em concorrência com os animaes, e tornar mais suave o piso para as pessoas. Cada proprietário gasta pouco em fazer o passeio que lhe cabe – afformoseia a sua casa – e concorre ao mesmo tempo para o benefício geral»[63].

Apesar da sugestão dada à Câmara para que estes trabalhos fossem efetuados, não sabemos se foram, na verdade, levados a cabo, uma vez que tivemos acesso a um

---

57 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 139.

58 LYALL, 1827, *Rambles in Madeira, and in Portugal* […], p. 7.

59 HODGSON, 1838, *Truths from the West Indies including a sketch of Madeira in 1833*, p. 3.

60 DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* […], p. 12.

61 Vd. CÂMARA, 1841, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira* […], p. 59 e WILDE, 1844, *Narrative of a Voyage to Madeira* […], p. 60.

62 Vd. COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* […], p. 19. Também, em 1851, Harcourt escrevia: «there is, moreover, a police regulation which compels householders to sweep clean the space in front of their premises every Sunday», in HARCOUT, 1851, *A sketch of Madeira containing information* […], p. 4.

63 Ofício do governador civil dirigido à Câmara Municipal do Funchal, a 23 de outubro de 1846, in MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 342-343.

relato do ano de 1860 que acusava a falta de passeios laterais[64], e outro de 1870 que lamentava a pouca animação nas ruas que eram estreitas, limpas, bem iluminadas e pavimentadas com seixos roliços e paralelepípedos de basalto, porém sem passeios, ainda que fosse proibido andar de cavalo a galope dentro da cidade[65].

José Silvestre Ribeiro, não só por questões de saúde pública, mas igualmente pela impressão que causaria aos estrangeiros que nos visitavam, também se preocupava muito com a limpeza da cidade: no final do ano de 1847, em ofício dirigido à Câmara Municipal do Funchal, elogiava o asseio e limpeza das casas em geral, mas criticava as ruas e as praças públicas que se «conservam muito desaceadas e immundas»[66], recomendando à edilidade que tomasse as mais eficazes providências para reverter tal situação. De igual modo, dirigiu-se a todos os administradores dos concelhos, a 24 de fevereiro de 1848, exigindo que se fizessem «executar inexoravelmente» as posturas das Câmaras relativamente à limpeza de ruas, praças, caminhos, etc.[67]

Se, em novembro de 1846, o conselheiro já a propósito do asseio, salubridade pública e segurança da população falava da necessidade de uma «desvelada protecção da authoridade policial»[68], cerca de um ano mais tarde, a 6 de outubro de 1847, enviou um ofício ao administrador do concelho do Funchal onde elogiava o modo como a «Commissão Municipal» e um grande número de particulares haviam contribuído para o asseio e «aformoseamento» da cidade do Funchal, afirmando que, no entanto, «he bom que apliquemos também a atenção para outras necessidades que muito convem serem atendidas, para que os estrangeiros não tenham que censurar descuidos, faltas e irregularidades que ainda se encontram no serviço policial». Condenava, por exemplo, o comportamento dos arrieiros que, à chegada dos navios, «se amontoam no calháo, atropellando tudo com os cavallos, e importunando de um modo oppressor os passageiros»; o facto de não se aplicar a lei «a quem correr a cavallo pelas ruas da cidade a trote largo, ou a galope, com tão grave perigo para quem vai caminhando a pé»; considerava que se deveria proibir as pessoas de tomarem banho no mar e nas ribeiras «sem estarem vestidas de calças ou em camisa até abaixo dos joelhos», o mesmo se aplicando aos barqueiros; que se deveriam evitar as «indecências» que por todo o lado se praticam todos os dias; proibir que «nojentas creaturas de ambos

[64] JOHNSON, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], p. 85.

[65] GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* […], p. 40. Em 1860, quem fosse apanhado a andar a cavalo a galope dentro da cidade, pagava uma multa de três dólares. Cf. JOHNSON, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], p. 85.

[66] Cf. MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 191-192.

[67] Cf. MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, p. 474.

[68] Cf. MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 459- 460.

os sexos e de todas as idades, divaguem por essas ruas, ostentando com artificiosa hypocrisia defeitos physicos, asquerosas chagas, immundos farrapos, e entretendo-se em catar-se ao sól, por maneira que nos atrahem a zombaria e bem sensíveis motejos de quantos estrangeiros se lembram de escrever das nossa cousas»[69]; recomendava a construção de latrinas públicas e rematava, apelando ao dito administrador que refletisse sobre «a desagradável impressão que fazem certas scenas no animo de estrangeiros, que estão acostumados a vêr reinar a ordem, o aceio, e a boa policia nos seus paizes, e que por isso notam e estranham tanto mais vivamente o desmazelo que se lhes depara», reforçando a necessidade de um bom corpo de polícia de modo a que «esta encantadora ilha attraia cada vez mais, e captive por todos os modos a tantos estrangeiros que a visitam, ou nella residem temporaria ou permanentemente»[70].

Sabendo da visita à Madeira de qualquer membro da realeza, nacional ou internacional, a Rainha enviava, ao governador civil, instruções específicas de como deveriam ser recebidas e tratadas estas personalidades. Por sua vez, o governador geria as autoridades do distrito do Funchal de modo a que as ilustres visitas fossem recebidas e acompanhadas de acordo com o estatuto que possuíam. A propósito da limpeza das ruas, e tendo conhecimento de que o duque de Leuchtenberg[71] visitaria a Madeira, em agosto de 1849, Silvestre Ribeiro escreveu um edital, dirigido ao

---

[69] Cooper, falando dos madeirenses dizia que as senhoras portuguesas das classes mais abastadas são quase todas gordas, ainda que bonitas e alegres e que as das classes inferiores são hediondas e gostam de catar piolhos. Cf. COOPER, 1840, *The Invalids Guide to Madeira* […], p. 23. Também Dix e March se referiram, nos seus livros, ao hábito que as pessoas tinham de se catar ao sol. Cf. DIX, 1851, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, p. 60 e MARCH, 1856, *Sketches and Adventures in Madeira* […], p. 31. Num periódico local também se percebe a má impressão causada por este ato de catar e a preocupação generalizada com a opinião dos estrangeiros que presenciavam tais cenas e que, depois, as relatavam nos seus diários: «Recommendamos ao Snr. Administrador do Concelho queira tomar suas providencias para que cesse o immundo costume de se estarem *catando* às portas das suas lojas certas mulheres de baixa condição. É esse um espectaculo que põem muito em dúvida, para com os estrangeiros, essa alta civilisação, a cuja nomeada esta Ilha tem suas pretenções. Bem basta o que ahi vai por esse calháo!... Em nós, filhos da terra, não nos faz maior sensação vista dessas gadelhas *aljofradas de lendeas* (como as poetisou um vate da Ilha), e a tarefa dessas Euménides esgrimindo-se duas a duas. São os estrangeiros, a quem com razão uma tal vista nausêa e revolta; e que tomando estas scenas por um característico nacional, o publicão nos seus *Jornals*. É na Rua do Monteiro, uma das mais frequentadas desta Cidade, que esta immundicie mais se ostenta. Uma espécie de *calembourg* fez com muita graça ha dias um estrangeiro, conhecedor da nossa lingoa, notando-se a falta de theatros no Funchal. «É um erro, dizia elle: so na pequena Rua do Monteiro existem dois: – um de espectaculos *scenicos*, outro de representações cynicas!»… É provável que esse jogo de palavras figure um dia em letra redonda nas – Reminiscencias d'um Viajante», in *O Amigo do Povo*, 5 de outubro de 1850, p. 3.

[70] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 461-464.

[71] Trata-se do Príncipe Maximiliano, Duque de Leuchtenberg, irmão de Sua Majestade Imperial, a Senhora Duquesa de Bragança, Imperatriz viúva do Brasil, e genro de Sua Majestade, o Imperador da Rússia. Chegou ao Funchal no dia 23 de agosto de 1849, a bordo da fragata da marinha russa *Kamtchatka*. Cf. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 234-235.

administrador do concelho do Funchal para posterior afixação nos sítios mais visíveis, onde se podia ler:

> «E convindo, não só para acreditar o nosso estado de civilisação, como para que esta cidade, terceira do Reino, menos estranhesa cause aos olhos de quem tem visitado Capitaes esplendidas, e a todos os respeitos policiadas – que se comece a observar à risca as Posturas e Regulamentos Municipaes […] confiando que os donos dos prédios, na cidade e seus suburbios, hão de prover ao aceio do exterior delles, em ordem a apresentarem uma decente perspectiva: – que todos os moradores hão de conservar sempre varridas as testadas das casas, removendo dellas, ou de suas immediações tudo o que improprio seja de ahi existir, para que as ruas e estradas permaneção limpas e desembaraçadas; – e que todos em fim farão pela sua parte quanto estiver ao seu alcance, para proporcionar áquella Illustre Personagem uma vivenda agradavel nesta Ilha»[72].

Em novo ofício, datado de março de 1850, José Silvestre Ribeiro voltava a falar das muitas e grandes melhorias que poderiam e deveriam ser feitas na cidade, entre as quais o asseio, a saúde e a segurança pública, relevando: «tudo isto deve ser promovido em benefício dos naturaes do paiz, mas he certo que não póde deixar de ser também enlaçado com o pensamento de proporcionar aos estrangeiros as comodidades, o conforto, e os meios de distracção a que elles estão accostumados»[73].

À imprensa local também não escapava o facto de que era importante manter a cidade limpa. O *Correio da Madeira*, a 13 de julho de 1850, publicava o seguinte:

> «Reclamamos toda a atenção de S. Exc.ª o Snr. Governador Civil, que tão desvelado se mostra em tudo o que é para nosso bem, assim como da nossa Camara Municipal, que deem as providencias precisas para evitar o estado imundíssimo da nossa praia, principalmente ao longo dos muros das duas praças da *Rainha* e *Academica*; e os entulhos que em diversos pontos se encontrão, que sendo leves, podião ser lançados nas embocaduras das ribeiras, e os desaguamentos dos invernos os levariam facilmente para o mar. Também lembramos que nos locaes mais públicos desta praia se praticão descaradamente actos impuros ás vistas humanas, e para os quaes em todos os paizes civilizados há locaes apropriados. Estes são os actos que exigem prompto remedio»[74].

O governador civil não ignorou esta publicação e dela se serviu para chamar a atenção da Câmara Municipal para a necessidade de policiamento, de modo a garantir o asseio e a decência. Dizia que, já em tempos, havia alertado para os mesmos factos que prejudicavam «o bom conceito que devemos granjear na opinião dos estrangeiros», acrescentando que havia recentemente ponderado à Câmara «a indispensabilidade de serem construídas latrinas publicas nos sítios convenientes» se se quisesse garantir a limpeza da praia e de algumas ruas da cidade: «particularmente

[72] *Correio da Madeira*, 11 de agosto de 1849, p. 1.
[73] *O Amigo do Povo*, 20 de abril de 1850, p. 1.
[74] *Correio da Madeira*, 13 de julho de 1850, p. 3.

[…] das vizinhanças de algumas pontes que atravessão as ribeiras desta Cidade, e em pontos de grande população e concorrência»[75]. Em agosto de 1850, *O Amigo do Povo* recomendava a execução das leis, ou das posturas, que obrigavam à limpeza das ruas e apelava à manutenção das praças públicas, sobretudo da Praça da Rainha e da Praça Académica, alegando que «alem de ser uma medida civilisadora, traz consigo o tornar-se agradável aos nossos hospedes, que nos visitam todos os anos, a sua estada nesta terra, para onde elles vem passar o Inverno»[76]. Também o *Correio da Madeira* insistia no assunto da pouca limpeza da praia e na má impressão que tal facto causaria aos estrangeiros:

> «Tem-se feito tantos melhoramentos na nossa cidade, só a nossa praia, ou calháo, não tem merecido attenção. Não é possível achar uma praia mais immunda, e onde se pratiquem tantos actos indecentes. Todos os viajantes, tanto nacionaes, como estrangeiros, que desembarcão nesta Ilha, ficão espantados com o espectáculo que se appresenta aos seus olhos. Portanto, pedimos com instancia a quem compete que de prompto se tomem medidas enérgicas e necessárias, para se pôr termo a esses actos indecentes que não fazem honra a um povo civilizado»[77].

A 22 de agosto de 1850, o governador civil José Silvestre Ribeiro dirigiu à Câmara Municipal do Funchal um extenso ofício onde reclamava a falta de policiamento numa cidade que acolhia tantos visitantes estrangeiros. Neste documento, revelava profunda preocupação com toda a área da praia justificando: «[s]e esta Cidade não fosse tão frequentada, como he de estrangeiros, – se somente aqui residissem os habitantes do paiz, poderia por ventura olhar-se menos attentamente para a boa policia». Reconhecia que aos locais, a falta de limpeza, ou aquilo a que estavam habituados a ver, não lhes causava qualquer estranheza, o que não acontecia com os estrangeiros: «[m]as um estrangeiro, e maiormente quando elle vem d'um paiz onde reina a ordem, a regularidade, a decência, o acceio, e para dizer em uma só palavra – uma boa policia –, esse tal vê com repugnância, com verdadeiro desgosto, o que de mao se lhe apresenta» e prosseguia a explicar que «he esta Cidade visitada, quasi

---

[75] Ofício dirigido à Câmara Municipal do Funchal, a 15 de julho de 1850, in FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 251-255. Certo é que, em 1851, as latrinas públicas ainda não haviam sido construídas. Ainda com a preocupação com os estrangeiros, um periódico local escrevia: «Desses dons [amenidade do clima] com que elle [o Criador] nos mimoseou inferimos grandes vantagens, e meios de aformosear esta pequena cidade, para que um dia attráiha os estranhos não já só pela sua benigna temperatura, mas pela sua belleza. A limpeza, filha primogénita da civilisação, è a que primeiro devemos ter em vista: o ar que respiramos não deve ser corrompido por exalações mefíticas. Nas praças publicas, onde se passea as mais das vezes, cumpre que as suas imediações sejão de todo livres d'essas evaporações ruinosas á saúde, e desagradaveis a quem as frequenta. Por toda a parte deve reinar a limpeza», in *O Archivista*, 8 de fevereiro de 1851, p. 2.

[76] *O Amigo do Povo*, 31 de agosto de 1850, p. 3.

[77] *Correio da Madeira*, 19 de julho de 1851, p. 1.

todos os dias, por estrangeiros, pela maior parte de nações as mais adiantadas em civilisação, e he da mais apertada urgência prestar séria attenção a tudo quanto se refere á policia». Continuava a dirigir-se à Câmara, manifestando a sua estupefação pela sujidade das ruas, pela deambulação de cães vadios, pelo comportamento dos boieiros que gritavam e maltratavam os animais na sua labuta, pelos excessos de velocidade cometidos com cavalos dentro dos limites da cidade, pelo vinho adulterado que se vendia nas tabernas, pelo modo como eram transportados os animais para venda no mercado (vivos e atados pelas patas num pau, de cabeça para baixo), etc., concluindo que estes assuntos careciam de grande reflexão «para se reconhecer que aquelles e outros factos lançam uma nodoa na civilisação de um povo, e que he do nosso dever providenciar que os estrangeiros não tenham motivos para nos terem em menos conta»[78].

Fotografia 1 – Praia do Funchal com movimento de pessoas e animais (entre 1888 e 1889)



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 658.

[78] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 644-648. Reproduzido também n'*O Amigo do Povo*, 7 de setembro de 1850, p. 2. Segundo consta, o conselheiro enviou cópia deste ofício ao Administrador do Concelho do Funchal, recomendando-lhe que auxiliasse a Câmara do Funchal nestas matérias.

Harcout, no seu livro *A sketch of Madeira containing information for the traveller or invalid visitor*, foi tão minucioso nas descrições que nos surpreende o facto de não ter mencionado estes aspetos de falta de limpeza que tanto arreliavam o governador civil e que tanta tinta faziam correr nos periódicos regionais. Bem pelo contrário, só elogiou a cidade aquando da sua chegada:

> «In your first walk into the town you are struck by the clean fresh look of everything about you. This cleanness is owing, partly to the entire absence of dust, and partly to the constant supply of running water, which is conducted in covered gutters through every street. The streets are well paved with plates of whinstone, set edgewise; their narrowness shelters them from the sun without excluding the air»[79].

As críticas e as necessidades apontadas pela imprensa local, pelo governador civil do Funchal e pelos estrangeiros que escreveram sobre a ilha da Madeira, levam-nos a imaginar o Funchal como uma cidade pouco desenvolvida – para não dizer com resistência ao desenvolvimento – que em nada favorecia a imagem que o conselheiro José Silvestre Ribeiro, o seu mais alto representante, queria passar da terceira mais importante cidade do Reino de Portugal. A falta de iluminação, a falta de passeios laterais nas ruas empedradas e tortuosas, a falta de limpeza (e até de decência!), a falta de um cais ou desembarcadouro, a falta de um museu, teatro, livrarias e bibliotecas, a existência de uma cadeia no bairro mais nobre e central da cidade, junto à alfândega e à Catedral, formavam um conjunto de circunstâncias que, no seu todo, prejudicavam grandemente a imagem da urbe, podendo, inclusivamente, ter graves influências económicas, na medida em que afugentariam um turismo terapêutico que se encontrava, à altura, em verdadeira fase de desenvolvimento, gerando importantes fontes de receitas que não podiam ser negligenciadas.

A Sé do Funchal era, por certo, um local de grande afluência de estrangeiros que, com maior ou menor sentido crítico, a descreviam nos seus diários de viagem. O que dificilmente lhes passaria despercebido era, nas proximidades, a existência de um edifício que servia de cadeia aos reclusos, e que também foi alvo de muitas descrições – quase todas com um sentimento de repugnância e de choque. No ano de 1833, temos uma exposição bem explícita da situação:

> «Having escaped form these loathsome objects [beggars], the visitor is exposed at every jail he passes to scenes almost equally shocking. On his approach, the whole of the inmates rush to the gratings of the prison, and with yells and shrieks which will long echo in his ears, and with an appearance of famine, which thrills him with horror,

[79] HARCOUT, 1851, *A sketch from Madeira containing information* […], p. 4.

> implore a compassion which no Englishman is found to deny, when he learns that by the charity alone of the humane are these wretched people saved from almost starvation, government having provided no means for their support»[80].

Ora, foi exatamente assim que o conselheiro José Silvestre Ribeiro encontrou a cadeia do Funchal e, como é óbvio, era precisamente este tipo de publicidade que queria evitar a todo o custo. Assim, no dia 12 de outubro de 1846, apenas cinco dias após a sua tomada de posse na Câmara Municipal do Funchal, o já então governador civil, procurando inteirar-se das condições da cidade, empreendeu uma visita à cadeia. A impressão com que ficou desta visita foi tão má que de imediato escreveu para o Ministério do Reino, dando conta do estado em que encontrou a cadeia pública da cidade do Funchal e pedindo todo o auxílio possível. Considerámos por bem transcrever este documento quase na íntegra para que melhor se compreendesse como está muito patente o espírito benemérito de José Silvestre Ribeiro, bem como a sua preocupação com a imagem que a Madeira transmitia para os estrangeiros. Dizia, no ofício datado de 14 de outubro de 1846, que gostaria de

> «fazer sentir, se tanto me fôr possível, a lastimosa sorte dos infelizes que alli existem amontoados, curtindo os padecimentos mais horríveis – he este um dever que não posso deixar de cumprir immediatamente sem faltar ao que reclama a humanidade, e á mais importante das obrigações que me impõe a posição que ora occupo neste paiz. A cadêa do Funchal he situada na parte central da cidade, e no melhor e mais nobre bairro della. – Pequena, mal dividida, sem ventilação, he este o encerro de oitenta e tantos miseraveis, que ha longos anos ahi penam e definham em pequenos alojamentos, offerecendo um quadro de lasttima, que despedaça o coração.
>
> Visitei no dia 12 do corrente, esta medonha habitação, e mal posso descrever as impressões dolorosas que experimentei. A humanidade soffre penosamente considerando tantos desgraçados condemnados a gemer annos e annos apinhados em estreitos carceres, tendo por alimento de cada dia um pão negro, que nem para animaes seria proprio, e respirando de continuo exhalações mephiticas, que levam a doença e a morte ás constituições mais sadias e robustas.
>
> Não há um só dos prezos que alli vi, que não apresente a repugnante e triste apparencia de um espectro, sendo quasi todos camponezes, perfeitamente sãos, vigorosos e possantes no momento em que deram entrada nessa mansão de horror.
>
> E não são elles sós os que sofrem, porque sendo este edifício um fóco activissimo de infecção, os miasmas pútridos que exhalam, espalham nos sítios que o avisinham os germens da doença, e da insalubridade.
>
> He de força por tanto acudir a este horrivel mal, he de força fazer desaparecer um espectaculo que consterna a humanidade e depõe pela maneira mais positiva, contra

[80] HODGSON, 1838, *Truths from the West Indies including a sketch of Madeira in 1833*, pp. 3-4.

> a civilisação dos portuguezes; – he de força finalmente curar com providencias activas e eficazes esta chaga asquerosa, que mancha e deprecia a terceira cidade do Reino de Portugal, – aquella que em tudo dá mostras de um espirito de civilisação em progresso, e que so por isto he talvez, objecto de lastima e desprezo aos olhos dos inumeráveis estrangeiros que acolhe em seu recinto.
>
> Pedir essas providencias benéficas – he neste caso um dever imprescriptivel e um acto de humanidade – he lidar pelo credito e honra do Governo de Sua Magestade e do systema representativo – he ressalvar um approbrio ao nome do povo, a que temos a honra de pertencer.
>
> Oxalá pois que, em vistas destas considerações, o Governo acuda a tamanho mal, ajudando a Camara Municipal do Funchal a construir uma prizão, que não seja um horrível cemitério de vivos – uma prizão, qual a demandam a policia e necessidade do tempo em que vivemos.
>
> Oxalá que o Governo acuda a este mal augmentando o credito para o sustento dos prezos pobres, que desses he a quasi totalidade dos que existem actualmente na cadêa.
>
> Oxalá, por fim, que o Governo acuda em breve a este mal, ordenando que um navio do Estado venha receber sem a menor perda de tempo os prezos que estão condemnados a degredo para as possessões de Africa e Asia»[81].

No seguimento desta visita, um dos reclusos da prisão do Funchal escreveu uma carta assinada «Um prezo em nome de todos», e datada de 14 de outubro de 1846, onde relatava a visita do governador à cadeia pública, acompanhado por uma comitiva de ilustres cavalheiros com posições de destaque na cidade do Funchal. Relevava o recluso que o governador se «achava horrorizado, mostrando que este horrorozo logar lhe fazia recordar os atormentadores carceres da inquisição, que tal logar era mais para féras do que para homens, que apesar de se julgarem delinquentes, não deixão de ter direito á existência, e á contemplação da humanidade». Nesta carta, o preso elogiou a «nobre e compassiva alma» do governador que, no dia seguinte, «mandou distribuir um pão alvo de 3 reis a cada prezo, a cujo exemplo já a Commissão ordenna dar-se diariamente um pão alvo, em logar do de rolão que se dava»[82]. Procedeu elogiando o conselheiro e rogando aos redatores dos periódicos o favor de publicarem a carta como forma de agradecimento ao seu benemérito.

No dia 23 de outubro do mesmo ano, José Silvestre Ribeiro fez novo apelo, desta vez à Câmara Municipal do Funchal, pedindo-lhes toda a dedicação na «conclusão da nova Cadêa», salientado a urgência de tal empreitada, mesmo sabendo os

[81] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. I, pp. 136-142. Este ofício foi replicado, na íntegra, nos seguintes periódicos: *O Echo da Revolução*, 12 de dezembro de 1846, p. 1 e *O Defensor*, 12 de dezembro de 1846, p. 2.

[82] *O Defensor*, 17 de outubro de 1846, p. 2 e *O Echo da Revolução*, 17 de outubro de 1846, p. 3.

sacrifícios que uma obra de tal monta acarretaria, mas reconhecendo «que he força lavar uma nodoa, que mancha a civilisação desta cidade, tão brilhante aliás a muitos respeitos». Informava a edilidade que já havia enviado um ofício para o Governo de Sua Majestade sobre o assunto, pedindo todo o auxílio possível «para acabar com esse terrivel fóco de infecção, com esse cemitério de infelizes creaturas vivas, a que se dá o nome de prizão publica»[83]. O seu empenho nesta questão era tal que, em ofício ao Administrador do Concelho do Funchal, de 6 de novembro de 1846, apelava a atos beneméritos e pedia que este auxiliasse «a illustre Commissão, que tem a seu cargo a policia sanitaria das cadêas, e a sustentação dos prezos pobres, fazendo interessar os seus administrados n'esta santa obra de caridade»[84]. No fundo, sugeria que fossem propostas subscrições a favor da cadeia da cidade para dar melhores condições de vida aos presos aí residentes.

Infelizmente, a vontade e o empenho do governador civil não foram suficientes. O Ministério do Reino, a 26 de novembro de 1846, respondeu oficialmente, apresentando poucas soluções práticas e imediatas[85]. Tanto assim que, passados quase dois anos, a 10 de fevereiro de 1848, José Silvestre Ribeiro voltou a mandar um ofício para aquele Ministério com as mesmas queixas e pedidos de auxílio[86]. No ano de 1849, o *Correio da Madeira* publicou um artigo onde ressalvava o descontentamento do governador civil pelo facto de alguns assuntos (entre os quais estava o sustento dos presos) receberem um tratamento diferente na Madeira e nos Açores, quando comparados com o Reino. Dizia que, durante algum tempo, lhes valeu «a caridade dos Funchalenses, e a proverbial generosidade dos subditos britanicos, mas que até isso já tinha falhado, pois que até a generosidade tem limites» e terminava relatando que o governador teria dito que só lhe restava «invocar toda a generosidade da Camara, para estender aos presos da Madeira e Açores os beneficios que se fazião aos do continente do Reino»[87]. Em 1850, continuava a insistir, num ofício dirigido aos administradores dos concelhos: «cumpre que o homem também faça quanto em si

[83] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. I, pp. 142-143. Este ofício encontra-se reproduzido no periódico *O Defensor*, 7 de novembro de 1846, pp. 1-2.

[84] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. I, pp. 143-146.

[85] Cf. MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. I, pp. 146-147.

[86] Cf. MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. I, pp. 157-160. Harcout, ao abordar o assunto da criminalidade na Madeira, dizia que no distrito do Funchal existiam 153 presos em 1847, 76 em 1848 e 77 em 1849, considerando que «the population cannot be considered as exhibiting an excess of crime against property or life», sendo, no geral, um povo gentil e cortês. Cf. HARCOUT, 1851, *A sketch of Madeira containing information* […], p. 82.

[87] *Correio da Madeira*, 2 de junho de 1849, pp. 3-4.

cabe, para que os estrangeiros não nos considerem indignos da invejável riqueza que possuímos», acrescentando que, para tal, era preciso fazer muitos melhoramentos na cidade, entre os quais a «construção de uma boa Cadêa»[88]. O conselheiro não baixou os braços: conseguiu verbas provindas das confrarias extintas para ajudar a vestir e a alimentar os presos[89], mandou executar obras de melhoria no estabelecimento[90] e, em março de 1847, sugeriu à Câmara Municipal do Funchal, entre outras recomendações, a «remoção da cadêa para o edifício do extincto Convento de São Francisco», suportando essa ideia no facto de que, para além da cadeia ser um foco de infeção, «he uma vergonha permanente aos olhos de quantos estrangeiros visitam esta ilha»[91].

Facto é que quando Isabella de França visitou a Madeira, nada teria mudado: «A sul da Catedral temos um largo pequeno, fechado pela Cadeia […]. Incitam os presos a trabalhar no que puderem fazer e permitem-lhes que vendam os seus artefactos. A principal manufactura é a dos cestos de palha, semelhantes a cortiços ingleses, mas de várias formas e tamanhos. São úteis e têm consumo rápido»[92]. Na verdade, todas as intenções e esforços do governador civil José Silvestre Ribeiro foram defraudados e ele terminou o seu mandato na Madeira (1852) sem ter conseguido construir uma nova prisão, sem mudar os presos para outro edifício mais apropriado, ou sem tirar aquela cadeia do centro nobre da cidade. Em 1860, podíamos ler o seguinte relato, pela pena do naturalista inglês James Yate Johnson:

---

88 *O Amigo do Povo*, 20 de abril de 1850, p. 1. Esta necessidade de construir uma boa cadeia é reforçada também n'*O Archivista*, 21 de dezembro de 1850, p. 2.

89 Num ofício dirigido ao presidente da comissão de beneficência da cadeia, Dr. Juvenal Honório de Ornelas, a 24 de fevereiro de 1847, o conselheiro informava: «Tenho a satisfação de participar a V. S. que sollicitei, perante o Conselho de Districto, a prestação de um socorro pecuniário em beneficio dos prezos pobres das Cadeias desta Cidade: e que o Conselho, atendendo ao apuro em que se achão aquelles infelises, resolveo que das sobras dos rendimentos das Confrarias, se applicassem para um tão pio destino, a quantia de 200$000, sendo metade d'elle para vestuário, e a outra para alimento», in MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. I, pp. 147-149; *O Defensor*, 27 de fevereiro de 1847, p. 2; *O Independente*, 27 de fevereiro de 1847, p. 4.

90 FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. III, p. 41. Estas obras de melhoria seriam ato contínuo, uma vez que esta nota se refere ao ano de 1850, mas no mesmo compêndio, na página 588, pode ler-se no relatório do diretor das obras públicas, Vicente de Paula Teixeira, datado de 1 de abril de 1852, que na cadeia do Funchal haviam procedido à construção de uma chaminé e lar e «feitura de outras obras», no valor de 60$550. De facto, em setembro de 1850, José Silvestre Ribeiro, em ofício a Tibério Augusto Blanc, afirmava: «[n]a Cadeia d'esta cidade precisa-se indispensavelmente de uma chaminé e lar onde seja preparado o rancho dos prezos, evitando-se assim o terrível inconveniente de estarem elles fazendo lume ao longo dos muros no que muito é prejudicada a limpeza da Cadeia e a saúde dos prezos», in *O Amigo do Povo*, 7 de setembro de 1850, p. 3.

91 Cf. MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto-Santo* […], vol. I, pp. 149-153.

92 FRANÇA, 1853-1854, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal*, p. 59.

> «The Prison stands near the Custom-House. The prisoners receive a very small daily allowance of food, but they are allowed to work in their cells, and to vend the products of their labour. This will explain the mystery of the place where some men with "foreheads villainously low" are seen behind iron bars, whilst in from suspended by a string, are various articles of horn, such as combs and buttons»[93].

Dez anos depois, aparentemente, nada teria mudado a crermos no relato de Grabham que classifica a cadeia da cidade do Funchal como uma casa de mendigar autorizada:

> «Also near the Custom House, stands the prison, with a military guard. The wretched place is a sort of authorized begging-house; the daily bread of the inmates having to be earned in part by the cramped pursuits of ordinary avocations, and also by the alms received through the bars of a vile habitation. It might be supposed from the constant display of baskets and combs that the manufacture of these articles had some demoralizing tendency; but it is more likely that these trades are easily taught and learnt during incarceration»[94].

Apesar de todo o empenho do governador civil José Silvestre Ribeiro e das imensas tentativas por parte de tantos homens bem intencionados que passaram pela Câmara Municipal do Funchal ao longo de anos, certo é que apenas após a extinção do hospital de São Lázaro[95], a 5 de junho de 1912, foi possível para a Câmara Municipal do Funchal levar a efeito o projeto da nova cadeia, iniciando-se a transferência dos reclusos a 29 de novembro de 1913, como nos fazem saber Silva e Meneses, que concluem: «O publico festejou com algumas girandolas de foguetes a queda das primeiras pedras da velha casa da cadeia, tendo sido motivo de jubilo para toda a gente o desaparecimento de um edifício que, além de não preencher os fins a que o haviam destinado, desfeava bastante um dos pontos mais centrais da cidade»[96].

---

93 JOHNSON, 1860, *Madeira, its climate and scenery* […], pp. 102-103.
94 GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* […], p. 44.
95 Vd. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 132-133.
96 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 183-184.

Fotografia 2 – Sé e cadeia civil do Funchal, ao fundo (anterior a 1896)



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 116.

Se, por um lado, havia edifícios que deveriam ser demolidos por serem uma mancha aos olhos de todos, por outro lado, o conselheiro e governador civil José Silvestre Ribeiro era da opinião de que era imprescindível empreender algumas obras que poderiam abrilhantar e concorrer para o desenvolvimento da cidade, bem como atrair agradavelmente os tantos estrangeiros que aportavam à Madeira em meados do século XIX. Uma das suas preocupações era a construção de um cais na cidade, uma vez que o desembarque era, regra geral, feito na praia, e também a construção de ancoradouros nos portos costeiros muito utilizados pelos locais, mas também pelos estrangeiros para passeios ou excursões de maiores distâncias (as vias de comunicação terrestre não eram boas e representavam, muitas vezes, grande perigo). Em 1840, Picken já descrevia o desembarque na praia, dizendo que quando o tempo estava mau o único lugar seguro para tal era o cais da Pontinha, ressalvando que, mesmo assim, «during high south winds, it is sometimes impossible to land with

safety»[97]. Segundo Silva e Meneses, o que existia na Pontinha era uma escada de madeira que servia para o «embarque e desembarque de passageiros»[98], o que, de facto, não deveria oferecer muita segurança. Mas, como referimos, o desembarque era, na maioria das vezes, feito na praia e com grande aparato, como o descreveram tantos autores britânicos. Optámos por Wilde para ilustrar tal procedimento:

> «The beach in front of the town is composed of shingle and loose rolled gravel, and sinks very rapidly at the water's edge, so that even on the calmest day there is a heavy surf, that makes it necessary to haul up the boats high and dry. This is done, with the small ones, by throwing a rope ashore, and waiting for the highest swell to carry them up; when the people on the land think this sufficient, you are mounted on its crest, the boat rides upon the wave, the men haul on the rope, and you are landed high upon the shore. In like manner the embarkation is effected – you take your places in the boat, several men stand at the stern watching the highest swell, and when it reaches the prow, they shove her off with great force, sending her far out upon the wave»[99].

Se alguns dos autores estrangeiros que foram alvo do nosso estudo consideravam "engraçada" (ou talvez "exótica") esta forma de desembarcar na cidade do Funchal, outros mostravam a sua franca deceção e incómodo pelo visível atraso que um porto tão concorrido apresentava a quem visitava a ilha. Em 1840, Cooper descrevia assim, com um tom muito crítico, o desembarque e o descarregamento de carga na baía do Funchal, atribuindo tal atraso à falta de empreendedorismo e visão dos portugueses, neste caso dos madeirenses:

> «There cannot be a stronger instance of the natural indolence and want of enterprise in the Portuguese character than their not building a pier, or jetty, from the beach for the convenience of landing cargoes and preserving their boats from injury, for with the stone upon the spot, and every natural facility for such an undertaking, year after year passes away without it being put into execution. The mode at present adopted for landing cargoes is most barbarous»[100].

Seria mesmo devido à indolência dos madeirenses que não existia um cais na cidade? Paulo Perestrello da Câmara, por exemplo, atribuía tal facto à forma como a ilha da Madeira era negligenciada pelo Reino. Reconhecendo que o Funchal não tinha um porto fechado, chamava a atenção para a ampla baía, onde facilmente se poderia formar uma doca capaz de abrigar vinte embarcações e aproveitava para criticar, impetuosamente, o Ministério do Reino: «porem, como até agora a Mãi Patria so tenha

---

97 PICKEN, 1840, *Madeira illustrated* […], p. 3.

98 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 185.

99 WILDE, 1844, *Narrative of a Voyage to Madeira* […], p. 59. Vd. ainda DIX, 1851, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, pp. 32-33; RENDELL, 1881, *A handbook of Madeira* […], p. 24.

100 COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* […], p. 32.

tratado de se rechear da riqueza d'esta colonia sem prover ao seu bem estar, em tão profícua medida se não tem sonhado»[101]. Sabe-se que, mesmo antes da chegada do governador civil José Silvestre Ribeiro, se iniciara a obra de construção de um cais em frente à entrada da cidade. Este projeto foi votado pela Câmara Municipal do Funchal, em 23 de abril de 1843, tinha um orçamento de 1:200$000 réis e era dirigido pelo major de engenharia Manuel José Júlio Guerra «que declarava a 24 do mesmo mês, que, para pôr as obras a coberto do inverno, necessitava de mais 1:000$000 réis, importância esta que a Camara votou igualmente»[102]. A verdade é que o orçamento para o novo cais não cessava de aumentar, até que a Câmara já não conseguia atribuir mais verbas. Decidiu então, a edilidade, nomear uma comissão para a direção das obras, mas tal proposta foi rejeitada:

> «continuaram as obras sob a direcção do referido major Guerra, cuja incompetência a Camara só veio a reconhecer quando era já impossível remediar todos os erros que ele havia cometido. A importância total dispendida com o cais da Entrada da Cidade subiu a 20:390$000 réis, resolvendo a Camara finalmente abandonar as obras, por haver reconhecido que, muito antes de concluídas, já ameaçavam ruina»[103].

No ano da tomada de posse do novo governador civil, falava-se dos prejuízos que, paulatinamente, sofria o cais perante a fúria do mar, de tal modo que «a possibilidade de poder levar-se a effeito aquella obra tão dispendiosa, é agora mais que nunca, mui problemática»[104]. Os madeirenses mostravam-se dececionados com a má utilização dos dinheiros públicos e acusavam os engenheiros responsáveis pelas obras de gastarem dinheiro em excesso e não as concluírem, como era o caso do cais que não se pôde «salvar da fúria das águas salgadas com cem mil reis demais deitados ao calhao»[105]. Tanto assim era que o major Guerra sentiu necessidade de justificar-se perante a opinião pública e de defender-se, numa longa carta publicada no periódico *O Defensor*, das vozes que em vários meios de comunicação social se levantavam contra a obra do cais[106].

Ao que parece, no início da vigência de José Silvestre Ribeiro como governador civil do distrito do Funchal, Manuel José Júlio Guerra terá continuado à frente das obras públicas. A 26 de abril de 1847, o governador ter-lhe-á enviado um ofício onde reconhecia a «conveniência de que se façam algumas obras para melhoramento

[101] CÂMARA, 1841, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira* […], p. 66.
[102] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 185.
[103] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 186.
[104] Vd. *O Imparcial*, 17 de janeiro de 1846, p. 2.
[105] Vd. *O Echo da Revolução*, 26 de setembro de 1846, p. 3.
[106] Vd. *O Defensor*, 12 de setembro de 1846, pp. 2-3.

dos differentes portos, e desembarcadouros da Ilha», pedindo que lhe indicasse quais seriam as localidades a necessitar desse tipo de obras e em quanto seriam orçamentados esses trabalhos[107]. Meses mais tarde, percebemos que o major havia sido substituído por Tibério Augusto Blanc, capitão de engenheiros, que seria quem, a partir de então, dirigiria as obras a mando do governador. Em ofício de 20 de agosto de 1847, o governador dirigia-se ao engenheiro dizendo que a obra do cais não teria sido concluída devido ao custo que importava, «tendo o mar destruído já grande parte», e comprometendo-se a empenhar-se na conclusão da obra, solicitando que Blanc tomasse todas as providências «para que até ao mez de Outubro, proximo futuro, se trabalhe na dita obra com a maior actividade possível, sem prejuízo da solidez e perfeição convenientes». Afirmava, ainda, que empreenderia «os possíveis esforços para costear a despesa semanal até à quantia […] de perto de 800$000 rs.»[108].

A verdade é que, a partir dessa altura, não temos notícias sobre esta empreitada da construção de um cais em frente à entrada da cidade. Todos os relatos nos levam a crer que as ruínas permaneceram ali durante muitos anos, tanto que, em 1850, o *Correio da Madeira* sugeria: «dar uma terminação áquelle infeliz principio de Caes, fazendo delle uma especie de Mirante»[109]. Atento à imprensa, em ofício à Câmara Municipal do Funchal, datado de 16 de julho desse ano, Silvestre Ribeiro escrevia:

> «No que toca ao Caes, diz o "Correio da Madeira", que he de maior urgencia dar-lhe uma terminação fazendo delle uma especie de mirante. Deixo á esclarecida ponderação da Camara o considerar o melhor modo de pôr algum remate ao Caes; he certo, porem, que no estado em que elle existe para nada serve, senão para dia em dia sofrer os estragos do mar, e offerecer uma perspectiva bem desagradável. Para um dos lados do Caes costumão lançar immundos e mal cheirosos entulhos que tão repugnantes se tornão a nacionaes e estrangeiros, que áquelle ponto affluem em tamanho numero para tomarem fresco, espraiarem a vista pelo oceano, e gozarem do agradável passatempo de examinar o movimento do porto. Este indecente abuzo deve cessar»[110].

O conselheiro iria, então, focar-se no melhoramento do cais da Pontinha na tentativa de proporcionar aos estrangeiros – e figuras da realeza[111] – um digno

---

[107] Cf. MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, p. 174.

[108] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 177-178.

[109] *Correio da Madeira*, 13 de julho de 1850, p. 3.

[110] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 254-255 e *O Amigo do Povo*, 3 de agosto de 1850, p. 2. Sobre as várias tentativas de construção deste cais, vd. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 185-186.

[111] Na visita da Rainha Adelaide de Inglaterra, e tendo recebido ordens da Rainha D. Maria II de Portugal, Silvestre Ribeiro dirigiu-se à Comissão Municipal do Funchal (em ofício de 17 de agosto de 1847), fazendo todo o tipo de apelos e sensibilização para «imprimirmos a esta cidade, nos seus arredores e campos, esse gráo de aceio, de conforto e de luzimento», lamentando-se: «infelizmente não há neste porto um cáes, mas a pezar d'isso, ou antes por isso mesmo, convem que V. S.ªs olhem

desembarcadouro. A sua ideia, como manifestou num ofício enviado a Tibério Blanc, a 17 de junho de 1848, seria, após a conclusão do referido cais, ligá-lo «pela beira-mar com a Alfândega», assim oferecendo à cidade «um dos mais lindos passeios, além da commodidade dos embarques e desembarques, da qual ainda hoje não gosa esta cidade»[112]. Pela mesma altura, foi publicada, por Augusto Tibério Blanc, uma «Sinopse das Obras Públicas feitas por ordem do Exm.º Snr. Conselheiro Joze Silvestre Ribeiro, Governador Civil do Districto do Funchal, desde que S. Exc.ª assumio o Governo do Districto até 17 de Junho de 1848»[113], onde se ficava a saber que as obras de melhoramento do cais velho da Pontinha tinham tido início, através da «colocação de varões de ferro e cabos de portaló para facilitar o serviço de embarque e desembarque», haviam reparado alguns rombos da muralha e iniciado a construção do cais novo (a 19 de abril de 1847), «construindo-se parte da muralha que o deve abrigar dos temporais» e fazendo-se uma escada provisória de madeira[114]. Num relatório enviado ao Ministério do Reino, a 28 de novembro de 1849, o governador referia:

> «Esta importante Cidade, tão frequentada por estrangeiros, ainda não tem um Caes! A Camara Municipal respectiva fez grande esforço para lh'o dar; chegou a levar esta obra a grande extensão, sobre fundo movediço, mas teve a infelicidade de ver inutilisada pelo mar a grande despeza que fizera. Eu comecei em 1847 um novo Caes, sobre rocha firme, no Sitio da Pontinha, e tenho tido a satisfação de ver resistir a grandes violências do Oceano a obra de pedra e cal já feita. Assim mesmo no seu começo tem elle servido, mediante uma escada provisoria, para mui commodamente desembarcarem as Pessoas

para este assumpto com toda a attenção, procurando quanto fôr possível, arredar dos pontos do embarque e desembarque todas essas scenas que entre nós por máo fado, revelão uma certa rudeza e a imperfeição dos primitivos tempos», in MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 185-190. O governador repete estas palavras num ofício dirigido ao Administrador do Concelho, em 11 de julho de 1849, (acreditamos ser por altura da visita do Duque de Leuchtenberg à Madeira), vd. *Correio da Madeira*, 3 de agosto de 1850, p. 1. Aquando desta visita, e num ofício de 30 de julho de 1849, dirigido a Tibério Augusto Blanc, Capitão de Engenheiros, o governador reforçava: «em confirmação das instruções que a V. S. dei ácerca do caes da Pontinha, cumpre-me dizer a V. S.ª que reputo ser da mais apertada urgencia promover efficazmente e sem perda de um momento os trabalhos necessários para tornar o dito caes proprio para o desembarque de S. Altesa Imperial, o Principe Maximiliano, Duque de Leuchtenberg, fazendo-se alli todos os reparos e obras que forem indispensaveis para que se proporcione a S. Altesa a maior commodidade possível, quando houver de saltar em terra. Outrosim convem que o dito caes e visinhanças sejam postos no melhor estado de aceio e limpesa», in MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 217-218.

[112] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, p. 201. Certo é que, dois anos mais tarde, José Silvestre Ribeiro fez um levantamento das mais urgentes necessidades do distrito, entre as quais estavam «a conclusão do Caes da Pontinha, e abertura d'uma Estrada desde aquelle ponto até à entrada da Cidade», in *O Archivista*, 21 de dezembro de 1850, p. 2.

[113] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 203-211.

[114] MENEZES, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. I, pp. 204-205.

> Reaes, que teem visitado esta Ilha. Careço porem de meios de o continuar a concluir, e só os poderei obter do Governo de Sua Magestade, a quem de novo os peço para obra de bem conhecida utilidade, e indispensável em uma cidade como esta»[115].

O governador viria mais tarde a relatar os melhoramentos e valores despendidos na obra desse cais: «calçou-se com pedra grossa, e lageou-se o pavimento provisório deste Caes, bem como se talhou na rocha uma escada para substituir a de madeira arruinada pelo mar»[116]. Não se pense, porém, que a sua inquietude se limitava ao Funchal. O governador preocupava-se também com as pessoas que eram obrigadas a fazer as suas deslocações, entre as diferentes freguesias, por via marítima e, como já tantas vezes referimos, com os estrangeiros excursionistas que usavam esta via para visitar a ilha e as suas povoações mais afastadas. Assim, num relatório apresentado ao governador, pelo diretor de obras públicas, ficamos a saber que foram também feitos melhoramentos noutros portos, cais e varadouros, nomeadamente no Paul do Mar, Ponta Delgada, Ponta do Sol e Ponta da Oliveira[117]. Impressionado, sobretudo, com o novo cais da Ponta do Sol, o conselheiro escreveu ao Ministério do Reino, em 20 de agosto de 1849:

> «A actual Camara Municipal do Concelho da Ponta do Sol empreendeu a construção de um Cáes no porto d'aquella Villa, e com tamanho zelo e dedicação se ha consagrado á feitura d'esta interessante obra, que já hôje a leva muito adiantada, e póde conceber-se a grata esperança de que se conseguirá a sua conclusão. […] No dia 12 do corrente, quando voltava da freguezia do Arco de São Jorge, passei pela villa da Ponta do Sol, e já alli embarquei para o Funchal no novo Cáes, que embora não esteja ainda concluído, offerece já bastante commodidade. Foi então que admirei a nobre ousadia da Camara, ao presenciar os dispendiosos trabalhos que empreendeu, e o inapreciável benefício que vai proporcionar aos seus administrados, e em geral a toda a Ilha, e ainda a estrangeiros, com a construção de um sólido e bem lançado Cáes, de que muito carecia aquella povoação»[118].

---

[115] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 145-146.

[116] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 576-577. Esta informação é reforçada por Silva e Meneses quando, referindo-se ao cais da Pontinha, dizem: «Houve também na Pontinha uma escada de madeira para embarque e desembarque de passageiros que foi substituída em 1850 ou 1851 por uma escada talhada na rocha», in SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, p. 185.

[117] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 576-577. Em 1881, Rendell observava que não existiam portos na Madeira, sendo o Funchal uma baía aberta e sujeita aos ventos, mas acrescentava: «other little bays with shelter for boats are Machico, Santa Cruz, and Camara de Lobos», in RENDELL, 1881, *A handbook of Madeira* […], p. 4.

[118] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 241-242. Numa carta enviada por António Pedro de Figueiroa Vasconcellos, em nome da população da vila da Ponta do Sol, os habitantes mostraram a sua gratidão ao governador civil que os ajudara na construção do cais, que muita falta fazia àquela povoação. Nesta carta, é descrita ao pormenor a visita de José Silvestre Ribeiro, e respetiva família, à Ponta do Sol. Vd. *Correio da Madeira*, 15 de setembro de 1849,

Voltando ao Funchal, é imperioso que se diga que, após a partida do governador, em 1852, os relatos estrangeiros garantem-nos que a ancoragem no Funchal continuava a ser muito difícil, que em condições normais o desembarque continuou a ser feito na praia durante muitos anos, que o governador não foi feliz na ligação que quis fazer entre a pontinha e a orla costeira – construindo uma estrada à beira-mar, desde a Pontinha até à Alfândega –, e que as ruínas do cais permaneceram na entrada da cidade até este ser concluído na última década de Oitocentos. Se Harcourt dizia que «the anchorage is not good»[119], Julia Roundell afirmava que «landing at Madeira is often difficult, on account of the heavy surf»[120] e Emmeline Wortley reforçava: «landing at Funchal is not a very easy or agreeable operation. Those accustomed to the charming facilities of our own ports will be woefully disappointed here»[121]. Esta deceção, provocada pelo modo como se fazia o desembarque, perdurou no tempo. Numa viagem realizada pelos protagonistas do *A Fragata Pallada*, em 1852, podíamos ler:

> «Absortos a observar a soberba, insólita beleza daquelas paragens, encontrámo-nos, sem dar por isso, junto ao cais ou, melhor dizendo – já que não havia nenhum cais – no lugar onde este era suposto estar. Em vez de atracarem, as chalupas são empurradas com a rebentação para a praia de calhau fino. Os remadores, arregaçadas as calças, entram na água, arrastam a chalupa para terra e depois ajudam os passageiros a desembarcar»[122].

Também Biddle afirmava não existir um cais no Funchal ao qual pudessem acostar: «passengers for Madeira are let down in large rowboats provided for the purpose; in this manner they are conveyed to the shore»[123]. A Pontinha já estava ligada à costa por uma ponte ou plataforma desde o século XVIII[124], e a almejada «Estrada da Pontinha» que Silvestre Ribeiro sugerira ao diretor de obras públicas só começou a

---

p. 3. De acordo com Silva e Meneses «o cais da Ponta do Sol começou a sua construção a 8 de Maio de 1848 e parece que ficou concluído em 1850, tendo corrido com as despesas a Câmara Municipal da Ponta do Sol», in SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 185. No seu livro, o britânico Johnson observava: «At Ponta do Sol, a landing place has been formed by connecting an insulate rock with the shore», in JOHNSON, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], p. 246.

119 HARCOURT, 1851, *A skech of Madeira containing information* […], p. 2.

120 ROUNDELL, 1889, *A visit to the Azores with a chapter on Madeira*, p. 158.

121 WORTLEY, 1854, *A visit to Portugal and Madeira*, p. 220. Vd. ainda MARCH, 1856, *Sketches and Adventures in Madeira* […], p. 28; GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* […], p. 68; JOHNSON, 1860, *Madeira its Climate and Scenery* […], p. 54; MARSH, 1892, *Holiday Wanderings in Madeira*, pp. 15-16.

122 GONCHAROV, 2011, *A Fragata Pallada*, vol. III, pp. 109-110.

123 BIDDLE, 1896, *The Madeira Islands*, p. 41.

124 Cf. SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 102. Em alguns relatos estrangeiros podemos ler: «the Pontinha is connected with the land by a sort of bridge or platform», in WHITE, 1851, *Madeira, Its Climate and Scenery* […], pp. 13-14; ou ainda: «The Pontinha joins the mainland by a species of bridge: I do not know whether it is natural or artificial», in WORTLEY, 1854, *A visit to Portugal and Madeira*, p. 206.

ser projetada em 1872, porém, «os trabalhos não se iniciaram desde logo e foi morosa a sua construção, que somente foi dada por concluída em 1895», tendo contribuído grandemente para o «aformoseamento da baía, facilitando também as comunicações da parte mais movimentada da cidade com os bairros a oeste do Funchal»[125]. As ruínas do cais em frente à entrada da cidade também aí permaneceram durante muito tempo, a crermos nos relatos estrangeiros que nos chegaram: «another monument of failure is the remains of a stone pier, which was hardly built ere destroyed by the sea. The steps at the Pontinha are now the only place to embark from, except the beach»[126], ou, por exemplo, a observação de Johnson: «A few years ago, a pier was thrown out into the sea, at the place known as the *Caes*, but as the foundation was not solidly laid, the greater part of the structure has been washed away»[127]. Também Isabella de França se referiu a estas ruínas no seu diário, falando de vestígios de um cais: «nele se gastaram quantias importantes e se desperdiçaram materiais e trabalho que bem podiam ter sido úteis»[128].

Como temos vindo a mostrar, agradar os estrangeiros foi sempre um ponto assente na governação de José Silvestre Ribeiro que via nestes visitantes uma fonte de riqueza para o distrito. Não será, por isso, de estranhar que se tenha empenhado tanto na tentativa de melhorar o aspeto da cidade e das zonas rurais mais frequentemente visitadas: «He obrigação minha promover a prosperidade d'este Districto. Se me falta entendimento, sobra-me boa vontade, e tenho perseverança»[129]. Num ofício datado de 27 de julho de 1850, dirigido a Tibério Augusto Blanc, recomenda, por exemplo, a construção de mirantes em alguns pontos pitorescos da ilha da Madeira, como fossem o Pico das Marcelas, a Portela e a Eira do Serrado, justificando que «aquelles pontos, como V. S.ª sabe, offerecem a mais bella perspectiva, pois que dominam os mais graciosos panoramas, – e não ha hi nacional ou estrangeiro algum de bom gosto, que não prèze, e muito, gosar o magnifico espectaculo que d'alli se desfructa»[130]. Em dezembro de 1850, faz uma resenha de algumas das mais urgentes necessidades do distrito, entre as quais se encontra «a construção de Casas de abrigo em algumas das serras da Madeira»[131].

---

[125] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 102.
[126] RENDELL, 1881, *A handbook of Madeira* […], p. 41.
[127] JOHNSON,1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], p. 104.
[128] FRANÇA, 1853-1854, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal*, p. 51.
[129] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, p. 108.
[130] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 255-257.
[131] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 98-109. Esta resenha foi publicada, na íntegra, n'*O Archivista*, 21 de dezembro de 1850, pp. 1-3.

Através da leitura dos diários e guias estrangeiros sobre a Madeira, temos conhecimento de que existiam, nas serras, alguns abrigos para proteger os locais e os excursionistas estrangeiros que, por vezes, por lá pernoitavam. Estes abrigos eram, na sua maioria, atribuídos a um grande benfeitor inglês chamado Robert Page, negociante de vinhos, que terá chegado à Madeira no início do século XIX:

> «At length we reach a little cabin, built of stout masonry, on a green ridge, that projects into the valley on the left. This is one of the many similar places of shelter which the singular liberality of an English merchant (Mr. Page) has erected in some of the most remote and desolate passages in the mountains, for the accommodation of benighted travellers»[132].

Não conseguimos qualquer informação sobre se estes abrigos ainda estariam de pé aquando da governação de José Silvestre Ribeiro. Certo é que, já em 12 de outubro de 1850, o governador havia enviado à Câmara Municipal do Funchal um ofício onde escrevia:

> «Custava-me acreditar que se podesse correr grave perigo, na estação invernosa, ao atravessar a serra que se interpõe entre o Concelho do Funchal, e differentes povoações do norte, e pela qual passa a estrada que d'aqui conduz a essas mesmas povoações; mas a esperiencia própria me desenganou, e estou convencido de que a humanidade reclama altamente que a meio da serra se constrúa uma Casa, onde os passageiros possam encontrar abrigo quando torrentes de chuva, tempestades, e um frio intensíssimo as acommettem n'aquelles asperos e inhospitos logares»[133].

Para tal, mandou construir uma casa de abrigo na Fonte das Moças[134] pedindo auxílio financeiro à Câmara Municipal do Funchal para uma obra tão útil, porém, demasiado dispendiosa. Em outubro de 1851, o assunto ainda estava por resolver e o governador informava a Câmara do Funchal, através de ofício, que a Câmara de Santana e o Administrador daquele concelho haviam concordado que a dita casa de abrigo se situasse no sítio do Poiso, ao que José Silvestre Ribeiro anuiu. O governador

---

[132] LYALL, 1827, *Rambles in Madeira, and in Portugal* […], p. 129. No mesmo livro, mais à frente, podemos ler: «we must not Forget the munificence of one of our countrymen, Robert Page, Esq. Knight--Commander of the Portugueze Order of the Tower and Sword. There are few parts of the Island that do not bear witness to the singular liberality and public spirit of this gentleman, in the houses, bridges, benches, fountains, and other accommodations for travellers, which have been built at his expense», in LYALL, 1827, *Rambles in Madeira, and in Portugal* […], p. 352. De entre as muitas obras, reparações e melhoramentos de estradas que o filantropo britânico Robert Page executou na ilha da Madeira, encontram-se, por exemplo, «uma casa de telha, na Ribeira das Cales, para abrigo dos viandantes […], uma casa de telha na ribeira dos Boieiros, nas serras do Porto da Cruz, para abrigo dos viandantes […], uma boa casa de telha nas serras do Paul, para abrigo dos viandantes», in SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 40.

[133] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 325-327.

[134] Num periódico local podemos ler um anúncio que atesta que no dia 24 de outubro de 1850 seria arrematada, perante o governador civil, a obra de «construção de uma caza de abrigo no sitio da Fonte das Moças», in *O Amigo do Povo*, 19 de outubro de 1850, p. 4.

considerava indispensável «a fim de se tirar proveito da edificação da Casa de abrigo, que as Camaras do Funchal e Sant'Anna se entendam immediatamente, e sem perda de um momento, sobre as quotas com que cada uma hade contribuir para a sustentação de um homem, ou família que hão de residir necessariamente na dita Casa»[135]. O governador acrescentava ainda que a escolha deste homem ou família deveria ser feita escrupulosamente, de modo a garantir «que os passageiros encontrem n'aquella Casa o agasalho, o conforto, e os cuidados de que não póde prescindir uma creatura, que vem molhada, tritando de frio, e por vezes quasi lesa, depois de ter atravessado a Serra em dias de tempestade»[136]. Em 1851, podemos ler, numa secção de anúncios de dois periódicos locais, um pedido de subscrição para «se concluir a casa mandada construir no sitio do Poiso por S. Exc.ª o Governador Civil». Tal pedido era, assim, justificado: «tendo parado este trabalho por falta de meios, resolveram alguns cidadãos promover uma subscrição, a fim de que se conclua com brevidade esta utilíssima obra»[137]. Um ano mais tarde, através de um relatório das «Obras e reparações feitas nos Edificios Publicos, e Predios Nacionaes desde 1 de Julho de 1848 até 31 de Março de 1852»[138], assinado por Vicente de Paula, diretor de obras públicas, a 1 de abril de 1852, sabe-se que a obra da "Casa de Abrigo do Poiso" foi arrematada pelo valor de 1:442$950 réis, informação que nos é confirmada no *Elucidário Madeirense*[139]. Silva e Meneses também se referem à "Casa de Abrigo do Poiso", salientando que

> «É um lugar muito transitado, pois, a estrada que o atravessa põe em comunicação o Funchal com várias freguesias do norte da Madeira. Sendo um lugar bastante desabrigado e exposto a frequentes vendavais, mandou o benemérito governador civil José Silvestre Ribeiro edificar neste local, no ano de 1850, uma casa de abrigo para os viandantes, que tem prestado os mais assinalados serviços e livrado da morte inevitável a muitas das pessoas que por ali transitaram»[140].

[135] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 327-330.
[136] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, p. 329.
[137] *O Amigo do Povo*, 29 de novembro de 1851, p. 4; *O Archivista*, 29 de novembro de 1851, p. 3.
[138] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 584-588.
[139] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 89.
[140] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 88. Vd. também sobre o mesmo assunto SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 195.

Fotografia 3 – Casa de Abrigo do Poiso (anterior a 1905)



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 915.

A 6 de fevereiro de 1852, o governador civil escreveu um ofício dirigido às Câmaras da Calheta, São Vicente e Ponta do Sol, onde lembrava que havia mandado edificar uma casa de abrigo no Poiso para dar proteção aos viandantes e dizia que tinha igual intento relativamente ao Paul da Serra

> «onde julgo indispensável que se edifique uma casa de abrigo, na qual encontrem agasalho e os possíveis socorros as pessoas que naquele desabrido e inhospito sitio passarem. – N'essa casa, á imitação do que succéde na do «Poiso» deverá viver um homem com família, no qual seja confiada a guarda do edifício, e o cuidado de agasalhar os passageiros»[141].

Pede, para tal, o auxílio financeiro necessário às três câmaras. Não nos foi possível obter mais informações sobre a construção desta casa de abrigo, mas acreditamos que tal obra não se concretizou. José Silvestre Ribeiro saiu da Madeira

[141] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 332-334.

precisamente no ano de 1852, pelo que julgamos que não se terá dado andamento ao projeto. Silva e Meneses referem apenas uma casa de abrigo «a que chamavam de Meio Paul, mandada construir pelo inglês Roberto Page nos fins do primeiro quartel do século XIX, há muito que desapareceu devido á acção do tempo»[142]. E, finalmente, no minucioso relato de Rendell, este menciona apenas três casas de abrigo pertencentes ao governo: «the Poiso, Rabaçal, and Santo da Serra refuge-houses, belonging to the authorities, where shelter may be had; but for beds, except at Poiso, the traveller must depend on his hammock; which can be set up for the purpose; and he must take his own food»[143].

Uma das queixas frequentes dos estrangeiros era a ausência de entretenimento e de espaços mais ligados à cultura na cidade do Funchal. A maioria dos diários refere a existência de, pelo menos, uma biblioteca municipal e de "reading-rooms", no clube inglês (situado na rua da Alfândega, ao lado do consulado britânico[144]), no clube português (que se crê ser o Clube Funchalense[145]) e na Associação Comercial do Funchal. Já em 1840, Picken afirmava: «Funchal has its library and reading-rooms»[146]. Em 1850, Sérvulo Drummond de Menezes atestava existirem duas bibliotecas públicas na cidade: a primeira estabelecida pela Câmara Municipal do Funchal, a 12 de janeiro de 1838, e a segunda sendo a da Escola Médico-Cirúrgica[147]. Por ofício de 28 de dezembro de 1850, José Silvestre Ribeiro sugeriu à Câmara Municipal alocar a biblioteca da Câmara no Palácio do Governo Civil, mas a edilidade não concordou devido às despesas que tal ato acarretaria. Entretanto, o governador fez inúmeras recomendações e deu muitas sugestões sobre o modo como organizar a biblioteca pública e angariar mais volumes para aumentar o seu espólio: «trata-se de um estabelecimento que deve hir em progresso de dia em dia, e cumpre que a Camara medite seriamente sobre o melhor modo de aproveitar os limitados recursos que destina para aquelle fim, considerando as necessidades intellectuaes a que de preferencia deve acudir na Madeira»[148].

---

142 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 59.

143 RENDELL, 1881, *A handbook of Madeira* […], p. 53.

144 Cf. RENDELL, 1881, *A Handbook of Madeira* […], p. 26.

145 Cf. CALDEIRA, 1996, «Clube Funchalense (1839-1870)».

146 PICKEN, 1840, *Madeira illustrated* […], p. 5.

147 MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 139-141. Sabemos que as igrejas inglesa e escocesa também tinham as suas próprias bibliotecas como nos asseveram alguns dos escritos estrangeiros. Vd. RENDELL, 1881, *A Handbook of Madeira* […], p. 27.

148 FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 321-325. Este ofício foi replicado na íntegra n'*O Archivista*, 4 de janeiro de 1851, p. 2.

Em 1851, White dá-nos uma visão do que existia no Funchal, em termos de bibliotecas e de literatura, visão esta que será repetida por vários escritores em anos díspares:

> «Those who are fond of literature, or light reading, will find sufficient to interest and amuse them in the various libraries and reading-rooms of Funchal.
> At the "English Club", near the Cathedral, there is a select library of nearly two thousand volumes […]. At these rooms the *Times, Morning Chronicle, Illustrated London News, Athenoeum, India Mail, Punch*, and several other English, French, and Portuguese newspapers and periodicals, are regularly received […].
> At the "Portuguese Club", n.º 2, Rua de Perù, the principal Portuguese, French, and a few English newspapers, are taken in. There is no library […].
> The "Commercial Rooms", near the Caes, or pier, receive the *Times, Mercantile Adviser, Shipping Gazette, Illustrated London News, Punch, Journal de l'Europe*, besides a variety of Portuguese and American newspapers […].
> There is also a library attached to the *Camara*, or Municipality, containing upwards of 1,800 volumes, among which there are several English and French publications, and many old and valuable works and MSS. from the suppressed monastery of São Francisco […]. The library does not appear to be much known, even among the Portuguese […] nothing else is wanting to show the great apathy of the majority of the natives with regard to literary pursuits»[149].

Sobre esta apatia de natureza intelectual, por parte dos madeirenses, também se queixava *O Amigo do Povo*, que escrevia que na populosa cidade do Funchal «um livreiro morreria de fome» e divagava sobre o fim provável da biblioteca municipal dado o pouco interesse das entidades públicas em preservá-la e da pouca vontade de instruir-se dos «funchalenses do sexo masculino»[150]. Vinte anos mais tarde, também Grabham, referindo-se à biblioteca municipal, dizia que «the room is not much frequented, although open daily during certain hours for general access»[151].

A criação de um gabinete de História Natural no Funchal foi outra das ideias e missões do governador civil José Silvestre Ribeiro que, em ofício dirigido ao administrador do concelho, a 7 de abril de 1850, dizia:

> «Muitos estrangeiros teem perguntado se existe na Capital deste Districto alguma Colecção dos mais notaveis productos naturaes da Madeira e Porto Santo, ou de certas curiosidades que tão interessantes se tornam á indagação de pessoas instruídas. Com grande desgosto se lhes responde negativamente, e deve confessar-se que faz vergonha

[149] WHITE, 1851, *Madeira, Its Climate and Scenery* […], pp. 121-123. Podemos encontrar textos muito semelhantes, por exemplo, em DIX, 1851, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, pp. 89-90; WORTLEY, 1854, *A visit to Portugal and Madeira*, pp. 295-296 e 299-302; JOHNSON, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], pp. 40-41.

[150] *O Amigo do Povo*, 5 de outubro de 1850, p. 3.

[151] GRABHAM, 1870, *The Climate and Resources of Madeira* […], p. 43.

> o nosso descuido e indifferença em cousas sobre que devêramos ser tão sollicitos. Reflectindo sobre este assumpto, tem-me occorrido que pouco e pouco poderiamos nós chegar a supprir a falta que os estrangeiros e até compatriotas nossos, reconhecem e lamentam»[152].

Aconselhava o governador a que os administradores dos concelhos, conjuntamente com as câmaras municipais, com os reverendos párocos e com «as pessoas mais instruídas das differentes Freguezias» procedessem à recolha de tais objetos e os enviassem para o palácio do governo civil, que se encarregaria de os organizar e catalogar de modo a construir um museu. Cerca de um mês depois, escrevia aos administradores dos concelhos dizendo: «precisamos indispensavelmente de tornar agradavel a residencia na Madeira a um grande número de Altas Personagens, de illustres Cavalheiros, de sabios viajantes que todos os annos visitam esta Ilha». De entre as várias recomendações diz: «foi neste sentido que em data de 7 do mez passado tornei eu sensível […] a necessidade de formarmos n'esta Cidade uma collecção dos mais notaveis productos naturaes da Madeira e Porto Santo, bem como de certas curiosidades que tão interessantes se tornam á indagação dos sábios». E dá ideias do que poderia ser colecionado, com descrição detalhada para cada item proposto: minerais, moedas e medalhas antigas, madeiras, cristalizações, animais fossilizados, petrificações, vegetais, conchas, curiosidades naturais, armas, instrumentos e trajes antigos[153].

A 29 de abril de 1850, dirigiu um ofício ao Ministério do Reino dando conta de que já havia começado a executar um plano para a criação de um museu no Funchal, alegando que

> «vem todos os annos á Madeira, como he sabido, um consideravel numero de Estrangeiros, e pela maior parte pessoas instruídas. Entre as primeiras cousas que procuram indagar he se existe alguma cousa que se assemelhe a um Museu, ou a um Gabinete de Historia Natural; e confesso que he doloroso responder-lhes que nada disso existe entre nós. Para remediar esta sensível falta, tomei sobre mim o empenho de dar começo ao estabelecimento de um Museu na Cidade do Funchal, deixando ao tempo, ao zelo dos que me substituirem, e á solicitude do illustrado Governo de S. M. o seu progressivo desenvolvimento»[154].

Continuava explicando que, inicialmente, os artigos ficariam expostos no Palácio do Governo Civil até que se encontrasse um local mais apropriado. Para bem demonstrar o interesse deste assunto, acrescentava: «já tive o praser de mostrar o

[152] MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 521-523.

[153] MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 524-530. Esta circular foi reproduzida, na íntegra, n'*O Amigo do Povo*, 20 de abril de 1850, pp. 1-2.

[154] MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, pp. 530-533.

que actualmente existe a alguns Estrangeiros instruídos, e todos se hão mostrado satisfeitos com este esperançoso começo». Pedia, ainda, apoio financeiro ao Governo, bem como a possibilidade de envio, a partir dos gabinetes de Lisboa, de algumas espécies, ao que o Ministério do Reino respondeu afirmativamente, em ofício de 14 de junho de 1850[155]. Infelizmente, «com a saída do conselheiro Silvestre Ribeiro desta ilha, o Museu, que embora fôsse insuficiente e de acanhadas proporções, constituía já uma esperança, não tardou a desaparecer inteiramente»[156].

Para além do museu, ou de um gabinete de História Natural, o governador civil José Silvestre Ribeiro empenhou-se fortemente na construção de um teatro, considerando que «a Cidade do Funchal carece indispensavelmente de um bom Theatro, como meio de civilização, de recreio, e de interesse para o paiz»[157]. De facto, existira um teatro na cidade, em frente ao palácio do governador, conforme nos dão conta alguns dos escritores estrangeiros que foram alvo da nossa análise: «Opposite the Infirmary is the Theatre, which is internally elegant, and has a numerous and respectable establishment of Portuguese and Italian actors»[158]. Anos mais tarde, muitos dos visitantes, quase todos com o mesmo discurso, estranham e queixam-se da falta de entretenimento e de um teatro na cidade:

> «The want of gaiety and amusements in Funchal is sometimes complained by invalids; the usual routine of life, they say, is too monotonous to render it an eligible resort […]. With regard to theatres, and such places of night resort, Madeira is certainly far behind the Italian and Continental States, neither can it boast of museums or picture-galleries»[159].

Explicavam que já existira um que fora demolido por ordem de um anterior governador, de modo a aproveitar o espaço da construção para uma praça militar, lamentando que os acionistas desse teatro, muitos deles estrangeiros residentes na ilha, não tivessem sido ressarcidos:

---

155 MENEZES, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. II, p. 533.

156 SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 413.

157 FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, p. 101.

158 PITTA, 1812, *Account of the Island of Madeira*, p. 103. Também Combe, em 1821, dizia: «The other parts of this public walk are occupied by a commodious hospital and a theatre», in COMBE, 1821, *A History of Madeira* […], p. 39.

159 WHITE, 1851, *Madeira, Its Climate and Scenery* […], p. 125. De entre muitos outros, relevamos também o relato de Jonhson: «At Funchal there are no theatres, picture-galleries, or museums; the town is a small place, and the accessible part of the country soon visited; where, then, is the visitor to find amusement during the months of his sojourn? In truth, unless he has resources of his own, he is likely to be devoured with *ennui* long before the time for his leaving the island comes round. Some private balls, one or two public balls, a few picnics, perhaps a concert, or some amateur acting, this is all that strangers are likely to meet with in the shape of amusements», in JOHNSON, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], pp. 46-47. Outros registos sobre o mesmo assunto podem ser encontrados em PICKEN, 1840, *Madeira Illustrated* […], p. 5; COOPER, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira* […], p. 20; RENDELL, 1881, *A handbook of Madeira* […], p. 40.

> «There was once a large-sized theatre that occupied a considerable space in the square at the entrance to the Fortaleza. It was destroyed in 1833 to facilitate the defences of Funchal, while the troops of the Infante Dom Miguel had possession of part, or the whole of the island. British merchants held large shares in this building, but they were neither consulted as to its demolition, nor was any remuneration subsequently offered to them, although it was pulled down by express order of the Portuguese Government»[160].

O conselheiro e governador civil José Silvestre Ribeiro levava muito a sério as questões e as queixas dos estrangeiros. Não é, por isso, de estranhar que num ofício dirigido à Câmara Municipal do Funchal, em 26 de janeiro de 1850, tenha reforçado:

> «A Cidade do Funchal, caréce indispensavelmente de um bom Theatro, não só do ponto de vista da architectura, mas também sob o aspecto da litteratura, da moral e da civilização. Demonstrar esta proposição fôra dizer superfluidades; bastando apenas fazer notar a circumstancia de que o grande número de illustres estrangeiros, que todos os annos vem residir entre nós, experimentam a muito sensível falta do interessantíssimo recreio, e grata distracção que o Theatro procura»[161].

Prosseguia, salientando as vantagens de tal empreendimento e rogando à Câmara que solicitasse, ao governo de Sua Majestade a Rainha, a cedência do terreno do mercado de São João, pertencente à Fazenda Pública, asseverando que as Cortes não negariam tal pedido e que o próprio governador se encontraria absolutamente disponível para coadjuvar no que preciso fosse. Dirigindo-se ao Ministério da Fazenda, a 3 de fevereiro de 1850, o conselheiro argumentava que já exercia cargos administrativos há 16 anos, nunca com tanta certeza do pedido que fazia sobre o terreno, justificando:

> «A principal fonte de riqueza da Ilha da Madeira nos dias de hoje, em que os seus vinhos não teem extracção, he o abençoado clima com que a natureza a favoreceu. Para gozar d'esse clima tão suave, tão salutar, vem todos os annos a esta «Flor do Oceano» um avultado número de estrangeiros abastados, e entre elles altas personagens. Estes bons hospedes, como que para pagarem o beneficio da saude, que pela maior parte aqui adquirem, deixam no paiz avultadas somas, as quaes no seu giro natural vão dar animação a todos os interesses.
>
> D'aqui vem, que todos os esforços dos Madeirenses devem tender a tornar agradável aos estrangeiros a residencia nesta Ilha, procurando desenvolver a civilisação, e crear todos

[160] WORTLEY, 1854, *A Visit to Portugal and Madeira*, p. 297. Sobre o mesmo assunto e, muitas vezes, com um texto muito semelhante, encontram-se outros registos: DRIVER, 1838, *Letters from Madeira in 1834* […], pp. 12-13; WHITE, 1851, *Madeira, Its Climate and Scenery* […], p. 31; JONHNSON, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery* […], p. 102. O governador civil do Funchal, José Silvestre Ribeiro, também mencionou: «o grande Theatro que havia n'esta cidade foi destruído, ate aos alicerces, pelo ultimo Capitão General, quasi no fim do Governo intruso, a titulo de fortificação», insurgindo-se com a falta de indeminização aos particulares que o tinham edificado. Cf. FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 159-160.

[161] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 591-593.

> os meios de offerecer commodidades, conforto, distracções, segurança e tranquilidade aos que vem trazer-lhes a riqueza»[162].

Enumerava, também, alguns dos melhoramentos que tinha vindo a realizar na cidade e arredores, dizendo que todos eles «se bem que destinados a promover os interesses geraes da Ilha, são subordinados ao pensamento de dar a este paiz um aspecto de civilisação, que atráia os estrangeiros». Chegava mesmo a "ameaçar" que se este plano não fosse levado avante, muitos estrangeiros abandonariam a Madeira a favor de outros destinos mais desenvolvidos como fossem a França, a Itália ou mesmo a Espanha. Infelizmente, o Ministério do Reino não aprovou a cedência do referido terreno e o governador, sem baixar os braços, dirigiu-se novamente à Câmara, a 25 de novembro de 1850, solicitando que fosse a edilidade a ceder a «porção de terreno, fronteiro exactamente áquelle, e fazia parte da Cerca do extincto Convento de São Francisco»[163]. A Câmara concordou em ceder o terreno para a edificação do teatro (ofício da Câmara Municipal do Funchal para o governador civil, a 29 de novembro de 1850[164]) e, de imediato, o governador nomeou uma comissão[165] encarregada de dar as providências preparatórias para a construção do teatro.

Infelizmente, em março de 1852, lamentava-se o facto de o projeto do teatro não ter tido qualquer sucesso, apesar do empenho do governador, da Câmara, de particulares, das subscrições que se haviam feito, etc., ressalvando o mau impacto que isso teria na atração de "turistas" à ilha da Madeira: «Um Theatro é uma necessidade para esta Cidade. – Se tivermos a desfortuna de vermos os estrangeiros abandonarem este paiz, teremos de vêr em seguida a probreza de muitas classes, que hoje só vivem do trabalho que prestam aos nossos hospedes»[166]. Silva e Meneses resumiam assim o fracasso deste empreendimento:

> «José Silvestre Ribeiro, o mais ilustre e benemérito governador da Madeira, que a todos os serviços de administração publica e a todos os melhoramentos locais procurou acudir e remediar, não podia certamente descurar o do estabelecimento dum teatro nesta cidade, e, se os seus diligentes esforços e a sua perseverante iniciativa não foram coroados de exito feliz, deve-se isso unicamente ás insuperaveis dificuldades que surgiram e ao pouco

[162] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 596-600.

[163] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 602-604. Este ofício foi copiado, na íntegra, no *Correio da Madeira*, 30 de novembro de 1850, p. 2.

[164] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 604-605. Vd., ainda, a este propósito, uma resenha de algumas das mais urgentes necessidades do distrito, datada de 15 de dezembro de 1850, in FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, pp. 98-109 e reproduzido n'*O Archivista*, 21 de dezembro de 1850, p. 1.

[165] FREITAS, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo* […], vol. III, p. 39.

[166] *O Amigo do Povo*, 6 de março de 1852, p. 3.

> zêlo e dedicação que varias entidades particulares, as corporações administrativas, os deputados e o govêrno central mostraram na realização dêsse empreendimento»[167].

Ao longo deste estudo, tentámos pôr em evidência a ação do conselheiro e governador civil do Funchal, José Silvestre Ribeiro, durante a vigência da sua governação (1846-1852), dando especial enfoque ao cuidado, ou à preocupação, que demonstrou com os estrangeiros que visitavam a ilha da Madeira. Acreditamos ter conseguido demonstrar que o governador considerava estes estrangeiros uma fonte de riqueza substancial, numa ilha onde existia pouco desenvolvimento, onde havia fome e pobreza e onde a base da economia insular – o vinho – estava fortemente ameaçada. Manter a atratividade da ilha implicava mudanças, obras e melhoramentos aos quais o governador se dedicou de corpo e alma, embora nem sempre com o sucesso almejado.

Numa pesquisa realizada nos três volumes de *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo*, nos periódicos regionais publicados entre 1846 e 1852 e, ainda, nos cerca de 55 diários e guias escritos por estrangeiros que visitaram a ilha da Madeira, propusemo-nos analisar comparativamente estas fontes para melhor compreender a sua governação. Assim, concluímos que as ações mais preponderantes, que concorriam para agradar quem nos visitava, se prendiam essencialmente com a iluminação da cidade e o bom policiamento, com a construção de passeios laterais nas ruas que eram tortuosas para os viandantes, com a limpeza das ruas e praças da cidade, com a remoção da cadeia de um dos bairros mais nobres do Funchal, com os melhoramentos no cais da pontinha para facilitar o embarque e desembarque – sobretudo de pessoas ilustres e da realeza –, com a construção de mirantes em lugares pitorescos, bem como de casas de abrigo nas serras da Madeira, com a manutenção de bibliotecas, a criação de um museu e a construção de um teatro. É verdade que, como ficou patente, o governador civil José Silvestre Ribeiro nem sempre conseguiu levar a cabo os seus intentos, fosse por falta de verbas, pela inércia de um povo que resistia ao desenvolvimento e à inovação, ou mesmo pela "negligência" a que era votada a Madeira por parte do Reino. No entanto, todos os escritos e estudos que dissertam sobre a ação do conselheiro não deixam de elogiar, ao mais alto nível, o seu caráter empreendedor e benemérito e a sua ação dignificante, elevando-o a um dos mais respeitosos governadores civis que passaram pela Madeira, com o protagonismo merecido na História insular.

[167] SILVA e MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 345.

Fontes Manuscritas e Fotográficas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Comissão de Inquérito aos tumultos de 9 de agosto de 1846, na Madeira, em torno de Robert Reid Kalley, cx. 1, n.º 74, n.º 89.

Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM, Joaquim Augusto de Sousa, n.ºs inv. 116, 658 e 915.

Periódicos

Amigo do Povo (O).
Archivista (O).
Boletim Official.
Correio da Madeira.
Defensor (O).
Echo da Revolução (O).
Imparcial (O).
Independente (O).

Bibliografia

AGRELA, Tânia, 2005, *Notas sobre a Madeira na Literatura de Viagens Inglesa (1850--1894)*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Anglo-Americanas, Funchal, Universidade da Madeira.

BIDDLE, Anthony Joseph Drexel, 1896, *The Madeira Islands*, Philadelphia, Drexel Biddle & Bradley Publishing Company.

CALDEIRA, Susana, 1996, «Clube Funchalense (1839-1870)», in *Islenha*, n.º 18, pp. 24-32.

CALDEIRA, Susana, 2022, «Memória, Narrativa e Experiência – o Diário do Americano Edward Watkinson Wells sobre a Madeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 273-297, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/84, consultado em 08 de maio de 2023.

CALDEIRA, Susana, 2023, «Escrita de Si: História e Memória nas Narrativas de Vida. Anna Martins Gouveia entre a Madeira e o Hawaii (séc. XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 537-556, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/105, consultado em 11 de maio de 2023.

CÂMARA, Paulo Perestrello da, 1841, *Breve Notícia sobre a Ilha da Madeira ou Memórias sobre a sua Geographia, História, Geologia, Topographia, Agricultura, Commercio, etc.*, Lisboa, Typographia das Bellas Artes.

CARITA, Rui, 2008, «O governo do conselheiro José Silvestre Ribeiro, na Madeira», in *Actas do colóquio comemorativo dos 200 anos do nascimento de José silvestre Ribeiro*, Angra do Heroísmo, IAC – Instituto Açoriano de Cultura, pp. 73-119.

Actas do colóquio comemorativo dos 200 anos do nascimento de José silvestre Ribeiro, 2008, Angra do Heroísmo, IAC – Instituto Açoriano de Cultura.

COMBE, William, 1821, *A History of Madeira: with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the island*, London, Rudolph Ackermann.

COOPER, William White, 1840, *The Invalid's Guide to Madeira with a description of Teneriffe, Lisbon, Cintra, Mafra, etc.*, London, Smith, Elder and Co.

CURADO, Manuel, 2015, «A Ética do conselheiro José Silvestre Ribeiro (1807-1891)», in FRANCO, José Eduardo; COSTA, João Paulo Oliveira (dir.), *Diocese do Funchal, A Primeira Diocese Global, História, Cultura e Espiritualidades*, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 463-480.

DIAS, Eurico Gomes, s.d., «Ribeiro, José Silvestre (Idanha-a-Nova, 1807 – Lisboa, 1891)», in *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, Lisboa, Universidade de Lisboa, disponível em https://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/ribeiro_silvestre.pdf, consultado a 27 de abril de 2023.

DIX, John A., 1851, *A Winter in Madeira and a Summer in Spain and Florence*, New York, Holdradge.

DRIVER, John, 1838, *Letters from Madeira in 1834; with an appendix illustrative of the History of the Island, Climate, Wines, and other information up to the year 1838*, London, Longman & Co.

FRANÇA, Isabella, 1853-1854, *Jornal de Uma Visita à Madeira e a Portugal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

FREITAS, António Jacinto de, 1852, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, vol. III, Funchal, Tipografia Nacional.

GONCHAROV, Ivan, Alexandrovich, 2011, *A Fragata Pallada*, vol. III, col. À Esquina do Mundo, trad. Alberto Taddei, Parede, Sopa de Letras.

GRABHAM, Michael C., 1870, *The Climate and Resources of Madeira, as Regarding Chiefly the Necessities of Consumption and the Welfare of Invalids*, London, John Churchill & Sons.

HARCOUT, Edward William, 1851, *A sketch of Madeira containing information for the traveller of invalid visitor*, London, John Murray.

HODGSON, Studholme Captain, 1838, *Truths from the West Indies including a sketch of Madeira in 1833*, London, William Ball.

JOHNSON, James Yate, 1860, *Madeira, its Climate and Scenery. A Handbook for Visitors*, Edinburgh, Adam and Charles Black.

LYALL, Alfred, 1827, *Rambles in Madeira, and in Portugal in the early part of MDCCCXXVI with an appendix of details illustrative of health, climate, produce and civil history of the island*, London, C. & J. Rivington.

MARCH, Charles W., 1856, *Sketches and Adventures in Madeira, Portugal and the Andalusias of Spain*, New York, Harper & Brothers.

MARSH, A. E. W., 1892, *Holiday Wanderings in Madeira*, Sampson Low, London, Marston & Company.

MENEZES, Sérvulo Drummond de, 1849, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, vol. I, Funchal, Tipografia Nacional.

MENEZES, Sérvulo Drummond de, 1850, *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de Outubro de 1846*, vol. II, Funchal, Tipografia Nacional.

NUNES, João Carlos, 2008, «Sismos nos Açores: quando, onde e como? Ensinamentos do sismo de 15 de Junho de 1841, Praia da Vitória (Ilha Terceira)», in *Actas do colóquio comemorativo dos 200 anos do nascimento de José Silvestre Ribeiro*, Angra do Heroísmo, IAC – Instituto Açoriano de Cultura, pp. 35-47.

PICKEN, Andrew, 1840, *Madeira illustrated by Andrew Picken, with description of the island*, edited by Dr. James Macaulay, M. A., London, Day & Haghes.

PITTA, Nicolau Bettencourt, 1821, *Account of the Island of Madeira*, London, Longman.

RENDELL, J. M., 1881, *A handbook of Madeira – Concise handbook of the island of Madeira with a plan of Funchal and Map of the island*, London, C. Kegan Paul & C.ª.

RODRIGUES, Elisabete, 2019, «O Turismo na Madeira Oitocentista», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 337-379, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/9, consultado em 08 de maio de 2023.

ROUNDELL, Julia, 1889, *A Visit to the Azores with a Chapter on Madeira*, London, Bicker & Son.

SANTOS, Júlio Eduardo, 1925, *Elogio Histórico do Conselheiro José Silvestre Ribeiro*, Lisboa, Imprensa Beleza, Sociedade de Geografia de Lisboa.

SILVA, Padre Fernando Augusto e MENESES, Carlos Azevedo, 1998, *Elucidário Madeirense*, vols. I, II e III, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura.

SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2021, «O Relatório da Visita do Governador Jacinto António Perdigão ao Distrito Administrativo do Funchal (1866-1867): Leitura Crítica de uma Fonte Histórica Singular», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 291-348, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/52.

VIEIRA, Ismael Cerqueira, 2019, «A Ilha da Madeira como Centro de Tratamento de Doenças Pulmonares em Meados do Século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 381-405, disponível em https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/13, consultado em 08 de maio de 2023.

VIEIRA, Maria João, 2008, «José Silvestre Ribeiro e a reedificação da Praia», in *Actas do colóquio comemorativo dos 200 anos do nascimento de José Silvestre Ribeiro*, Angra do Heroísmo, IAC – Instituto Açoriano de Cultura, pp. 49-71.

WHITE, Robert, 1851, *Madeira, Its Climate and Scenery: containing medical and general information for invalids and visitors: a tour of the island, etc*., Edinburgh, Adam and Charles Black.

WILDE, W. R., 1844, *Narrative of a Voyage to Madeira, Teneriffe and along the shores of the Mediterranean, including a visit to Algiers, Egypt and Palestine, and on the climate, natural history, antiquities of the countries visited*, Dublin, William Curry, Jun and Company.

WORTLEY, Emmeline Stuart, 1854, *A visit to Portugal and Madeira*, London, Chapman and Hall.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 387-410
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Gift from Afar: Madeiran Emigration and the Emergence of the ʼUkulele in Hawai'i

Um Presente que Veio de Longe: A Emigração Madeirense e a Emergência do ʼUkulele no Hawai'i

Susana Caldeira[1]
Jim Tranquada[2]

Abstract

The history of Hawai'i would have followed a markedly different course without the presence of Madeiran emigrants, whose contributions extended across economic, social, and cultural spheres. This article reexamines the specific impact of Madeiran music and string instruments within the Hawaiian cultural context, with particular attention to the emergence of the ʼukulele. The study results from a collaborative effort that brings

[1] She earned her Master's degree from the University of Madeira in 2005, having studied Anglo-American Culture and Literature. Her research focused on Madeiran emigration to Hawai'i, drawing on the fertile dialogue between multiple disciplines such as History, Sociology, Anthropology, Ethnography, and others to explore themes including mobility, identity, alterity, prejudice, racialization, acculturation, among others. Her main areas of interest lie in island culture and literature, and she has also conducted research on the role of women in migration processes. She has published several articles on these topics. She is a researcher at Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (Regional Department for Archives, Libraries and Books), a member of CEC (Centre for Comparative Studies, University of Lisbon), and was an Associate Researcher on the project *Colour of Labour: The Racialized Lives of Migrants* (Institute of Social Sciences, University of Lisbon). Contact: susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt.

[2] He earned a bachelor's degree from Stanford University in 1979, and worked as a newspaper reporter for 15 years before embarking on a second career in public relations. He served as the founding public information officer at the UCLA Luskin School of Public Affairs and was director of communications and community relations at Occidental College from 2000-2023. In addition to his book, *The ʼUkulele: A History*, he has published articles in the *Hawaiian Journal of History*, the *Galpin Society Journal*, the Library of Congress National Recording Preservation Board Recording Registry, and delivered the keynote address at the first International ʼUkulele Conference hosted by the University of Milan in 2021. He is a great-great grandson of Augusto Dias (1842-1915), who emigrated from Madeira to Hawai'i in 1879 and became one of the three pioneer ʼukulele makers in Honolulu. Contact: jimtranquada@gmail.com.

together expertise in the history of Madeiran emigration and the musical legacy of this diaspora, alongside a specialized focus on the development of the ʻukulele and its significance in Hawaiian culture. Through this combined approach, we aim to provide a rigorous and nuanced understanding of the instrument's genesis and evolution, while also highlighting the broader cultural ties that unite Madeira and Hawai'i.

Keywords: Madeiran Emigration; Hawai'i; ʻUkulele; Traditional Music; Musical Instruments; Cultural Exchange; Music History.

Resumo

A história do Hawai'i teria seguido um rumo marcadamente distinto sem a presença dos emigrantes madeirenses, cujos contributos se estenderam às esferas económica, social e cultural. Neste artigo, reexaminamos o impacto específico da música e dos cordofones madeirenses no contexto cultural havaiano, com particular destaque para a emergência do ʻukulele. O estudo resulta de um esforço colaborativo que alia a investigação sobre a história da emigração madeirense e o legado musical desta diáspora a uma especialização centrada no desenvolvimento do ʻukulele e no seu significado na cultura havaiana. Através desta abordagem conjunta, procuramos oferecer uma leitura rigorosa e aprofundada da génese e evolução do instrumento, sublinhando em simultâneo os laços culturais mais amplos que unem a Madeira e o Hawai'i.

Palavras-chave: Emigração Madeirense; Hawai'i; ʻ*Ukulele*; Música Tradicional; Instrumentos Musicais; Intercâmbio Cultural; História da Música

The history of Madeiran emigration to Hawai'i can be told in as many languages as the destinations that received these islanders across the globe. Among the various waves of Madeiran migration to the four corners of the world, the one to Hawai'i was, without a doubt, among the most significant in terms of its cultural and economic impact on the host society.

Government-sponsored emigration to Hawai'i began with a group of 120 Madeirans who arrived in the archipelago on 29 September 1878 aboard the barque *Priscilla*. At the time, the wine trade – then the backbone of Madeira's economy – was in decline. Natural disasters had led to famine, the abandonment of vineyards, and widespread unemployment. These factors, combined with rapid population growth on an island with limited arable land and no room for agricultural expansion, caused a significant decline in living standards. For many, especially the rural workers devastated by the collapse of the local economy and enticed by labor recruiters, emigration became a matter of survival – just as it had in the 1830s, when thousands of Madeirans emigrated to Demerara after the abolition of slavery in the British colonies[3].

[3] For a more detailed account of Madeiran emigration to Hawai'i, see CALDEIRA, 2010, *Da Madeira para o Hawai'i: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*.

While the Madeirans left for Hawai'i in part to escape the severe economic and social crisis of the early nineteenth century, this migration was also closely linked to transformations taking place in the island kingdom halfway around the world. These changes created a renewed demand for labor and a perceived need to attract immigrants who could help increase Hawai'i's declining population. Furthermore, the presence of a small Portuguese community of around 400 individuals in Hawai'i prior to the era of organized emigration – characterized by their reputation as hard--working, climate-adapted, peaceful, and family-oriented – helped shape the ideal profile of laborers and settlers sought by the Hawaiian government in Europe[4].

Thus, between 1878 and 1913, thousands of Madeirans set sail for Hawai'i on months-long sea voyages marked by pain, hardship, and longing, but also by dreams and hope for a brighter future on the other side of the world, in the land they came to call the "Terra Nova". Although conflicting records and unrecorded stowaways make it difficult to determine their exact number, 1890 census figures show that the Portuguese accounted for 9.5% of the population of Hawai'i, almost twice as many as all other Europeans and Americans combined[5].

The musical culture Madeiran emigrants encountered in Hawai'i was one that had been transformed since the arrival in 1820 of American Protestant missionaries, who complained of the «unearthly and inhuman […] howlings» of a people with no conception of western harmony. Sixty years later, native Hawaiians were being described as natural musicians, passionate about music and «wonderfully pleasing» singers[6].

Pre-contact Hawaiians had no European-style music. In an entirely oral culture, «chanted poetry that communicated the births and achievements of the chiefs, recorded the genealogies of the high chiefs […] and relayed Hawaiian epics» was of critical religious, historical and cultural significance, according to historian Adria L. Imada. The famous Hawaiian hula, today often seen as a mere tourist entertainment, relied on dancers, formally trained in demanding *hula halaus*, or schools, to perpetuate these legacies. «Through the late 19th century, hula was a highly venerated, selective and restricted form of religious and political praxis. Its practitioners were guardians of Native historiography, cosmogony, and genealogies, undergoing ritualized training

[4] For examples of the favorable perception of the Portuguese in Hawai'i, see «Wednesday November 8», *Hawaiian Gazette*, 8 November 1876, p. 2; «San Antonio's Society», 16 June 1877, in *The Pacific Commercial Advertiser*, p. 2; «Azores Association», 15 June 1878, in *The Pacific Commercial Advertiser*, p. 3. Most of the early Portuguese residents of Hawai'i were from the Azores and Cape Verde. See «Portuguese Seamen», 1 May 1861, in *The Friend*, p. 36; WARRIN, 2010, *So Ends This Day: The Portuguese in American Whaling 1765-1927*, pp. 53-62; 93-94; 103-105.

[5] «Census of 1890», 10 August 1891, in *The Daily Bulletin*, p. 3.

[6] Rev. Lowell Smith, quoted in FREAR, 1934, *Lowell and Abigail: A Realistic Idyll*, pp. 102-103; STODDARD, October 1883, «Lazy Letters from Low Latitudes», p. 340.

to reproduce and transmit knowledge for high-ranking chiefs. […] Spanning the sacred and secular, hula also provided entertainment for both chiefs and commoners»[7].

Different forms of chant required their own forms of hula and instrumentation. «*Hula pahu*, danced for religious purposes and thus the highest form of dance, was accompanied by the drum [*pahu*]. *Hula 'āla'apapa*, dances related to the achievements of past and present rulers, honored the gods or told of historical epics, accompanied by *ipu heke* (double gourd percussion instrument)», notes *kumu hula* (hula teacher) John R.K. Topolinski[8]. Other instrumentation included the *uli-uli*, or rattle; the *ililii*, similar to a castanet; the *ohe*, or nose flute; and the *ukeke*, a three-stringed bowed instrument played against the mouth[9].

With the arrival of Europeans and Americans to the Hawaiian Archipelago, beginning in the late 18th century, native Hawaiians had their first contact with Western instruments and harmony. While the *kanaka maoli* [native Hawaiians] first encountered European music with the arrival of James Cook in 1778, it wasn't until the arrival of the first missionaries in 1820 that the new musical practices began to take root. For Queen Lili'uokalani, one of Hawai'i's best-known and most prolific composers, this aptitude was not surprising. «The Hawaiian people have been from time immemorial lovers of poetry and music», she wrote[10]. The first book printed in Hawai'i, in 1824, was a book of hymns, *Na Himeni Hawaii*; what became known as the Royal Hawaiian Band was formed in 1836; and by 1880s, what historian John Troutman called «a distinctive guitar culture» had been established throughout the islands[11]. At the same time, Hawaiian and western dance vocabularies and western stringed instruments were blended into a new form of hula, known as *hula ku'i*[12].

---

7 IMADA, 2012, *Aloha America: Hula Circuits Through the U.S. Empire*, pp. 11, 32.

8 TOPOLINSKI, 2012, «Hula», p. 327.

9 EMERSON, 1965, *Unwritten Literature of Hawaii: The Sacred Songs of the Hula*, pp. 140-149.

10 LILI'UOKALANI & FORBES, 2013, *Hawaii's Story by Hawaii's Queen*, p. 44.

11 FORBES, 1999, *Hawaiian National Bibliography 1780-1900*, pp. 396-397; BANDY, 1990, «Bandmaster Henry Berger and the Royal Hawaiian Band», p. 70; TROUTMAN, 2016, *Kīkā Kila: How the Hawaiian Steel Guitar Changed the Sound of Modern Music*, p. 24.

12 IMADA, 2012, *Aloha America: Hula Circuits Through the U.S. Empire*, p. 42.

Image 1 – In a ca. 1890 studio portrait by Honolulu photographer J.J. Williams, members of King David Kalākaua's Hui Lei Mamo dance troupe pose with (left to right) a 'ukulele, a guitar, and a five-string taro patch (rajão)



Source: Hawai'i State Archives, Series PP, Box 32, Folder 9a, Image 016.

The valuable and meaningful gift to Hawaiian music, which accompanied the Madeiran emigration to Hawai'i, reached the islands on 22 August 1879, with the arrival of the English barque *Ravenscrag*, after a journey of about 123 days covering approximately 15,000 nautical miles. This ship, in addition to 133 men, 110 women, and 176 children, also carried aboard a popular instrument of Madeiran origin, the *braguinha* – then known as the *machete* – which would in less than a decade become widely regarded as the national instrument of Hawai'i[13].

[13] *Machete* was the term used consistently in 19th-century Madeira for the small four-string chordophone; the term *braguinha* wasn't used until the early 20th century. Cf. TORRES & CAMACHO, 2024, *Instrumentos Musicais da Madeira*, pp. 76-77. One of the first known uses of "braguinha" in Hawai'i was in 1910: «O velho Augusto Dias (Santinho) ainda faz dos melhores instrumentos de corda; violas, machetes e especialimente 'O Braguinha,' na rua Union», «Noticias Locaes», 5 March 1910, in *O Luso*, p. 5.

Only one eyewitness account of the arrival of the *Ravenscrag* in Honolulu seems to have survived – that of João Fernandes[14] (1854-1923), then a 25-year-old plumber who had traveled from Funchal with wife Carolina and baby daughter Amália. In a 1921 interview with the *Honolulu Star-Bulletin*, Fernandes described how he celebrated the end of their four-month voyage with a machete borrowed from fellow funchalense João Gomes da Silva: «When we landed here everyone was amused at the little instrument», Fernandes said, «and they wanted to hear me play it, which I did. […] The Hawaiians gave to the little instrument which I played the name ukulele, which is translated as "jumping flea"»[15].

Despite the presence of Portuguese in Hawai'i since at least 1798, no evidence has come to light that the machete had made an appearance prior to 1879[16]. Less than two weeks after the arrival of the *Ravenscrag*, the novelty of the new Madeiran music caught the eye – and ear – of a reporter for the *Hawaiian Gazette*.

> «During the past week a band of Portuguese musicians, composed of Madeira Islanders recently arrived here, have been delighting the people with nightly street concerts. The musicians are fine performers on their strange instruments, which are a kind of cross between a guitar and banjo, but which produce very sweet music in the hands of the Portuguese minstrels. We confess to having enjoyed the music ourselves and hope to hear more of it. "Music hath charms to sooth the savage breast," it is said, and although not savage ourselves, we plead guilty to the soothing influences of the Portuguese music»[17].

[14] Born in the parish of Sé, Funchal, Madeira, on 10 May 1854. See Madeiran Regional Archive and Library (Arquivo e Biblioteca da Madeira – ABM), Registos Paroquiais, Livro de Batismos da Sé, Book 37, fl. 146v. He was married to Carolina Augusta, who was born in the same parish on 10 December 1857. From this marriage, a daughter named Amália was born on 4 February 1879, in Santa Luzia, where the couple was then residing. See ABM, Paroquiais, Livro de Casamentos da Sé, Book 1312, fl. 14, and ABM, Governo Civil do Funchal, Processos de Concessão de Passaporte, Box 20, Folder 97, Process 301. According to this passport record, at the time of embarkation João Fernandes, then 25 years old, was recorded as a *picheleiro* – a term which, at the time, could refer either to a plumber or to a pewterer (a craftsman who makes or sells pewter vessels). On his way to Hawai'i, he was accompanied by his wife, then 22 years old, and their infant daughter Amália, just a month and a half old.

[15] «Portuguese Who Brought First Ukulele to Hawaii Reminisces of Olden Days», 5 December 1921, in *Honolulu Star-Bulletin*, p. 8. Gomes da Silva is listed in University of Hawai'i, Hamilton Library, *Livro de Matrículas de Cidadãos Portuguezes 1878-1934*, entry 125, 22 August 1879, as a 37-year-old bachelor from São Pedro parish, Funchal.

[16] The previous year, Madeiran emigrant João de Freitas reportedly brought a machete with him aboard the *Priscilla*, but there is no record of it being played in Hawai'i. According to de Freitas, «the instrument could not make good harmony unless played with another larger instrument of five strings», i.e. a rajão. Cf. «First Ukulele», 5 December 1921, in *Honolulu Star-Bulletin*, p. 8. Jose Passos Rodrigues (1865-1955), another *Priscilla* passenger, also claimed that machetes were brought to Hawai'i in 1878. «Jose Rodrigues Recalls Ukulele's Arrival in 1878», 29 September 1936, in *Honolulu Star-Bulletin*, p. 8; «A Salute from a Pioneer», 29 September 1941, in *Honolulu Star-Bulletin*, p. 8.

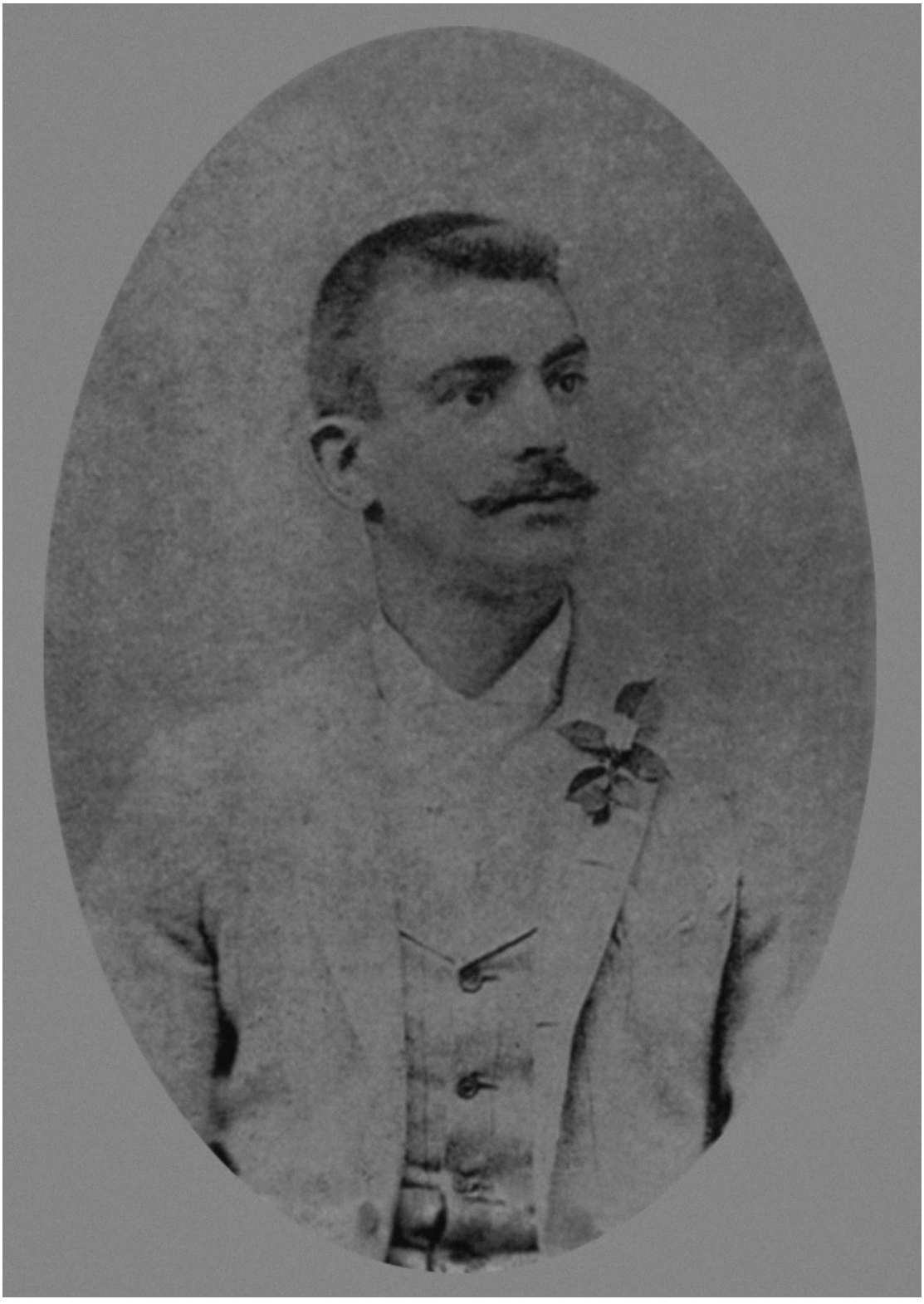
[17] «Portuguese Musicians», 3 September 1879, in *Hawaiian Gazette*, p. 3.

Image 2 – Portrait of José do Espírito Santo, Honolulu studio of Gonsalves & Silva, ca. 1893



Source: Personal collection of Ronnie French.

Image 3 – Ca. 1886 portrait of Augusto Dias



Source: Personal collection of Jim Tranquada. Digital restoration by John King.

Among the *Ravenscrag*'s passengers were three men who would play key roles in the development of the 'ukulele: Funchal cabinetmakers Manuel Nunes (1843--1922), José do Espírito Santo (1850-1905), and Augusto Dias (1842-1915)[18]. Like most of the men aboard, Nunes, Espírito Santo and Dias had signed contracts as plantation workers and were officially listed as *trabalhadores*, or laborers[19]. In keeping with their contracts, after their arrival the three men were shipped off to work – Nunes to Maui and possibly Hawai'i and Dias to Hawai'i and then to Kaua'i. (Where Espírito Santo and Fernandes lived during their first years in the islands is unclear[20]). Like many other Portuguese contract workers, Nunes, Espírito Santo and Dias left the plantations as soon as they had fulfilled their contracts. They moved to Honolulu, which as the kingdom's largest city and commercial center promised the best opportunities for pursuing their trade.

Dias appears in the 1884 Honolulu directory – the first of the 'ukulele pioneers for whom there is any documentation. Augusto Dias, «guitar and furniture maker», was listed as living and working at 11 King Street in Honolulu's Chinatown. «Emanuel Nunes» is listed as a cabinetmaker with C. E. Williams' Pioneer Furniture Store; there are two listings for a Jose or J. Santos, one working as a porter and the other a

---

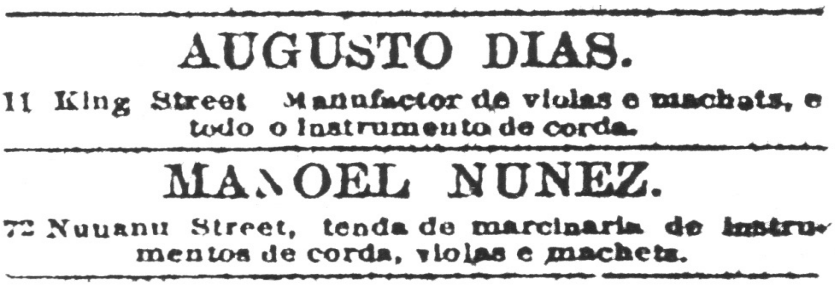
[18] University of Hawai'i, Hamilton Library, *Livro de Matrículas de Cidadãos Portuguezes 1878-1934*, entries 170, 185 and 193, 22 August 1879; Hawai'i State Archives (HSA), Department of Interior, Bureau of Immigration Financial Records, Series 519, Box 1, Folder 1, «List of Passengers per 'Ravenscrag'», entries 200, 358, 383. Dias, Nunes and Santo all were born in the parish of Santa Maria Maior, Funchal. Dias was born on 3 October 1842; Nunes on 14 June 1843; and Santo on 27 August 1850. See ABM, Registos Paroquiais, Livro de Batizados de Santa Maria Maior, Book 283, fl. 32v and fl. 49; Book 1241, fl. 43v.

[19] While no contracts have been found for the three men, the names of Santo, Nunes and Dias appear on a «List of debts to be paid monthly at Honolulu, HI» dated 12 June 1879; Santo owed 18,000 reis and Nunes and Dias 24,000 reis, apparently for advances on future wages. Cf. HSA, Department of Interior, Bureau of Immigration Financial Records, Series 519, Box 5, Folder 4. Nunes' name also appears on a separate list of passengers who had signed promissory notes. Nunes owed "116.00", presumably dollars.

[20] According to grandson John Nunes of Wailuku, Maui, Nunes worked on the Big Island. Larry Ikeda, «Ukulele from the Portuguese», February 1977, in *Maui Today*, p. 7. The 1909 marriage certificate for Santo's 26-year-old daughter Emilia (Emily) lists her birthplace as Maui, which places her family there ca. 1883. HSA, Judiciary, First Circuit Court, Marriage Certificates, Marriage Certificate no. 174, 23 August 1909. The 1900 U.S. Census for Honolulu lists November 1882 as the birthdate for Emily and her twin brother Manuel. Cf. Twelfth Census of the United States, Census of the Hawaiian Islands, vol. 10 Oahu Island, E.D. 12, Sheet no. 19-20, available at https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DTL3-RV?view=explore&cc=1325221&lang=pt&groupId=M9LK-FQK. Dias' daughter Caroline testified that her father worked on Hawai'i and Kaua'i. Cf. HSA, Office of the Secretary of Hawai'i, Petition for the Registration of the Hawaiian Birth of Charles Francis Gilliland, Application 27587, 26 November 1947. "Augusto Diaz" is listed on tax assessment records as an employee of Lidgate's Plantation in Laupahoehoe on the island of Hawai'i in 1880. Cf. HSA, Department of Taxation, 3rd Taxation Division, Hilo District, Series 224-2-1880, vol. 2, p. 91.

steward on a local steamer[21]. By the following summer, Nunes had opened his own «cabinetmaker's shop of string instruments, guitars and machetes» on the edge of Chinatown three blocks away, and Santo had also taken out a newspaper ad to announce he was «prepared to undertake any job in connection with his Profession of Guitar and Cabinet Maker» just a few doors down from Nunes[22].

Image 4 – First known newspaper advertisements by violeiros Augusto Dias and Manuel Nunes


AUGUSTO DIAS.

11 King Street Manufactor de violas e machets, e todo o Instrumento de corda.

MANOEL NUNEZ.

72 Nuuanu Street, tenda de marcinaria de instrumentos de corda, violas e machets.

Source: *O Luso Hawaiiano*, 15 August 1885.

Instrument repair was prominently featured in Espírito Santo's half-page display ad in the 1888-1889 Honolulu directory – the first directory in which all three men were listed as guitar makers. «Jose do Esp'to Sante [*sic*], Nuuanu Street near Beretania, Guitar Maker and Repairer», announced that «I make a specialty of repairing all Musical String Instruments, and solicit orders from all the Islands. Any work sent in will be attended to immediately. I guarantee first-class work in all respects. Special orders taken to make Guitars of all sizes»[23].

Santo's phrase «guitars of all sizes» underscores the difficulty of tracing the earliest evolution of the 'ukulele. For example, the taro patch fiddle, or taro patch, has been generally understood since 1916 to be a large 'ukulele based on the rajão, only with four courses, double or less commonly single[24]. But taro patch also was a term that was applied to the 'ukulele for years. In 1892, an Ohio tourist described the taro patch fiddle as «a diminutive guitar of four strings», and as late as 1918, in describing the 'ukulele, collector Albert A. Stanley could confidently state that «"taro-patch fiddle" is a

[21] BAGOT, 1884, *McKenney's Hawaiian Directory Including a City Directory of Honolulu*, pp. 113, 188, 204.

[22] Both Dias and Nunes (*tenda de marcenaria de instrumentos de corda, violas e machetes*) advertised in the 15 August 1885 edition of *O Luso Hawaiiano*, Honolulu's newly established Portuguese-language newspaper. Santo's advertisement appeared in the *Hawaiian Gazette*, 23 September 1885, p. 3. The ad ran repeatedly through December of that year.

[23] LANE, 1888, *Hawaiian Directory and Hand Book of the Kingdom of Hawaii*, opposite p. 256.

[24] KEALAKAI, 1912, *Self Instructor for the Ukulele and Taro-Patch Fiddle* (Revised Edition), p. 3; KIA, 1914, *Self Instructor for the Ukulele and Taro-Patch Fiddle*, p. 31.

name frequently applied to the instrument»[25]. Both Nathaniel Emerson in his *Unwritten Literature of Hawaii* and ethnomusicologist Helen Roberts made a clear distinction between the immediate ancestors of the taro patch and 'ukulele. «The taro-patch fiddle in its original home had five strings, as it has here [in Hawai'i], and was known as the "rajao"; while the ukulele with four strings had its Portuguese representative in the "braga"», Roberts wrote in 1924[26].

Further complicating matters is the fact that 'ukulele tuning – the re-entrant, my-dog-has-fleas G C E A tuning known today – is quite different than the tuning described for the machete in 19th-century Madeira: intervals of thirds and a fourth in descending order, or D G B D[27]. The earliest published tuning for the 'ukulele, in Edward Holstein's pioneering 1894 publication, *Chords of the Taro-Patch Guitar*, makes clear that 'ukulele tuning was borrowed from the rajão, D G C E A, «the tuning of which is the same as the Taro-Patch deprived of the fifth string»[28]. Twenty years later, Angeline (Silva) Nunes, a daughter-in-law of Manuel Nunes, co-authored a 'ukulele method unique in its insistence on tuning a 'ukulele like a Madeiran machete: D G B D. «The original way of tuning the Ukulele has not been put into print, consequently it is unknown to most people», Nunes and co-author A. A. Santos wrote. «There are several methods in circulation which are adapted to the taro patch instead of the Ukulele. In fact, it is the taro patch method which has been applied to the Ukulele»[29].

The earliest known appearance in print of 'ukulele as a musical term is 1888[30]. By the turn of the century, 'ukulele was commonly understood to mean leaping or jumping flea – a definition first seen in print in 1892[31]. Hawaiian 'ukulele virtuoso,

---

[25] SLIVERS, 1892, *The Land of the O'O. Figures, Fables, and Fancies,* p. 96; STANLEY, 1918, *Catalogue of the Stearns Collection of Musical Instruments*, p. 161.

[26] EMERSON, 1965, *Unwritten Literature of Hawaii: The Sacred Songs of the Hula*, p. 251; Lorin Tarr Gill, «Portuguese Were First to Introduce Ukulele in Hawaii Says Miss Roberts», 10 August 1924, in *Honolulu Advertiser Magazine*, p. 3. An 1893 newspaper correspondent made the distinction clear: «the ukalele, which is a sort of baby guitar, with only four strings all the same size and instead of picking the strings the[y] are strummed; [and] the taro patch, a stringed instrument a little longer than the ukalele, but with five strings, as the guitar». Cf. «Stories on Kanaka Land», 30 January 1893, in *Tacoma Daily News*, p. 1.

[27] TORRES & CAMACHO, 2024, *Instrumentos Musicais da Madeira*, p. 78; VASCONCELOS & MORAIS, 2003, *Colecção de Peças para Machete (1846)*, p. 81.

[28] HOLSTEIN, 1894, *Chords of the Taro-Patch Guitar. A New System for Learning to Play the Chords of the Taro-Patch Guitar Without a Teacher*, p. 3.

[29] SANTOS & NUNES, 1915, *Original Method and Self-Instructor on the Ukulele*, p. 3.

[30] At a concert at the Hawaiian church in Lihue, Kaua'i, by the combined glee clubs of the area, the men of the Lihue club played "Yankee Doodle" on violin, guitar, banjo and 'ukulele. Cf. «A Rural Fete», 11 December 1888, in *Hawaiian Gazette*, p. 1.

[31] «[The female Hawaiian] can take down her ukililli – 'jumping flea' – a machine of the guitar breed, almost eighteen inches long, but like a four-year-old boy, very noisy for its size […]». Cf. Conflagration Jones, «Kanaka Melody», 6 March 1892, in *Chicago Sunday Inter Ocean*, p. 22.

teacher, and musical impresario Ernest Ka'ai provided the first known explanation of the name in his 1906 method book: «The Hawaiians have a way of playing all over the strings at the same time, strumming and skipping their fingers from one side of the instrument to the other, hence the name, Ukulele (a bouncing flea)»[32]. A more poetic version of the origin of the name 'ukulele has been attributed to Queen Lili'uokalani, who is said to have named the instrument 'ukulele, meaning "the gift" (*uku*) "that came from afar" (*lele*)[33].

One of the most frequently cited accounts of how the 'ukulele got its name focuses on Edward William Purvis (1857-1888), a former English army officer who arrived in Hawai'i in 1879 and subsequently served four years as vice chamberlain to King Kalākaua.[34] Because Purvis was «slight of stature, agile, and light on his feet, […] rather a contrast to the large-bodied and slow-moving Hawaiians», he was reportedly tagged with the nickname "'Ukulele"[35]. However, Purvis resigned on 31 August 1886, the day after Chamberlain Charles H. Judd was abruptly dismissed for "improper conduct". Both Judd and Purvis were suspected of feeding derogatory information about the government to the *Hawaiian Gazette*[36]. Three months later, Purvis published The *Grand Duke of Gynbergdrinkenstein*, a notorious political satire of Kalākaua and his ministers. It seems unlikely that the nickname of a man who sought to undermine the King in the politically charged atmosphere of the time would have been applied toan instrument favored by native Hawaiians. Purvis died in Colorado in 1888[37].

---

[32] KAAI, 1906, *The Ukulele: A Hawaiian Guitar and How to Play It*, p. 4. This was the first 'ukulele method.

[33] This version first appears in the first edition of KANAHELE, 1979, *Hawaiian Music and Musicians: An Illustrated History*, p. 396.

[34] HEDEMANN, 1994, *A Scottish-Hawaiian Story: The Purvis Family in the Sandwich Islands*, pp. 176, 264.

[35] Gill, «Portuguese Were First to Introduce Ukulele in Hawaii Says Miss Roberts», 10 August 1924, in *Honolulu Advertiser Magazine*, p. 3; HEDEMANN, 1994, *A Scottish-Hawaiian Story: The Purvis Family in the Sandwich Islands*, p. 276. Helen Roberts' account of how the 'ukulele got its name is the first version of this story to appear in print, and the first to cite Purvis' role. Another possibility is that Purvis got his nickname from the instrument, rather than the other way around, just as James "Kimo" A. Wilder was nicknamed "'ukulele" by his Harvard classmates in 1890-91 (although a Boston newspaper reporter heard it as "kukai"). Cf. «Skirt Dance and High Kicking», 13 April 1891, in *Boston Daily Globe*, p. 3.

[36] KUYKENDALL, 1967, *The Hawaiian Kingdom, Volume III: 1874-1893, The Kalakaua Dynasty*, p. 346; HEDEMANN, 1994, *A Scottish-Hawaiian Story: The Purvis Family in the Sandwich Islands*, pp. 319-321; ADLER & BARRET, 1973, *The Diaries of Walter Murray Gibson*, p. 65. Gibson's entry for 8 August 1886 reads, «At [former attorney general Paul] Neumann's house. He intimated that he could prove the authorship of hostile articles in the Gazette – Purvis. The King at my house – will remove Purvis & Judd too, if he has proof».

[37] FORBES, 1999, *Hawaiian National Bibliography* 1780-1900, p. 215; MATHER, *One Summer in Hawaii*, pp. 159-160; HEDEMANN, 1994, *A Scottish-Hawaiian Story: The Purvis Family in the Sandwich Islands*, p. 359.

The first Hawaiian name applied to the machete has been reported to be *pila li'ili'i*, or little fiddle[38]. An early Espírito Santo business card (ca. 1898) suggests that the name *pila li'ili'i* may have referred to an instrument larger than the 'ukulele – the rajão, or taro-patch fiddle. The card identifies Santo as a manufacturer of large guitars, small guitars, and 'ukuleles (*Mea hana i na Pila Gita Nunui Pila Gita Lii Lii a me na Pila Ukulele*) consistent with his previously advertised readiness to build guitars of all sizes[39].

Image 5 – Business card of José do Espírito Santo, ca. 1898, giving his address as the corner of King and Alakea streets in Honolulu [Kihi o na Alanui Moi me Alakea]



Source: Personal collection of William Voiers.

Regardless, by the turn of the century the name 'ukulele had taken firm hold – as had the instrument itself on the musical culture of Hawai'i.

Hawai'i's rapid adoption of, and identification with, the 'ukulele is nothing short of astonishing. In 1886 Honolulu newspaper editor Augustus Marques commented in

[38] "Doc" Adams, «Old Fisherman Tells How Steel Guitar Originated; Also How Ukulele Got Name», 24 January 1932, in *Honolulu Advertiser*, p. 5; first cited in *Hai'ilono Mele*, 1 July 1975, p. 6.

[39] Original Santo business card in the possession of William Voiers of North Egremont, Massachusetts. In the 1898 Honolulu directory, Santo advertised the manufacture of «guitars, ukuleles, and taro--patch fiddles». HAWAIIAN GAZETTE CO., 1898, *Husted's Directory and Hand-Book of Honolulu and the Hawaiian Islands*, p. 251.

the *Hawaiian Almanac and Annual* that Hawaiians «of late […] have taken to the banjo and to that hideous small Portuguese instrument now called "taro-patch fiddle"»[40]. The following year, a Boston newspaper correspondent reported Hawaiians' fondness for nocturnal serenades, usually accompanied by an instrument «of the Portuguese variety, carrying four strings, and with no great volume of tone, but fitting enough for this simple lay»[41]. The 'ukulele's ubiquity was such that a visitor who took a trip aboard an inter-island steamer in 1888 described how the native Hawaiians camped out on deck sleeping, smoking, and «playing the taropatch fiddle – the national instrument of Hawaii»[42]. During the winter of 1896-97, while in Washington, D.C., Queen Lili'uokalani described how the daughter of California congressman Samuel Hilborn sang some of the Queen's songs to the accompaniment of «our instrument, the ukulele, [and] gave me that joy, so sadly sweet, of listening to the sounds of home in foreign lands».[43]

The patronage of King David Kalākaua played perhaps the most visible role in popularizing the 'ukulele and fostering its new identity as a native instrument.[44] The earliest direct evidence of its use in the royal circle can be seen in an 1889 photograph of the King with Robert Louis Stevenson: behind them are ranged the King's Singing Boys, one of whom is playing an 'ukulele.[45]

[40] MARQUES, 1886, «Music in Hawaii Nei», p. 58.

[41] «In Kalakaua's Kingdom», 12 July 1887, in *Boston Daily Advertiser*, p. 4.

[42] MERIWEATHER, 1889, *The Tramp at Home*, p. 264.

[43] LILI'UOKALANI & FORBES, 2013, *Hawaii's Story by Hawaii's Queen*, p. 379.

[44] King David Kalākaua reigned from 1874 to 1891. On 19 August 1881, he visited Portugal – a fact that was reported in the Madeiran press («Varias Noticias» in *A Voz do Povo*, 26 August 1881, p. 3). He was received by King Luís I, to whom he proposed a treaty aimed at regulating Portuguese emigration to Hawai'i. The treaty was subsequently ratified. See «His Majesty's Speech, Delivered at the Opening of the Legislative Assembly, April 29, 1882», 1 May 1882, in *Pacific Commercial Advertiser*, p. 2; «Provisional Convention Between Portugal and the Hawaiian Islands», 4 September 1882, in *Pacific Commercial Advertiser*, p. 7.

[45] HSA, Wallace Rider Farrington Collection, Photo Album 87b, Photograph 100, «Iolani Days».

Image 6 – The King's Singing Boys, accompanied by 'ukulele, entertain King David Kalākaua (left), author Robert Louis Stevenson (second from left), and other guests, ca. 1889



Source: Hawai'i State Archives, Box PNS-41, Negative No. 22713.

The Singing Boys were «that little group that played for him at our suppers and private parties», wrote Stevenson's stepdaughter, Isobel Field, who lived in Honolulu from 1883-89 and was a frequent guest at Iolani Palace. «There were five of them, the best singers and performers on the ukulele and guitar in the whole islands». Kalākaua himself learned how to play and occasionally performed during late supper parties at Iolani Palace, according to Field[46].

Kalākaua's most public endorsement of this new musical innovation was likely during the celebrations surrounding his birthday jubilee in 1886. A photograph of a jubilee *hula ku'i* performance – the blend of old and new musical and dance styles accompanied by guitar, 'ukulele, taro-patch, and sometimes piano, rather than by traditional instruments – shows five dancers, two kneeling chanters, and behind

[46] FIELD, 1937, *This Life I've Loved*, p. 175.

them, a violinist and a ʻukulele player[47]. David M. Kupihea and João Fernandes both claimed to have played the ʻukulele at the King's jubilee celebration; Fernandes also reported playing for Queen Emma Kaleleonālani, widow of Kamehameha IV, and for Lili'uokalani. Other members of the royal family embraced the ʻukulele, including Princess Victoria Kaiulani, Kalākaua's and Lili'uokalani's niece and the queen's official heir[48].

Image 7 – Princess Victoria Kaiulani (right, in kimono with parasol) and an unidentified woman (left) pose with Kaiulani's sister, Annie Cleghorn, who holds a taropatch, ca. 1884



Source: Hawai'i State Archives, Series PPWD, Box 15, Folder 3, Image 008.

[47] Photograph attributed to Walter M. Goffard, from the Ray Jerome Baker Collection at the Bishop Museum. Reproduced in SEVERSON, HORIKAWA & SAVILLE, 2002, *Finding Paradise: Island Art in Private Collections*, p. 241.

[48] Julius Palmer, Lili'uokalani's private secretary during a portion of her 1897 trip to Boston and Washington, D.C., reported from Washington that «Her Majesty is pleasantly entertaining friends with her own beautiful voice and the accompaniments of guitar, ʻukulele or autoharp». «Hawaii's Queen», 10 April 1897, in *The Independent*, p. 3. Kaiulani played as part of a ʻukulele trio in January 1889. «Reception», 26 January 1889, in the Honolulu *Daily Bulletin*, p. 2.

Both Dias and Nunes crafted instruments for the royals; Christina Dias Gilliland, Dias' oldest daughter, remembered translating for her father when Kalākaua visited her father's shop[49].

However, there was more to the royal family's patronage than personal preference. Kalākaua's 17-year reign, during which the 'ukulele was introduced and rose to popularity, was a period of convulsive political conflict that pitted native Hawaiians against the islands' powerful haole [foreigner or non-native Hawaiian] elite. At stake was nothing less than the fate of the monarchy and Hawaiian independence. Fueled by the explosive growth of the sugar industry, haole economic clout was joined with a contempt for Hawaiians and Hawaiian culture, a firm conviction in the inevitability of annexation by the United States, and that as an "inferior" race Hawaiians were doomed to extinction[50].

The machete's adoption by the *kanaka maoli* as the 'ukulele and its new identity as a uniquely Hawaiian instrument was inextricably bound up with the revival and politicization of Hawaiian culture – particularly the new music, or *hula ku'i*, for which it increasingly provided the accompaniment. Songs of the period were often a form of political discourse. Koa (*Acacia koa*), a large evergreen hardwood unique to Hawai'i, long had a special significance for native Hawaiians as a symbol of *aloha aina*, or love of the land. Koa was intimately associated with Hawaiian ali'i, literally from the cradle to the grave. The first royal throne, commissioned for Kamehameha III in 1847, was built of koa; the cradle for the heir of Kamehameha IV was made of koa; Hawaiian royalty slept in koa bedsteads and were buried in koa coffins[51]. These facts could not have been lost on the Madeiran instrument makers. Trained in European techniques, they used spruce or pine for the tops of their earliest Hawaiian-made instruments –

[49] «Aunt Tina of Kailua Helped Kalakaua Direct Making of Island's First Uke», 31 July 1963, in *The Pali Press*, p. 8. Nunes made a guitar for Prince Kalaniana'ole that is now part of the Hawaiian Music Archives collection in Honolulu. See PACIFIC STRING MUSEUM, s.d., *The Guitar of Prince Jonah Kūhiō Kalaniana'ole*.

[50] OSORIO, 2002, *Dismembering Lāhui: A History of the Hawaiian Nation to 1887*, pp. 146-147; ING, 2019, *Reclaiming Kalākaua: Nineteenth Century Perspectives on a Hawaiian Sovereign*, pp. 23-26.

[51] For Kamehameha III's throne, see JENKINS, 1983, *Hawaiian Furniture and Hawaii's Cabinetmakers*, pp. 105-106; for the heir apparent's cradle, see JENKINS, 1983, *Hawaiian Furniture and Hawaii's Cabinetmakers*, p. 115; for royal coffins for Kamehameha III and IV, Lunalilo, Queen Emma, Kalākaua, Liliu'okalani, and Bernice Pauahi Bishop, see JENKINS, 1983, *Hawaiian Furniture and Hawaii's Cabinetmakers*, pp. 116-117, 146; IRWIN, 1960, *I Knew Queen Liliuokalani*, p. 108; BRIGGS, 1926, *Experiences of a Medical Student in Honolulu, and on the Island of Oahu 1881*, p. 204; and KROUT, 1908, *The Memoirs of Hon. Bernice Pauahi Bishop*, pp. 225-26; for royal bedsteads, see JENKINS, 1983, *Hawaiian Furniture and Hawaii's Cabinetmakers*, pp. 78, 121, 159, 174, and IRWIN, 1960, *I Knew Queen Liliuokalani*, p. 107.

softer woods they knew would produce a more traditional sound. Yet they quickly began to make all-koa instruments – the single most important innovation in the transformation of the machete into the 'ukulele[52].

Royal patronage and a patriotic Hawaiian market did not make the 'ukulele makers royalists themselves, however. In 1894, one year after the illegal overthrow of the monarchy, both Dias and Espírito Santo pledged their loyalty to the new Republic of Hawai'i, swearing they would not «either directly or indirectly, encourage or assist in the restoration or establishment of a Monarchical form of Government in the Hawaiian Islands»[53].

Taken home by American tourists, many of them women, the 'ukulele began to grow in popularity in the states along the Pacific coast after the turn of the century. Appearances by Hawaiian musicians in a series of world's fairs – Chicago in 1893, Omaha in 1899, Buffalo in 1900, Portland, Oregon in 1905, Seattle in 1909 – in vaudeville and in Richard Walton Tully's play, *The Bird of Paradise*, which toured the United States for years following its Broadway debut in 1912 – set the stage for San Francisco's Panama-Pacific International Exhibition in 1915. Hawaiian music featured at Hawai'i's French Renaissance-style pavilion and elsewhere on the grounds that attracted the attention of many of the 19 million attendees turned the 'ukulele into what one national music house called «the most popular instrument of the day […] Society fad of the hour»[54].

[52] Superb examples of these early kingdom-era instruments can be found in the private collection of Shawn Yacavone of Honolulu.

[53] Santo signed (by mark) his oath on 3 September 1894; Dias signed his eight days later. HSA, Judiciary, First Circuit Court, Oath Book 24, Oath 44 and Oath Book 28, Oath 20. Most Portuguese did not support the monarchy. See UNITED STATES SENATE, 1894, *Hawaiian Islands. Report of the Committee on Foreign Relations* […], vol. 1, p. 791, vol. 2, p. 1137. «The Portuguese are the only race which is undivided on this question», J.M. Vivas of Honolulu was quoted as saying in 1893, after the illegal overthrow of the monarchy. «They favor annexation because they know it will benefit every one of them. […] They support [the provisional government] enthusiastically», in «Vivas Talks», 25 April 1893, in *Hawaiian Gazette*, p. 4.

[54] «Lyon and Healy advertisement», November 1915, in *Cadenza*, p. 41. For an overview of this period, see TRANQUADA & KING, 2012, *The 'Ukulele*, pp. 92-113.

Image 8 – A Hawaiian quintet featuring Henry Kailimai (center) was a popular feature in the Hawaiian Building at San Francisco's Panama-Pacific International Exposition in 1915



Source: Hawai'i State Archives, Series PP, Box 19, Folder 8, Image 018.

Although they claim it as their own, the Hawaiians have not forgotten that this «gift that came from afar» originally came from the island of Madeira. Nor have they forgotten the Madeirans who made it popular in their "Terra Nova" and who, through their hard work, left their names written in the history of Hawaiian music. Nunes, Espírito Santo and Dias all have been inducted into the 'Ukulele Hall of Fame, now housed in the Hawaiian Music Archives, part of the Hawai'i State Archives in Honolulu. Associated with luaus, sweet moonlit nights, and the romance of the islands, the 'ukulele is today the quintessential Hawaiian symbol, the calling card of the Hawaiian archipelago, and, without a doubt, one of the most striking elements of the musical legacy of the Madeirans in the world, serving as an integral part of a culture and thus contributing to the mosaic that is irrevocably and unmistakably Hawai'i.

The earliest 'ukuleles built by the Madeirans are still highly sought after by collectors, who continue to debate which of the three original makers should be credited with building the first 'ukulele, or who currently owns the oldest of these instruments. While questions remain – questions that may never have a definitive answer – we do know that today, from this geographical and temporal distance, we are able to answer the question from the 1921 interview with João Fernandes, the Madeiran who is believed to have played the machete/braguinha for the first time in Hawai'i: «Do you think Hawaii liked my music?»[55].

References

Manuscript Sources

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Governo Civil do Funchal, Processos de Concessão de Passaporte, Box 20, Folder 97, Process 301.

ABM, Registos Paroquiais, Livro de Batizados da Sé, Book 37.

ABM, Registos Paroquiais, Livro de Batizados de Santa Maria Maior, Books 283 and 1241.

ABM, Registos Paroquiais, Livro de Casamentos da Sé, Book 1312.

Hawai'i State Archive (HSA), Department of Interior, Bureau of Immigration, Financial Records, Series 519, Box 1, Folder 1; Box 5, Folder 4.

[55] «Portuguese Who Brought First Ukulele to Hawaii Reminisces of Olden Days», 5 December 1921, in *Honolulu Star-Bulletin*, p. 8.

HSA, Department of Taxation, 3rd Taxation Division, Hilo District, Series 224-2-1880, vol. 2.

HSA, Judiciary, First Circuit Court, Marriage Certificates, Marriage Certificate no. 174.

HSA, Judiciary, First Circuit Court, Oath Book 24 and 28.

HSA, Office of the Secretary of Hawai'i, Petition for the Registration of Hawaiian Birth, Application 27587.

HSA, Wallace Rider Farrington Collection, Photo Album 87b.

Twelfth Census of the United States, Census of the Hawaiian Islands, vol. 10 Oahu Island, E. D.'s 10 to 18, available at https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DTLQ-NX?view=explore.

UNITED STATES SENATE, 1894, *Hawaiian Islands. Report of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Message from the President of the United States, 53rd Congress, 2nd Session, Senate Report 227*, 2 vols., Washington [DC], Government Printing Office.

University of Hawai'i, Hamilton Library, *Livro de Matrícula de Cidadãos Portuguezes, 1878-1934*, microfilm V00008.

Printed Sources

A Voz do Povo, 1881, Funchal.

ADLER, Jacob & BARRET, Gwynn (eds.), 1973, *The Diaries of Walter Murray Gibson*, Honolulu, University Press of Hawai'i.

BAGOT, Frederick (ed.), 1884, *McKenney's Hawaiian Directory Including a City Directory of Honolulu*, San Francisco, L. M. McKenney.

Boston Daily Advertiser, 1887, Boston, Massachusetts.

Boston Daily Globe, 1891, Boston, Massachusetts.

BRIGGS, L. Vernon, 1926, *Experiences of a Medical Student in Honolulu, and on the Island of Oahu 1881*, Boston, Charles E. Lauriat Co.

Cadenza, 1915, New York.

Chicago Sunday Inter Ocean, 1892, Chicago, Illinois.

D'ORSEY, Rev. Alexander J. D., 1860, *Colloquial Portuguese, or, the Words and Phrases of Every-Day Life*, London, Trubner & Co.

FIELD, Isobel, 1937, *This Life I've Loved*, New York, Longmans, Green and Co.

FREAR, Mary Dillingham, 1934, *Lowell and Abigail: A Realistic Idyll*, New Haven, Connecticut, Privately Printed.

Hai'ilono Mele, 1975, Honolulu, Hawai'i.

Hawaiian Gazette, 1876, 1879, 1885, 1888, 1893, 1896, Honolulu, Hawai'i.

HAWAIIAN GAZETTE CO., 1898, *Husted's Directory and Hand-Book of Honolulu and the Hawaiian Islands*, Honolulu, Hawaiian Gazette Co.

Hawaiian Star, 1904, Honolulu, Hawai'i.

HOLSTEIN, E. C., 1894, *Chords of the Taro-Patch Guitar. A New System for Learning to Play the Chords of the Taro-Patch Guitar Without a Teacher*, Honolulu, Hawaiian News Co.

Honolulu Advertiser, 1924, 1932, Honolulu, Hawai'i.

Honolulu Star-Bulletin, 1921, 1936, 1941, Honolulu, Hawai'i.

IRWIN, Bernice Piilani, 1960, *I Knew Queen Liliuokalani*, Honolulu, Privately Printed.

KAAI, Ernest K., 1906, *The Ukulele: A Hawaiian Guitar and How to Play It*, Honolulu, Wall Nichols Co.

KEALAKAI, Major [Mekia], 1912, *Self Instructor for the Ukulele and Taro-Patch Fiddle* (Revised Edition), Los Angeles, Southern California Music Co.

KIA, George, 1914, *Self Instructor for the Ukulele and Taro-Patch Fiddle*, Los Angeles, R. W. Heffelfinger.

KROUT, Mary H., 1908, *The Memoirs of Hon. Bernice Pauahi Bishop*, New York, Knickerbocker Press.

LANE, J. C. (ed.), 1888, *Hawaiian Directory and Hand Book of the Kingdom of Hawaii*, San Francisco, McKenney Directory Co.

LILI'UOKALANI (aut.), & FORBES, David W. (ed.), 2013, *Hawaii's Story by Hawaii's Queen*, Honolulu, Hui Hānai.

Los Angeles Times, 1913, 1917, Los Angeles, California.

MARQUES, Augustus, 1886, «Music in Hawaii Nei», in THRUM, Thomas G., *Hawaiian Almanac and Annual for 1886*, Honolulu, Press Publishing Co., pp. 51-60.

MATHER, Helen, 1891, *One Summer in Hawaii* New York, Cassell Publishing Co.

Maui Today, 1977, Maui, Hawai'i.

MERIWEATHER, Lee, 1889, *The Tramp at Home*, New York, Harper & Brothers.

O Luso Hawaiiano, 1885, Honolulu, Hawai'i.

O Luso, Honolulu, 1910, Hawai'i.

O Popular, 1911, Honolulu, Hawai'i.

POLK-HUSTED DIRECTORY CO., 1901, *Husted's Directory of Honolulu and the Territory of Hawaii*, Sacramento, The News Publishing Co.

POLK-HUSTED DIRECTORY CO., 1902, *Husted's Directory of Honolulu and the Territory of Hawaii*, Sacramento, The News Publishing Co.

POLK-HUSTED DIRECTORY CO., 1903, *Husted's Directory of Honolulu and the Territory of Hawaii*, Sacramento, The News Publishing Co.

POLK-HUSTED DIRECTORY CO., 1904, *Husted's Directory of Honolulu and the Territory of Hawaii*, Sacramento, The News Publishing Co.

POLK-HUSTED DIRECTORY CO., 1905-1906, *Husted's Directory of Honolulu and the Territory of Hawaii*, Sacramento, The News Publishing Co.

POLK-HUSTED DIRECTORY CO., 1907, *Husted's Directory of Honolulu and the Territory of Hawaii*, Sacramento, The News Publishing Co.

SANTOS, A. A., & NUNES, Angeline, 1915, *Original Method and Self-Instructor on the Ukulele*, Honolulu, Santos-Nunes Studios.

SLIVERS, Ash Jr. [Charles C. Burnett], 1892, *The Land of the O'O. Figures, Fables, and Fancies*, Cleveland, Cleveland Printing & Publishing Co.

STANLEY, Albert A., 1918, *Catalogue of the Stearns Collection of Musical Instruments*, Ann Arbor, University of Michigan Press.

STODDARD, Charles Warren, October 1883, «Lazy Letters from Low Latitudes», in *Overland Monthly and Out West Magazine* vol. 2, Issue 10, San Francisco, pp. 337--344.

Tacoma Daily News, 1893, Tacoma, Washington.

The Daily Bulletin, 1889, 1891, Honolulu, Hawai'i.

The Friend, 1861, Honolulu, Hawai'i.

The Independent, 1897, Honolulu, Hawai'i.

The Pacific Commercial Advertiser, 1877-1878, 1882, 1905, 1909-1911, Honolulu, Hawai'i.

The Pali Press, 1963, Honolulu, Hawai'i.

VASCONCELOS, Cândido Drumond de (aut.) & MORAIS, Manuel (ed.), 2003, *Colecção de Peças para Machete (1846)*, Lisboa, Caleidoscópio.

WHITE, Robert & JOHNSON, James Yate, 1856, *Madeira: Its Climate and Scenery*, Edinburgh, Adam & Charles Black.

Bibliography

BANDY, David W., 1990, «Bandmaster Henry Berger and the Royal Hawaiian Band», in *The Hawaiian Journal of History*, no. 24, pp. 69-90.

CALDEIRA, Susana, 2008, «Da Madeira para o Hawai'i: Um Contributo Musical», in MORAIS, Manuel (ed.), *A Madeira e a Música: Estudos (c. 1508 – c. 1974)*, Funchal, Funchal 500 Anos, pp. 609-626.

CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawai'i: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

EMERSON, Nathaniel Bright, 1965, *Unwritten Literature of Hawaii: The Sacred Songs of the Hula*, Rutland, Vermont, Charles E. Tuttle Co.

FORBES, David W., 1999, *Hawaiian National Bibliography 1780-1900* vol. 1, Honolulu, University of Hawai'i Press.

HEDEMANN, Nancy Oakley, 1994, *A Scottish-Hawaiian Story: The Purvis Family in the Sandwich Islands*, Privately Printed.

IMADA, Adria L., 2012, *Aloha America: Hula Circuits Through the U.S. Empire* Durham, North Carolina, Duke University Press.

ING, Tiffany Lani, 2019, *Reclaiming Kalākaua: Nineteenth Century Perspectives on a Hawaiian Sovereign*, Honolulu, University of Hawai'i Press.

JENKINS, Irving, 1983, *Hawaiian Furniture and Hawaii's Cabinetmakers*, Honolulu, The Daughters of Hawai'i.

KANAHELE, George S., 1979, *Hawaiian Music and Musicians: An Illustrated History*, Honolulu, University of Hawai'i Press.

KING, John & TRANQUADA, Jim, 2007, «The Singular Case of Manuel Nunes and the Invention of the Bouncing Flea», in *The Galpin Society Journal*, vol. 60, pp. 85-95.

KUYKENDALL, Ralph S., 1967, *The Hawaiian Kingdom, Volume III: 1874-1893, The Kalakaua Dynasty*, Honolulu, University of Hawai'i Press.

OSORIO, Jonathan Kay Kamakawiwo'ole, 2002, *Dismembering Lāhui: A History of the Hawaiian Nation to 1887*, Honolulu, University of Hawai'i Press.

PACIFIC STRING MUSEUM, s.d., *The Guitar of Prince Jonah Kūhiō Kalaniana'ole*, available at https://www.pacific-strings.org/prince-kuhio.

SEVERSON, Don R., HORIKAWA, Michael D. & SAVILLE, Jennifer, 2002, *Finding Paradise: Island Art in Private Collections*, Honolulu, Honolulu Academy of Arts/University of Hawai'i Press.

TOPOLINSKI, John R. K., 2012, «Hula», in KANAHELE, George S., *Hawaiian Music and Musicians: An Encyclopedic History*, Honolulu, Mutual Publishing, pp. 325-333.

TORRES, Jorge & CAMACHO, Rui, 2024, *Instrumentos Musicais da Madeira*, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda.

TRANQUADA, Jim & KING, John, 2012, *The 'Ukulele: A History*, Honolulu, University of Hawai'i Press.

TROUTMAN, John W., 2016, *Kīkā Kila: How the Hawaiian Steel Guitar Changed the Sound of Modern Music*, Chapel Hill, North Carolina, University of North Carolina Press.

WARRIN, Donald, 2010, *So Ends This Day: The Portuguese in American Whaling 1765--1927*, Dartmouth, Massachusetts, University of Massachusetts Dartmouth.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 411-462
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Da Saúde ao Lazer: A História dos Banhos de Mar na Madeira (do Início do Século XX até à Década de 1960)[1]

From Health to Leisure: The History of Sea Bathing in Madeira (from the Early 20th Century to the 1960s)

Odete Souto[2]

Resumo

Este artigo explora a história dos banhos de mar na Madeira entre o início do século XX e a década de 1960, destacando a sua transição de prática terapêutica para atividade de lazer, sociabilidade e afirmação identitária. A investigação centra-se na criação e transformação das infraestruturas balneares, na evolução das perceções sociais sobre o corpo e a exposição solar, bem como na apropriação progressiva das zonas costeiras enquanto espaços de convívio, distinção e regulação moral.

Através da análise de fontes primárias – imprensa regional, fotografias de época, documentação institucional e cartográfica – o estudo revela como praias, balneários e complexos balneares se tornaram elementos centrais da vida urbana e rural madeirense, refletindo transformações culturais, sociais e económicas mais amplas. Considera ainda o papel da hotelaria, dos clubes privados e das iniciativas públicas na consolidação da Madeira como destino turístico de prestígio.

Por fim, o artigo enquadra o caso madeirense num contexto nacional mais alargado, estabelecendo paralelos com outras estâncias balneares portuguesas e sublinhando a construção simbólica do mar como espaço de modernidade, saúde, desejo e pertença coletiva.

Palavras-chave: Banhos de Mar; Madeira; Lazer; Turismo; Distinção Social; Modernidade; Moralidade Pública; Identidade Insular.

---

[1] A presente investigação dá continuidade ao estudo iniciado com o catálogo *As Ilhas Balneares (de inícios do século XX até à década de 70)*, da coleção "Madeira – Memórias Fotográficas", no prelo.

[2] Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Mestre em Relações Interculturais e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Aberta. Tem trabalhos publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série. Seus principais interesses incluem migrações, identidades sociais e culturais, relações interculturais e transformação social. Endereço eletrónico: odete.mh.souto@madeira.gov.pt.

Abstract

This article explores the history of sea bathing in Madeira from the early 20th century to the 1960s, highlighting its transition from a therapeutic practice to an activity of leisure, sociability, and identity affirmation. The research focuses on the creation and transformation of bathing infrastructures, the evolving social perceptions of the body and sun exposure, and the progressive appropriation of coastal areas as spaces of interaction, distinction, and moral regulation.

Through the analysis of primary sources – regional press, period photographs, and institutional and cartographic documentation – the study reveals how beaches, bathing facilities, and seaside complexes became central elements of urban and rural life in Madeira, reflecting broader cultural, social, and economic transformations. It also further considers the role of hospitality, private clubs, and public initiatives in consolidating Madeira as a prestigious tourist destination.

Finally, the article situates the Madeiran case within a broader national context, drawing parallels with other Portuguese seaside resorts and emphasizing the symbolic construction of the sea as a space of modernity, health, desire, and collective belonging.

Keywords: Sea Bathing; Madeira; Leisure; Tourism; Social Distinction; Modernity; Public Morality; Insular Identity.

Introdução

A história da Madeira encontra-se profundamente marcada pela sua relação com o mar. Essa ligação, que atravessa séculos, moldou paisagens, práticas culturais e modos de vida, refletindo-se nas transformações das praias, das orlas costeiras e nos múltiplos usos que lhes foram atribuídos. Entre as diversas formas de apropriação do litoral, destacou-se, de forma particular durante a Época Contemporânea, o fenómeno dos banhos de mar – uma prática que, inicialmente terapêutica e recomendada por médicos, evoluiu para uma atividade de lazer, sociabilidade e distinção social, revelando uma mudança profunda na forma como o mar passou a ser percecionado e experienciado.

Este estudo concentra-se na cidade do Funchal, epicentro dos maiores investimentos públicos e privados em infraestruturas balneares. No entanto, outras freguesias da ilha – como Machico, Caniçal, Ribeira Brava e Porto Moniz – também desenvolveram iniciativas balneares confirmadas, que, embora de menor escala, revelam uma apropriação costeira descentralizada e adaptada às especificidades locais. No Funchal, clubes e hotéis erigiram espaços exclusivos de acesso ao mar, contribuindo para a consolidação dos banhos de mar como símbolo de distinção social e para a afirmação da cidade como destino turístico de prestígio.

A partir da década de 1930, com o surgimento de novas infraestruturas e a progressiva apropriação de zonas costeiras – nomeadamente no campo do Almirante Reis –, os espaços balneares assumiram um papel central na vivência urbana e na sociabilidade madeirense. Entre esses espaços destacam-se o Lido e a Barreirinha.

Embora as práticas balneares na Madeira se tenham consolidado na década de 1930, a escolha de um recorte temporal até à década de 1960 permite abarcar a fase de institucionalização do lazer balnear, marcada pela criação de clubes exclusivos e pela intensificação da apropriação turística dos espaços costeiros. Esta delimitação temporal visa, assim, captar não apenas o início das práticas balneares, mas também a sua transformação em fenómeno social e económico estruturante.

Este artigo propõe, portanto, uma análise das transformações sociais, culturais e simbólicas associadas aos banhos de mar na Madeira, estabelecendo um breve paralelo com o desenvolvimento de infraestruturas balneares no território continental português – desde as estâncias termais às barracas de praia e ao papel dos banheiros –, e sublinhando a construção simbólica do mar como espaço de modernidade, pertença e identidade insular.

1. Origens Históricas da Prática Balnear na Madeira

A relação do ser humano com a água evoluiu significativamente ao longo dos séculos. Na Antiguidade Clássica, Hipócrates já reconhecia o caráter terapêutico dos banhos, e os romanos difundiram amplamente o seu uso nas termas, que funcionavam como espaços de higiene, lazer e sociabilidade. Durante a Idade Média, a prática foi associada a doenças contagiosas e a comportamentos imorais, o que contribuiu para o seu progressivo desuso. No Renascimento, assistiu-se a uma leve revalorização da água como elemento terapêutico, influenciada pela redescoberta dos valores da Antiguidade. Contudo, foi sobretudo a partir do século XVIII que as suas propriedades medicinais voltaram a ser amplamente reconhecidas e promovidas. Inicialmente, com o ressurgimento do termalismo em países como a França e o Reino Unido, e posteriormente com o desenvolvimento e valorização dos banhos de mar enquanto prática terapêutica e expressão de novos hábitos sociais[3].

Esse renovado interesse terapêutico contribuiu para uma transformação na perceção das zonas costeiras. Até então, esses espaços eram vistos como inseguros e

[3] ESTEVES, 2014, «Lugares de cura e de lazer: praias e termas […]», pp. 295-296.

inóspitos, sendo evitados pela população em geral[4]. Apenas os homens com ofícios ligados ao mar – pescadores e tripulantes dos barcos de carreira – os frequentavam regularmente. O mar, até então temido e associado a forças destrutivas, começou gradualmente a ser reinterpretado como um espaço de cura, contemplação e regeneração. Avanços científicos, sobretudo no campo da oceanografia britânica, e correntes de teologia exaltavam o mundo natural, contribuindo também para uma reavaliação dos benefícios do contacto marítimo[5].

Na segunda metade do século XVIII, médicos britânicos começaram a prescrever banhos de mar[6] – e até a ingestão de água salgada – para tratar doenças linfáticas e reumáticas, impulsionados pelos estudos de Richard Russel, que, em Brighton, recebeu pacientes, acabando por criar um dos primeiros destinos balneares de Inglaterra[7]. Brighton tornar-se-ia, aliás, um modelo para outras estâncias balneares europeias.

No século XIX, o espírito romântico[8] exaltou a paisagem marítima como agente regenerador da mente e do corpo, atraindo a elite urbana para as praias da Normandia[9], ao mesmo tempo que a Revolução Industrial intensificava a urbanização, a poluição e as pressões sobre a saúde, estimulando a procura de refúgio no litoral[10]. Nesse contexto, a talassoterapia consolidou-se na Europa como tratamento para catarros, anemia, hipocondria e fraqueza crónica, embora fosse contraindicada em casos de doenças do sistema nervoso, de tuberculose pulmonar, cardiovasculares ou oculares[11].

No Brasil, os banhos de mar foram recomendados a D. João VI, no Rio de Janeiro, como prática terapêutica e profilática[12]. Fora da capital, contudo, essas práticas só se consolidaram mais tarde no sul do país, introduzidas na primeira metade do século XX por imigrantes europeus – sobretudo médicos alemães – que ergueram as primeiras infraestruturas balneares no Rio Grande do Sul[13].

Nos primórdios da prática balnear em Portugal, os banhos de mar eram concebidos como forma de tratamento médico, exigindo prescrição e acompanhamento clínico

4 CORBIN, 1994, *The Lure of the Sea: The Discovery of the Seaside* […], p. 235.
5 OSÓRIO, 2018, *Moledo como estância balnear do século XX (1910-1976)*, pp. 9-10.
6 RITCHIE, 2021, *The Lure of the Beach: A Global History*, pp. 15-18.
7 OSÓRIO, 2018, *Moledo como estância balnear do século XX (1910-1976)*, p. 10.
8 BRIZ, 1989, *A arquitectura de veraneio: os Estoris 1880-1930*, p. 8.
9 DÉSERT, 1991, «Banhos de mar por receita médica», p. 333.
10 FERREIRA, 2023, *As Sociabilidades Balneares na Póvoa de Varzim* […], p. 18.
11 DÉSERT, 1991, «Banhos de mar por receita médica», p. 334.
12 NORTON, 1938, *A Côrte de Portugal no Brasil* […], p. 135.
13 CORREA, 2010, «Germanidade e banhos medicinais […]», pp. 165-184.

rigoroso. A literatura médica da época alertava para os riscos da sua aplicação indiscriminada, comparando-os a medicamentos complexos cuja má administração poderia ser fatal. Como afirmava o médico Luís Pereira da Costa:

> «É mistér ter sempre bem presente que a hydrotherapia maritima é um precioso meio hygienico e therapeutico, sendo prescripta convenientemente e usada com o necessario cuidado; que é fertil em bons resultados, quando as suas applicações são reguladas pelas determinações scientificas; assim como o é em más consequencias, quando se faz d'ella uso imprudente e irracional.»[14]

Para garantir a eficácia terapêutica, foi desenvolvido um conjunto de regras que moldou profundamente o comportamento dos banhistas: estipulava-se a época ideal para os banhos, a duração das imersões, o tipo de vestuário, os procedimentos a adotar antes e depois do mergulho e até a escolha da praia, tudo variando conforme o sexo, a idade e a condição de saúde do paciente[15]. O estabelecimento de normas médicas não só influenciou a forma de estar na praia, como também contribuiu para a construção de uma etiqueta balnear que perduraria mesmo após a transição da saúde para o lazer como principal motivação da ida ao mar.

À medida que a água conquistava prestígio no campo da medicina, também se operava uma mudança significativa na relação com o sol. Até ao início do século XX, a pele clara era símbolo de estatuto social elevado; as elites recorriam a pó-de--arroz, loções e cremes para preservar o ideal de tez alva[16]. O bronzeado, por sua vez, era evitado por estar associado a profissões humildes, como as de camponeses, pescadores e vendedores ambulantes. Contudo, na década de 1920, imagens de mulheres célebres em modernos fatos de banho, exibindo um ligeiro tom dourado na pele, redefiniram o sol como emblema de saúde, lazer e modernidade – despertando o fascínio das elites urbanas[17]. Nesse contexto, a perceção social sobre a exposição solar sofreu uma transformação radical: de prática evitada passou a ser promovida como terapêutica e estética através da helioterapia[18], adquirindo conotações de bem-estar e distinção social.

Com a crescente popularidade dos banhos de sol, a comunidade médica passou a dedicar atenção aos riscos de exposições solares prolongadas – superiores a 15 minutos diários –, alertando para os perigos de queimaduras, cancro da pele

---

[14] COSTA, 1882, *Banhos de Mar – Elementos de Hydrotherapia Maritima*, p. 70.
[15] FREITAS, 2010, *O litoral português na época contemporânea* […], pp. 64-66.
[16] PEREIRA & PITA, 2011, «A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal», pp. 109-110.
[17] CARDIM, 2013, *A Moda em Portugal, 1914 a 1959*, p. 39.
[18] Veja-se SILVA, 2007, «Breve História do Raquitismo e da Descoberta da Vitamina D», pp. 205-229.

e furunculose[19]. Em 1934, por exemplo, um artigo na revista médica inglesa *The British Medical Journal* destacava os perigos da exposição excessiva, especialmente em pessoas debilitadas ou que tivessem passado por processos de emagrecimento, chegando mesmo a relatar casos de tuberculose associados à prática[20]. Esse tipo de alerta médico coexistia, porém, com a crescente valorização do sol como símbolo de elegância.

Em Portugal, a primeira referência conhecida ao uso terapêutico do mar remonta ao século XVI, através do médico Zacuto Lusitano (1575-1642), que já mencionava os benefícios das águas marítimas para a saúde[21]. Esta visão pioneira permaneceu, contudo, como um registo isolado, sem repercussões práticas duradouras no contexto médico da época. A difusão alargada dos banhos de mar só se concretizou no século XIX – impulsionada pela estação de veraneio da corte em Cascais[22] – e desenvolveu-se, primeiro, como prática terapêutica e, gradualmente, como atividade social e de lazer, acompanhando as tendências observadas noutros países europeus.

A valorização crescente da prática balnear repercutiu-se de forma significativa na produção cultural oitocentista, conferindo ao mar e às praias um protagonismo inédito no imaginário coletivo. Um exemplo paradigmático dessa transformação encontra-se na obra de Ramalho Ortigão, publicada em 1876[23], que evidencia a incorporação dos banhos de mar nos hábitos emergentes das classes urbanas e contribui para a consolidação de uma estética balnear moderna, articulada com os ideais de saúde e progresso.

A crescente banalização do hábito preocupava a classe médica, como se observa na seguinte crítica:

> «Vemos na mesma praia, fazendo uso de banhos, do mesmo modo, sãos e doentes, seja qual fôr a edade, constituição, temperamento ou natureza dos soffrimentos; todos fazem uso da hydrotherapia maritima, tendo como unico regulador o capricho, o gosto ou a moda; nada de scientifico se observa, porque o medico a maior parte das vezes não é consultado, e, quando o é, é só para se obter d'elle o conselho de ir para a praia.»[24]

Este depoimento revela a inquietação do corpo médico perante a crescente popularização dos banhos de mar, que deixavam de constituir um tratamento rigoroso

---

19 *Diário de Notícias*, 1934-10-11, n.º 17996, p. 4.
20 KAYNE, 1934, «*Sunbathing And Tuberculosis*», p. 138.
21 JUNIOR, 1874, *Estudo sobre os efeitos physiologicos e therapeuicos dos banhos do mar frios*, p. 19.
22 FREITAS, 2010, *O litoral português na época contemporânea* […], p. 69.
23 Veja-se ORTIGÃO, 1876, *As praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*.
24 COSTA, 1882, *Banhos de Mar – Elementos de Hydrotherapia Maritima*, p. 71.

para se tornarem uma moda, frequentemente desprovida de acompanhamento clínico adequado.

Importa sublinhar que, até ao primeiro quartel do século XX, apenas uma minoria de portugueses dispunha de tempo livre para adotar as novas práticas balneares. O direito a férias constituía um privilégio restrito e o lazer permanecia inacessível às camadas populares, cujos baixos salários e longas jornadas de trabalho limitavam qualquer possibilidade de ócio. Mesmo entre aqueles que tinham tempo e recursos, muitos preferiam viajar para estâncias de férias no estrangeiro ou recolher-se em zonas rurais em busca de descanso. Ao longo do século, contudo, verificou-se um crescimento do interesse pela prática balnear, que passou a representar uma forma de socialização e distinção, impulsionando o desenvolvimento de estâncias balneares em várias zonas costeiras do país. A expansão das redes ferroviárias desempenhou um papel crucial nesse processo, ao facilitar o acesso ao litoral e incentivar a mobilidade sazonal. Paralelamente, essas estâncias começaram a oferecer uma ampla gama de entretenimentos – como casinos, teatros, concertos e eventos desportivos – que transformaram a experiência balnear numa prática cultural e social multifacetada. A procura de saúde passou, assim, a ser complementada pelo desejo de convívio, lazer e afirmação social, refletindo uma nova forma de apropriação do mar no imaginário português[25]. A prática da vilegiatura balnear convivia, ainda assim, com outras modalidades de veraneio, revelando as distintas preferências de uma classe social que ditava os padrões de lazer. Nesse contexto, os praticantes de turismo balnear formavam uma minoria socialmente diferenciada, composta tanto pela aristocracia tradicional como pela nova elite urbana, constituída por profissionais liberais, empresários, magistrados e professores[26].

Quanto à Madeira, destacou-se precocemente como destino terapêutico, beneficiando de condições climáticas e geográficas singulares que a tornavam particularmente atrativa. O seu clima ameno e a paisagem envolvente contribuíram para a construção de uma reputação internacional como lugar de repouso e convalescença. Em 1751, o clima da ilha já era elogiado nas *Philosophical Transactions*[27], da Royal Society, pelas suas qualidades benéficas, reforçando a imagem da Madeira como espaço privilegiado para a recuperação da saúde[28] e como destino de referência

[25] DÉSERT, 1991, «Banhos de mar por receita médica», p. 337.
[26] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 105.
[27] HEBERDEN & HEBERDEN, 1751, «Observations of the Weather […]», pp. 358-359.
[28] SILVA, 1985, *A Madeira e o Turismo: Pequeno Esboço Histórico*, p. 7.

no circuito terapêutico europeu. Essa reputação consolidou-se sobretudo ao longo do século XIX, atraindo um número crescente de visitantes.

A partir das últimas décadas do século XIX, a Madeira reforçou a sua posição no circuito terapêutico europeu, impulsionada pela intensificação do fluxo de viajantes britânicos. O Funchal, pela sua localização estratégica como porto de escala nas rotas atlânticas, tornou-se paragem regular de paquetes e navios de cruzeiro, facilitando a chegada de doentes e turistas. A presença de médicos estrangeiros residentes assegurava um acolhimento especializado que complementava o clima ameno e a tranquilidade da paisagem[29].

Ainda assim, a região não dispunha de infraestruturas de alojamento adequadas à procura[30]. A escassez de hotéis levou a comunidade britânica residente a assumir um papel central no acolhimento dos viajantes, disponibilizando as tradicionais quintas madeirenses de que eram proprietários como alternativas de alojamento. Muitas dessas propriedades passaram a ser arrendadas diretamente a grupos de turistas, suprindo uma necessidade imediata e impulsionando, de forma gradual, o desenvolvimento da hotelaria na ilha[31].

A literatura de saúde, produzida por médicos e viajantes, desempenhou igualmente um papel relevante na construção da imagem da Madeira enquanto destino terapêutico. Esses textos combinavam relatos de experiências pessoais com descrições de paisagens, elogios à hospitalidade local e informações práticas – como itinerários, listas de alojamentos e indicações sobre alimentação – frequentemente acompanhadas de conselhos médicos. O último quartel do século XIX assistiu ao surgimento de guias especializados, geralmente escritos por estrangeiros e integrados em narrativas de viagem mais amplas, que forneciam informações úteis a viajantes e doentes[32]. Alguns eram redigidos não apenas em português, mas também em inglês, francês e alemão, e dirigiam-se a uma nova clientela cuja motivação já não se limitava a razões médicas, abrangendo igualmente o turismo emergente, orientado para o descanso e o lazer.

Gradualmente, esses guias foram adquirindo um caráter mais turístico, passando a incluir roteiros pela ilha e sugestões de passeios. Muitos desses impressos, frequentemente publicados por hoteleiros locais, integravam publicidade de hotéis e lojas da região, bem como referências a agências estrangeiras que organizavam

[29] RODRIGUES, 2019, «O Turismo na Madeira Oitocentista», p. 346.
[30] MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], p. 19.
[31] GAMA, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, pp. 6-7.
[32] Veja-se FERREIRA, 2020, «Saúde e turismo: a Madeira na rota dos viajantes e doentes do século XIX».

viagens para o arquipélago[33]. Os turistas «em número percentualmente superior e doentes continuaram a conviver durante o Inverno. As estadias dos primeiros distinguiam-se por serem mais curtas (três semanas) do que as dos doentes que chegavam a permanecer entre Outubro e Maio.»[34]

Esta evolução evidencia uma diversificação progressiva das motivações dos visitantes, que passaram a incluir também interesses de natureza recreativa e cultural.

2. Transformações Sociais e Culturais

Com a progressiva afirmação do litoral da Madeira enquanto destino turístico, verificou-se uma profunda reconfiguração das formas de interação entre a população local e os visitantes, particularmente no que respeita à relação com o mar e com os espaços balneares. Essa transformação traduziu-se não apenas na adoção de novos padrões de comportamento coletivo, mas também na revisão das normas culturais e éticas que, até então, regulavam o pudor e a conduta social.

A prática de "ir a banhos"[35] implicou uma maior exposição do corpo, desafiando os modelos tradicionais de discrição e recato. Paralelamente, o tempo passado junto ao mar adquiriu um valor simbólico renovado, conferindo ao ócio um papel central na construção de novas sociabilidades. O lazer à beira-mar converteu-se num espaço de afirmação social, onde emergiram formas inéditas de convívio e distinção cultural. Frequentar determinadas estâncias balneares, escolher certos hotéis ou adotar práticas específicas tornava-se uma forma de visibilidade e diferenciação. A praia transformou-se, assim, num palco de exibição social, onde o estatuto se manifestava não apenas pela presença física, mas também pela forma como se vivia e ocupava o tempo livre – através de comportamentos, rotinas e escolhas que codificavam pertença e distinção[36].

Antes da consolidação dos espaços balneares, o mar era frequentado sobretudo por homens ligados às atividades marítimas, cuja presença se justificava por razões económicas e laborais. Por motivos de funcionalidade, era comum que se despissem antes de entrar na água, evitando que a roupa limitasse os movimentos. Com a crescente aproximação da população a esses espaços, começaram a surgir protestos

[33] CÂMARA, 2010, «Madeira: Um Lugar Turístico […]», p. 101.
[34] CÂMARA, 2010, «Madeira: Um Lugar Turístico […]», p. 100.
[35] Veja-se DIAS, 1995, «"Ir a Banhos" na Figueira da Foz no Dealbar do Século XX […]».
[36] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 112.

contra tais comportamentos, considerados indecorosos, o que levou à intervenção das autoridades através de avisos camarários que proibiam expressamente o nudismo nas praias.

Com o intuito de moralizar e ordenar a crescente afluência balnear na capital madeirense, a Câmara Municipal do Funchal foi progressivamente dotada de regulamentos específicos para o uso do litoral. A fiscalização competia a agentes municipais, encarregados de advertir ou mesmo multar os infratores das normas de pudor. Essa intervenção oficial refletia o propósito de impor uma etiqueta balnear que conciliasse o lazer com o decoro social, procurando moldar os comportamentos à luz dos valores morais dominantes.

Apesar dos avisos, os comportamentos considerados contrários aos costumes persistiram. Casos frequentemente reportados envolviam militares destacados na fortaleza do Ilhéu, que tomavam banhos nus, escandalizando os moradores das imediações[37]. No *Diário de Notícias* de 1922 e 1925[38] surgem novas denúncias sobre práticas semelhantes nas zonas da Barreirinha e do Gorgulho[39]. As queixas referiam o desconforto causado aos residentes, com expressões como «espectaculo indecoroso, somente próprio dos sertões de Africa»[40], revelando o choque entre os novos usos recreativos do litoral e os códigos morais vigentes, num momento de transição entre o mar como espaço de trabalho e o mar como espaço de lazer.

As preocupações com a moralidade balnear estendiam-se a outros concelhos da ilha. Na Ponta do Sol, por exemplo, as autoridades adotaram medidas reiteradas para desencorajar os banhos sem vestuário apropriado, tanto em momentos de lazer como no exercício de atividades profissionais. Durante o desembarque de mercadorias e o varar das embarcações, não era invulgar que os trabalhadores entrassem na água com pouca ou nenhuma roupa, situação que despertava a curiosidade de muitas mulheres[41]. Para minimizar a exposição, as autoridades recomendavam que os homens evitassem tal prática e que as mulheres se mantivessem afastadas da costa até que os marítimos se encontrassem devidamente vestidos[42].

Importa, contudo, problematizar o que se entendia por "nudismo" no contexto da época, uma vez que, à luz dos padrões morais então vigentes, a simples exposição

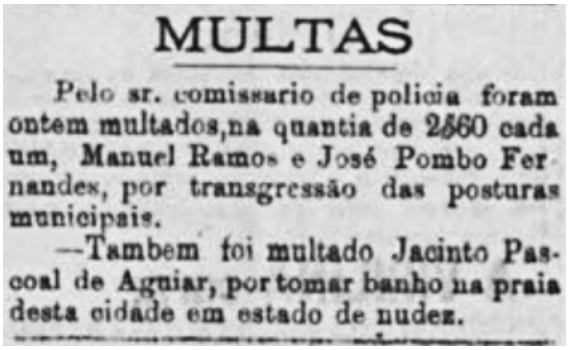
[37] RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 21.
[38] *Diário de Notícias*: 1922-08-03, n.º 14484, p. 1; 1925-07-21, n.º 15337, p. 1.
[39] Locais onde mais tarde foram edificados complexos balneares.
[40] *Diário de Notícias*, 1925-07-21, n.º 15337, p. 1.
[41] RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 64.
[42] RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 65.

do tronco era considerada um ato impróprio[43]. É, portanto, plausível que muitas das denúncias de nudismo se referissem ao uso de trajes mínimos, sem que houvesse necessariamente nudez integral.

Ainda assim, existem registos consistentes da prática de banhos totalmente nus – sobretudo entre homens ligados às atividades marítimas, em áreas pouco frequentadas pela população –, sendo que os protestos se intensificaram à medida que esses espaços passaram a ser partilhados com banhistas e moradores. A ocorrência de casos de nudez integral, devidamente documentada, deve ser interpretada no quadro de uma ocupação funcional e predominantemente masculina do litoral, que apenas se tornou alvo de repressão quando entrou em colisão com os novos códigos de decência pública e com a crescente vigilância sobre a apresentação corporal nos espaços comuns.

Como forma de repressão às práticas de nudismo, as autoridades recorreram à aplicação de multas.

Imagem n.º 1 – Aplicação de multas por prática de nudismo



MULTAS

Pelo sr. comissario de policia foram ontem multados, na quantia de 2$60 cada um, Manuel Ramos e José Pombo Fernandes, por transgressão das posturas municipais.

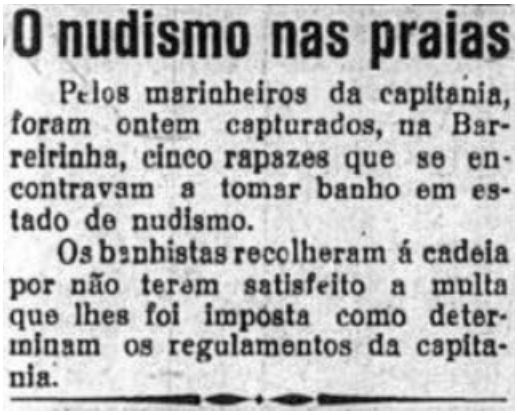
—Tambem foi multado Jacinto Pascoal de Aguiar, por tomar banho na praia desta cidade em estado de nudez.

Fonte: *Diário de Notícias*, 1922-08-15, n.º 14494, p. 3.

O não pagamento das coimas, previsto nos regulamentos da capitania, implicava a detenção dos infratores, reforçando o caráter disciplinador das normas. Na Barreirinha, cinco rapazes foram surpreendidos em flagrante e conduzidos à cadeia, exemplificando a vigilância exercida pelas autoridades sobre comportamentos considerados desviantes nos espaços balneares.

[43] Um episódio relatado no livro *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* ilustra a rigidez normativa quando um homem foi advertido por um agente da guarda por estar apenas de calções nos seguintes termos: «O senhor está nu! Vista-se ou então vai preso». Cf. FREIRE, 2010, *Amor e sexo no tempo de Salazar*, p. 76.

Imagem n.º 2 – Prisão de grupo de rapazes por prática de nudismo



O nudismo nas praias

Pelos marinheiros da capitania, foram ontem capturados, na Barreirinha, cinco rapazes que se encontravam a tomar banho em estado de nudismo.

Os banhistas recolheram á cadeia por não terem satisfeito a multa que lhes foi imposta como determinam os regulamentos da capitania.

Fonte: *Diário de Notícias*, 1933-08-23, n.º 17668, p. 2.

Apesar dos avisos e da fiscalização, o problema persistiu por mais de uma década, levando o Ministério do Interior, em ofício de 7 de junho de 1933 divulgado na imprensa regional, a reforçar a necessidade de medidas severas:

> «V. Ex.ª se digne providenciar para que sejam SEVERAMENTE reprimidas não só as praticas de nudismo nas praias portuguesas como também as exibições de pessoas em trajos que, pela sua simplicidade ou transparencia, ofendam a decencia e o pudor publico.»[44]

A publicação, em 1941[45], do artigo de opinião «O Uniforme de Banho», de Júlio Dantas, confirma que o debate sobre a moralidade balnear permanecia ativo. O autor defendia a proibição do nudismo não apenas por razões de ordem pública, mas também como salvaguarda dos valores morais e culturais nacionais, criticando a imitação de modas estrangeiras e a perda de originalidade da indumentária feminina portuguesa – preocupações que refletiam receios mais amplos sobre a identidade cultural e os efeitos da modernidade nos costumes.

Em contraste com a postura repressiva portuguesa, noutros países europeus, como a Alemanha, o naturismo florescia associado à saúde, à cultura física e à vida ao ar livre[46]. Embora em Portugal o nudismo permanecesse marginal e sujeito a repressão, os ideais naturistas encontraram expressões alternativas, como a proposta de Amílcar de Sousa, em 1929, para a criação de uma colónia naturista infantil na Madeira[47].

[44] *Diário de Notícias*, 1933-06-15, n.º 17614, p. 5.

[45] *Diário de Notícias*, 1941-06-06, n.º 20201, p. 1.

[46] CORREA, 2010, «Germanidade e banhos medicinais […]», p. 176.

[47] O projeto, concebido como um sanatório internacional, visava promover um estilo de vida saudável baseado no vegetarianismo, na exposição solar e no contacto com a natureza, refletido os ideais do naturismo europeu. Cf. BRAGA, 2022, «Um Projeto Utópico: O Estabelecimento de uma Colónia Naturista Infantil na Madeira (1929)», pp. 407-418.

Paralelamente, cresciam as preocupações com a higiene e a salubridade das praias e ribeiras. A acumulação de resíduos arrastados pelas chuvas e a falta de cuidados da população tornavam muitas zonas impróprias para banhos[48], afetando residentes e turistas. Em janeiro de 1923, foi denunciado o estado deplorável da praia a leste do cais, usada como depósito de lixo, o que motivou apelos à Câmara Municipal para concluir obras de saneamento e reforçar o policiamento[49]. Entre as medidas adotadas, destacou-se a proibição da limpeza de peixe na praia (6 de fevereiro de 1928)[50], que contribuiu para melhorar as condições ambientais e valorizar o espaço balnear.

Na década de 1930, as idas à praia começaram a estruturar-se como hábito coletivo. A natação, já presente no quotidiano insular, era então praticada de forma espontânea e informal – popularmente designada por «ir lavar-se»[51] –, revelando um contacto pouco ritualizado com o mar. Com o surgimento dos complexos balneares e o envolvimento dos clubes desportivos, na década de 1940[52], a modalidade ganhou expressão competitiva e passou a ser entendida como competência essencial à segurança dos banhistas[53].

O desenvolvimento turístico acelerou esta dinâmica. A construção de hotéis com acesso direto ao mar consolidou a imagem da Madeira como destino balnear de prestígio, enquanto o culto do bronzeado se popularizou entre as classes urbanas como sinal de modernidade e de estatuto social. Uma crónica de 28 de abril de 1937 satirizou esse fenómeno da seguinte forma:

> «As elegantes acham *chic* queimar a pele nos banhos de sol, porque isso, á falta de prova em contrario, é um documento afirmativo de que frequentaram a praia.
> […]
> Compunge-nos a alma, ver essas *calorentas* estendidas na areia sobre caprichosos colchões, a que a moda põe também seu *tic*, a *lagartichar*, ao sol, oferecendo a sua setinosa pele ás inclemencias dos causticantes raios do astro-rei.
> Até neste pormenór, a mulher exteriorisa a sua leviandade…»[54].

A comunidade médica passou a recomendar várias precauções: evitar as horas de maior calor, proteger costas e ombros, suspender a exposição solar durante o

[48] *Diário de Notícias*, 1922-09-20, n.º 14524, p. 1.
[49] *Diário de Notícias*, 1923-01-27, n.º 14626, p. 1.
[50] Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMFUN), *Editais, avisos e anúncios (1923-1928)*, fl. 169.
[51] SILVA, 1994, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, p. 192.
[52] *Diário de Notícias*, 1941-07-31, n.º 20253, p. 4.
[53] *Diário de Notícias*, 1941-07-17, n.º 20239, p. 1.
[54] *Diário de Notícias*, 1937-04-28, n.º 18749, p. 3.

período menstrual e adotar cuidados pós-solares para prevenir irritações cutâneas e insolação[55]. Essas orientações refletiam o debate crescente sobre higiene, naturismo e saúde pública, influenciando igualmente a regulação dos comportamentos nas praias e balneários.

Paralelamente, o vestuário de banho evoluiu rapidamente: dos fatos recatados, concebidos para cobrir grande parte do corpo, passou-se a modelos mais leves e funcionais, em sintonia com as tendências europeias[56].

Durante o Estado Novo, as orientações morais veiculadas pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa e por outras instâncias oficiais influenciaram fortemente os hábitos de indumentária na praia. Embora o Comissariado não dispusesse de competência legislativa direta sobre o vestuário balnear, defendia publicamente modelos de maiô com alças e comprimento até aos joelhos, alinhados com os ideais de virtude e pureza cristã[57]. As revistas juvenis – como *Menina e Moça* – amplificavam estas recomendações, aconselhando as raparigas a evitar peças consideradas "provocantes" e a cobrirem-se com saias após o banho, enquanto a fiscalização assegurava o cumprimento das normas: agentes da polícia de costumes chegavam ao ponto de medir o comprimento das saias e intervinham sempre que julgavam existir desvios às regras de decoro[58].

A Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa solicitou, no verão de 1933, ao ministro do Interior, uma clarificação sobre quais trajes de banho eram permitidos, alegando que cabos de mar proibiam indevidamente fatos de banho comuns e moralmente aceites[59]. Este pedido expôs a tensão entre a vontade de modernizar a oferta comercial e a vigilância moral do regime, revelando a ambiguidade normativa em torno do vestuário balnear.

Apesar deste rigor, as fotografias da época[60] mostram que, em áreas turísticas como a praia do Lido ou os hotéis costeiros, era habitual ver homens em tronco nu, sinalizando alguma tolerância nos locais com mais afluência de estrangeiros. Essa flexibilidade contrastava com o controlo mais apertado em praias menos frequentadas, onde a polícia de costumes intervinha de forma mais rigorosa.

---

55 *Diário de Notícias*, 1937-08-24, n.º 18865, p. 3.
56 *Diário de Notícias*, 1941-06-06, n.º 20201, p. 1.
57 FREIRE, 2010, *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, pp. 75-78.
58 FREIRE, 2010, *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, p. 80.
59 *Diário da Madeira*, 1933-07-04, n.º 6516, p. 2.
60 Exemplos disponíveis *online*: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no ABM: Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 800; e Perestrellos Photographos, n.º inv. 2456.

Desde 1937, os suplementos de moda do *Diário de Notícias* passaram a dedicar espaço significativo à indumentária balnear. A edição de 14 de julho[61] apresentou fotografias e ilustrações de trajes femininos, descrevendo cortes, tecidos e acessórios, e orientando os leitores na conjugação de elegância e conforto. Mais do que meros catálogos, esses suplementos consagravam o fato de banho como manifesto de feminilidade contemporânea e de posição social. Simultaneamente, espelhavam o dinamismo comercial em torno da moda de praia e conferiam-lhe legitimidade cultural.

Nos anos 1930, os fatos de algodão para homem e senhora custavam entre 12$50 e 15$00, enquanto os de lã podiam atingir 25$00. Havia ainda os chapéus de palha «próprios para praia e campo»[62], que completavam o guarda-roupa de veraneio e evidenciavam o cuidado crescente com a apresentação, bem como a consolidação de uma estética balnear moderna.

A encenação cuidadosa dos modelos, acompanhada de sugestões de peças complementares, revelava uma estratégia editorial voltada para moldar o gosto e fomentar o consumo. Ao vincular o vestuário balnear a valores de distinção, sofisticação e modernidade, estas revistas assumiam-se como agentes ativos na construção simbólica da mulher moderna.

Paralelamente, a imprensa regional passou a salientar as praias como palcos de lazer e convívio. Na primeira página de 4 de setembro de 1938, o *Diário de Notícias* estampou o título «A alegria das praias»[63], ilustrado com cenas de veraneio em destinos internacionais – como a Ilha de Wight, a Côte d'Azur e a praia de Saint--Jean-du-Pin. Esse destaque editorial articulava o entusiasmo local pelo litoral com modelos de turismo cosmopolita, oferecendo referências de lazer que inspiravam o público madeirense.

Em síntese, a evolução das práticas balneares na Madeira, entre as décadas de 1920 e 1940, testemunha a transição de usos terapêuticos ou laborais para rituais sociais de consumo e afirmação identitária. O fato de banho, o corpo em exposição e os gestos de convívio à beira-mar constituíram componentes centrais de uma estética balnear moderna, resultante tanto da receção de tendências internacionais como da emergência de novos estilos de vida insulares.

[61] *Diário de Notícias*, 1937-07-14, n.º 18824, suplemento n.º 1.
[62] *Diário da Madeira*, 1933-07-06, n.º 6518, p. 2.
[63] *Diário de Notícias*, 1938-09-04, n.º 19234, p. 1.

3. Infraestruturas e Sociabilidade: A Formação das Primeiras Praias de Banho

A consolidação do fenómeno balnear na Madeira, ao longo das primeiras décadas do século XX, processou-se de forma gradual, refletindo transformações sociais, culturais e turísticas. Este capítulo centra-se no surgimento das primeiras praias de banho, com especial atenção ao Funchal, onde se concentraram os principais investimentos públicos e privados destinados a fomentar o contacto com o mar.

Mesmo após o aparecimento de infraestruturas dedicadas ao lazer marítimo, a orla costeira manteve usos tradicionais ligados à pesca e ao comércio. No campo do Almirante Reis e nas imediações do cais da Entrada da Cidade, observavam-se embarcações varadas, redes estendidas e pequenas estruturas de apoio aos pescadores. Esta convivência de atividades económicas e de lazer evidencia a complexidade da apropriação do litoral, em que práticas emergentes de sociabilidade disputavam espaço com tradições laborais enraizadas.

A extensa praia Formosa, já apontada em 1928 como zona de elevado potencial balnear[64], ficou excluída dos primeiros projetos. A requalificação daquela zona foi adiada não apenas pelo difícil acesso e pela forte agitação marítima – frequentemente associada a acidentes, como documentado pela imprensa local em 1927 e 1933[65] –, mas também pela distância ao centro da cidade (num contexto em que as vias de comunicação eram limitadas e os transportes escassos) e pelo facto de, desde 1920, um vasto terreno na praia Formosa ter sido adquirido pela Shell, com vista à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, embora sem que tivesse sido apresentado qualquer projeto nesse sentido[66]. De igual modo, as propostas para aproveitar as poças naturais existentes entre o sítio do Gorgulho e a praia Formosa, em 1940[67], foram sucessivamente adiadas até ao final do século, quando se edificaram os complexos balneares da Ponta Gorda e da Doca do Cavacas. Embora concretizadas várias décadas depois, essas propostas serviram de base a projetos subsequentes e anteciparam uma visão mais inclusiva do ordenamento costeiro.

Nas secções seguintes serão analisados os primeiros espaços balneares identificados no Funchal no período em estudo, o papel das iniciativas particulares na criação de infraestruturas de veraneio e as dinâmicas de popularização. A comparação

[64] *Diário de Notícias*, 1928-08-19, n.º 16231, p. 1.
[65] *Diário de Notícias*: 1927-08-30, n.º 15950, p. 1; 1933-08-22, n.º 17667, p. 1.
[66] *Diário de Notícias*, 1956-09-02, n.º 26443, p. 7.
[67] *Diário de Notícias*, 1940-07-06, n.º 19880, p. 2.

entre o contexto urbano da capital e as zonas rurais permitirá compreender as desigualdades de acesso e as distintas formas de apropriação do litoral.

O mar assumiu um lugar central na vivência insular, tornando-se palco de novas formas de sociabilidade, de consumo e de afirmação identitária. A emergência dessa cultura balnear própria, transversal a variados estratos sociais, consolidou o litoral madeirense como cenário de convívio, distinção e modernidade.

3.1. O Surgimento de Práticas Termais na Madeira – O Balneário do Funchal

Antes mesmo da sua inauguração, o Balneário do Funchal surgia na imprensa regional como um projeto de grande impacto para a cidade. Numa entrevista ao *Diário de Notícias*[68], destacava-se a variedade de serviços terapêuticos – banhos de imersão em água doce e salgada, quentes e frios, banhos sulfurosos, duches escoceses e circulares, além de massagens – e o caráter moderno do estabelecimento, orientado para o bem-estar e a regeneração física sob supervisão médica.

O empreendimento, liderado por José Gregório Spínola, apresentava-se como inovador no contexto nacional, nomeadamente pelas instalações destinadas a banhos de água do mar. Localizado na rua do Conselheiro José Silvestre Ribeiro, n.º 41, foi inaugurado a 6 de agosto de 1922. A imprensa sublinhou o rigor técnico e as condições de higiene, que vinham suprir uma lacuna na oferta de serviços de saúde balneares na Madeira[69]. A organização interna foi descrita da seguinte forma: «O edificio tem 12 casas de banho, 8 cabines para *toilette* dos duches, 2 salas para duches, sendo uma para senhoras e outra para homens, aquela no 1.º andar e esta no rez-do-chão.»[70]

O estabelecimento abriu portas com o seguinte tarifário, publicado na imprensa regional.

[68] *Diário de Notícias*, 1922-06-04, n.º 14440, p. 1.
[69] *Diário de Notícias*, 1922-08-08, n.º 14488, p. 1.
[70] *Diário de Notícias*, 1922-06-04, n.º 14440, p. 1.

Imagem n.º 3 – Tabela de preços dos serviços do Balneário do Funchal



CASA DE BANHOS

RUA DO CONSELHEIRO, 41

Preço dos banhos desta casa

Banho de emersão com lençol e toalha	2$50
» » » sem » » »	2$00
Serie de 10 banhos com lençol e toalha	20$00
» » » » sem » » »	15$00
Banhos de agua do mar com lençol e toalha	3$00
» » » » sem » » »	2$50
Serie de 10 banhos com lençol e toalha	25$00
» » » » sem » » »	20$00
Banho sulfuroso com lençol e toalha	5$00
» » sem » » »	4$500
Serie de 10 banhos com lençol e toalha	40$00
» » » » sem » » »	35$00
Massagem geral	5$00
» parcial	3$00
Duches simples, escocêses e circulares, com lençol e toalha	3$00
Duches sem lençol e toalha	2$50
Serie de 10 duches com lençol e toalha	25$00
« « « « sem « « «	20$00

Todos estes banhos são á temperatura que os clientes desejarem.

ABERTURA ÁS 7 E FECHA ÁS 13

Aos sabados abre novamente ás 7 da tarde e fecha ás 10

58

Fonte: *Diário da Madeira*, 1922-08-11, n.º 3380, p. 2.

A Empresa Balnear Limitada, fundada por Henrique Vieira de Castro e José Gregório Spínola (também diretor técnico e administrador), tornou-se proprietária do Balneário. A sua criação seguiu o modelo das estâncias termais continentais, como Vidago, Pedras Salgadas e Chaves[71]. O termalismo em Portugal, iniciado no final

[71] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 107.

do século XVIII, consolidou-se entre o final do século XIX e o início do século XX, articulando terapêutica e lazer[72].

O Balneário do Funchal oferecia banhos medicinais e serviços especializados para o tratamento de diversas patologias, nomeadamente reumatismos, doenças dermatológicas e distúrbios respiratórios. A valorização das águas como recurso terapêutico, turístico e social marcou um novo capítulo na cultura de saúde insular, antecipando desenvolvimentos posteriores no turismo termal da Madeira.

Os serviços estavam organizados em diferentes modalidades, com tarifas específicas e pacotes de dez sessões a preços mais reduzidos. O horário de funcionamento – das 7h às 13h, com abertura adicional aos sábados à noite – testemunha a elevada procura e a incorporação destes tratamentos na rotina urbana e na cultura de saúde madeirense.

Tal como ocorria nas estâncias termais do continente, o Balneário do Funchal aspirava a afirmar-se como espaço de regeneração física e de distinção social. A cerimónia de inauguração contou com a presença de personalidades de relevo, e o prestígio profissional de José Gregório Spínola[73] reforçou a reputação do empreendimento junto da sociedade local.

Em 1923, foi instalada uma piscina de água salgada[74], alargando as vertentes de lazer e terapêutica disponíveis. Quatro anos após a abertura, o estabelecimento já era reconhecido como ponto de referência para o bem-estar na Madeira: a piscina, designada como escola de natação para adultos[75], sublinhava o cariz educativo e preventivo do espaço.

No sexto aniversário, os dados divulgados revelavam a intensidade da utilização: mais de 10 000 duches escoceses, 2800 banhos sulfurosos, 5500 banhos de água salgada quente, 17 000 imersões em água doce, 8500 massagens manuais e elétricas, 2700 fricções e outros tratamentos especializados, além de 42 000 utilizações da piscina. Desde 1922, cerca de 1100 pessoas tinham aprendido a nadar naquele espaço, indicador do impacto na promoção da saúde e da cultura física na ilha[76].

A publicidade da época enfatizava a eficácia dos banhos sulfurosos e de água salgada, bem como das massagens, recomendadas sobretudo para reumatismos e

[72] CAVACO & MEDEIROS, 2008, *Turismo de Saúde e Bem-Estar* […], p. 104.
[73] *Diário de Notícias*, 1922-08-08, n.º 14488, p. 1.
[74] *Diário de Notícias*, 1923-02-06, n.º 14632, p. 1.
[75] *Diário de Notícias*, 1926-08-07, n.º 15643, p. 1.
[76] *Diário de Notícias*, 1928-08-07, n.º 16221, p. 2.

doenças de pele[77]. Um anúncio em inglês divulgava os benefícios terapêuticos e o horário alargado, revelando a estratégia de captação de clientela estrangeira.

Imagem n.º 4 – Publicidade do Balneário do Funchal em língua inglesa



Fonte: *Diário de Notícias*, 1929-03-05, n.º 16389, p. 4.

O horário foi ampliado em 1929, respondendo ao aumento da procura e reforçando a imagem de modernidade e eficiência do espaço. O Balneário destacou-se igualmente por iniciativas de saúde pública: promovia aulas de natação como método preventivo contra doenças e desenvolvia programas específicos destinados às camadas sociais mais desfavorecidas.

Ao longo das décadas, consolidou-se como referência incontornável no domínio da saúde e do bem-estar na sociedade madeirense, conjugando inovação técnica, vocação terapêutica e responsabilidade social. Para além da vertente terapêutica, afirmou-se como local de convívio, de educação física e de inclusão comunitária. Destacam-se as iniciativas promovidas junto das crianças do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal e da Escola de S. Luiz, que ali aprenderam a nadar e participaram em demonstrações públicas[78].

O impacto do Balneário estendeu-se para além dos tratamentos hidroterapêuticos, evidenciado pela cooperação com instituições públicas e pela organização de eventos sociais e desportivos. Registou-se atividade até, pelo menos, 1933, quando a piscina acolheu temporariamente um jacaré proveniente do Zaire[79] – episódio que ilustra a singularidade do estabelecimento e a sua capacidade de cativar a atenção pública[80].

[77] *Diário de Notícias*: 1934-12-01, n.º 18039, p. 5; 1935-05-08, n.º 18159, p. 3.

[78] *Diário de Notícias*, 1931-11-17, n.º 17161, pp. 1-2.

[79] MFM-AV, em depósito no ABM, Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 877; *Diário de Notícias*, 1933-03-28, n.º 17554, p. 1.

[80] Não obstante a notoriedade do *Balneário do Funchal*, permanece incerta a data de encerramento, o que reforça a necessidade de investigação histórica para preservar a memória dos primeiros espaços balneares na Madeira.

3.2. As Praias do Cais do Funchal: Usos e Transformações

A baía do Funchal, estendendo-se entre a Ponta do Garajau e a Ponta da Cruz, oferecia boas condições naturais de abrigo e ancoradouro, o que favoreceu tanto o uso portuário como o recreativo. O acesso à linha costeira realizava-se principalmente entre o Ilhéu da Pontinha e a fortaleza de Santiago, ao longo de cerca de dois mil metros de orla composta maioritariamente por praias de calhau rolado e de grande profundidade[81]. Embora a maioria desses troços fosse adequada para banho, existiam segmentos interrompidos por descontinuidades naturais, que inviabilizavam a prática balnear, bem como áreas reservadas a infraestruturas portuárias.

Zonas de embarque e desembarque conviviam com espaços de lazer, criando uma paisagem híbrida onde trabalho e recreio coabitavam. Para além da sua função utilitária, a baía do Funchal possuía um forte valor simbólico e afetivo na memória coletiva, reunindo apitos de navios, sinos de igrejas e ruídos urbanos numa paisagem sonora e visual profundamente enraizada no quotidiano local[82].

Impulsionada por prescrições médicas e pelas virtudes do clima insular[83], a valorização dos banhos de mar exigiu adaptações na orla: instalaram-se duches, barracas de banho e esplanadas para acolher os banhistas, gerando tensões entre tradição, modernidade e normas de conduta pública. Nas primeiras décadas do século XX, as praias junto ao cais consolidaram-se como verdadeiros espaços de convívio e regulação moral.

Maria Lamas[84] descreve um cais fervilhante: o hotel Golden Gate repleto de turistas, o burburinho dos vendedores ambulantes, o colorido das flores e o vaivém dos carros de bois. Guias ofereciam serviços turísticos, mergulhadores realizavam acrobacias em troca de moedas, e a chegada do vapor norueguês *Vénus* era saudada como sinal de prosperidade e de estabilidade do turismo. Este ambiente vibrante coexistia com as práticas balneares, conferindo ao espaço uma dinâmica multifuncional, marcada pela presença turística e pela informalidade do lazer.

O litoral funchalense apresentava usos diferenciados: a oeste do cais, as praias integravam o porto, servindo áreas de embarque, pesca e comércio; a leste, o calhau

---

81 SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 62.

82 MONIZ & SANTOS, 2011, «O Funchal na Narrativa Literária e na Crónica», pp. 30-37.

83 Sobre o caráter terapêutico dos banhos de mar no início do século XX, ver ESTEVES, 2014, «Lugares de cura e de lazer: praias e termas […]».

84 LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, pp. 564-565.

era local de descarga e venda de pescado[85] e de produtos agrícolas vindos das zonas rurais[86], inviabilizando o banho e reforçando a segmentação da orla. Mais a leste, no campo do Almirante Reis, registava-se o banho noturno, prática ainda restrita a poucos.

Somente a partir da década de 1930 se consolidaram espaços balneares estruturados. Até então, o usufruto ocorria de forma dispersa nas duas praias a oeste do cais: a chamada praia da "Elite", entre o cais e a ribeira de São João, e a de São Lázaro. Na praia da "Elite", partilhava-se o espaço com embarcações e zonas de carga e descarga, mas existiam um bar (com esplanada coberta por toldos e equipada com cadeiras de vime)[87], duches, barracas de banho[88] e aluguer de canoas (a 100 réis/hora). O quebra-mar contava com pranchas de mergulho[89] que animavam as sessões de banho. A praia de São Lázaro, de perfil mais popular, também oferecia duches, barracas e canoas, mas carecia de restauração, refletindo uma organização mais modesta, embora igualmente relevante no quotidiano balnear.

A distinção entre estas duas praias ilustra a segregação social que marcou o período inicial das práticas balneares em Portugal. Tal como na Póvoa de Varzim ou na Figueira da Foz, a burguesia urbana apropriou-se simbolicamente do litoral, impondo marcadores de classe através da localização, das infraestruturas e da estética do espaço[90].

A confirmação da localização tanto da antiga praia da "Elite" como da de São Lázaro baseou-se em fontes documentais e cartográficas – incluindo a *Planta Roteiro da Cidade do Funchal* […] (1910)[91] – e numa fotografia de época com a legenda manuscrita praia da "Elite"[92]. Atualmente, nenhuma dessas praias persiste: no sítio da antiga praia da "Elite" ergue-se hoje a marina do Funchal e, onde ficava a de São Lázaro, situa-se o Centro Náutico de São Lázaro. Tais transformações eliminam o vestígio físico, mas reforçam a importância da investigação histórica como meio de preservar a memória daqueles espaços, cuja relevância cultural perdura mesmo sem presença material.

---

85 MFM-AV, em depósito no ABM, Perestrellos Photographos, n.º inv. 420; RIBEIRO, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, p. 8.

86 CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, p. 150.

87 MFM-AV, em depósito no ABM, Álvaro Nascimento Figueira, n.os inv. 104 e 1.29.

88 Posteriormente, as denominadas "barracas de banho" passaram a ser conhecidas como "cabines de banho", especialmente à medida que se tornaram estruturas fixas em madeira, com maior estabilidade e privacidade.

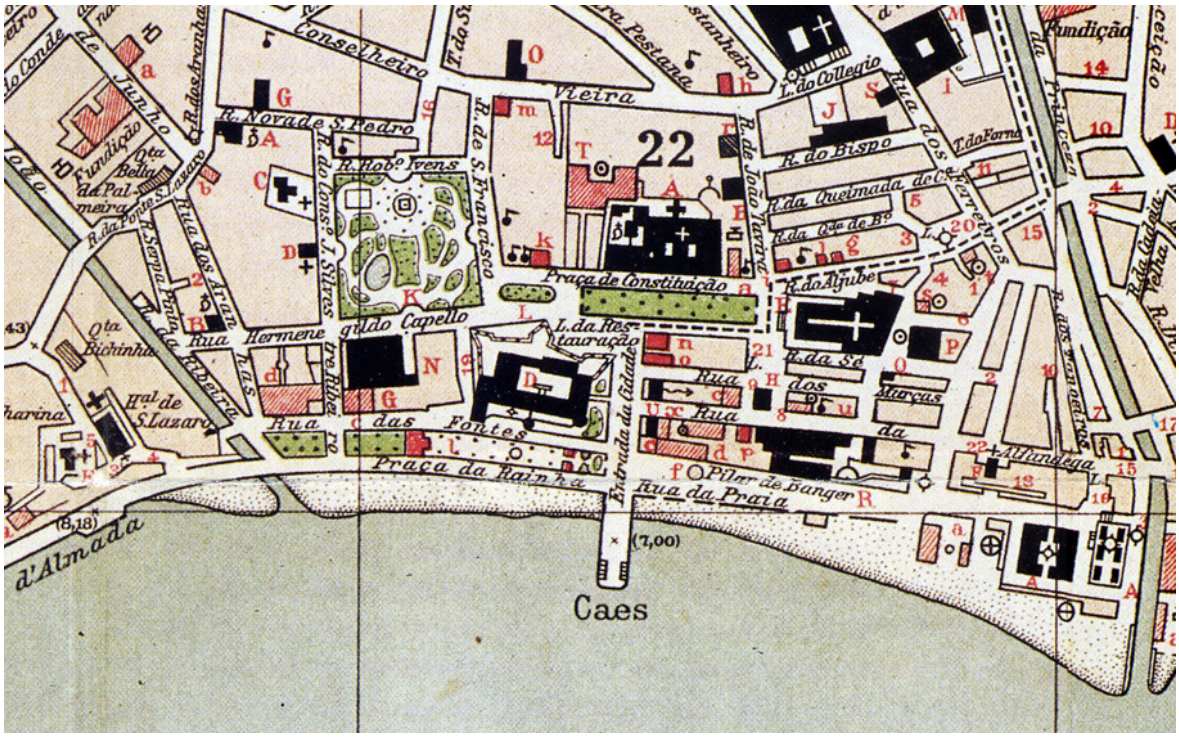
89 CALDEIRA, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900-1925)*, p. 136.

90 Veja-se MARTINS, 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal.*

91 TRIGO & TRIGO, 1910, «Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910».

92 MFM-AV, em depósito no ABM, Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 537.

Imagem n.º 5 – Praias de banho junto ao cais da Entrada da Cidade



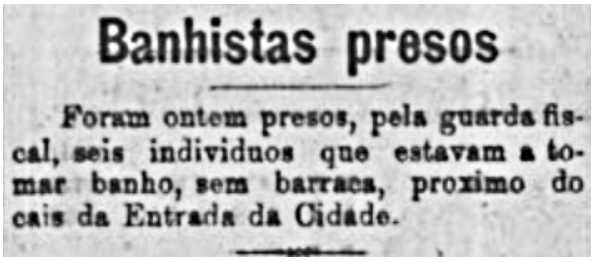
Fonte: TRIGO & TRIGO, 1910, *Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910*.

As barracas de banho implantadas nas praias a oeste do cais inseriam-se numa tendência nacional consolidada desde meados do século XIX – inicialmente em lona branca e, mais tarde, em madeira pintada – que proliferou nas principais praias do país. Estas estruturas ofereciam abrigo contra o sol e o vento e asseguravam privacidade para a troca de roupa[93]. Tornaram-se obrigatórias e adquiriram um significado simbólico, impondo o respeito pelas convenções sociais e reforçando um regime de vigilância crescente sobre o corpo e o espaço público.

No âmbito deste sistema de regulação, banhar-se fora das zonas autorizadas ou trocar de roupa sem recorrer às barracas implicava sanções. Em 1922, seis jovens foram detidos por esse motivo, episódio reportado pelo *Diário de Notícias*[94]. A divulgação pública do incidente reforçava os códigos de conduta social, legitimava a ação repressiva das autoridades e atribuía ao uso balnear sem barraca um caráter de transgressão moral e cívica.

[93] MARTINS, 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*, pp. 90-91.
[94] *Diário de Notícias*, 1922-08-12, n.º 14492, p. 1.

Imagem n.º 6 – Prisão de grupo de rapazes por prática de tomar banho em zona não autorizada



Banhistas presos

Foram ontem presos, pela guarda fiscal, seis individuos que estavam a tomar banho, sem barraca, proximo do cais da Entrada da Cidade.

Fonte: *Diário de Notícias*, 1922-08-12, n.º 14492, p. 1.

A centralidade das barracas nas praias do continente português refletia-se no papel multifacetado dos banheiros, responsáveis não só pela montagem e manutenção dessas estruturas, mas também pela vigilância e salvamento dos banhistas. Em Espinho, alguns foram condecorados pelos resgates efetuados[95]. No Funchal, relatos de salvamentos locais[96] reforçavam esse duplo papel: garantir a segurança dos banhistas e consolidar a atividade balnear como ocupação profissional legitimada e valorizada.

A ampliação do cais da Entrada da Cidade, inaugurada a 28 de maio de 1933[97], marcou uma nova fase no ordenamento da frente marítima, com efeitos diretos na organização dos espaços balneares. O surgimento das primeiras infraestruturas balneares resultou de um processo gradual de apropriação do litoral urbano, marcado por tensões entre tradição e modernidade, saúde e lazer, vigilância e liberdade.

O crescimento do turismo e o impulso modernizador da cidade estimularam a construção de avenidas marginais, intensificando a articulação entre o tecido urbano e o litoral[98] e projetando uma nova estética urbana voltada para o mar. O cais da cidade, para além do seu papel portuário e comercial, consolidou-se como ponto de encontro entre trabalho, ócio, turismo e moralidade pública. Esse território simbólico foi palco de transformações sociais profundas ao longo do século XX, negociando valores, normas de conduta e imaginários identitários no diálogo entre cidade e mar.

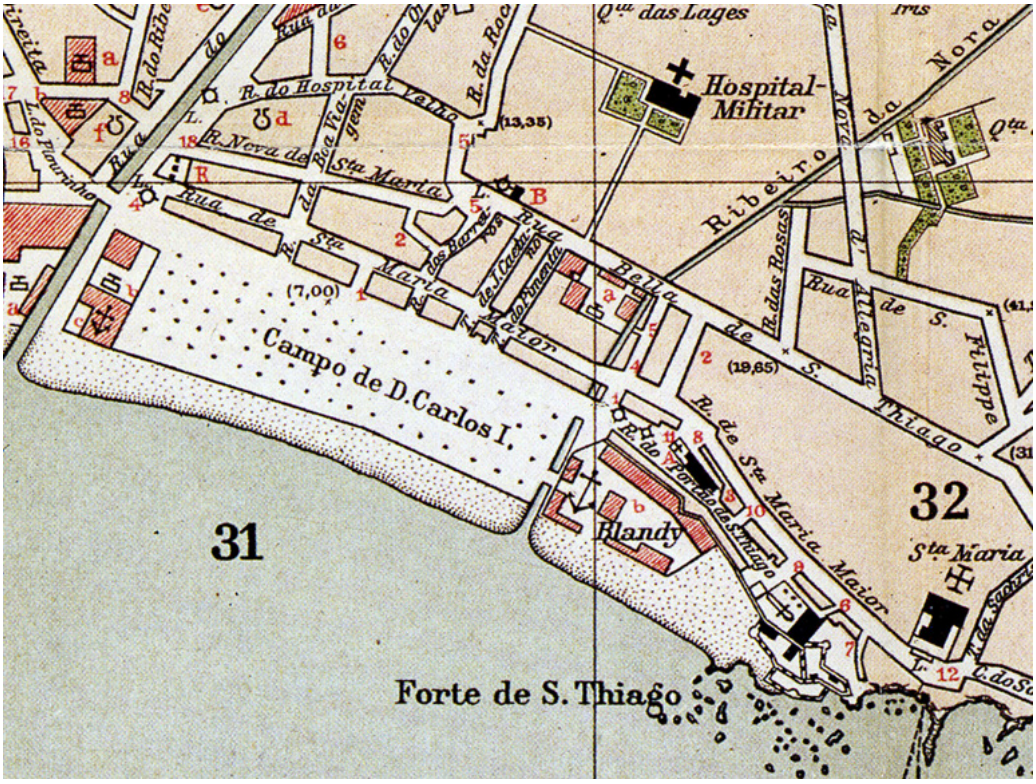
[95] SOARES, 2023, «As praias de antigamente».
[96] *Diário da Madeira*, 1933-09-29, n.º 6590, p. 1.
[97] *Diário de Notícias*, 1933-05-30, n.º 17603, p. 1.
[98] GAMA, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, p. 31.

3.3. O Campo do Almirante Reis e a Expansão das Práticas Balneares no Funchal

A reconfiguração urbana da frente marítima do Funchal, no final do século XIX, deu origem ao que hoje se conhece como campo do Almirante Reis.

Entre 1898 e 1901, aquela área foi integralmente requalificada, englobando terrenos do antigo forte de São Pedro, parte das muralhas da cidade, o extinto campo das Loucas (ou "Challons") e a Praça Académica. A intervenção visava não só otimizar a funcionalidade da orla, mas também conferir-lhe um novo valor simbólico e político. A inauguração como campo de D. Carlos I, por ocasião da visita real, reforçou o vínculo entre o espaço público e a monarquia. Em 1911, a renomeação para campo do Almirante Reis, após a implantação da República, inscreveu a mudança de regime na memória coletiva da cidade[99].

Imagem n.º 7 – O campo de D. Carlos I (renomeado campo do Almirante Reis em 1911)



Fonte: TRIGO & TRIGO, 1910, *Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910*.

[99] SAINZ-TRUEVA, 2004, «O Bairro de Santa Maria (séc. XIX-XX)», pp. 61-62.

Desde o início do século XX, aquele espaço acolheu exercícios militares, festivais de atletismo e encontros de futebol. Em 1910, os jovens fundadores do Clube Sport Marítimo reuniram-se ali[100], reforçando a ligação entre desporto e identidade local. A toponímia de uma rua adjacente – que liga o antigo campo à fortaleza de Santiago – preservou a evocação de D. Carlos I.

Na década de 1930, o campo do Almirante Reis sofreu uma notável transformação balnear. Por iniciativa de jovens locais, instalaram-se barracas, duches e guarda-sóis[101], democratizando o acesso ao mar e diversificando as práticas de lazer. Em 1931, a The Madeira Engineering Company ocupou parte do antigo Arsenal de São Tiago, unindo reparação naval e pesca na orla oriental.

A 29 de maio de 1932, abriu a praia Estrela Azul, de José Rodrigues (*Barrinhas*) e José Gouveia. O espaço destacava-se pela infraestrutura moderna: prancha de mergulho, canoas para aluguer, luz elétrica, água canalizada, boias, coletes de segurança e bar de apoio[102]. Pouco depois, os futebolistas Manuel Ramos (*Janota*) e Domingos de Vasconcelos fundaram a praia do Sol, com Manuel Fernandes (*Preto*) e António de Castro (*Frascas*) como nadadores-salvadores. O espaço dispunha de oito cabines de madeira para senhoras, um ginásio e instalações elétricas de qualidade, configurando-se como uma orla «em harmonia com os preceitos médicos»[103].

Entre dezembro de 1932 e 1935, o campo do Almirante Reis acolheu touradas numa arena provisória de madeira com bancadas elevadas[104]. Apesar do prestígio trazido por cavaleiros continentais, o projeto de construção de uma arena em betão armado[105] não avançou e a estrutura foi desmontada em dezembro de 1935. Esse episódio ilustra como desporto, lazer balnear e espetáculos públicos coexistiam naquele espaço no período entre guerras.

A 18 de junho de 1933, inaugurou-se a praia da Lua, gerida por Garcia, Ernesto e Companhia. João da Silva Teles (*Garcias*) ganhou notoriedade ao salvar mais de 30 banhistas[106], reforçando o prestígio dos banheiros como agentes de segurança. À noite, o local passou a acolher bailes, festas, sessões de cinema ao ar livre e concertos, fortalecendo o convívio comunitário. Contudo, as instalações concessionadas –

[100] SAINZ-TRUEVA, 2004, «O Bairro de Santa Maria (séc. XIX-XX)», pp. 61-62.
[101] *Diário de Notícias*, 1931-08-01, n.º 17072, p. 1.
[102] *Diário de Notícias*, 1932-05-28, n.º 17311, p. 2.
[103] *Diário de Notícias*, 1932-06-01, n.º 17314, p. 2.
[104] *Diário de Notícias*, 1932-12-24, n.º 17481, p. 3.
[105] *Diário da Madeira*, 1933-01-29, n.º 6399, p. 1.
[106] *Diário da Madeira*, 1933-09-29, n.º 6590, p. 1.

delimitadas por tapumes – foram criticadas por obstruírem a vista para o mar[107], revelando tensões entre uso privado e usufruto público.

O verão de 1934 introduziu a cobrança de entrada – 1$00 por pessoa, com acesso gratuito para crianças – para custear a manutenção dos equipamentos[108]. A 26 de maio de 1935, surgiu a praia Nossa Senhora da Nazaré (mais tarde Vogas[109]), com restaurante de apoio[110]. Também existia uma praia da Elite"[111], animada por grupos infantis e pelo conjunto musical "10 de Junho"[112], sublinhando a vertente lúdica da orla oriental.

A 17 de maio de 1936, as cinco praias – Estrela Azul, Sol, Lua, Nossa Senhora da Nazaré/Vogas e Elite – foram unificadas sob o a designação de praia Oriental[113]. A inauguração oficial, a 7 de junho, contou com a presença do governador civil e de outras autoridades, que sublinharam o caráter social do projeto: «as crianças das escolas e instituições de assistencia, que necessitam de sol e banhos de mar, assim como as classes pobres, terão ali ensejo de gosar esse benefício gratuitamente.»[114]

Mantiveram-se barracas, bar, restaurante e coreto[115], e a praia Oriental tornou-se um polo desportivo, recebendo competições de natação, polo aquático, mergulho e vela[116], e atraindo numeroso público no verão[117].

Em 1938, foi anunciada a construção, na zona, do primeiro parque infantil dedicado a crianças pobres, com promessa de oferecer uma refeição diária[118]. À noite, o campo transformava-se num vibrante centro cultural, acolhendo teatro, música e

[107] *Diário de Notícias*, 1934-06-20, n.º 17903, p. 3.
[108] *Diário de Notícias*, 1934-08-01, n.º 17937, p. 1.
[109] *Diário de Notícias*: 1933-06-17, n.º 17615, p. 2; 1935-06-20, n.º 18193, p. 3.
[110] *Diário de Notícias*, 1935-05-26, n.º 18175, p. 2.
[111] As primeiras referências à chamada praia da "Elite" oriental datam de 1933, tendo sido extinta pela unificação das praias em 1936. A designação parece recuperar, de forma simbólica, a distinção social já presente na praia da "Elite" situada a oeste do cais, entre a ribeira de São João e o cais da cidade, frequentada por grupos urbanos mais abastados nas décadas anteriores.
[112] *Diário de Notícias*: 1935-08-11, n.º 18235, p. 8; 1935-08-15, n.º 18238, p. 1; 1935-09-19, n.º 18267, p. 3; 1935-10-15, n.º 18288, p. 5; 1936-02-05, n.º 18378, p. 2.
[113] *Diário de Notícias*, 1936-05-16, n.º 18459, p. 4.
[114] *Diário de Notícias*, 1936-06-09, n.º 18476, p. 4.
[115] *Diário de Notícias*, 1936-05-24, n.º 18465, p. 4.
[116] *Diário de Notícias*: 1938-07-31, n.º 19199, p. 7; 1938-09-02, n.º 19232, p. 2; 1938-09-12, n.º 19242, p. 1; 1938-09-16, n.º 19246, p. 2; 1938-09-21, n.º 19251, p. 2.
[117] *Diário de Notícias*: 1938-08-20, n.º 19219, p. 2; 1938-08-22, n.º 19221, p. 2; 1938-08-25, n.º 19224, p. 3; 1938-09-05, n.º 19235, p. 2; 1938-09-14, n.º 19244, p. 1.
[118] *Diário de Notícias*, 1938-09-09, n.º 19239, p. 4.

cinema ao ar livre[119]. A vizinha praia de São João[120] manteve programação própria – fado, ilusionismo e projeções cinematográficas[121]–, alargando a oferta de lazer na orla oriental. Nesse mesmo ano, a prática desportiva também ganhou destaque com a realização de competições de *water-polo* entre equipas locais[122], que contribuíram para o dinamismo recreativo da zona costeira e para o envolvimento da comunidade nas atividades balneares.

As sessões de cinema ao ar livre, entre 1938 e outubro de 1939[123], estreitaram a experiência balnear, integrando cultura e ambiente costeiro. Apesar de existirem salas fixas na cidade (Cine-Parque, Teatro-Circo, Teatro Municipal e Teatro Arriaga), as projeções junto ao mar conferiam ao verão funchalense um caráter inovador e popular.

Este período de organização balnear evidencia a complexidade de articular interesses públicos e privados, bem como de equilibrar modernidade e tradição. À semelhança do que ocorria em diversas estâncias do continente[124], o Funchal implementou tanto iniciativas de caráter popular como atividades concessionadas – desde barracas e serviços de aluguer de canoas até à presença de nadadores-salvadores –, elementos que desempenharam um papel determinante na consolidação das práticas balneares locais.

Atualmente, o campo do Almirante Reis apresenta-se reinventado: teleférico, jardins, parque de estacionamento, ETAR, pista de *skate* e unidade hoteleira convivem com uma orla balnear reestruturada. O *Monumento ao Jogador de Futebol*, no jardim, evoca o passado desportivo e reforça a memória coletiva num território onde cidade e mar continuam a interligar-se.

---

[119] SAINZ-TRUEVA, 1997, «A Barreirinha», p. 65.

[120] Esta praia, também situada na zona do campo do Almirante Reis, não foi incluída no processo de fusão de 1936, mantendo-se independente. As primeiras referências encontradas sobre este local datam de 1936.

[121] *Diário de Notícias*: 1936-07-05, n.º 18494, p. 2; 1940-06-23, n.º 19868, p. 4; 1940-06-26, n.º 19871, p. 2; 1940-08-03, n.º 19908, p. 2; 1940-08-06, n.º 19911, p. 2; 1940-09-14, n.º 19949, p. 2; 1940-09-29, n.º 19964, p. 3.

[122] *Diário de Notícias*: 1938-08-20, n.º 19219, p. 3; 1938-08-22, n.º 19221, p. 2; 1938-09-05, n.º 19235, p. 2.

[123] *Diário de Notícias*: 1938-07-06, n.º 19174, p. 2; 1938-07-30, n.º 19198, p. 3; 1938-08-26, n.º 19225, p. 2; 1938-08-27, n.º 19226, p. 3; 1938-08-29, n.º 19228, p. 2; 1938-09-06, n.º 19236, p. 2; 1938-09-10, n.º 19240, p. 2; 1938-09-18, n.º 19248, p. 5; 1938-09-29, n.º 19259, p. 2; 1939-06-15, n.º 19509, p. 6; 1939-06-22, n.º 19516, p. 3; 1939-10-22, n.º 19636, p. 3.

[124] Vejam-se MARTINS, 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*; SOARES, 2023, «As praias de antigamente»; e, FERREIRA, 2023, *As Sociabilidades Balneares na Póvoa de Varzim* […].

3.4. Iniciativas de Vilegiatura Balnear na Ruralidade

A cultura dos banhos de mar expandiu-se para freguesias rurais e semiurbanas, evidenciando uma descentralização gradual das práticas balneares na Madeira. Embora o Funchal concentrasse os principais investimentos em infraestruturas, localidades como Machico, Ribeira Brava, Prainha do Caniçal e Porto Moniz demonstram como o litoral insular foi progressivamente apropriado para lazer, saúde e convívio comunitário. Estas iniciativas, de carácter tanto público como privado, contribuíram para integrar o território no circuito turístico e para democratizar o acesso aos banhos de mar.

As ligações de cabotagem marítima desempenharam um papel decisivo na difusão do turismo costeiro fora do Funchal. Nas décadas de 1920 e 1930, os vapores *Gavião*, *Butio* e *Falcão* asseguravam rotas regulares para Ponta Delgada, Porto da Cruz, Faial, Porto Santo, Porto Moniz e Seixal[125], facilitando o acesso a praias periféricas e atraindo veraneantes. Paralelamente, organizavam-se excursões de lazer às Desertas[126], ao Porto Moniz[127] e viagens programadas ao Porto Santo[128], combinando transporte e recreio costeiro num único programa.

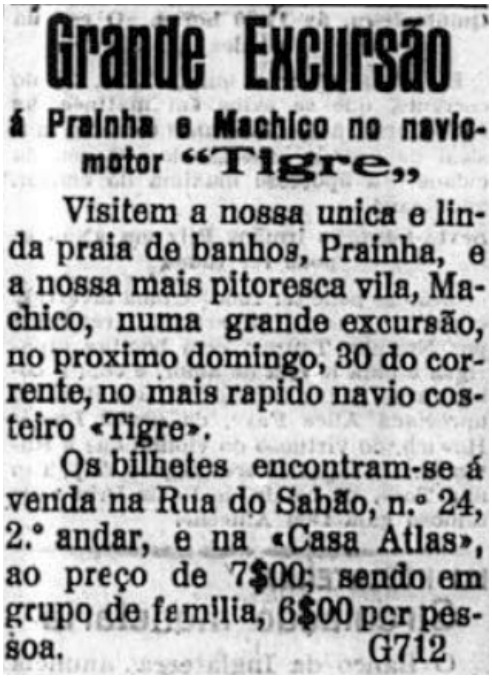
Em Machico, um artigo de 1922 sublinhou o potencial lúdico e turístico da praia local, lamentando o seu subaproveitamento[129]. Cinco anos depois, o *Hotel Vieira* passou a promover a proximidade da «praia de banhos»[130], sinalizando uma oferta hoteleira voltada para o lazer junto ao mar. Em 1928, o *Diário de Notícias* reportou o aumento do movimento estival na vila: «A sua formosa praia apresenta agora um aspecto bastante interessante pelo seu grande número de barracas e pelos muitos banhistas que a frequentam todas as manhãs.»[131] A reportagem elogiava também a limpeza das ruas, a pintura das casas e a instalação de candeeiros de petróleo, investimento feito pela autarquia, reforçando a articulação entre valorização urbana e promoção balnear. Em 1929, instalaram-se barracas de banho na praia, equipadas

[125] *Diário de Notícias*: 1923-07-17, n.º 14758, p. 1; 1933-08-05, n.º 17654, p. 1; 1938-09-09, n.º 19239, p. 1.
[126] *Diário de Notícias*, 1931-07-09, n.º 17052, p. 4.
[127] *Diário de Notícias*, 1923-07-17, n.º 14758, p. 2.
[128] *Diário de Notícias*: 1925-08-18, n.º 15360, p. 3; 1927-08-03, n.º 15928, p. 2; 1933-08-05, n.º 17654, p. 1.
[129] *Diário de Notícias*, 1922-10-19, n.º 14547, p. 1.
[130] *Diário de Notícias*, 1927-06-10, n.º 15886, p. 2.
[131] *Diário de Notícias*, 1928-08-31, n.º 16241, p. 1.

com duches e com áreas reservadas para mulheres, crianças e homens[132], reforçando a vocação turística da vila e consolidando, ao longo da década de 1940, a sua atratividade como destino de veraneio na Madeira[133].

Na Prainha do Caniçal, a 15 de julho de 1939, uma grande excursão marítima a bordo do navio *Tigre* levou numerosos veraneantes até à «única e linda praia de banhos»[134], como descreveu o *Diário de Notícias*. Este evento revelou o reconhecimento do potencial recreativo dos espaços periféricos e reforçou a relação entre lazer balnear e transporte costeiro, consolidando também a Prainha como destino balnear.

Imagem n.º 8 – Excursão marítima à Prainha



Grande Excursão

á Prainha e Machico no navio-motor "Tigre,,

Visitem a nossa unica e linda praia de banhos, Prainha, e a nossa mais pitoresca vila, Machico, numa grande excursão, no proximo domingo, 30 do corrente, no mais rapido navio costeiro «Tigre».

Os bilhetes encontram-se á venda na Rua do Sabão, n.º 24, 2.º andar, e na «Casa Atlas», ao preço de 7$00; sendo em grupo de familia, 6$00 por pessoa. G712

Fonte: *Diário de Notícias*, 1939-07-25, n.º 19549, p. 3.

No noroeste da ilha, o Porto Moniz destacou-se pelas poças naturais formadas por rochas vulcânicas. Em 1940, sob a direção do engenheiro Américo Homem de Gouveia, a comunidade mobilizou-se no sistema tradicional da «roda de caminho» para construir passeios, balneários e um bar de apoio[135], integrando elementos

[132] *Diário de Notícias*, 1929-06-29, n.º 16475, p. 4.
[133] *Diário de Notícias*, 1941-07-28, n.º 20250, p. 1.
[134] *Diário de Notícias*, 1939-07-25, n.º 19549, p. 3.
[135] A denominada "roda de caminho" era um sistema de trabalho braçal coletivo, mobilizado pelas comunidades locais, para a construção e manutenção de obras públicas (arruamentos, muros, pontes, etc.). Cf. RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a História do Concelho*, p. 42.

naturais com intervenção humana. Embora hoje seja considerado um complexo balnear, na época funcionava sobretudo como uma praia melhorada, refletindo uma visão moderna e organizada do aproveitamento costeiro. O desenvolvimento beneficiou ainda das ligações regulares operadas pela Empresa Funchalense de Cabotagem, reforçando o papel da vila como destino turístico emergente.

Na Ribeira Brava, a 17 de julho de 1956, inauguraram-se as primeiras infraestruturas balneares: três cabines na beira-mar – uma equipada com água potável e duas destinadas à troca de roupa –, num evento oficial com a presença de autoridades, salva de morteiros e decoração festiva[136], sublinhando o compromisso municipal em promover o espaço balnear como elemento central da vida social e turística local.

Estes exemplos ilustram ritmos distintos de apropriação do litoral madeirense, impulsionados por autoridades locais e por empreendedores privados. Contribuíram para forjar uma identidade balnear descentralizada, integrando comunidades rurais e semiurbanas no panorama do lazer costeiro. A pluralidade de iniciativas revela não apenas a expansão geográfica das práticas balneares, mas também a diversidade de agentes – de hoteleiros e empresários a coletividades e autarquias – envolvidos na sua promoção.

4. O Início da Hotelaria Costeira e a Ascensão do Turismo

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a hotelaria portuguesa conheceu um impulso significativo, com o surgimento de pensões, hotéis de maior dimensão, balneários e casinos[137]. Este desenvolvimento reforçou o apelo terapêutico e recreativo de várias regiões, estabelecendo uma relação estreita entre alojamento, saúde e lazer, que viria a moldar o perfil turístico nacional ao longo do século XX. Na Madeira, esse movimento nacional encontrou expressão própria, verificando-se igualmente um desenvolvimento significativo do setor hoteleiro, acompanhado pela crescente projeção da ilha como destino turístico.

Face à escassez inicial de unidades hoteleiras, os visitantes recorriam frequentemente a pensões, albergarias e quintas madeirenses[138]. Construídas sobretudo a partir do século XVIII por famílias inglesas ou nobres portugueses,

[136] *Diário de Notícias*, 1956-07-18, n.º 26398, p. 2.
[137] HENRIQUES & LOUSADA, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel […]», p. 111.
[138] CALDEIRA, 2023, «Hotéis Madeirenses: Memórias a Preto e Branco», p. 6.

as quintas destacavam-se pelo traçado arquitetónico tradicional, pelos jardins exuberantes e pela localização privilegiada. Muitas foram gradualmente reconvertidas em hotéis ou casas de hóspedes, preservando o seu charme original e sublinhando a hospitalidade refinada associada ao passado aristocrático do território[139].

Em 1891, foi inaugurado o Reid's New Hotel – atualmente Belmond Reid's Palace – um marco na história da hotelaria madeirense e um dos primeiros exemplos de turismo costeiro de luxo em Portugal. Idealizado por William Reid, escocês radicado na Madeira, foi o primeiro hotel "moderno" construído no Funchal, concluído pelos seus filhos após a sua morte. Ergueu-se entre o Ribeiro Seco e o «Salto do Cavallo», a cerca de 45 metros de altitude sobre o mar[140], e, ao longo das décadas seguintes, passou por várias denominações (New Palace Hotel, Reid's Palace Hotel), tornando-se referência incontornável pela conjugação de conforto, sofisticação e benefícios terapêuticos dos banhos marinhos. Frequentado por figuras de relevo como Winston Churchill, George Bernard Shaw e a imperatriz Sissi, entre outros, inaugurou um modelo de excelência voltado para a clientela internacional e influenciou profundamente os empreendimentos turísticos subsequentes na Madeira.

Ainda em 1891, William Reid obteve licença para gerir outros estabelecimentos no Funchal: o Royal Edinburgh Hotel, o German Hotel (antigo Schlaff), o Carmo Hotel (antigo Miles) e o Santa Clara[141], reforçando a sua posição central na consolidação da oferta turística da ilha.

O Savoy Hotel (hoje Madeira Royal Savoy) foi inaugurado em 1912 na rua Imperatriz Dona Amélia, aproveitando um núcleo original anterior e garantindo acesso direto ao mar. Demolido na década de 1920, deu lugar a um novo edifício de cinco pisos que, à semelhança do Reid's, oferecia área balnear privativa[142].

O Atlantic Hotel (atual Pestana Carlton Madeira) aparece pela primeira vez no *Power's Guide* de 1914, que o indica como estabelecido em 1898 e posteriormente reconstruído em 1913[143]. Em 1930 promoveu a remoção dos rochedos na praia adjacente, construiu escadarias de acesso[144] e instalou campos de ténis e jardins

[139] LAMAS, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, p. 305.
[140] TRIGO & TRIGO, 1910, *Roteiro e guia do Funchal*, p. 25.
[141] Vejam-se GUERRA, 2010, «Funchal: Breve cronologia 1419-1976», p. 184; e MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], pp. 18-24.
[142] MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], p. 23.
[143] MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis* […], p. 24.
[144] *Diário de Notícias*, 1931-04-19, n.º 16994, p. 1.

exuberantes[145], criando um ambiente integrado de repouso, lazer e sofisticação balnear.

Esse investimento em infraestruturas de praia coincidiu com uma fase de promoção internacional da Madeira: já nos finais da década de 1920 e ao longo dos anos 1930, apesar das limitações logísticas e financeiras, relatos como o do jornalista Fish, do *Daily Mail* – que comparou a ilha à Riviera Francesa[146] –, e matérias no *Diário de Notícias* dedicadas à «Propaganda da Madeira»[147] evidenciavam o crescente reconhecimento europeu do destino. Em dezembro de 1930, uma página inteira da imprensa foi dedicada a imagens das zonas balneares, destacando o Reid's Palace Hotel[148] e reforçando o discurso turístico em torno do potencial costeiro e da hospitalidade madeirense.

A 29 de julho de 1931, o artigo «Na praia o culto do sol, o culto da água»[149] realçou a viragem do litoral, de espaço marginal para núcleo vibrante da vida social madeirense, com mulheres a banhar-se, crianças a brincar, senhoras a bordar e grupos a apanhar sol. Nesse mesmo ano, a participação da Madeira na Grande Feira de Leipzig, com stand próprio, sinalizou uma nova postura de promoção externa, atraindo visitas regulares de jornalistas nacionais e estrangeiros e cimentando laços com mercados estratégicos[150].

Publicações como a *Ilustração Madeirense* tornaram-se instrumentos de propaganda direcionados ao público estrangeiro. O n.º 6 da revista[151] descrevia a ilha como o «flower garden of the Atlantic», enfatizando o clima ameno durante todo o ano, as ligações marítimas regulares com portos europeus e a oferta hoteleira de alto nível. Paralelamente, clubes privados promoviam ténis, squash, badminton e golfe, alargando as possibilidades de lazer da alta sociedade e reforçando a imagem da Madeira como destino cosmopolita.

Em 1932, a recém-criada Comissão de Festas da Cidade animou o Funchal com festejos de fim de ano, iluminação festiva e eventos nos hotéis, afirmando a capital madeirense como um local apetecível também para a passagem de ano[152].

---

145 «A Previsão», 1932, p. 25.
146 *Diário de Notícias*, 1928-03-30, n.º 16120, p. 1.
147 *Diário de Notícias*, 1930-08-06, n.º 16795, p. 1.
148 *Diário de Notícias*, 1930-12-21, n.º 16909, p. 5.
149 *Diário de Notícias*, 1931-07-29, n.º 17069, p. 1.
150 BARROS *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo* […], p. 10.
151 «Where to Spend the Winter […]», 1933, verso da capa.
152 BARROS *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo* […], p. 10.

O *Diário de Notícias* deu destaque à modernização das praias do campo do Almirante Reis – que dispunham de barracas iluminadas para banhos noturnos, água doce canalizada e guarda-sóis ao estilo das grandes estâncias continentais[153] –, evidenciando o empenho das autoridades e da sociedade madeirense em adaptar o litoral às expectativas do turismo emergente e às exigências da modernidade balnear.

Em 1936, a instalação do Casino da Madeira na Quinta Vigia – que oferecia jogos, espetáculos e restauração –, e o Decreto-Lei de 5 de setembro[154], que criou a Delegação de Turismo da Madeira, sob tutela do Ministério do Interior, formalizaram a institucionalização do setor na região. Sob a presidência de João Abel de Freitas (1937-1947), a Delegação de Turismo da Madeira passou a regulamentar, fiscalizar e promover o turismo, alinhando-se às diretrizes do Estado Novo, que via no setor um instrumento económico, civilizacional e de propaganda nacional[155]. Nessa altura, o Funchal recebia, em média, milhares de visitantes anuais, exigindo infraestruturas de restauração, piscinas e zonas balneares equipadas, cuja concretização coube, em grande parte, à Delegação de Turismo da Madeira.

Assim, ao longo da década de 1930, a Madeira consolidou-se como destino de prestígio internacional ao articular hotelaria de luxo, reconversão de quintas senhoriais, valorização dos banhos de mar e estratégias de promoção em feiras e revistas. Inaugurou-se uma cultura balnear em que saúde, lazer e distinção social se entrelaçavam numa imagem moderna, cosmopolita e alinhada com os padrões internacionais de turismo costeiro.

5. O Surgimento dos Primeiros Complexos Balneares

Inicialmente conhecidas apenas como praias ou balneários, essas áreas evoluíram, ao longo do século XX, para estruturas mais amplas e multifuncionais, hoje designadas como complexos balneares.

Nas décadas de 1930 e 1940, o Funchal viveu uma transformação urbana e social, impulsionada pela afirmação do turismo como pilar económico da cidade e pela crescente procura dos banhos de mar. Zonas antes puramente funcionais ou terapêuticas ganharam acessos pavimentados, infraestruturas de apoio e

[153] *Diário de Notícias*, 1932-07-17, n.º 17349, p. 1.
[154] *Diário do Governo*, 1936-09-05, n.º 209/1936, Série I, Decreto-Lei 26980.
[155] BARROS *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo* […], p. 13.

equipamentos de lazer, refletindo a nova visão do litoral como espaço estruturado de convívio e entretenimento.

No verão de 1932, a zona do Gorgulho foi a primeira a receber uma intervenção significativa: a Câmara Municipal, com o apoio da Junta Geral do Distrito e da Junta Autónoma, converteu poças naturais numa piscina pública[156], descentralizando a oferta de lazer e democratizando o acesso ao mar.

Nos subcapítulos seguintes, serão analisados, de forma pormenorizada, os dois primeiros complexos balneares edificados no Funchal durante a década de 1930: a Barreirinha e o Lido.

5.1. O Lido: Modernidade, Sociabilidade e Cosmopolitismo Balnear

A 22 de fevereiro de 1933, a concessão para exploração da piscina do Gorgulho foi atribuída a Braheem Abdo Kassab, comerciante britânico residente na Madeira, por quinze anos contados a partir da conclusão das obras[157]. O seu plano articulava infraestruturas convencionais – cabines de banho, solários e instalações sanitárias – com equipamentos inovadores: ginásio, tobogã (*water chute*), bar climatizado, esplanada coberta e zonas de recreio aquático com pranchas, barcos e jogos. Estava ainda prevista a criação de uma praia de areia artificial, solução inspirada nos modelos balneares europeus mais avançados, bem como um passeio em redor do recinto para reforçar a circulação pública. Kassab anunciou também planos para viajar para os Estados Unidos em busca de novas ideias, com especial atenção a modalidades desportivas, e para promover a Madeira junto de novos públicos[158].

Em troca da isenção de taxas municipais, comprometeu-se a vedar o recinto com comportas, a construir uma escadaria e uma rampa de acesso e a erguer, em betão armado, um edifício de dois pisos com pelo menos dezasseis cabines de banho por piso. O contrato previa instalações sanitárias separadas para homens e mulheres e reservava duas horas diárias de acesso gratuito para crianças carenciadas do concelho[159], reforçando o direito social ao lazer e a democratização do acesso ao mar.

---

[156] *Diário de Notícias*, 1932-08-14, n.º 17373, p. 4.

[157] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Contrato da Concessão da Exploração da Piscina do Gorgulho*, 22 de fevereiro de 1933, pp. 88-91.

[158] *Diário de Notícias*, 1933-02-28, n.º 17532, pp. 1 e 3.

[159] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Contrato da Concessão da Exploração da Piscina do Gorgulho*, 22 de fevereiro de 1933, pp. 88-91.

A inauguração oficial ocorreu a 30 de julho de 1933[160], acompanhada por uma campanha que posicionou o espaço como símbolo de modernidade. A designação "Lido", introduzida num anúncio em inglês no *Diário de Notícias*, evocava o prestígio do Lido de Veneza. No folheto promocional «Piscina do Gorgulho: The Madeira "Lido"», lia-se:

> «Beginning on Sunday 30th. July. the "Lido" will therefore be open to all residents and visitors and although the whole scheme of improvement is not yet completed yet all who bathe at the Madeira "Lido" will be able to enjoy clean sea water, clean soft water shower baths, and comfortable bathing cabins.»[161]

O modelo de exploração combinava a obrigação de acesso gratuito para crianças carenciadas com tarifas diferenciadas: o ingresso custava um escudo, acrescendo mais um escudo para o uso de cabine e banho. Cartões de assinatura e descontos para crianças[162] visavam reduzir barreiras económicas e incentivar a frequência regular. A presença de monitores certificados[163] conferia ao Lido uma dimensão formativa, em consonância com os ideais higienistas, regeneradores e de cidadania ativa que pautavam as políticas públicas da época.

Em janeiro de 1934, Kassab cedeu a concessão a Bernard Arthur Rhodes, também britânico, por 270 mil escudos, mantendo-se as condições contratuais[164]. Rhodes prosseguiu as obras, remodelando a piscina com níveis de profundidade variados, construindo uma esplanada sobre os rochedos e instalando cabines em três patamares, todas com varandas voltadas para o mar[165]. Essas melhorias evidenciam o investimento significativo e o compromisso contínuo com a modernização balnear e a sofisticação turística na Madeira.

[160] *Diário de Notícias*, 1933-07-29, n.º 17648, p. 1.
[161] *Diário de Notícias*, 1933-07-29, n.º 17648, p. 4.
[162] *Diário de Notícias*, 1933-08-06, n.º 17655, p. 2.
[163] *Diário de Notícias*, 1933-07-29, n.º 17648, p. 1.
[164] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Escritura*, 8 de janeiro de 1934, pp. 80-82.
[165] *Diário de Notícias*, 1934-03-07, n.º 17824, pp. 1 e 4.

Imagem n.º 9 – Praia do Lido durante a gestão da família Rhodes



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Foto Figueiras, n.º inv. 2407.219.

Sob a gestão de Bernard Arthur Rhodes, o Lido consolidou-se como um verdadeiro polo de sociabilidade e entretenimento. No verão de 1934, organizaram-se festas noturnas, provas náuticas e eventos de beneficência[166] que mobilizaram a população local, autoridades e visitantes estrangeiros. Entre eles, destacam-se as festividades em prol do Asilo de Mendicidade e Órfãos do Funchal, anunciadas no *Diário de Notícias*:

> «Barracas para venda de petiscos, barracas de sortes, jogos desportivos, musica, dança, alegria e mais alegria é tudo quanto vai haver naquelas festas, cujo resultado vai servir para amparar cêrca de cento e cincoenta pessoas de ambos os sexos, internados no Asilo.»[167]

Para viabilizar estas iniciativas noturnas, Rhodes instalou iluminação elétrica com 400 lâmpadas[168] e lançou um serviço de transporte marítimo entre o cais do Funchal e o cais do Lido. Inaugurado a 23 de junho de 1934, operava aos sábados, domingos

[166] *Diário de Notícias*: 1934-06-08, n.º 17894, p. 1; 1934-06-22, n.º 17904, p. 1; 1934-06-23, n.º 17905, p. 3; 1934-06-24, n.º 17906, p. 1; 1935-08-25, n.º 18246, p. 2; 1935-08-27, n.º 18247, p. 2; 1938-09-17, n.º 19247, p. 2.

[167] *Diário de Notícias*, 1934-06-22, n.º 17904, p. 1.

[168] *Diário de Notícias*, 1934-06-22, n.º 17904, p. 1.

e feriados (conforme horários publicados no *Diário de Notícias* em português e em inglês), e os bilhetes de ida e volta – incluindo a entrada no Lido – custavam dois escudos para adultos e um escudo para crianças, com tarifas especiais de regresso durante os eventos, sem direito a banho.

Imagem n.º 10 – Serviço de transporte marítimo entre o cais do Funchal e o cais do Lido



LIDO DA MADEIRA

PISCINA DO GORGULHO

O melhor balneario do País—Um dos melhores da Europa

A contar de 23 de Junho terá um serviço regular de lanchas a motor que partirão do Cais da Entrada da Cidade e do Cais do Lido, todos os Sabados, Domingos e Dias Santificados, com o seguinte horario:

SABADOS:

Partida do Cais: á 1, 2, 3, 4, 5 e 6 horas da tarde
Partida do Lido: á 1,30, 2,30, 3,30 4,30, 5,30 e 6,30 horas da tarde

DOMINGOS E DIAS SANTIFICADOS:

Partida do Cais: 8, 9, 10, 11, 12 horas da manhã e 1, 2, 3, 4 e 5 da tarde.

Partida do Lido: ás 8,30, 9,30, 10,30, 11,30, 12,30 horas da manhã e 1,30, 2,30, 3,30, 4,30 e 5,30 da tarde.

Preços das passagens de IDA e VOLTA, INCLUINDO a entrada no LIDO DA MADEIRA

Adultos, Esc. 2$00—Creanças, Esc. 1$00

Faça as suas viagens pela via maritima!

Ventile os seus pulmões com o todo do mar, fazendo uma viagem agradavel e confortavelmente instalado!

No Sabado 23 e Domingo 24, visto realisar-se uma festa em beneficio do Asilo de Mendicidade e Orfãos do Funchal, o serviço será de conta do LIDO DA MADEIRA, respectivamente até ás 8 horas da noite e 3 da tarde. Depois dessas horas o preço das passagens será de Esc. 1$00, não incluindo a entrada na Piscina. F359

THE MADEIRA LIDO

One of the finest Bathing Pools in Europe

INAUGURATION OF LAUNCH SERVICE

On SATURDAY next 23rd. June a service of Launches will be opened between FUNCHAL PIER and the MADEIRA LIDO.

TIMETABLE

SATURDAYS:

Depart Pier: 1 pm.—2 pm.—3 pm.—4 pm.—5 pm.—6 pm.
Depart Lido: 1.30.—2.30.—3.30.—4.30.—5.30.—6.30 P. M.

SUNDAYS
HOLIDAYS

Depart Pier: 8 am.—9 am.—10 am.—11 am.—Noon—1 pm.—2 pm. 3 pm.—4 pm.—5 pm.
Depart Lido: 8 30—9.30—10.30—11.30 A. M.—12.30—1.30—2.30—3.30—4.30 & 5.30 P. M.

RETURN FARE including ENTRANCE TO LIDO
Adults Esc. 2$00—Children Esc. 1$00

Make your trip by SEA
Benifit your health with Ozone.
Travel in Comfort.

On Saturday 23rd. and Sunday 24th. in view of the fact that a «FESTA» is being held in aid of the Asilo the launch service will be for the account of the LIDO DA MADEIRA up to 8 pm. & 3 pm., Saturday and Sunday respectively. After these hours the fare will be Esc. 1$00 not including entrance to the pool. F359

Fonte: *Diário de Notícias*, 1934-06-23, n.º 17905, pp. 4 e 6.

Este serviço não só facilitou o acesso ao Lido, como reforçou a imagem cosmopolita do Funchal, capaz de receber públicos nacionais e internacionais. A comunicação bilingue sublinhava a vocação turística e o posicionamento da Madeira junto dos viajantes europeus.

Com o falecimento de Bernard Arthur Rhodes, a 14 de agosto de 1934, a concessão passou à sua esposa, Ethel Rhodes[169], que a manteve até 1937. A vistoria municipal de fevereiro de 1935[170] confirmou a conclusão das obras contratuais, iniciando-se então a contagem oficial dos quinze anos de exploração. Nas décadas de 1930 e 1940, o Lido tornou-se um espaço multifuncional, onde lazer, sociabilidade e educação física se entrelaçavam com chás-dançantes, festas populares e concertos[171].

Após o falecimento de Ethel Rhodes, a concessão foi assumida por Luís Lopes Serrão, que a manteve até fevereiro de 1950[172]. Nesse mesmo ano, João Jardim obteve nova adjudicação por dez anos, mediante o pagamento anual de 12 mil escudos. A sucessão de concessionários garantiu a continuidade do projeto e a preservação da visão modernizadora que caracterizou o Lido nas suas primeiras décadas[173].

5.2. A Praia da Barreirinha: Um Espaço Balnear para as Classes Populares

Em contraste com o modelo concessionado e cosmopolita do Lido, a praia da Barreirinha constituiu uma iniciativa pública da Câmara Municipal do Funchal, concebida com clara vocação social e dirigida às camadas populares da cidade. Situada a leste da fortaleza de Santiago, nas imediações do bairro histórico de Santa Maria, este espaço balnear foi-se consolidando como ponto de encontro comunitário, integrando-se na malha urbana.

O primeiro sinal de interesse municipal pela requalificação da zona remonta a 23 de junho de 1921, com a apresentação de um projeto para a construção de uma escadaria de acesso à praia do Socorro[174]. Ao longo das décadas seguintes, foram

[169] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Testamento*, 21 de agosto de 1934, pp. 72-76.

[170] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Auto de Vistoria às Obras da Piscina do Gorgulho*, 19 de fevereiro de 1935, pp. 66-68.

[171] *Diário de Notícias*, 1940-08-11, n.º 19916, p. 2.

[172] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Relatório*, 16 de fevereiro de 1950, pp. 50-54.

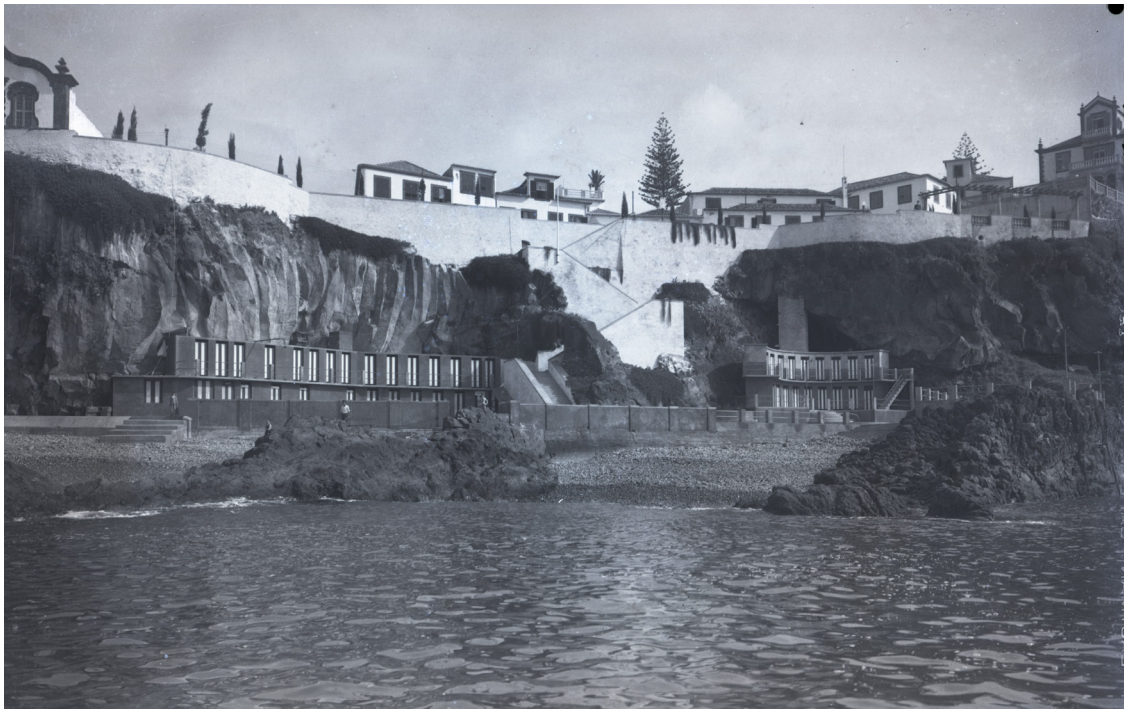
[173] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *A Concessão da Exploração da Piscina do Lido*, 17 de junho de 1950, pp. 38-40.

[174] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049, *Planta da Praia da Barreirinha e do Largo*, 23 de junho de 1921.

equacionadas diversas melhorias – esplanadas, cabines de banho, sanitários e até um trampolim para mergulhos[175] –, mas constrangimentos financeiros e prioridades concorrentes adiaram sucessivamente qualquer intervenção de fundo.

Foi apenas no verão de 1939 que se concretizou a adjudicação dos trabalhos de terraplanagem e arranjo da praia[176]. As obras incluíram uma escadaria em lanços a partir do Largo do Socorro, duas ordens de cabines de banho com arrecadações e lavabos, bem como uma esplanada ampla destinada à convivência dos utentes[177].

Imagem n.º 11 – Praia da Barreirinha



Fonte: MFM-AV, em depósito no ABM, Foto Figueiras, n.º inv. 2340.

A proposta inicial previa o acesso gratuito ao espaço, mas a Capitania do Porto do Funchal opôs-se à medida, alegando a necessidade de despacho ministerial e invocando o valor económico das barracas como fonte de receita estatal [178]. Como solução de compromisso, instituiu-se uma taxa simbólica de 20 centavos por entrada, com isenção para os jovens da Mocidade Portuguesa.

[175] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049.

[176] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049, *Obra de esplanar e bangar a praia do Socorro*, 23 de agosto de 1939.

[177] *Diário de Notícias*, 1939-11-22, n.º 19667, p. 1.

[178] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049, *Ofício da Capitania do Porto do Funchal*, n.º 51, 16 de janeiro de 1939.

A inauguração oficial teve lugar a 21 de novembro de 1939, numa cerimónia presidida pelo chefe do distrito, José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão, e pelo presidente da Câmara, Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves. Um relatório municipal de julho de 1941 registou, numa única semana, 1180 entradas, das quais 606 foram pagas, gerando uma receita de 164$20[179], incluindo o aluguer de fatos de banho – números que atestam a adesão popular ao novo espaço balnear.

A partir de 2 de junho de 1940, data da abertura da primeira época balnear, a Barreirinha passou a afirmar-se também como palco de animação sociocultural. A programação inaugural incluiu um "chá-dançante" animado pela Moonlight Melody Band[180], seguido de bailes ao ar livre e arraiais populares em honra dos santos populares, com danças tradicionais, música ao vivo, fogo de artifício e passeios de barco. A 15 de junho de 1941, foi inaugurada uma segunda esplanada, equipada com mesas individualizadas e destinada ao usufruto familiar[181].

Em 1952, a Câmara Municipal delineou um novo plano de melhorias, de acordo com os projetos e estudos conservados no Arquivo e Biblioteca da Madeira[182]. As intervenções previstas incluíam a ampliação da esplanada, a renovação do piso das cabines de banho e a construção de mais dez unidades sobre as já existentes, acessíveis por uma escada em alvenaria. A reorganização dos acessos tinha como objetivo reforçar a funcionalidade do espaço e consolidar o seu papel como balneário público. A planta geral contemplava elementos como esplanadas, sanitários, escadarias de acesso ao mar e muros de suporte, revelando preocupações com a segurança e a fluidez da circulação. A memória descritiva, datada de 25 de fevereiro de 1952 e emitida pela Repartição de Obras Públicas Municipais, estimava o custo da intervenção em 30 280$00, valor que atesta o compromisso público com a manutenção e modernização de um espaço balnear de vocação popular.

A evolução da Barreirinha, ao longo das décadas de 1930 a 1950, reflete uma política de democratização do lazer, em que o investimento público procurou responder às exigências crescentes de conforto, organização e serviço comunitário. Conjuntamente com o Lido, a Barreirinha inscreve-se na história urbana do Funchal como expressão complementar de um litoral em transformação – ora cosmopolita e concessionado, ora comunitário e municipal –, mas sempre orientado para a valorização do mar como espaço de sociabilidade e regeneração urbana.

---

[179] *Diário de Notícias*, 1941-07-12, n.º 20234, p. 3.
[180] *Diário de Notícias*, 1940-06-02, n.º 19850, p. 2.
[181] *Diário de Notícias*: 1940-06-02, n.º 19850, p. 4; 1940-06-23, n.º 19868, p. 4; 1941-06-15, n.º 20209, p. 3.
[182] ABM, CMFUN, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049.

Este olhar comparativo sobre o Lido e a Barreirinha evidencia dois modelos distintos de espaços costeiros na primeira metade do século XX: por um lado, o Lido, sustentado por capitais privados e orientado para uma clientela elitista; por outro, a Barreirinha, projeto municipal de vocação popular, com tarifas simbólicas e isenções destinadas à juventude organizada. Enquanto o primeiro investia em infraestruturas sofisticadas, eventos sociais e transportes marítimos exclusivos, o segundo consolidava-se como zona de lazer acessível, moldada pelas necessidades quotidianas da população local.

A década de 1930 constitui, assim, um ponto de inflexão na história dos usos recreativos do litoral madeirense, marcada pela emergência de uma nova cultura de lazer costeiro, sustentada por investimentos públicos e privados em infraestruturas modernas e funcionalmente organizadas. O aparecimento de espaços como o Lido e a Barreirinha ilustra a diversidade de respostas às crescentes exigências de recreação e bem-estar, num contexto de valorização estratégica do turismo e do lazer. Estes espaços não apenas transformaram a paisagem urbana e semiurbana, como também redefiniram as formas de apropriação do litoral, promovendo a democratização do acesso ao mar, a apropriação coletiva do espaço costeiro e a interação entre diferentes gerações e estratos sociais. A articulação entre elementos naturais e intervenção humana revela uma visão moderna e funcional do litoral, adaptada às especificidades geográficas e sociais de cada local.

Em suma, a década de 1930 inaugurou uma nova cultura de lazer marítimo na Madeira, marcada pela convergência de iniciativas públicas e privadas. No Funchal, o Lido representou o ideal de elegância turística, enquanto a Barreirinha se afirmou como espaço de recreação comunitária. Juntos, estes dois casos ilustram como a orla marítima madeirense se transformou, democratizando o acesso ao mar, estimulando práticas de cidadania ativa e diversificando a oferta de turismo de praia em contexto urbano.

6. O Papel dos Clubes Privados

A consolidação da Madeira como destino turístico não resultou apenas da ação pública e da modernização das infraestruturas costeiras. Em paralelo, afirmou-se uma rede de espaços exclusivos que, em articulação com a hotelaria, desempenhou um papel decisivo na projeção da ilha como destino de prestígio. Estes clubes ofereciam conforto e sofisticação a visitantes abastados e à elite local, ao mesmo tempo que sedimentavam uma imagem de distinção social e de internacionalização da oferta.

Desde o século XIX, o Funchal conheceu uma intensa vida associativa, marcada pela criação de grémios recreativos e culturais que estruturaram a sociabilidade urbana. Entre os pioneiros contam-se o Clube União (fundado a 10 de março de 1836; estatutos aprovados em 1874 e ratificados em 1879) e o Clube Funchalense (instalado a 3 de dezembro de 1839)[183]. Nas décadas seguintes, surgiram o Clube Económico (1856), o Clube Aliança (c. 1867-1890), o Clube Restauração (fundado em 1878), o Clube Washington (c. 1882), o Turf Club (1900), e o Club Sport Marítimo (estatutos aprovados a 10 de maio de 1911). A existência de dois "Clube Sports da Madeira", bem como de entidades como o Clube Republicano da Madeira e o Club Naval Madeirense, espelha a diversidade ideológica e funcional do associativismo funchalense entre os séculos XIX e XX[184].

Embora distintos nas suas finalidades, estes clubes partilhavam uma função estruturante na vida social da elite: eram espaços de encontro, lazer e afirmação de estatuto. O seu dinamismo articulava-se com ideais de progresso e cosmopolitismo, contribuindo para a definição de uma identidade urbana marcada pela abertura ao exterior.

Fundado na década de 1930, o British Country Club (atualmente Quinta Magnólia – Centro Cultural) constituiu um marco na sociabilidade cosmopolita do Funchal. Criado por iniciativa da comunidade britânica residente e de visitantes frequentes, o clube oferecia instalações desportivas, como campos de ténis, e espaços de convívio que reforçavam a ligação histórica entre a Madeira e o turismo de origem britânica. A sua programação, que combinava eventos sociais, torneios e receções, projetava uma imagem de exclusividade e requinte, contribuindo para a consolidação da ilha como destino de prestígio internacional. Integrado numa rede de equipamentos privados voltados para um público seleto, o British Country Club articulava-se com a hotelaria de luxo e com outras instituições congéneres, desempenhando um papel relevante na afirmação de um estilo de vida associado ao lazer, ao desporto e à diplomacia social.

A partir da década de 1950, os clubes privados ganharam protagonismo na valorização do mar como lugar de lazer e socialização, reforçando a atratividade da Madeira num mercado turístico em expansão. Apesar das diferenças internas, partilhavam uma mesma vocação: proporcionar experiências exclusivas a um público restrito, combinando práticas desportivas, convívio e relações sociais de caráter diplomático.

O Clube Naval do Funchal, fundado em 1952, destacou-se pela orientação desportiva, centrada na vela e na natação. Concebido como espaço reservado, com

[183] SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 268-269.
[184] SILVA & MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. II, p. 269.

infraestruturas adequadas e um ambiente propício à convivência entre membros, refletia o crescente interesse pelas práticas marítimas e a afirmação de uma modernidade insular. A composição da comissão administrativa fundadora – que integrou figuras de relevo como o capitão-de-fragata Horácio de Faria Pereira e o juiz corregedor Temudo Machado[185] – evidencia o capital social mobilizado pelo projeto. Para além da vertente competitiva, o clube organizava receções e *cocktail-parties*[186] em honra dos participantes das regatas, nomeadamente da II Regata Lisboa-Madeira[187], eventos cuidadosamente planeados na sede da Quinta Calaça que consolidavam a sua imagem de sociabilidade seletiva.

Em 1964, o Clube de Turismo da Madeira apresentou uma proposta distinta, conjugando lazer, hospitalidade e representação institucional. O seu presidente, Augustin Ramos, reivindicou a «maioridade» da instituição, sinalizando um papel ativo na promoção turística da ilha[188]. A qualidade das instalações – piscina revestida a mosaicos azuis, solário com vista mar, *snack-bar* estrategicamente posicionado[189] – aliava-se a interiores climatizados, decorados com mobiliário antigo, arranjos florais e candelabros, organizados em salas de convívio, de chá e de jogo, biblioteca resguardada e sala de jantar para banquetes[190]. Paralelamente, o clube acolheu almoços oficiais, receções e homenagens a personalidades nacionais e estrangeiras[191], funcionando como plataforma de representação informal e de projeção externa da Madeira.

A leitura do papel destes clubes revela uma dimensão complementar – mas decisiva – na história das práticas costeiras da ilha. Concebidos para um público privilegiado, consolidaram uma imagem de distinção associada ao destino, oferecendo acesso direto ao mar, serviços personalizados e ambientes cuidadosamente elaborados. Mais do que simples infraestruturas de lazer, atuaram como dispositivos de projeção simbólica e diplomática, articulando hospitalidade, afirmação social e promoção turística. A sua ação, no plano local e internacional, contribuiu para fixar a Madeira como destino de referência, onde o mar se impôs não apenas como recurso natural, mas como elemento central da identidade insular e da sua economia turística emergente.

---

185 *Diário de Notícias*, 1952-09-24, n.º 25072, p. 1.
186 *Diário de Notícias*, 1954-07-30, n.º 25712, p. 1.
187 *Diário de Notícias*, 1954-07-25, n.º 25707, p. 7.
188 *Diário de Notícias*, 1964-12-31, n.º 29351, p. 4.
189 *Diário de Notícias*, 1963-02-13, n.º 28693, p. 3.
190 *Diário de Notícias*, 1963-02-13, n.º 28693, p. 3.
191 *Diário de Notícias*: 1963-07-06, n.º 28830, p. 3; 1963-10-29, n.º 28943, p. 1; 1964-12-10, n.º 29337, p. 1.

Conclusão

Este estudo procurou aprofundar a compreensão da cultura balnear em contexto insular, destacando a Madeira como caso singular e representativo das transformações nas relações entre sociedade e mar. A análise de fontes primárias – imprensa regional, fotografias, documentação institucional e cartográfica – revelou-se essencial para captar a vivência quotidiana nas praias e nos balneários e compreender de que forma estes espaços foram apropriados, regulamentados e celebrados ao longo do tempo.

A história dos balneários madeirenses reflete uma mudança profunda: o mar deixou de ser apenas um limite geográfico, local de trabalho ou recurso terapêutico, para se tornar espaço de desejo, cura, lazer e pertença coletiva. Entre 1922 e 1960, os banhos de mar evoluíram de prática médica prescrita para hábito social, impulsionados por novas formas de sociabilidade e pelo desenvolvimento turístico. A crescente exposição corporal, associada à modernidade e aos discursos médicos e culturais, contribuiu para a legitimação do lazer costeiro como prática saudável e civilizada, ainda que sujeita a vigilância moral.

O processo de apropriação do litoral implicou a edificação de infraestruturas, a regulação de comportamentos e a redefinição das fronteiras entre espaço público e moralidade. No Funchal – núcleo central deste fenómeno –, surgiram estabelecimentos estruturados, como o Balneário do Funchal, o Lido e a Barreirinha, ao lado de clubes privados e hotéis com acessos exclusivos ao mar. Estes polos balneares expressaram estratégias complementares de modernização, tensionando inclusão popular e apropriação elitista, com os clubes a desempenharem um papel relevante na distinção social e na construção de sociabilidades restritas.

A diversidade de práticas costeiras na Madeira ganhou relevo também em Machico, Caniçal, Ribeira Brava e Porto Moniz, onde a mesma dinâmica de investimentos públicos e privados gerou respostas específicas às necessidades locais. As iniciativas balneares em zonas rurais revelam adaptações criativas e funcionais, que evidenciam a pluralidade da experiência balnear insular. Fora da ilha, outros destinos portugueses – Figueira da Foz, Póvoa de Varzim, Espinho e Cascais – seguiram percurso semelhante: a transição do uso terapêutico para o lazer regulado, marcada por normas morais, segmentação social e construção simbólica do mar.

Muitos dos espaços analisados permanecem ativos na paisagem e na memória coletiva madeirense. A contínua requalificação de praias ao longo da costa reforça a expansão de uma cultura balnear que preserva traços históricos, ao mesmo tempo que se adapta às exigências contemporâneas. Essa persistência confirma a relevância

do litoral como lugar de construção social e simbólica, onde se cruzam memórias, práticas e identidades.

Em síntese, a década de 1930 inaugurou na Madeira uma nova cultura de lazer costeiro, sustentada pela convergência de políticas públicas, iniciativas privadas e discursos médicos e culturais. A trajetória dos balneários insulares documenta a emergência de uma identidade moderna, plural e profundamente ancorada no mar. Este estudo contribui, assim, para a historiografia dos espaços costeiros em Portugal, oferecendo uma leitura crítica das dinâmicas sociais, culturais e simbólicas que moldaram o turismo balnear em contexto insular.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMFUN), *Editais, avisos e anúncios (1923-1928)*.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Contrato da Concessão da Exploração da Piscina do Gorgulho*, 22 de fevereiro de 1933, pp. 88-91.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Escritura*, 8 de janeiro de 1934, pp. 80-82.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Piscina do Lido (1931-1962), pt. 2312, *Auto de Vistoria às Obras da Piscina do Gorgulho*, 19 de fevereiro de 1935, pp. 66-68.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Obras Públicas, Praia da Barreirinha (1921-1962), pt. 4049.

Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira: Álvaro Nascimento Figueira, n.os inv. 104, 1.29, 537, 800 e 877; Foto Figueiras, n.os inv. 2340 e 2407.219; Perestrellos Photographos, n.os inv. 420 e 2456.

Fontes Impressas

Diário do Governo, 1936-09-05, n.º 209/1936, Série I, Decreto-Lei 26980.

Imprensa

Diário da Madeira: 1922-08-11, n.º 3380; 1933-01-29, n.º 6399; 1933-07-04, n.º 6516; 1933-07-06, n.º 6518; 1933-09-29, n.º 6590.

Diário de Notícias: 1922-06-04, n.º 14440; 1922-08-03, n.º 14484; 1922-08-08, n.º 14488; 1922-08-12, n.º 14492; 1922-08-15, n.º 14494; 1922-09-20, n.º 14524; 1922-10--19, n.º 14547; 1923-01-27, n.º 14626; 1923-02-06, n.º 14632; 1923-07-17, n.º 14758; 1925-07-21, n.º 15337; 1925-08-18, n.º 15360; 1926-08-07, n.º 15643; 1927-06-10, n.º 15886; 1927-08-03, n.º 15928; 1927-08-30, n.º 15950; 1928-03-30, n.º 16120; 1928-08-07, n.º 16221; 1928-08-19, n.º 16231; 1928-08-31, n.º 16241; 1931-07-09, n.º 16475; 1930-08-06, n.º 16795; 1930-12-21, n.º 16909; 1931-04-19, n.º 16994; 1931-07-29, n.º 17069; 1931-08-01, n.º 17072; 1931-11-17, n.º 17161; 1932-05-28, n.º 17311; 1932-06-01, n.º 17314; 1932-07-17, n.º 17349; 1932--08-14, n.º 17373; 1932-12-24, n.º 17481, 1933-02-08, n.º 17515; 1933-02-28, n.º 17532; 1933-03-28, n.º 17554; 1933-06-15, n.º 17614; 1933-07-29, n.º 17648; 1933-08-05, n.º 17654; 1933-08-06, n.º 17655; 1933-08-22, n.º 17667; 1934--03-07, n.º 17824; 1934-06-08, n.º 17894; 1934-06-20, n.º 17903; 1934-06-22, n.º 17904; 1934-06-23, n.º 17905; 1934-06-24, n.º 17906; 1934-08-01, n.º 17937; 1934-10-11, n.º 17996; 1935-05-26, n.º 18175; 1935-08-11, n.º 18235; 1935--08-15, n.º 18238; 1935-08-2b5, n.º 18246; 1935-08-27, n.º 18247; 1935-09-19, n.º 18267; 1935-10-15, n.º 18288; 1936-02-05, n.º 18378; 1936-05-16, n.º 18459; 1936-05-24, n.º 18465; 1936-06-09, n.º 18476; 1936-07-05, n.º 18494; 1937--04-28, n.º 18749; 1937-07-14, n.º 18824; 1937-08-24, n.º 18865; 1938-06-07, n.º 19146; 1938-07-06, n.º 19174; 1938-07-30, n.º 19198; 1938-07-31, n.º 19199; 1938-08-20, n.º 19219; 1938-08-22, n.º 19221; 1938-08-25, n.º 19224; 1938--08-26, n.º 19225; 1938-08-27, n.º 19226; 1938-08-29, n.º 19228; 1938-09-02, n.º 19232; 1938-09-05, n.º 19235; 1938-09-06, n.º 19236; 1938-09-09, n.º 19239; 1938-09-10, n.º 19240; 1938-09-12, n.º 19242; 1938-09-14, n.º 19244; 1938-09--16, n.º 19246; 1938-09-17, n.º 19247; 1938-09-18, n.º 19248; 1938-09-21, n.º 19251; 1938-09-29, n.º 19259; 1939-06-15, n.º 19509; 1939-06-22, n.º 19516; 1939-10-22, n.º 19636; 1939-11-22, n.º 19667; 1940-06-02, n.º 19850; 1940--06-23, n.º 19868; 1940-06-26, n.º 19871; 1940-07-06, n.º 19880; 1940-08-03, n.º 19908; 1940-08-06, n.º 19911; 1940-08-11, n.º 19916; 1940-09-14, n.º 19949;

1940-09-29, n.º 19964; 1941-06-06, n.º 20201; 1941-06-15, n.º 20209; 1941--07-12, n.º 20234; 1941-07-17, n.º 20239; 1941-07-28, n.º 20250; 1952-09-24, n.º 25072; 1954-07-25, n.º 25707; 1954-07-30, n.º 25712; 1956-07-18, n.º 26398; 1956-09-02, n.º 26443; 1963-02-13, n.º 28693; 1963-07-06, n.º 28830; 1963-10--29, n.º 28943; 1964-12-10, n.º 29337; 1964-12-31, n.º 29351.

Bibliografia

BARROS, Fátima (coord.) *et al.*, 2011, *Delegação de Turismo da Madeira (1936-1979): Quatro décadas ao serviço do turismo madeirense*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direção Regional dos Assuntos Culturais / Arquivo Regional da Madeira.

BRAGA, Isabel Drumond, 2022, «Um Projeto Utópico: O Estabelecimento de uma Colónia Naturista Infantil na Madeira (1929)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 407-418.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, 1989, *A arquitectura de veraneio: os Estoris 1880-1930*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade Nova de Lisboa.

CALDEIRA, Abel Marques, 1964, *O Funchal no Primeiro Quartel do Século XX (1900--1925)*, 2.ª ed., Funchal, Editorial Eco do Funchal.

CALDEIRA, Susana, 2023, «Hotéis Madeirenses: Memórias a Preto e Branco», in *Hotéis (entre as décadas 1880 e 1960)*, coleção "Madeira – Memórias Fotográficas", n.º 15, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

CÂMARA, Benedita, 2010, «Madeira: Um lugar Turístico (1800-1928). Inserção Internacional Precoce e Resposta às Oportunidades», in LOUSADA, Maria Alexandre & PIRES, Ana Paula (coord.), *Viajar – Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 99-103.

CARDIM, Valter Carlos, 2013, *A Moda em Portugal, 1914 a 1959*, Lisboa, Edições IADE.

CAVACO, Carminda & MEDEIROS, Carlos Laranjo (coord.), 2008, *Turismo de Saúde e Bem-Estar: Termas, Spas Termais e Talassoterapia*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

CORBIN, Alain, 1994, *The Lure of the Sea: The Discovery of the Seaside in the Western World 1750-1840*, translated by Jocelyn Phelps, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza, 2010, «Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul», in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 17, n.º 1, pp. 165-184.

COSTA, Luiz Pereira da, 1882, *Banhos de Mar – Elementos de Hydrotherapia Maritima*, Dissertação Inaugural, Universidade de Coimbra, disponível em https://am.uc.pt/item/46583, consultada a 20 de agosto de 2025.

DÉSERT, Gabriel, 1991, «Banhos de mar por receita médica», in LE GOFF, Jacques (org.) et al., *As doenças têm história*, trad. de Laurinda Bom, Lisboa, Terramar – Editores, pp. 333-341.

DIAS, Paula M. Pereira de Oliveira, 1995, «"Ir a Banhos" na Figueira da Foz no Dealbar do Século XX: Um Olhar sobre uma Época», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, pp. 177-213.

ESTEVES, Alexandra, 2014, «Lugares de cura e de lazer: praias e termas do norte de Portugal entre os finais do século XIX e o dealbar de novecentos», in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, ESTEVES, Alexandra; SILVA, Ricardo; COELHO, José Abílio (coords.), *Sociabilidades na Vida e na Morte (Séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", pp. 295--315.

FERREIRA, Luís Timóteo, 2020, «Saúde e turismo: a Madeira na rota dos viajantes e doentes do século XIX», in PIRES, Ana Paula; CADAVEZ, Maria Cândida Pacheco; HENRIQUES, João Miguel (coord.), *Turismo: história, património e ideologia: diálogos e memórias*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais / Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, pp. 43-58.

FERREIRA, Rafaela Braga, 2023, *As Sociabilidades Balneares na Póvoa de Varzim entre o final da Monarquia Constitucional e a primeira década da República (1904-1920)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade do Porto.

FREIRE, Isabel, 2010, *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros Editora.

FREITAS, Joana Isabel Ricardo Gaspar de, 2010, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa.

GAMA, José Gil Correia, 2011, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra.

GUERRA, Jorge Valdemar, 2010, «Funchal: Breve cronologia 1419-1976», in *Funchal 500 anos: Momentos e Documentos da História da Nossa Cidade*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, pp. 131-219.

HEBERDEN, Thomas & HEBERDEN, William, 1751, «Observations of the Weather in Madeira, Made by Dr. Thomas Heberden, and Communicated by William Heberden, M. D. F. R. S.», in *Philosophical Transactions (1683-1775)*, vol. 47,

pp. 357-359, disponível em https://www.jstor.org/stable/105071, consultado a 6 de maio de 2025.

HENRIQUES, Eduardo Brito & LOUSADA, Maria Alexandre, 2010, «Férias em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de ser Turista», in LOUSADA, Maria Alexandre & PIRES, Ana Paula (coord.), *Viajar – Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 105-117.

JUNIOR, António Francisco da Silva, 1874, *Estudo sobre os efeitos physiologicos e therapeuticos dos banhos do mar frios*, Dissertação Inaugural, Escola Médico-Cirúrgica do Porto, disponível em https://hdl.handle.net/10216/17221, consultada a 16 de maio de 2025.

KAYNE, G. Gregory, & WOOD, J. E., 1934, «Sunbathing And Tuberculosis», in *The British Medical Journal*, vol. 2, n.º 3837, p. 138, disponível em http://www.jstor.org/stable/25321726, consultado a 21 de julho de 2023.

LAMAS, Maria, 1956, *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, Funchal, Eco do Funchal.

MARTINS, Pedro Alexandre G., 2011, *Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

MATOS, Rui Campos, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis do Acervo do Photographia Museu – «Vicentes» / The Origins of Tourism in Madeira – Quintas and Hotels from the Collection Photographia Museu – «Vicentes»*, Funchal, Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas, Direção Regional dos Assuntos Culturais e Photographia Museu – «Vicentes».

MONIZ, Ana Isabel & SANTOS, Thierry Proença dos, 2011, «O Funchal na Narrativa Literária e na Crónica», in *Funchal (D)Escrito: Ensaios sobre representações literárias da Cidade*, MONIZ, Ana Isabel, FALCÃO, Ana Margarida, COELHO, Leonor Martins, SANTOS, Thierry Proença dos, Vila Nova de Gaia, 7 Dias 6 Noites – Editores Unipessoal, Lda., pp. 11-75.

NORTON, Luiz, 1938, *A Côrte de Portugal no Brasil (Notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

ORTIGÃO, Ramalho, 1876, *As praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, Magalhães & Moniz – Editores.

OSÓRIO, Teresa Menéres Gautier Vasques, 2018, *Moledo como estância balnear do século XX (1910-1976)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Instituto Universitário de Lisboa.

PEREIRA, Ana Leonor & PITA, João Rui, 2011, «A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal», in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. 3, VAQUINHAS, Irene (coord.), *A Época Contemporânea*, Lisboa, Temas e Debates / Círculo de Leitores, pp. 92-116.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Ilha da Madeira, Roteiro Histórico-Marítimo*, Funchal, Centro Treino Mar.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a História do Concelho*, Porto Moniz, Câmara Municipal do Porto Moniz.

RITCHIE, Robert C., 2021, *The Lure of the Beach: A Global History*, Oakland, University of California Press.

RODRIGUES, Elisabete, 2019, «O Turismo na Madeira Oitocentista», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 337-379.

SAINZ-TRUEVA, José de, 1997, «A Barreirinha», in MATOS, Danilo & CARITA, Rui (coord.), *Roteiro Histórico Turístico da Cidade – Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 65-66.

SAINZ-TRUEVA, José de, 2004, «O Bairro de Santa Maria (séc. XIX-XX)», in MATOS, Danilo & CARITA, Rui, *Roteiro Histórico Turístico da Cidade – Funchal*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 61-63.

SILVA, Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo de, 1978, *Elucidário Madeirense*, 4.ª ed., vol II, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

SILVA, Iolanda (coord.), 1985, *A Madeira e o Turismo: Pequeno Esboço Histórico*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

SILVA, António Ribeiro Marques da, 1994, *Apontamentos sobre o Quotidiano Madeirense (1750-1900)*, Lisboa, Editorial Caminho.

SILVA, João Martins e, 2007, «Breve História do Raquitismo e da Descoberta da Vitamina D», in *Órgão Oficial da Sociedade Portuguesa de Reumatologia – Acta Reum Port. 2007*, n.º 32, pp. 205-229, disponível em https://www.academia.edu/127357552/Breve_hist%C3%B3ria_do_raquitismo_e_da_descoberta_da_vitamina_D, consultado a 16 de maio de 2025.

SOARES, Manuela Goucha, 2023, «As praias de antigamente», in *Expresso*, disponível em https://multimedia.expresso.pt/praias/, consultado a 2 de junho de 2025.

SOUTO, Odete *et al.*, no prelo, *As Ilhas Balneares (de inícios do século XX até à década de 70*, coleção "Madeira – Memórias Fotográficas", Funchal, Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro.

TRIGO, Adriano A. & TRIGO, Annibal, A., 1910, *Roteiro e guia do Funchal*, Typographia Esperança.

TRIGO, Adriano A. & TRIGO, Annibal, A., 1910, «Planta Roteiro da Cidade do Funchal contendo todos os melhoramentos realizados até ao ano 1910» [cartografia], in *Roteiro e guia do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança.

«A Previsão», 1932, in *Ilustração Madeirense*, ano III, n.º 4, março, p. 25.

«Where to Spend the Winter in the Island of Madeira the flower garden of the Atlantic», 1933, in *Ilustração Madeirense*, ano V, n.º 6, dezembro, verso da capa.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 463-512
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Álvaro Freitas Morna e o Estado Novo. Deputado à Assembleia Nacional (1935-1942) e Governador-Geral de Angola (1942-1943)

Álvaro Freitas Morna and the "Estado Novo". Member of the National Assembly (1935-1942) and Governor-General of Angola (1942-1943)

Fernando Tavares Pimenta[1]

Resumo

Este estudo analisa a acção política do Comandante Álvaro Freitas Morna na qualidade de deputado à Assembleia Nacional (1935-1942) e de Governador-Geral de Angola (1942--1943). Deputado eleito à I e à II Legislaturas do Estado Novo, Freitas Morna salientou--se pela sua independência política e atitude crítica em relação ao governo da ditadura, nomeadamente no que diz respeito aos assuntos da marinha, tendo, a este nível, apresentado vários projectos de lei com vista à reorganização do Ministério da Marinha e do Conselho General da Armada e à criação do Instituto de Hidrografia. Manifestou também grande abertura em relação aos oficiais militares que haviam protagonizado movimentos políticos contrários ao regime, apelando à sua amnistia por parte do governo. Posteriormente, enquanto Governador-Geral de Angola, Freitas Morna empenhou-se em encontrar soluções para os problemas que minavam o desenvolvimento económico e social da colónia e que afectavam o relacionamento político das autoridades com a população, mormente com a minoria branca. Neste sentido, demonstrou não só ter pensamento próprio em matéria de governo, como apostou na reforma das estruturas

[1] Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador Auxiliar do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro. Autor de vários livros e artigos nas áreas da História Contemporânea, da História Colonial e da História Insular. Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios científicos, nomeadamente o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares (2018), conferido pela Assembleia da República. É Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira desde Fevereiro de 2024. *Email*: fernando.mtm.pimenta@madeira.gov.pt.

administrativas do Estado colonial, bem como no fomento da economia, não tendo pejo em quebrar algumas das amarras impostas pela política de pacto colonial em vigor desde a promulgação do Acto Colonial de 1930. Além da sua postura modernizadora e desenvolvimentista, Freitas Morna procurou ir ao encontro de algumas das reivindicações políticas dos colonos, permitindo, por exemplo, a realização de eleições municipais. Trabalhou ainda no sentido de elevar as condições de vida da população indígena, em especial nos planos sanitário e laboral, dando especial atenção ao problema dos chamados "contratados" para São Tomé. Mas a forma enérgica e autónoma como Freitas Morna presidiu aos destinos da colónia não foi bem-recebida pelo governo de Lisboa, nomeadamente pelo Ministro das Colónias, levando à sua exoneração em Agosto de 1943.

Palavras-chave: Álvaro Freitas Morna; Estado Novo; Assembleia Nacional; Governo--Geral de Angola; Ministério da Marinha; Instituto de Hidrografia; Colonialismo Português; Colonos Brancos.

Abstract

This study analyses the political actions of Commander Álvaro Freitas Morna as a member of the National Assembly (1935-1942) and Governor-General of Angola (1942–1943). Elected member of the First and Second Legislatures of the "Estado Novo", Freitas Morna stood out for his political independence and critical attitude towards the dictatorship government, particularly with regard to naval affairs. In this regard, he presented several bills aimed at reorganising the Ministry of the Navy and the General Council of the Navy and creating the Institute of Hydrography. He also showed great tolerance towards military officers who had been involved in political movements opposed to the regime, calling for their amnesty by the government. Later, as Governor--General of Angola, Freitas Morna endeavoured to find solutions to the problems that were undermining the colony's economic and social development and affecting the political relationship between the authorities and the population, especially the white minority. As such, he demonstrated not only his own thinking on matters of government, but also his commitment to reforming the administrative structures of the colonial state and promoting economic development, not hesitating to break some of the shackles imposed by the colonial pact policy in force since the enactment of the Colonial Act of 1930. In addition to his modernising and developmentalist stance, Freitas Morna sought to meet some of the political demands of the settlers, allowing, for example, municipal elections to be held. He also worked to improve the living conditions of the indigenous population, particularly in terms of health and labour, paying special attention to the problem of the so-called "contracted workers" sent to São Tomé. However, the energetic and autonomous way in which Freitas Morna presided over the colony's destiny was not well received by the government in Lisbon, particularly by the Minister for the Colonies, leading to his dismissal in August 1943.

Keywords: Álvaro Freitas Morna; "Estado Novo"; National Assembly; General Government of Angola; Ministry of the Navy; Institute of Hydrography; Portuguese Colonialism; White Settlers.

Introdução

Este artigo coloca em perspectiva a actuação política do Comandante Álvaro Freitas Morna na qualidade de deputado à Assembleia Nacional (1935-1942) e, depois, de Governador-Geral de Angola (1942-1943). Descendente de uma família madeirense e oficial prestigiado da Armada, com fortes relações aos espaços insular e colonial, Álvaro Freitas Morna representou uma voz politicamente independente e crítica dentro do quadro institucional do Estado Novo. Enquanto deputado à Assembleia Nacional, Freitas Morna distinguiu-se na defesa dos interesses da marinha, tendo proposto a reorganização do Ministério da Marinha e do Conselho General da Armada, bem como a criação do Instituto de Hidrografia. Dedicado aos assuntos do mar, participou activamente nos debates relacionados com a economia marítima portuguesa e com os assuntos coloniais. Em termos propriamente políticos, assumiu uma atitude de moderação e de abertura no que diz respeito ao tratamento da oposição ao regime salazarista, tendo-se pronunciado a favor da concessão de uma amnistia aos oficiais militares que haviam participado em movimentos políticos.

Relativamente à sua governação em Angola, Álvaro Freitas Morna procurou resolver um conjunto de problemas que minavam o desenvolvimento económico e social da colónia e que afectavam o relacionamento das autoridades com a população, mormente com a minoria branca. Demonstrou também um grau notável de autonomia política em relação ao poder central instalado em Lisboa. A sua acção governativa representou uma ruptura com a postura assumida pela maioria dos governadores-gerais nomeados durante o Estado Novo, os quais se comportavam como meras "correias de transmissão" das ordens emanadas do Ministério das Colónias. Neste sentido, Freitas Morna demonstrou não só ter pensamento próprio em matéria de governação colonial, como apostou na reforma e na modernização das estruturas administrativas do Estado colonial, delineando igualmente uma política de investimento e de estímulo à economia de Angola, não tendo, aliás, pejo em quebrar algumas das amarras impostas pela política de pacto colonial em vigor desde a promulgação do Acto Colonial de 1930. Encetou também uma estratégia de abertura política – e de aproximação – aos colonos, consentindo, por exemplo, a realização de eleições municipais. Contudo, a forma enérgica e autónoma como Freitas Morna presidiu ao governo da colónia não foi bem recebida – nem entendida – pelo poder político metropolitano, nomeadamente pelo Ministério das Colónias, levando à sua exoneração em meados de 1943.

Em termos de estrutura, o artigo está organizado em quatro pontos. Primeiramente, apresentamos o perfil biográfico do Comandante Álvaro Freitas

Morna. Depois debruçamo-nos sobre a sua participação nos trabalhos da Assembleia Nacional. De seguida, colocamos em perspectiva a acção governativa de Álvaro Freitas Morna em Angola. Por fim, expomos os contornos do conflito que opôs o Comandante Freitas Morna ao Ministro da Colónias, Francisco Vieira Machado, e que resultou na demissão do primeiro do cargo de Governador-Geral de Angola em Agosto de 1943. Ao nível das fontes, recorremos preferencialmente à leitura do *Diário das Sessões* da Assembleia Nacional, para a análise da sua actividade parlamentar, e à documentação do Arquivo António Oliveira Salazar, para o estudo da sua governação em Angola, sendo também de grande utilidade o livro, publicado pelo próprio, intitulado *Angola: um ano no Governo Geral*[2].

Perfil Biográfico do Comandante Álvaro Freitas Morna (1885-1961)[3]

Descendente de uma família madeirense, Álvaro Freitas Morna nasceu em Coimbra no dia 14 de Maio de 1885. Filho de Jacinto Freitas Morna e de Isabel Augusta Martins Pestana[4], ambos naturais da ilha da Madeira, Álvaro Freitas Morna nasceu quando o pai era estudante da Universidade de Coimbra. Militar distinto, fez o Curso da Escola Naval, tornando-se oficial da Marinha de Guerra. Como tal, assentou praça como aspirante na Escola Naval em 1904, sendo sucessivamente guarda-marinha (1908), segundo-tenente (1910), primeiro-tenente (1917), capitão-tenente (1926), capitão-de-fragata (1936) e capitão-de-mar-e-guerra (1940).

Enquanto militar, Freitas Morna participou nas Campanhas de Goa e Satary, no Estado Português da Índia, em 1912, tendo sido louvado pelo respectivo Governador pela coragem, firmeza, serenidade, método e disciplina como se portou durante o combate de Caranzol. Durante a Grande Guerra, Freitas Morna teve também uma

---

2 MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*.

3 Note-se que nalgumas publicações o nome Álvaro Freitas Morna surge com o conectivo "de" entre o nome próprio e o primeiro apelido, ou seja "Álvaro de Freitas Morna". Neste artigo optámos por usar o nome sem conectivo, tal como ele aparece no *Diário das Sessões* da Assembleia Nacional. Veja-se a este respeito a nota biográfica de Álvaro Freitas Morna, enquanto deputado à Assembleia Nacional, em: CASTILHO, 2009, «Álvaro Freitas Morna». Veja-se igualmente: SANTOS, 2006, «MORNA, Álvaro de Freitas», pp. 186-189.

4 Jacinto Freitas Morna era natural da Freguesia de São Gonçalo, no Funchal, onde casou com Isabel Augusta Martins Pestana em 1883. Em 15 de Outubro de 1883 matriculou-se em Matemática na Universidade de Coimbra, tendo depois cursado Medicina e, enfim, Filosofia (1886) na mesma Universidade. Veja-se a este respeito as fichas de matrícula de Jacinto Freitas Morna em: Arquivo da Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Jacinto de Freitas Morna, 1886-10-15 e 1883-10-15.

participação muito relevante na requisição dos navios alemães surtos nos portos da Índia Portuguesa. Foi, aliás, condecorado com a medalha de prata dos Serviços Distintos ou Relevantes no Ultramar, medalhas de prata e de ouro da classe de Comportamento Exemplar, medalha de prata comemorativa das campanhas do Exército Português com a legenda "Satary 1912". Foi também feito grande cavaleiro da Ordem Militar de Avis, comendador da Ordem da Coroa (Itália) e da Ordem de Orange-Nassau (Holanda) e grande oficial da Ordem Militar de Avis e da Ordem Militar de Santiago da Espada. Comandou diversos navios de guerra, entre os quais a canhoneira *Rio Sado*, a draga *Governador*, os contratorpedeiros *Sado*, *Douro*, *Dão e Lima* e o vapor *Vulcano*. Além disso, foi Comandante da 1.ª Brigada do Corpo de Marinheiros, Comandante da Esquadra de Contratorpedeiros e Torpedeiros, Comandante da Escola Naval, delegado marítimo do porto de Mormugão, capitão do porto da Figueira da Foz, Superintendente Geral da Armada, Presidente da Comissão Técnica de Educação Física da Armada, Presidente da Comissão de Assistência aos Tuberculosos da Armada e do Conselho de Promoções e juiz do Tribunal da Marinha[5].

No plano técnico-científico, Freitas Morna desempenhou as funções de Chefe da 2.ª Repartição da Direcção de Hidrografia, Navegação e Meteorologia Náutica e de Chefe da Secretaria de Serviços da Marinha do Estado da Índia, tendo, entre outras coisas, realizado o reconhecimento hidrográfico da barra do rio Mandovi. Desenvolveu, aliás, o seu interesse científico pela hidrografia, navegação e meteorologia náutica, tendo sido astrónomo do Observatório Meteorológico da Universidade de Coimbra e representado os Serviços Meteorológicos do Ministério da Marinha em diversos congressos internacionais. Foi também membro do Comité Directivo da International Meteorological Organisation, em Copenhaga (1929), e reeleito para presidente de uma das suas comissões de estudo em Varsóvia (1935)[6]. Realizou, de resto, um conjunto de publicações relevantes nesta área, nomeadamente o *Relatório sôbre o Congresso Internacional de Meteorologia em Copenhague, 9 a 21 Setembro de 1929* (Lisboa, Ministério da Marinha, 1930) e *Organização Nacional do Serviço Meteorológico da Marinha* (Lisboa, Imprensa da Armada, 1931)[7].

---

5 SANTOS, 2006, «MORNA, Álvaro de Freitas», pp. 186-189.

6 Veja-se a referência a este respeito na base de dados da *LONSEA – League of Nations Search Engine*.

7 Álvaro Freitas Morna é ainda autor de várias publicações no âmbito de assuntos relativos à Armada e ao Império colonial, nomeadamente os livros *Transporte de Guerra "Pêro de Alenquer". Relatório da Viagem ao Extremo Oriente 1927-1928* (1931), *Problemas económicos da colónia* (1943) e, já referido, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943* (1944).

Em termos políticos, tal como já referimos, Freitas Morna foi eleito deputado à Assembleia Nacional na I e na II Legislaturas do Estado Novo[8]. À época a Assembleia Nacional era composta por 90 deputados eleitos por um único círculo eleitoral de cariz nacional. Enquanto deputado, teve um conjunto significativo de intervenções, algumas das quais bastante críticas da actuação do governo e sobre as quais falaremos mais adiante neste artigo. No plano colonial, além da sua experiência militar no Estado Português da Índia, Freitas Morna viajou e conheceu vários territórios coloniais, inclusivamente Angola. E, durante a II Guerra Mundial, exprimiu a sua preocupação pela situação de Timor. Era, portanto, alguém atento às questões ultramarinas, facto que talvez tenha incidido na sua escolha para o cargo de Governador-Geral de Angola, funções que desempenhou a convite do Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, durante cerca de um ano, entre Abril de 1942 e Agosto de 1943, tendo saído em litígio com o então Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado.

Em Maio de 1945, Álvaro Freitas Morna passou à reserva, mas o seu conhecimento da realidade angolana foi "aproveitado" pela Companhia dos Diamantes de Angola (DIAMANG), empresa dotada de poderes majestáticos e que administrava *de facto* o distrito da Lunda. Neste sentido, a partir de 1946, Freitas Morna passou a exercer as funções de director da Companhia dos Diamantes de Angola. Nessa qualidade – e enquanto conselheiro técnico – integrou a Delegação Portuguesa à Conferência Internacional do Trabalho, Vigésima Nona Sessão, em Montreal[9]. Posteriormente, ascendeu à categoria de Vice-Presidente do Conselho de Administração da DIAMANG, cargo que exercia em 1958[10]. Faleceu em 1961.

[8] Veja-se a este respeito a já referida nota biográfica de Álvaro Freitas Morna, enquanto deputado à Assembleia Nacional, em: CASTILHO, 2009, «Álvaro Freitas Morna».

[9] Veja-se a este respeito Conferência Internacional do Trabalho. Vigésima Nona Sessão – Montreal, 1946, *Delegação Portuguesa*.

[10] Veja-se a este respeito: *Olisipo*, Janeiro de 1958, ano XXI, n.º 81, p. IV. Note-se que Álvaro Freitas Morna é mencionado como «administrador» no *Relatório do Conselho de Administração* da DIAMANG relativo ao ano de 1946, publicado em *Diário da República*, 5 de Julho de 1947, III Série, n.º 154, pp. 1798-1805.

Deputado à Assembleia Nacional

Eleito deputado à I e à II Legislaturas da Assembleia Nacional[11], Álvaro Freitas Morna foi bastante interventivo ao longo das diversas sessões legislativas, revelando um espírito independente e, em determinadas ocasiões, crítico em relação ao governo presidido por António de Oliveira Salazar. Isto não significa que fosse um opositor ao regime, porque, de facto, nunca se assumiu como tal. Mas a sua não era uma relação de seguidismo, nem tão pouco de sujeição ao governo de Salazar. Por ser um oficial militar e amigo do Presidente da República[12], General Óscar Fragoso Carmona, por quem por várias vezes manifestou publicamente a sua estima e admiração, Freitas Morna conseguiu manter uma significativa autonomia em relação às autoridades civis, incluindo o governo. Importa a este respeito ter em consideração que o Estado Novo, enquanto regime de ditadura civil, estava ainda no seu início e havia poucos anos que os militares haviam cedido o poder governativo a Salazar, conservando, porém, nas suas mãos a Presidência da República. Não se deve, de resto, menosprezar o poder do General Carmona e, no geral, a influência política dos militares dentro do regime, em especial ao longo da década de 1930. À época, Salazar continuava a precisar do apoio dos militares para governar e estava ainda longe de ter o poder quase absoluto que veio efectivamente a dispor após a II Guerra Mundial. E este contexto é fundamental para melhor compreender a actuação política de Freitas Morna, primeiro enquanto deputado e, depois, como Governador-Geral de Angola.

Dito isto, podemos passar à análise da actividade parlamentar de Freitas Morna. Pela análise do *Diário das Sessões* da Assembleia Nacional, podemos verificar que Freitas Morna proferiu 68 intervenções sobre os mais variados aspectos, incluindo matérias do foro militar, económico e científico, ao longo das duas legislaturas, sendo que 55 das quais ocorreram na I Legislatura e apenas 13 na II Legislatura. Naturalmente, não iremos dissecar uma a uma as intervenções de Freitas Morna, mas teremos em consideração as que consideramos mais relevantes para caracterizar a sua actuação parlamentar.

Durante a 1.ª Sessão Legislativa (1935) da I Legislatura, Freitas Morna foi particularmente interventivo nos trabalhos parlamentares, tendo participado

[11] Sobre a I Legislatura do Estado Novo veja-se: MARQUES, 1973, *A Primeira Legislatura do Estado Novo, 1935-1938*.

[12] Importa referir que, em 26 de Abril de 1935, na sessão solene de posse e juramento do Presidente da República, o General Óscar Fragoso Carmona, ao dar entrada na sala da Assembleia Nacional, fez-se acompanhar, entre outras personalidades, pelo Comandante Álvaro Freitas Morna. Assembleia Nacional, 27 de Abril de 1935, *Diário das Sessões*, sessão n.º 47, p. 999.

no debate sobre o Regimento da Assembleia Nacional, bem como nos debates e discussões das propostas de lei sobre o Conselho Superior de Defesa Nacional, sobre a criação do Conselho Superior do Exército e sobre a reorganização dos serviços de assistência aos tuberculosos do Exército. Entrou, igualmente, no debate da proposta de lei n.º 47, que estabeleceu o novo programa para a promoção de furriéis a segundos-sargentos, bem como na proposta de lei sobre a reconstituição económica e apoiou o projecto de lei apresentado pelo deputado José Cabral a respeito da construção de uma estátua a Sidónio Pais.

Muito significativa foi a sua participação na discussão do projecto de lei apresentado pelo deputado Manuel Fratel relativo à alteração do Artigo 24.º do Acto Colonial. Este artigo, na sua nova redacção, estabeleceu que as missões religiosas católicas nos territórios ultramarinos portugueses, bem como os seus estabelecimentos de formação, teriam personalidade jurídica e seriam protegidos e auxiliados pelo Estado Português, o que abriu a porta a um futuro acordo com a Santa Sé a respeito da questão missionária (o que veio efectivamente a acontecer em 1940). Neste sentido, pela lei n.º 1900, de 21 de Maio de 1935, decretada pela Assembleia Nacional e promulgada pelo Presidente da República, esse artigo definiu muito claramente que: «As missões católicas portuguesas do ultramar, instrumentos de civilização e influência nacional, e os estabelecimentos de formação de pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino». As missões católicas eram, assim, consideradas como instrumentos dos processos de "civilização" e de "portugalização" das populações indígenas do Império Colonial, estabelecendo-se, portanto, a sua integração no esforço colonizador do Estado Português[13].

Além destas intervenções, Freitas Morna apresentou, nesta 1.ª Sessão Legislativa, três projectos de lei da sua autoria, dois sobre matérias do foro institucional e político-militar e o terceiro de carácter científico. Vejamos, pois, em maior detalhe cada um destes projectos.

Na sessão n.º 9 da Assembleia Nacional, de 5 de Fevereiro de 1935, Álvaro Freitas Morna enviou para a Mesa um projecto de lei intitulado «Reorganização do Ministério da Marinha» e outro a respeito da remodelação do «Conselho General da Armada», tendo igualmente requerido ao Presidente da Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis, que solicitasse ao governo a declaração de urgência para ambos os projectos. Na sua intervenção, Freitas Morna foi veemente e claro quanto à «necessidade

[13] Sobre a relação, em contexto colonial, do Estado Novo com a Igreja Católica veja-se: PIMENTA, 2019, «A Igreja Católica e o Estado Novo na África Portuguesa», pp. 239-260.

imperativa» desses dois projectos, denunciando a situação de desorganização da Armada:

> «A armada não tem, infelizmente, uma organização que assegure a finalidade da sua função militar. Não a tem hoje; não a tem há muitos anos. E se esse facto podia constituir inconveniente de certa gravidade, na fase ou no período em que a armada, mercê do abandono a que foi votada pelos Poderes Públicos, e devido à falta de recursos da Nação, se encontrava desmantelada, no momento em que o Governo resolveu encarar, a sério, o problema naval, essa falta de organização passa a ser gravíssima»[14].

Constituído por XXII Bases, o projecto de lei relativo à «Reorganização do Ministério da Marinha» pretendia operar a modernização desse ministério, estabelecendo, desde logo, uma «nítida separação dos dois grandes ramos do Ministério da Marinha – o militar naval e o marítimo e de fomento», o primeiro sob a acção superior da Majoria General da Armada e o segundo sob a acção do Sub-Secretariado de Estado da Marinha (Bases II e XIII). Além disso, o projecto de lei tendia a limitar a intervenção directa do Ministro da Marinha nas matérias propriamente militares, remetendo-o mais para a «parte política e administrativa dos negócios do Ministério» (Base III). Ao invés, atribuía uma ampla autonomia de acção à figura do Major General da Armada que, em tempo de guerra, seria o «chefe supremo das forças aéreas da armada» (Base VI). Freitas Morna pretendia, assim, salvaguardar a autonomia da hierarquia militar em relação ao governo[15].

Por outro lado, esse projecto de lei definia, de maneira meticulosa, organismos, funções e competências nos três grandes ramos de comando e direcção das forças navais, considerando a actividade militar da marinha sob três perspectivas: 1.º acção e utilização das forças navais organizadas; 2.º direcção dos serviços, tanto em termos de administração naval, como da repartição de fiscalização; 3.º instrução e preparação técnica do pessoal. E no que dizia respeito aos assuntos de natureza marítima e de fomento, Freitas Morna propôs uma organização constituída pelos seguintes organismos: Direcção de Marinha Mercante, Direcção das Pescarias, Instituto de Hidrografia, Direcção de Faróis, Direcção das Construções Civis e Direcção de Administração (Base XIII). Cada um destes organismos disporia de vários ramos e serviços que, no seu conjunto, deveriam trabalhar para alavancar o desenvolvimento da marinha mercante e fomentar as actividades económicas relacionadas com o mar, salvaguardando, ainda, os interesses portugueses no plano internacional[16].

---

[14] Assembleia Nacional, 6 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 9, p. 142.
[15] Assembleia Nacional, 8 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, suplemento ao n.º 9, pp. 5-12.
[16] Assembleia Nacional, 8 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, suplemento ao n.º 9, pp. 5-12.

De salientar também as competências científicas atribuídas ao Instituto de Hidrografia (Base XVIII), cuja criação seria, aliás, objecto de posterior proposta de lei apresentada por Freitas Morna. Ao Instituto de Hidrografia competiria: «executar os trabalhos e estudos hidrográficos, e os que com eles se relacionem, necessários à navegação marítima e aérea, à construção de melhoramento dos portos e de barras de rios navegáveis, operações navais, defesa costeira e desenvolvimento da ciência». Seria, ainda, da competência do Instituto de Hidrografia: «a) Construir as cartas hidrográficas e editar e divulgar as que não constituem segredo de Estado; b) Proceder a estudos oceanográficos; c) Prover os navios da marinha militar do material necessário à navegação; d) Prestar à marinha mercante assistência técnica e exercer a respectiva inspecção»[17].

Paralelamente, o projecto de lei relativo à reformulação do «Conselho General da Armada», mais sucinto, com apenas nove artigos, tinha em vista tornar operativo um organismo cuja acção tinha sido, até então, «praticamente nula». A este respeito, Freitas Morna foi categórico ao denunciar «a função estéril deste Conselho», em larga medida motivada pelo abandono a que a Armada por longos anos foi votada, considerando urgente, «para cabal cumprimento da acção da marinha de guerra, remodelar a composição, funcionamento e atribuições do Conselho General da Armada». O projecto de lei apresentado por Freitas Morna previa, assim, que o Conselho General da Armada funcionasse como organismo de consulta junto do Ministro da Marinha, estabelecendo, porém, a obrigatoriedade do mesmo ser consultado sobre:

> «Todos os assuntos importantes que respeitam à organização, recrutamento, instrução e mobilização das forças navais, aos planos de operações, aos planos de aquisição e grandes reparações de navios e material de guerra e em especial: a) ao plano anual de instrução da armada; b) ao quantitativo dos efectivos da armada; c) aos planos de conjunto que interessem mais do que um ramo de serviço; d) aos planos de mobilização; e) à doutrina naval estratégica e tática que interessa a defesa nacional»[18].

O Conselho General da Armada seria constituído por oito membros, tendo por Presidente o Ministro da Marinha e por Vice-presidente o Major General da Armada, este último nomeado pelo Presidente do Conselho de Ministros sob proposta do Ministro da Marinha. Contudo, o Presidente da República poderia, sempre que julgasse conveniente, convocar o Conselho General da Armada, assumindo a sua presidência, sendo que, em caso de guerra, o Major General da Armada seria o «comandante em chefe de todas as forças navais em operações, sendo considerado, mesmo em tempos

[17] Assembleia Nacional, 8 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, suplemento ao n.º 9, p. 12.
[18] Assembleia Nacional, 8 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, suplemento ao n.º 9, pp. 12-13.

de paz, hierarquicamente superior a todos os oficiais generais, quaisquer que sejam as funções que desempenham»[19]. A reformulação do Conselho General da Armada complementava, portanto, o projecto de lei relativo à reorganização do Ministério da Marinha, criando as condições para um renascimento da Armada no contexto da política de reforço da defesa nacional prosseguida pelo governo da ditadura.

Poucas semanas depois de ter apresentado estes dois projectos de lei, Álvaro Freitas Morna apresentou um terceiro projecto tendo em vista a criação do Instituto de Hidrografia. Este projecto foi apresentado na sessão n.º 12 da I Legislatura da Assembleia Nacional, em 19 de Fevereiro de 1935. Ao enviar o documento para a Mesa da Assembleia, Freitas Morna esclareceu que o Instituto de Hidrografia seria um dos elementos a enquadrar dentro da projectada Secretaria de Estado da Marinha, em substituição da Direcção de Hidrografia, que fazia parte da então Direcção Geral da Marinha. Freitas Morna salientou ainda que não se trataria de «uma mudança de nomes, mas de reunir num organismo único toda a actividade hidrográfica nacional, hoje dispersa por muitos Ministérios, com grave prejuízo da economia nacional e da eficiência dos serviços»[20]. O deputado complementava, assim, o seu projecto de lei relativo à «Reorganização do Ministério da Marinha».

Álvaro Freitas Morna justificou a criação do Instituto de Hidrografia pela falta de organização de serviços, sendo, a este respeito, categórico na denúncia que fez da desorganização dos serviços que tratavam os assuntos hidrográficos, à época dispersos entre os Ministérios da Marinha, das Obras Públicas e das Colónias. Um problema que resultava em graves inconvenientes para o país, nomeadamente em obras – incluindo portos – iniciadas sem o necessário fundamento hidrográfico e oceanográfico. E, no plano do conhecimento científico, não teve receio em denunciar o facto das costas marítimas das ilhas adjacentes – Madeira e Açores – e das colónias permanecerem «perfeitamente desconhecidas, com gravame do nome de Portugal». E frisou:

> «Nunca se fizeram as cartas hidrográficas respectivas, servindo-nos das cartas marítimas do Almirantado inglês, que contêm erros grosseiros quanto a milhagens, e assistindo ao espectáculo, altamente degradante para o brio e decoro nacionais, de navios de guerra estrangeiros sondarem e fazerem hidrografia ao longo das costas das nossas províncias ultramarinas»[21].

[19] Assembleia Nacional, 8 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, suplemento ao n.º 9, pp. 12-13.
[20] Assembleia Nacional, 20 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 15, p. 291.
[21] Assembleia Nacional, 20 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 15, p. 292.

O projecto de lei de Freitas Morna previa, assim, a necessidade e urgência de realização de estudos hidrográficos na metrópole, ilhas adjacentes e colónias, declarando taxativamente que as costas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira eram ainda «imperfeitamente conhecidas», nunca se tendo procedido à elaboração das respectivas cartas hidrográficas. Enquadrado no Ministério da Marinha, o Instituto de Hidrografia teria, além das suas funções científicas, também uma «finalidade militar, como instrumento eventual de defesa e de soberania nacional em tempo de paz e definida função militar na guerra»[22].

Constituído por 24 artigos, o projecto de criação do Instituto Hidrográfico era um diploma bem articulado, fruto de uma visão de conjunto acerca das necessidades e dos problemas da marinha, da economia marítima e dos conhecimentos hidrográfico e oceanográfico. Várias seriam, pois, as atribuições do Instituto de Hidrografia, nomeadamente:

> a) «Executar estudos hidrográficos e os que com eles se relacionam, necessários à navegação marítima e aérea, à construção e melhoramentos dos portos e de barras de rios navegáveis, às operações navais, defesa costeira e desenvolvimento da ciência;
> b) Construir as cartas hidrográficas e editar e divulgar as que não constituam segredo de Estado;
> c) Proceder a estudos oceanográficos;
> d) Prover a marinha militar do material necessário à navegação e prestar-lhe assistência técnica;
> e) Prestar à marinha mercante assistência técnica e exercer a respectiva inspecção»[23].

Na sua composição orgânica, o diploma estabelecia também que o Instituto de Hidrografia compreenderia, além dos serviços gerais de administração, arquivo e biblioteca a cargo da direcção, três ramos técnicos, a saber: hidrografia, navegação e oceanografia física e química. O Instituto teria o seu quadro permanente constituído por oficiais da marinha engenheiros hidrógrafos, sendo a estes reservado o exercício dos cargos de director, subdirector, comandantes dos navios hidrográficos, chefes de brigada e de repartição. O Instituto Hidrográfico exerceria a sua acção na metrópole, ilhas adjacentes, colónias e nos locais designados para estudos hidrográficos pelo Estado-Maior naval, sendo que teria a categoria de organismo auxiliar de defesa e manutenção da soberania nacional. E, em caso de guerra, dependeria directamente do Major General da Armada[24].

---

[22] Assembleia Nacional, 20 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 15, p. 293.
[23] Assembleia Nacional, 20 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 15, p. 293.
[24] Assembleia Nacional, 20 de Fevereiro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 15, p. 293.

Com esta proposta, Freitas Morna completava o seu esforço legislativo no sentido de reformar o Ministério da Marinha, dotando-o de uma orgânica moderna e eficiente, capaz de promover o ressurgimento da Armada e de fomentar a economia marítima e o conhecimento científico dos assuntos do mar.

Porém, as propostas de lei apresentadas por Freitas Morna não tiveram o melhor acolhimento por parte das instituições políticas do Estado Novo, nomeadamente por parte da Câmara Corporativa e do governo. A este respeito, na sessão n.º 25 da Assembleia Nacional, de 14 de Março de 1935, Álvaro Freitas Morna denunciou o facto dos seus projectos de lei sobre a «Reorganização do Ministério da Marinha» e a remodelação do «Conselho General da Armada» não terem sido ainda apreciados, nem discutidos, o que, no seu entender, fragilizava a posição da marinha no processo de criação dos organismos superiores de defesa nacional, então em acto, por iniciativa do governo do Estado Novo. E deixava o aviso:

> «As responsabilidades das consequências que possam advir para a marinha e para o País, em face do caminho que as cousas estão tomando, a outrem caberão, que não a mim, Sr. Presidente./ Apontei o mal em toda a sua gravidade e julguei que, para o remediar, de alguma cousa serviria o concurso, ainda que modesto, mas honesto, do meu esforço e do meu trabalho, com os projectos de lei que trouxe à Câmara, e que representam o sentir de uma grande maioria da corporação armada – projectos, repito, que motivos que desconheço afastam da discussão»[25].

Por outro lado, no contexto da discussão de uma proposta de lei do governo relativa ao Conselho Superior de Defesa Nacional, Freitas Morna classificou de «carácter essencialmente continental» a política militar do executivo de Salazar. Daí que a organização proposta pelo governo fosse «decalcada na organização francesa de após-guerra», não sendo esta, porém, a mais adequada, do ponto de vista de Freitas Morna, a um país como Portugal. De forma retórica, Freitas Morna questionou:

> «Estamos nós nas condições da França? É a nossa futura guerra uma guerra continental? Ou, pelo contrário, será ela nas colónias? […] Se a guerra provável, para nós, deve vir a desenrolar-se no continente, a organização de defesa nacional, que a proposta de governo encerra, está certa, está muito bem. Mas, se assim não é, está muito mal./ Se a guerra futura vier a desenrolar-se nas colónias, a organização que nos convém deve ter outra característica. Nesse caso, Sr. Presidente, não mais figurino francês. Teremos de volver os olhos para a organização inglesa».

E conclui:

> «Na hipótese da guerra colonial, este diploma está muito longe de ser perfeito. É demasiado francês. Conduz uma grande parte da actividade e energias da Nação para o fortalecimento do nosso poder terrestre, para o desenvolvimento do nosso exército,

[25] Assembleia Nacional, 15 de Março de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 28, p. 531.

> com prejuízo da marinha, com prejuízo do poder naval e ainda das forças coloniais, que aparecem na proposta em plano secundário – quando, pelo contrário, deveríamos tender para o fortalecimento do exército do ultramar e para a unidade de direcção dos dois exércitos metropolitano e colonial e para o desenvolvimento do nosso poder naval»[26].

Freitas Morna denunciava, assim, de forma crítica, a secundarização dos assuntos da marinha – e das colónias – no quadro da política de defesa delineada pelo governo do Estado Novo.

Conseguiu, no entanto, Freitas Morna que os seus projectos de lei fossem efectivamente discutidos pela Assembleia Nacional, ainda que apenas um tivesse sido aprovado na 1.ª Sessão Legislativa. De facto, na sessão n.º 32 da Assembleia Nacional, de 26 de Março de 1935, foi posto à discussão o projecto de lei sobre a remodelação do «Conselho General da Armada», depois da Câmara Corporativa ter dado parecer favorável na generalidade. O mesmo foi aprovado, com algumas alterações, pela Assembleia Nacional. Por proposta de Freitas Morna, a designação «Conselho General da Armada» foi alterada para «Conselho Superior da Armada», por analogia com o Conselho Superior do Exército[27]. Além disso, Freitas Morna salientou que a reorganização desse organismo teria de estar indissociavelmente ligada à reforma do Ministério da Marinha, pelo que lamentou que não tivesse sido dado o carácter de urgência ao projecto de lei por ele apresentado nesse sentido. A este respeito, Freitas Morna foi particularmente crítico da demora na discussão desse diploma, tendo interpelado o Presidente da Assembleia Nacional nos seguintes termos:

> «Pergunto, Sr. Presidente, porque se afasta esse projecto de lei da discussão? Pergunto Sr. Presidente, como montar este Conselho, que é uma parte, sem o todo que é a organização do Ministério da Marinha? Sim, porque esse outro meu projecto de lei refere-se ao esqueleto orgânico do Ministério; ele é o edifício, o todo, o conjunto harmónico e homogéneo, de que este é uma parte, uma dependência, um órgão. Porque se insiste em deixar este projecto de lei imperfeito, como deixámos imperfeitos os conselhos da organização da defesa nacional?»[28].

E, terminando, conclui:

> «Sr. Presidente: eu não sei outra política senão a política da verdade. Foi essa a que me ensinaram. Foi essa a que aprendi. E é essa que me obriga a falar assim»[29].

Tinha razão de ser a crítica feita por Freitas Morna a respeito do atraso na discussão do projecto de lei relativo à «Reorganização do Ministério da Marinha». Porém, o parecer da Câmara Corporativa, a respeito desse projecto, só foi apresentado

---

[26] Assembleia Nacional, 15 de Março de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 28, p. 532.
[27] Assembleia Nacional, 27 de Março de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 35, pp. 656-668.
[28] Assembleia Nacional, 27 de Março de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 35, pp. 658.
[29] Assembleia Nacional, 27 de Março de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 35, pp. 658.

à Assembleia Nacional na sessão n.º 43, de 9 de Abril de 1935, ou seja quase no final da 1.ª Sessão Legislativa. Em vão, Freitas Morna solicitou ao Presidente da Assembleia Nacional para que o mesmo fosse discutido no dia seguinte, mas o pedido foi recusado, pelo que a discussão foi adiada para a 2.ª Sessão Legislativa[30].

Paralelamente ao adiamento da discussão desse projecto, Freitas Morna viu-se nas condições de ter de retirar o seu projecto de lei de criação do Instituto de Hidrografia, devido quer ao teor do parecer emitido pela Câmara Corporativa, quer à posição assumida pelo Presidente da Assembleia Nacional. Senão vejamos.

O parecer emitido pela Câmara Corporativa truncou o projecto de lei apresentado por Freitas Morna, considerando que o mesmo se deveria reduzir a um conjunto de bases legislativas, mais precisamente a cinco bases, tidas por «estritamente necessárias para a organização dos serviços a que ele se refere, com vantagem para os serviços e melhor respeito da Constituição». Na prática, o parecer da Câmara Corporativa aniquilava o projecto de lei apresentado por Freitas Mornas[31]. Face ao teor desse parecer, Álvaro Freitas Morna procurou defender o seu projecto de lei sobre a criação do Instituto de Hidrografia, na sessão n.º 44 de Assembleia Nacional, de 10 de Abril de 1935, conseguindo que o mesmo fosse discutido pela Assembleia Nacional. Durante a discussão, Freitas Morna denunciou aquilo que designou de «ataque desordenado e infundamentado ao projecto» por parte da Câmara Corporativa, que a terá levado, inclusivamente, a cair em contradições. E, de forma desassombrada, declarou:

> «O ataque é tam grande que a Câmara Corporativa começa por alterar o nome do Instituto e acaba por aniquilar totalmente a economia do projecto, reduzindo-o a umas bases tam vagas e nebulosas que se fossem aprovadas colocariam o problema da hidrografia em pior situação do que aquela em que ele se encontra. Começa, como disse, por modificar o nome, sem que essa modificação nada signifique. Depois invoca o artigo 92.º da Constituição, pretendendo insinuar que o projecto não obedece aos preceitos constitucionais»[32].

Prosseguindo no seu discurso, Freitas Morna solicitou à Assembleia Nacional a não-aceitação das bases apresentadas no parecer da Câmara Corporativa. Mas, ainda que «cumprimentado» por alguns deputados, a verdade é que o projecto suscitou a oposição de outros parlamentares, nomeadamente a de Francisco José Vieira Machado, que o considerou inconstitucional na parte a que se refere às colónias,

---

30 Assembleia Nacional, 10 de Abril de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 45, p. 957.

31 Assembleia Nacional, 3 de Abril de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 40, pp. 827-830. Note-se que o parecer da Câmara Corporativa tem data de 1 de Abril de 1935, sendo assinado por Joaquim Abranches, Francisco Henrique Brito do Rio, Júlio Ferreira Neves, José Filipe de Barros Rodrigues, António Vicente Ferreira, Joaquim Anselmo da Mata Oliveira, António dos Santos Viegas.

32 Assembleia Nacional, 12 de Abril de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 46, p. 988.

por considerar não ser da competência da Assembleia Nacional legislar em matéria colonial, invocando para o efeito o artigo 27.º do Regimento. Posição semelhante foi tomada pelo Presidente da Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis, o qual declarou:

> «Como, em face do Regimento, compete ao Presidente sustar o andamento dos projectos logo que se verifique a sua inconstitucionalidade, eu suspendo a discussão e votação da parte do projecto do Sr. Deputado Freitas Morna que se refere às colónias porque entendo que, na verdade, nesse ponto, é inconstitucional»[33].

Perante a resolução tomada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Freitas Morna apresentou, de imediato, requerimento para retirar o seu projecto de discussão, intervindo com veemência:

> «Ao formular este projecto de lei, o meu pensamento foi, pela centralização dos serviços hidrográficos, hoje dispersos por Ministérios diferentes, dar-lhes unidade e a necessária eficiência./ A resolução de V. Ex.ª vem mutilá-lo e destruir todo o objectivo que com ele tive em vista. Por isso requeiro autorização para retirar o meu projecto da discussão»[34].

Posto a votação, foi aprovado o requerimento, tendo o projecto de lei sido retirado de discussão. A 1.ª Sessão Legislativa terminava, assim, com uma derrota para Freitas Morna, o qual havia obtido somente a aprovação de um dos três projectos por si apresentados no início dessa sessão. Ficava para a 2.ª Sessão Legislativa a discussão sobre o projecto de lei relativo à «Reorganização do Ministério da Marinha».

Durante a 2.ª Sessão Legislativa (1935-1936), Freitas Morna esteve principalmente focado em trazer à discussão o seu projecto de lei sobre a «Reorganização do Ministério da Marinha», ainda que também tenha manifestado algumas opiniões acerca de outras matérias, nomeadamente sobre a proposta de lei relativa à reorganização do Ministério da Instrução. Discutiu também a proposta de lei n.º 65, relativa à autorização das receitas e despesas para o ano de 1936, bem como a proposta de lei relativa aos vencimentos dos Ministros e Sub-Secretários de Estado. Expressou, igualmente, o seu pesar pela morte do rei Jorge V, de Inglaterra. Mas foram os assuntos relacionados com a marinha e a questão da reorganização do respectivo Ministério que, efectivamente, centraram a atenção de Freitas Morna. E foi também sobre esta matéria que se produziu o principal embate com o governo de Salazar.

De facto, ignorando o projecto de lei apresentado por Freitas Morna sobre a «Reorganização do Ministério da Marinha», o governo fez publicar, nas vésperas da abertura da 2.ª Sessão Legislativa da Assembleia Nacional, o decreto n.º 26.120, de

[33] Assembleia Nacional, 12 de Abril de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 46, p. 993.
[34] Assembleia Nacional, 12 de Abril de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 46, p. 993.

24 de Novembro de 1935, que tratava da organização do Ministério da Marinha. Perante a decisão do governo, Freitas Morna anunciou, na primeira sessão do novo período de trabalhos parlamentares, um aviso prévio, tendo a sua discussão sido agendada para a sessão de 17 de Dezembro de 1935. Porém, o governo, tendo tido conhecimento da formulação desse aviso prévio, procurou contorná-lo, fazendo substituir o referido decreto por um outro, com o n.º 26.148, de 14 de Dezembro. Como seria de esperar, o procedimento do governo provocou o forte desagrado de Freitas Morna, que classificou a manobra de «acto infeliz do Governo», manifestando a sua total discordância. A este respeito, Freitas Morna acusou o governo de desrespeito pelas funções da Assembleia Nacional e de agir contra a lei. São suas as seguintes palavras:

> «Quando o Governo usa da sua autoridade e até da lei – mas absolutamente fora do espírito da lei e, neste caso, até contra a própria lei – para actos como o da publicação deste decreto, que envolvem inteiro desprezo pelas funções desta Câmara, é necessário, para bem da Nação, para dignificação dos poderes que a Constituição à própria Câmara confere, que o facto não passe à revelia, que sobre ele não se faça silêncio. Não sou eu, como autor do projecto de lei que sobre a reorganização da Armada tive a honra de apresentar à Assembleia Nacional, quem está em foco. Não sou eu o atingido pela publicação desse decreto. A partir do momento em que depus nas mãos honradas de V. Ex.ª [Presidente da Assembleia Nacional] esse projecto, ele deixou de ser meu para pertencer à Câmara. É portanto a Câmara inteira quem está em foco, é o seu prestígio, é a sua função»[35].

Prosseguindo na sua intervenção, Freitas Morna não teve dúvidas em considerar que o governo pretendia «furtar à Câmara a faculdade de se pronunciar sobre tal reorganização», considerando o facto «profundamente desolador no triste espectáculo que oferece ao país». Além disso, incidindo sobre o decreto publicado pelo governo, Freitas Morna classificou de «péssima» a doutrina que o mesmo encerra e, mais grave ainda, de ser ilegal e inconstitucional, por ferir por mais que uma forma as disposições da Constituição. Perante isto, Freitas Morna decidiu apresentar uma moção à Assembleia Nacional, declarando inconstitucional o decreto n.º 26.148, de 14 de Dezembro de 1935[36].

Porém, a moção apresentada por Freitas Morna teve a oposição de vários deputados, nomeadamente dos deputados Carneiro Pacheco e Mário de Figueiredo. O primeiro considerou que a moção não deveria ser votada por ser «uma sentença cominatória imediata», ao passo que Mário de Figueiredo apresentou um requerimento no sentido da «Assembleia sobrestar na votação da moção do Sr.

[35] Assembleia Nacional, 18 de Dezembro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 55, p. 102.
[36] Assembleia Nacional, 18 de Dezembro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 55, p. 105.

Álvaro Morna até que se discuta o projecto de S. Ex.ª, com cuja aprovação ou não aprovação nós poderemos obtemperar a todas as dificuldades que a questão suscita». Consultada a Assembleia, foi aprovado o requerimento apresentado por Mário de Figueiredo, tendo o Presidente da Assembleia Nacional encerrado de imediato o debate[37]. Este incidente é demonstrativo da independência política e até da coragem de Freitas Morna, que não teve pejo em afrontar o governo da ditadura, criticando as suas decisões e protestando contra o assacar de funções, por parte do executivo, à Assembleia Nacional.

A debalde das contrariedades, Freitas Morna conseguiu que o seu projecto de lei sobre a «Reorganização do Ministério da Marinha» fosse discutido pela Assembleia Nacional nas sessões n.º 55, 56 e 57, de 7, 8 e 9 de Janeiro de 1936, tendo sido igualmente discutida a moção apresentada por esse deputado a respeito do decreto n.º 26.148 de 14 de Dezembro de 1935. Tratou-se de um debate longo e "acalorado", que revelou notáveis diferenças de opinião entre os deputados, sobretudo no que dizia respeito à questão da inconstitucionalidade do decreto governamental. Foi particularmente duro, em termos verbais, o confronto entre Freitas Morna e o deputado Ortins Bettencourt, também este oficial da marinha, cuja posição era favorável ao decreto do governo, tendo, ao invés, criticado o projecto de lei apresentado por Freitas Morna. Este replicou, declarando que o seu projecto tinha sido o produto do trabalho aturado de uma comissão formada por vários oficiais da marinha, incluindo o próprio Ortins Bettencourt, o qual inicialmente tinha dado o seu apoio (mas que agora não o só retirava, como ainda o criticava).

No geral, o debate revelou o relativo isolamento de Freitas Morna numa Assembleia que não estava disposta a afrontar as disposições do governo. Prevaleceu, pois, a posição governativa, secundada pelas posições expressas pelos deputados Carneiro Pacheco e Albino dos Reis. Relativamente à moção de inconstitucionalidade apresentada por Freitas Morna, Carneiro Pacheco respondeu com a apresentação de uma outra moção, que reconhecia e declarava «a constitucionalidade do decreto n.º 26.148, de 14 de Dezembro de 1935, excepto na parte em que incluiu no Conselho Superior da Armada o director geral da marinha». Esta moção, votada favoravelmente pela maioria dos deputados, prejudicou a moção apresentada por Freitas Morna[38]. No que diz respeito ao projecto de lei sobre a «Reorganização do Ministério da Marinha», por sugestão do deputado Albino dos Reis, o Presidente da Assembleia

[37] Assembleia Nacional, 18 de Dezembro de 1935, *Diário das Sessões*, n.º 55, pp. 108-109.
[38] Assembleia Nacional, 9 de Janeiro de 1936, *Diário das Sessões*, n.º 60, pp. 194-196.

Nacional remeteu, novamente, o diploma à Assembleia Corporativa, para que este desse parecer sobre o mesmo à luz do novo decreto governamental, um decreto que não existia aquando da emissão do parecer inicial por essa Câmara[39]. Na prática, encerrou-se o debate, e de forma definitiva, sobre o projecto de lei apresentado por Freitas Morna.

Derrotado nos seus intentos legislativos e não dispondo de apoios sólidos dentro da Assembleia Nacional, Freitas Morna não voltou a apresentar individualmente projectos de lei. No embate com o governo, ficava patente a força do executivo, mas também a coragem e a independência do deputado Álvaro Freitas Morna, que continuou a intervir regularmente nas sessões parlamentares.

Neste sentido, ainda durante a 2.ª Sessão Legislativa, Freitas Morna interveio, como já referimos, no debate sobre as bases da proposta de lei relativa à reorganização do Ministério da Instrução, manifestando, como católico, a sua oposição à imposição do crucifixo nas escolas primárias de ensino público. A este respeito, Freitas Morna sublinhou que, segundo a Constituição, o Estado era neutro em matéria religiosa, considerando que «não é nas escolas, e muito menos por esta forma, o lugar do crucifixo. O lugar do crucifixo é no templo, é nas igrejas, no recolhimento sagrado da casa de Deus e no recolhimento das nossas casas, como símbolo das nossas crenças, que pertencem ao foro íntimo de cada um de nós»[40].

Na 3.ª Sessão Legislativa (1936-1937), Freitas Morna interveio também sobre várias questões do foro militar, económico e social, com destaque para as suas propostas de alteração e de emenda à proposta de lei respeitante às Casas dos Pescadores (Janeiro de 1937). Discutiu ainda as propostas de lei sobre o recrutamento, serviço militar e organização geral do Exército (Maio/Junho de 1937) e enviou um aviso prévio sobre os serviços de assistência e salvação do porto de Lisboa (6 e 16 de Abril de 1937). Mas, em termos políticos, a sua intervenção mais notável disse respeito à situação dos oficiais que haviam participado em movimentos políticos de oposição ao regime, pronunciando-se a favor da sua amnistia na sessão n.º 136 da Assembleia Nacional, de 18 de Maio de 1937. Compartilhando as posições expressas pelos deputados Vasco Borges, coronel Fernando Borges, comandante Lobo da Costa e Querubim Guimarãis, Freitas Morna apelou à:

> «Clemência e benevolência por parte do Governo no sentido de uma ampla amnistia que ao mesmo tempo trouxesse o pão, a felicidade, a alegria de viver a tantos lares de oficiais demitidos, separados e reformados por motivos políticos, que vivem na mais

[39] Assembleia Nacional, 10 de Janeiro de 1936, *Diário das Sessões*, n.º 61, p. 207.
[40] Assembleia Nacional, 12 de Fevereiro de 1936, *Diário das Sessões*, n.º 77, p. 480.

> confrangedora miséria – amnistia que servisse ainda de reparação a tantas injustiças relativas, algumas aqui apontadas e muitas outras do conhecimento de todos nós».

E conclui:

> «Todos que, com honra, com elevação e patriotismo prestaram serviços ao País são dignos do nosso respeito e admiração; a todos acolhemos, desde que acatem a ordem social e a organização política que criámos./ Para prestígio do Estado e dignificação da situação política, por tudo que é nobre, generoso, e sinceramente animado de espírito de justiça, peço ao Governo uma ampla amnistia no dia 28 de Maio, reintegrando no Exército e na Marinha, e nas situações que o seu critério de justiça lhe indicar, os oficiais de todos os movimentos políticos, republicanos e monárquicos, que pelo seu passado e serviços prestados ao País e que pela sua honra e dignidade garantam acatar e defender a nossa organização social e política./ Procedendo assim, o Governo terá praticado um grande acto de justiça, um grande acto político, e prestado altíssimo serviço à Situação e ao País»[41].

O apelo de Freitas Morna mostrava a sua moderação e abertura política aos meios militares que se tinha oposto à ditadura criada pelo golpe de 28 de Maio de 1926. Por tudo isto, podemos perceber que Freitas Morna era um homem tolerante, favorável ao apaziguamento da situação política do país e, possivelmente, aberto ao diálogo com os sectores moderados da oposição. Além disso, a sua era uma voz independente dentro da Assembleia Nacional, ainda que sem a força necessária para impor as soluções que considerava mais adequadas para os problemas da nação.

Na 4.ª Sessão Legislativa (1937-1938), Freitas Morna centrou a sua atenção, entre outros assuntos, nas matérias relacionadas com as obras de hidráulica agrícola do rio Mondego, encarando-o como um problema de interesse nacional. Como tal, em 7 de Abril de 1938, apresentou sobre o assunto um aviso prévio, bem como uma moção conjunta no sentido da Assembleia Nacional solicitar ao governo medidas e o estudo urgente dos planos – divergentes – apresentados pela Junta do Rio Mondego e pela Junta Autónoma de Hidráulica Agrícola[42].

Reeleito para a II Legislatura da Assembleia Nacional, Álvaro Freitas Morna foi, neste mandato, muito menos interventivo do que tinha sido ao longo da legislatura anterior, em especial a partir da 2.ª Sessão Legislativa (1939-1940). Aliás, nesta sessão não registou intervenções, ao passo que, na 4.ª Sessão Legislativa (1941--1942), usou da palavra fundamentalmente para exprimir o seu protesto a respeito da violação da neutralidade portuguesa por via da invasão de Timor por forças militares holandesas e australianas em Dezembro de 1941[43]. Note-se que a questão

[41] Assembleia Nacional, 18 de Maio de 1937, *Diário das Sessões*, n.º 138, p. 747.
[42] Assembleia Nacional, 8 de Abril de 1938, *Diário das Sessões*, n.º 184, pp. 670-688.
[43] Assembleia Nacional, 20 de Dezembro de 1941, *Diário das Sessões*, n.º 112, p. 85

da neutralidade portuguesa face ao espoletar da guerra mundial já tinha sido objecto de uma intervenção de Freitas Morna na sessão n.º 46 da Assembleia Nacional, de 9 de Outubro de 1939. Nessa ocasião, Freitas Morna lamentou o «martirológio do povo polaco» e manifestou as suas posições pró-britânicas, salientando «os compromissos que a honra e a dignidade da Nação devem à Aliança com a Inglaterra». Por isso, ainda que apoiando a declaração de neutralidade portuguesa por parte do governo de Salazar, a quem manifestou o seu respeito e admiração, Freitas Morna sublinhou que a neutralidade não excluía a necessidade de preparar o país para todas as eventualidades em caso de um alastramento do conflito. E terminou o seu discurso com um apelo à «união de todos os portugueses»[44].

No quadro ainda das questões relacionadas com a defesa nacional, importa referir que Álvaro Freitas Morna já havia, anteriormente, expresso as suas preocupações sobre a «situação verdadeiramente alarmante em que se encontra o País em face do gravíssimo problema da defesa passiva da população civil contra os ataques aéreos e efeitos da guerra química». Consciente da eminência de novo conflito mundial, Freitas Morna, em Março de 1939, havia alertado a Assembleia Nacional e o governo para a necessidade de preparar o país para a guerra, nomeadamente a criação de condições para a defesa e salvaguarda da população civil. Freitas Morna foi, a este respeito, categórico: «Não temos uma máscara antigás, não dispomos de um abrigo, não possuímos o mais rudimentar vislumbre de organização de defesa, não há nem pálida sombra de treino das populações contra as trágicas emergências que um conflito armado possa fazer desabar sobre nós». Daí pedir medidas imediatas, por parte do governo, para colmatar esta grave situação[45].

Além das considerações a respeito da neutralidade portuguesa e do conflito mundial, Freitas Morna manifestou, mais uma vez, a sua estima e admiração pelo Chefe de Estado, General Carmona, cuja acção seria fundamental para garantir a unidade da nação. Na já mencionada sessão n.º 46 da Assembleia Nacional, de 9 de Outubro de 1939, Freitas Morna referiu-se, por exemplo, à viagem do Presidente da República ao Império Colonial Português e à União Sul-Africana, considerando essa mesma viagem «um dos mais transcendentes actos da nossa política interna e colonial, de larga projecção na vida externa da Nação». Freitas Morna não teve dúvidas em considerar que a viagem presidencial atestou ao mundo «a perfeita unidade do Império e a nossa capacidade de grande Nação colonial» e enfatizou os méritos do

[44] Assembleia Nacional, 10 de Outubro de 1939, *Diário das Sessões*, n.º 47, pp. 454-455.
[45] Assembleia Nacional, 3 de Março de 1939, *Diário das Sessões*, n.º 29, pp. 431-432

Presidente da República, «mensageiro de Portugal», por ter ido «em terras de além-mar vincular a comunhão espiritual de todos os portugueses no culto e grandeza da Pátria»[46].

Posteriormente, Freitas Morna tratou da questão da celebração da Concordata de 7 de Maio de 1940 com a Santa Sé, exprimindo o seu regozijo como português, como católico e como deputado pela assinatura do acordo. De grande significado foi o seu discurso proferido na sessão extraordinária da Assembleia Nacional de 25 de Maio de 1940, na presença do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Nessa ocasião, Freitas Morna não só manifestou o seu júbilo pela celebração da Concordata, como elogiou a acção do governo, tendo definido o documento como o «acto de maior grandeza da nossa política externa». Considerou, aliás, que o acordo não só consagrava a separação entre Estado e Igreja, como salvaguardava plenamente a liberdade e os direitos da Igreja: «Nem clericalismo, nem estatismo, nem a Igreja a intervir nos negócios do Estado, com ofensa da consciência política da Nação, nem o Estado oprimindo, cerceando as justas regalias e liberdade da Igreja, com grave ofensa dos seus direitos e da consciência católica do País». Mas Freitas Morna aproveitou também o momento para manifestar a sua posição face à guerra europeia, nomeadamente a sua oposição e o repúdio da ideologia nazista, precisamente no momento em que as tropas alemãs avançavam na Europa Ocidental, ocupando vários países, incluíndo a França. São suas as seguintes palavras:

> «Sr. Presidente: a Concordata, de tam larga projecção na vida interna e externa da Nação, é assinada precisamente neste momento cruciante da história da humanidade em que correm rios de sangue numa Europa em armas, em que o próprio mundo e a civilização parecem ruir sob a ameaça do paganismo e de domínios de força e de raça que se pretendem divinizar elevando sacrilegamente a idolatria a culto religioso./ E é o Chefe Supremo da Igreja, que com Portugal estabelece Concordata – o Sumo Pontífice, a nobilíssima figura de Pio XII, digno sucessor de Leão XIII, de Bento XV, de Pio X, de Pio XI – quem toma, com toda a autoridade da sua força espiritual, a magnifica posição de honra e de bondade, e de inteligência e de clarividência em face da grande tragédia – condenando a violência dos opressores, abençoando os fracos vítimas do despotismo escravizante»[47].

Por outro lado, além das questões de ordem política, Freitas Morna não deixou de estar atento à situação económica e social do país. Particularmente incisiva foi a sua intervenção sobre o regime corporativo em Portugal. Declarando-se a favor do corporativismo enquanto doutrina, Freitas Morna apontou, contudo, as

[46] Assembleia Nacional, 10 de Outubro de 1939, *Diário das Sessões*, n.º 47, pp. 454-455.
[47] Assembleia Nacional, 27 de Maio de 1940, *Diário das Sessões*, n.º 89, p. 79.

fragilidades da sua aplicação em Portugal, sendo disso exemplos a elevada taxa de desemprego e a precariedade da assistência no plano social às populações mais desfavorecidas. Afirmou, aliás, que, na prática, não existia uma economia corporativa em Portugal, mas sim uma forma de «estatismo», pois o Estado comandava *de facto* a actividade económica, o que contrariava os princípios do corporativismo consagrados pela Constituição de 1933[48]. Além disso, interveio, por diversas vezes, no sentido de defender a economia marítima, tendo prestado particular atenção aos problemas relacionados com a pesca e o comércio do bacalhau, fundamentais para a economia portuguesa e para a alimentação da população. Requereu, a este respeito, esclarecimentos sobre a indústria da pesca do bacalhau ao Ministério do Comércio e Indústria, por intermédio dos organismos chamados corporativos e de coordenação económica[49]. Esclarecimentos esses que considerou insuficientes, dada a exiguidade da informação que lhe foi fornecida pelos organismos competentes, tendo, pois, declarado tomar a iniciativa de enviar para a Mesa um aviso prévio a respeito do problema da pesca do bacalhau e do seu comércio[50].

Paralelamente, Freitas Morna exprimiu a sua preocupação pelos efeitos nefastos do violento ciclone que assolou Portugal na madrugada de 15 de Fevereiro de 1941. Com ventos fortíssimos, que nalguns casos ultrapassaram os 150 km/h, e um conjunto de alagamentos repentinos, o ciclone deixou um rastro de destruição em todo o país, incluindo um elevado número de vítimas mortais, superior a uma centena. A frota pesqueira sofreu fortes danos, habitações e imóveis de diverso tipo foram danificados, as redes eléctrica e viária foram afectadas e a floresta sofreu com a perda de centenas de milhares de árvores que foram arrancadas pelo vento. A economia agrícola, sobretudo a de tipo familiar, foi bastante fustigada, levando à ruína económica milhares de famílias de pequenos agricultores e camponeses[51]. Na sua intervenção, Freitas Morna referiu-se precisamente aos estragos causados pelo ciclone, especialmente no que dizia respeito à destruição de árvores e às suas consequências para a economia agrária, tendo calculado em cerca de 50% a destruição da riqueza florestal do país. Como tal, solicitou a promulgação de medidas por parte do governo para auxiliar e proteger os pequenos proprietários e evitar a especulação e o aproveitamento da situação por parte de oportunistas. Sugeriu aliás a fixação de preços de compra e de venda e a dotação das verbas necessárias aos organismos

[48] Assembleia Nacional, 3 de Fevereiro de 1939, *Diário das Sessões*, n.º 29, pp. 240-245.
[49] Assembleia Nacional, 20 de Janeiro de 1939, *Diário das Sessões*, n.º 21, pp. 161-162.
[50] Assembleia Nacional, 17 de Fevereiro de 1939, *Diário das Sessões*, n.º 39, pp. 356-357.
[51] Cf. NUNES, 2012, «O "Ciclone" de fevereiro de 1941: análise histórico-geográfica dos seus efeitos no município de Coimbra», pp. 53-60.

económicos competentes para que estes procedessem à aquisição e à constituição de *stocks* de produtos florestais, de maneira a minorar a «miséria de tantos milhares de proprietários atingidos pelo cataclismo que feriu o País»[52].

Neste contexto, ainda que tenha sido mais comedido no número de intervenções nas sessões da II Legislatura, Álvaro Freitas Morna não deixou de participar activamente nos trabalhos da Assembleia Nacional, tendo intervindo em matérias do foro político, institucional, económico e social. Intervenções que revelam um deputado atento à situação interna do país e, ao mesmo tempo, consciente da gravidade da situação internacional e da delicada posição de Portugal no contexto da guerra mundial.

O Governo-Geral de Álvaro Freitas Morna em Angola[53]

Em Abril de 1942, Álvaro Freitas Morna foi, formalmente, empossado Governador-Geral de Angola. Tratou-se de uma mudança muito significativa no percurso político de Freitas Morna, que passou a exercer funções executivas e de governo da maior colónia portuguesa em África. O convite para exercer esse cargo foi-lhe dirigido directamente pelo Presidente do Conselho de Ministros, Salazar. Inicialmente, Freitas Morna recusou o convite, mas depois, «atendendo ao seu espírito de dever, aceitou o cargo que lhe fora oferecido e partiu para Angola»[54]. Desconhecemos, na verdade, os motivos que determinaram esse convite. Freitas Morna não era elemento próximo de Salazar. Era, sim, próximo do Presidente da República e não é de todo improvável que o seu nome tivesse sido sugerido pelo General Carmona ao chefe do governo.

Importa, contudo, ter em consideração que Álvaro Freitas Morna foi nomeado Governador-Geral num momento de crise da administração colonial portuguesa em Angola, mais precisamente na sequência de uma tentativa de secessão por parte dos colonos brancos e de uma ameaça de invasão por forças sul-africanas[55]. Além disso, a acção repressiva do anterior Governador-Geral, Marques Mano, havia suscitado uma forte reacção por parte da hierarquia local da Igreja Católica. O

[52] Assembleia Nacional, 22 de Fevereiro de 1941, *Diário das Sessões*, n.º 104, p. 235.

[53] Esta secção do artigo é, em parte, devedora de um outro estudo por nós publicado, a saber: PIMENTA, 2022, «O Governo-Geral de Álvaro de Freitas Morna em Angola […]», pp. 35-72.

[54] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT), Arquivo António Oliveira Salazar (AOS)/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador-Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943. Carta de Álvaro de Freitas Morna a Salazar, datada de Luanda, 22 de Março de 1943.

[55] Sobre o assunto veja-se: PIMENTA, 2022, «White Settlers' Anti-Fascist and Anti-Colonial Movements in Angola (1930–1945)», pp. 74-99.

Vigário Geral de Angola, Monsenhor Alves da Cunha, havia sido mesmo detido e deportado para a metrópole a bordo de um navio mercante (Novembro de 1941). O facto motivou a intervenção do Arcebispo de Luanda, D. Moisés Alves de Pinho, que exigiu o fim da repressão na colónia e a libertação do Vigário Geral, escrevendo directamente a Salazar e a Carmona. O Arcebispo ameaçou, aliás, usar a influência da igreja para "combater" o autoritarismo da administração colonial caso as suas exigências não fossem atendidas. Inteirado da matéria, o Presidente da República remeteu o assunto a Salazar, com a indicação para que este resolvesse rapidamente o problema. O chefe de governo mandou então libertar o Vigário Geral, Monsenhor Alves da Cunha, exonerou o Governador-Geral, em 27 de Novembro de 1941, e procurou encontrar uma solução de apaziguamento das tensões políticas em Angola, até porque o contexto internacional era delicado e era necessário evitar alterações à ordem nas colónias. Foi, pois, neste contexto que Álvaro Freitas Morna foi nomeado Governador-Geral de Angola[56].

Mas, antes de passarmos propriamente à análise do governo de Álvaro Freitas Morna, importa considerar ainda o quadro político, económico e social angolano, para melhor compreendermos a sua actuação.

No início da década de 1940, Angola fazia parte de um Estado imperial altamente centralizado e autoritário, governado a partir da metrópole sob o olhar atento de Salazar. De facto, com a promulgação do Acto Colonial, em Maio de 1930[57], Salazar tinha eliminado os vestígios da política descentralizadora da Primeira República. O cargo de Alto-Comissário fora extinto, tendo sido substituído pelo de Governador--Geral, cuja categoria foi, no dizer de José de Sousa e Faro, «baixada até ao nível de um simples executor de mandatos imperativos ministeriais, interferindo-se assim de tão longe, nos mais insignificantes detalhes de uma grande administração colonial»[58]. Todos ou quase todos os órgãos de representação política na colónia tinham sido encerrados e as próprias eleições municipais haviam sido suspensas por tempo indeterminado. Além disso, apesar das aspirações autonomistas dos colonos brancos, o Estado Novo havia vedado a sua participação no processo de decisão política e a força policial fora usada com veemência para debelar qualquer foco de

[56] Importa ter em atenção que não foi imediata a nomeação de um novo titular para o exercício do cargo de Governador-Geral. Na sequência da exoneração de Marques Mano, a governação ficou interinamente a cargo de Abel de Abreu Sotto Mayor, na qualidade de Encarregado de Governo. Cf. PIMENTA, 2022, «White Settlers' Anti-Fascist and Anti-Colonial Movements in Angola (1930–1945)», pp. 74-99.

[57] COLÓNIAS, Ministério das, 1930, *Acto Colonial*, decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930.

[58] FARO, 1932, *Angola. Como eu a vi em 1930-1931*, p. 231. José de Sousa e Faro foi Governador-Geral de Angola em 1930-1931.

resistência. Por meio da repressão, a ditadura conseguira, ao longo da década de 1930, abafar o protesto autonomista dos colonos brancos, que tinha sido bastante vigoroso no tempo da Primeira República[59]. Alguns colonos foram perseguidos, presos e deportados; a imprensa foi submetida à censura prévia e alguns jornais foram encerrados; a maçonaria foi proibida em 1935[60] e as demais agremiações para-maçónicas foram definitivamente encerradas em 1938[61]; os direitos e as liberdades políticas foram em larga medida suprimidos.

Além disso, a ditadura havia promulgado legislação económica que favorecia os interesses metropolitanos em detrimento das aspirações dos colonos e nativos. Essa legislação assentava na lógica do pacto colonial, segundo o qual a colónia deveria produzir a baixo-custo matérias-primas para a metrópole e, em troca, receber as produções metropolitanas, muitas das vezes a preços inflacionados ou mesmo exorbitantes. O objectivo era assegurar o desenvolvimento do sector comercial *import-export* metropolitano, capaz de alavancar o processo de industrialização português e garantir o escoamento de certos produtos metropolitanos, nomeadamente as bebidas alcoólicas, os têxteis e outros produtos manufacturados[62]. As produções coloniais, pelo contrário, eram vendidas a baixos preços à metrópole, prejudicando assim gravemente os produtores angolanos[63]. De referir, contudo, que algumas das principais produções angolanas estavam em larga medida nas mãos do capital externo,

[59] Note-se que, em Março de 1930, os colonos brancos protagonizaram uma rebelião contra as autoridades coloniais, em especial contra a governação autoritária do Alto-Comissário Filomeno da Câmara. Contudo, os revoltosos não conseguiram manter o poder por muito tempo, pelo que tiveram de negociar um acordo com o governo de Lisboa. Salazar, então Ministro das Colónias, demitiu o Alto-Comissário Filomeno da Câmara e a situação estabilizou, retomando-se o controlo da colónia em Maio de 1930. Pouco depois, teve início uma onda repressiva que afectou duramente a minoria branca e que se prolongou pela década de 1930. Public Record Office (PRO), Foreign Office (FO) 371/15030, Consul-General Smallbones to Mr. A. Henderson, 29-07-1930. Cf. PIMENTA, 2008, *Angola. Os Brancos e a Independência*, pp. 150-160.

[60] O Estado Novo decretou a extinção da maçonaria em território português em 1935. Cf. MALTEZ, 2016, *Do Império Por Cumprir II* […], p. 63.

[61] Em 3 de Janeiro de 1938 foi dada aplicação em Angola ao disposto no decreto de 23 de Abril de 1937, que ordenava a dissolução de todos os organismos que tivessem uma denominação que pudesse confundir-se com a dos organismos corporativos. Segundo José Adelino Maltez foram abrangidas pelo decreto as seguintes agremiações de carácter maçónico: Grémio Pátria Integral (Luanda), Grémio Salvador Correia (Luanda), Grémio Camabatela (Camabatela), Grémio Paz e Trabalho (Malange), Grémio Paulo Dias de Novais (Malange), Grémio Lusitânia (Benguela), Grémio Recreativo de Seles (Vila Nova de Seles), Grémio Pátria Nova (Silva Porto), Grémio Pátria Livre (Moçâmedes). Outras lojas maçónicas teriam sido dissolvidas anteriormente, nomeadamente as lojas Independência Nacional (Luanda), Fraternidade Colonial (Bié) e Lusíadas (Lubango). Cf. MALTEZ, 2016, *Do Império Por Cumprir II* […], pp. 63 e 75.

[62] MARGARIDO, 1991, «Prefácio», pp. 13-14.

[63] TORRES, 1991, *O Império Português entre o real e o imaginário*; TELO, 1994, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*.

tanto metropolitano, como estrangeiro, com especial destaque para o algodão e os diamantes. Os transportes e as comunicações, como por exemplo as companhias de navegação e o Caminho de Ferro de Benguela, também eram controlados por empresas formadas por capital metropolitano e internacional, pelo que a "burguesia angolana", ou seja, o capital centrado e radicado na colónia, via-se afastada de sectores vitais da economia, não participando dos seus lucros e dividendos[64].

Entre a legislação promulgada na década de 1930, deve-se destacar, pelo seu carácter particularmente danoso para o desenvolvimento do território, as leis do condicionamento industrial, que limitaram deliberadamente o processo de industrialização de Angola, de forma a não fazer concorrência às indústrias metropolitanas. Por outro lado, a «Lei das Transferências» (decreto 19.773, de Maio de 1931) minou a iniciativa e a autonomia de acção da burguesia angolana. O decreto procurava obter o equilíbrio orçamental de Angola, por via da regularização dos pagamentos externos da colónia e a promoção da poupança de divisas. Porém, o alcance real dessa lei foi muito maior, uma vez que constituiu um poderoso instrumento de controlo e supervisão da economia angolana pelo governo metropolitano, permitindo dirigir completamente tanto o comércio externo, como os investimentos na colónia[65]. Além disso, o Estado Português impôs à colónia uma política de severa austeridade financeira, que resultou na redução substancial do quadro administrativo de Angola. Assim, o decreto 19.381, de 24 de Fevereiro de 1931, intitulado «Reorganização Administrativa de Angola», iniciou a política de sacrifícios tão cara ao salazarismo, pela promoção da «concentração e redução eficiente dos serviços e quadros»[66]. Com esse decreto, Lisboa atacava um dos fundamentos do poder na sociedade colonial, a burocracia colonial, que ainda assegurava uma posição de prestígio tanto a brancos, como aos estratos médios africanos, mestiços e assimilados. De resto, a maioria dos lugares de chefia – e até posições intermédias da administração – eram confiados a funcionários provenientes da metrópole, bloqueando assim o acesso dos filhos dos colonos aos melhores empregos no funcionalismo público.

Todas estas medidas visavam não só fortalecer a posição da metrópole – e da burguesia metropolitana –, como também evitar a repetição em Angola daquilo que aconteceu no Brasil no século XIX, ou seja a formação de uma base económica

[64] PRO, FO 371/39583, *Angola reports on political and economic conditions*, 1944 (From Donald – Anglo--Portuguese Club Luanda, to the Rev. B. F. Chambers, 11, Vicarage Gate, Kensington, London, 28 October 1943). Cf. ANGOLA, Associações Económicas de, 1932, *Considerações sobre o problema das transferências de Angola*.

[65] TELO, 1994, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, p. 239.

[66] OLIVEIRA, 2000, *Armindo Monteiro. Uma biografia política*, p. 83.

independente – e de uma burguesia autónoma – capaz de conduzir o território à independência[67].

Claramente, os colonos ressentiram a exploração económica dos recursos angolanos pela burguesia metropolitana, a subordinação das suas aspirações aos interesses da metrópole, o controlo apertado da administração e da economia pelo Estado, o centralismo e autoritarismo da governação, a repressão política e policial. Consequentemente, o descontentamento em relação à tutela metropolitana cresceu entre a minoria branca[68]. Esse descontentamento foi agravado pelo facto do Estado Novo instigar o preconceito racial relativamente aos brancos naturais de Angola, os quais passaram formalmente a ser classificados de euro-africanos[69]. Nas operações de recenseamento e de controlo da população, os euro-africanos surgiam como um grupo racial distinto, diferente dos brancos nascidos na Europa. Embora fossem considerados cidadãos portugueses, na prática eram tratados como «portugueses de segunda classe» – os chamados «brancos de segunda» –, facto que os aproximava dos mestiços. Esta discriminação, iniciada na década de 1930, prolongou-se pelo menos até ao início da década de 1960[70].

Neste contexto, o governo ditatorial de Salazar impulsionou o descontentamento da população branca, contribuindo para a emergência do fenómeno nacionalista entre os brancos de Angola. Além de uma forma de "nacionalismo económico", particularmente forte no seio das associações económicas, que reuniam a burguesia colonial angolana, os brancos naturais da colónia – os chamados euro-africanos – passaram a considerar-se nacionais angolanos e não meros expatriados portugueses. E, sentindo-se colonizados por Portugal, começaram a rejeitar a dependência colonial face à metrópole, defendendo ao invés a independência de Angola[71].

---

[67] MESSIANT, 1983, *L'Angola colonial, histoire et société. Les premisses du mouvement nationaliste*, p. 164.

[68] PRO, FO 371/39583, *Angola reports on political and economic conditions*, 1944 (From Donald – Anglo--Portuguese Club Luanda, to the Rev. B. F. Chambers, 11, Vicarage Gate, Kensington, London, 28-10-1943).

[69] ANGOLA, Direcção dos Serviços de Economia. Repartição de Estatística Geral da Colónia de, 1947, *Censo Geral da população, 1940*. Cf. NETO, 1964, *Angola: meio século de integração*, p. 241; LEMOS, 1969, *Nótulas históricas*, p. 196; PIMENTA, 2006, *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, pp. 32 e 37-40.

[70] United Nations General Assembly, 22-11-1961, 16.ª Session, Agenda Item 27 – *Report of the Sub--committee on the Situation in Angola*. Cf. OKUMA, 1962, *Angola in Ferment: the Background and Prospects of Angolan Nationalism*, p. 59.

[71] AN/TT, AOS/CO/UL – 8B, Pasta 3, Crise de Angola, 1932; AN/TT, AOS/CO/UL – 8B, Pasta 12, Situação política em Angola (1934); AN/TT, AOS/CO/PC – 3C, Pasta 17, Situação em Angola (1936); AN/TT, AOS/CO/UL – 8B, Pasta 18, Situação económica e social em Angola (1937-1941). PRO, FO 371/125894, *Internal political situation: Angola*, 1957 (Grant Purnes, British Consul General, Luanda, to British Embassy, Lisbon, 23 April 1957). Cf. PIMENTA, 2005, *Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*, pp. 119-136; SANTOS, 1945, *Angola. Coração do Império*, p. 54. Veja-se também: DÁSKALOS, 2000, *Um testemunho para a História de Angola. Do huambo ao huambo*; CARVALHO, 2001, *Angola. Anos de esperança*.

Isto mesmo se tornou evidente em 1940-1941, com a formação da Organização Socialista de Angola (OSA), um movimento de pendor nacionalista, formado por brancos e mestiços, filhos de colonos, no Centro-Sul de Angola. Simultaneamente, tiveram lugar várias manobras secessionistas por parte de diversos sectores da população branca, incluindo das suas elites económicas, tendo em vista a separação da colónia de Portugal, com o apoio – e sob a tutela – da União Sul-Africana. A conspiração secessionista falhou e a invasão sul-africana foi evitada por intervenção do governo de Londres, mas a tensão política continuou muito elevada na sociedade colonial. Daí que Salazar tenha sentido a necessidade de mudar a governação e de encontrar uma solução que apaziguasse o ânimo dos colonos, de maneira a evitar uma escalada da tensão e o surgimento de desordens que colocassem em causa a soberania portuguesa em Angola.

Freitas Morna recebeu, portanto, uma pesada tarefa ao assumir o governo da maior colónia portuguesa em África. Mas a sua moderação e abertura política para com a oposição ao regime, demonstrada, de resto, pela posição anteriormente assumida a favor da amnistia aos militares que haviam participado em movimentos de oposição à ditadura, bem como as suas posições filo-britânicas no quadro da guerra mundial, eram importantes "trunfos" para o sucesso da política de apaziguamento que haveria de protagonizar ao longo do seu mandato.

Álvaro Freitas Morna desembarcou em Luanda no dia 9 de Maio de 1942. Salazar dera-lhe indicações claras para tomar as medidas necessárias para apaziguar os ânimos dos colonos[72] e para manter as melhores relações com o vizinho sul-africano[73]. Mas Freitas Morna foi muito além do cumprimento estrito dessas instruções, procurando inaugurar uma nova fase na administração de Angola – e no relacionamento com os colonos – e apostando seriamente numa estratégia de fomento da economia angolana.

No seu discurso à chegada a Luanda, Álvaro Freitas Morna afirmou que pautaria a sua governação «pelo exercício firme da autoridade», mas também «pelo culto e prática da justiça, pelo respeito das pessoas, das consciências e das liberdades individuais»[74]. Prometeu o apoio e a protecção do governo às chamadas forças vivas da colónia, no sentido de as ajudar a prosperar para benefício de toda a colónia, mas exigiu igualmente respeito pelas «leis morais, os deveres de humanidade e justas regalias dos servidores, indígenas ou europeus que eles sejam»[75]. Prometeu

[72] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 19-21.
[73] TELO, 1991, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, p. 30.
[74] MORNA, 1942, «Discurso do Governador Geral de Angola […]», p. 7.
[75] MORNA, 1942, «Discurso do Governador Geral de Angola […]», p. 13.

igualmente trabalhar para solucionar os problemas que afectavam a economia da colónia, dando particular atenção ao sector produtivo e tendo em conta a importância estratégica de certas produções no contexto da guerra (borracha, sisal, oleaginosas, milho, trigo, arroz, feijão, café, açúcar, algodão). Mas, numa visão de futuro, apontou a necessidade de se lançarem as bases para um desenvolvimento mais amplo e integral de Angola, «nos domínios da agricultura, da pecuária, das minas, e na industrialização de produtos e matérias-primas»[76]. E, para o efeito, havia que considerar um conjunto de outros problemas, nomeadamente:

> «O problema das obras de hidráulica agrícola e irrigação de terras; o problema da colonização e fixação europeia nas regiões apropriadas; o problema dos transportes, estradas, caminhos de ferro e comunicações aéreas; o problema da energia por aproveitamentos hidro-eléctricos; as pesquisas mineiras; o problema científico […] nos domínios zoológico, botânico, geológico e geográfico»[77].

A educação da «mocidade», sobretudo dos filhos dos colonos, a construção de novas escolas, a criação de emprego para os jovens, eram outros dos objectivos do seu governo. Enfim, a elevação das condições de vida da população indígena era também uma das suas preocupações. De facto, Freitas Morna reconhecia o valor do indígena enquanto elemento activo no processo produtivo e de desenvolvimento económico, ainda que, em larga medida, numa posição subordinada em relação ao colono branco. Assim, reconhecia a necessidade de prestar assistência material e espiritual aos indígenas, aumentar a higiene e a salubridade das suas áreas habitacionais, lutar contra a doença e contra a elevada mortalidade, protegê-los de qualquer forma de exploração e espoliação[78].

Neste sentido, muito embora não apresentasse um programa de governo, Freitas Morna enumerava um leque de assuntos e de linhas de acção que se revestiam da maior importância para a resolução dos problemas da colónia e para o seu desenvolvimento económico e social. E, ao terminar o seu discurso, reafirmava os princípios que iriam nortear a sua governação: «Culto da Justiça, do Bem e da Verdade. Sentimentos de rectidão e honestidade. Exercício firme da autoridade»[79].

Ao longo do seu governo, Freitas Morna tomou efectivamente um conjunto de medidas políticas, administrativas e económicas que favoreceram a distensão política na colónia. Senão vejamos.

---

[76] MORNA, 1942, «Discurso do Governador Geral de Angola […]», p. 11.
[77] MORNA, 1942, «Discurso do Governador Geral de Angola […]», p.11.
[78] MORNA, 1942, «Discurso do Governador Geral de Angola […]», p. 14-15.
[79] MORNA, 1942, «Discurso do Governador Geral de Angola […]», p. 17.

Em termos de política interna, Freitas Morna tentou criar as condições para uma nova fase no relacionamento entre as autoridades administrativas e os colonos brancos, de forma a minimizar as consequências da fractura que tinha ocorrido no período anterior. Assim, foram libertados os indivíduos detidos em 1941, procurando-se "passar uma esponja" sobre a conspiração secessionista. Monsenhor Alves da Cunha recebeu autorização para regressar a Angola, procedendo-se a uma normalização das relações com a Igreja Católica. Além disso, Freitas Morna procurou reintegrar os colonos no plano da governação local, autorizando a realização de eleições municipais em 20 de Dezembro de 1942, facto único no Império Português, pois em mais nenhuma colónia se realizaram eleições municipais até à década de 1960. De salientar que as eleições municipais não tinham lugar há mais de uma década na colónia, pelo que a sua realização foi recebida com satisfação pela população branca. A imprensa da colónia considerou essa medida um «acto de justiça serena e reflectida», justiça que calava «fundo no coração dos colonos». As edilidades foram eleitas por dois tipos de sufrágio: sufrágio corporativo para os representantes das «associações de classe»; sufrágio directo para a população com direito de voto[80]. Muito embora o corpo eleitoral fosse muito reduzido, a concretização do escrutínio trouxe ao novo Governador-Geral o reconhecimento da generalidade dos colonos[81]. De resto, as eleições terão sido relativamente livres, registando-se nalguns casos a eleição de elementos conotados com a linha republicana liberal, sendo disso exemplo a Câmara Municipal de Benguela, presidida pelo advogado oposicionista António Durães[82].

O Governador-Geral permitiu também que os colonos se organizassem numa associação de índole cultural, mas de fundo claramente político, a Sociedade Cultural de Angola (SCA), fundada em 1942, na qual foi figura proeminente António Simões Raposo, um dos elementos que tinha defendido a independência da colónia durante a rebelião de 20 de Março de 1930. Esta associação deu cobertura às actividades dos sectores mais progressistas da minoria branca, tendo tido um papel muito relevante na formação cívica e política das novas gerações de brancos nascidos em Angola. Aliás, a Sociedade Cultural de Angola viria a ter um papel determinante no processo de formação da identidade nacional angolana nas décadas de 1940 e de 1950, tendo promovido o aparecimento de uma literatura especificamente nacional[83].

---

[80] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 326-338.

[81] Cf. *Diário de Luanda*, 4 e 8 de Dezembro de 1942; *A Província de Angola*, 4 de Dezembro de 1942.

[82] *A Província de Angola*, 17 de Dezembro de 1945, p. 4.

[83] AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 289/51, 2681, Eugénio Bento Ferreira; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 53686, 8912, Eugénio Bento Ferreira. Entre outras actividades, a Sociedade Cultural de Angola publicou a revista *Cultura*, que representou um marco importante

Freitas Morna tentou ainda encontrar soluções para a situação de pobreza de muitos colonos, em especial na Huíla[84]. De facto, o Governador-Geral reconheceu a situação de abandono a que estava votada a comunidade branca da Huíla, «cerca de 10.000 brancos, na quasi totalidade cheios de dificuldades». Esta comunidade era maioritariamente descendente de colonos oriundos da Ilha da Madeira e que ali se haviam instalado entre 1885 e 1891. Sendo ele próprio filho de madeirenses, Freitas Morna homenageou, num gesto de grande significado simbólico, os colonos madeirenses que haviam fundado a cidade do Lubango, então denominada de Sá da Bandeira, capital do distrito da Huíla. Neste sentido, operou a memorialização – pela sua monumentalização – do sítio dos «barracões», ou seja, o local onde ficaram instalados os primeiros colonos madeirenses que haviam fundado Sá da Bandeira no ano de 1885. Por sua ordem foi erigido, em 1942, um monumento, que ainda hoje subsiste, a assinalar o início do povoamento europeu do Lubango[85]. Além disso, Freitas Morna procurou criar as condições para o desenvolvimento das actividades produtivas, dotando o distrito da Huíla de algumas infra-estruturas básicas, nomeadamente no campo da irrigação dos campos e da agro-pecuária: «Mandou-se fazer o primeiro reconhecimento de obras de hidráulica agrícola, de pequeno vulto, que podem imediatamente trazer à cultura cerca de 5.000 hectares de terreno para trigo e pastagens, e entregá-los-ia aos colonos brancos dali, transformando totalmente o seu nível de vida»[86].

Freitas Morna mostrou-se também favorável à concessão de crédito e de outro tipo de apoio aos colonos, nomeadamente às empresas, de forma a fomentar a economia: «Não é com empresas falhadas, falidas ou arrastando existência precária que o agregado social prospera. Não é com elas que o Estado pode fomentar os grandes empreendimentos em benefício do interesse colectivo – mas com as forças vivas prósperas, fortes e viris»[87].

Ao mesmo tempo, criticou os limites e as deficiências da política de colonização dirigida, tal como praticada pelo Estado Português, defendendo, ao invés, o postulado

na história da literatura angolana. Vários dos seus membros – António Cardoso, Adolfo Maria e Luandino Vieira, por exemplo – tornaram-se escritores e poetas famosos e alguns vieram a integrar os movimentos nacionalistas angolanos, entre os quais o Partido Comunista Angolano (PCA) e o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA).

[84] AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.

[85] PIMENTA, 2023, «"Nova Madeira"? Notas e Reflexões para o Estudo da História da Colonização Madeirense no Planalto da Huíla (Angola), 1884-1975», pp. 503-536.

[86] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 38 e 285-286.

[87] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 207.

da colonização livre. Freitas Morna criticou não só a localização dos colonatos, mormente ao nível da qualidade das terras, quase sempre de má ou média fertilidade, como também as instalações e infra-estruturas dos colonatos:

> «As casas destinadas aos colonos, com excepção das da missão rural do Lepi, em que houve mais cuidado, obedecendo já a um plano de construções, eram de adobe, com pronunciado cunho de miséria, condenadas à ruína ou inabitabilidade a curto prazo. Algumas da Humpata não chegaram a ser ocupadas, outra foram pouco depois abandonadas. Dos 15 casais do Lepi, só dois tinham água e apenas as terras de seis casais eram susceptíveis de irrigação»[88].

A selecção dos candidatos também fora mal feita, uma vez que a maioria dos colonos não tinha qualquer formação no campo da agro-pecuária, nem tão pouco preparação e capital para conduzir uma exploração rentável: «Finalmente a selecção dos colonos não mereceu aquêles cuidados indispensáveis ao bom êxito do empreendimento. A maioria não se dera nunca ao amanho das terras e desconhecia as coisas mais rudimentares da agricultura»[89]. O Governador-Geral considerava assim que a colonização dirigida representava um sorvedouro de dinheiro para o Estado, com poucos ou nenhuns resultados positivos.

Contudo, Freitas Morna era favorável à prossecução dos esforços no sentido de promover o povoamento branco de Angola, mas em moldes completamente diferentes, ou seja, apoiando e estimulando a colonização livre. O Estado deveria tão só apoiar os esforços dos colonos, criando infra-estruturas, dando assistência técnica, facilitando a concessão de crédito:

> «Organizem-se os Serviços de Saúde e faça-se o saneamento das regiões insalubres que são, em geral, as mais ricas; garanta-se assistência técnica, facilidades de mão de obra, energia barata, obras de hidráulica agrícola para a irrigação das terras, facilidades de comunicações e de transportes, garantias de crédito a preço módico – e os 44.000 brancos que lutam em Angola, com os olhos na Pátria e o coração preso à terra que banham com o suor do seu rosto, alcançarão rapidamente um número muito maior. Colonização livre, acima de tudo. Foi ela quem fez Angola. É nela que devemos, especialmente, firmar-nos […]. E teremos assegurado a obra mais ridente e mais bela da nossa directriz colonizadora – um segundo Brasil, um novo Portugal»[90].

No plano do ensino, Freitas Morna mostrou-se sensível à urgência de alargar a rede escolar, mas não tendo tempo para colocar em prática uma verdadeira política educativa, permitiu a criação de mais colégios privados, os quais complementavam o ensino secundário oficial, então reduzido a dois liceus, um em Luanda (Liceu Nacional

[88] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 264.
[89] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 264.
[90] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 257.

Salvador Correia) e outro em Sá da Bandeira (Liceu Diogo Cão). Uma expansão significativa da rede escolar só aconteceu de facto na década de 1960, por iniciativa do Governo-Geral do General Venâncio Deslandes.

No que diz respeito às relações com a população indígena, importa referir que Álvaro Freitas Morna partilhava duma concepção paternalista relativamente aos africanos, o que aliás era bastante comum à época. E, na linha de pensamento dominante na época, acreditava na superioridade da civilização europeia relativamente às culturas africanas. Contudo, Freitas Morna considerava que os indígenas deveriam ser tratados com humanidade e com justiça, cabendo à administração colonial «proteger» os africanos de quaisquer abusos por parte dos europeus. Por isso, procurou combater os abusos de que era vítima a população negra, em especial os trabalhadores indígenas. A este respeito, Freitas Morna assumiu – e denunciou – publicamente muitos dos problemas que afectavam a população nativa, nomeadamente a hipoalimentação, a mortalidade infantil, a falta de cuidados de saúde, as condições degradantes de habitação, os salários de "miséria", os abusos de toda a ordem no plano laboral, as movimentações forçadas de mão-de-obra de uma região para outra, o problema dos trabalhadores ditos «contratados» para São Tomé, etc.

Para combater alguns desses problemas, Freitas Morna promoveu a criação de maternidades e de serviços médicos e de assistência aos indígenas e chegou mesmo a levantar o problema da mortalidade infantil – que atingia 50% a 60% das crianças que nasciam na colónia – junto de Salazar, por missiva datada de Luanda, de 22 de Março de 1943[91]. Aliás, Freitas Morna considerou a mortalidade infantil o maior flagelo de Angola: «A mortalidade infantil nos indígenas é o maior flagelo da Colónia. Morrem 50 a 60% das crianças que nascem e nalguns pontos a percentagem é maior ainda. Apavorante!». O Governador-Geral esperava que a construção de 66 maternidades, acompanhada pela formação de parteiras nativas, poderia minorar significativamente o problema[92].

No plano da habitação, Freitas Morna procurou encontrar soluções para as condições precárias e insalubres nas quais viviam muitos indígenas em Luanda. Deu por isso início à construção de um «bairro indígena». Apresentado como uma importante medida de apoio à população africana de Luanda, o «Bairro Indígena» beneficiou um número limitado de famílias, uma vez que não foi concluído. De

[91] AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador-Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.

[92] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 39.

facto, foi edificado apenas uma décima parte do «Bairro Indígena», o qual tinha por objectivo revolucionar as condições de vida nos muceques da capital, elevando significativamente as condições de vida, de higiene e de salubridade dos africanos[93]. Este empreendimento de habitação social só foi retomado, noutros moldes, várias décadas depois, já no final do período colonial.

Paralelamente, Freitas Morna procurou resolver a questão da exportação desenfreada de mão-de-obra indígena para São Tomé, que era efectuada em detrimento dos direitos e dos interesses da população indígena e das necessidades de mão-de-obra da economia angolana. De facto, a falta de mão-de-obra indígena foi um problema que sempre "afligiu" os colonos, que dela necessitavam em grandes quantidades para as suas plantações e pescarias. Por isso, os colonos contestavam, desde os tempos da Primeira República, o envio anual forçado – sob a capa de trabalho voluntário – de milhares de «contratados» para as roças de cacau de São Tomé e Príncipe, onde uma grande parte perecia em virtude das difíceis condições de trabalho e das doenças tropicais. E mesmo muitos dos que sobreviviam aos dois, três ou mais anos de trabalho duro nessas ilhas não voltavam a Angola por falta de condições económicas. Porém, o governo português tendia a favorecer os interesses dos roceiros de cacau de São Tomé, que constituíam um *lobbie* em Lisboa, em virtude das suas estreitas relações com o grande capital financeiro da metrópole. Esta situação prejudicava, assim, fortemente os interesses dos colonos, que almejavam obter o controlo das reservas de mão-de-obra africana.

O Governador-Geral tentou satisfazer as reivindicações dos colonos mediante o estabelecimento de um *modus vivendi* com as autoridades coloniais de São Tomé, com vista à regulamentação do recrutamento de mão-de-obra angolana, da sua permanência e tratamento nas ilhas e do seu regresso a Angola. Assim, em 14 de Julho de 1942, foi assinado um acordo com o Governador de São Tomé, no qual se garantia a protecção e a salvaguarda dos interesses dos indígenas de Angola. Além disso, o Governador-Geral proibiu as autoridades administrativas de favorecerem a angariação de trabalhadores para São Tomé, competindo-lhes, pelo contrário, a protecção dos interesses dos indígenas e a punição de qualquer inobservância da lei. O *modus vivendi* estabelecia, entre outras obrigações por parte dos patrões, «o depósito de 50% dos salários nas mãos do Curador dos Indígenas, para que o contratado, ao regressar, traga consigo um pecúlio que represente as justas economias de quatro anos de labor». E estabelecia ainda o depósito de 15% do salário para garantia da

[93] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 194.

viagem de regresso a Angola[94]. Estas medidas conduziram a um decréscimo imediato no embarque de contratados para São Tomé: dos 2763 de 1940 para apenas 52 em 1942[95]. Nesse mesmo ano foram repatriados cerca de 975 serviçais angolanos que estavam em São Tomé. Esta descida abrupta do envio de trabalhadores para São Tomé teve importantes repercussões económicas em Angola, uma vez que permitiu a acumulação de uma reserva de mão-de-obra barata necessária ao desenvolvimento da economia colonial e ao enriquecimento pessoal dos próprios colonos[96].

No plano interno, Freitas Morna também tomou providências para reduzir os efeitos nefastos das frequentes deslocações de trabalhadores para as fazendas e pescarias dos colonos e empresas europeias. O Governador-Geral considerava que o recrutamento da mão-de-obra, tal como era praticado na colónia, influía negativamente na sociedade indígena, desestruturando as famílias e prejudicando a natalidade:

> «O recrutamento do pessoal fazia-se de modo atrabiliário sem se cuidar das necessidades locais, tirando-se trabalhadores, em regime de contrato de um a dois anos, para centenas de quilómetros de distância, do planalto para o litoral e até, para as indústrias de pesca, homens que nunca tinham visto o mar, vindo a faltar em certas regiões, algumas ricas, como o Bailundo e Caconda, os braços para as culturas locais. A desordem atingia proporções verdadeiramente caóticas!»[97].

Freitas Morna estimava em cerca de 180 000 o número de trabalhadores deslocados das suas áreas de residência (no ano de 1943 foram 177 776). Para resolver o problema, Freitas Morna promoveu a fixação dos trabalhadores indígenas e respectivas famílias junto «às fazendas que empregam o pessoal, de forma a evitar os contratos a grandes distâncias das propriedades, as despesas que acarretam, o afastamento das famílias e a relutância que daí provém aos contratos da mão-de-obra»[98]. Foram assim construídas algumas «sanzalas modelos» junto de certas fazendas, «nelas fixando os trabalhadores contratados que voluntariamente se

[94] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 229.

[95] Freitas Morna estimou em 21 040 o número de trabalhadores contratados enviados para São Tomé entre 1927 e 1942. MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 240.

[96] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 240-247.

[97] Freitas Morna continuava: «Os indígenas, forçados a abandonar as famílias e aldeias por um e dois anos, chegando nas pescas os contratos a ser de três anos, iam, em geral, trabalhar de má vontade. Agravava-se a diminuição da natalidade, verificando-se também, por vezes, a imoralidade das suas mulheres se juntarem a outros homens». MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 211.

[98] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 42. Convém assinalar que Freitas Morna não era contrário a formas de trabalho compelido, ainda que recusasse abusos por parte da entidade empregadora, bem como o uso de violência sobre os africanos. Cf. MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 206-210.

faziam acompanhar das respectivas famílias»[99]. Além disso, Freitas Morna proibiu a angariação de mão-de-obra fora do distrito de residência do trabalhador, excepto em «casos imperativos ou de trabalho especializado que eram regulados por despacho do Governador Geral»[100].

No âmbito ainda da política indígena importa referir a abertura de um inquérito a determinados actos de violência que teriam disso cometidos durante a expedição militar contra a população mucubal, no Sul de Angola, em 1940-1941. Durante muito tempo, o povo mucubal, formado essencialmente por pastores, tinha conseguido manter a sua autonomia relativamente ao Estado colonial, havendo, contudo, frequentes atritos no relacionamento com as autoridades e com os colonos, mormente no que diz respeito ao controlo do gado. Um incidente em Setembro de 1940, no qual teria morrido um comerciante e alguns trabalhadores, espoletou um conjunto de acções repressivas por parte das autoridades portuguesas, culminando numa verdadeira expedição militar que levou à capitulação dos mucubais em Fevereiro de 1941. Durante a expedição teriam sido usadas metralhadoras e outro armamento moderno. No final da campanha, a maior parte da população teria sido feita prisioneira e distribuída pelo território, na qualidade de mão-de-obra forçada. Cerca de 600 indivíduos teriam sido enviados para as roças de São Tomé. E o gado, que constituía a base da riqueza desta população agro-pastoril, terá sido apreendido na quase totalidade. Tendo tido conhecimento das violências cometidos contra a população africana, Freitas Morna ordenou a abertura de «um inquérito aos crimes cometidos durante a última expedição militar». Disso mesmo deu conhecimento a Salazar, em missiva datada de 22 de Março de 1943[101].

Em termos de política externa, Freitas Morna colaborou activamente com o Cônsul Geral Britânico em Luanda na prevenção de qualquer tentativa de alteração da ordem pública instigada pelo Eixo e mantendo a comunidade alemã na colónia estritamente vigiada[102]. Em compensação, Londres continuou a dissuadir Pretória de intervir na política interna angolana, recusando terminantemente uma intervenção sul-africana na maior colónia portuguesa[103]. Os britânicos tentaram, aliás, desviar os colonos angolanos das ligações aos sul-africanos, recrutando-os para um novo serviço de espionagem controlado directamente por Londres. Assim, o Cônsul Geral

[99] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 219.
[100] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 212.
[101] AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador-Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.
[102] PRO, FO 371/31120, *British Interests in Angola*, 1942 (British Consulate General Luanda, 15-09-1942).
[103] PRO, FO 371/31120, *British Interests in Angola*, 1942 (Telegrama do War Office, 03-03-1942).

Britânico em Luanda promoveu a criação de uma organização pró-britânica de colonos angolanos, representando certos sectores estratégicos da colónia, nomeadamente os Caminhos-de-Ferro, o Comércio, os Serviços, o Exército, a Imprensa e os Correios. Esta organização era liderada por Joaquim Ervedosa, administrador do jornal *A Província de Angola*, e tinha por finalidade lutar contra a influência do Eixo na colónia[104]. Portanto, constituía um grupo de apoio às actividades dos serviços de informação britânicos na África Ocidental, o SIS e o SOE. Malcom Smith era o responsável por esses serviços na capital angolana, que constituía também o ponto de referência para os agentes britânicos no Lobito, Leopoldville, Pointe Noire, Santa Isabel, Bata, Elizabethville e Costermansville[105].

Em 23 de março de 1943, Álvaro de Freitas Morna embarcou, no navio Angola, com destino à União Sul-Africana, tendo sido oficialmente recebido pelas autoridades sul-africanas na cidade do Cabo no dia 31 de Março de 1943. Esta viagem oficial visava uma reaproximação à União Sul-Africana, depois dos momentos de tensão vividos em 1941. Do Cabo viajou para Lourenço Marques, onde proferiu um discurso na Rádio Clube de Moçambique, em 15 de Abril de 1943. Freitas Morna regressou a Luanda em 29 de Abril de 1943. Ao que tudo indica, a viagem foi bem-sucedida, registando-se uma normalização das relações no plano regional entre os dois territórios[106]. Esta viagem precedeu aliás – e de alguma forma preparou – a viagem de Marcelo Caetano, na qualidade de Ministro das Colónias, à União Sul-Africana em 1945, a qual cimentou a relação entre Portugal e o Estado sul-africano[107].

Em termos administrativos, Freitas Morna tentou recuperar a estrutura administrativa criada por Norton de Matos e parcialmente eliminada pela política de contenção orçamental da década de 1930. A ideia era que a colónia precisava de uma administração eficiente para garantir o seu desenvolvimento económico e social. Neste sentido, Freitas Morna procurou revalorizar o Quadro Administrativo de Angola, de forma a obter o apoio do funcionalismo colonial para o conjunto de reformas que procurava operar. Além disso, Freitas Morna idealizou uma nova orgânica administrativa no plano económico, pela criação da Direcção de Economia,

[104] PRO, Records of Special Operations Executive (HS) 3/81, *Angola: Use of political groups. S Organisation*, 1942.

[105] PRO, HS 3/75, *Combined S.I.S./S.O.E. Organization*, 1943-1944.

[106] AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador-Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.

[107] PIMENTA, 2018, *Brancos de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização, 1945--1975*, p. 63.

cuja função era coordenar e fomentar o desenvolvimento económico de Angola. A Direcção de Economia dispunha de vários serviços – Estatística, Estudos Económicos e Corporativos, Comércio e Indústria – e a sua estrutura descentralizada permitia uma maior eficiência do sistema[108].

Freitas Morna deu também uma maior autonomia aos Serviços Técnicos, que se constituíram em quatro repartições centrais independentes: Agricultura, Florestas, Pecuária, Geologia e Minas. O Governador-Geral procedeu igualmente à reorganização – no âmbito da colónia – dos Organismos de Coordenação Económica, nomeadamente das Juntas de Algodão, do Café e dos Cereais. Estes organismos eram Juntas Imperiais, com sede em Lisboa e um raio de acção em todo o Império. Foi por meio destas que se estabeleceu o sistema de economia dirigida, que era amplamente contestado pela generalidade dos colonos. Freitas Morna procurou adequar às condições específicas da economia angolana a organização e o *modus operandi* dessas Juntas, de forma a ir ao encontro das necessidades e dos interesses dos produtores angolanos (colonos e indígenas). O Governador-Geral levou ainda a efeito a reorganização da Junta de Exportação e da Comissão Reguladora, que eram organismos privativos da colónia, cuja acção era fundamental para a regulação das actividades produtivas e para o escoamento e exportação das matérias-primas e produções angolanas[109].

Contudo, a medida mais ousada de Freitas Morna foi a criação do Conselho Técnico de Coordenação Económica. Este novo organismo formava a cúpula da nova organização administrativa no plano económico, tendo antecipado em duas décadas a instituição do Conselho Económico e Social em Angola. O Conselho Técnico de Coordenação Económica era um órgão consultivo presidido pelo Governador-Geral e constituído pelos Chefes dos Serviços Técnicos e dos Organismos de Coordenação Económica e pelas chamadas "forças vivas" da colónia – as Associações Comerciais, de Agricultores e de Lojistas. O Conselho de Coordenação Económica entrou em funções em 1943 e permitiu aos colonos ter de novo uma voz activa (ainda que discreta) na gestão económica da colónia. Foi uma medida de grande significado político para os colonos[110].

No plano estritamente do fomento económico, Álvaro Freitas Morna procurou resolver vários problemas que afectavam a economia angolana, tendo tomado um conjunto lato de medidas com vista ao fomento das produções de algodão, do

[108] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 345-349.
[109] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 350.
[110] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 105 e 349-351.

café, do trigo, das oleaginosas, do arroz, da borracha. Foram tomadas igualmente medidas para assegurar o escoamento desses produtos e ultrapassar as dificuldades recorrentes ao nível do seu transporte e distribuição.

Freitas Morna deu particular atenção à questão do escoamento da produção do milho, que era uma das principais culturas praticadas por colonos e por indígenas nos planaltos. Na verdade, o preço do milho era um dos problemas que mais inquietava os colonos, em especial os do Planalto Central, que era o principal centro produtor desse cereal[111]. Angola tinha uma produção total de cerca de 200 000 toneladas de milho, das quais consumia apenas 50 000[112]. O grosso da produção era exportado para o exterior por intermédio da Junta de Exportação dos Cereais, que tinha o monopólio da sua distribuição em todo o Império. Mas, com o início do conflito mundial, o governo português impôs a obrigatoriedade do fornecimento anual de 120 000 toneladas de milho à metrópole a um preço tão baixo que nem sequer supria os custos de transporte do milho caso o local de produção distasse mais de 130 quilómetros da linha de Caminho de Ferro de Benguela. Era uma decisão que pretendia suprir as prementes necessidades alimentares metropolitanas e que se enquadrava perfeitamente no âmbito da política imperial de economia dirigida imposta na década de 1930. Mas para os produtores angolanos – brancos e indígenas – era uma situação insustentável, que lhes acarretava fortes prejuízos económicos. Muitos produtores ficaram arruinados, na medida em que não conseguiram sequer transportar a sua produção até à linha férrea. Freitas Morna calculou em cerca de 50 000 toneladas a quantidade de milho que assim se perdeu só em 1941. O Governador-Geral procurou resolver o problema por meio de uma portaria datada de 10 de Maio de 1943, na qual se substituiu a cotação única por um sistema mais flexível que estabelecia o preço do milho segundo a distância que ia do local de produção até à linha férrea mais próxima.

Paralelamente, Freitas Morna organizou uma operação de venda de 20 000 toneladas de milho da produção de 1942 às duas Rodésias, a qual valeu a Angola a arrecadação de um lucro de 16 000 contos (valores da época)[113]. A venda directa desse cereal às vizinhas colónias britânicas constituiu um verdadeiro acto de

[111] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 371-506.

[112] De referir que, no ano de 1942, a produção de milho foi estimada em 304 683 toneladas, das quais 61 232 toneladas produzidas pelos colonos e 243 451 de cultura indígena. O milho produzido pela população africana destinava-se em grande medida à sua própria alimentação, sendo vendida apenas a parte excedentária. Cf. MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 201.

[113] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 351, 373, 385 e 425.

afirmação da autonomia económica de Angola, face às pretensões monopolistas da metrópole. Contudo, a actuação do Governador-Geral foi alvo de fortes críticas na metrópole, inclusivamente ao nível do Ministério das Colónias. E o sistema criado, para assegurar o escoamento da produção de milho, veio a ser abolido ainda em 1943, na sequência da exoneração de Freitas Morna[114].

O Governador-Geral organizou também várias campanhas de sementeira de cereais, ordenando a sementeira de 3000 toneladas de trigo e ampliando a do arroz, cuja colheita atingiu as 19 000 toneladas em 1943. No plano do aproveitamento da floresta, levou a cabo a plantação de seis milhões de árvores, investindo fortemente no plantio de árvores de borracha[115].

Freitas Morna deu igualmente grande relevância à resolução dos problemas relacionados com os transportes e vias de comunicação. A rede de estradas atingia então os 40 000 quilómetros, sendo em larga medida uma herança dos esforços de Norton de Matos no primeiro lustro da década de 1920. Contudo, muitas das estradas permaneciam inacabadas, não estavam asfaltadas e apresentavam problemas ao nível da drenagem das águas, que era deficiente. Além disso, faltavam pontes para superar os numerosos cursos de água, o que dificultava – ou mesmo impedia – a circulação rodoviária no interior do território. Neste sentido, Freitas Morna deu um forte impulso à construção e pavimentação das estradas[116] por via da criação da Brigada de Estradas. Uma das suas principais realizações, iniciada poucos dias depois da partida do Governador-Geral, foi a reparação da «estrada de Luanda ao Dondo, Quibala e Nova Lisboa, por troços sucessivos de 10 quilómetros»[117]. Procedeu-se também à edificação de novas pontes, com grande destaque para as dos rios: Sassa, essencial para o escoamento do café do Norte de Angola; Cuando[118], afluente do Cunene, fundamental para a ligação entre a cidade de Nova Lisboa (Huambo) e a cidade de Sá da Bandeira (Lubango); e Loge[119], esta última com 170 metros de tramos metálicos, a maior da época em Angola.

---

[114] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 373 e 495-510.

[115] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, pp. 34-35.

[116] Freitas Morna chegou a projectar um grande plano rodoviário que previa a realização de um grande eixo de circulação, no sentido Norte-Sul, de Maquela do Zombo a Pereira d'Eça, e quatro eixos transversais, ligando as principais cidades angolanas.

[117] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 36.

[118] Ponte Comandante Álvaro Morna, sobre o Rio Cuando, em Caconda. MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 43.

[119] Ponte Comandante Álvaro Morna, sobre o Rio Loge, na estrada internacional de Luanda ao Zaire. MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 42.

No plano ainda das infra-estruturas, Freitas Morna estabeleceu como prioridade a edificação de barragens com vista à irrigação dos campos e à produção de energia eléctrica, mas a brevidade do seu governo não lhe permitiu avançar com os seus intentos. Conseguiu, ao invés, melhorar as condições de salubridade de algumas cidades e áreas habitacionais, operando a secagem de pântanos por via da plantação de eucaliptos, que sorveram as águas estagnadas. Foi o caso de Silva Porto, onde a drenagem das zonas pantanosas permitiu o controlo dos mosquitos e o subsequente desaparecimento da malária.

Neste sentido, o governo de Freitas Morna marcou o início da recuperação da economia da colónia, depois de anos de crise quase contínua. A política económica do Governador-Geral favoreceu o crescimento das exportações angolanas para a metrópole e para as potências Aliadas. De facto, a economia de guerra entrou num segundo momento caracterizado por um aumento exponencial da procura de produtos coloniais – café, açúcar, sisal, algodão, milho, etc. – pelas potências envolvidas no conflito. Assim, a abertura ao comércio externo, idealizada por Feitas Morna, permitiu um franco crescimento das exportações da colónia. Por exemplo, as exportações angolanas para a Grã-Bretanha passaram de 3% em 1938 para 15% em 1946, uma subida de 1480%. E as exportações para os Estados Unidos da América cresceram de 1,2% em 1938 para 12,6% em 1946, um aumento de 2887%[120].

Da mesma forma, novo capital estrangeiro começou a afluir à colónia. A este respeito, é de assinalar a formação, por capital britânico, da Sociedade Geral de Exploração Industrial, Agrícola e Mineira de Angola (SOGEDEX). Esta empresa revigorou o comércio da borracha e relançou o interesse pela exploração dos minerais angolanos[121]. Aliás, aumentou também o interesse do capital metropolitano no investimento nas colónias, em especial em Angola[122]. Por consequência, a economia da colónia começou a crescer a bom ritmo. Os colonos beneficiaram desse crescimento económico, ainda que a maior parte dos lucros fosse directamente para os "bolsos" de empresários metropolitanos e estrangeiros.

[120] ROSAS, 1995, *Portugal entre a paz e a guerra* […], p. 251.
[121] PRO, HS 3/76, *SOGEDEX. Formation of SOGEDEX to Handle Rubber Supplies, Angola*, 1942-1945.
[122] ROSAS, 1995, *Portugal entre a paz e a guerra* […], pp. 265-268.

O Conflito com o Ministro das Colónias e a Demissão de Freitas Morna do Cargo de Governador-Geral de Angola

A governação de Freitas Morna não foi apreciada por certos meios políticos metropolitanos. De facto, Freitas Morna deparou-se com fortes entraves ao prosseguimento da sua política de fomento económico em Angola. Esses entraves vieram, desde logo, do governo central, na pessoa do Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado. Entre o Ministro e o Governador foram surgindo fortes divergências sobre o melhor modo de governar Angola[123]. Essas divergências eram o reflexo de uma discussão mais ampla que então se travava na metrópole sobre como deveria ser a administração das colónias portuguesas durante e depois da guerra mundial. Tratava-se de definir a política colonial portuguesa para o novo contexto internacional que surgiria depois de terminado o conflito. Esse debate foi, aliás, feito ao mais alto nível durante o II Congresso da União Nacional em 1944. Por um lado, personalidades como Vicente Ferreira, Araújo Correia e Lopes Galvão defenderam uma revisão do Acto Colonial no sentido da descentralização administrativa e económica das colónias, de modo a permitir um desenvolvimento independente das necessidades da economia metropolitana. Propuseram, para o efeito, a promoção da industrialização das colónias, mesmo que ela causasse algum "dano" aos interesses da indústria metropolitana. Vicente Ferreira foi mesmo ao ponto de afirmar que o principal objectivo da colonização branca em Angola era a criação duma futura «nacionalidade luso-angolana»[124]. Por enquanto não se falava em independência, mas defendia-se a ideia da autonomia das colónias. Por outro lado, os areópagos do Acto Colonial continuaram a encarar o papel das colónias nos termos tradicionais do pacto colonial. Isto é, as colónias deviam fornecer matérias-primas e bens alimentares à metrópole e, simultaneamente, consumir os excedentes agrícolas e os produtos manufacturados metropolitanos. Não se aceitava assim a industrialização das colónias, cuja economia deveria permanecer subordinada aos interesses da metrópole. Como tal, também não se concebia a autonomização – e muito menos a independência – dos territórios coloniais[125].

No quadro desse debate, Freitas Morna representava a primeira posição. O Ministro das Colónias encarnava uma variante da segunda, na medida em que

[123] AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador-Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.
[124] FERREIRA,1948, «A Nova Lusitânia – Angola», p. 32.
[125] ROSAS, 1995, *Portugal entre a paz e a guerra* […], pp. 442-444.

aceitava um certo desenvolvimento económico das colónias, incluindo uma imberbe industrialização, desde que todo o processo fosse controlado pelo capital metropolitano e dirigido antes de mais ao seu próprio fortalecimento. Isto é, deveria ser um desenvolvimento que viesse ao encontro das necessidades de crescimento da burguesia portuguesa, que então precisava de exportar os seus capitais para mercados protegidos como eram os das colónias. Aos colonos – ou seja ao capital propriamente colonial – seria permitido a associação subordinada aos investimentos comandados pelo capital financeiro, comercial e industrial português, nomeadamente os Bancos Espírito Santo, Português do Atlântico, Nacional Ultramarino, CUF, família Champallimaud, etc. Esta estratégia permitia ao capital português permanecer hegemónico nas colónias e, simultaneamente, assegurava um pequeno crescimento do capital colonial que, porém, se deveria contentar com uma posição de subalternidade económica, social e política face aos grandes capitalistas metropolitanos. Foi esta a posição que prevaleceu na política colonial portuguesa no período do segundo pós-guerra. E foi essa mesma posição que determinou a revisão da lei do condicionamento industrial em 5 de Setembro de 1944 (Decreto-lei n.º 33.924), que autorizou a instalação de um número muito restrito de indústrias em Angola e em Moçambique[126].

Neste contexto, o choque de posições entre o Governador-Geral e o Ministro das Colónias foi-se fazendo sentir ao longo de 1942, acentuando-se na primeira metade de 1943. Em Março de 1943, Freitas Morna escrevia a Salazar a queixar-se da situação, talvez na esperança de que o Presidente do Conselho interviesse junto do Ministro das Colónias. São suas as seguintes palavras:

> «Não vejo, em face do que se está passando, outra solução senão a de o Senhor Ministro me deixar descansado e proceder comigo com a mesma correcção com que eu procedo para com ele, ou então, Vossa Excelência dignar-se-á fazer-me substituir […] / Assim, é impossível governar e o actual estado de coisas, pelas consequências que pode ter, não aproveita a ninguém»[127].

A verdade, porém, é que o conflito agudizou-se no segundo trimestre de 1943, conduzindo à exoneração de Freitas Morna do cargo de Governador-Geral de Angola. A exoneração foi precedida por uma campanha política de desvirtuação da governação de Freitas Morna, tendo como pretexto a venda do milho angolano às

[126] Sobre a política de desenvolvimento das colónias para benefício do capital metropolitano português veja-se: TELO, 1994, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, pp. 241-244; ROSAS, 1995, *Portugal entre a paz e a guerra* […], pp. 444-445; ALEXANDRE, 2017, *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*.

[127] AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.

duas Rodésias. Em Lisboa, chegou a ser afirmado que a exportação do milho se fizera em prejuízo do abastecimento da metrópole, o que não correspondia aos factos[128].

Neste contexto, em 26 de Junho de 1943, pouco depois do seu regresso da União Sul-Africana, Freitas Morna embarcou para a metrópole, porventura por ordem do governo metropolitano, ainda que oficialmente por motivos de doença. E, uma vez na metrópole, foi exonerado das suas funções de governo em Agosto de 1943. No entanto, Freitas Morna recusou-se a pedir a demissão por pretensos problemas de saúde, contrariando assim as indicações do governo português. Com efeito, o Governador-Geral comunicou ao Ministro das Colónias que não autorizava que no diploma da sua exoneração se mencionasse que tinha sido ele [Freitas Morna] que tinha solicitado a demissão. E, em carta datada de 21 de Agosto de 1943, Freitas Morna afirmou categoricamente que a sua exoneração tinha sido motivada por desinteligências com o Ministro das Colónias, o qual havia procurado dificultar por todos os meios a sua governação em Angola[129].

Conclusão

A análise da acção política de Álvaro Freitas Morna, quer como deputado à Assembleia Nacional, quer como Governador-Geral de Angola, revela a existência de posicionamentos diferentes e, por vezes, até contrários aos assumidos pelo governo de Salazar, dentro do quadro político e institucional do Estado Novo. Longe de ser um monólito político, o regime salazarista foi perpassado por frequentes tensões políticas internas, que nalguns casos conduziram a autênticos conflitos pessoais e institucionais, como o que opôs Álvaro Freitas Morna, então Governador-Geral de Angola, ao Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, em 1943. Enquanto estudo de caso, é também particularmente significativo para compreender como é que os militares que haviam apoiado a Ditadura Militar, nomeadamente o General Óscar Fragoso Carmona, se vieram a integrar politicamente no novo regime de ditadura civil instituído por António de Oliveira Salazar em 1933. Permite-nos, enfim, conhecer melhor o funcionamento da Assembleia Nacional, dando-nos pistas pertinentes sobre os trabalhos parlamentares na I e na II Legislaturas do Estado Novo.

[128] MORNA, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, p. 373.

[129] AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.

Enquanto deputado, Freitas Morna demonstrou não só grande independência política, mas também espírito de iniciativa e vontade de participar activamente na resolução dos problemas do país. Disso são exemplo os vários projectos de lei por si apresentados à Assembleia Nacional, bem como as múltiplas intervenções sobre diferentes matérias de carácter político, económico e social. E, ainda que derrotado nos seus intentos reformistas no que diz respeito à reorganização do Ministério da Marinha, Freitas Morna permaneceu, até ao fim do seu segundo mandato, um elemento activo nos trabalhos parlamentares. Elogioso em diversas situações da actuação do governo, foi também, noutros casos, bastante crítico da conduta do mesmo, revelando coragem e autonomia de pensamento em relação ao executivo de Salazar. Manifestou, aliás, grande abertura aos sectores militares que haviam participado em movimentos políticos contra o regime, tendo proposto a sua amnistia. Face à eclosão da II Guerra Mundial, não se coibiu em exprimir as suas posições filo-britânicas, tendo repudiado o nazismo e a sua ideologia racista. Católico assumido, exultou com a celebração da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé em 1940, mas defendeu sempre o princípio da laicidade do Estado.

Nomeado Governador-Geral de Angola em 1942, Álvaro Freitas Morna foi, na senda de Paiva Couceiro, de Norton de Matos e de Vicente Ferreira, um dos mais relevantes governadores coloniais portugueses. Empenhado no fomento da economia, Freitas Morna reorganizou os organismos de coordenação económica, investiu na construção de infra-estruturas, estimulou e apoiou as actividades económicas e, no geral, projectou tanto quanto lhe foi possível uma estratégia de modernização e de desenvolvimento de Angola, que passaria não só por uma aposta no sector primário (agro-pecuária, florestas, etc.), mas também pela sua industrialização. Apesar de algumas das suas medidas não terem tido continuidade no plano governativo, podemos dizer que a sua actuação marcou o início da recuperação económica de Angola, depois de uma década de acentuada contracção. Em termos políticos e sociais, a debalde da sua visão paternalista no que diz respeito aos africanos, Freitas Morna colocou os seus esforços ao serviço da população angolana, indo ao encontro de certas reivindicações dos colonos e procurando eliminar algumas das injustiças e dos abusos de que eram vítimas os indígenas, nomeadamente no plano laboral. Exonerado do cargo pelo governo de Lisboa, depois de um litígio com o Ministro das Colónias, Freitas Morna foi votado ao oblívio pelo Estado Novo, permanecendo também uma figura pouco tratada pela historiografia portuguesa. Mas a sua governação foi indubitavelmente uma das mais marcantes e singulares durante o período do Estado Novo em Angola.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AN/TT), Arquivo António Oliveira Salazar (AOS)/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador-Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.

AN/TT, AOS/CO/UL – 8B, Pasta 3, Crise de Angola, 1932.

AN/TT, AOS/CO/UL – 8B, Pasta 12, Situação política em Angola (1934).

AN/TT, AOS/CO/PC – 3C, Pasta 17, Situação em Angola (1936).

AN/TT, AOS/CO/UL – 8B, Pasta 18, Situação económica e social em Angola (1937--1941).

AN/TT, AOS/CO/UL – 8G, Pasta 6, Incidentes entre o Governador Geral, Álvaro de Freitas Morna, e o Ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, 1943.

AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 289/51, 2681, Eugénio Bento Ferreira.

AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Processo 53686, 8912, Eugénio Bento Ferreira.

Public Record Office (PRO), Foreign Office (FO) 371/15030.

PRO, FO 371/39583.

PRO, FO 371/125894.

PRO, FO 371/31120.

Public Record Office (PRO), Records of Special Operations Executive (HS) 3/81, *Angola: Use of political groups. S Organisation*, 1942.

PRO, HS 3/75, *Combined S.I.S./S.O.E. Organization*, 1943-1944.

PRO, HS 3/76, *SOGEDEX. Formation of SOGEDEX to Handle Rubber Supplies, Angola*, 1942-1945.

Fontes Impressas

ANGOLA, Associações Económicas de, 1932, *Considerações sobre o problema das transferências de Angola*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva.

ANGOLA, Direcção dos Serviços de Economia. Repartição de Estatística Geral da Colónia de, 1947, *Censo Geral da população, 1940*, Luanda, Imprensa Nacional.

COLÓNIAS, Ministério das, 1930, *Acto Colonial*, decreto n.º 18.570, de 8 de Julho de 1930.

FARO, José de Sousa e, 1932, *Angola. Como eu a vi em 1930-1931*, Lisboa, Imprensa da Armada.

United Nations General Assembly, 22-11-1961, 16.ª Session, Agenda Item 27 – *Report of the Sub-committee on the Situation in Angola*.

Obras de Álvaro Freitas Morna

MORNA, Álvaro Freitas, 1931, *Transporte de Guerra "Pêro de Alenquer". Relatório da Viagem ao Extremo Oriente 1927-1928*, Lisboa, Imprensa da Armada.

MORNA, Álvaro Freitas, 1942, «Discurso do Governador Geral de Angola, Sr. Comandante Álvaro Morna, ao assumir o governo», in *Boletim Geral das Colónias*, XVIII, 205, pp. 7-17.

MORNA, Álvaro Freitas, 1943, *Problemas económicos da colónia,* Luanda, Imprensa Nacional.

MORNA, Álvaro Freitas, 1944, *Angola: um ano no Governo Geral: 1942-1943*, Lisboa, Livraria Popular.

Publicações Periódicas

Assembleia Nacional, 1935-1942, *Diário das Sessões*.

Diário da República, 5 de Julho de 1947, III Série, n.º 154.

Diário de Luanda, Dezembro de 1942.

Olisipo, Janeiro de 1958, ano XXI, n.º 81.

Província (A) de Angola, Dezembro de 1942 e Dezembro de 1945.

Documentos *Online* / Webgrafia

Arquivo da Universidade de Coimbra, Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Jacinto de Freitas Morna, 1886-10-15 e 1883-10-15, disponíveis em http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=235365, consultado em 10 de Fevereiro de 2026.

CASTILHO, J. M. Tavares, 2009, «Álvaro Freitas Morna», in *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, disponível em https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/m/morna_alvaro_freitas.pdf, consultado em 10 de Fevereiro de 2026.

Conferência Internacional do Trabalho. Vigésima Nona Sessão – Montreal, 1946, *Delegação Portuguesa*, disponível em https://www.ilo.org/pt-pt/media/74501/download, consultado em 11 de Fevereiro de 2026.

Lei n.º 1900, 21 de Maio de 1935, disponível em https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/rc_1900.pdf, consultado em 11 de Fevereiro de 2026.

LONSEA – League of Nations Search Engine, disponível em http://www.lonsea.de/pub/person/3563, consultado em 10 de Fevereiro de 2026.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim, 2017, *Contra o Vento. Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

CARVALHO, Américo de, 2001, *Angola. Anos de esperança*, Coimbra, Minerva.

DÁSKALOS, Sócrates, 2000, *Um testemunho para a História de Angola. Do huambo ao huambo*, Lisboa, Vega.

FERREIRA, Vicente, 1948, «A Nova Lusitânia – Angola», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.os 7-8.

LEMOS, Alberto, 1969, *Nótulas históricas*, Luanda, Fundo de Turismo e Publicidade de Angola.

MALTEZ, José Adelino, 2016, *Do Império Por Cumprir II. Portugal e o regresso ao d'aquém (1926-1976)*, Lisboa, ISCSP.

MARGARIDO, Alfredo, 1991, «Prefácio», in TORRES, Adelino, *O Império Português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher, pp. 13-14.

MARQUES, A. H. de, 1973, *A Primeira Legislatura do Estado Novo, 1935-1938*, s.l., Publicações Europa-América.

MESSIANT, Christine, 1983, *L'Angola colonial, histoire et société. Les premisses du mouvement nationaliste*, Paris, École de Hautes Études en Sciences Sociales.

NETO, João Pereira, 1964, *Angola: meio século de integração*, Lisboa, ISCPU.

NUNES, A., PINHO, J., GANHO, N., 2012, «O Ciclone de fevereiro de 1941: Análise histórico-geográfica dos seus efeitos no município de Coimbra», in *Cadernos de Geografia*, n.º 30/31, pp. 53-60.

OKUMA, Thomas, 1962, *Angola in Ferment: the Background and Prospects of Angolan Nationalism*, Boston, Beacon Press.

OLIVEIRA, Pedro Aires, 2000, *Armindo Monteiro. Uma biografia política*, Venda Nova, Bertrand.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2005, *Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*, Coimbra, Minerva.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2006, *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Edições Afrontamento.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2008, *Angola. Os Brancos e a Independência*, Porto, Edições Afrontamento.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2018, *Brancos de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização, 1945-1975*, Porto, Edições Afrontamento.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2019, «A Igreja Católica e o Estado Novo na África Portuguesa», in FREIRE, Américo & MARTINHO, Francisco & VANNUCHI, Marco (org.), *O que há de novo sobre o Estado Novo? Autoritarismos e democracia*, Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 239-260.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2022, «White Settlers' Anti-Fascist and Anti-Colonial Movements in Angola (1930–1945)», in *South African Historical Journal*, volume 74, n.º 1, pp. 74-99.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2022, «O Governo-Geral de Álvaro de Freitas Morna em Angola: acção política-administrativa e de fomento da economia (1942/1943)», in MARTINS, Fernando *et alii*, *Entre África e Europa. Estudos Históricos em Homenagem ao Professor Helder Adegar Fonseca*, Vila Nova de Famalicão, Humus, pp. 35-72.

PIMENTA, Fernando Tavares, 2023, «"Nova Madeira"? Notas e Reflexões para o Estudo da História da Colonização Madeirense no Planalto da Huíla (Angola), 1884--1975», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 503-536.

ROSAS, Fernando, 1995, *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas, 1939-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

SANTOS, Afonso Costa Valdez Thomaz dos, 1945, *Angola. Coração do Império*, Lisboa, AGC.

SANTOS, Marta Carvalho, 2006, «MORNA, Álvaro de Freitas», in CRUZ, Manuel Braga da & PINTO, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, volume M-Z, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, pp. 186-189.

TELO, António José, 1994, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Cosmos.

TORRES, Adelino, 1991, *O Império Português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 513-550
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

As Casas do Povo na Madeira e a Integração e Controlo dos Camponeses durante o Autoritarismo Corporativo (1936-1974)

The *Casas do Povo* in Madeira and the Integration and Control of Peasants under Corporatist Authoritarianism (1936–1974)

Leonardo Aboim Pires[1]
Luísa Cristina Gonçalves Fernandes[2]

Resumo

Este artigo propõe-se analisar a reconfiguração da sociedade rural madeirense à luz da implantação das Casas do Povo, um dos pilares do corporativismo de base local promovido pelo regime do Estado Novo. Entre 1936 e 1973, foram criadas 17 Casas do Povo na Madeira, cuja ação teve impactos significativos, e por vezes duradouros, no quotidiano das comunidades rurais. O estudo parte da análise do processo de implantação institucional destas entidades, a partir da arrancada dos anos 1930, destacando dois momentos de reforço e expansão: o final da década de 1950 e o início dos anos 1970, períodos em que se verifica não só o alargamento da sua presença territorial como

[1] Licenciado em História e Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Doutorado em Ciências da Sustentabilidade no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É investigador integrado no Instituto de História Contemporânea (IHC – NOVA FCSH/IN2PAST) e membro da European Rural History Organisation. A sua área de investigação preferencial é a história económica e social contemporânea, com especial enfoque nas temáticas da agricultura, da sociedade rural, do ambiente e da alimentação. Foi galardoado com o Prémio Jovem Investigador em História da Comunicação (2025). Contacto: leonardoaapires@gmail.com.

[2] Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com menor em Línguas Modernas (Francês). Frequenta o Mestrado em História Contemporânea, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, encontrando-se a desenvolver a sua dissertação sobre o Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira, e o Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. A sua investigação tem incidido sobre a implantação e o desenvolvimento da Ditadura Militar na Madeira e o protesto autonómico do século XX. Contacto: luisacristina02@hotmail.com.

também uma redefinição das suas atribuições. A investigação incide particularmente sobre as práticas de assistência médica e social, bem como sobre as atividades culturais, recreativas e desportivas desenvolvidas por estas instituições nas várias freguesias onde foram implantadas. Para tal, recorrem-se a fontes diversificadas, incluindo a imprensa periódica regional e documentação inédita proveniente da Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa (Arquivo Histórico Parlamentar) e da Inspeção dos Organismos Corporativos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Ao centrar-se na realidade insular, este estudo contribui para uma abordagem descentralizada do corporativismo português, evidenciando a articulação entre a ideologia do regime e as especificidades sociais e geográficas da Madeira.

Palavras-chave: Corporativismo; Madeira; Estado Novo; Casas do Povo.

Abstract

This article aims to analyse the reconfiguration of rural society in Madeira considering the establishment of the *Casas do Povo* (People's Houses), a key pillar of the corporatist structure promoted by the Estado Novo regime at the local level. Between 1936 and 1973, 17 *Casas do Povo* were founded across the archipelago, with a significant, sometimes lasting, impact on the everyday lives of rural communities. The study begins by examining the institutional implantation of these entities, starting with their initial rollout in the 1930s, and highlights two major phases of reinforcement and expansion: the late 1950s and the early 1970s. These were periods not only of territorial proliferation but also of a redefinition of the functions and responsibilities assigned to these organisations. The research focuses on medical and social assistance practices, as well as on the cultural, recreational, and sporting activities carried out by the Casas do Povo in the various parishes where they were established. To this end, the article draws on a wide range of sources, including regional newspapers and previously unexamined archival materials from the *Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa* (Parliamentary Historical Archive) and the *Inspeção dos Organismos Corporativos* (National Archive of Torre do Tombo). By focusing on the insular context, this study contributes to a more decentralised understanding of Portuguese corporatism, shedding light on the interplay between regime ideology and the social and geographic specificities of Madeira.

Keywords: Corporatism; Madeira; Estado Novo; Casas do Povo.

Introdução

A produção historiográfica relativa ao século XX madeirense, não obstante o crescente interesse em torno da questão autonómica, ainda escasseia. Os estudos até à data realizados apontam para a ideia de o arquipélago da Madeira ter sido uma zona votada ao abandono durante o Estado Novo, na medida em que o governo central não conseguia dar resposta à necessidade de investir no seu desenvolvimento socioeconómico. De um modo geral, na primeira metade de Novecentos, a região

caraterizava-se por um evidente atraso cultural de largas camadas da população, do mesmo modo que imperava a noção de que o arquipélago atravessava uma gravíssima situação de crise económico-financeira, quase linear ou ininterrupta.

Porém, e à semelhança do que ocorreu no resto do país, a estratégia da ditadura passou por um intervencionismo que fez uso do corporativismo, com claras consequências no panorama institucional. Numa perspetiva historiográfica, as Casas do Povo já foram alvo de estudos de enquadramento[3] e algumas análises regionais como para Trás-os-Montes[4], Ribatejo[5], Minho[6] e Algarve[7], sem esquecer os trabalhos sobre as Casas dos Pescadores, reveladores destas dimensões do enquadramento social das comunidades marítimas[8]. Todavia, ainda se deteta uma ausência generalizada de estudos de caso sobre a sua atuação a um nível local. Importa frisar que duas dimensões devem ser privilegiadas quando se analisam estes organismos: por um lado, compreender a verdadeira extensão local da ditadura; por outro, verificar como os habitantes destas localidades experienciaram o Estado. Na convergência destas duas perspetivas o que emerge é um estudo *de baixo para cima* da progressão do Estado corporativo.

Neste sentido, este artigo[9] tem por objetivo aprofundar o conhecimento e problematizar a reconfiguração da sociedade rural na Madeira centrando-se no estudo de um dos segmentos do regime corporativo: as Casas do Povo, numa região que, entre 1936 e 1973, viu serem criadas 17 casas. De um lado examina-se o impacto do processo de implantação destes organismos primários, encetado no advento do salazarismo e acelerado em dois momentos, no final dos anos 50 e nos inícios dos anos 70, que se traduz na maior abrangência territorial e na reforma das suas competências. Por outro lado, procura-se compreender qual a ação desencadeada nas áreas da assistência médica e social e das atividades desportivas e culturais.

Para o cumprimento desse objetivo, além da imprensa periódica local e institucional, as fontes utilizadas para esta investigação foram os relatórios do

---

3 ALVES, 1998, *As Casas do Povo como instituições reveladoras da mundividência do regime salazarista*; LANERO TÁBOAS, 2022, «El corporativismo agrario a ras de suelo […]», pp. 85-103.

4 PIRES, 2019, «Os Grémios da Lavoura no distrito de Bragança e as funcionalidades corporativas nas comunidades rurais», pp. 204-221.

5 FREIRE, 2012, «Estado corporativo em acção […]», pp. 273-301.

6 PEREIRA, 2016, «Nós, o Povo […]», pp. 99-118.

7 PIRES, 2021, «Loulé e a institucionalização do corporativismo no Algarve», pp. 299-316.

8 GARRIDO, 2012, «Assistência e Previdência no mar português […]», pp. 7-29.

9 Este texto teve na sua base uma comunicação proferida na Fundação Mário Soares e Maria Barroso, a 2 de novembro de 2023, no âmbito do VII Congresso de História Local. Os autores agradecem as sugestões e os comentários feitos por Lino Bernardo Calaça Martins nesse evento.

Inquérito à Organização Corporativa de 1947, que se encontram no Arquivo Histórico Parlamentar, e da Inspeção dos Organismos Corporativos, localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bem como documentação proveniente do Arquivo e Biblioteca da Madeira.

As Casas do Povo na (Re)Orientação do Meio Rural no Estado Novo

Num folheto de propaganda, editado em 1936 e da autoria do presidente da Casa do Povo de São Martinho da Árvore (Coimbra), Bento Pereira de Carvalho, era apresentado o seguinte diálogo entre dois amigos:

> «– Nada, nada, amigo Cipriano. Eu vou tratar de tudo. E hei-de encontrar dez trabalhadores de boa vontade e com amor à Família e à Freguesia.
> – Dê cá um abraço, amigo João. A Casa do Povo é a nação da Freguesia. E nós devemos proclamar sempre a Nação eterna, com Deus e pela Família!»[10].

Revelador da mundividência em presença nos anos 1930, o que o excerto assinala são alguns tópicos programáticos em que assentavam as Casas do Povo, isto é, seriam organismos locais nos quais recaia a missão de inculcar os principais valores ideológicos do Estado Novo, convertendo-se no que se poderia classificar como os olhos e os ouvidos da ditadura, aliando controlo e vigilância social. «Na maleabilidade da doutrina, e na sua eficácia como discurso legitimador, reside provavelmente a utilidade que teve»[11] o corporativismo para os diferentes regimes que fizeram desta corrente de pensamento um dos seus pilares.

Fundamentos Ideológicos

As Casas do Povo foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de setembro de 1933. No âmbito da chamada *Organização Corporativa da Lavoura*[12], estas eram organismos primários para a inclusão de todos os que se encontravam nas freguesias rurais[13], ou seja, «traduziram uma ambição de estender a ditadura até às mais recônditas

[10] CARVALHO, 1936, *Cartilha das Casas do Povo* […], p. 34.
[11] CABO VILLAVERDE e LANERO TÁBOAS, 2011, «Asociacionismo agrario y transformaciones de la sociedad rural en España y Portugal […]», p. 280.
[12] Designação consagrada com a publicação do Decreto-Lei n.º 28 859, de 18 de julho de 1938.
[13] O Decreto-Lei n.º 23 618, de 1 de março de 1934, e o Decreto-Lei n.º 28 859, de 18 de julho de 1938, permitiram a criação de Casas do Povo em localidades que não fossem freguesias rurais, mas que reunissem as condições que recomendassem a existência destas.

freguesias»[14]. As comunidades locais, através das Casas do Povo, encontravam, assim, uma organização que diluiria o individualismo propalado pela ideologia liberal: «Não podemos ver o homem isolado, aquela criação grotesca do cidadão, feita para abusar da fácil credulidade do povo»[15], nas palavras de Pedro Teotónio Pereira ou, no dizer de João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), «o indivíduo isolado é uma ficção; o homem vive sempre em sociedade»[16]. Em síntese, e comparando com outros elementos do corporativismo, a «Casa do Povo está para o trabalhador agrícola como o Sindicato está para o trabalhador da cidade»[17].

A concretização desse desiderato passava pela transposição, em quadros institucionais, de plataformas agregadoras dos habitantes que exibissem similitudes com as bases em que se erguia uma família, sob a égide de uma unidade moral, económica, política e social. Estas ideias tinham reflexos até na estruturação do cerimonial constituído para a tomada de posse dos dirigentes. A vida interna destas instituições não podia ser entendida como uma mera «correspondência burocrática entre repartições oficiais […] [pois] exige a presença e o convívio pessoa a pessoa, porque só assim é possível manter o calor, o luzimento e a eloquência»[18].

Era nas Casas do Povo que o regime «procurava legitimação para inibir e reprimir formas de associações representativas de interesses sociais, nomeadamente sindicatos de trabalhadores rurais»[19]. Segundo o ideário salazarista, a criação das Casas do Povo pretendia combater uma certa abstração que caracterizava a cidadania nascida do liberalismo, restituindo às aldeias uma fórmula de associação superiormente guiada pelos ditames do Estado. Para alguns «desde que predomine qualquer lei a favor do indivíduo isolado em prejuízo do grupo, há sempre desorganização e retrocesso»[20]. Os esforços congregados na ampliação da rede corporativa partiam do desígnio de «fazer um mundo novo», criar «uma mentalidade nova, uma alma nova»[21], numa exaltação das virtudes ruralistas, na defesa do mito campestre e do mundo rural como imutável e com um padrão de comportamento exemplar, num país que, para o regime, «aceita, mesmo inconscientemente, a lei dura das limitações»[22].

---

[14] FREIRE, 2012, «Estado corporativo em acção […]», p. 274.
[15] PEREIRA, 1936, *A batalha do futuro* […], p. 127.
[16] LEITE, 1936, *A doutrina corporativa em Portugal* […], pp. 103-104.
[17] *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1947, ano 2, n.º 8, p. 18.
[18] *Mensário das Casas do Povo*, setembro de 1947, ano 2, n.º 15, p. 17.
[19] BAPTISTA, 1993, *A política agrária do Estado Novo* […], p. 351.
[20] *Eco do Funchal*, 8 de junho de 1941, ano I, n.º 15, p. 4.
[21] PEREIRA, 1936, *A batalha do futuro* […], p. 129.
[22] *Alegria no Trabalho*, março de 1945, ano 1, n.º 3, p. 28.

A Abrangência da sua Atuação

A legislação publicada na ditadura determinava que as Casas do Povo tinham três áreas de atuação, no que foi encarada como «uma concepção feliz» que permitia «abordar o problema social em todas as suas facetas»[23]. A primeira era previdência e assistência, exercida com o Decreto-Lei n.º 30 170, de 29 de julho de 1940, onde se inseria a proteção e auxílio aos sócios em casos de doença, desemprego, inabilidade e velhice e para medicamentos (a sócios 50% e a familiares 25%), que, em 21 de agosto de 1942 conhece uma uniformização através do regulamento dos serviços de invalidez. Dentro do esquema dos benefícios dos associados também se encontravam subsídios por nascimento (50$00 escudos), casamento (100$00) e morte (150$00)[24]. A esfera de ação destes organismos passava pela criação de um conjunto de valências, como dispensários, lactários, creches, asilos, entre outros. Além disso, a partir de 1958, foi regulada a concessão de empréstimos para a construção de casas destinadas a trabalhadores rurais, medidas que com a criação da Comissão de Política Social Rural, em maio de 1964, conheceria um maior lugar nas políticas públicas do regime.

Seguidamente, surgiam os serviços de instrução, como o ensino a crianças e adultos, com cursos diurnos e noturnos e daí a importância conferida à constituição de bibliotecas nas instalações de cada Casa do Povo. Convém não olvidar as sessões de leitura que deviam contribuir para «o aperfeiçoamento do gosto estilístico e literário do povo»[25]. A educação conheceu outras abrangências como quando foram instituídas, em 1968 e através da Federação das Caixas da Previdência e da Corporação da Lavoura, bolsas de estudo para os filhos dos sócios efetivos, num montante que ia de 300$00 a 1 000$00 mensais[26].

As atividades desportivas estavam também contempladas com o intuito de desenvolvimento da cultura física dos associados, estando previsto que, quando possível, as Casas do Povo adquirissem ou alugassem terrenos para a instalação de campos de jogos. É assim que surgiram campeonatos corporativos de futebol, de ciclismo, de natação, de atletismo e de basquetebol, que decorriam sob o patrocínio do pelouro de Educação Física da Federação Nacional da Alegria no Trabalho (FNAT). Era proposto que, do mesmo modo que fizeram com o folclore, as Casas deveriam

[23] MORA, 1935, *As Casas do Povo no Estado Corporativo* […], p. 44.
[24] *Mensário das Casas do Povo*, junho de 1964, ano 18, n.º 216, p. 20.
[25] *Mensário das Casas do Povo*, outubro de 1954, ano 9, n.º 100, p. 20.
[26] *Mensário das Casas do Povo*, setembro de 1968, ano 23, n.º 267, p. 18.

«criar um "desporto rural" que inclua outros géneros de exercícios físicos» que promovessem «a educação da sensibilidade e da emotividade dos portugueses bem como o seu aperfeiçoamento moral»[27]. Os sócios poderiam encontrar nas respetivas sedes espaço para a prática de jogos de salão como o bilhar, o pingue-pongue, ou jogos de mesa como o xadrez, as damas e o dominó, «jogos mais reflexivos e mais pacíficos, e, portanto, com certo aspecto disciplinar sobre a inteligência»[28]. Um desses exemplos deu-se com a preparação do Primeiro Campeonato Nacional Corporativo de Damas Clássicas, em 1958.

Os espetáculos cinematográficos eram outras das faces da dimensão educativa, existindo ligações ao Secretariado de Propaganda Nacional, através do cinema ambulante[29]. Outro exemplo disso surgiu mais tarde, em 1953, quando foram recebidos projetores dos Estados Unidos da América, com o apoio da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, utilizados em sessões de propaganda agrícola, considerados como um «belíssimo instrumento de divulgação de cultura»[30]. Havia ainda uma plêiade de outros eventos como cursos femininos de artesanato, aprovados em junho de 1947, e os cursos de formação familiar, preparados em colaboração com a Obra das Mães pela Educação Nacional. Já em outras iniciativas de âmbito corporativo, mas com um lastro interinstitucional, assinala-se a Primeira Exposição de Artes dos Trabalhadores, organizada sob os auspícios da FNAT, em 1951, ou os Primeiros Jogos Florais do Trabalho, em 1962, divididos em quatro categorias: prosa, poesia, fotografia e artesanato.

Na defesa da «rasgada fórmula da cultura popular»[31], como assinalou António Júlio de Castro Fernandes[32], o louvor das identidades regionais e dos seus particularismos também pode ser agrupada na rubrica da atividade cultural das Casas do Povo, numa conversão da etnografia numa «ciência oficiosa, preciosa devido à sua capacidade de sancionar "superiormente" uma realidade fabricada»[33]. Para o cumprimento dessa intenção, quatro modalidades foram defendidas e executadas: recolha e conservação

[27] PROENÇA, ABREU e SAMPAIO,1966, *A terra e o homem: casas do povo*, p. 62.
[28] *Mensário das Casas do Povo*, maio de 1966, ano 20, n.º 239, p. 9.
[29] Foi em Beja que esta iniciativa surge em primeiro lugar, em 1938.
[30] *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1953, ano 8, n.º 80, p. 11.
[31] FERNANDES, 1945, *A revolução social portuguesa* […], p. 15.
[32] Para uma biografia de Castro Fernandes ver: PIRES, 2020, «O ideário de António Castro Fernandes […]», pp. 309-333.
[33] MELO, 2001, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)* […], p. 170.

de artefactos etnográficos; constituição de museus etnográficos, algo sempre muito defendido e propalado; reprodução destes elementos no âmbito da cultura material (mobiliário, vestuário, instrumentos de trabalho); e iniciativas de ativação deste ideário, como os grupos folclóricos.

Seriam as Casas do Povo o «centro de onde irradiará um saboroso ambiente de "alegria no trabalho"» e em que «as cidades têm de aprender com os homens do campo a admirar a grandeza do mesmo povo trabalhador»[34]. Existiram sugestões sobre diferentes temas, algumas das quais com implicações noutros domínios como a agricultura. Uma delas passava pela «exaltação dos tipos de pães actualmente ou no passado fabricados» e que nos museus etnográficos não deviam faltar «modelos dos pães típicos, assim como todos os elementos acerca do seu fabrico e os exemplares ou modelos das ferramentas e utensílios empregados»[35]. Já outra proposta pugnava pela «necessidade de criar o "Museu do Vinho"»[36]. As Casas do Povo podiam efetuar empréstimos aos seus sócios «para a exploração agrícola ou de pequenas indústrias de carácter doméstico, como a fiação, tecelagem de linho e lã, criação de bicho-da--seda, cerâmica, mobiliário, objectos de uso doméstico, brinquedos, ovicultura, tapetes, bordados, rendas»[37] entre outras. Era esta «apologia das particularidades locais» uma forma de «falar do país dos campos, lugar por excelência da pátria eterna»[38].

Por fim, a terceira competência das Casas do Povo eram os progressos locais, cooperando em obras consideradas de utilidade pública, como comunicações, serviços de águas e higiene. Através do recrutamento do pessoal desempregado, da fiscalização das respetivas condições de trabalho, da comparticipação no custo das obras e da prestação de trabalho dos sócios efetivos, as Casas do Povo eram intervenientes na luta contra o desemprego. Este era um entendimento extensível a outros organismos do Estado Novo, como o Comissariado do Desemprego, criado em 1932, e que contou com uma reserva de mão-de-obra para a realização deste tipo de infraestruturas. Para Manuel de Lucena existia aqui uma «perspectiva keynesiana»[39], apesar do limitado alcance, uma vez que desemprego e subemprego agrícola foram uma particularidade do panorama laboral do sector primário até ao início do êxodo rural dos anos 1960.

---

[34] *Alegria no Trabalho*, agosto de 1947, ano 3, n.º 32, p. 213.
[35] *Mensário das Casas do Povo*, janeiro de 1956, ano 10, n.º 115, p. 5.
[36] *Mensário das Casas do Povo*, outubro de 1964, ano 19, n.º 220, p. 14.
[37] *Mensário das Casas do Povo*, janeiro de 1947, ano 1, n.º 7, p. 15.
[38] ALVES, 2013, *Arte Popular e Nação no Estado Novo* […], p. 106.
[39] LUCENA, 1976, *A evolução do sistema corporativo português* […], p. 253.

Composição Social e Distribuição Geográfica

O universo sociológico das Casas do Povo era constituído por «grandes e pequenos lavradores, simples trabalhadores do campo ou rendeiros, artífices e pequenos comerciantes, desde que vivam do amanho da terra ou ligados à sua produtividade»[40]. A natureza da ocupação laboral determinava a entrada dos associados nestes organismos, existindo duas categorias: os *protetores natos*, chefes de família proprietários rurais na freguesia, cuja quota era de 5$00 e os *sócios efetivos*, chefes de família que eram trabalhadores rurais, cuja quota estava fixada em 1$00. Todavia esta divisão não foi acolhida sem críticas, referindo que «sendo diversíssima a condição económica da população da freguesia rural […] só contrariando muito a realidade das coisas é que será lícito arrumar em duas categorias»[41].

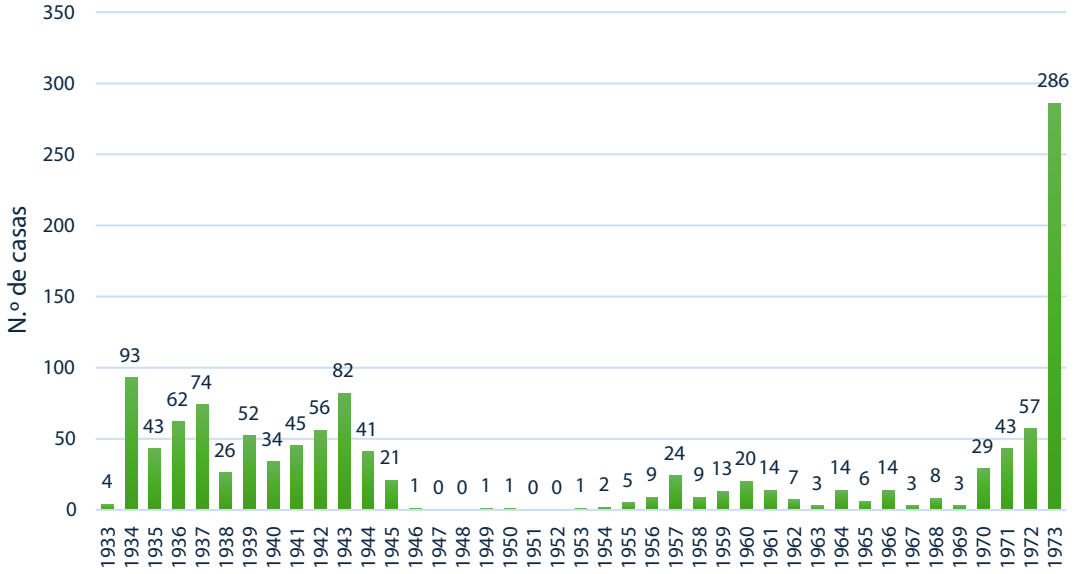
No capítulo da territorialização do Estado Novo, construída através das referidas casas, concluiu-se que se multiplicaram «sobretudo nas regiões mais proletárias (Alentejo e Ribatejo), marcando passo em algumas de minifúndio que mais propícias lhe deveriam ser»[42], nomeadamente no Extremo Norte. A maior presença das Casas do Povo nas regiões alentejana e ribatejana justifica-se pelo facto de serem áreas onde os jornaleiros eram mais numerosos e os grandes proprietários precisavam de garantir a disponibilidade de trabalhadores e controlar a latente agitação social. A título de exemplo, em 1963, nos distritos alentejanos, a percentagem de freguesias abrangidas pelas Casas do Povo era a seguinte: Évora, 98%, Portalegre, 96% e Beja, 85%[43]. Terá sido «a atomização dos interesses [que] tornou problemática a sua existência noutras zonas»[44], como as que tinham na sua base explorações agrícolas de tipo familiar. A preponderância de alguns distritos nesta malha institucional demonstra como a «construção da rede de casas do povo foi lenta e nunca chegou a ser constituída uma em cada freguesia»[45], contrariando a legislação.

Focando o fio do tempo da criação das Casas do Povo, este pode dividir-se em três momentos (ver Gráfico 1), aliás, em consonância com os restantes organismos corporativos. Uma primeira fase está integrada nos esforços do Estado Novo em lançar as bases desta rede que vai até ao fim da Segunda Guerra Mundial, contexto

[40] FERREIRA, 1951, *Corporativismo português* […], p. 273.
[41] GODINHO, 1937, *A revolução continua* […], p. 19.
[42] LUCENA, 1999, «Casas do Povo», p. 246.
[43] *Mensário das Casas do Povo*, dezembro de 1963, ano 18, n.º 210, p. 20.
[44] LUCENA, 1976, *A evolução do sistema corporativo português* […], p. 249.
[45] FREIRE e FERREIRA, 2019, «A construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974)», p. 271.

no qual também se criou a Junta Central das Casas do Povo (Decreto-Lei n.º 34 373, de 10 de janeiro de 1945). A estes anos seguiu-se um interregno. Só final dos anos 50 houve uma revitalização, de forma descontínua, podendo-se definir este como o segundo momento, onde também se localiza a criação da Corporação da Lavoura, órgão máximo da organização corporativa com impactos na agricultura[46].

Gráfico 1: Evolução da criação das Casas do Povo (1933-1974)



Fonte: *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, 1933-1974.

Com a Lei n.º 2144, de 29 de maio de 1969, e confirmada com o Decreto n.º 445/70, de 23 de setembro de 1970, procedeu-se à reorganização das Casas do Povo e suas federações. Esta medida enquadra-se num plano mais amplo de alterações ao sistema corporativo que o marcelismo se encarregou de encetar. Em 1971 foi constituído um grupo de trabalho para proceder ao estudo da revisão do âmbito sectorial e territorial dos organismos primários e intermédios[47] e foi feita uma reforma dos organismos de coordenação económica, em 1972, da qual resultou a extinção de vários deles.

[46] Sobre este organismo ver PIRES, 2022, «Os "homens bons" da terra […]», pp. 239-262.

[47] O grupo era presidido por Eduardo Costa e constituído por Jorge Camarate, Maria Fernanda Borges, Maria Alice Falcão, Maria Eduarda Ribeiro e António Serrano (*Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* [doravante *BINTP*], março de 1971, ano 38, n.º 12, p. 704).

Foram confirmadas as atribuições das Casas do Povo nos domínios da cooperação social, da representação profissional dos trabalhadores agrícolas e da previdência e assistência, embora nesta última área detetaram-se maiores alterações. Foi criado um esquema especial de prestações, de forma a envolver um maior número de pessoas, contemplando subsídios e um regime de abono de família. Sobre a área de atuação foi consagrada a ideia de uma extensão territorial não inferior à da freguesia e não superior à do concelho. Como Joaquim Silva Pinto, Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, referiu num discurso no Porto, em 26 de fevereiro de 1970, no governo «somos todos nós homens do Social» e o Estado Social não era uma mera «palavra de ordem que disciplinadamente se cumpra»[48] e as medidas apresentadas apontavam para uma nova abordagem sobre os problemas sociais.

Houve a partir daqui um novo impulso na criação de Casas do Povo que se foram espalhando pelo país ao longo do governo de Marcello Caetano, num exponencial incremento que podemos considerar como a terceira fase. Para o Presidente do Conselho de Ministros, num discurso de 15 de junho de 1970, este afirmava que «não ficaremos por aqui. Estamos dispostos a caminhar para diante, sempre dentro dos quadros da organização corporativa»[49]. É neste contexto que, entre 1968 e 1973, são criadas 426 novas Casas do Povo. Só no ano de 1973, em Aveiro são criadas 35, sendo o distrito em que este movimento mais se acentuou, a que segue o Porto com 34, e Coimbra com mais 26. A amplificação marcelista do sistema corporativo terá as suas ressonâncias na Madeira, como se verá mais adiante.

Configurações da "Organização Corporativa da Lavoura" na Madeira

A estrutura económica da Madeira, como economia agrícola tradicional «reduzida a explorações minifundiárias, na sua maioria de mera subsistência»[50], assentou, de forma evidente, em dois vetores. Por um lado, o aproveitamento dos recursos naturais, que vão das lenhas e madeiras, passando pelos logradouros comuns como área de pastoreio. Por outro lado, os principais produtos cultivados foram a vinha, a cana-de-açúcar, os cereais, as batatas, as bananas e o feijão. Foram estas as principais riquezas arrancadas à terra e que contribuíram para a economia regional, podendo ser feita uma divisão quanto às formas de exploração agrícola. A importância da região

[48] *BINTP*, 15 de abril de 1970, ano 37, n.º 7, p. 357.
[49] *Mensário das Casas do Povo*, julho de 1970, ano 25, n.º 289, p. 5.
[50] NEPOMUCENO, 2006, *História da Madeira* […], p. 388.

norte da Ilha da Madeira assentou nas culturas de subsistência, que asseguravam as necessidades das populações locais e os excedentes eram escoados para o Sul, para o Funchal. Ainda assim se mencionava que «os legumes e hortaliças produzem-se em pequena quantidade e inferior qualidade» e «as frutas que em outros tempos apareciam à venda no nosso mercado como pêssegos, mangas, laranjas, goiabas, etc., quási que desapareceram na sua generalidade por falta de dedicação e carinho por parte dos proprietários agrícolas»[51].

Apesar de, segundo o discurso encaixilhado pelos ditames da propaganda, «os trabalhadores rurais da Madeira são os Lusíadas da agricultura»[52], enaltecendo as virtudes do trabalho agrícola exercido no arquipélago, a realidade comprovava a existência de uma estratificação social que era vista, inclusivamente pela própria polícia política, em 1965, como «entre uma classe menos favorecida e uma classe média com tendência em alguns casos para a opulência devido ao contacto com o elemento estrangeiro e seu modo de vida»[53]. Esta era uma situação com reflexos no custo de vida e que acentuavam assimetrias regionais em que, por exemplo «a fruta do continente é mais procurada pelo público que lhe dão a sua preferência, embora mais cara»[54]. Foi-se construindo uma tendência estrutural da sociedade insular desde o século XVIII, caracterizada pela proletarização dos campos madeirenses, «em que a exploração da terra está muito mais dividida do que a sua posse»[55], tendo o regime de colonia[56] como exemplo paradigmático. Esta situação apenas começou a alterar-se em 1967, com o Decreto-Lei n.º 47 937, de 15 de setembro, que proibiu a celebração de novos contratos.

No final da ditadura, era afirmado que «o seu povo ordeiro [da Madeira] sempre acreditou no Governo Central, e disso tem dado largas provas»[57]. Porém, se se observar os primeiros anos do autoritarismo, a evidência da realidade demonstra que nem sempre foi assim. No início dos anos 1930, houve momentos de agitação

[51] *Comércio do Funchal*, 15 de maio de 1937, ano 3, n.º 87, p. 1.

[52] *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1949, ano 3, n.º 32, p. 10.

[53] Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], PIDE, Delegação do Funchal, NT 436, mç. 1, fl. 97.

[54] *Eco do Funchal*, 13 de novembro de 1972, ano 32, n.º 3017, p. 16.

[55] FREITAS, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar* […], p. 109.

[56] Apenas existente na Madeira, esta era uma forma de contrato, regulado pelo direito consuetudinário, em que o proprietário cedia a terra a outrem. Segundo Benedita Câmara, este regime «assentava na divisão da propriedade do chão e propriedade de benfeitoria, isto é, plantas, árvores, muros ou construções, atribuindo em ambas a faculdade de transmissão por via sucessória ou a alienação, a qualquer título, para terceiros» (CÂMARA, 2005, *A economia da Madeira* […], p. 31).

[57] ANTT, PIDE, Delegação do Funchal, NT 436, mç. 1, fl. 46.

e contestação às autoridades políticas[58]. O primeiro foi a *Revolta da Farinha*, um levantamento popular ocorrido entre 4 e 9 de fevereiro de 1931 contra o Decreto-Lei n.º 19 273, de 26 de janeiro, que determinava a centralização da importação de trigo e cereais. O segundo seria a *Revolta da Madeira*, iniciada pelos militares e que contou com a adesão dos populares e dos políticos republicanos, entre abril de maio do mesmo ano.

Apesar destas atribulações, a Madeira «fazia parte do todo nacional onde o regime corporativo estava também a instalar-se e a consolidar-se»[59] e a criação dos organismos pode ser interpretada como mostra do deliberado empenho do salazarismo em conter o movimento autonómico, visível na promulgação do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes (Decreto-Lei n.º 31 095, de 31 de dezembro de 1940), uma vez que Grémios, Sindicatos, Casas do Povo e Casas dos Pescadores eram instrumentos do Estado Novo para efetuar um total controlo político sobre a periferia. É possível mapear alguns apelos segundos os quais se afirmava, taxativamente, «prezados camaradas proletários: venham sem receios nem dúvidas para o Estado Novo Corporativo. Ele traz-vos vantagens importantes, vantagens que não ficarão na tinta dos decretos»[60].

Estritamente ligados à exploração económica agrícola, no arquipélago existiam estes organismos corporativos: o Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira (1935), a Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira (1936) e o Grémio da Lavoura do Funchal (1941). Vejamos, de forma breve, quais as principais características de cada um destes.

O Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira foi criado pelo Decreto-Lei n.º 25 463, de 5 de junho de 1935, o último dos grémios obrigatórios anexos à Junta Nacional de Exportação das Frutas, organismo de coordenação económica criado em 1931, e que, em 1936, sofreria alterações dando origem à Junta Nacional das Frutas[61]. No âmbito das suas atribuições e fins, este Grémio destinava-se a orientar e controlo a fileira dos produtos hortofrutícolas regionais, como bananas, mangas, anonas e feijão verde (vaginha), estabelecendo preços, condições de venda, quotas de rateio para os associados, contratos e acordos com

[58] Para uma contextualização sobre a agitação popular neste período ver: GOMES, 2018, *Aspectos da vida privada e quotidiana da sociedade madeirense* […], pp. 109-131.

[59] FREITAS, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial* […], p. 125.

[60] *Norte: semanário republicano corporativo*, 19 de abril de 1934, ano 1, n.º 3, p. 3.

[61] Para um enquadramento sobre a história e atuação deste organismo ver PIRES, 2018, *A Junta Nacional das Frutas* […].

entidades bancárias, empresas de transportes, navegação e seguros e promovendo a colaboração com os outros organismos corporativos.

A Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira foi criada pelo Decreto-Lei n.º 26 655, de 4 de junho de 1936. Este organismo de coordenação económica podia interferir nos preços do leite, no rateio das quotas de distribuição pelas empresas de fabrico da manteiga, na localização dos postos de desnatação, perspetivando a melhoria das condições de higiene e salubridade nos estábulos. Todas estas medidas, «nos moldes da orientação corporativa da economia, alterou as relações de produção estabelecidas»[62]. Perante o temor da população que fosse criado um monopólio que defendesse os grandes interesses industriais, estalou, em agosto de 1936, a chamada *Revolta do Leite*[63], na qual os habitantes das freguesias rurais manifestaram-se contra esta política de lacticínios. No âmbito da violência repressiva usada para conter a situação resultaram sete mortes e inúmeros feridos. A partir de 1941, passou a designar-se Junta dos Lacticínios da Madeira, ficando sujeita à ação coordenadora da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

O Grémio da Lavoura do Funchal foi criado pelo alvará de 12 de fevereiro de 1941, exercendo a sua ação em todo o arquipélago da Madeira. A primeira direção era constituída por «Drs. Óscar Gonçalves, Angelo Silva e capitão Manoel de Faria, tendo como vogais substitutos os srs. Juvenal Raimundo de Vasconcelos, João Pereira de Oliveira e António Júlio da Costa»[64] e tomou posse no Palácio de São Lourenço, em setembro do mesmo ano. De acordo com o seu regulamento, o Grémio estava dividido em três secções: sacarina, vinícola e produtos não especificados (bananas e demais produtos), além de ter nove Casas de Lavoura na Ilha da Madeira (Calheta, Câmara de Lobos, Machico, Ribeira Brava, Santana, Santa Cruz, São Vicente, Porto Moniz e Ponta da Sol) e uma no Porto Santo que funcionavam como delegações. No âmbito da sua atividade, os associados podiam contar com serviços de aluguer de máquinas, apoios à exportação de cebolas, vimes, à exportação e produção de banana, entre outros. Na relação com as Casas do Povo, note-se que os presidentes das assembleia-gerais das Casas do Povo de Santo António, Camacha e Nossa Senhora da Piedade (Porto Santo) eram procuradores natos do Grémio da Lavoura, além de que, ao longo dos anos, «têm sido concedidos subsídios às Casas do Povo do distrito»[65], na forma de prémios a sócios, assistência extraordinária à lavoura, entre outras modalidades.

---

[62] CARITA, 2020, *História da Madeira – século XX* […], p. 172.

[63] Uma análise detalhada sobre este levantamento popular pode ser lida em FREITAS, 2011, *A Revolta do Leite* […].

[64] *Eco do Funchal*, 29 de junho de 1941, ano 1, n.º 18, p. 9.

[65] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 136, proc. 4, fl. 91.

Os lavradores madeirenses contavam com o apoio de outras estruturas, mas com fortes ligações à esfera corporativa. Entre elas estava a Cooperativa Agrícola do Funchal, criada em 1951, salientando-se a «acção muito útil, pondo o agricultor em contacto directo com o consumidor»[66]. Era subsidiada pelo Grémio da Lavoura e era responsável pelos serviços comerciais e aquisição e distribuição de mercadorias aos agricultores associados da entidade gremial. É desta forma que «não está demonstrado que a Cooperativa não possa realizar plenamente a sua função sem prejuízo da possível melhoria de actividade do Grémio»[67], levantando questões ao longo dos anos sobre a o que pertencia ao Grémio da Lavoura e o que era propriedade da Cooperativa Agrícola. Existia também a Cooperativa de Lacticínios do Norte que recebia subsídios do Grémio, uma vez que este dispôs, em alguns momentos, de «razoável situação financeira, destina-se a auxiliar uma instituição da qual são sócios, sócios do Grémio»[68].

Dentro desta caracterização e dadas as implicações na sociedade rural regional deve ser ainda salientada a ação da FNAT, cujos beneficiários eram sócios dos elementos da organização corporativa. Em 18 de outubro de 1945 foi aprovada a criação da delegação da FNAT no Funchal considerando-se que o ambiente na ilha «é o melhor, havendo grande contentamento da parte dos trabalhadores locais»[69]. A sede só seria inaugurada em março de 1949, contando inicialmente com cerca de 900 associados. De forma a atingirem-se os «objectivos atinentes ao preenchimento do tempo livre dos trabalhadores, distraindo-os e educando-os»[70] entre as suas atividades estiveram aulas de ginástica e a realização de campeonatos distritais de pingue-pongue, de lutas de tração à corda, de voleibol e de futebol, sendo sabido que na «Madeira há numerosos aficionados desta modalidade desportiva»[71]. A música não foi esquecida, tendo sido constituído uma orquestra ligeira, um orfeão, regido pelo Padre Roque Dantas, e uma tuna bandolinística.

[66] *Diário de Notícias: Madeira*, 12 de novembro de 1959, ano 84, n.º 27 558, p. 6.
[67] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 136, proc. 4, fl. 17.
[68] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 136, proc. 4, fl. 239.
[69] *Alegria no Trabalho*, dezembro de 1945, ano 1, n.º 12, p. 209.
[70] *Alegria no Trabalho*, julho-agosto-setembro de 1949, ano 5, n.º 55-56-57, p. 151.
[71] *Alegria no Trabalho*, outubro-novembro-dezembro de 1949, ano 5, n.º 58-59-60, p. 197.

A Sociedade Madeirense através das Casas do Povo

A Madeira comungava do panorama geral da institucionalização do corporativismo. Tal como nas demais localidades continentais, foi na década de 1930 que surgem as primeiras Casas do Povo no arquipélago madeirense. A imprensa local madeirense retratava as Casas do Povo como «uma das mais simpáticas e valiosas facetas da organização corporativa», sendo «instituições de reconhecida utilidade moral e social» e que «vão ter em breve realização em algumas das nossas freguesias rurais»[72]. A concretização desta realidade seria consubstanciada nos anos seguintes (Quadro 1).

Quadro 1: Casas do Povo no Distrito do Funchal

Casa do Povo	Data de criação
Santo António	02/10/1936
Camacha	25/05/1937
Nossa Senhora da Piedade	20/07/1937
Boaventura	23/09/1959
Estreito de Câmara de Lobos	26/02/1970
Campanário	08/09/1972
São Vicente	07/05/1973
Santana	07/05/1973
Ponta do Sol	07/05/1973
Machico	07/05/1973
Ribeira Brava	29/08/1973
Calheta	30/08/1973
Porto Moniz	30/08/1973
Curral das Freiras	30/08/1973
Santa Cruz	30/08/1973
Câmara de Lobos	06/09/1973
Funchal	27/09/1973

Fonte: *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, 1933-1974.

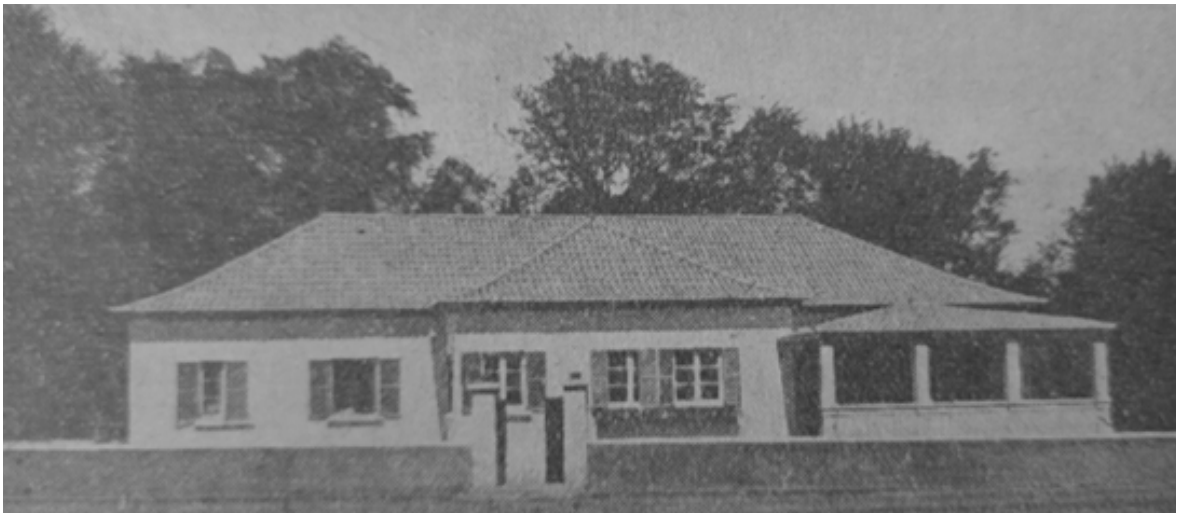
A primeira de todas foi a de Santo António, em outubro de 1936[73] (Figura 2), tendo sido inaugurada com a presença das elites locais, entre os quais o delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), governador civil, comandante

[72] *Norte: semanário republicano corporativo*, 19 de abril de 1934, ano 1, n.º 3, p. 4.
[73] *BINTP*, 15 de outubro de 1936, ano 3, n.º 22, p. 464.

militar, comissões da Junta Geral do Distrito, da Câmara Municipal, da União Nacional, o comandante da Legião Portuguesa, da polícia e da Guarda Fiscal. Neste ato «foram descerrados os retratos de S. Ex.ª os Presidentes da República e do Conselho e Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, entre grandes e entusiásticas ovações», a que se seguiram discursos e «um primoroso copo de água, que deu pretexto a novos e calorosos brindes»[74].

No ano seguinte, foi fundada a da Camacha[75] e na sua inauguração, a 3 de janeiro de 1937, Francisco Amaro da Silva, em representação da Casa do Povo de Santo António, referiu: «Povo da Camacha: desta terra plena de beleza e encantamento, uni-vos na vossa Casa do Povo e tereis na de Santo António uma carinhosa irmã mais velha»[76]. Posteriormente, seria inaugurada a de Nossa Senhora da Piedade, no Porto Santo[77]. Uma nota particularmente relevante reporta-se ao facto de que todas estas foram selecionadas para o Quadro de Honra da Junta Central das Casas do Povo: a da Camacha, em fevereiro de 1949; a de Santo António, em fevereiro de 1950 e de Nossa Senhora da Piedade, em novembro de 1950. Após um período em que as sedes se encontravam em edifícios arrendados, só em 1948, é que foi construída a primeira sede de uma Casa do Povo em território madeirense.

Figura 1: Casa do Povo da Camacha



Fonte: *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1949, ano 3, n.º 32, p. 10 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 4412 B).

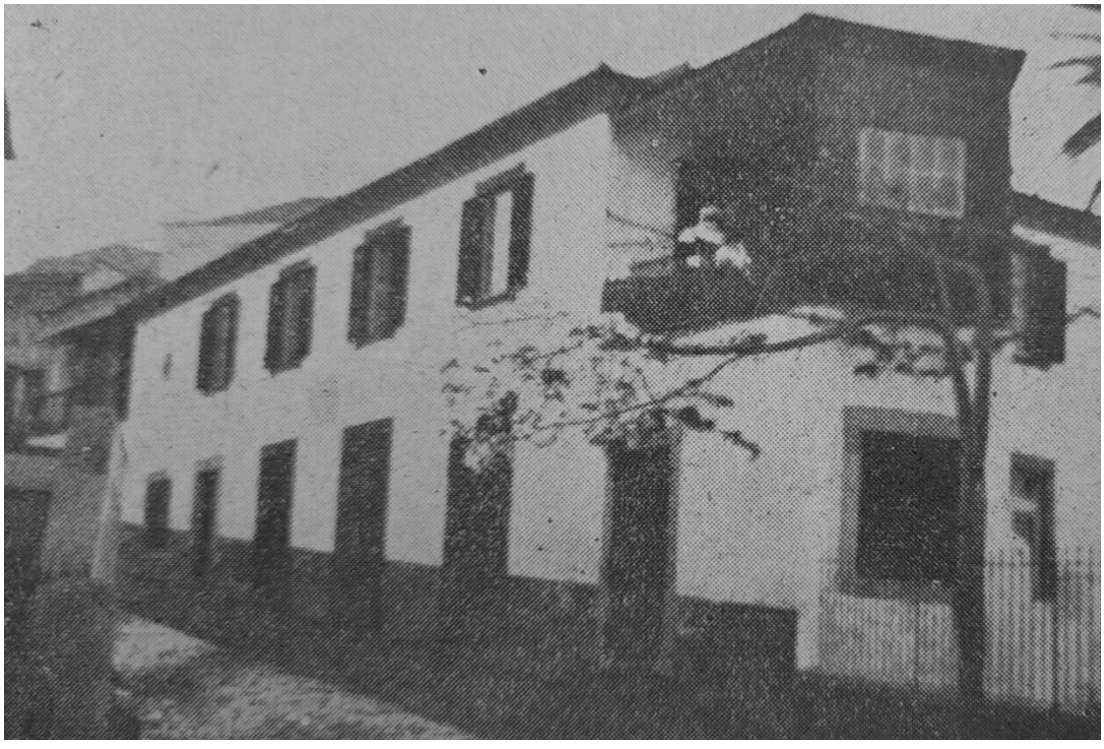
[74] *BINTP*, 15-31 de julho de 1937, ano 4, n.º 16-17, pp. 409-410.
[75] *BINTP*, 31 de maio de 1937, ano 4, n.º 13, p. 338.
[76] MENDONÇA, 2022, *Sete décadas de História* […], p. 21.
[77] *BINTP*, 15-31 de julho de 1937, ano 4, n.º 16-17, p. 407.

Figura 2: Casa do Povo de Santo António



Fonte: *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1950, ano 4, n.º 44, p. 10 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 4412 B).

Figura 3: Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade (Porto Santo)



Fonte: *Mensário das Casas do Povo*, novembro de 1950, ano 5, n.º 53, p. 10 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 4412 B).

Durante a Segunda Guerra Mundial, foi aventada a hipótese de na freguesia de Gaula ser criada mais uma Casa do Povo. Constituiu-se uma comissão iniciadora[78] e na sua primeira reunião foram traçadas as «directrizes a seguir nos futuros trabalhos de organização bem como as diligências a efectuar para reunir em redor desta iniciativa outras individualidades»[79]. Mas esta proposta acabaria por nunca conhecer a luz do dia.

Anos mais tarde, no que é denominada a "segunda arrancada" do corporativismo, uma das suas consequências na Madeira encontra-se na criação da Casa do Povo da Boaventura, pelo alvará de 23 de setembro de 1959[80]. Mas, menos de uma década depois, a Inspeção aos Organismos Corporativos relatava que, em 1968, «os corpos gerentes são constituídos por elementos que não se interessam pela vida da Casa do Povo e mais ainda procuram antes o seu desaparecimento», vingando a instituição devido ao trabalho do seu Presidente, «apesar de todos os defeitos e erros que se lhe possam apontar»[81]. Esta descrição sofreria uma réplica por parte do delegado do INTP que afirmava que «alguns proprietários não viram com inteiro agrado que ela fosse instituída», mas tal se devia «à acentuadíssima dispersão geográfica das populações, há uma forte tendência para o isolamento dos indivíduos. Cada qual vive a sua vida dentro da sua casa, a qual, em regra, é rodeada por uma pequena parcela de terreno ajardinado»[82].

Através desta breve descrição, pode constatar-se que um dos princípios sobre os quais assentava a criação e desenvolvimento das Casas do Povo, isto é, uma interação comunitária entre os camponeses se viu, de certo modo, coartada na freguesia da Boaventura. Estas dificuldades encontravam-se noutros organismos, como o Grémio da Lavoura, no qual era notório «o desinteresse dos associados, patente não só na falta de comparência em reuniões, mas também, e muito principalmente no atraso da quotização»[83]. Apesar dos apelos a uma boa gestão, congregados no *Decálogo do Dirigente da Casa do Povo* (ver Anexo 1), estes problemas eram atribuídos a duas razões: a primeira, «a falta de recursos financeiros», e a segunda, a ausência de «homens –

[78] Desta comissão fazia parte Carlos de Castro e Abreu, Manuel Rodrigues de Gouveia, Padres João Pedro de Freitas e Alfredo Vieira de Freitas, Nuno Cardoso de Castro e Abreu, Manuel Assis Jorge, Manuel Martinho Vieira de Freitas, Alvarinho Vieira de Gouveia.

[79] *Eco do Funchal*, 14 de setembro de 1941, ano 1, n.º 24, p. 5.

[80] *BINTP*, 15 de outubro de 1959, ano 26, n.º 19, p. 774.

[81] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 1, fl. 19.

[82] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 1, fls. 26-27.

[83] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 136, proc. 4, fl. 91.

dirigentes conscientes dos problemas e com formação profissional adequada para os resolver com eficiência»[84].

Ainda que o discurso oficial referisse que «o desleixo ou má vontade só podem explicar-se por ignorância, por incompreensão do alcance social do organismo corporativo»[85], na mesma Casa do Povo da Boaventura detetou-se «forte oposição ao pagamento das quotas, por parte dos contribuintes, e à própria existência do organismo», além da grande dificuldade na cobrança das dos sócios efetivos devido à «falta de comunicações entre os diferentes lugares da freguesia e residências e a da grande mobilidade e disseminação dos trabalhadores rurais»[86]. É a partir destes dilemas que, partindo da premissa de que «é o sector rural aquele que mais importa desenvolver e amparar em ordem a uma melhor desenvoltura do sector agrícola e pecuário»[87], se compreende a extensão da previdência aos trabalhadores rurais – medida que, no caso da Madeira, foi interpretada como um contributo «para que, nas zonas rurais, a afluência dos eleitores seja numerosa»[88] nas legislativas de 1969 –, procurando-se assim criar mecanismos para que os rurais permanecessem como uma base de apoio social do regime a nível local[89].

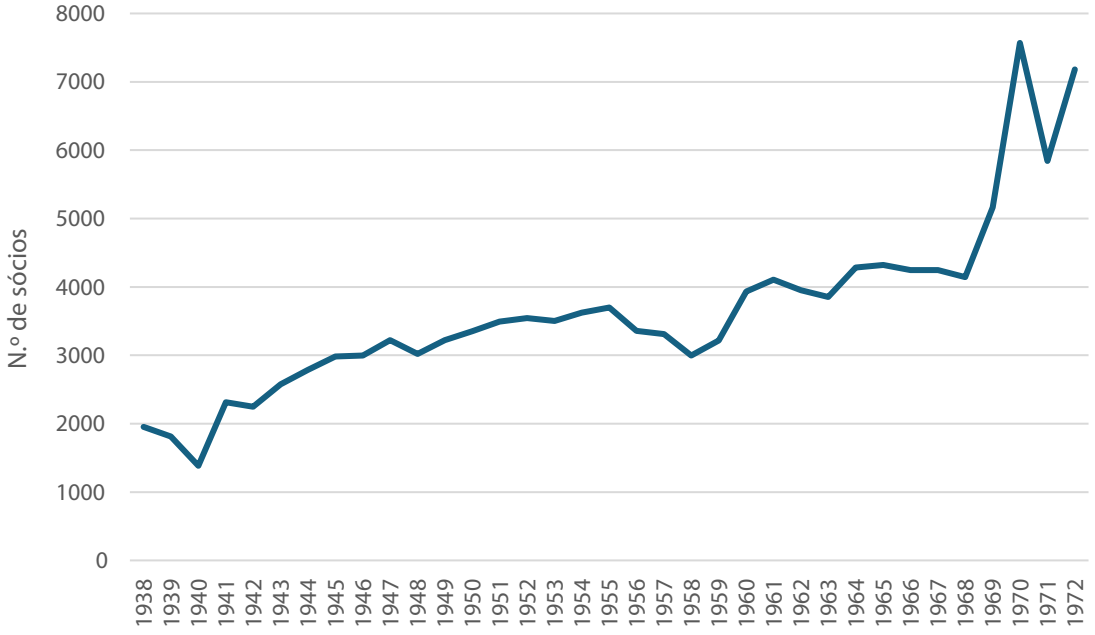
Perante o ensejo de afirmar as Casas do Povo como «elo de ligação indispensável entre o núcleo central das decisões e os meios periféricos a que as decisões se dirigem» e de as colocar «nos rumos do futuro […] da caminhada corporativa»[90], na Madeira foram criadas 13 novas Casas do Povo, entre fevereiro de 1970 e setembro de 1973, com as respetivas comissões instaladoras (Anexo 2). O alvará de 26 de fevereiro de 1970 fez nascer a do Estreito de Câmara de Lobos[91], e a 8 de setembro de 1972 seria a freguesia do Campanário a contar com uma[92]. O ano de 1973 seria o mais significativo num contexto em que o regime demonstrava que «o Funchal e o Arquipélago da Madeira têm, cada vez mais, de estar presentes no dia a dia das preocupações de todo o Governo, de toda a Administração, de todo o País»[93]. A 7

[84] *Mensário das Casas do Povo*, setembro de 1971, ano 26, n.º 303, p. 16.
[85] *Mensário das Casas do Povo*, outubro de 1946, ano 1, n.º 4, p. 12.
[86] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 1, fl. 5.
[87] *Eco do Funchal*, 2 de outubro de 1972, ano 32, n.º 3011, p. 10.
[88] ANTT, PIDE, Delegação do Funchal, NT 436, mç. 1, fl. 51.
[89] Para uma análise mais detalhada sobre estas eleições na Madeira ver: SOUSA, 2022, *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira* […], pp. 62-76.
[90] *Mensário das Casas do Povo*, outubro de 1970, ano 25, n.º 292, p. 3.
[91] *BINTP*, 15 e 31 de março de 1970, ano 37, n.º 5-6, p. 334.
[92] *BINTP*, 29 de setembro de 1972, ano 39, n.º 36, p. 3514.
[93] *Eco do Funchal*, 14 de maio de 1973, ano 32, n.º 3043, p. 3.

de maio foram criadas as Casas do Povo de Machico, Ponta do Sol, Santana e São Vicente[94]; a 29 de agosto, as da Calheta e Ribeira Brava[95]; a 30 de agosto, a do Curral das Freiras, do Porto Moniz e de Santa Cruz[96]; a 6 de setembro, a de Câmara de Lobos[97], tendo algumas das comissões organizadoras tomado posse, em 14 de setembro. A última Casa do Povo, a do Funchal, nasceu a 27 de setembro[98].

Naturalmente, que estas alterações na distribuição territorial das Casas do Povo teve os seus reflexos no número de sócios abrangidos por estas, com um evidente aumento a partir dos inícios dos anos 70, embora com uma quebra em 1971, mas com sinais de recuperação logo no ano seguinte (Gráfico 2).

Gráfico 2: Movimento de sócios das Casas do Povo da Madeira (1938-1972)

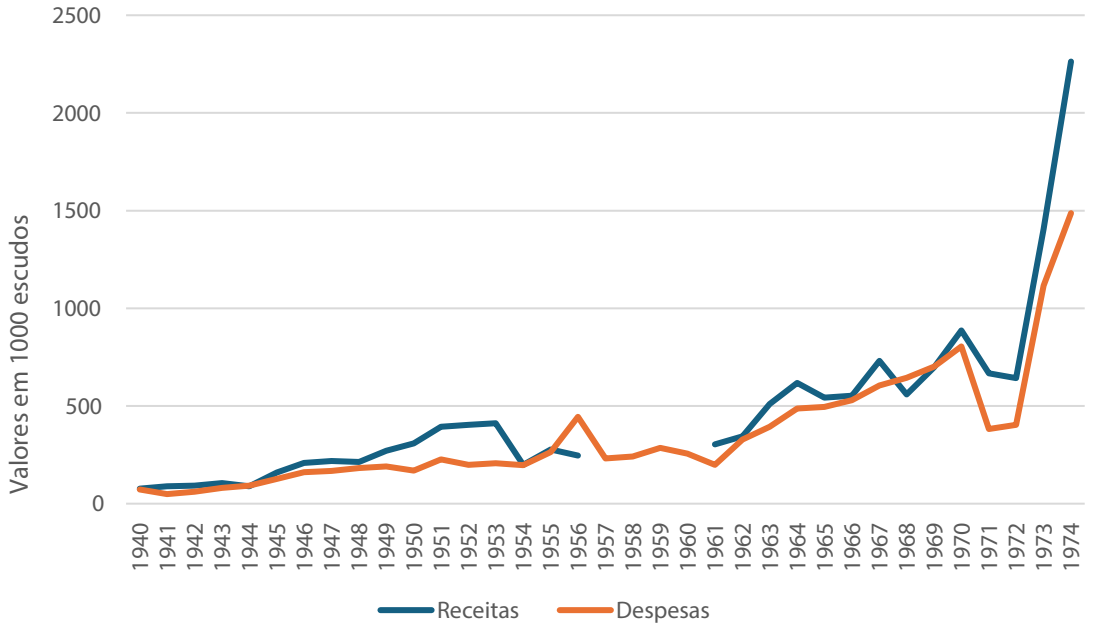


Fontes: *Estatística da Organização Corporativa*, 1941-1950; *Organização Corporativa e Previdência Social*, 1950-1959; e *Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social*, 1960-1972.

[94] *BINTP*, 29 de maio de 1973, ano 40, n.º 20, p. 1685.
[95] *BINTP*, 22 de setembro de 1973, ano 40, n.º 35, p. 3122.
[96] *BINTP*, 22 de setembro de 1973, ano 40, n.º 35, p. 3122.
[97] *BINTP*, 8 de outubro de 1973, ano 40, n.º 37, p. 3300.
[98] *BINTP*, 29 de outubro de 1973, ano 40, n.º 40, p. 3476.

As alterações que são assinaladas no estertor do Estado Novo confirmam alguns dos velhos propósitos sobre os quais assentava a ideia destes organismos. Na tomada de posse da comissão organizadora da Casa do Povo de São Vicente, o delegado do INTP, Vítor Ferreira, mostrava que uma Casa devia ser «lar do rural, a quem estão cominadas importantes funções sociais: núcleo de cooperação e desenvolvimento social; instituição de representação profissional do trabalhador rural; instrumento de educação, de cultura e fomento local»[99]. A inerrância do corporativismo como forma de resolução dos problemas sociais continua plasmada no discurso oficial. Num contexto de «"sangria" rural» que tinha como consequência «a falta e a procura de produtos agrícolas, que escasseiam nos mercados das vilas e cidade», como a «reduzida quantidade frutícola e leguminosa»[100], as novas Casas do Povo surgiram como expediente para um alargamento dos benefícios sociais que foram sendo criados, de forma a reter a população nas suas aldeias e diminuir a emigração.

Gráfico 3: Evolução comparada das despesas e receitas das Casas do Povo da Madeira (1940-1974)



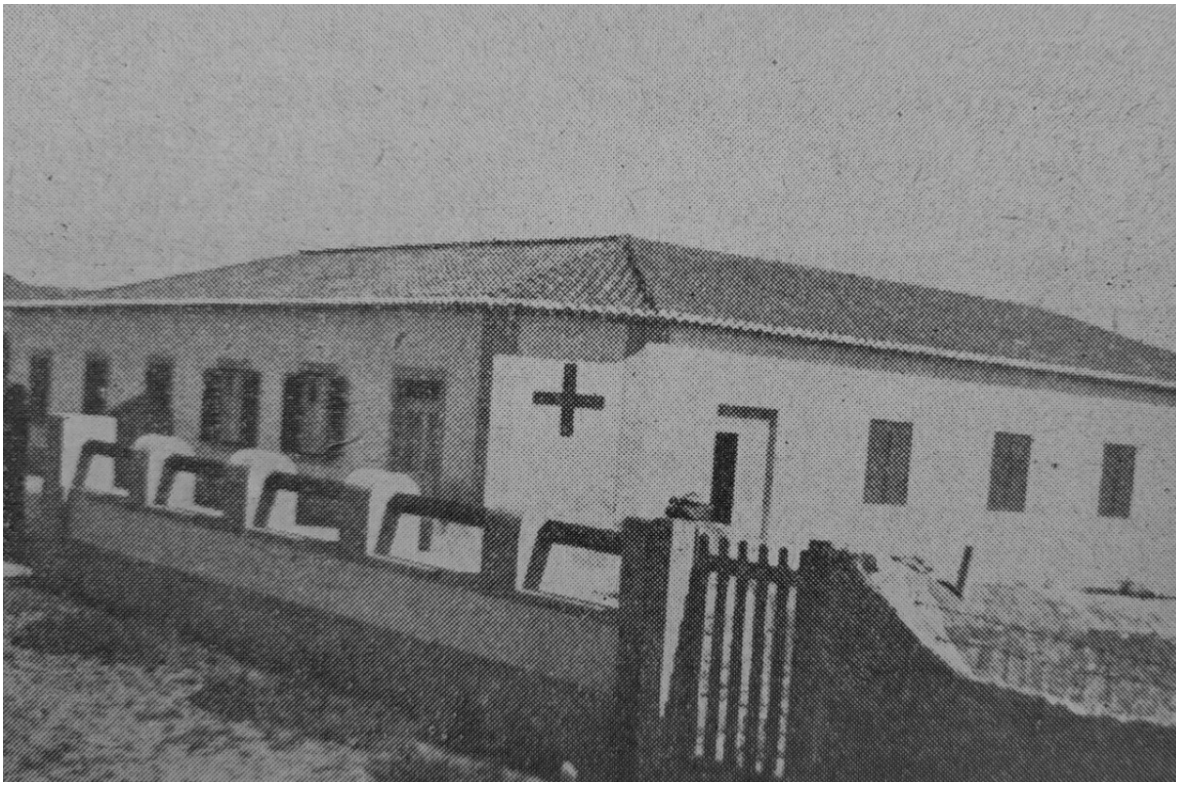
Fontes: *Estatística da Organização Corporativa*, 1941-1950; *Organização Corporativa e Previdência Social*, 1950-1959; e *Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social*, 1960-1972.

[99] *Eco do Funchal*, 20 de agosto de 1973, ano 32, n.º 3056, p. 16.
[100] *Eco do Funchal*, 24 de setembro de 1973, ano 32, n.º 3061, p. 2.

A Ação Social, de Assistência e Melhoramentos Locais

Embora as Casas do Povo desempenhassem um leque diversificado de funções, como se viu, foi «a assistência médica e o acesso aos medicamentos [que] estavam no centro das atividades de cuidados das entidades»[101], com a construção de infraestruturas para esse efeito (Figura 4). Esta dimensão assistencial respondia diretamente às carências estruturais das populações rurais, frequentemente desprovidas de serviços médicos regulares, e alinhava-se com o discurso paternalista do Estado Novo, que procurava afirmar a sua legitimidade através da provisão de apoios básicos. Essa centralidade respondia a necessidades concretas, mas reforçava também o papel das Casas do Povo como instrumentos de presença direta do Estado nos territórios periféricos e dos cuidados de saúde em meio rural.

Figura 4: Posto sanitário da Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade (Porto Santo)



Fonte: *Mensário das Casas do Povo*, novembro de 1950, ano 5, n.º 53, p. 10 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 4412 B).

[101] LANERO TÁBOAS, 2022, «El corporativismo agrario a ras de suelo […]», p. 98.

Isso é demonstrado pela atividade na Camacha. Funcionando como uma extensão das políticas higienistas e preventivas do regime nas zonas de baixa densidade populacional, em pleno período bélico, verificou-se um crescente número de consultas médicas dadas aos sócios, embora o número de tratamentos fosse mais oscilante (Quadro 2). Todavia, os entraves impostos pelo conflito global de 1939-1945 limitou, internamente, a ação de diversas instituições. É desta forma que «devido à exiguidade dos nossos recursos monetários», na Camacha, a Casa do Povo limitou-se, nas questões da proteção à infância, ao «fornecimento de óleo de fígado de bacalhau, leite, vacinação anti-varíola, antidiftérica, antitísica pelo Centro de Sanidade Rural»[102].

Quadro 2: Ação assistencial na Casa do Povo da Camacha (1941-1945)

Anos	Consultas	Tratamentos
1941	1303	217
1942	4108	–
1943	4237	542
1944	4223	370
1945	4306	217

Fonte: AHP, Assembleia Nacional, cx. 39, n.º 18, fl. 4.

A atenção à infância ficou patente com a inauguração de um jardim da infância na Casa do Povo da Camacha, em 1962, um dos poucos associados a estes organismos[103] e com capacidade de albergar 50 crianças, entre os 4 e os 7 anos, filhos dos seus sócios efetivos[104]. Esta criação nascida por iniciativa do Secretário, António Joaquim Barbeito, e do seu Presidente, o Padre João Gouveia de Sousa, partiu da «necessidade de protecção à criança, verificada pelo estado de atraso físico e mental em que apresentam as crianças desta freguesia», tendo para isso sido criado este «"ninho" de pequeninos»[105].

Também a Casa do Povo da Boaventura criou um Centro Infantil, em 1960, local onde se «ministram alguns ensinamentos relacionados com a idade e é distribuído o almoço e o lanche», sendo comparticipado «especialmente pela Junta Geral e recebe alimentos da Cáritas»[106]. Era aqui que funcionava um Centro de Formação Familiar,

[102] Arquivo Histórico Parlamentar [AHP], Assembleia Nacional, cx. 39, n.º 18, fl. 1v.
[103] Em 1966 apenas nove Casas do Povo contavam com um infantário nas suas estruturas.
[104] *Mensário das Casas do Povo*, dezembro de 1962, ano 17, n.º 198, p. 17.
[105] *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1963, ano 17, n.º 200, p. 16.
[106] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 1., fl. 16.

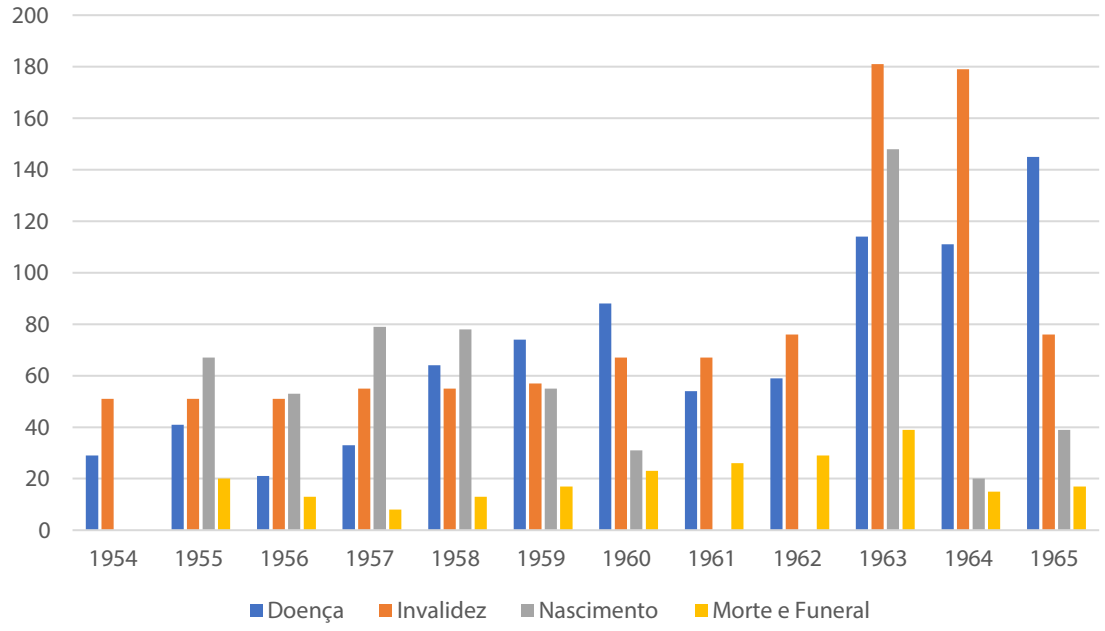
além do que existia na Camacha[107], tendo sido visitado pelo Ministro das Corporações e Previdência Social, José João Gonçalves de Proença, sua esposa e chefe de gabinete, em 4 de janeiro de 1963, «cujo funcionamento lhe causou agradável impressão»[108].

Outras atividades, de forma mais circunstancial, visavam as crianças como em novembro de 1954, quando a Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade distribuiu «Pão por Deus», a 400 crianças «oferecendo a todos fruta e tremoços dentro dos tradicionais saquitéis»[109]. Outros grupos sociais também foram visados como foi o caso de na Camacha, a sua Casa do Povo ter distribuído, entre maio e dezembro de 1941, 50 doses diárias de sopa aos pobres[110].

A partir da década de 1950, observa-se uma tendência de crescimento no número total de prestações atribuídas pelas Casas do Povo (Gráfico 4), com destaque para a categoria de invalidez, que reuniu, ao longo do período, o maior número de beneficiários. As prestações por nascimento registaram variações assinaláveis: subiram significativamente em 1955, 1957 e 1958, conheceram um declínio até 1962 e voltaram a aumentar de forma acentuada em 1963. Já as prestações relacionadas com morte e funeral mantiveram-se num nível relativamente reduzido, o que poderá refletir a naturalização da morte como fenómeno gerido no seio da família e inscrito em lógicas de solidariedade paroquial. Este conjunto de dinâmicas é coerente com um contexto de saldo fisiológico positivo, sustentado pela redução progressiva da mortalidade e pela manutenção de uma natalidade ainda elevada, traço típico de uma estrutura demográfica pré-transicional. Importa, no entanto, referir que, o crescimento real da população foi frequentemente anulado pela emigração massiva e, a partir dos anos 60, «pela primeira vez na história da região o crescimento populacional é claramente negativo […] o saldo migratório é negativo e muito acentuado: em apenas uma década a Madeira perde cerca de 25% da sua população devido a migrações»[111].

[107] Visitado pelo também pelo Ministro das Corporações, em outubro de 1963.
[108] *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1963, ano 17, n.º 200, p. 17.
[109] *Mensário das Casas do Povo*, janeiro de 1955, ano 9, n.º 103, p. 18.
[110] *Eco do Funchal*, 1 de março de 1942, ano 2, n.º 26, p. 9.
[111] OLIVEIRA, 2013, «O arquipélago da Madeira: dinâmicas demográficas de 1890 a 2011», p. 109.

Gráfico 4: Sócios abrangidos pela previdência das Casas do Povo da Madeira (1954-1965)



Fontes: *Organização Corporativa e Previdência Social*, 1950-1959, e *Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social*, 1960-1972.

Existiam constrangimentos para uma ação assistencial mais incrementada. Alguns exemplos disso. José Diamantino Lima foi, durante muitos anos, o único médico residente na Ilha do Porto Santo. Outro caso demonstrativo é o do lactário da Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade que funcionava intermitentemente, sobretudo devido à falta de verba e de leite. Também a sede da Casa do Povo de Santo António funcionou, por largos anos, em duas divisões do antigo Pavilhão Paris, muito acanhadas e desprovidas de luz natural.

No capítulo dos melhoramentos locais, há parcas menções. O caso em que foi possível encontrar informação mais detalhada foi a Casa do Povo da Camacha. Durante os anos 40, reparou uma estrada «na extensão de 3km» e construiu «uma estrada em cooperação com a Câmara Municipal de Santa Cruz, no comprimento de 1252 metros», em 1941, e construiu uma ponte, em 1944[112]. Já no pós-guerra «repetidamente» manifestou «o desejo de promover a realização de algumas obras de fomento que lhe trariam prestígio», mas «faltam-lhes, porém, os recursos e estes deveriam provir da Câmara de Municipal de Santa Cruz»[113].

[112] AHP, Assembleia Nacional, cx. 39, n.º 18, fl. 7.
[113] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 2, fl. 50.

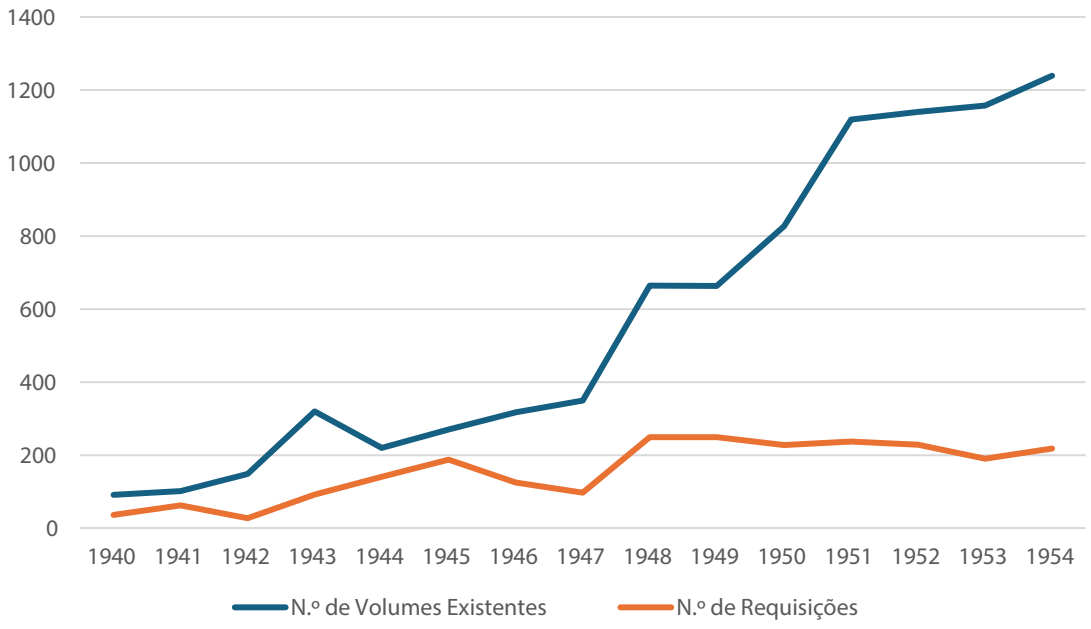
A Ação Cultural, Recreativa e Desportiva

No que diz respeito a este plano de instrução, havia que lidar com particularidades sociais. Uma delas fica exposta liminarmente no relatório da Casa do Povo da Camacha, enviado à Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa, em 1947. Para o Presidente da Direção deste organismo, José Quintal Pestana Júnior, além da elevada taxa de analfabetismo da localidade (cerca de 80%), havia «a relutância de os pais não quererem que os filhos frequentem as escolas (hoje dizem que têm vivido sem saber ler e escrever também lhes sigam as pisadas!)»[114]. Apesar deste atavismo de difícil superação, assinala-se a criação de dois postos de ensino, um diurno, que contava com 46 alunos, e um noturno que tinha 24 alunos.

Sobre a situação bibliotecária, os fundos obedeciam a um esquema previamente elaborado, em que a arrumação nas estantes e prateleiras deviam respeitar a classificação decimal de Dewey[115], estando as obras divididas em vários assuntos[116], além de que também era aconselhado um tipo de mobiliário próprio para o efeito. Em 1942, todas as Casas do Povo da Madeira já contavam com uma biblioteca nas suas instalações. Para dinamizar as ações de divulgação de leitura foram concedidos recheios bibliográficos à Casa do Povo da Camacha, em 1949, à de Santo António, em 1950, à de Nossa Senhora da Piedade, em 1951[117]. A partir dos dados disponíveis para 1940 e 1954 (Gráfico 5), é possível inferir que, embora tenha havido um aumento no número de livros, impulsionado pelas doações, verifica-se uma disparidade crescente entre a expansão dos catálogos das bibliotecas e o número de requisições feitas pelos sócios. Esse desfasamento poderá indicar a existência de um público relativamente restrito que efetivamente recorria a estes espaços.

[114] AHP, Assembleia Nacional, cx. 39, n.º 18, fl. 1v.
[115] *Mensário das Casas do Povo*, setembro de 1954, ano 9, n.º 99, p. 4.
[116] Classe 0 – Obras Gerais; Classe 1 – Filosofia; Classe 2 – Religião; Classe 3 – Ciências Sociais; Classe 4 – Filologia e Linguística; Classe 5 – Ciências Puras; Classe 6 – Ciências Aplicadas; Classe 7 – Belas-Artes; Classe 8 – Literatura; e Classe 9 – História, Geografia e Biografia.
[117] *Mensário das Casas do Povo*, janeiro de 1955, ano 9, n.º 103, p. 14.

Gráfico 5: Livros existentes e requisições nas bibliotecas das Casas do Povo da Madeira (1940-1954)



Fontes: *Estatística da Organização Corporativa*, 1941-1950, e *Organização Corporativa e Previdência Social*, 1950-1959.

De forma a continuar esta componente do quotidiano das Casas do Povo foram oferecidos livros à da Boaventura, em 1961, pela Junta de Ação Social, numa cerimónia oficial que contou com a presença do delegado do INTP no Funchal, Esquível Inglês[118]. Mais tarde foram entregues mais cinco bibliotecas às da Camacha, Santo António e Nossa Senhora da Piedade[119]. Esta ação encontrava-se ao abrigo da competência atribuída a esta Junta que, na «intenção de constituir uma "cultura popular" sintonizada com a sua linha ideológica»[120], podia constituir bibliotecas em diversos locais, uma tarefa anteriormente atribuída à Secretariado Nacional de Informação.

Analisando a preocupação com as atividades terpsicóricas (dança, canto e artes performativas) das Casas do Povo, uma das mais destacadas deu-se na Camacha, onde existia um agrupamento folclórico, criado em novembro de 1948[121], a que se

[118] *Mensário das Casas do Povo*, dezembro de 1961, ano 16, n.º 186, p. 18.
[119] *Mensário das Casas do Povo*, maio de 1962, ano 16, n.º 191, p. 18.
[120] TORGAL e HOMEM, 1982, «Ideologia salazarista e "cultura popular" […]», p. 1440.
[121] No restante espaço insular, juntava-se aos ranchos folclóricos das Casas do Povo das Furnas (Povoação) e da Candelária (Madalena do Pico), nos Açores.

seguiram outros criados já no regime democrático[122]. Dinamizado e dirigido pelo etnógrafo Carlos Maria dos Santos, este rancho, que se encontrava num «clube selecto de grupos folclóricos por parte da FNAT»[123], atingiu grande sucesso em eventos internacionais: fez parte da comitiva portuguesa no Concurso Internacional *Danzas y Canciones Populares*, realizado em Madrid, no Verão de 1949[124], onde obteve o 2.º Prémio na modalidade de *Danças Mistas* (Figura 6). Para as autoridades coevas, e num tom claramente encomiástico, foi testemunho da «vida luminosa, a beleza e o ambiente da Ilha da Madeira […] uma originalidade polícroma, dum matizado ardente»[125], bem como apresentavam «uma riqueza encantadoramente popular e madeirense»[126].

A participação no estrangeiro prosseguiria no Festival Internacional de Folclore em Biarritz (França), em 1951, no Concurso Internacional de Llangolen (País de Gales), em 1955 e 1963, e no Festival Internacional de Lanzarote (Canárias), em 1970. Dentro das fronteiras nacionais, os méritos deste agrupamento foram sendo reconhecidos: em 1956, atuou no Congresso de Folclore de Braga, onde obteve «o honroso prémio do "coração em filigrana"»[127] e participou nas festas de Verão da cidade de Lisboa, na Feira do Jardim da Estrela[128]. Mas esta internacionalização e a «justificada aura de prestígio nos meios folclóricos internacionais, que o tempo e a distância não deixam esquecer»[129] acabou por se refletir na tesouraria da Casa do Povo, pois algumas quebras de rendimentos foram atribuídas aos «maus resultados financeiros de certas deslocações do grupo folclórico»[130].

---

[122] Grupo de Folclore da Casa do Povo do Porto da Cruz (1974); Grupo Folclórico da Casa do Povo de Gaula (1978); Grupo de Folclore da Casa do Povo de Santana (1978); Grupo de Folclore da Casa do Povo de Santa Cruz (1982); Grupo de Folclore da Casa do Povo do Curral das Freiras (1987) e o Grupo de Folclore da Casa do Povo do Caniçal (1991). Em 2005 foi criada a AFERAM – Associação de Folclore e Etnografia da Região Autónoma da Madeira. Sobre esta temática ver SANTOS, 2013, «A Construção da Música Tradicional na Madeira […]».

[123] MELO, 2003, «A FNAT entre conciliação e fragmentação».

[124] Neste concurso participou ainda o Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas (Miranda do Douro) que conquistou o 1.º Prémio para Danças Masculinas e o 3.º e 5.º Prémios para Coreografia e Música.

[125] *Mensário das Casas do Povo*, julho de 1949, ano 3, n.º 37, p. 13.

[126] *Alegria no Trabalho*, abril-maio-junho de 1949, ano 5, n.º 52-53-54, p. 48.

[127] *Mensário das Casas do Povo*, setembro de 1956, ano 11, n.º 123, p. 18.

[128] *Mensário das Casas do Povo*, julho de 1959, ano 14, n.º 157, n.º 157, p. 19.

[129] *Diário de Notícias: Madeira*, 11 de outubro de 1959, ano 83, n.º 27 527, p. 3.

[130] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 2, fl. 39.

Figura 5: Bailarinos da Camacha durante a "Cabalgata"[131] na Puerta del Sol (Madrid), em 1949



Fonte: *Alegria no Trabalho*, abril-maio-junho de 1949, ano 5, n.º 52-53-54, p. 48 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 5360 B).

No seguimento desta questão e no âmbito da importância dada ao folclore, existia um Centro de Artesanato em Boaventura que funcionava no segundo piso da sede da Casa do Povo e «sob orientação da Obra das Mães, desde 1961»[132]. Um dos pontos evocados no caso da Camacha é que a sede continha mobiliário heterogéneo e «algumas espécies boas, produtos da típica indústria de vimes que tem o seu grande centro»[133] nesta freguesia[134]. Assim, pode afirmar-se que um dos requisitos de estabelecer as Casas do Povo como montra das artes e ofícios locais estava a ser cumprido.

A omnipresença da dimensão religiosa, um dos quadros de referência da ideologia do Estado Novo, fazia-se igualmente sentir nas Casas do Povo. Disso é exemplo quando a Junta Central deu instruções, em março de 1951, para colocarem «na divisão mais digna das suas sedes, a imagem tradicional da Sagrada Família»[135], algo que a Casa do Povo de Santo António aderiu de imediato.

---

[131] Desfile festivo realizado todos os anos no dia 5 de janeiro, véspera do *Día de Reyes* (Dia de Reis, 6 de janeiro), que celebra a chegada dos Três Reis Magos, contando com carros alegóricos, música e bailarinos.

[132] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 1, fl. 16.

[133] ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 86, proc. 2, fl. 33.

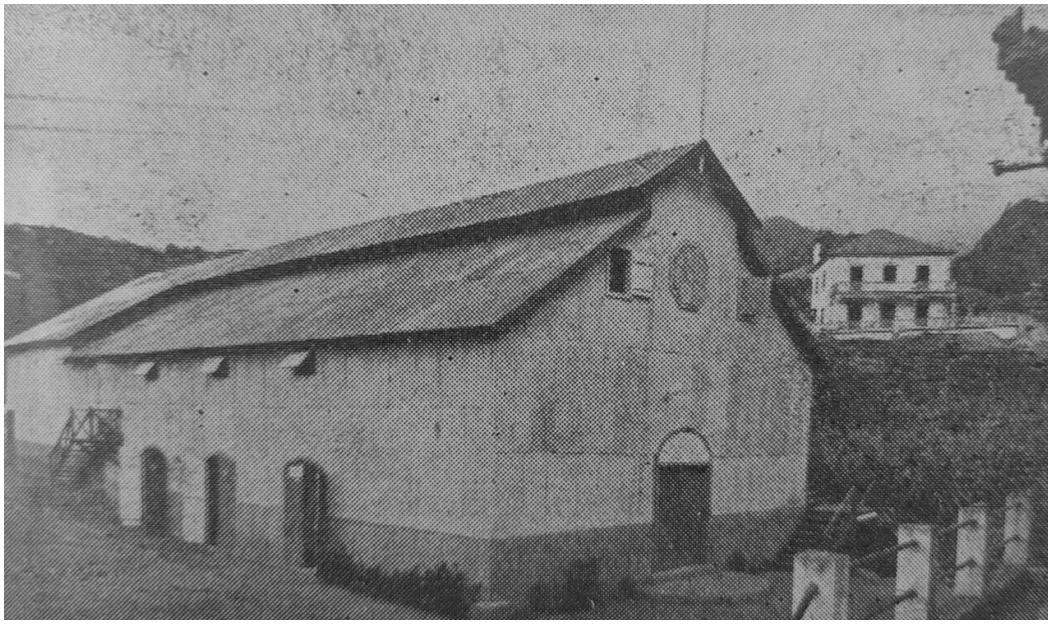
[134] Em janeiro de 1948, no n.º 19 do *Mensário das Casas do Povo*, a capa continha uma fotografia com fabricantes de cadeiras de vime da Camacha.

[135] *Mensário das Casas do Povo*, julho de 1951, ano 6, n.º 61, p. 14.

No domínio desportivo, a participação no Campeonato Nacional Corporativo de Futebol assumiu relevância como expressão da mobilização física e comunitária promovida pelo regime, sobressaindo, «pelos resultados que alcançaram em campo»[136], o Grupo Cultural de Santa Maria e a Casa do Povo da Camacha, esta última com uma secção desportiva ativa desde 1937. Contudo, já no início da década de 1930 se assinalava que «na Madeira, todas as iniciativas tendentes a lançar os desportos que não seja "foot-ball" têm fracassado», revelando a hegemonia cultural desta modalidade, mesmo quando era classificada como um «jogo desportivo algo violento, cuja prática não é recomendável a todos os organismos»[137]. Este paradoxo ilustra tanto a seletividade do enquadramento estatal das práticas desportivas quanto a capacidade de o futebol se afirmar como veículo privilegiado de sociabilidade e de afirmação local.

Sobre teatro e cinema, a atividade teatral tinha na Casa do Povo de Santo António o seu espaço de concretização, num pavilhão-teatro (Figura 6) considerado como «um maravilhoso campo de aperfeiçoamento e estímulo para impor o amadorismo teatral madeirense onde abundam valores dispersos de inegável merecimento»[138].

Figura 6: O teatro da Casa do Povo de Santo António



Fonte: *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1950, ano 4, n.º 44, p. 11 (Biblioteca Nacional de Portugal, Cota J. 4412 B).

[136] *Mensário das Casas do Povo*, agosto de 1956, ano 11, n.º 122, p. 11.
[137] *Comércio do Funchal*, 8 de outubro de 1934, ano 1, n.º 5, p. 8.
[138] *Norte: semanário republicano corporativo*, 30 de abril de 1939, ano 6, n.º 9, p. 2.

Como já foi assinalado, o cinema constituía uma parte importante dos objetivos a que se propunham as Casas. No teatro de Santo António eram feitas sessões cinematográficas, encontrando-se as primeiras referências para 4 de julho de 1937 quando se realizou «uma sessão cinematográfica ao ar livre» em que foi exibido o filme *Siga a Marinha*[139], protagonizado por Fred Astaire e Ginger Rogers. Já a inauguração oficial dos espetáculos de cinema sonoro ocorreu em 1939, «com a exibição dos seguintes filmes: "Cigano Ladrão" e "Cavaleiros da Montanha"»[140]. Posteriormente, com a comparticipação da Junta de Ação Social, em fevereiro de 1961 foram distribuídas, por 63 Casas do Povo, 75 máquinas de projeção e outro material de cinema, tendo sido criado um curso para projecionistas. Nesta iniciativa destinada a demonstrar «a grande força do cinema na obra de educação social»[141], nas palavras do Ministro das Corporações, Henrique Veiga de Macedo, estava incluída a Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade. Com o surgimento da televisão, em 1957, e a difusão da rádio, houve algumas propostas para a criação de serões noturnos para os trabalhadores e suas famílias «como meio recreativo necessário»[142], à semelhança do que a FNAT fazia.

Conclusões

A Madeira comungava do panorama geral da institucionalização do corporativismo durante o Estado Novo e as fases de criação das suas Casas do Povo obedecem à mesma lógica e cronologia da tendência nacional. Tal como em muitas localidades do continente, é nos anos 30 que surgem as primeiras Casas do Povo no arquipélago madeirense, como instrumentos locais de organização social e de integração da população rural no modelo corporativo.

Inspiradas por uma ideologia que pretendia suprimir o conflito social através da harmonização das classes dentro de estruturas representativas de tipo orgânico, as Casas do Povo da Madeira seguiram, em termos gerais, uma lógica de atuação idêntica à das suas congéneres continentais. A assistência médica e social ocupava o centro das suas atividades, com destaque para os dispensários, consultas e apoios de enfermagem, elementos essenciais num contexto insular marcado por grandes

[139] *Comércio do Funchal*, 3 de julho de 1937, ano 3, n.º 94, p. 3.
[140] *Norte: semanário republicano corporativo*, 19 de março de 1939, ano 5, n.º 3, p. 3.
[141] *Mensário das Casas do Povo*, março de 1961, ano 15, n.º 177, p. 6.
[142] *Eco do Funchal*, 24 de setembro de 1973, ano 32, n.º 3061, p. 7.

dificuldades de acesso a serviços públicos básicos, especialmente em zonas rurais e periféricas. No entanto, apesar de algumas intervenções em melhoramentos locais, as menções a estas ações são geralmente escassas na documentação disponível, sugerindo que não constituíam uma prioridade ou que os meios disponíveis eram claramente insuficientes.

A ação cultural, recreativa e desportiva teve, por seu lado, um papel incontornável na atuação das Casas do Povo. Estes organismos foram concebidos também como centros de dinamização de uma "cultura popular" filtrada e promovida pelo Estado, visando reforçar a identidade nacional, a moralidade e os valores do regime. Na Madeira, este eixo assumiu particular visibilidade, sendo o grupo folclórico da Casa do Povo da Camacha um dos exemplos mais paradigmáticos da instrumentalização do folclore como expressão regional enquadrada nos moldes ideológicos do regime. Os ranchos folclóricos, as festas locais ou os concursos desportivos serviam não apenas para animar as comunidades, mas também para reforçar a ligação simbólica entre o povo e o Estado, encenando a harmonia social corporativa.

Contudo, determinados condicionantes regionais colocaram entraves significativos à atividade plena das Casas do Povo madeirenses. A insularidade, a escassez de infraestruturas e as dificuldades económicas crónicas da região traduziam-se numa falta persistente de verbas, carência de recursos humanos qualificados e limitações materiais que comprometiam o alcance dos objetivos definidos pelo centro. Apesar disso, as Casas do Povo permaneceram como um dos rostos mais visíveis da presença do Estado Novo nas comunidades rurais, desempenhando funções híbridas de assistência, controlo social e mobilização cultural num contexto periférico e altamente condicionado.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Nacional: cx. 39, n.º 18; cx. 41, n.º 13; cx. 56, n.º 2.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inspeção dos Organismos Corporativos: cx. 86, processos 1, 2, 3 e 4; cx. 136, processo 4.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PIDE, Delegação do Funchal, NT 436, maço 1.

Fontes Impressas Periódicas

Alegria no Trabalho, 1945-1949.
Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 1933-1974.
Comércio do Funchal, 1934-1974.
Diário de Notícias: Madeira, 1933-1974.
Eco do Funchal, 1941-1974.
Estatística da Organização Corporativa, 1941-1950.
Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social, 1960-1972.
Mensário das Casas do Povo, 1946-1971.
Norte: semanário republicano corporativo, 1934-1941.
Organização Corporativa e Previdência Social, 1950-1959.

Fontes Impressas

CARVALHO, Bento Pereira de, 1936, *Cartilha das Casas do Povo*, Coimbra, Livraria Atlântica.

FERNANDES, António Júlio de Castro, 1945, *A revolução social portuguesa*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.

FERREIRA, Emília A., 1951, *Corporativismo português: doutrina e aplicação*, Coimbra, Coimbra Editora.

GODINHO, Vergílio, *A revolução continua: subsídio para uma reforma das Casas do Povo*, Castelo Branco, Tip. Portela Feijão.

LEITE, João Pinto da Costa, 1936, *A doutrina corporativa em Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

MORA, Mário Damas, 1935, *As Casas do Povo no Estado Corporativo*, Lisboa, Edições Cosmopólia.

PEREIRA, Pedro Teotónio, 1936, *A batalha do futuro: organização corporativa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

PROENÇA, Manuel Jorge, ABREU, Lopo de e SAMPAIO, Vasco de, 1966, *A terra e o homem: casas do povo*, Lisboa, Junta de Acção Social.

Bibliografia

ALVES, Maria Manuela da Silva Fernandes, 1998, *As Casas do Povo como instituições reveladoras da mundividência do regime salazarista*, Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

ALVES, Vera Marques, 2013, *Arte Popular e Nação no Estado Novo: a política folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BAPTISTA, Fernando Oliveira, 1993, *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento.

CABO VILLAVERDE, Miguel e LANERO TÁBOAS, Daniel, 2011, «Asociacionismo agrario y transformaciones de la sociedad rural en España y Portugal: una visión a largo plazo (1880-1975)», in LANERO TÁBOAS, Daniel & FREIRE, Dulce (ed.), *Agriculturas e Innovación Tecnológica en la Península Ibérica (1946-1975)*, Madrid, Ministerio de Medio Ambiente, Medio Rural y Marino, pp. 269-299.

CÂMARA, Benedita, 2005, *A economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CARITA, Rui, 2020, *História da Madeira – século XX: o caminho para a autonomia*, Funchal, Imprensa Académica.

FREIRE, Dulce, 2012, «Estado corporativo em acção: sociedade rural e construção na rede de Casas do Povo», in ROSAS, Fernando & GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, pp. 273-301.

FREIRE, Dulce e FERREIRA, Nuno Estevão, 2019, «A construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974)», in *Tempo*, vol. 25, n.º 1, pp. 256-279, disponível em https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v250114.

FREITAS, João Abel de, 2011, *A Revolta do Leite: Madeira 1936*, Lisboa, Edições Colibri.

FREITAS, João Abel de, 2013, *A Madeira na Segunda Guerra Mundial: economia, política e sociedade*, Lisboa, Edições Colibri.

FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar: a economia, 1926-1974*, Lisboa, Edições Colibri.

GARRIDO, Álvaro, 2012, «Assistência e Previdência no mar português. A acção social das Casas dos Pescadores (1933-1968)», in *Ler História*, n.º 62, pp. 7-29, disponível em https://doi.org/10.4000/lerhistoria.541.

GOMES, Libânia Arminda Henriques, 2018, *Aspectos da vida privada e quotidiana da sociedade madeirense na primeira metade do século XX (1900-1950)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LANERO TÁBOAS, Daniel, 2022, «El corporativismo agrario a ras de suelo: las Casas do Povo en el día a día del Estado Novo portugués (1933-1974)», in *Historia Social*, n.º 102, pp. 85-103.

LUCENA, Manuel de, 1976, *A evolução do sistema corporativo português: o salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

LUCENA, Manuel de, 1999, «Casas do Povo», in BARRETO, António & MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário de História de Portugal, 1926-1974*, vol. 1, Porto, Figueirinhas, pp. 245-250.

MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MELO, Daniel, 2003, «A FNAT entre conciliação e fragmentação», in CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan & BRANCO, Jorge Freitas (coord.), *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta, pp. 37-58.

MENDONÇA, Duarte, 2022, *Sete décadas de história: Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha*, Camacha, Casa do Povo da Camacha / Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha.

NEPOMUCENO, Rui, 2006, *História da Madeira: uma visão actual*, Porto, Campo das Letras.

OLIVEIRA, Isabel Tiago, 2013, «O arquipélago da Madeira: dinâmicas demográficas de 1890 a 2011», in SANTOS, Carlota e MATOS, Paulo Teodoro de (coord.), *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas: séculos XV a XXI*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 105-135.

PEREIRA, Natália Magalhães, 2016, «Nós, o Povo: a rede de Casas do Povo e os alinhamentos corporativos em perspetiva comparada (1933-1973)», in *Oficina do Historiador*, vol. 9, n.º 2, pp. 99-118, disponível em https://doi.org/10.15448/2178-3748.2016.2.24558.

PIRES, Leonardo Aboim, 2018, *A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PIRES, Leonardo Aboim, 2019, «Os Grémios da Lavoura no distrito de Bragança e as funcionalidades corporativas nas comunidades rurais», in *População e Sociedade*, n.º 32, pp. 204-221.

PIRES, Leonardo Aboim, 2020, «O ideário de António Castro Fernandes na consolidação da experiência corporativa portuguesa», in *Intellèctus*, vol. 19, n.º 2, pp. 309-33, disponível em https://doi.org/10.12957/intellectus.2020.48428.

PIRES, Leonardo Aboim, 2021, «Loulé e a institucionalização do corporativismo no Algarve», in VAQUINHAS, Nelson (coord.), *Atas do IV Encontro de História de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal, pp. 299-316.

PIRES, Leonardo Aboim, 2022, «Os "homens bons" da terra: a Corporação da Lavoura e a política agrária do Estado Novo», in *Revista Portuguesa de História*, n.º 52, pp. 239-262, disponível em https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_10.

SANTOS, Filipe dos, 2013, «A Construção da Música Tradicional na Madeira: Uma Breve Digressão Histórica», in *Revista Portuguesa de Educação Artística*, n.º 3, pp. 147--154, disponível em https://doi.org/10.34639/rpea.v3i1.103.

SOUSA, João Filipe Pereira de, 2022, *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira. Os períodos eleitorais e a ação do jornal Comércio do Funchal (1945--1974)*, Dissertação de Mestrado em História, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

TORGAL, Luís Reis e HOMEM, Amadeu Carvalho, 1982, «Ideologia salazarista e "cultura popular" – análise da biblioteca de uma casa do povo», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, pp. 1437-1464.

Anexo 1: Decálogo do Dirigente da Casa do Povo

1.º – Cumprir e fazer cumprir as disposições legais concernentes a Casas do Povo.

2.º – Observar escrupulosamente os preceitos estatutários.

3.º – Acatar rigorosamente as instruções emanadas da Junta Central e dos serviços competentes do Ministério das Corporações e Previdência Social.

4.º – Dar efectivação regular aos fundos da Casa do Povo, nomeadamente no que respeita à sua acção de previdência.

5.º – Colaborar, dentro das suas possibilidades, com as autarquias locais e com o Grémio da Lavoura nas iniciativas que tenham por objectivo melhorar as condições morais e matérias da população da respectiva área.

6.º – Promover a realização de melhoramentos locais da responsabilidade do Estado, das autarquias locais ou por intermedio dos proprietários.

7.º – Elucidar os sócios dos direitos que lhes advêm dessa qualidade e dos deveres inerentes à mesma.

8.º – Administrar com zelo e espírito de economia os fundos da instituição.

9.º – Providenciar no sentido de que as receitas e despesas do organismo sejam devidamente registadas e documentadas e a escrita se mantenha sempre em dia.

10.º – Fiscalizar a actuação dos empregados, não só quanto ao cumprimento das suas obrigações, mas também nas suas relações com os associados.

Fonte: *Mensário das Casas do Povo*, fevereiro de 1968, ano XXII, n.º 264, p. 20.

Anexo 2: Comissões organizadoras das Casas do Povo da Madeira (1972-1973)

Casa do Povo	Presidente	Secretário	Tesoureiro	Vogais
Campanário	João Lomelino Pereira	Manuel Rodrigues Pereira Júnior	Zacarias Correia dos Reis	Custódio de Abreu Namora e Manuel Pereira Neto
Machico	Jaime Marques Jardim	João Félix Gomes Estevinho	António Damião Nepomuceno de Gouveia	Jaime Nunes e Manuel dos Passos de Sousa
Ponta do Sol	Dr. Agostinho Gonçalves de Canha	João Rodrigues de Sousa	Dr. Tito Francisco Cabral Noronha	Ângela de Leça Pereira e João Manuel Gago dos Passos
Santana	Júlio Mateus de Freitas	Gabriel Câmara Leme Mendonça	João Raimundo de Castro Ferreira	Maciel Jardim Camacho e Manuel Pedro da Silva Mendonça
São Vicente	Dario Ribeiro Júlio Drumond	José Manuel Gomes Aguiar	José Francisco Andrade Pereira	Gastão Barbeito de Sousa Jardim e Francisco Assis Escórcio
Calheta	Dr. José Manuel Rodrigues Brás	António Anacleto de Freitas	Manuel Mendes Ferreira	António Pereira e Felisberto Farinha de Gouveia
Ribeira Brava	Agostinho Câncio Gonçalves	Luís António Camacho Pereira Mendes	Renato Elias Câmara	Juvenal Ivo de Faria e Manuel de Abreu Xavier
Curral das Freiras	Vicente Mendes Neves	Padre Luís Gonçalves de Freitas	Manuel Jacinto Figueira	Maria Teresa Soares Gouveia Fernandes Rebolo e José Vieira
Porto Moniz	Isidro Homem de Gouveia e Costa	Dâmaso Jardim da Ponte	José Celestino Velosa	Fernando Homem de Gouveia e Manuel Ildefonso de Castro
Santa Cruz	António Filipe de Gouveia e Silva	Alcino de Gouveia	Remígio António Gil Spínola Barreto	Januário Florentino Lobo e José Paulino de Caires Gouveia e Freitas
Câmara de Lobos	João Crisóstomo Gonçalves	Fernando Figueira de Barros	António Duarte de Oliveira	João Fernandes dos Ramos e João Soares de Sousa
Funchal	Jorge Manuel Ferraz Veiga França	Francisco Manuel Santana Barreto	Gastão Alberto de Olim	Álvaro Justino de Matos, José António Rodrigues Pimenta, Norberto Gil Venâncio Casimiro, João Leovigildo Francisco e João Cosme Inácio da Silva

Fonte: *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, 1973-1974.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 551-579
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Febre Tifoide no Concelho do Porto Moniz (1943)

Typhoid Fever in Porto Moniz (1943)

João Sousa[1]

Resumo

Este estudo analisa o surto de febre tifoide que assolou o concelho do Porto Moniz, na ilha da Madeira, entre abril e dezembro de 1943, um episódio até agora ausente da historiografia regional. Com base numa abordagem micro-histórica, procura-se compreender de que forma este acontecimento sanitário demonstrou fragilidades estruturais, desde as precárias condições de saneamento à limitada resposta institucional. Recorre-se a um *corpus* documental diversificado, composto por documentação médica, administrativa e periódica, que permite reconstruir com precisão o contexto epidemiológico e social da época. A investigação parte da caraterização geográfica, socioeconómica e sanitária do território, seguida da contextualização da febre tifoide enquanto doença infeciosa, até à análise do foco epidémico, das medidas profiláticas implementadas e das suas consequências. Conclui-se que, apesar das limitações locais, a intervenção coordenada por profissionais de saúde foi determinante para o controlo eficaz da epidemia e reflete-se, ainda, sobre a ausência de memória coletiva relativamente a este tipo de eventos, sublinhando a importância de integrar a história da saúde pública nas narrativas históricas.

Palavras-chave: Febre Tifoide; Epidemia; Porto Moniz; Vacinação.

Abstract

This study examines the outbreak of typhoid fever that affected the municipality of Porto Moniz, on the island of Madeira, between April and December 1943 – an event unexplored in regional historiography. Adopting a micro-historical approach, it seeks to understand how this public health crisis exposed structural vulnerabilities, from deficient sanitation to the limited institutional response. Drawing on a diverse

[1] Licenciado em História pela Universidade do Minho e pós-graduado em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Atualmente frequenta o Mestrado em Ensino de História na mesma instituição. Principais áreas de interesse: História Social, História das Ideias, História Local, História da Arte Contemporânea e Património. Endereço eletrónico: joao-sousa100@hotmail.com.

documentary corpus – including medical, administrative, and periodical sources – it reconstructs the epidemiological and social context. One must begin with a geographical, socioeconomic and sanitary overview of the area, proceed with the contextualisation of typhoid fever as an infectious disease, and culminate with the analysis of the epidemic focus, the prophylactic measures adopted, and their outcomes. The study concludes that, despite local constraints, the coordinated intervention of health professionals was crucial for the effective containment of the outbreak. It also reflects on the absence of collective memory regarding such episodes, highlighting the relevance of incorporating public health history into broader historical narratives.

Keywords: Typhoid Fever; Epidemic; Porto Moniz; Vaccination.

Introdução

A incidência das doenças ao longo da História da Humanidade tem-se constituído como um fator determinante na dinâmica das sociedades, influenciando padrões comportamentais e promovendo transformações estruturais nos domínios social, económico e cultural. As epidemias, em particular, revelam-se como momentos críticos que expõem vulnerabilidades e desafiam a capacidade das comunidades para responderem a crises. O estudo histórico das doenças permite não apenas compreender os processos biológicos e clínicos envolvidos, mas também analisar os contextos sociais, económicos e políticos que condicionaram as respostas adotadas e os seus resultados.

O foco geográfico deste estudo é a ilha da Madeira, mais especificamente o concelho do Porto Moniz, cujos habitantes desta região foram afetados por um surto de febre tifoide, no ano de 1943. Esta epidemia veio evidenciar fragilidades estruturais, nomeadamente no que respeita às condições sanitárias e habitacionais, bem como a limitada capacidade das autoridades locais para implementar medidas eficazes de controlo. A historiografia regional tem privilegiado, frequentemente, análises centradas em aspetos político-administrativos ou económicos, deixando por vezes em segundo plano os estudos que abordam as dimensões sociais e sanitárias, essenciais para uma compreensão mais integral da realidade histórica.

Importa sublinhar que, até à presente data, o surto de febre tifoide ocorrido em 1943 no concelho do Porto Moniz permaneceu inexplorado na historiografia regional, transparecendo uma lacuna no conhecimento sobre a história da saúde pública na Madeira. Este estudo, micro-histórico, pretende colmatar essa ausência, oferecendo uma análise detalhada e crítica que aprofunda a compreensão deste evento no seu contexto epidemiológico e social.

Para tal, recorre a uma vasta e diversificada documentação, incluindo relatórios médicos, registos de óbitos, atas municipais e publicações periódicas, que permitem reconstruir o panorama epidemiológico e social com precisão e profundidade. Esta abordagem crítica evidencia a importância do saneamento básico, da educação em saúde e da coordenação sanitária na contenção de surtos epidémicos, temas que continuam a ser de elevada relevância para as políticas públicas de saúde contemporâneas.

A estrutura e compreensão deste trabalho exige, numa fase inicial, o enquadramento do território em análise e das suas especificidades geográficas, socioeconómicas e sanitárias, seguido de uma contextualização da febre tifoide enquanto doença infeciosa, através das suas caraterísticas clínicas e dos modos de transmissão. Só a partir deste duplo conhecimento, do espaço e da patologia, é possível interpretar, de forma fundamentada, o surgimento deste foco epidémico no Porto Moniz, as medidas adotadas para o seu controlo, os impactos gerados a vários níveis e os contornos do seu desfecho.

Por fim, esta investigação reflete sobre as consequências de longo prazo da epidemia, o seu impacto na saúde pública regional e a forma como a memória coletiva incorpora, ou por vezes omite, episódios de grande relevância sanitária. Ao situar a febre tifoide do Porto Moniz no contexto mais amplo da história social e da epidemiologia, pretende-se contribuir para o reforço do conhecimento científico e para a valorização do papel das políticas de saúde pública.

O Concelho do Porto Moniz

A fim de contextualizar a epidemia de febre tifoide que assolou o concelho do Porto Moniz em 1943, é imperativo caraterizar territorial e economicamente este espaço. Ora, à data de 1943, o concelho do Porto Moniz contava com uma área total de 80,4 km² e nele residiam, em 1940, uma população de 2.947 habitantes[2]. A sua economia assentava essencialmente na agricultura e na pesca, os principais pilares de subsistência da população local. Entre os produtos agrícolas mais cultivados destacavam-se os inhames, as batatas, os cereais e outros tubérculos[3], sendo ainda de notar alguma atividade vitivinícola, cuja expressão, embora limitada, terá

[2] INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1945, *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, vol. XXIII, pp. 484-485.

[3] RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 96.

desempenhado um certo papel no contexto económico da região[4]. A atividade piscatória assumia, por sua vez, um papel central, sendo considerada um recurso vital e praticamente inesgotável[5].

Alguns "mares" do concelho destacavam-se pela abundância de peixe. A cerca de 10 milhas a noroeste do Porto Moniz, no "mar da cana", capturavam-se espécies como chernes, alfonsins e carneiros. No "mar da Riba Tristão" eram frequentes as capturas de seifias, parguetes, bicas e salmonetes[6]. A pesca constituía, sem dúvida, a principal fonte de rendimento do concelho, facto que motivou as autoridades locais a investirem no melhoramento dos portos das freguesias do Porto Moniz e do Seixal[7]. A abundância de pescado era tão significativa que, na freguesia do Seixal, sobrava peixe após o abastecimento da população local. Este recurso abundante fomentava a prática recorrente de troca de peixe por produtos hortícolas junto dos concelhos vizinhos, uma atividade pouco comum[8].

No que diz respeito à população, verificava-se a coexistência de uma classe de senhores de terra e uma maioria empobrecida, refletindo uma marcada desigualdade socioeconómica[9].

Em termos de saúde pública, o concelho apresentava diversas deficiências. Segundo João Adriano Ribeiro, os hábitos sanitários eram insuficientes para prevenir a propagação de doenças:

> «De uma forma geral, os povos do nosso meio rural não sabiam ter os cuidados devidos em vários aspectos sanitários para evitar certas doenças. A capoeira ou mais propriamente o galinheiro, bem como o chiqueiro, encontravam-se mesmo à frente da porta. O lixo era despejado também nas imediações da casa e a água para beber muitas vezes não estava nas melhores condições. Os animais mortos não eram enterrados, enfim, uma série de factores contribuía para que certas epidemias se alastrassem»[10].

Adicionalmente, a medicina praticada era predominantemente caseira, com o uso frequente de ervas consideradas "milagrosas" no combate a diversas enfermidades. Este recurso era particularmente importante face à dificuldade de acesso a medicamentos, os quais eram enviados do concelho do Funchal, por vezes com considerável atraso[11].

---

4 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 89.
5 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 123.
6 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 127.
7 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 127.
8 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 128.
9 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 173.
10 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 238.
11 RIBEIRO, 1996, *Porto Moniz: Subsídios para a história do concelho*, p. 238.

Neste contexto de subsistência é relevante assinalar as fragilidades significativas no plano das infraestruturas e das condições sanitárias. A rede de abastecimento de água era insuficiente, sendo os fontanários frequentemente alvo de entupimentos ou incapazes de suprir as necessidades das localidades que serviam[12]. Tal cenário levava muitos dos habitantes a recorrer às levadas para consumo doméstico, apesar de as suas águas serem impróprias para consumo, representando um risco real para a saúde pública – «por vezes a água escasseia neles, o que obriga as pessoas a recorrerem às levadas, cuja àgua vem impregnada […] de impurezas que lhe são próprias»[13].

Na vila, a situação sanitária era igualmente deficitária:

> «Em vários pontos da Vila, muitas vezes em lugares centrais, encontram-se estrumeiras onde moscas pululam; também nas ruas, nas mais movimentadas, depara-se com o espectaculo repugnante das fezes. No sítio denominado "Porto" e junto à praça do peixe, encontram-se latrinas públicas, cujo aspeto causa asco pela forma suja como se apresenta, e bem assim as partes circunvizinhas. […] Não obstante a existência dum matadouro, o abate das rezes, por razões que desconheço, realiza-se na via pública, junto a uma estrumeira.»[14]

No plano habitacional, a ausência de sistemas de saneamento básico era generalizada, sendo frequente o despejo de dejetos e resíduos diretamente na via pública[15]. Tendo em conta o estado sanitário da vila e do concelho do Porto Moniz, é possível concluir que o território não reunia as melhores condições de saúde pública, revelando-se particularmente vulnerável em contextos epidémicos.

---

[12] No ano de 1943, foi descrito nas atas de sessões do concelho do Porto Moniz, o reparo de sete fontanários diferentes (desde julho a dezembro), sendo este obviamente um problema estrutural do concelho. A título de exemplo: «Um [ofício] do fiscal Municipal, comunicando que os fontenários das Achadas, não deitam a àgua suficiente para o abastecimento da população, devido ao facto de, ao pé da nascente se encontrar a canalização cheia de lôdo – Procêda-se a limpeza da canalização junto à nascente», como se escreveu em Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Porto Moniz, livro 14, fl. 52.

[13] ABM, Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Documentação Relativa à Inspeção de Saúde do Funchal, maço 2862-12, doc. 06-11-1943, p. 2. Doravante, estes documentos serão referidos como ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, assinalando-se a distinção entre documentos com a data específica destes.

[14] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 2.

[15] «Registe-se o facto de apenas 37,2% das famílias que ocupavam um fogo (cerca de 90% do total), disporem de retrete e só 9,6% de casa de banho, bem como as baixas percentagens de alojamentos com água canalizada (17,9%), com esgoto ligado à rede pública (16,2%) e com fossa ou esgoto particular (17,1%). […] Perante a fraquíssima cobertura da rede de saneamento, é fácil imaginar para onde eram encaminhados os desperdícios humanos, animais e domésticos», como assinalou CASCÃO, 2011, «Modos de Habitar», pp. 36-37.

Caraterização da Febre Tifoide

O termo "febre tifoide" foi introduzido em 1829 pelo médico francês Pierre Louis (1787-1872), ao observar lesões nos gânglios linfáticos abdominais de doentes com "febre gástrica"[16]. "Tifoide", do grego *typhos* que significa "névoa" ou "fumo", foi, então, o conceito usado para descrever o estado de confusão mental frequentemente observado nos doentes afetados[17]. Embora a doença tenha sido descrita clinicamente nos inícios do século XIX, só em 1880 é que o agente causador foi identificado pelo patologista alemão Karl J. Eberth (1835-1926)[18].

O atraso do seu reconhecimento patológico deveu-se à confusão nosográfica em torno da febre tifoide e da doença do tifo, resultante de um sintoma em comum: as febres altas. Não obstante serem doenças diferentes, com transmissores e bactérias díspares, estas continuaram a ser confundidas até metade do século XX[19]. Esta confusão científica foi assinalada em 1850 através do livro de William Jenner (1815--1898) intitulado *On the Identity or Non-Identity of Typhoid and Typhus Fevers* [*Sobre a Identidade ou Não-Identidade das Febres Tifoide e Tifo*][20], porém, só quando Erberth isolou a bactéria é que se confirmou a patologia. Anos mais tarde, em 1896, Edward Almroth Wright (1861-1947) desenvolveu a primeira vacina antitífica, que combatia a doença através da inoculação de uma bactéria *Salmonella Typhi* inativa[21], permitindo assim ao sistema imunitário reconhecer a ameaça, combatê-la e criar uma memória imunológica acerca desse organismo.

A febre tifoide carateriza-se, assim, por ser uma infeção bacteriana sistémica aguda, com transmissão predominantemente oro-fecal, causada pela *Salmonella entérica*, subespécie *enterica*, sorotipo *Typhi*. Este sorotipo infeta exclusivamente os seres humanos e a infeção ocorre através da ingestão de águas ou alimentos contaminados com fezes humanas que contenham o microrganismo[22]. Uma vez no

[16] ADLER & MARA, 2016, *Thypoid Fever: a History*, p. 57.

[17] ADLER & MARA, 2016, *Thypoid Fever: a History*, p. 1.

[18] ADLER & MARA, 2016, *Thypoid Fever: a History*, p. 108.

[19] Na ata de 26 de agosto de 1943 foi abordada a possibilidade de o médico interino, o Dr. Francisco Teixeira da Fonte Júnior, a pedido do mesmo, retomar as suas funções. A Câmara recusou, dado que este ainda se encontrava muito debilitado pela doença. Registe-se a tradicional confusão nosográfica nesta ata de sessão, na qual foi referido «o perigo grande da epidemia do tifo que ainda alastra na sede do concelho», como se poderá ver em ABM, Câmara Municipal do Porto Moniz, livro 14, fl. 53.

[20] COOK & ZUMLA, 2009, *Manson's Tropical Diseases*, p. 931.

[21] PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1051.

[22] Os bacilos tifoides (a estrutura que comporta a *Salmonella Typhi*) são disseminados nas fezes de portadores assintomáticos ou nas fezes/urina daqueles que comportam a doença de forma ativa, como se refere em COOK & ZUMLA, 2009, *Manson's Tropical Diseases*, p. 931.

hospedeiro, a bactéria atravessa a mucosa intestinal e dissemina-se pelo sistema linfático e pela corrente sanguínea, colonizando diversos órgãos e desencadeando o quadro clínico típico da doença.

A doença apresenta um período de incubação geralmente de 7 a 14 dias[23] após o contacto com a bactéria, sendo que numa fase inicial surgem sintomas como febres intermitentes, dores de cabeça, cansaço muscular, constipação e dores abdominais[24]. Uma vez que estes sintomas são semelhantes aos de uma gripe comum e que os meios necessários para a diagnosticar em contexto hospitalar precário não eram eficazes[25], houve dificuldade em alcançar um diagnóstico da doença atempadamente e com segurança[26]. Seguem-se outros sintomas tais como diarreias graves[27], por vezes sanguinolentas; anemia; desenvolvimento de esplenomegalia (aumento do baço) e da hepatomegalia (aumento do fígado)[28]; encefalopatia tifoide[29] (delírios, confusão mental e apatia extrema); e ainda manchas róseas, que provocam erupções no tórax e na zona abdominal[30]. Em muitos casos, o não combate à doença leva à morte por peritonite[31] – situação mais frequente –, por hemorragia intestinal (que leva a anemias graves) ou pelo aumento significativo do fígado e do baço, que conduz à falência dos órgãos.

Apesar dos avanços científicos e do conhecimento patológico, a febre tifoide continua a representar um desafio importante de saúde pública em contextos com infraestruturas sanitárias precárias[32].

---

[23] PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1045.

[24] PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1046.

[25] O diagnóstico tinha que ser feito por meio de hemocultura (análises de sangue) e corpocultura (exames bacteriológicos das fezes), como se refere em PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1047.

[26] «No começo duma febre tifóide é muito difícil dizer qual será a duração da doença, sendo ela tratada unicamente pela terapêutica clássica. Então torna-se muitíssimo difícil – visto ser necessário empregar o soro muito cedo», como afirma CAMPOS, 1924, *Tratamento da Febre Tifóide pelo Sôro de Rodet*, p. 36.

[27] PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1046.

[28] PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1046.

[29] COOK & ZUMLA, 2009, *Manson's Tropical Diseases*, p. 934.

[30] PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1046.

[31] A peritonite é uma inflamação do peritónio, geralmente causada por infeção ou perfuração abdominal, que pode evoluir rapidamente para a falência multiorgânica, como se refere em PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1050.

[32] PARRY & BASNYAT, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», p. 1045.

O conhecimento específico sobre a febre tifoide em Portugal, nomeadamente em termos de registo de casos epidémicos, é notoriamente escasso, refletindo a limitada documentação histórica e investigação académica disponível[33]. Embora existam referências dispersas em arquivos sanitários e relatos clínicos do século XIX e início do século XX, grande parte das epidemias pode ter sido erroneamente classificada sob o termo genérico de "tifo", abrangendo tanto a febre tifoide como o tifo, dada a difícil distinção epidemiológica.

A escassez de bibliografia académica específica sobre a febre tifoide em Portugal limita a compreensão da sua verdadeira incidência, dinâmica de transmissão e impacto sanitário ao longo do tempo, sublinhando a necessidade de investigação histórica e epidemiológica mais estruturada para melhor caraterizar o papel desta doença no contexto nacional.

A Origem

A febre tifoide, que surge na ilha da Madeira em meados do século XX[34], é reconhecida como uma doença de carácter endémico que se manifestou sob a forma de casos esporádicos disseminados pelo território insular. Apesar da sua presença recorrente, a patologia raramente atingiu proporções epidémicas, fruto do conhecimento acumulado e das medidas de saúde pública entretanto desenvolvidas.

A título ilustrativo, importa referir um caso clínico, registado pelo médico Francisco Teixeira da Fonte, então delegado de saúde local. No seu relatório, datado de 10 de outubro de 1943, o médico menciona que, a 14 de janeiro de 1943, foi identificado um caso de febre tifoide numa jovem de 16 anos, residente no sítio da Ladeira, de nome Maria Inês[35]. Apesar de não ter sido formalmente registado no livro competente da delegação de saúde, a paciente teve alta clínica no final do mês de fevereiro[36].

---

[33] Não se conhecem surtos neste período sobre a doença em Portugal, no entanto há esparsas referências à febre tifoide em: ALMEIDA, 2014, «As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola 1854-1918»; BARBOSA & GODINHO, 2001, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*; ESTEVES & ARAÚJO, 2021, «Resquícios de epidemias no Minho: os surtos de tifo nos séculos XIX e XX»; MOURA, 1996, «A epidemia de tifo em Loriga (1927)»; e NASCIMENTO, 2022, *O olhar médico sobre as doenças, as epidemias e os problemas sanitários de Portugal de oitocentos (1855-1920)*.

[34] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 1.

[35] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 1.

[36] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 1.

Este caso permite enquadrar a transição entre um quadro endémico para um surto de natureza epidémica, com base na distinção de Alexandra Esteves:

> «Normalmente, as epidemias são ocasionadas por um agente patogénico, um vírus ou um parasita, que, quando assume um caráter infectocontagioso, pode originar grandes surtos pestíferos. Podem ganhar contornos endémicos, quando a doença se circunscreve a uma região, e epidémicos quando alastra de forma rápida e generalizada, ou pandémicos, quando se globaliza»[37].

Segundo o relatório médico de Francisco Teixeira da Fonte, o surto epidémico de 1943 teve origem num caso isolado de contágio direto, protagonizado por Celeste Rodrigues, solteira, de 22 anos, filha de um pescador e residente na vila. A jovem esteve ausente do concelho durante aproximadamente três semanas, tendo-se deslocado ao Funchal e a Câmara de Lobos. Regressou ao Porto Moniz no mês de abril e foi diagnosticada com febre tifoide no dia 10 desse mesmo mês[38]. A partir desta data, e num curto intervalo de tempo, novos casos começaram a surgir. O segundo foi registado logo a 17 de abril, seguido de um terceiro a 26 de maio[39]. Nas semanas seguintes, o contágio alastrou-se rapidamente pela vila, assumindo proporções cada vez mais alarmantes.

O que distingue o caso de Maria Inês, diagnosticado a 14 de janeiro de 1943, do de Celeste, que provocou a epidemia que se lhe seguiu, assenta, sobretudo, no contexto socioeconómico e habitacional de Celeste. Filha de um pescador, residia numa habitação precária, onde inúmeros indivíduos coabitavam em compartimentos sobrelotados e sem quaisquer condições básicas de higiene. De acordo com o relatório do citado delegado de saúde do concelho, o alastramento inicial da febre tifoide e o seu agravamento progressivo estiveram intimamente associados às condições sociais dos primeiros infetados. Estes pertenciam, em grande parte, à classe piscatória, caraterizada por baixos rendimentos e hábitos de vida incompatíveis com as exigências mínimas de higiene. O próprio delegado de saúde atesta que «o contágio da febre tifoide fez-se no princípio só dentro da classe pescatória»[40], evidenciando, assim, a vulnerabilidade social destes elementos. As suas condições criaram um ambiente epidemiologicamente propício à propagação inicial do agente patogénico contribuindo, posteriormente, para a transição de um foco localizado para um quadro de epidemia na vila, potenciado pelas deficiências estruturais e sanitárias então existentes no concelho.

---

[37] ESTEVES, 2020, «As epidemias e a memória histórica», p. 152.
[38] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 1.
[39] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 4.
[40] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 3.

O Alastramento da Doença

Identificada a origem do surto de febre tifoide na vila do Porto Moniz, importa analisar a propagação da doença ao longo do território, à luz dos relatórios elaborados pelos médicos interinos (Mário Sardinha, a 15 de outubro de 1943; Teixeira da Fonte, a 27 de outubro de 1943; Teodorico Rebelo, a 10 de novembro 1943), pela visitadora sanitária (a 6 de novembro de 1943), bem como do parecer da Inspeção de Saúde do Distrito Autónomo do Funchal redigido pelo delegado de saúde (Adolfo de Sousa Brazão, a 14 de dezembro de 1943).

Como referido anteriormente, o foco epidémico teve início num caso esporádico, o de Celeste Rodrigues. Contudo, a rápida disseminação da doença foi favorecida por fatores de ordem socioeducativa e sanitária, associados à realidade vivida pela população local. A "colónia piscatória", assim referida nos relatórios, vivendo em condições de extrema precariedade, não tinha conhecimentos mínimos sobre os perigos de contágio, o que limitou significativamente a eficácia das medidas de contenção. Segundo o delegado de saúde, o Dr. Francisco Teixeira da Fonte, em «virtude da pobreza em que vivem os pescadores e suas famílias, todas as recomendações são ouvidas, mas com certeza nunca cumpridas»[41]. Esta resistência ao não cumprimento das recomendações não é espelho da "má-fé" dos habitantes, mas antes de uma ausência clara de consciência sanitária e do perigo. Neste sentido, Francisco Teixeira da Fonte refere que: «Abusam porque não acreditam no contagio, sendo depois vitimas da sua inconsciência»[42].

Os primeiros casos secundários surgiram em datas relativamente próximas: a 17 de abril e a 26 de maio, na vila do Porto Moniz[43]. O contágio intensificou-se em grande medida, devido a práticas culturais que favoreciam involuntariamente a propagação da doença. Segundo relata o delegado da Inspeção de Saúde do Distrito Autónomo do Funchal:

> «Infelizmente há na Madeira, e provavelmente também em outras partes, o costume de visitar os doentes, mesmo quando estas possam ser origem de contágios perigosos. Quanto mais grave a doença, maior é o número de visinhos que acodem a fazer companhia, a consolar o doente. Assistência sentimental louvável até certo ponto, mas sumamente perigosa quando se trata de doentes portadores de doenças altamente contagiosas»[44].

[41] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 2.
[42] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 2.
[43] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 2.
[44] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 3.

Apesar de, num contexto epidémico, estas manifestações de solidariedade tenderem a agravar a propagação da doença, importa compreender a sua génese no seio da comunidade piscatória. Trata-se de um grupo social marcado por carências económicas, onde a entreajuda assumia um papel fundamental no quotidiano, sobretudo em momentos de fragilidade. A assistência aos doentes, ainda que emocional ou simbólica, funcionava como uma forma de apoio social, especialmente entre famílias que não dispunham de meios próprios para enfrentar a doença. Para além disso, deve reconhecer-se que grande parte da população apenas cumpria as instruções sanitárias impostas, sem conhecer o fundamento científico subjacente. A ausência de uma comunicação clara e pedagógica por parte das autoridades médicas – nomeadamente a falta de explicitação sobre a natureza do contágio e a razão das medidas de isolamento – deverá ter contribuído para a resistência, ou até o incumprimento, de orientações fundamentais para o controlo da epidemia.

A 5 de junho, o próprio Dr. Francisco Teixeira da Fonte contraiu a febre tifoide sendo forçado a ausentar-se das suas funções. A substituição oficial pelo Dr. Teodorico Rebelo apenas ocorreu a 15 de julho, o que criou um vazio de coordenação sanitária numa fase crítica do surto[45]. O relatório da Inspeção de Saúde aponta deficiências graves na atuação do delegado de saúde (o Dr. Teixeira da Fonte) considerando que este «foi pouco enérgico»[46] e que procedeu de maneira muito «primitiva de fazer clínica», falhando na implementação de medidas profiláticas, na prescrição de um isolamento rigoroso e na própria notificação sistemática dos casos registados[47].

Assimilados os fatores estruturais, sociais e institucionais que favoreceram a propagação inicial da febre tifoide no concelho do Porto Moniz, importa agora analisar os mecanismos concretos de transmissão da doença.

A dispersão dos casos registados ao longo do território revela dois modos principais de contágio: o direto, através do contacto com indivíduos infetados; e o indireto, resultante da exposição a meios contaminados, como a água, alimentos ou objetos de uso partilhado.

O contágio direto constituiu o mecanismo inicial de transmissão que esteve na origem da epidemia no concelho do Porto Moniz. A febre tifoide, sendo uma infeção bacteriana transmitida via oro-fecal, dissemina-se através do contacto físico entre

[45] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 10-11-1943, p. 3.

[46] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 3.

[47] «Estes 2 últimos doentes não foram, também por lapso, comunicados à Exma. Inspeção de Saúde, nem aqui registados no livro competente», como se escreveu em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 3.

indivíduos, nomeadamente em contextos de convivência próxima, como os que ocorrem entre crianças durante brincadeiras ou entre adultos em relações íntimas ou casuais. O contacto com os infetados e a falta de cuidados de higiene contribuiu para a contaminação de inúmeros habitantes do concelho, sendo que a maioria ocorreu por contágio direto[48].

Há, todavia, indícios que permitem atestar a presença de contágios indiretos. De acordo com o relatório do médico Dr. Mário Sardinha[49], registou-se, durante o mês de julho, um aumento expressivo do número de infeções, o que sugeriu a atuação de mecanismos de transmissão indireta, nomeadamente através da contaminação das águas:

> «Em Julho apareceram muitas pessoas com fébre tifoide, o que só se explica facilmente pela pela [*sic*] conspurcação das águas pelas roupas, urinas e, sobretudo pelas fezes dos primeiros doentes. Grande número de pessoas utilizam a água das levadas para lavagem e até para beber. Mas mesmo a água da maior parte dos fontenários não oferece confiança, porque quando chove ou regam, fica a água turva e aumenta o seu débito, o que demonstra que a infiltração nos terrenos é muito fácil. Por outro lado não existem fossas nem rede de esgotos. De maneira que é muito fácil a conspurcação do solo e das águas»[50].

Para além da transmissão indireta, cujo principal potenciador era a água contaminada, onde os bacilos podem ficar armazenados durante várias semanas[51], importa destacar o papel desempenhado pelos «vetores»[52], nomeadamente as moscas, na disseminação da febre tifoide. Estes insetos, em contacto frequente com matéria fecal humana, funcionavam como veículos passivos de *Salmonella Typhi*, transportando os bacilos e depositando-os sobre alimentos e utensílios domésticos. Esta realidade é particularmente preocupante num contexto onde o manusear e a

[48] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 8.

[49] Este médico, enviado a 23 de agosto de 1943, veio substituir o Dr. Teodorico Rebelo, que contraiu febre tifoide. Como se escreveu em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12--1943, p. 2.

[50] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 1.

[51] Estudos laboratoriais e epidemiológicos – como os de LIU, WHITEHOUSE & LI, 2008, «Presence and Persistence of *Salmonella* in Water […]» – indicam que *Salmonella Typhi* pode manter-se viável em água contaminada durante várias semanas, chegando, em alguns casos, a meses, desde que as condições ambientais sejam minimamente favoráveis – nomeadamente, a ausência de desinfetantes, a baixa exposição à luz e a presença de nutrientes orgânicos. Em águas de irrigação, ribeiras ou fontes públicas, a sobrevivência tende a ser inferior, situando-se geralmente abaixo dos 30 dias, embora a presença de biofilmes ou sedimentos possa prolongar significativamente a sua viabilidade.

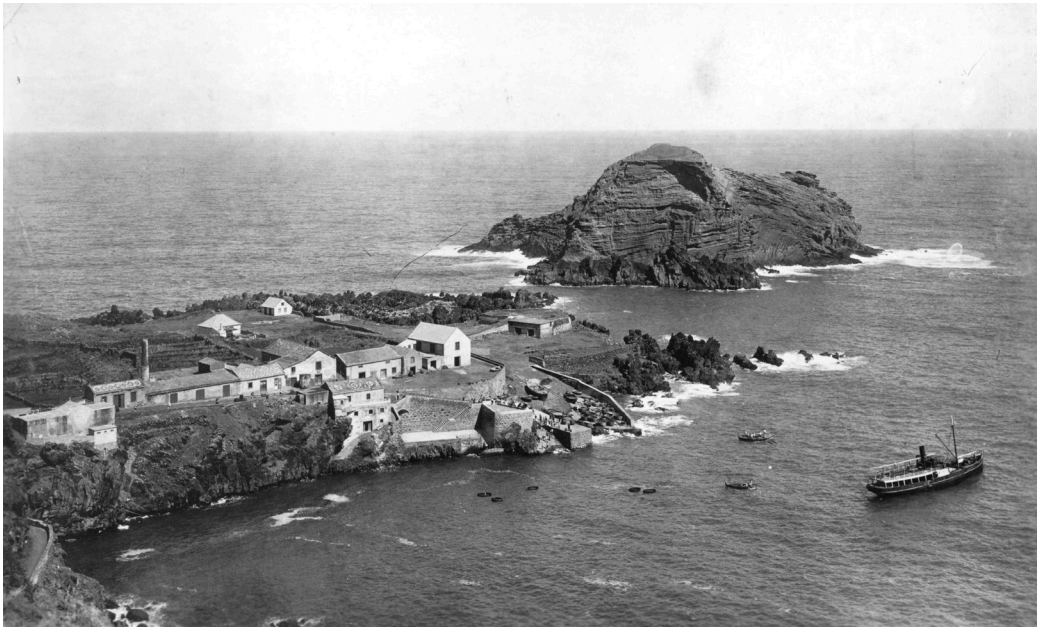
[52] «Vetores» são organismos, como insetos, que transportam agentes infeciosos de um local para outro, sem que ocorra multiplicação ou desenvolvimento do agente no interior desses. Veja-se ADLER & MARA, 2016, *Thypoid Fever: a History*, p. 164 para o efeito das moscas na propagação da doença.

conservação de alimentos ocorria muitas vezes ao ar livre e em condições sanitárias deficientes – «as moscas abundam duma forma horrível, chegando a caír com frequência nos pratos com comida»[53]. Neste sentido, cumpre destacar o testemunho do médico substituto, o Dr. Teodorico Rebelo, que sublinha o impacto epidemiológico destes vetores: «Outro importante factor, para que a dita epidemia tomasse um carácter rápido de propagação aos diferentes lugares, foi a extraordinária quantidade de môsca, que bem sabemos ser um dos principais vectores da epidemia»[54].

A descrição do médico Teodorico Rebelo reforça a ideia de que as ações das moscas, as precárias condições sanitárias e a utilização de fontes de água não tratada, aliadas à ausência de sistemas de drenagem e esgotos, criaram um ambiente altamente propício à disseminação indireta da febre tifoide.

Identificados os principais modos de transmissão da febre tifoide importa agora acompanhar, de forma cronológica e analítica, o percurso da epidemia no concelho do Porto Moniz. A análise da evolução temporal dos casos, da sua distribuição geográfica e do impacto demográfico permite compreender em que medida a doença se propagou, quanto tempo persistiu e quais as suas consequências.

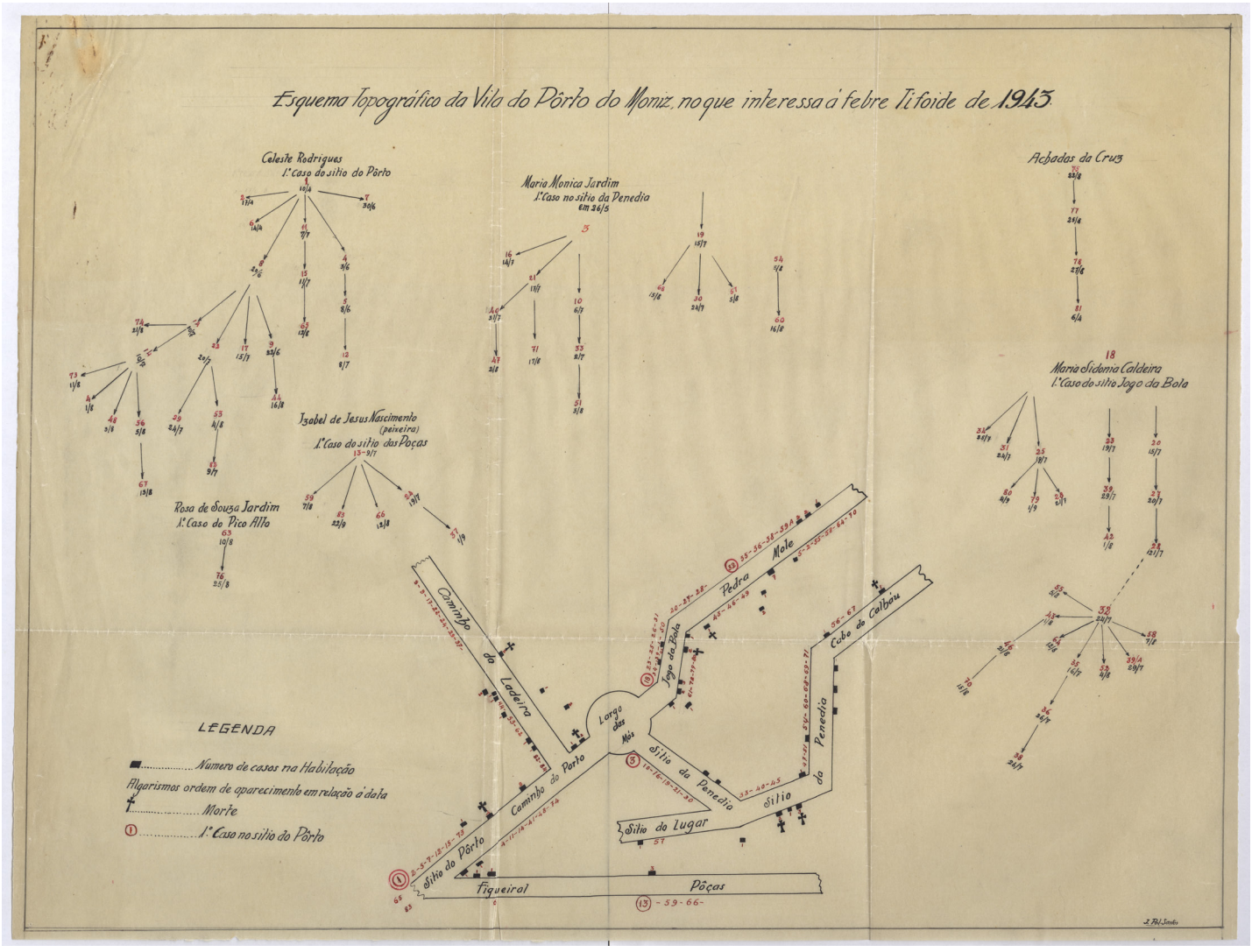
Figura 1. Porto Moniz – parte da atual vila e Ilhéu Mole (posterior a 1930)



Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, Foto Figueiras, n.º inv. 2407.301.

[53] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 1.
[54] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 10-11-1943, p. 3.

Figura 2. «Esquema Topográfico da Vila do Pôrto do Moniz, no que interessa á febre Tifoide de 1943»



Fonte: ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 10-11-1943, página isolada.

No que respeita à cronologia e à distribuição territorial da propagação da febre tifoide, é possível reconstituir a marcha da doença pela vila e freguesias do concelho do Porto Moniz. Tal reconstituição deve-se, em grande medida, ao esquema topográfico (Figura 2) elaborado pelo médico substituto, o Dr. Teodorico Rebelo, que permite visualizar a dispersão espacial dos casos. Este recurso visual, aliado à descrição minuciosa constante no relatório da Inspeção de Saúde do Distrito Autónomo do Funchal, oferece uma leitura clara da progressão epidémica ao longo do território.

O primeiro caso registado foi o de Celeste Rodrigues, diagnosticada a 10 de abril[55]. Seguiu-se, a 17 de abril, um segundo caso[56], cuja ligação direta ao primeiro foi confirmada. O terceiro foi identificado a 26 de maio[57], no sítio da Penedia, sendo este o primeiro infetado nessa localidade e sem contacto direto com os casos anteriores[58]. O relatório de inspeção de saúde sugere que o contágio ocorreu por via indireta, provavelmente devido ao consumo de alimentos contaminados ou de água da levada, apontada como possível fonte de contaminação – «usava exclusivamente para tudo a água da levada»[59].

Retomando ao primeiro caso, de Celeste Rodrigues, observa-se que a 20 de junho surgiu o oitavo caso, no sítio do Porto, e dois dias depois, o nono caso. O oitavo caso mudou o seu estado de residência para o Caminho da Ladeira[60] e tornou-se o foco de novos contágios. Os casos 14.º (10 de julho), 17.º (15 de julho) e 22.º (20 de julho) foram infetados diretamente pelo oitavo caso que se confirmam através do prazo de incubação – «todos eles aparecem depois dos clássicos 15 a 18 dias do possível contacto»[61]. Estes, por sua vez, propagaram a doença a familiares e vizinhos: «A n.º 9 contagia a filha que adoece em 16/8. A n.º 22 contagia a filha, n.º 53 em 4/8 e esta o n.º 82 em 9/9. A n.º 14, contagio do n.º 8, constitue tambem origem de vários casos, que são os n.os 41 em 1/8; 48 em 3/8; 56 em 5/8; 67 em 13/8, 73 em 11/8; e 74 em 21/8. Uns por visinhança, outros por residirem na mesma casa»[62].

Este aglomerado resulta inteiramente do contágio direto originado pela mudança de residência do oitavo caso, que levou a infeção para outra zona da vila.

[55] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 10-11-1943, página isolada.
[56] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 4.
[57] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 4.
[58] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 4.
[59] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 4.
[60] Referido como o «Pé da Ladeira» em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12--1943, p. 6.
[61] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 6.
[62] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 6.

Outros contágios associados ao primeiro caso incluem o caso 11.º, que infetou o marido (15.º caso) e um filho (65.º caso). A 3 de junho, a irmã do primeiro caso (quarto caso) foi diagnosticada, tendo transmitido a doença ao quinto caso, que por sua vez infetou o 12.º caso. Após esta cadeia, não há registo de outros contágios relacionados com o primeiro caso[63].

A partir do caso terceiro desenvolveu-se uma cadeia de contágios diretos. Exemplos disso são os casos 10.º (6 de julho), 16.º (14 de julho, irmão do terceiro caso) e 19.º (15 de julho, vizinho), cujas relações espaciais e temporais com o terceiro caso sustentam a hipótese de transmissão direta. Os intervalos entre os casos (entre 10 a 19 dias) são compatíveis com o período de incubação da febre tifoide. Adolfo de Sousa Brazão[64], da inspeção sanitária, conclui: «Parece que não resta dúvida de que a origem destes quatro casos não é a mesma. Não se deve tratar de pessoas que se tenham infetado em conjunto, mas antes se deve depreender que os três últimos casos são de contágio direto»[65].

No dia 17 de julho, a mãe do terceiro caso foi diagnosticada, sendo evidente o contágio direto, uma vez que lhe prestava cuidados. Nos dias 31 de julho e 2 de agosto, dois casos aparecem na vizinhança, seguidos, a 17 de agosto, por outro caso. O caso décimo contagiou a sua mãe (caso 33.º), que adoeceu 20 dias depois, e esta transmissão também pode ter ocorrido pelo vizinho (caso 51.º), que adoeceu 10 dias antes, provavelmente infetado pelo décimo caso. O 19.º caso por sua vez, infetou os casos 30.º (24 de julho), 57.º (5 de agosto) e 68.º (15 de agosto)[66].

Ao todo, o terceiro caso originou pelo menos 12 infeções diretas ao longo de cerca de dois meses e meio. Esta conclusão é reforçada pela ausência de outros doentes na mesma localidade (sítio da Penedia), no mesmo período, o que descarta uma fonte comum indireta de contágio[67].

O 13.º caso, identificado a 9 de julho no sítio das Poças, apresenta caraterísticas de contágio indireto. Sem contactos conhecidos com outros infetados, trata-se de uma peixeira que poderia «contrair a doença em qualquer parte»[68], considerando a sua atividade profissional. Não tendo certezas da origem do contágio do 13.º caso, o relatório de inspeção de saúde assume a probabilidade de ser um caso indireto uma

[63] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 7.
[64] Adolfo de Sousa Brazão, inspetor de saúde geral, foi o autor do relatório de Inspeção de Saúde do Distrito Autónomo do Funchal. ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943.
[65] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 5.
[66] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 5.
[67] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 5.
[68] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 7.

vez que se sabia que a «doente bebia habitualmente água da levada»[69]. Este caso originou infeções diretas na filha (59.º caso, a 7 de agosto), no marido (caso 66.º, a 12 de agosto) e num vizinho (24.º caso, a 19 de julho), que posteriormente infetou o 37.º caso (1 de setembro).

No sítio do Jogo da Bola surgiu, a 15 de julho, o 18.º caso e, simultaneamente, o 20.º caso na vizinha Pedra Mole, um sítio muito próximo. Entre 19 e 29 de julho, surgem seis novos casos (23.º, 25.º, 26.º, 31.º, 34.º e 39.º) que tinham em comum o facto de consumirem a água do mesmo fontanário, o "fontanário das Fontes".[70]. Posteriormente a estes casos sucedem-se outros, contudo, por contágio direto (42.º, 79.º e 80.º).

O 20.º caso, que utilizava água do fontanário de Santo António, aparece no relatório de Inspeção de Saúde como associado a um foco suspeito[71]. Os casos 27.º, 28.º e 32.º adoeceram entre 20 e 24 de julho, intervalo demasiado curto para serem casos de contágio direto, reforçando a hipótese de contaminação por via indireta.

O relatório propõe tratarem-se casos de contágio indireto – «o contagio directo tem uma marcha mais lenta»[72] – com base numa fonte hídrica em comum: – «haja uma fonte comum, e talvez seja o fontenário de Santo António, donde se abastecia toda essa gente. E digo que é de supor que assim seja porque o aparecimento dos diversos casos se dão num prazo relativamente curto – menos de 12 dias»[73].

Nas imediações da Pedra Mole e do Jogo da Bola foram identificados outros casos em simultâneo – «Vê-se além disso que outras pessoas moradoras nas imediações aparecem contaminadas quasi ao mesmo tempo»[74] – o que reforça a presença de contágio indireto, cuja rapidez de disseminação dificultava significativamente o controlo epidemiológico.

Através da análise dos casos e das probabilidades de contágio depreende-se que a epidemia do concelho do Porto Moniz conjugou uma dualidade de contágio (direto e indireto) o que levou a um maior alastramento da doença, especialmente no que concerne ao contágio indireto que tem uma propagação mais rápida e perigosa. Esta realidade contrasta com a interpretação apresentada pelo Dr. Francisco Teixeira da Fonte, que no seu relatório atribui a origem e propagação da epidemia exclusivamente ao contágio direto:

---

[69] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 7.
[70] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 7.
[71] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 6.
[72] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 6.
[73] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 8.
[74] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 8.

> «A meu vêr, os pescadores, morando em vários sítios da Vila estabeleceram so [*sic*] diversos focos epidémicos. E pelas pesquisas rigorosas a que procedi, sou de parecer que o contagio pelo inquinamento de águas deve ser posto de lado. As visitas feitas aos doentes, apesar de todas as recomendações, e maneira como apareceram os diversos focos, foram, segundo a minha fraca inteligência, as causas desta tragédia»[75].

Esta leitura mostra-se redutora e, à luz da documentação disponível, cientificamente imprecisa, pois ignora os múltiplos indícios de transmissão indireta identificados ao longo do foco epidémico.

Casos como o terceiro, 18.º, 20.º, 27.º, 28.º e 32.º, analisados com base nos prazos de incubação e na ausência de contacto direto com infetados, apresentam fortes indícios de contágio indireto. O Dr. Teixeira da Fonte – «julgo, pois, que o contágio directo fôra a causa do mal»[76] – demonstrou como este descartou prematuramente outras vias de transmissão, nomeadamente o consumo de águas contaminadas dos fontanários e levadas, bem como o papel de vetores, como as moscas. Ora, no contexto de uma epidemia, todas as possibilidades de contágio devem ser consideradas de modo a garantir uma resposta eficaz e abrangente[77]. Foi precisamente essa a abordagem do primeiro médico substituto, o Dr. Teodorico Rebelo, que reconheceu a multiplicidade de fatores em causa ao afirmar:

> «Precisava saber, qual seria o modo de propagação e a sua relação com os focos contagiantes, seria provenientes de águas de abastecimento da população, seria contágio indirecto, água de levadas e moscas. Parece-me que todos estes fatores, em parte foram os percurssores da epidemia»[78].

A análise da documentação disponível e das cadeias de transmissão mais significativas confirma que a disseminação da doença não se deu exclusivamente por contacto entre indivíduos, mas também através de fontes hídricas contaminadas e vetores de transmissão. Embora não seja possível rastrear exaustivamente todos os casos registados, os episódios analisados permitem identificar com clareza os padrões predominantes de transmissão direta e indireta, contribuindo para uma compreensão mais completa do surto epidémico de 1943.

---

[75] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 4.

[76] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 4.

[77] «Em resumo: primeiro adoeceram algumas pessoas por contágio directo, depois deu-se a contaminação em massa pelas águas embora seja licito admitir que continuava a haver contagio directo e que abundancia extraordinária de moscas também foi responsável por alguns casos» como referido em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 1.

[78] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 10-11-1943, p. 2.

Medidas Profiláticas e Combate à Doença

Com o início da disseminação da febre tifoide no concelho do Porto Moniz, as autoridades de saúde locais depararam-se com sérias limitações materiais e estruturais. A inexistência de infraestruturas adequadas e a escassez de recursos básicos dificultaram significativamente a aplicação de medidas eficazes de contenção da doença, como o isolamento dos doentes e a distribuição de desinfetantes.

Inicialmente, a resposta à epidemia esteve a cargo do delegado de saúde, Dr. Francisco Teixeira da Fonte. No entanto, este adoeceu a 5 de julho, sendo substituído pelo Dr. Teodorico Rebelo. Este também contraiu febre tifoide, acabando por ser substituído a 23 de agosto[79] pelo Dr. Mário Correia Sardinha, nomeado pela Inspeção de Saúde do Distrito Autónomo do Funchal.

Apesar das limitações, foi sob a coordenação do Dr. Teodorico Rebelo que se implementaram as primeiras medidas profiláticas realmente estruturadas e adaptadas à gravidade da situação. Entre essas medidas destacam-se, o isolamento obrigatório dos infetados, a desinfeção de excreções com cal, a higienização das roupas contaminadas com creolina, a fervura da loiça doméstica, a lavagem da fruta com permanganato de potássio e a recomendação de higienização rigorosa das mãos, especialmente por parte daqueles que cuidavam dos doentes[80].

Consciente da insuficiência dos meios locais e da rápida progressão da epidemia, o Dr. Teodorico Rebelo tomou a iniciativa de procurar auxílio junto da Inspeção de Saúde. Segundo o relatório da Inspeção, «o Dr. Teodorico Rebelo teve em dada altura a louvável ideia de vir ao Funchal requisitar vacina anti-tifica e de levar consigo uma visitadora social para fazer a vacinação das pessoas que ainda apresentassem sintomas da doença»[81]. Esta decisão revelou-se crucial para o controlo do surto, no entanto, implicou um risco acrescido de propagação, uma vez que a deslocação do médico poderia resultar na infeção de terceiros. A mobilização da visitadora sanitária Idalina Salvador e da sua equipa, que chegaram a 6 de agosto ao Porto Moniz, permitiu iniciar uma campanha de vacinação em larga escala, marcando uma viragem na luta contra a doença no concelho. Apesar de continuar a faltar uma rede de saneamento

[79] É de referir que o médico Francisco Teixeira da Fonte também regressou ao concelho do Porto Moniz na mesma data – «O delegado de Saúde do Concelho, apresentou-se ao serviço, ainda convalescente, nesse mesmo dia, ficando assim 2 médicos a prestar serviço à população do Concelho do Porto Moniz», como se escreveu em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 2.

[80] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 2.

[81] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 2.

eficiente e condições habitacionais adequadas, estas medidas profiláticas, ainda que simples, foram determinantes para travar o avanço da epidemia.

Para garantir uma resposta célere e estruturada, Idalina Salvador dividiu a sua intervenção em três eixos: medidas de saneamento da vila, estratégias de combate ao contágio direto e indireto, e medidas profiláticas extraordinárias[82].

No âmbito das medidas profiláticas do saneamento da vila, procedeu à rega de fezes e estrumeiras com creolina, à queima de lixo e à desinfeção das latrinas públicas com soluções de cal e creolina. Além disso, desinfetou os reservatórios dos fontanários[83]. Para além destas ações, solicitou ao inspetor de saúde que tomasse medidas para proibir, ou pelo menos restringir, o abate de gado na via pública – uma prática comum que agravava os riscos sanitários[84].

As medidas de combate ao contágio direto e indireto revelaram-se particularmente difíceis de aplicar, dada a precariedade de condições habitacionais existentes. No seu relatório, Idalina Salvador descreve:

> «A maior parte das residências não tem latrina; os despejos são feitos em covas abertas, na fazenda, em retretes de céu aberto e outras vezes, até, pela janela fóra. Não sendo possível obrigar a população a construir retretes em condições, e para evitar a propagação do bacilo, aconselhei que as fezes fossem desinfectadas com um soluto de cal, de preferência viva, antes de serem lançadas à cova. […] Pela parte de terreno onde corriam as fezes das retretes de céu aberto, mandei deitar soluto de cal. Aos que atiravam os despejos pela janela fóra, mandei que fizessem uma cova para esse fim»[85].

O isolamento dos doentes, foi árduo de implementar, dada a escassez de espaço e a precariedade das habitações. A própria visitadora reconheceu no seu relatório que «o mesmo não era rigoroso, já porque muitas famílias numerosas vivem em pequenas casas»[86].

Atenta aos riscos, procurou consciencializar os habitantes sobre a importância da contenção do contágio direto, informando os doentes e as respetivas famílias de que estes não poderiam receber visitas – «Toda esta gente se visitava assiduamente, o que proibi (explicando a razão porque o fazia) afim de não dar origem ao contágio direto»[87].

Além disso, foi recomendado que todos os indivíduos que contactassem com os doentes, ou com objetos por eles utilizados, desinfetassem as mãos com uma

[82] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, pp. 3-4.
[83] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 3.
[84] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 4.
[85] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 3.
[86] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 3.
[87] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 3.

solução de permanganato de potássio[88], sendo esta orientação especialmente dirigida a quem prestava cuidados diretos. A loiça utilizada pelos enfermos deveria ser imersa em desinfetante durante duas horas, e a roupa desinfetada com uma solução de creolina[89], fornecida e distribuída pela própria visitadora sanitária. Todos os desinfetantes utilizados foram disponibilizados pela Inspeção de Saúde[90].

As chamadas medidas profiláticas extraordinárias, ainda que de natureza informativa, tiveram um papel importante na contenção da epidemia. Reconhecendo a necessidade de educar a população sobre práticas de prevenção, Idalina Salvador entregou ao pároco da vila do Porto Moniz um conjunto de recomendações sanitárias, solicitando que fossem lidas durante os sermões. O objetivo era reforçar o conhecimento popular sobre formas de evitar o contágio:

> «Forneci ao pároco do Porto Moniz, para que as lêsse nas suas práticas, várias indicações sobre a maneira de evitar a propagação da epidemia, tais como: ferver a água para tudo o uso, evitar o acesso de moscas nas habitações […] resguardar os alimentos daquele insecto, higiene individual, salientado a lavagem das mãos com sabão antes das refeições, suprimir as visitas aos doentes; não ingerir alimentos crus»[91].

Paralelamente à leitura das recomendações no combate à doença por parte do pároco, a própria visitadora sanitária repetia essas orientações durante as suas visitas domiciliárias, garantido assim a sua ampla divulgação[92].

Apesar do empenho das autoridades de saúde e do esforço para aplicar as diversas medidas profiláticas, os relatórios sublinham repetidamente a dificuldade em garantir a sua eficácia plena, devido às limitações estruturais do concelho. Nesse contexto, a campanha de vacinação anti-tífica, promovida de forma coordenada pela visitadora com o apoio da Inspeção de Saúde, destacou-se como a medida mais robusta e eficaz no controlo da epidemia.

A aceitação da vacinação por parte dos habitantes do concelho foi, segundo os relatórios médicos da época, bastante positiva[93]. O médico Mário Correia Sardinha destacou no seu relatório o empenho da comunidade e a adesão significativa ao processo de imunização. Embora os dados relativos ao número de vacinados por dia apresentem variações, Idalina Salvador reportou uma média de 100 vacinações diárias,

---

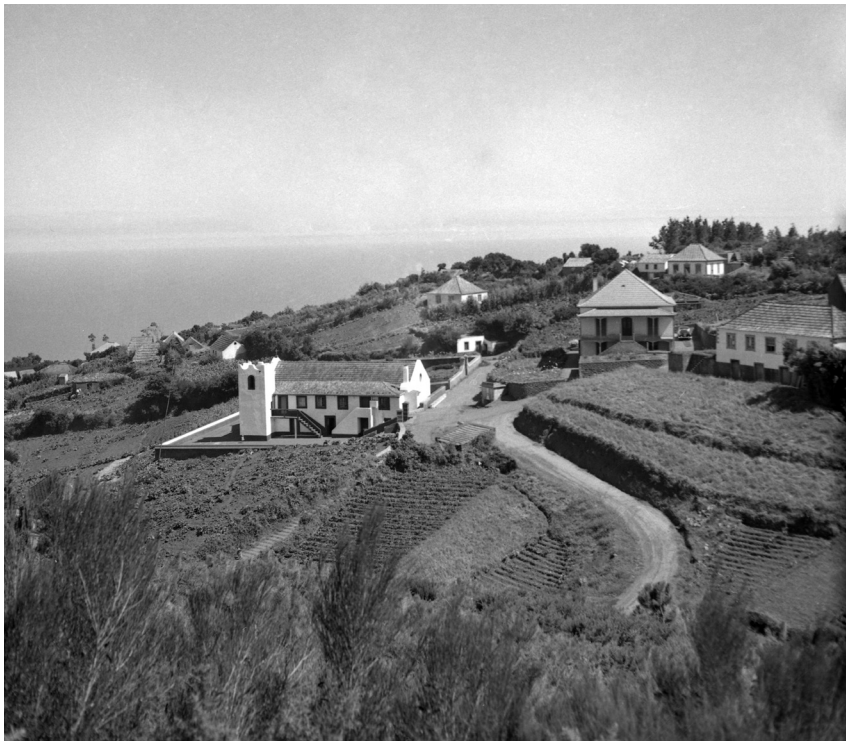
88 ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 4.
89 ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 4.
90 Creolina, cal, álcool puro, sublimado, permanganato de potássio, como referido em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 5.
91 ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 4.
92 ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 06-11-1943, p. 4.
93 ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 2.

enquanto Mário Sardinha referiu dias em que se alcançaram até 400 vacinações[94], valores claramente díspares.

Devido à elevada procura e à extensão geográfica do concelho, tornou-se necessário reforçar a equipa responsável pela vacinação. Assim, foram destacadas duas novas visitadoras sanitárias: uma para a Santa do Porto Moniz, com o objetivo de vacinar os habitantes da Terra Chã e das Achadas da Cruz[95], e outra para apoiar diretamente o trabalho de Idalina Salvador na vila[96].

De acordo com os relatórios consultados, o objetivo de vacinar o maior número possível de habitantes foi cumprido. Como se pode observar no mapa que ilustra a propagação da doença pelo concelho do Porto Moniz, abaixo apresentado, esta não se restringiu apenas à vila, chegando às regiões mais remotas do concelho, como é o caso das localidades das Achadas da Cruz e do Pico Alto, devidamente assinaladas.

Figura 3. Achadas da Cruz (década de 1960)



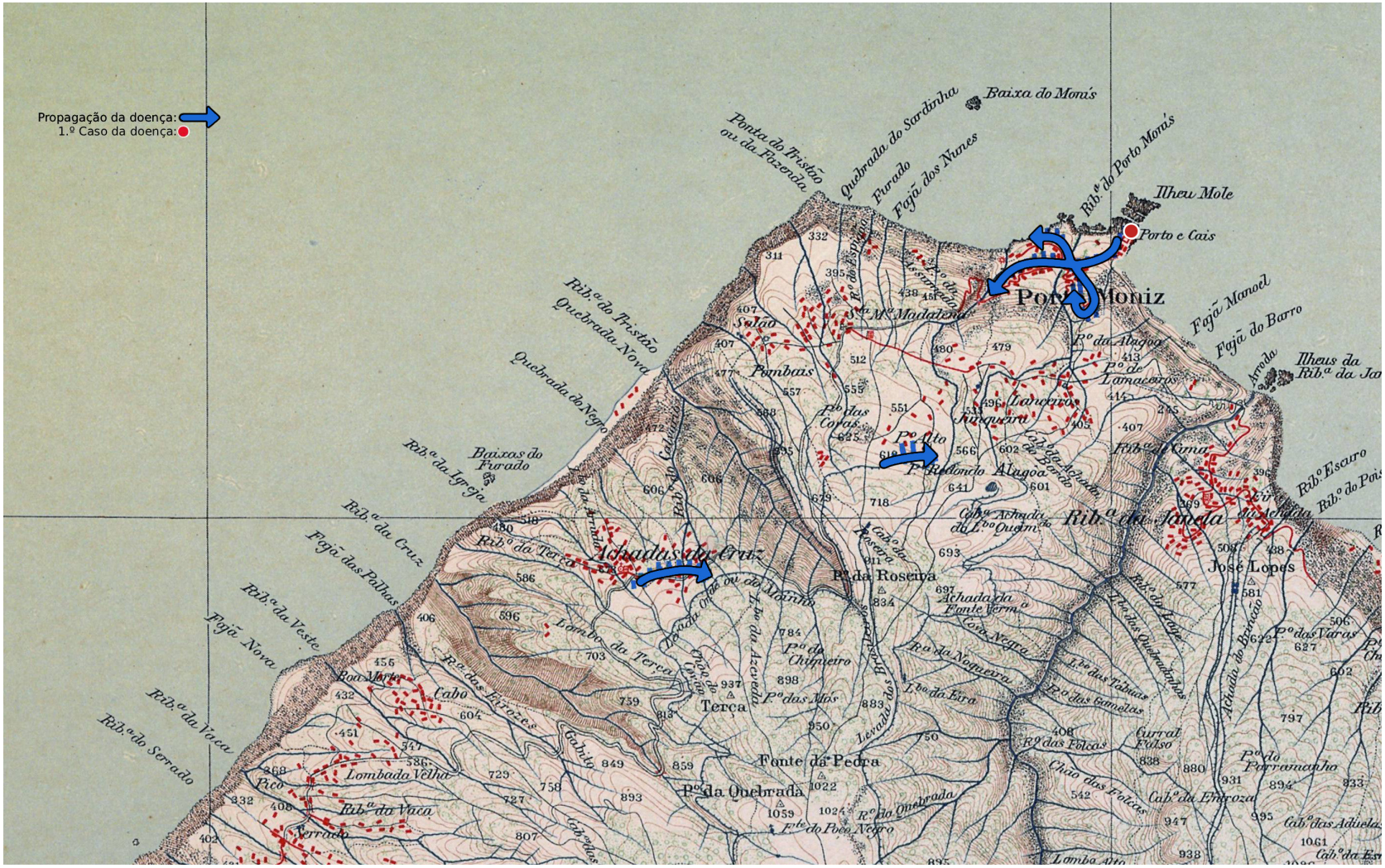
Fonte: Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, Perestrellos Photographos, n.º inv. 12472.

[94] «[A]companhado-me a visitadora social para vacinarmos o maior número possível de pessoas. Vacinamos cêrca de 400 pessoas nesse dia», como se escreveu em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 3.

[95] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 4.

[96] ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 4.

Figura 4. Mapa ilustrativo do alastramento da febre tifoide no concelho do Porto Moniz (1943)



Fontes: Elaboração de Ana Aguiar, com base em: INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL, 1934, *Carta Corográfica da Ilha da Madeira* […]; ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 10-11-1943, página isolada.

A vacina foi administrada tanto a indivíduos infetados como a não-infetados, revelando uma estratégia abrangente de contenção. Supõe-se que a elevada adesão obrigou a Junta de Inspeção de Saúde do Distrito do Funchal a solicitar novas remessas de vacina anti-tífica, o que se comprova com a referência no periódico *O Jornal,* de 30 de outubro de 1943: «A Inspecção de Saúde recebeu nova remessa de vacina anti-tifica, continuando, por isso, a vacinação todos os dias na referida inspecção»[97].

Em relação ao número de infetados, o relatório do Dr. Mário Sardinha, datado de 15 de outubro de 1943, indicou 85 casos confirmados. Posteriormente, o relatório do Dr. Francisco Teixeira da Fonte, de 27 de outubro, apresentou um total de 88 casos, distribuídos da seguinte forma: seis na freguesia das Achadas da Cruz, oito no sítio do Pico Alto e setenta e quatro na vila do Porto Moniz[98]. Face à inexistência de um número oficial definitivo, é razoável considerar como estimativa válida a faixa entre os 85 e os 88 infetados.

Relativamente à mortalidade, apenas o relatório do médico Mário Sardinha apresenta dados explícitos[99], mencionando oito óbitos até 15 de outubro de 1943[100]. Contudo, esta informação revelou-se imprecisa. A análise dos registos de óbitos[101] do concelho evidencia que, até essa mesma data, faleceram dez indivíduos devido à febre tifoide. Entre os casos não contabilizados pelo relatório, destacam-se Rosa Rodrigues Caldeira[102], de 19 anos, residente no sítio da Achada da Ajuda, falecida a 13 de setembro, e António Gonçalves[103], de 41 anos, residente no sítio do Lombo do Meio, falecido a 13 de outubro. Cumpre realçar que o relatório final da Inspeção de Saúde do Funchal, datado a 14 de dezembro, não inclui ainda dois óbitos adicionais registados nos dias 28[104] e 29[105] de dezembro, contudo é necessário referir que estes

97 «Vacina anti-tifica», 30-10-1943, in *O Jornal*, n.º 3412, p. 1.

98 ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 27-10-1943, p. 4.

99 No esquema topográfico anterior ao relatório de Mário Sardinha, o número de óbitos é assinalado mediante a utilização de cruzes como símbolo. Como ficou ilustrado em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 10-11-1943, página isolada.

100 ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 15-10-1943, p. 100.

101 ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Moniz, livro 1169.

102 ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Moniz, livro 1169, fl. 54v.

103 ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Moniz, livro 1169, fl. 61v.

104 «Ás vinte horas do dia vinte e oito do mês de dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e três, numa casa do sítio dos Casais de Baixo da freguesia de Ribeira da Janela, deste concelho faleceu de febre tifoide um indivíduo do sexo feminino de nome Augusta da Silva da Encarnação de trinta e nove anos de idade, de profissão doméstica», em ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Moniz, livro 1169, fl. 72v.

105 «Ás dezasseis horas do dia vinte e nove do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e três, numa casa do sítio dos casais de Baixo da freguesia de Ribeira da Janela, deste concelho faleceu de febre tifoide um individuo do sexo feminino, de nome Maria Cândida de França Jardim de dez anos de idade», em ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Moniz, livro 1169, fl. 74v.

podem já ser casos endémicos, não pertencentes ao surto da vila. No total, o livro de registos de óbitos do concelho assinala doze mortes por febre tifoide ocorridas em 1943, independentemente de serem casos endémicos ou associados ao surto epidémico.

Como observado, a abordagem deficitária no combate à doença acabou por contribuir diretamente para o seu alastramento. Ainda assim, a responsabilidade pela evolução do surto não pode ser atribuída exclusivamente à atuação do médico local. O concelho apresentava debilidades estruturais profundas; entre elas, destacavam-se as más condições dos fontanários públicos, a generalizada falta de higiene pública e a reduzida consciência sanitária da população face aos riscos de contágio. Importa ainda salientar que um único médico por concelho, acumulando funções clínicas e de saúde pública, era claramente insuficiente para responder às exigências impostas por um quadro epidémico.

Considerando os elementos analisados, tudo indica que a rápida propagação da febre tifoide no concelho do Porto Moniz resultou da conjugação de múltiplos fatores, nomeadamente a falta de higiene pública, a escassa perceção do risco epidemiológico e a limitada resposta institucional. Além disso, a ausência de infraestruturas sanitárias adequadas, bem como a carência de materiais profiláticos essenciais[106], comprometeram de forma significativa a eficácia das medidas de contenção implementadas. Este conjunto de condições criou um ambiente propício à proliferação da doença, potenciando a transição de um foco localizado para uma epidemia com contornos alarmantes.

Embora a epidemia tenha sido, em grande parte, controlada até ao final de 1943, a febre tifoide não desapareceu completamente do concelho. Entre 1944 e 1947 registaram-se ainda mais quatro mortes[107] atribuídas à doença. No entanto, acredita-se que estas ocorreram num contexto endémico, isto é, fora do impacto do surto de 1943.

[106] O concelho não tinha infraestruturas sanitárias que conseguissem corresponder ao avanço da epidemia, o que dificultou as medidas de isolamento – «Não existe esse material, nem camas, nem roupas, nem casa aproveitável, e por isso tive de pôr de lado a ideia de isolamento em hospital», como se escreveu em ABM, JGDAF, Inspeção de Saúde, maço 2862-12, doc. de 14-12-1943, p. 4.

[107] ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Moniz, livro 1170, fl. 47; livro 1171, fl. 45; livro 1172, fl. 49; e livro 1173, fl. 46.

Considerações Finais

A partir da análise cruzada de documentação, incluindo as atas de sessão da câmara municipal, os registos de óbitos do concelho do Porto Moniz de 1943, os relatórios médicos e de inspeção, bem como o periódico *O Jornal*, é possível concluir que a epidemia de febre tifoide, que atingiu o concelho entre abril e dezembro de 1943, foi controlada com eficácia. Apesar das fragilidades estruturais e das limitações operacionais locais, o controlo do surto deveu-se, em grande medida, à implementação de medidas profiláticas, nomeadamente à campanha de vacinação em larga escala coordenada pela visitadora sanitária Idalina Salvador e pela sua equipa.

O combate ao foco epidémico decorreu num cenário marcado por carências, tanto ao nível das infraestruturas como do conhecimento da população sobre práticas de saúde pública. Ainda assim, foi possível conter uma doença que se disseminava de forma preocupante. Torna-se evidente que, caso o concelho dispusesse de melhores condições sanitárias, de uma rede de abastecimento de água segura e de maior sensibilização para os mecanismos de contágio, a resposta à epidemia poderia ter sido mais célere e eficaz.

A atuação inicial do delegado de saúde, pautada por uma visão algo redutora dos modos de transmissão, poderá ter comprometido parcialmente a contenção precoce do surto. No entanto, a posterior intervenção, coordenada por outros profissionais de saúde, permitiu recuperar terreno e alcançar resultados positivos no controlo da doença.

Episódios como o do Porto Moniz demonstram como os surtos epidémicos podem servir de alerta e impulsionar melhorias nas políticas de saúde pública. A importância do saneamento básico, da vigilância epidemiológica e da formação da população em práticas de higiene torna-se inquestionável no conter dos riscos associados à disseminação de doenças infeciosas em contextos vulneráveis. Embora tenham surgido novos casos nos anos seguintes, estes foram classificados como casos endémicos pelo que não assumiram a dimensão epidémica que se verificou em 1943, o que atesta, em certa medida, o impacto duradouro das intervenções realizadas durante aquele ano.

Apesar do impacto devastador que frequentemente causam, as epidemias tendem a ocupar um lugar secundário na memória coletiva. Ao contrário de outros acontecimentos traumáticos, como guerras ou revoluções, para os quais se reservam feriados, se constroem monumentos e se escreve amplamente sobre os seus protagonistas, os surtos epidémicos, ainda que responsáveis por milhares de

mortes e profundas transformações sociais, raramente são objeto de memorização[108]. Esta ausência de reconhecimento histórico levanta questões importantes sobre os critérios com que a sociedade escolhe lembrar ou esquecer.

Ignorar ou relegar para segundo plano a história das doenças é mais do que uma falha de memória: é uma oportunidade perdida de aprender com o passado para prevenir o futuro. A história da epidemiologia, com todas as suas complexidades e lições, não deve ser encarada apenas como um capítulo clínico ou técnico, mas como parte integrante da história social e política das comunidades. As epidemias revelam as fragilidades das sociedades, desvendam desigualdades estruturais e expõem a importância dos sistemas de saúde, do saneamento e da educação.

É, por isso, urgente que se reforce o papel da história da saúde no espaço público e na cultura histórica. Recordar o surto de febre tifoide no Porto Moniz, como aqui se procurou fazer, não é apenas um exercício de reconstituição do passado, é um gesto de responsabilidade coletiva que nos lembra que a saúde também se escreve com memória.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Porto Moniz, livro 14.

ABM, Conservatória do Registo Civil do Porto Moniz, livros 1169, 1170, 1171, 1172 e 1173.

ABM, Secretaria de Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Documentação Relativa à Inspeção de Saúde do Funchal, maço 2862-12.

CAMPOS, Francisco Jasso Xavier da Costa, 1924, *Tratamento da Febre Tifóide pelo Sôro de Rodet*, Porto, Tipografia Gonçalves.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL, 1934, *Carta Corográfica da Ilha da Madeira Levantada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos em 1915. Revista e Actualizada pelo Instituto Geográfico e Cadastral em 1934*, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, disponível em: https://purl.pt/23357.

[108] Uma reflexão desenvolvida a partir das ideias de Alexandra Esteves, sobre o esquecimento coletivo das epidemias, em ESTEVES, 2020, «As epidemias e a memória histórica», p. 152.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1945, *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, vol. XXIII, Lisboa, Sociedade Tipográfica.

Jornal (O), Funchal, 1943.

Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, em depósito no ABM: Foto Figueiras, n.º inv. 2407.301; Perestrellos Photographos, n.º inv. 12472.

Bibliografia

ADLER, Richard & MARA, Elise, 2016, *Thyphoid Fever: a History*, Carolina do Norte, McFarland & Company.

ALMEIDA, Maria, 2014, «As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola 1854-1918», in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* n.º 2, vol. 21, pp. 687-708.

BARBOSA, Maria & GODINHO, Anabela, 2001, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX,* Guimarães, Universidade do Minho, Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS).

CASCÃO, Rui, 2011, «Modos de Habitar», in VAQUINHAS, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 22-55.

COOK, Gordon C. & ZUMLA, Alimuddin I. (eds.), 2009, *Manson's Tropical Diseases*, 22.ª ed., Londres, Saunders Elsevier.

ESTEVES, Alexandra & ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, 2021, «Resquícios de epidemias no Minho: os surtos de tifo nos séculos XIX e XX», in *Revista Portuguesa de História*, n.º 52, pp. 35-53.

ESTEVES, Alexandra, 2020, «As epidemias e a memória histórica», in MARTINS, Manuela & RODRIGUES, Eloy (coord.), *A Universidade do Minho em tempos de pandemia*. Tomo I: *Reflexões*, Braga, UMinho Editora, pp. 146-172.

LIU, Huanli, WHITEHOUSE, Chris A. & LI, Baoguang, 2008, «Presence and Persistence of *Salmonella* in Water: The Impact of Microbial Quality of Water and Food Safety», in *Front Public Health*, n.º 6, vol. 159, pp. 1-13, doi: 10.3389/fpubh.2018.00159.

MOURA, Maria, 1996, «A epidemia de tifo em Loriga (1927)», in *Gestão e Desenvolvimento,* n.º 5-6, pp. 249-281.

NASCIMENTO, Emannuel, 2022, *O olhar médico sobre as doenças, as epidemias e os problemas sanitários de Portugal de oitocentos (1855-1920)*, Braga, Dissertação de Mestrado em História na Universidade do Minho.

PARRY, Christopher M. & BASNYAT, Buddha, 2020, «Typhoid and Paratyphoid Fevers», in FIRTH, John D., CONLON, Christopher P. & COX, Timothy M. (eds.), *Oxford Textbook of Medicine*, 6.ª ed., vol. 1, Oxford, Oxford University Press, pp. 1044--1051.

RIBEIRO, João Adriano, 1996, *Porto do Moniz: Subsídios para a história do concelho*, Porto Moniz, Câmara Municipal do Porto do Moniz.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 581-623
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Comércio do Funchal: Imprensa Oposicionista Madeirense (1968-1974)[1]

Comércio do Funchal: Madeiran Opposition Press (1968-1974)

João Filipe Pereira de Sousa[2]

Resumo

O presente artigo analisa o papel do semanário *Comércio do Funchal* enquanto órgão de imprensa oposicionista no arquipélago da Madeira, desde 1967 até ao primeiro quinquénio da década de 1970, enquadrando a sua atuação no contexto político e social do final do Estado Novo. Refundado por um grupo de jovens oposicionistas, o *Comércio do Funchal* explorou inicialmente as falhas do sistema censório, assumindo progressivamente uma postura crítica face ao regime. A suspensão do jornal em 1968 confirma o impacto político das suas posições, não implicando uma alteração substancial da sua orientação após o regresso, já sob censura explícita. O artigo destaca ainda o papel do periódico no debate eleitoral das legislativas de 1969, na defesa da autonomia madeirense e na articulação entre democracia política e justiça social. O *Comércio do Funchal* ultrapassou a condição de jornal regional, afirmando-se como um elemento relevante da oposição democrática.

Palavras-chave: *Comércio do Funchal*; Estado Novo; Imprensa Oposicionista; Censura; Ilha da Madeira; Oposição Democrática.

Abstract

The present paper is an analysis of the role of the weekly newspaper *Comércio do Funchal* as an oppositional press outlet in the Madeiran Archipelago, from 1967 until the first quinquennium of the 1970s, framing its practice within the political and social contexts

[1] Este artigo tem por base a seguinte dissertação de mestrado: SOUSA, 2022, *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira* […].

[2] Doutorando em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20-UC. Mestre em História, com a dissertação *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira. Os períodos eleitorais e a ação do jornal "Comércio do Funchal" (1945-1974)*, defendida a 21 de fevereiro de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor do ensino básico e secundário. *Email*: sousa.jfp1997@gmail.com.

during the final stage of the "Estado Novo". Founded again by a group of oppositional young people, *Comércio do Funchal* initially exploited the flaws within the censorship system, progressively taking a critical stance against the regime. The suspension of the newspaper in 1968 confirms the political impact of its positions, without entailing a substantial change in its orientation after its return, already under explicit censorship. The paper further highlights the periodical's role in the electoral debate during the legislative elections of 1969, in the defense of Madeiran autonomy, and in the articulation between political democracy and social justice. *Comércio do Funchal* rose above the status of regional newspaper, asserting itself as a relevant part of democratic opposition.

Keywords: *Comércio do Funchal*; "Estado Novo"; Opposition Press; Censorship; Madeira Island; Democratic Opposition.

Introdução

Este artigo tem como objetivo colocar em perspetiva o papel do jornal *Comércio do Funchal* na promoção de um debate público sobre múltiplas questões de cariz político e social, de grande significado e relevância para as sociedades insular e portuguesa, no geral, cuja abordagem era de alguma forma incómoda ao regime vigente. Além disso, o *Comércio do Funchal* procurou ser o veículo de divulgação de ideias progressistas, e por isso mesmo consideradas oposicionistas, pelo que por várias vezes afrontou a censura e o poder constituído. O *Comércio do Funchal* foi, na sua fase final, de 1967 a 1974, um jornal de facto oposicionista, sendo publicado por um grupo de jovens intelectuais progressistas, oposicionistas do regime e defensores da democracia. A sua importância extravasa assim os limites da Madeira.

Este trabalho está estruturado em cinco partes. A primeira centra-se na "refundação" do periódico, relançando-se com novos objetivos editoriais, nos quais podemos observar desde logo a sua orientação oposicionista. A segunda parte tem como ponto de partida a suspensão do semanário, em 1968, até às eleições legislativas de 1969, onde o *Comércio do Funchal* deixou declarado o seu apoio à lista oposicionista madeirense da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira (CEDM), da qual fizeram parte membros do periódico. A terceira parte do artigo foca-se na questão autonómica madeirense e na visão do jornal em relação ao tema, bem como o ponto de vista do *Comércio do Funchal* em relação à Ala Liberal, entre 1970 e 1973. A quarta parte analisa as eleições de 1973, sob o olhar do semanário, bem como a sua perspetiva em relação ao bloqueio final de liberalização do regime. Por fim, acompanha-se o posicionamento do jornal relativamente aos eventos do 25 de Abril de 1974, até ao desmembramento do *Comércio do Funchal* e o seu fim.

Desta forma, é importante referir ainda que o estudo do *Comércio do Funchal* permite acompanhar uma representação da oposição democrática madeirense, no período estado-novista, algo que está parcamente realizado.

No que concerne à historiografia e análise mediática do jornal, a literatura existente, embora específica, oferece contributos fundamentais para a compreensão do seu papel na esfera pública madeirense. Destaca-se, desde logo, o contributo de Vicente Jorge Silva na obra coletiva *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, onde o autor assina o capítulo «O "Comércio do Funchal" e a Autonomia»[3], explorando a relação intrínseca entre o periódico e o pensamento autonómico regional.

Complementarmente, a dimensão política do título em períodos de transição é abordada na dissertação de mestrado de Ana Isabel Gouveia Francisco, intitulada *O Pós-25 de Abril no Arquipélago da Madeira e a sua Influência na Política Regional*[4], que contextualiza a atuação do jornal no quadro das transformações democráticas. Numa vertente de análise mais voltada para as dinâmicas de representação, a dissertação de Vítor Diogo Freitas Pereira, *Análise Socioeconómica da Madeira no período revolucionário através das representações do Comércio do Funchal*[5], fornece um exame detalhado sobre como o jornal refletiu e moldou a perceção da realidade socioeconómica insular durante o processo revolucionário.

Este conjunto de estudos constitui o alicerce teórico necessário para aprofundar a análise sobre o impacto e a relevância histórica desta publicação no contexto do arquipélago. Deste modo, este artigo pretende trazer informação que demonstre a real importância do semanário, apresentando uma realidade inédita no panorama regional, mas também num prisma nacional.

Refundação e Primeira Fase do *Comércio do Funchal* (1966-1968)

Com origem no século XIX, o *Comércio do Funchal* foi utilizado como base para a criação de um jornal moderno, que discutisse os problemas locais, nacionais e internacionais, mesmo tendo consciência das limitações impostas pela censura[6].

---

3 SILVA, 2008, «O "Comércio do Funchal" e a Autonomia».

4 FRANCISCO, 2024, *O Pós-25 de Abril no Arquipélago da Madeira e a sua Influência na Política Regional.*

5 PEREIRA, 2023, *Análise Socioeconómica da Madeira no período revolucionário através das representações do Comércio do Funchal.*

6 FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 143.

Vicente Jorge Silva[7] e os restantes "refundadores" do semanário tinham em mente que seria difícil a criação de raiz de um jornal com as linhas que os mesmos desejavam. Assim sendo, a solução passou pelo controlo – e transformação radical – de um jornal já existente, facilitando o lançamento do novo projeto. Para manter uma linha de continuidade – e a credibilidade institucional –, o antigo diretor, João Carlos Veiga Pestana, manteve o seu posto, ainda que honorário. A relevância dessa continuidade formal com o passado é percetível pelo facto de o jornal, antes da sua reformulação, em 1967, não ser visado pela censura, tal como é possível analisar no primeiro número da nova versão do semanário, de 1 de janeiro de 1967. A negociação do aluguer do jornal iniciou-se ainda em 1966, sendo confirmada a mudança de redação e de estrutura em 18 de dezembro de 1966. Nesse número indica-se que o *Comércio do Funchal* viria em 1967 «de fato novo»[8]. A reformulação – ou refundação – do jornal, foi efetuada por um grupo de jovens, detentores de um grupo de publicidade denominado de *FOCO*[9]. Numa entrevista a João Figueira, em 2009, Vicente Jorge Silva alegou que este procedimento foi financiado pelo capital ganho pelas atividades de mesmo grupo publicitário[10]. No entanto, num relatório da delegação da PIDE do Funchal foi apontado «o apoio moral e financeiro dos velhos democratas[11]», tornando assim possível o arrendamento do semanário[12]. Este mesmo relatório é datado de 24 de setembro de 1969, referindo-se ao auxílio prestado pelos «velhos democratas» no pagamento das rendas mensais, em caso de dificuldade. De qualquer modo, a participação destes «velhos democratas» é indicadora da orientação do jornal, que seria um meio editorial, no mínimo, com opiniões adversas ao regime.

---

7 Nascido no Funchal, a 8 de novembro de 1945, desde cedo se apaixonou pelo Cinema, sobre o qual escreveu no *Jornal da Madeira*. Aos 15 anos foi expulso do Liceu no Funchal e continuou no Continente os seus estudos. Aos 18 anos partiu para França, onde por lá trabalhou, e de seguida rumou para o Reino Unido. Voltou à Madeira e, em conjunto com os restantes integrantes da *FOCO*, alugou *O Comércio do Funchal*. Em 1974, rumou novamente ao Continente e ingressou na atividade jornalística no *Expresso*, onde exerceu as funções de chefe de redação e de diretor-adjunto. Passados 16 anos, em 1990, fundou o jornal *O Público*, tendo sido colunista no *Diário Económico*, no *Diário de Notícias* e no *Sol*. Foi eleito deputado em 2002 para a IX Legislatura, pelo círculo eleitoral de Lisboa, representando o Partido Socialista.

8 *Comércio do Funchal*, 18 de dezembro de 1966, n.º 1195, pp. 1 e 13.

9 O grupo *FOCO* era uma agência de publicidade que reunia os atores da restruturação do *Comércio do Funchal*. Entre eles encontramos Vicente Jorge Silva, José Manuel Barroso e Artur Andrade.

10 FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 142.

11 Os «velhos democratas» são César Pestana e António Sales Caldeira.

12 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Arquivo PIDE/DGS*, Núcleo de processo 426 – Serviços Reservados: Circulares; Correspondência Confidencial recebida e Relatórios (1951-1971): Relatório do dia 24 de setembro de 1969, debruçando-se sobre: a Situação Política no Arquipélago da Madeira; a Ação do Movimento Oposicionista no Momento Atual; a Ação da União Nacional.

Desde o primeiro número, a nova equipa redatora deixou claro o ideal jornalístico defendido. Num pequeno texto denominado «Comunicações ao leitor», foi apresentada a filosofia que a equipa desejou levar avante nos seus periódicos. Um jornal onde «nenhum artigo, nenhuma rubrica, nenhuns inquéritos» seriam influenciados por condicionantes externas ao mesmo e aos leitores, acrescentando que seria «um jornal feito para o leitor»[13]. Assim, foi promovido desde cedo um protesto favorável à expressão livre de ideias e à liberdade de imprensa. Os limites da censura seriam explorados ao máximo, tirando proveito da fronteira do aceitável, dentro dos limites impostos pelo regime. De referir que os outros títulos da imprensa madeirense congratularam a nova fase do jornal (*Diário de Notícias*, *Jornal da Madeira* e *Voz da Madeira*), fazendo referências ao primeiro número editado a 1 de janeiro de 1967[14].

Neste primeiro ano de "nova existência", o semanário teve uma vida tranquila, publicando e desenvolvendo conteúdos, segundo o formato almejado pela nova equipa. Ao longo de 1967, várias entrevistas e reportagens foram feitas, dando voz a várias personalidades madeirenses, de várias orientações. Várias foram as vezes que o periódico teve nas suas páginas textos que incluíam o testemunho de cidadãos ativos da oposição democrática, como, por exemplo, Aníbal Fernando da Trindade, que participou no inquérito «Madeira – uma zona turística?»[15], mas também a participação de membros da União Nacional, com cargos de responsabilidade administrativa ou de representação política, como Rui Vieira, deputado à Assembleia Nacional. Por exemplo, no artigo «Fomento», Rui Vieira apontou as dificuldades na economia insular e a necessidade da modernização e avanço da agricultura madeirense[16].

Noutro artigo, sobre Alberto Araújo, membro da União Nacional e deputado da Assembleia Nacional, foram feitos elogios e reparos ao seu pensamento e ação política[17]. O semanário tendia a concordar com este deputado, o qual considerava falaciosa a ideia de que o desenvolvimento económico do arquipélago se resumiria exclusivamente com «o fomento do turismo». Alberto Araújo considerava também que não se devia «relegar para segundo plano outras atividades, nomeadamente agricultura». Acrescentou ainda dois pontos problemáticos na realidade social madeirense: o grande fluxo migratório da ilha para o exterior, e as difíceis condições

[13] *Comércio do Funchal*, 1 de janeiro de 1967, n.º 1916, p. 11.
[14] *Comércio do Funchal*, 8 de janeiro de 1967, n.º 1917, p. 2.
[15] *Comércio do Funchal*, 8 de janeiro de 1967, n.º 1917, p. 1 e 2.
[16] *Comércio do Funchal*, 8 de janeiro de 1967, n.º 1917, p. 6.
[17] *Comércio do Funchal*, 29 de janeiro de 1967, n.º 1920, pp. 3 e 7.

de vida da população rural, que eram a principal razão da saída dos madeirenses. Todavia, ao discurso de Alberto Araújo, o semanário acrescentou questões a serem vistas para o melhoramento das condições de vida da população, nomeadamente a distribuição dos excedentes agrícolas, a resolução do problema do crédito agrícola, a organização dos serviços sanitários, a resolução do problema da alimentação das populações rurais, entre outros. O semanário remata: «Eis um mundo de problemas a resolver se quisermos transformar a economia da ilha e dar-lhe bases sólidas de crescimento». Uma afirmação que deu origem a uma resposta de Alberto Araújo, o qual teria afirmado que não lhe caberia a responsabilidade de encontrar as soluções dos problemas mencionados, algo com o qual o semanário discordou categoricamente, pois acreditava que a missão de deputado incluía a de solucionar ou, pelo menos, propor caminhos para o tratamento das adversidades apresentadas.

Neste contexto, o *Comércio do Funchal* distinguiu-se desde muito cedo com textos de profundo ideal social, segundo linhas progressistas, algo bastante inédito na imprensa regional, e muito limitado ao nível da imprensa nacional, podendo ser porventura comparado a publicações do tipo *Seara Nova*. Estes textos eram principalmente publicados no editorial do periódico madeirense, utilizado como meio de divulgação de textos de opinião diversa da prevalecente no Estado Novo. O primeiro editorial a realizar uma profunda reflexão política e social da realidade nacional foi publicado em 26 de fevereiro de 1967. Logo no primeiro parágrafo, apontou as pessoas como seres pensantes, com poder de decisão e inteligentes. Para começar, compôs uma premissa que ia contra o regime vigente, pois o autoritarismo político limitava o poder de decisão social, cortando uma das liberdades básicas de um cidadão livre. O editorial emitiu uma reflexão sobre o papel de todo o ser-humano, bem como a escolha entre os conceitos de bem e mal:

> «Há momentos da vida do Homem em que este se interroga (ou deveria fazê-lo) acerca da sua função específica de ser inteligente, com uma capacidade crítica e realizadora. Momentos que representam uma escolha entre os conceitos do bem e os conceitos do mal.»[18]

No segundo parágrafo, continuou a reflexão sobre o poder de análise do cidadão. Afirmou que, após reflexão, o ser pensante é capaz de optar pelos diversos caminhos existentes, considerando que o defensor de uma causa lutaria pela mesma, apesar das retaliações que isso poderia implicar. Uma referência implícita à luta oposicionista dos democratas e daqueles que faziam frente ao regime do Estado Novo, contra as forças opressoras.

[18] *Comércio do Funchal*, 26 de fevereiro de 1967, n.º 1924, p. 1.

> «Nesses momentos, o Homem afirma-se como ser pensante, dotado de um poder de análise do que lhe rodeia e de, em função disso, ser capaz de optar entre um ou outro dos caminhos que se lhe oferecem. Aí, o Homem afirma-se como ser humano integral, ser dominado pelo poder único e exclusivo da razão. E, para além de uma escolha, é capaz de mantê-la contra ventos e marés, às vezes com sacrifício daquilo que mais ama – a vida.»[19]

O editorial prossegue, defendendo a ideia de que, face às adversidades, incluindo entre elas «a chantagem» e «o comodismo», às quais não existe cedência, é difícil lutar pela implantação do ideal. Quanto maiores as tentações, maior é a exigência atribuída a quem batalha, declarando que, no fim, os resultados serão positivos e se chegaria a «porto bom». Esta ideia é de alguma forma premonitória, pois a visão do autor acabaria por prever a chegada do tal «porto bom», com a Revolução dos Cravos, pouco mais de sete anos após a publicação deste editorial.

> «Então, o Homem realiza-se em toda a sua dignidade e a nada cede – ao sentimentalismo, à chantagem, ao suborno, aos prazeres fáceis, à vida cómoda e despreocupada, à força, até. E realiza-se com tanto maior dignidade quanto as mais difíceis são os tempos e quanto maiores são as tentações de cedência. O homem arrasta as tempestades, certo que a bonança há de chegar, porque as intempéries não são eternas e, mais cedo ou mais tarde, o porto bom há de aparecer.»[20]

Este texto, muito motivador para o fomento da reflexão, foi inspirado na história do Padre Kolbe, citado pelo bispo do Funchal, D. João António da Silva Saraiva, numa celebração dominical, onde explicava que a sua luta o levou à morte no campo de concentração de Auschwitz. É este o exemplo que o editorial utilizou como base de inspiração para a criação deste texto. O acontecimento que levou à sua morte é a demonstração dos «dois conceitos diferentes do Homem, um gerando a violência e o outro o amor». Para concluir, o editorial afirmou que «a liberdade é a maior glória do Homem», acrescentando ainda que o caminho deveria ser feito pela escolha do bem. Como tal, fazia-se a apologia de uma sociedade livre, em contraste com a realidade em que se inseria o periódico madeirense. Este editorial representava bem a filosofia política dominante na equipa que fazia parte do semanário, demonstrando as linhas orientadoras que os mesmos seguiam: a defesa da democracia e da liberdade. Claramente, a expressão destas posições só foi possível devido à não intervenção da censura. Durante todo o ano de 1967 não há referência a que o jornal tivesse sido visado pela censura, um legado herdado do antigo formato do periódico. Como tal, durante longos meses, o semanário beneficiou de maior liberdade de expressão, o

[19] *Comércio do Funchal*, 26 de fevereiro de 1967, n.º 1924, p. 1.
[20] *Comércio do Funchal*, 26 de fevereiro de 1967, n.º 1924, p. 1.

que contribuiu para a construção de uma base forte de leitores assíduos e presentes, principalmente nas universidades continentais[21].

Contudo, este novo posicionamento do *Comércio do Funchal* acabou por criar anticorpos, levando outros órgãos de comunicação social a criticar o *modus operandi* do semanário. O *Comércio do Funchal* reagiu, defendendo-se das críticas logo a partir de 5 de março de 1967. Neste caso, o semanário defendeu-se da acusação de que este teria «"espinhos"» contra certos órgãos e departamentos. Queria-se com isto dizer que o jornal nutriria um especial desagrado e aversão a certos meios da imprensa madeirense próximos do regime. Acusação prontamente negada pelo *Comércio do Funchal*, que afirmou não nutrir qualquer tipo de aversão a «departamentos oficiais» ou «colegas de imprensa», declarando:

> «Simplesmente, como defensores que somos de uma livre troca de opiniões entre os homens. Independentemente dos lugares que ocupam, dos departamentos que representam ou das ideologias que professam, não seremos nós os primeiros a abdicar de tais princípios, sob pena de estarmos a negar a função própria da imprensa e a burlar o público, que nela crê e dela espera honestidade e verdade. E só lamentamos que tal doutrina não encontre eco em órgãos que deviam secundar-nos em vez de encontrarem "espinhos" naquilo que é a sequência natural de um direito e de um dever caro a qualquer jornal ou jornalista.»[22]

Noutro editorial, a 12 de março de 1967, intitulado «Jornalismo independente», o *Comércio do Funchal* reafirmou a sua independência na criação de conteúdo e gestão, clarificando que nenhum fator externo influenciava o que era publicado no periódico:

> «Se somos por um jornalismo independente – e independente no sentido mais genuíno da expressão – é porque estamos absolutamente cônscios de que a Imprensa, para conseguir cumprir por inteiro a sua verdadeira função, deve estar à margem de quaisquer dependências, submissões ou compromissos que possam afectar a sua isenção e a sua objectividade.»[23]

Ficavam assim públicas as linhas orientadoras do novo projeto jornalístico, nomeadamente a recusa de quaisquer pressões e constrangimentos externos, em especial políticos. À luz desta posição, o semanário permitiu-se debruçar sobre inúmeros temas, todos aqueles que considerasse que deviam ser falados. Problemas da sociedade madeirense foram múltiplas vezes dissecados, criticando-se, inclusivamente, personalidades políticas. Este é um aspeto que podemos verificar no

[21] FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 144.
[22] *Comércio do Funchal*, 5 de março de 1967, n.º 1925, p. 1.
[23] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1967, n.º 1926, p. 1 e 2.

texto de 19 de março de 1967, «Os problemas da Madeira na Assembleia Nacional», onde o semanário apontou o problema da falta de planificação económica, por parte do governo, no Distrito Autónomo do Funchal[24]. De facto, o governo nacional não tinha em devida conta as especificidades do arquipélago, inclusivamente no plano económico. Entramos aqui na questão autonómica, mesmo que de forma ligeira, sem mencionar o desejo autonomista do jornal. Os números seguintes seriam bastante mais diretos sobre a questão. Para o semanário, a planificação feita ao nível nacional, numa perspetiva centralista, era insuficiente para solucionar os problemas do arquipélago.

Ao longo de 1967, a redação foi publicando vários artigos, entrevistas, textos de opinião, que exprimiam a nova orientação do jornal. Um dos pontos fortes do semanário era a defesa do diálogo e do direito ao questionamento e à crítica dos governantes. Num editorial, denominado «Diálogo entre Governantes e Governados», apresenta-se a necessidade de uma aproximação dos governantes à realidade dos governados. Logo no início da exposição, mencionou-se uma afirmação de Fernando Couto, presidente da Câmara do Funchal, numa entrevista dada ao *Jornal da Madeira*, a 18 de setembro de 1966. Nesta, afirmou que tinha a obrigação de tentar esclarecer os munícipes acerca de questões relativas à administração da cidade. Com isto, o autor do editorial louvava a atitude, «de se sujeitar à crítica», do representante político. Acrescentou, ainda, o argumento da humanidade dos representantes políticos, podendo por isso cometer erros e decisões incorretas, insistindo na ideia de que o diálogo era necessário. No entanto, esse diálogo era na prática inexistente:

> «Os governantes, pessoas escolhidas pela comunidade para valerem pelos seus interesses e por isso perante ela responsáveis, são, também, seres humanos sujeitos ao erro. Não são deuses ou criaturas iluminadas. São apenas homens. Dos procedimentos humanos qual o menos inteligente do que pretender impor uma verdade, do que classificar isto ou aquilo de indiscutível? Aliás a auto-suficiência é característica dos espíritos tacanhos, dos inimigos a sociedade. Enquanto alguém insistir numa imposição de uma verdade seja qual for a matéria a que se pretende aplicar, não viveremos num clima humano porque nele o diálogo está ausente. É um clima de Violência. De violência camuflada, mascarada, mas nem por isso menos opressora.»[25]

Neste contexto, o primeiro ano da "nova vida" do semanário foi relativamente tranquilo, não havendo menção à censura em nenhum dos números. Pode concluir-se que a redação publicou artigos "sem filtros", podendo assim ser transparente, tal

[24] *Comércio do Funchal*, 19 de março de 1967, n.º 1927, p. 1 e 3.
[25] *Comércio do Funchal*, 26 de março de 1967, n.º 1928, p. 1 e 2.

como mencionado inúmeras vezes. E vários foram os artigos onde questões políticas, sociais e económicas estão mais ou menos presente[26].

Esta situação de relativa liberdade – e tranquilidade – alterou-se em 1968, ano que colocou à prova a existência do semanário. No primeiro semestre de 1968, o semanário não teve nenhum problema, publicando-se, aparentemente sem a intervenção da censura, não existindo a notificação "Visado pela Censura". Todavia, a censura iria atuar no segundo semestre de 1968, pois, tal como dissera Salazar a Adriano Moreira em fevereiro de 1966: «Neste país, apenas o chefe do governo está isento de censura. Todos os demais, incluindo os ministros, lhe estão subordinados.»[27] A intervenção da censura foi concomitante à projeção mediática e ideológica do *Comércio do Funchal*. De facto, ao longo de 1968, os artigos publicados são cada vez mais politizados, criticando-se abertamente o capitalismo e muitas decisões tomadas pelo governo central. No artigo intitulado «Política de Austeridade…», publicado a 11 de fevereiro de 1968, o semanário critica o capitalismo, falando sobre a exploração em benefício do lucro, dizendo:

> «Não nos admiremos demasiadamente, no entanto. Na selva conquista dourada do lucro – numa sociedade de livre iniciativa e livre concorrência – não há meios que resistam à obtenção dos fins: mesmo que o preço a pagar sejam os da desonestidade e da imoralidade. A exploração do homem pelo homem, é assim, sem ilusões nem figuras de retórica, o negro pão de cada dia»[28].

O jornal, como pode ser lido, demonstrava uma opinião anticapitalista, ou pelo menos, contra o capitalismo fomentado pelo Estado Novo. Esta posição vai ficando cada vez mais vincada, sendo expressa no artigo «Organização e Moralidade», onde a estrutura capitalista é posta completamente em causa, considerada desde logo como «amoral». São questionadas as verdadeiras intenções do sistema capitalista, sendo impossível compactuar com uma dimensão social, injusta, pelo que seria indispensável alterar a estrutura social, económica e política do país, culminando na instituição de uma «sociedade socialista»:

> «Resumindo e em conclusão: na sua pureza, na sua essência, a empresa capitalista é amoral. Único princípio: obtenção do maior lucro. A amoralidade é, portanto, inerente ao sistema de produção capitalista. Se a certa altura se lhe introduziu um elemento

[26] No mês de maio de 1967, o *Comércio do Funchal* publicou apenas nas duas primeiras semanas, ficando sem qualquer tiragem até ao dia 4 de junho desse mesmo ano. O semanário não mencionou nenhuma razão para a paragem. Contudo, a 4 de janeiro de 1970, dois anos e meio depois, afirmou-se no editorial que o periódico foi sacudido «por duas interrupções», não referindo de que se tratariam de ações levadas a cabo pela censura salazarista. Por não apresentar a notificação "Visado pela censura", é possível que outras razões tenham levado à interrupção.

[27] NOGUEIRA, 1987, *Um Político confessa-se*, p. 251.

[28] *Comércio do Funchal*, 11 de fevereiro de 1968, n.º 1971, p. 3.

> ético – a sua dimensão social, humana – isto se deveu à necessidade de sobrevivência, de coexistência com outro tipo da Sociedade: a sociedade socialista. O preço dessa sobrevivência é a racionalização, a organização. A organização constitui, pois, o elemento que concretiza, que materializa, que assinala objetivamente a entrada da moralidade na empresa capitalista.»[29]

Neste texto, a presença de elementos marxistas, ou simplesmente, da esquerda política, é evidente. Bem como em textos anteriores, é possível observar uma linha ideológica oposta ao regime, algo que foi confirmado por Vicente Jorge Silva, em 2009, quando afirma: «todos nós eramos contra o regime, tínhamos essa consciência»[30]. Este posicionamento foi-se solidificando, culminando na afronta às ideias e decisões do governo central. Este posicionamento criou tensões, num primeiro tempo, com outros órgãos de imprensa, aliados ao governo, como o *Jornal da Madeira* e o *Voz da Madeira*, sendo este último propriedade do deputado madeirense e líder da União Nacional, Agostinho Cardoso[31]. Num editorial, publicado em 24 de março de 1968, o periódico confessou a sua faceta crítica, que afirmou ser criadora de ideias construtivas, não seguindo por "águas mansas. Esta posição pode ser comprovada no seguinte excerto:

> «Ora "Comércio do Funchal" resolveu não aceitar a intocabilidade. A análise dos actos dos homens, deriva de uma dupla responsabilidade – a do jornal perante o público e a do dirigente perante a sociedade. Não é por prazer ou por qualquer objectivo subterrâneo que se elogia ou critica. Critica-se o que em consciência se julga incorrecto; elogia-se o que em consciência se pensa justo. Se a responsabilidade da pessoa ou instituição visadas é maior, criticar-se-á ou elogiar-se-á com maior força; se é menor, menor será a crítica ou o elogio. E isto porque, geralmente, à maior responsabilidade corresponde a maior ou menor importância da decisão e da acção.»[32]

Mas esta atitude crítica e de afronta ao *status quo*, bem como a defesa do socialismo, trouxe dissabores ao *Comércio do Funchal.* A Igreja Católica, nomeadamente o Seminário Maior do Funchal, reagiu ao jornalismo independente do *Comércio do Funchal*. Este semanário publicava textos sobre figuras internacionais da Igreja Católica, como, por exemplo, D. Hélder Câmara[33], cujo pensamento era próximo do socialista. Facto que desagradou à hierarquia católica madeirense. Em 5 de maio de 1968, o semanário publicou a carta deste representante progressista da Igreja Católica brasileira, carta esta que se dirige aos jovens do mundo, com palavras de

---

[29] *Comércio do Funchal*, 31 de março de 1968, n.º 1978, p. 9.

[30] FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 144.

[31] TORGAL; CORDEIRO; PIMENTA, 2019, *Regionalismo e Autonomia* […], p. 106.

[32] *Comércio do Funchal*, 24 de março de 1968, n.º 1977, p. 1.

[33] Arcebispo do Recife entre os anos de 1964 e 1985, um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil.

encorajamento à mudança e ao avanço[34]. O *Comércio do Funchal* elogiou tais palavras, e voltou a falar sobre esse assunto no dia 12 do mesmo mês, abraçando o discurso pró-liberdade e anti-imperialista[35]. O Seminário Maior do Funchal reagiu, proibindo a leitura do semanário nas suas instalações. Esta decisão foi denunciada pelo semanário aos seus leitores, no dia 19 de maio de 1968, argumentando:

> «Num momento em que o diálogo se tornou palavra de ordem para a Igreja e a aproximação entre todos os homens, sinceramente empenhados na construção de um mundo mais justo e mais humano, é ardentemente pregada pelas mais esclarecidas figuras do pensamento católico contemporâneo […], a "excomunhão" que nos atinge, além de contraditória face a esses princípios – que todos dizem acatar, mas que bem poucos assumem na prática – torna-se talvez reveladora de um "medo" de confrontação, feita pelos jovens seminaristas, entre os nossos "erros sociológicos" e as "verdades" que lhes são ministradas por alguns mestres.»[36]

Mas a situação do periódico islenho agravou-se em junho de 1968. No dia 2 de junho, o *Comércio do Funchal* publicou uma reflexão sobre a celebração do 28 de Maio de 1926, aniversário do golpe de Estado levado a cabo pelo general Gomes da Costa, golpe que instituiu a Ditadura Militar[37]. Tratou-se de uma reflexão crítica não só sobre o acontecimento em si, mas também sobre o "regime corporativo" instituído pelo Estado Novo, denunciando-se o atraso económico-social do país:

> «Temos, assim, que, quatro décadas passadas depois de posta em vigor uma "organização corporativa" os problemas fundamentais da vida nacional, apesar das medidas tomadas, permanecem vivos e condicionam os caminhos do futuro. Ninguém negará a agudez da crise económica nacional, nem o aumento do custo de vida, nem os valores da emigração, nem o problema habitacional, nem o marasmo da vida cultural e científica, nem os frágeis índices da cobertura médico-assistencial do país, nem a mediocridade da prática gimno--desportiva.»[38]

A reação do regime foi imediata, tendo o jornal sido suspenso, voltando a ser publicado apenas cinco meses depois. Todavia, seria pouco correto justificar a suspensão apenas com o número mencionado. De facto, podemos concluir que o acumular de artigos "anti-situacionistas" "criou" as condições, ou melhor, deu o pretexto para que a ditadura atuasse no sentido da suspensão do semanário.

---

[34] *Comércio do Funchal*, 5 de maio de 1968, n.º 1983, p. 6.
[35] *Comércio do Funchal*, 12 de maio de 1968, n.º 1984, p.1
[36] *Comércio do Funchal*, 19 de maio de 1968, n.º 1985, p. 3.
[37] CASTILHO, 2009, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, p. 45.
[38] *Comércio do Funchal*, 2 de junho de 1968, n.º 1987, p. 1.

A Segunda Fase do *Comércio do Funchal*. As Eleições para a Assembleia Nacional de 1969

A suspensão do *Comércio do Funchal*, em junho de 1968, acabou por coincidir com o final do governo de Salazar e a consequente alteração de chefia do governo em setembro de 1968[39]. Esta alteração terá beneficiado o semanário, uma vez que a suspensão do jornal foi anulada, voltando a publicar-se a partir de novembro de 1968. Mas com uma modificação relevante: o jornal passa a ser "Visado pela Censura", surgindo essa notificação nos números publicados. Ainda assim, o jornal manteve a estrutura, direção e orientação. De assinalar que o regresso do semanário foi aplaudido pelos jornais madeirenses, entre os quais o *Voz da Madeira*[40]. Interessante facto, pois, apesar de se poder acreditar nas palavras expressas pelo órgão de comunicação em causa, não pode ser ignorada a reação negativa expressa por meios afetos ao regime ao *Comércio do Funchal*. No plano nacional, o regresso do semanário madeirense foi assinalado pelo *Diário de Lisboa*, por palavras de Mário Sacramento, e pela revista *Seara Nova*.

O regresso do *Comércio do Funchal* fez-se de forma tranquila. No primeiro número, o editorial denominado «O Recomeço e a Primavera» reafirma a linha editorial e independência face «a quaisquer influências». Neste mesmo texto, agradecendo aos assinantes pela solidariedade expressa durante estes tempos, a direção deixa bem clara a importância do periódico, e daquilo que ele representava:

> «Mas, para além de explicações que se pensa deveriam ter sido dadas, há outros problemas – e o jornal tornou-se hoje num símbolo demasiado vivo para que sejamos nós a prendermo-nos a dever cujo cumprimento poderia ter, nas circunstâncias, consequências imprevisíveis.»[41]

Um jornal que mostrou ser, com pouco mais de um ano de existência, uma peça importante para a divulgação de textos oposicionistas. A distribuição bastante considerável do periódico no Continente português, em maior número que na própria ilha da Madeira, representa bem o seu impacto nacional, sobretudo entre os meios oposicionistas e críticos da ditadura[42]. O objetivo do jornal mantém-se o mesmo de 1967, mas agora a sua atuação era feita sob o olhar atento da censura, a despeito da aparente liberalização operada por Marcelo Caetano. De resto, o *Comércio do Funchal*

[39] ROSAS, 1998, *O Estado Novo*, p. 485.
[40] *Comércio do Funchal*, 3 de novembro de 1968, n.º 1988, p. 2.
[41] *Comércio do Funchal*, 3 de novembro de 1968, n.º 1988, p. 1.
[42] *Comércio do Funchal*, 10 de novembro de 1968, n.º 1989, p. 2.

questionou por várias vezes o alcance dessa alegada liberalização do marcelismo[43]. Assim, e com as eleições legislativas a menos de um ano de ocorrerem, o semanário questionou as mudanças produzidas pela governação de Marcelo Caetano. Se as primeiras medidas e palavras do novo chefe do governo geraram algum ânimo, também é certo que eram patentes os limites dessa liberalização[44]. E, sobretudo, havia novas expetativas e interrogações quanto ao ato eleitoral de 1969:

> «Que estilo terão as eleições 69? Manter-se-ão as tradições eleitorais ou inovar-se-á também nesse campo? Que papel será reservado aos grupos políticos que se opuseram durante os últimos tempos ao regime? Que tipo de facilidades estarão a ser previstas? Será que a todos os candidatos será dada a possibilidade de expor, sem peias, as soluções que preconizam face aos agudos problemas da vida nacional. Qual o rumo que se prevê seguir: o monólogo ou o diálogo?»[45]

O papel da oposição é aqui questionado, demonstrando vontade em saber que lugar e responsabilidade teria esta, juntamente com todo um conjunto de questões relativas à liberdade de discurso, de propaganda e apresentação das propostas, bem como a oportuna existência do debate político entre as diferentes listas que concorressem às eleições. Seriam eleições livres? Ou seria uma corrida desde logo viciada, pendendo para o lado do regime?

Na entrada do ano de 1969, o *Comércio do Funchal* insiste em manter o formato que prezava e acreditava ser o mais correto, mantendo a linha crítica e demonstrando a "aura" democrática que o tornava tão particular. Apesar da suspensão ocorrida em 1968, o periódico não cedeu aos medos e pressões da censura. De resto, o jornal cultivava a democracia interna, prezando a livre expressão de ideias, a partilha de opiniões de diferentes personalidades políticas, incluindo da União Nacional. Aliás, o jornal valorizava a ação de alguns membros da União Nacional, sempre que estes exibissem pontos de defesa comum, seja pelos direitos gerais do cidadão, seja por aspetos da realidade madeirense. Por exemplo, a 23 de fevereiro de 1969, no editorial «Proteção à velhice», o semanário felicitou o trabalho desenvolvido por Agostinho Cardoso na Assembleia Nacional, dizendo inclusive que se tratara do «momento mais alto dos trabalhos "da sessão legislativa" daquele organismo político»[46]. Neste texto, o semanário explicou a base da ideia do deputado da Assembleia Nacional, onde o mesmo prevê uma assistência social total para a população idosa. Esta medida ia ao encontro das políticas defendidas pelo jornal, onde o cariz social do Estado, segundo o

[43] ROSAS, 1998, *O Estado Novo*, p. 489.
[44] LEMOS, 2012, *Oposição e eleições no Estado Novo*, p. 489.
[45] *Comércio do Funchal*, 9 de dezembro de 1968, n.º 1993, p. 7.
[46] *Comércio do Funchal*, 23 de fevereiro de 1969, n.º 2003, p. 1.

modelo do Estado Providência, é defendido. Exemplo disso mesmo é um artigo sobre o «Direito de estudar», onde o semanário sugere a criação de bolsa de estudos para alunos socioeconomicamente carenciados, mas detentores de claras capacidades, atingindo aqui um discurso de inserção social e de promoção dos cidadãos, bem como de fomento da meritocracia[47].

Com o passar dos meses, o semanário foi-se focando nos aspetos políticos ligados às eleições legislativas. Apresentou o exercício do direito de voto como um dever do cidadão[48], obviamente dentro das condições limitadas impostas pelo regime. Além disto, artigos de elevado significado política ganharam densidade ideológica, exprimindo as posições progressistas do jornal. O periódico passa a defender, também e de forma mais consistente, o regime autonómico para a Madeira. O *Comércio do Funchal* revelou-se o principal jornal apoiante do projeto autonómico para o arquipélago, reacendendo inclusivamente o debate sobre o tema[49]. No editorial de 23 de março de 1969, o semanário clarificou a sua posição relativamente à política regional. Assim, defende que a região madeirense deveria ver estendida a sua autonomia, ter maior poder de decisão, nunca caindo no separatismo absoluto e deixando claro que existe lugar para a convivência Região-País. Além disso, o semanário afirmou defender os interesses das classes baixas, do operariado, dos camponeses, do "povo humilde" e dos jovens a quem cabia construir o futuro:

> «É provável, portanto, que, muitas vezes, os interesses das classes desprotegidas não coincidam com os das classes favorecidas. Mas, quando tal contradição se instala, ninguém tenha dúvidas sobre a nossa opção.»[50]

O semanário justificou aliás a necessidade de autonomia como uma forma de atingir justiça social mais legítima, num discurso com marcas marxistas, marcado pelo apelo ao povo, aos camponeses, ao operariado. No mesmo texto, insiste-se na ideia de uma «região democraticamente alicerçada», onde todos os habitantes tivessem papel ativo na sociedade. A democracia era, pois, um objetivo notório, tanto no plano nacional, como regional, sendo que neste caso só poderia ser atingida com a autonomia insular. Assim, a descentralização autonómica passava por um processo democrático para a administração da Madeira, onde os governantes seriam eleitos e não nomeados pelo governo central:

---

47 *Comércio do Funchal*, 23 de fevereiro de 1969, p n.º 2003,. 4.
48 *Comércio do Funchal*, 26 de janeiro de 1969, n.º 1999, p. 2.
49 TORGAL; CORDEIRO; PIMENTA, 2019, *Regionalismo e Autonomia* […], p. 105.
50 *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, p. 1.

> «Defendemos uma descentralização baseada na eleição direta, pelos interessados, dos que irão executar a vontade geral – não uma descentralização fictícia, em que, embora dispondo de poderes largos, os quadros dirigentes continuem a ser nomeados por uma estrutura longínqua.»[51]

A aproximação do momento eleitoral motivou o periódico a partilhar publicamente os ideais democráticos. A inclusão de resoluções democráticas para soluções de incremento da autonomia madeirense é possivelmente a primeira vez onde, tão direta e abertamente, se defende a solução democrática. No seguimento do apoio aos ideais democráticos, o *Comércio do Funchal* vai noticiando as movimentações políticas oposicionistas, chamando a atenção para a ação de certas figuras democráticas. Foi o caso de Mário Sacramento que, em abril de 1969, publicou um texto apelando ao voto juvenil e à organização dos mesmos para o progresso[52]. Além disto, no mesmo número, existe um "recorte" logo na primeira página, em homenagem a esse democrata aveirense[53]. Mais tarde, no mês de maio, o periódico funchalense noticiou o início dos trabalhos do II Congresso Republicano, salientando que «ninguém deseja uma república autoritária», defendendo-se de novo e abertamente a democracia[54].

Esta defesa da democracia é espelhada na generalidade das ações promovidas pelo semanário. Este órgão de imprensa dinamizou diálogos, principalmente com o semanário *Voz da Madeira*, uma "voz" do regime. Esta iniciativa foi *sui generis*, sendo interessante pela raridade destas atividades ao nível nacional. Nota-se assim a abertura do periódico aos que, representando o partido do regime, a União Nacional, tivessem ideias que se aproximassem das propostas da oposição e do próprio jornal. Desta feita, ao longo do ano foi possível assistir a interações, iniciadas na sua maioria por artigos do *Comércio do Funchal*, sobre os quais o semanário *Voz da Madeira* não concordava. Respondendo a uma crítica de Agostinho Cardoso ao texto «Reforma Agrária»[55], incluído no número do dia 16 de março, José Manuel Barroso contra-argumentou, oferecendo pormenores no que diz respeito à sua perspetiva sobre o caso[56]. Entre várias intervenções, este último exemplo demonstra bem a realidade oferecida pelo diálogo entre ambos os jornais – um exemplo para a imprensa nacional.

---

[51] *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, p. 1.
[52] *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, pp. 6 e 9.
[53] *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, p. 1.
[54] *Comércio do Funchal*, 11 de maio de 1969, n.º 2014, p. 1.
[55] *Comércio do Funchal*, 16 de março de 1969, n.º 2006, p. 7.
[56] *Comércio do Funchal*, 27 de abril de 1969, n.º 2012, pp. 2 e 7.

Por outro lado, nunca atacando diretamente o governo central, o que seria potencialmente sinónimo de nova suspensão, o periódico, em textos com fundamentos socioeconómicos, denuncia o atraso da sociedade portuguesa. O editorial publicado a 10 de agosto de 1969 providencia dados elucidativos sobre a situação do país. Assim, Portugal encontrava-se sempre nos últimos lugares, numa classificação de vários pontos:

> «Entre 15 países da Europa […], somos o penúltimo na capitação do consumo de energia, depois de nós só a Turquia. Somos o antepenúltimo na capitação do consumo de aço, depois de nós só a Grécia e a Turquia. Somos o penúltimo nas taxas de escolarização, depois de nós só a Turquia. Somos o último na proporção do número de alunos do ensino superior para o conjunto da população: depois de nós, ninguém. Somos o penúltimo na capitação de consumo de carne, depois de nós, só a Turquia. Somos o último na capitação de consumo de leite, o último na capitação de calorias, e último na capitação diária de proteínas e penúltimo na capitação de gorduras diárias […]. Somos ainda o antepenúltimo, na relação de médicos e o número de habitantes […] e o penúltimo na capitação de dias de doença indemnizados pela previdência social […]. Exceptuando a Turquia, somos também o país onde as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade pré-natal se apresentam ainda mais altas»[57].

Denunciando os problemas sociais existentes em Portugal, o periódico publicou um outro artigo, desta vez mais específico, intitulado a «Problemática da alfabetização». Trata-se de uma reflexão publicada no editorial do dia 17 de agosto, com base no discurso do então secretário-geral da UNESCO, René Maheu, onde se apontava a necessidade de tirar dois quintos da humanidade da obscuridão do analfabetismo. Com isto, o semanário denunciou as especificidades da sociedade portuguesa, demonstrando desde logo o atraso claro, em comparação com os restantes países europeus. Cerca de 40% da população portuguesa, à data, era analfabeta. Contudo, é avançado que estes números apresentados poderiam ser superiores, pois a contabilização era realizada com base no número de pessoas possuidoras do 3.º ano de escolaridade, sendo que muitas não praticariam a escrita e a leitura, perdendo assim as capacidades adquiridas. Para combater as baixas taxas de alfabetização, o semanário indica algumas medidas, entres as quais a escolarização gratuita e obrigatória. A alfabetização é entendida como «um meio necessário para se atingir uma sociedade melhor», entregando aos cidadãos, além de espírito crítico, uma solidariedade comum.

> «Alfabetizar e promover. Promover e libertar as pessoas de tudo aquilo que impedia a promoção. A alfabetização é, portanto, um meio necessário para se atingir uma

[57] *Comércio do Funchal*, 10 de agosto de 1969, n.º 2026, p. 1.

> sociedade melhor. Em que os cidadãos estejam possuídos de um alto espírito crítico e de solidariedade para e com os outros. Num processo de alfabetização há que não esquecer também este aspeto.»[58]

Com o início do período eleitoral, à oposição foi consentida a realização de campanhas de propaganda, criando a sensação de uma liberdade aparente. Mas os factos demonstraram o caráter não democrático das eleições. O *Comércio do Funchal*, observando o desfasamento entre as forças amestradas pelo governo e as que lutavam por uma mudança no sentido da democracia, publicou um primeiro artigo, a 28 de setembro de 1969, onde explicou as dificuldades que se colocavam às oposições. Em «Assembleia Nacional: «jogos e regras», que tipo de eleições?», o semanário afirmava a existência de limites à ação dos opositores, viciando assim à partida o sufrágio. De facto, para a União Nacional, a liberdade para realização de sessões e da reunião era total; porém, o mesmo não acontecia para as comissões eleitorais da oposição[59].

Era claro o apoio do *Comércio do Funchal* aos setores de oposição, defendendo-se abertamente a democracia e o socialismo. Daí que o jornal tenha noticiado as várias atividades levadas a cabo pela oposição, tanto no Continente, como nos espaços insular e ultramarino. Por exemplo, noticiou a realização de uma sessão oposicionista em Leiria[60], tal como a polémica rejeição da lista da oposição democrática de Moçambique[61]. No seio da oposição, não era clara a posição entre a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática e a Comissão Democrática Eleitora. Na Madeira, a representação democrática resumia-se a uma única lista, a CEDM. Contudo, apesar do apoio à oposição, o *Comércio do Funchal* clarificou durante o processo eleitoral de que não se tratava de um órgão partidário, não estando ao serviço, nem tão pouco dependente da CEDM. O jornal mantinha a sua independência face aos movimentos políticos. No editorial de 28 de setembro de 1969, intitulado «Posição de Independência», é clarificada a posição do semanário e a autonomia que o mesmo desejava prezar[62]. Nas primeiras linhas, o semanário declara que a independência jornalística do órgão não significava a neutralidade, clarificando a posição do semanário nas eleições em causa. É declarado ainda que a escolha de um redator do *Comércio* do *Funchal* como candidato da oposição (José Manuel Barroso) não implicava a defesa incondicional do movimento que o mesmo representava. O periódico insistiu na ideia de independência face ao movimento político da oposição,

[58] *Comércio do Funchal*, 17 de agosto de 1969, n.º 2027, p. 1.
[59] *Comércio do Funchal*, 28 de setembro de 1969, n.º 2033, p. 5.
[60] *Comércio do Funchal*, 28 de setembro de 1969, n.º 2033, p. 8.
[61] *Comércio do Funchal*, 5 de outubro de 1969, n.º 2034, p. 8.
[62] *Comércio do Funchal*, 28 de setembro de 1969, n.º 2033, p. 1.

apesar de todas as linhas que os aproximavam, em termos políticos e ideológicos. Assim, é afirmado:

> «CF não é o órgão da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira – nunca afirmou sê-lo, como nunca funcionou como veículo de propaganda da referida comissão (ao contrário do que tem sucedido com o semanário Voz da Madeira e o recém reaparecido jornal A Tribuna, distribuídos gratuitamente e em grande número através da ilha). O facto de um dos redactores do CF ser candidato a deputado pela CEDM e outro fazer parte dessa comissão eleitoral, não autoriza ninguém a identificar – para mais de forma tão ostensivamente abusiva – o nosso jornal com a referida CEDM. CF é – sim – um jornal que partilha o ideário democrático na sua expressão mais genuína e disso demos conta, claramente, no nosso EDITORIAL de 26 de setembro.»[63]

A experiência eleitoral comprova a forte posição política do periódico. De resto, o semanário funchalense manteve-se fiel às linhas construídas desde a sua renovação em 1967, sem receio de apoiar a comissão democrática madeirense, e a movimentação democrática que, entretanto, ocorria no Continente. Tanto a nível nacional como na região, a "luta" era desigual e isso refletia-se nos meios que cada um tinha à disposição. Tal como afirma o *Comércio do Funchal*, os periódicos regionais favoráveis ao regime tinham a sua distribuição facilitada, além de gratuita, sendo financiados pelo governo salazarista. Contudo, a penetração na classe mais desfavorecida da sociedade insular era mais desafiante, devido aos baixos níveis de alfabetismo e literacia presentes. Tal como afirma João Abel de Freitas[64], a leitura da imprensa era limitada a um número restrito de populares. O *Comércio do Funchal* enfrentava ainda a oposição de uma parte da Igreja Católica, tal como ficou evidente no acontecimento relacionado com o Seminário Maior do Funchal[65]. Apesar das dificuldades, o semanário remava contra a maré, destacando-se ainda mais no panorama da imprensa na Madeira e a nível nacional.

Num certo sentido, o período eleitoral reforçou o jornal oposicionista, colocando-o claramente – e publicamente – do lado das comissões democráticas, com todas as consequências e implicações que isso acarretava. Mesmo tendo sido, no ano anterior, suspenso pelas suas publicações desfavoráveis ao regime, o *Comércio do Funchal* manteve e aprofundou a sua orientação política favorável à democracia. A credibilidade do órgão teria ganho nesta ocasião mais solidez, motivando o desenvolvimento do projeto ao longo dos anos, continuando a estratégia de afrontamento ao regime.

---

[63] *Comércio do Funchal*, 19 de outubro de 1969, n.º 2036, pp. 2 e 11.
[64] FREITAS, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar*, p. 163.
[65] *Comércio do Funchal*, 19 de maio de 1968, n.º 1985, p. 3.

Na sequência das eleições, o *Comércio do Funchal* continuaria a sua ação esclarecedora. Talvez seja possível afirmar uma maior tranquilidade em se debruçar sobre temas sensíveis, como questões governativas. Todavia, o periódico seguiu a mesma linha de pensamento na exposição de ideias democráticas, não se remetendo ao silêncio. Continuando a sua posição vanguardista na imprensa, o meio oposicionista questionou, pouco tempo após as eleições de 26 de outubro de 1969, acerca do futuro que o país iria tomar. No editorial de 2 de novembro de 1969, o semanário apontava a democratização como o caminho a seguir – a democratização política e económica. No entanto, existe um aspeto interessante no argumento apresentado: a integração na Europa Ocidental (CEE) não é vista de forma tão positiva. Segundo o mesmo editorial, a democracia deve respeitar as realidades de cada estado, nunca forçando dois estados a serem iguais na sua construção democrática, afirmando:

> «A conquista das "liberdades essenciais" dizem alguns. Pois é, mas não é preciso sair da Europa para aprender o que pode conduzir a europeização à força. O caminho terá de ser outro.»[66]

Toda a expectativa de mudança, proveniente dos discursos de Marcelo Caetano, levantou questões às mentes democráticas e aos oposicionistas nacionais. Por parte do semanário funchalense, as questões foram-se colocando logo após o escrutínio eleitoral, tendo em conta uma futura e eventual democratização. Existiu desde logo, por parte do periódico, o questionamento sobre as consequências para o país do ato eleitoral, além de considerar desde logo a necessidade de a oposição democrática rever a sua tática e estratégia políticas[67].

Pairava a dúvida sobre o futuro da realidade portuguesa, e, desta forma, o *Comércio do Funchal* apresentou os caminhos hipotéticos, passíveis de serem tomados. Por um lado, apresenta a hipótese de uma transformação meramente superficial das estruturas e situações, ou seja, um "reformismo moderado". Por outro lado, se viesse a ocorrer uma transformação profunda, ficava-se perante um processo potencialmente de «caracter revolucionário»[68]. Apesar de todas as incertezas, reconhecia-se que a nova legislatura teria novos desafios, influenciados pela democracia ocidental, com propostas onde a construção do «Estado Social» teria o seu início e uma certa «onda liberalizadora» poderia chegar a Portugal. No entanto, o jornal considera que ninguém do interior do regime iria concluir tal liberalização, «com o advento de uma ordem

[66] *Comércio do Funchal*, 2 de novembro de 1969, n.º 2038, p. 1.
[67] *Comércio do Funchal*, 2 de novembro de 1969, n.º 2038, p. 6.
[68] *Comércio do Funchal*, 9 de novembro de 1969, n.º 2039, p. 1.

democrática»[69]. No final de 1969, num texto de João José Teixeira, intitulado «Lá vamos a caminho da Europa», volta-se a refletir sobre as eleições para a Assembleia Nacional, ancoradas com a promessa de «renovação na continuidade» por parte do presidente do Conselho de Ministros, ou seja, modificações políticas que manteriam as infraestruturas vigentes. Refere-se igualmente a existência de uma «oposição não contestada», a conhecida Ala Liberal, bem como a exigência de construção de um Estado social (porém, não socializante), motivada pelo aparecimento de «potentes forças económicas»[70]. A existência dessa Ala Liberal no seio da Assembleia Nacional é apontada no texto de Luís Ramos, intitulado de «Novo Estilo», como um ponto de diferenciação em comparação com as Assembleias anteriores[71]. Ainda neste número, inserido na secção "O tempo e o modo", são referidos sistemas como o «socialismo democrático» e a «social-democracia» como possíveis caminhos para o futuro[72].

O editorial do último número de 1969 apontava o caminho que o jornal desejava trilhar em 1970. O editorial intitulado «Um Novo CF» evidenciava o desejo de renovação e aperfeiçoamento do periódico. Este aperfeiçoamento dependeria do número de «leitores anuais», sendo que o *Comércio do Funchal* apontava a necessidade de crescimento no número de leitores, juntamente com a crítica e sugestões dos mesmos, para que pudesse fazer mudanças qualitativas. O ano de 1970 seria, pois, «o começo de uma nova caminhada», não ignorando as dificuldades, conhecendo bem a luta que o jornal teria de travar[73]. A expressão nacional, desejada e conseguida pelo mesmo, acabaria por ser uma luta contra aquilo ao que chamaram de «isolamento insular». Com o terceiro aniversário, é apontada a existência de dificuldades vividas ao longo dos três anos. Mas o periódico afirma-se empenhado na análise e no esclarecimento dos factos, a partir de uma posição de defesa intransigente das classes desfavorecidas. Assim, o papel do periódico ao longo dos três anos é esclarecido no excerto seguinte:

> «Neste sentido, o CF acabou por ser – no decurso destes três anos – um espelho rasgado de tudo isso. Jornal jovem – partindo da inexperiência daqueles que desde o início a ele estiveram ligados – CF foi reflexo de uma experiência cívica em elaboração: das ideias à sua prática e desta de novo às ideias através da meditação sobre a correspondência entre uma coisa e outra, se foi percorrendo este caminho de três anos, sacudidos por

[69] *Comércio do Funchal*, 7 de dezembro de 1969, n.º 2042, p. 1.
[70] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 9.
[71] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 9.
[72] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 7.
[73] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 1.

> duas interrupções[74]. Experiência quantas vezes áspera e amarga, mas cujo balanço nos parece oferecer – quanto mais não seja – uma lição salutar. E os erros são também frutos preciosos – se correctamente compreendidos e assumidos na necessária perspectiva crítica – em função dos caminhos a percorrer.»[75]

Mais uma vez, a recorrente mensagem do periódico destinado ao leitor e construído à volta do mesmo. Eis um ponto que é afirmado na conclusão do texto: o desejo de harmonizar a função de jornal regional «com o papel que já lhe cabe como órgão de vastas responsabilidades a nível nacional». Esta vontade expressa pelo periódico, na prática, já se encontraria em ação, pois, como foi observado, o *Comércio do Funchal* detinha um público de leitores muito forte no Continente. Os textos progressistas são por estes lidos e analisados, tendo o papel "nacional" bem patente na sua atividade. No entanto, é possível que fosse apenas uma consequência do trabalho realizado pelo semanário, sem que fosse intenção primária. O sucesso, alegadamente inesperado, motivou a redação a ter um foco nacional, em simultâneo com o trabalho regional que enfatizava querer continuar.

Apesar da mudança de ano, a questão eleitoral continuou bastante presente no primeiro semestre de 1970. O primeiro número de 1970 apresenta um texto da autoria de João José Teixeira, intitulado «1969 foi ano de eleições», onde se considera 1969 «um ano marcante para uma história dos tempos atuais»[76]. Resumidamente, o autor critica a atuação da dita oposição democrática. Esta, segundo o autor, não atuou da melhor maneira, por se ter dirigido às eleições de modo semelhante ao do «bom crente», «que todos os domingos tem de ir à missa cumprir ritual estabelecido»; por outros termos, uma ida pela presença «sob a forma que garanta a defesa de causa que representa». O autor aponta então a postura da oposição, considerando criticável que, na circunstância política em questão, não tenha agido da maneira mais conveniente. No que toca à ação da União Nacional, devido ao significado destas eleições, alegadamente mais livres, seria possível identificar, segundo João José Teixeira, um certo reformismo – «um reformismo que se prendeu a si próprio em nome dos interesses do Povo» –, apontando desde logo que existiam diversas definições para «interesses do Povo». No fundo, o governo pretendia obter do eleitorado a confirmação de renovação na continuidade, apresentando posteriormente isso mesmo

[74] O *Comércio do Funchal* teve até o período mencionado duas interrupções: a primeira, entre 14 de maio de 1967 e 4 de junho de 1967, da qual não se sabe a razão, podendo não haver relação com a censura; a segunda, entre 2 de junho de 1968 e 3 de novembro de 1968, constituiu uma suspensão ordenada pelo aparelho repressivo do regime.

[75] *Comércio do Funchal*, 4 de janeiro de 1970, n.º 2045, p. 2.

[76] *Comércio do Funchal*, 4 de janeiro de 1970, n.º 2045, p. 5.

à comunidade nacional e internacional, somando reconhecimento e auxiliando na ação propagandística. João José Teixeira concluiu então que a Oposição acabaria por colaborar nesta estratégia de Marcelo Caetano, dizendo que apenas no futuro se poderia responder, mais concretamente, se esta teria ganho algo.

A resposta ao artigo de João José Teixeira aconteceu em 1 de fevereiro de 1970, com a publicação do artigo «Das eleições/69: discute-se a Oposição», de Alberto Braga de Carvalho e Pedro Coelho. Um artigo bastante forte e de defesa da oposição, como fica patente logo no início do texto:

> «Com o título "1969 foi ano de eleições" e assinado por João José Teixeira, publicou o "Comércio do Funchal" de 4-1-70 um artigo que consideramos, desde já o dizemos, como dos mais infelizes que qualquer órgão democrático de informação publicou sobre aquele tema.»[77]

Os dois autores acusam João José Teixeira de falta de maturidade política, denunciando a carência de sentido crítico e o tom oportunista do artigo. Na visão de Braga de Carvalho e Pedro Coelho, João José Teixeira não conseguiu tirar quaisquer informações das eleições legislativas, apontando limitações, escrevendo ainda que o autor seria impertinente e «de mau gosto», pois acaba por divagar, sem construir um verdadeiro argumento sobre o tema.

Face às críticas, João José Teixeira contra-argumentou, afirmando:

> «Há críticas e Críticas. Satisfazem-nos bastante as críticas bem construídas que nos são feitas, principalmente quando provêm de pessoas qualificadas. Mas, por outro lado, achamos reveladoras as críticas do estilo da assinada por Pedro Coelho (que pretendeu ser candidato a deputado pela CEUD de Lisboa) e Alberto B. de Carvalho – à qual não respondemos directamente, por a considerarmos, por si, suficientemente elucidativa.»[78]

Neste segundo artigo, João José Teixeira clarificou algumas das afirmações feitas no primeiro artigo, reconhecendo que poderia ter sido mais esclarecedor. Mas afirmou também que problemas existem, sendo que resolver os mesmos seria uma tarefa conjunta de um governo aberto e uma oposição colaborante, um princípio democrático que não estaria em exercício em Portugal.

Este diálogo entre as diversas tendências de oposição acaba por ser interessante, comprovando que o periódico funchalense se encontrava sempre bastante aberto, concordasse ou não, facilitando a discussão entre partes opostas, com opinião diversa dentro do mesmo tema. No fim de contas, ambos os intervenientes apoiavam a oposição democrática.

---

[77] *Comércio do Funchal*, 1 de fevereiro de 1970, n.º 2049, p. 5.
[78] *Comércio do Funchal*, 1 de fevereiro de 1970, n.º 2049, pp. 5 e 6.

No entanto, um lado demonstrou-se mais crítico do que o outro, sendo evidente a heterogeneidade dessa mesma oposição democrática e a existência de contrastes no seu seio. O jornal procura aliás estabelecer o diálogo entre diferentes sensibilidades, afirmando, no editorial de 8 de Março de 1970, que «um jornal tem de ser uma ponte de diálogo». Todavia, esclarece, desde logo, que não seria neutro:

> «A história da neutralidade já está demasiado batida, para ser bem claro que neutralidade hoje é demissão; que não estar com ninguém é estar, consciente ou inconscientemente do outro lado: nada fazer é deixar caminho aberto aos que se não detêm. Assim, quando nos dizemos independentes (temo-lo repetido ao longo destes anos) não nos dizemos neutros. Queremos, apenas, significar que procuramos manter uma atitude independente de pressões de grupos mais ou menos organizados, por mais respeito que esses grupos nos possam merecer. Se uma atitude de certa facção nos parece errada, não é pelo que decerto essa facção realizou que nos absteremos de apontar o (eu nos parece) mal.»[79]

Neste sentido, o semanário preza a sua independência, defendendo-a em relação a quaisquer instâncias, inclusivamente face à oposição democrática, quer a nível regional (CEDM), quer a nível nacional (CDE e CEUD). Esta contínua afirmação de independência do semanário, face à comissão eleitoral da oposição madeirense, suscitou aliás alguns comentários no plano regional. Por exemplo, a 12 de abril de 1970, Alberto Teles escreveu: «A equipa que mais diretamente é responsável pela orientação do CF viu-se mais uma vez na necessidade de vir afirmar publicamente a sua dependência face a quaisquer grupos de pressão», acrescentando, ainda, que «o simples facto de num curto espaço de tempo o jornal ter de vir duas vezes a terreiro defender a sua independência, comprova claramente que esta pode estar realmente em perigo»[80]. Situando-se portanto no campo da oposição, o *Comércio do Funchal* afirmava a sua independência face aos diferentes setores oposicionistas – «sociais-democratas» ou «ultra-esquerdistas»[81]. Uma independência que lhe permitiu dialogar com os setores mais reformistas e liberais da União Nacional, então transformada em Ação Nacional Popular, nomeadamente com a Ala Liberal[82].

[79] *Comércio do Funchal*, 8 de março de 1970, n.º 2054, p. 2.
[80] *Comércio do Funchal*, 12 de abril de 1970, n.º 2054, p. 11.
[81] *Comércio do Funchal*, 8 de março de 1970, n.º 2054, p. 2.
[82] *Comércio do Funchal*, 12 de abril de 1970, n.º 2054, p. 2.

O *Comércio do Funchal*, a Questão Autonómica e a "Ala Liberal" (1970-1973)

A partir do final do primeiro semestre de 1970, o *Comércio do Funchal* começou a debruçar-se sobre as questões autonómicas, à imagem de números anteriores. No entanto, o tema em causa foi retomado com uma expectativa especial, pois, como foi dito a 31 de maio de 1970, o governo manifestara desejos de avanços autonómicos nas regiões insulares[83]. Um encontro entre governadores e os deputados da Ação Nacional Popular ocorrera a 29 e 31 de maio, intitulado "Estudos da Revisão do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes". Estiveram presentes os governadores civis do Funchal, da Horta, de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, bem como os deputados representantes destes mesmos círculos eleitorais. Segundo o que foi apurado, havia a real possibilidade de uma atualização do Estatuto dos Distritos Autónomos, cuja última real modificação ocorrera em 1940, seguindo-se apenas pequenas alterações ao diploma[84]. À época, cada distrito das ilhas adjacentes usufruía nominalmente de autonomia administrativa e financeira, sendo o órgão da administração autónoma a Junta Geral do Distrito. Mas o semanário denunciava a existência de lacunas no foro económico, mesmo que, segundo o diploma, o órgão da Junta Geral tivesse poderes para tal – poderes que não eram usados. Um leitor – António Canavial –, acerca das questões colocadas pelo *Comércio do Funchal* sobre o Estatuto de Autonomia, dava uma opinião positiva em relação avanço real da autonomia dos distritos insulares, denunciando as limitações existentes:

> «Para além disso, bem limitada tem sido essa "autonomia", pois temos constatado que há tantas decisões que os nossos órgãos administrativos só podem levar a cabo depois do governo central ter dado a sua anuência final.»[85]

Segundo este leitor, apesar da suposta autonomia e de todos os direitos expressos no diploma, os órgãos centrais do regime acabavam por ter controlo das Juntas Gerais das ilhas adjacentes. Assim sendo, o poder autonómico resumia-se apenas a uma aparência irreal, onde o órgão que deveria conter competências de gerência de uma autonomia seria de facto uma marioneta da vontade do governo central. No fim, António Canavial acrescenta ainda que uma eventual revisão da autonomia deveria ser precedida por um amplo debate público, sendo esta a «única via possível» para viabilizar a mesma.

---

[83] *Comércio do Funchal*, 31 de maio de 1970, n.º 2066, pp. 17 e 18.

[84] Decreto-Lei n.º 31.095, in *Diário do Governo*, 31 de dezembro de 1940, Série I, n.º 303, 1.º suplemento, pp. 1637-1740.

[85] *Comércio do Funchal*, 14 de junho de 1970, n.º 2068, p. 17.

A questão autonómica será de novo matéria de discussão, em especial em novembro de 1970, devido à publicação da revisão do Estatuto de Autonomia dos distritos insulares. Este texto foi publicado pelo periódico em estudo, sendo comentado no número de 8 de novembro. O texto de revisão foi amplamente esmiuçado, apontando-se várias lacunas e críticas às sete bases do texto. Desde logo, o semanário considera que a prometida autonomia será somente «uma simples descentralização administrativa e financeira»[86]. A manutenção do velho Estatuto, como é indicado na Base I, revela uma adaptação do «fato velho à moda nova», ou seja, uma continuidade do centralismo imperante. Segundo o *Comércio do Funchal*, nenhuma das bases sugeridas incluía uma real participação e direta da população madeirense no processo político da região. Note-se que existe uma referência a «uma mais intensa participação das populações locais no processo do seu desenvolvimento socioeconómico». Contudo, esta afirmação é vista como «demasiado vaga e ambígua», principalmente pelo conhecimento de que «participação» significaria, apenas, a intervenção de quem já se encontraria dentro do sistema[87]. Seguindo esta mesma linha, questionava-se sobre a eleição dos procuradores eleitos à Junta Geral, cujo número foi ampliado. Mas quem os elegia? E de que modo? Pela população diretamente? Ou por representantes do poder central? Sabemos que estes procuradores eram efetivamente escolhidos pelo governo central, sem real intervenção da população madeirense. O seminário denunciou também a ambiguidade da situação Governadores-Juntas. No caso em que a autonomia fosse «exacta», segundo o semanário, os governadores teriam funções meramente representativas, sendo que as Juntas teriam funções governativas. Todavia, o que ocorria na prática era uma governação conjunta entre ambas as partes, tendo a Junta à disposição corpos administrativos e técnicos de que os governos civis careciam.

Num segundo texto, intitulado «Autonomia», da autoria de António Loja, discute-se o conceito autonómico, à luz dos acontecimentos ocorridos na revisão do citado estatuto[88]. Neste texto, António Loja deixa a entender que a Madeira deveria estar dotada de um regime autonómico, pois integra uma realidade que reúne um conjunto de características que a individualizam em relação ao resto do país. Declara que a burocracia centralizada acaba por não ter em conta os problemas insulares, atuando nunca ou tardiamente para resolução dos mesmos. Neste âmbito, as decisões, segundo António Loja, deveriam ser tomadas a nível insular pelas próprias

[86] *Comércio do Funchal*, 8 de novembro de 1970, n.º 2087, pp. 13 e 16.
[87] *Comércio do Funchal*, 8 de novembro de 1970, n.º 2087, pp. 13 e 16.
[88] *Comércio do Funchal*, 8 de novembro de 1970, n.º 2087, p. 16.

populações ligadas diretamente a cada temática em causa. Considera assim que o regime autonómico era essencial e que o estatuto deveria ser negociado entre os representantes do arquipélago e o governo central.

Embora não de forma tão evidente, a questão autonómica estará presente nas páginas do semanário até 1974. A partir de 1971, porém, os efeitos de censura fizeram-se sentir de forma mais evidente, sendo isso mesmo denunciado pelo semanário[89]. O periódico, no entanto, continuou a sua linha questionadora da realidade portuguesa, confrontando inclusive as promessas realizadas por Marcelo Caetano, de uma prometida mudança de um novo rumo para Portugal. Assim, Paulo Soeiro, autor do artigo «Portugal: Que Mudança?», publicado em 31 de janeiro de 1971, avança com uma leitura daquilo que será o ano civil em causa. Paulo Soeiro afirma que as expectativas apresentadas pelo governo não deveriam passar de certos limites, «estes inteiramente assentes nos imperativos políticos dos fatores dominantes» da então conjuntura, que o governo de Marcelo Caetano considerava restritos[90]. Segundo o autor, a Ala Liberal da Assembleia Nacional consideraria que essas restrições iriam além do necessário, tornando longínqua a aproximação europeia, facto que repetiam constantemente. Mais restritos ainda seriam esses limites, pelo menos no olhar de uma «certa esquerda», enquadrada em organizações, que desejaria um reconhecimento «mesmo oficioso» da sua condição; um reconhecimento que poderia representar «um passo em frente no alargamento do campo de manobra para as legislativas de 1973»:

> «Certos indícios, tímidos embora, parecem entretanto dar razão a esta oposição, no fundo "desejosa de colaborar com o país", reduzida, nas condições actuais, a enrolar-se na bandeira de uma frente popular, cuja inviabilidade ficou claramente demonstrada pelo acto eleitoral de outubro de 1969.»[91]

As mudanças ficam, então, segundo Paulo Soeiro, estagnadas ou seriam de evolução lenta. Algo particularmente evidente no caso da censura, que continuava a marcar negativamente a liberdade de expressão. A 25 de abril de 1971, a secção "Aqui e agora", dedicada a notícias regionais, deixa uma mensagem simples, porém forte. Na capa desta parte do periódico, um ponto negro, de grande dimensão, acompanhado pela citação «Visado pela censura», agora também numa página interior, ainda com a descrição «CF precisa mais do que nunca do seu apoio»[92]. A este respeito, era frequente o semanário oposicionista fazer apelos ao leitor, agradecendo pela participação ativa. No entanto, esta mensagem aparece sem contexto aparente,

[89] *Comércio do Funchal*, 3 de janeiro de 1971, n.º 2093, p. 2.
[90] *Comércio do Funchal*, 31 de janeiro de 1971, n.º 2096, p. 2.
[91] *Comércio do Funchal*, 31 de janeiro de 1971, n.º 2096, p. 2.
[92] *Comércio do Funchal*, 25 de abril de 1971, n.º 2104, p. 9.

nem texto elaborado, sendo exposta apenas num fundo vazio, com o já mencionado ponto e notificação sobre a censura. Posteriormente, o periódico afirmou que considerava «um ato herético» declarar-se, como acontecia na Constituição de 1933, no quarto ponto do artigo oitavo, a liberdade de expressão e pensamento, dado que o governo decretava a censura à imprensa[93]. Num texto reproduzido, da autoria de Francisco Pinto Balsemão, o mesmo apresenta um longo argumento, explicando a atuação da censura e de como a mesma tinha sido implementada e progredira ao longo dos anos[94]. Esta aparição/participação de membros da Ala Liberal, em textos ou intervenções, no periódico funchalense indica uma aproximação aos setores reformistas que apoiavam a liberalização do regime, rumo a uma democratização europeia[95].

Podemos situar essa aproximação à Ala Liberal a partir do mês de junho de 1971. No dia 20 desse mês, foi publicada uma entrevista a Francisco Sá Carneiro, por António Henriques, onde o deputado liberal aprofunda questões ligadas à bancada em que está inserido, questões ideológicas e liberdades fundamentais, na visão do mesmo[96]. Ainda antes da entrevista em si, foi publicada uma justificação da realização da entrevista, apontando os motivos que a fundamentavam. A razão principal prende-se com a dificuldade de enquadrar aqueles que, fazendo parte da Assembleia Nacional, divergiam do funcionamento do regime, sendo incorporados na X Legislatura. Logo na primeira questão, o entrevistador procurou conhecer o espectro político em que se enquadraria Sá Carneiro, se seria a ANP, as «esquerdas», ou «uma democracia-cristã». O deputado afirmou que não se enquadraria em nenhuma das balizas referidas:

> «Não me parece que sejam balizas políticas aquelas que refere. É que não as há mesmo em Portugal; por isso vão sempre usando os termos de comparação do passado nacional ou do presente estrangeiro. Onde está a democracia cristã? E o que são as esquerdas? Não estou filiado na ANP, como não estava na União Nacional, nem comprometi a apoiar o Governo na minha atuação parlamentar.»[97]

O deputado afirmou ainda que teria aceitado integrar a Assembleia Nacional por ser necessária a realização de reformas «firmes e resolutas sem quebra da ordem pública e da paz social», acrescentando ainda que era contra o abandono do Ultramar e pela adoção de políticas de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia. Conservou assim a liberdade de ação, segundo as palavras do mesmo, da qual

[93] *Comércio do Funchal*, 11 de julho de 1971, n.º 2115, p. 5.
[94] *Comércio do Funchal*, 25 de julho de 1971, n.º 2117, pp. 9-11.
[95] ROSAS, 1998, *O Estado Novo*, p. 487.
[96] *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3-5 e 11.
[97] *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3.

nunca aceitaria despojar-se. Interessava-lhe, afirmou, «caminhar para as reformas democráticas e da participação política»[98], considerando assim a evolução para um regime democrático um objetivo que deveria ser primário da X Legislatura[99]. Apesar de ser englobado na Ala Liberal, o deputado afirma que o grupo em questão não tem um funcionamento similar ao de um partido, «nem sequer [é] grupo formado e disciplinado», pois cada um votava segundo vontade própria, por vezes de forma oposta, embora existissem princípios básicos comuns. Segundo Sá Carneiro, existia a necessidade da democratização do regime, como foi mencionado, e tal alteração era necessária para possibilitar a democratização de outros setores. Apenas com a democratização política seria possível, por exemplo, a democratização do ensino[100]. Outra das ações democratizadoras que defende é a supressão da censura prévia, dando mais liberdade de expressão à imprensa.

Observamos que Francisco Sá Carneiro se afasta de uma orientação política de cariz oposicionista. Mas, ao mesmo tempo, distancia-se da Ação Nacional Popular, referindo ter aceitado integrar a lista de deputados como independente, sem filiação à organização, com o intuito de auxiliar no progresso de Portugal. Direciona sempre o seu papel para a democratização, declarando de forma clara a importância da liberdade de cada indivíduo e da participação ativa dos cidadãos para a tomada de decisões. Acresce ainda a postura que Sá Carneiro tem na construção de uma retórica defensora da imprensa e dos seus direitos, sendo contra a censura e favorável à descontinuação da mesma. Assim, encontramos pontos de contacto com as ideias defendidas e projetadas pelo periódico funchalense que, ao longo dos seus números, defende, acima de tudo, a implantação da democracia em Portugal. Com esta entrevista, o *Comércio do Funchal* aproximou-se então da Ala Liberal, publicando textos dos deputados a que integravam, como foi também o caso de Pinto Balsemão.

O periódico noticia também as dificuldades sentidas pela Ala Liberal na Assembleia Nacional e a existência de discórdias com o presidente do Conselho. Num artigo elaborado por Vicente Jorge Silva, é possível identificar o choque de ideias entre a Ala Liberal e Marcelo Caetano[101]. Discutem-se variados projetos de lei apresentados pelos deputados liberais, projetos estes que se afastariam dos objetivos do Presidente do Conselho. Um ponto referido por Marcelo Caetano nas suas «Conversas em Família»:

98 *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3.
99 *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3.
100 *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 4.
101 *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, pp. 2-3.

> «alguns dos meus jovens amigos da Assembleia apresentaram, sobre matéria tratadas pelo Governo ou que este anunciara já, o propósito de tratar projectos de lei com princípios que eles consideram mais rasgadamente liberais que os do Governo. E talvez sejam. Eu preferia estar na posição deles do que naquela onde estou. Até porque isso significaria que era mais novo, com sangue na guelra e com mais ilusões e menos responsabilidades.»[102]

A isto, Marcelo Caetano acrescentou (segundo Vicente Jorge Silva, num «tom paternal») que o governo teria de se preocupar não somente com o que é expresso na lei, mas também «com as possibilidades e maneiras de honestamente a cumprir»[103]. Como tal, segundo Vicente Jorge Silva, eram reduzidas as hipóteses de aplicação das ideias da Ala Liberal:

> «Se os projectos dos deputados viessem – por hipótese absurda embora – a ser aprovados, as suas possibilidades de execução prática seriam nulas. […] Daí que, para além das "difíceis circunstâncias" e do "plano prático", o factor ideológico se afirme também preponderante. E, neste domínio, o Chefe do Governo recordou que "uma proposta do Governo é elaborada por técnicos, submetida à apreciação de vários departamentos, examinada em reuniões ministeriais»[104].

Segundo Vicente Jorge Silva, pela ótica de Marcelo Caetano, os membros da Ala Liberal, deputados «desgarrados do seu grupo político», ou seja, da Ação Nacional Popular, contradizem, pelos projetos de lei que apresentam, «o espírito da sua participação numas eleições em que se apresentaram como aliados»[105]. Porém, Vicente Jorge Silva aproxima-se da Ala Liberal, considerando que esta podia abrir um caminho interessante para o futuro. Em 15 de Agosto de 1971, Vicente Jorge Silva publica um novo texto intitulado «"Ala Liberal": que oposição?». Neste artigo, considera que o discurso realizado por Francisco Sá Carneiro, a 28 de julho de 1971, na Assembleia Nacional, foi uma das mais importantes intervenções ocorridas no hemiciclo durante o Verão, falando sobre a liberdade de expressão da imprensa, sem subordinação a qualquer censura[106]. Todavia, denuncia que a intervenção foi desvalorizada por «todos os órgãos da imprensa diária portuguesa», que não deram ao acontecimento o relevo que, segundo o autor, «indiscutivelmente merecia». Acrescenta ainda que a desvalorização por parte da imprensa nacional exemplifica bem o estado de dependência que caracterizava a situação da imprensa em Portugal[107].

---

[102] «Conversas em Família», 23 de julho de 1971, in *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 2.
[103] «Conversas em Família», 23 de julho de 1971, in *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 2.
[104] *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 2.
[105] *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 3.
[106] *Comércio do Funchal*, 15 de agosto de 1971, n.º 2120, pp. 2-3.
[107] *Comércio do Funchal*, 15 de agosto de 1971, n.º 2120, p. 2.

Em janeiro de 1972, o *Comércio do Funchal* publicou uma entrevista, realizada pela *República* a Sá Carneiro, fazendo esta assim nova aparição no periódico oposicionista[108]. Nessa entrevista, o deputado afirma que a situação em que se encontrava era complexa e que a realidade do governo se afastava daquilo que ele mesmo desejaria e do que fora apresentado em 1969:

> «É muito difícil com a situação política actual, com a falta de comunicação entre as pessoas, com a falta de informação livre, saber ao certo qual é a posição do Governo nos campos que mais interessam e que reputo fundamentais – o dos direitos cívicos e liberdades públicas. Mas efectivamente não sinto qualquer aproximação actual do campo do Governo. Creio que houve um afastamento àquilo que em 1969 foi apresentado; e parece-me que esse afastamento da parte das esferas oficiais é francamente prejudicial e funesto ao País.»[109]

Com isto, Sá Carneiro afirmou que não iria candidatar-se às eleições de 1973, devido às razões que apresenta, não achando possível que os direitos cívicos e liberdades públicas se colocassem em prática num curto espaço de tempo. O deputado demonstrou uma certa desmotivação perante a situação, acrescentando que o regime, sob a direção de Marcelo Caetano, não mudara em relação às linhas de Salazar, mantendo-se um regime de concentração de poderes. Segundo Sá Carneiro, a ação governativa de Marcelo Caetano tem sido feita segundo o seu próprio pensamento, pois acreditava que o presidente do Conselho não se sujeitaria a condicionalismos externos[110]. Posteriormente, num longo texto sobre o congresso da ANP e a «Continuidade do regime», num passo o deputado da Ala Liberal declarou que a presença desta se tornara dispensável, pois existia um «problema de fidelidade» ao proposto em 1969[111]:

> «E comparando depois a orientação da U.N. no período eleitoral com o programa político posteriormente adoptado pela Acção Nacional Popular, o Dr. Sá Carneiro considerava ter havido um retrocesso que eu e muitos como eu não aceitamos, mantendo-nos fiéis à orientação inicial, que foi aquela com que nos apresentámos perante os eleitores e aquela que justificou o seu voto. É portanto um problema de fidelidade ao programa inicial, que continua a ser plenamente válido e cada vez mais necessário.»[112]

O *Comércio do Funchal* acompanhou assim os esforços da Ala Liberal e as suas discórdias com o governo de Marcelo Caetano. Existem pontos em comum entre o

---

[108] Antes deste artigo, outro deputado da Ala Liberal, Miller Guerra, redigiu um artigo dedicado a uma intervenção sua na Assembleia Nacional: *Comércio do Funchal*, 12 de dezembro de 1971, n.º 2137, p. 5.

[109] *Comércio do Funchal*, 30 de janeiro de 1972, n.º 2143, p. 4.

[110] *Comércio do Funchal*, 30 de janeiro de 1972, n.º 2143, p. 4.

[111] O deputado Francisco Sá Carneiro mencionou este mesmo facto na entrevista presente no semanário: *Comércio do Funchal*, 30 de janeiro de 1972, n.º 2143, p. 4.

[112] *Comércio do Funchal*, 5 de março de 1972, n.º 2148, p. 5.

periódico oposicionista e o conjunto de deputados liberais, que permitiram criar laços de empatia e publicar as ações destes nas páginas do semanário funchalense. Como foi mencionado anteriormente, o jornal foi um dos poucos órgãos a noticiar as atividades da Ala Liberal, demonstrando apoio à vontade de progresso da mesma. Tanto o semanário, como a Ala Liberal, consideraram que o presidente do Conselho demonstrou poucos sinais de real mudança, como mencionara Sá Carneiro e como José Manuel Barroso, redator do semanário, afirmou num texto a 12 de março de 1972. Neste caso, Barroso referia-se a um discurso proferido por Marcelo Caetano, em que este apresentara argumentos contra a ação de sindicatos, da alegada «intromissão» de elementos revolucionários nos mesmos, e contra a circulação de obras com doutrinas revolucionárias, com aviso «às tentações das utopias, dos mitos, da violência e das drogas», acrescentando ainda que os «revolucionários» minariam os sindicatos tornando-os em «instrumentos revolucionários de luta de classes»[113].

De forma a afirmar o seu ponto de vista, Marcelo Caetano questionou, retoricamente, se tal ação «em nome da liberdade e dos direitos» (acrescentando que considera «muitíssimo respeitáveis») deveria não ser questionada, pois, segundo ele, agiriam contra as leis do regime, indo ao «ponto de sacrificar os direitos da população inteira à paz, à segurança»[114]. Para José Manuel Barroso, estas palavras de Marcelo Caetano eram elucidativas das reais intenções e dos limites da prometida – e não cumprida – liberalização do regime:

> «O Presidente do Conselho terá feito o seu mais esclarecedor discurso. Mais esclarecedor mesmo que os da campanha eleitoral. Teve o condão de desfazer dúvidas e de colocar as coisas em pratos limpos. Tudo é claro agora, e, afinal, nunca deixará de o ser. Eis uma lição para nós todos.»[115]

José Manuel Barroso reforçou a ideia de estagnação do regime português, apesar da alteração do chefe de governo. Toda a esperança fomentada caíra por terra. Segundo José Manuel Barroso, toda a campanha liberalizadora serviria apenas para demonstrar uma falsa ideia de mudança. Eis que, tanto os membros da Ala Liberal, como o *Comércio do Funchal* exprimem o mesmo sentimento: desagrado devido ao falso "progresso", prometido por Marcelo Caetano, que, no fim, não possibilitou a almejada viragem democrática do regime. Vicente Jorge Silva, a 29 de junho de 1973, escreveu um texto intitulado «Quem tem medo da política?», título chamativo que denunciou a frustração com a estagnação e o bloqueio da prometida liberalização.

[113] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1972, n.º 2149, p. 2.
[114] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1972, n.º 2149, p. 2.
[115] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1972, n.º 2149, p. 2.

E Vicente Jorge Silva afirmou que o medo da política vinha daqueles que «receiam precisamente a clareza»[116]. Num novo artigo, o *Comércio do Funchal*, a propósito de um discurso proferido por Marcelo Caetano, afirma categoricamente: «Nada mudou»[117]. Era a denúncia do fracasso, da "Primavera Marcelista" e da liberalização que não chegou a acontecer.

As Eleições de 1973 e o Bloqueio Final de Liberalização do Regime

Em 1973 tiveram lugar as últimas eleições legislativas do Estado Novo. O periódico funchalense, ainda que descrente na mudança, acompanhou de perto – e de forma crítica – as declarações de Marcelo Caetano. Este insistiu muito no dilema de regime defendendo a ideia de que existia apenas a escolha entre a manutenção do Estado Novo, ao que apelidou de «verdadeira e sã democracia», e a «opressão comunista»[118]. Posteriormente, num plenário realizado em Aveiro, o presidente do Conselho afirmou que não haveria terceiras vias, que o caminho é aquele mesmo que estaria a seguir, que nunca se mostraram capacidades para dinamizar alguma «fórmula de social-democracia». De forma clara, Marcelo Caetano, numa entrevista realizada para uma revista francesa, a *Vission,* reproduzida num excerto no *Comércio do Funchal,* admitiu que terá travado o «processo de liberalização», justificando-se:

> «Sim, é verdade que travei o processo de liberalização, pois percebi que Portugal não estava preparado para enfrentar algo semelhante ao que se passou em França com a revolução de Maio de 1968.
>
> Os jovens da classe média não reagiram contra tal movimento. O regime português está longe de ser opressivo e de qualquer maneira o nosso país nunca conheceu uma verdadeira democracia.
>
> Em Portugal é real, aliás como em todo o mundo, a ameaça de um comunismo totalitário e do caos do anarquismo. As facções da ala direita têm pouco poder no nosso país, porque a tendência histórica não vai nessa direcção. O verdadeiro perigo vem da extrema-esquerda.»[119]

O periódico funchalense serviu-se das declarações do chefe de governo para evidenciar o bloqueio do processo de liberalização, denunciando a continuidade com o passado. Desta forma, o jornal vai esmiuçando as opiniões, os discursos, as ações do presidente do Conselho, comprovando a estagnação do caminho democrático que

[116] *Comércio do Funchal*, 29 de junho de 1972, n.º 2164, p. 4.
[117] *Comércio do Funchal*, 12 de outubro de 1972, n.º 2178, p. 5.
[118] *Comércio do Funchal*, 12 a 18 de abril de 1973, n.º 2202, p. 2.
[119] *Comércio do Funchal*, 19 a 25 de julho de 1973, n.º 2215, p. 3.

o mesmo prometera e declarara suspenso em 1973. Responde assim às afirmações de Marcelo Caetano, o qual tinha declarado que a oposição era livre de utilizar abertamente a imprensa, dando como exemplo o caso dos meios de comunicação social que acompanharam o Congresso da Oposição em Aveiro, sendo o *Comércio do Funchal* um deles[120].

No entretanto, nas eleições legislativas de 1973, a oposição absteve-se de apresentar lista na Madeira. À semelhança da maioria dos círculos eleitorais, no Funchal a Ação Nacional Popular foi o único movimento a apresentar uma lista de candidatos a deputados[121].

Apesar da não participação oposicionista na Madeira, o *Comércio do Funchal* não deixou de manter os leitores atualizados, dando espaço à movimentação democrática existente a nível nacional. Assim, o semanário oposicionista noticiou as ações de campanha da CDE, como se pode observar na secção "Especial eleições", da tiragem número 2221, num artigo sobre a sessão ocorrida em Sintra[122]. Ainda nesse número, um artigo de Vicente Jorge Silva comenta a posição de Portela Filho, o qual, segundo o autor, se trataria de um oposicionista que destoava das proclamações «unitaristas»[123]. O periódico, acompanhando estas mesmas eleições, realizou *dossiers* sobre a mesma, onde incluiu tópicos diversos, entre os quais o problema do Ultramar. Foi aliás um dos poucos periódicos, a nível nacional, a mencionar, mesmo que de forma limitada, a questão ultramarina[124]. Neste caso, na sequência de palavras de Vitorino Magalhães Godinho, é apontado que o regime devia se atualizar, tentando resolver a questão ultramarina, sendo referidas às acusações de massacres ocorridos em África. Neste caso, existiu uma aproximação entre as posições da ex-Ala Liberal e da oposição democrática não parlamentar, sendo que Magalhães Godinho e Francisco Pinto Balsemão defenderiam «em coro os mesmos interesses»[125]. Num número posterior, Afonso Manta, autor do texto intitulado «A «Linha» da CDE», declarou que a oposição democrática se afirmava «contra os monopólios e pelo socialismo»[126]. No entanto, o autor afirmou que esta utilização do substantivo político «socialismo» servia apenas uma «função demagógica», pois existiam dissidentes que «acusavam publicamente a CDE de recusar o socialismo», acrescentando que a palavra «socialismo» seria

[120] *Comércio do Funchal*, 20 a 26 de setembro de 1973, n.º 2219, p. 3.
[121] *Comércio do Funchal*, 27 de setembro a 3 de outubro de 1973, n.º 2220, p. 17.
[122] *Comércio do Funchal*, 4 a 10 de outubro de 1973, n.º 2221, p. 6.
[123] *Comércio do Funchal*, 4 a 10 de outubro de 1973, n.º 2221, p. 4.
[124] *Comércio do Funchal*, 11 a 17 de outubro de 1973, n.º 2222, p. 8.
[125] *Comércio do Funchal*, 11 a 17 de outubro de 1973, n.º 2222, p. 8.
[126] *Comércio do Funchal*, 25 a 31 de outubro de 1973, n.º 2224, p. 17.

colocada no «título de um capítulo», para depois ser «para sempre esquecida»[127]. A crítica, por parte do *Comércio do Funchal*, à própria oposição democrática, demonstra que o periódico manteve até ao fim a sua independência face a quaisquer grupos políticos. Apesar de se encontrar próximo ideologicamente da CDE, não deixou de apontar o que considerou criticável, demonstrando aqui a sua postura imparcial. Posteriormente, Vicente Jorge Silva afirmou inclusivamente:

> «Evidentemente que, para além ainda das que simplesmente duvidam da oportunidade das críticas, há os que chegam a perguntar-se perplexamente de que lado, afinal, estaremos... Ora, o problema aqui não é só de despolitização elementar – e não o é apenas, porque uma leitura por mais apressada que seja destes últimos números de CF […] não nos parece consentir dúvidas sobre o sentido de uma orientação e do conteúdo dos textos. Trata-se, afinal, de um reflexo da habituação passiva à dicotomia clássica Governo-Oposição: Dicotomia que o regime tem alimentado como forma de "simplificar" os termos de uma alternativa (aliás fictícia) e que a "Oposição" tem mantido de modo a poder apresentar-se como única voz política representativa do povo português»[128].

Portanto, se o bloqueio da liberalização do regime era evidente em finais de 1973, não eram menos óbvios os limites de ação política da própria oposição democrática, que estava longe de ser unida e de representar o conjunto de sensibilidades políticas da oposição, presentes no país. O *Comércio do Funchal* era assim uma voz incómoda – porque independente – para todos.

O *Comércio do Funchal* e a Revolução de 25 de Abril de 1974

A revolução de 25 de Abril de 1974 colocou um ponto final no regime ditatorial do Estado Novo e criou condições para a instalação da democracia em Portugal. A revolução foi saudada pelo *Comércio do Funchal* e, apesar dos acontecimentos terem ocorrido em Lisboa, a revolução teve fortes repercussões na Madeira. O *Comércio do Funchal* publicou um número sobre os acontecimentos revolucionários e acompanhou os primeiros meses do processo revolucionário no Funchal. Na tiragem número 2248, vê-se uma imagem da manifestação realizada no 1.º de Maio, no Funchal. Uma capa ausente de texto anexo, apenas as tarjas fotografadas com as frases «Lutemos pela Democracia popular», «Abaixo o Imperialismo» e «Independência das Colónias e regresso dos soldados». É possível observar um enorme aglomerado de gente, saído à

[127] *Comércio do Funchal*, 25 a 31 de outubro de 1973, n.º 2224, p. 17.
[128] *Comércio do Funchal*, 25 a 31 de outubro de 1973, n.º 2224, p. 22.

rua devido à transformação política que ocorrera dias antes: uma verdadeira mutação na sociedade portuguesa.

No editorial deste primeiro número pós-queda do regime, o *Comércio do Funchal* apresenta-se, pela primeira vez, sem limitações e condicionalismos. Um jornal finalmente livre. As primeiras palavras referem-se ao efeito da Revolução do dia 25 de Abril e à posição do periódico:

> «A eclosão dos acontecimentos de 25 de Abril e a sua sequência não podiam deixar de ter as maiores repercussões na vida de CF. Para além da modificação dos condicionalismos externos que o afectavam como órgão da imprensa legal – tal era particularmente o caso da censura –, CF encontrou-se perante o desafio súbito de novas e especiais responsabilidades. E porque CF é, à partida, um jornal feito na Madeira – ainda que com projecção nacional –, porque o CF foi o único órgão anti-fascista da imprensa regional, o seu papel tornou-se de uma extraordinária importância no âmbito madeirense.»[129]

Neste excerto, é possível verificar a importância que o jornal acreditava ter na realidade insular. Porém, é possível afirmar que a sua importância ultrapassa a realidade madeirense, até porque a maioria dos seus leitores estava no Continente de Portugal.

Depois da queda do regime, existiu uma alteração clara na forma como o jornal se expressa. Sentindo maior liberdade, sem PIDE para bloquear qualquer palavra, apresenta a realidade finda como «fascista», vocábulo antes não utilizado, pela sua caracterização negativa, mas agora usado para descrever o regime. Por exemplo, Vicente Jorge Silva, num texto intitulado «O feitiço contra o feiticeiro»[130], declara que a «política colonial fascista, sustentáculo e justificação do regime» terá provocado a queda do mesmo, «quando o beco sem saída das contradições geradas pelo colonialismo português o fechou sobre si próprio»[131]. Com a queda do regime, o periódico questionou-se, ainda neste mesmo número, sobre as possíveis coligações partidárias, num momento tão fresco da revolução. E Frederico Sousa questionou, desde logo, o verdadeiro intuito do Movimento do 25 de Abril:

> «o Movimento do 25 de Abril é um movimento contra o grande capital ou corresponde a uma adequação do aparelho de Estado a novas necessidades desse mesmo grande capital, desejoso de uma "solução" política para a guerra colonial e consciente de que a contenção da classe operária poderia ser feita dentro de uma liberalização do regime?»[132]

[129] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, p. 2.
[130] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, pp. 3-4.
[131] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, p. 3.
[132] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, p.5

Segundo o autor, «os factos apontam para a segunda hipótese». Declarou que, apesar de certas medidas transitórias preventivas de fugas de capital, não se materializam outras medidas prejudiciais ao «Grande Capital». «Dos grupos financeiros portugueses não há sinais de manifestações contra a liberalização». No plano partidário, Frederico Sousa referiu a «extraordinária fragmentação» partidária do pós-revolução. A formação de vários partidos é indicativa, segundo o autor, de que qualquer governo que venha a ser formado tenha de ser de coligação, sendo que o primeiro executivo teria de ser provisório, integrando tanto o Partido Socialista de Mário Soares, como o Partido Comunista Português de Álvaro Cunhal. Frederico Sousa acrescenta ainda que outras convergências políticas poderiam ter algo a dizer.

Mas para Frederico Sousa há uma contradição no governo provisório devido à presença de representantes dos interesses da burguesia e do proletariado (neste caso, os dois elementos do PCP). Estes estariam no governo para «garantir as liberdades democráticas para a classe operária», que seria a «melhor garantia para a independência dos povos das colónias». A coligação «Soares-Cunhal», como Frederico Sousa lhe chama, parece, segundo ele, estar de acordo com um fator importante: a consolidação das liberdades. Contudo, na visão do autor, existe um certo conflito de interesses na participação comunista no governo provisório, sendo-lhe difícil aceitar a participação de defensores dos operários e burgueses na mesma frente.

> «Mas os interesses dos burgueses e os dos operários são ou não antagónicos? Os operários são apenas explorados pelos patrões fascistas e não o são pelos patrões democratas de longa ou curta data? A melhor garantia contra o fascismo é a unidade da classe operária com os patrões honestos?»[133]

Frederico Sousa criticava, principalmente, a postura de Álvaro Cunhal, pelo facto de se entregar a interesses «burgueses», o que tornaria o seu partido igualmente burguês. Apontava ainda que a posição de Cunhal acabava por ser desonesta, pois não teria tido garantias dos outros partidos sobre a questão das províncias ultramarinas e das suas independências, fazendo uma «política do possível»[134]. Situando-se na extrema-esquerda, Frederico Sousa demonstra o seu ceticismo para com as ações de Álvaro Cunhal e o PCP, manifestando o seu desagrado perante a atitude branda do Secretário-Geral. Num outro artigo, este de Miguel Reis, fala-se de uma «política de colaboração de classes», que, segundo o autor, seria uma correlação de forças

[133] *Comércio do Funchal*, 16 a 22 de maio de 1974, n.º 2249, p. 2.
[134] *Comércio do Funchal*, 16 a 22 de maio de 1974, n.º 2249, pp. 2-3.

devido ao momento vivido, sendo este de consolidação de liberdades democráticas conquistadas, de resistência à reação e de «liquidação total do aparelho fascista»[135].

O *Comércio do Funchal* tornou-se assim numa plataforma de debate, como o mesmo se autodescreve, sobre as causas do 25 de Abril e a queda do regime, abrindo espaço para a expressão de opiniões de autores externos ao jornal. Assim foi o caso de Frederico Sousa, Miguel Reis e José Subtil (entre outros). Este último publicou um texto sobre as causas da revolução[136], considerando que a queda do regime se baseou em quatro pontos: a) o papel do exército na ditadura fascista em Portugal e a degradação do mesmo, com as múltiplas derrotas na Guiné, a baixa moral e o sacrifício cada vez maior; b) a Guerra Colonial, sendo que o autor agradece aos movimentos de libertação africanos pelo contributo dado à queda do regime fascista português; c) o desajustamento entre a infraestrutura económica e a superestrutura política, havendo uma contradição entre o regime político alegadamente fascista e o domínio político burguês, com a abertura ao capital estrangeiro, sendo ainda que o país permanecia estagnado, em comparação com as «democracias burguesas avançadas»; d) a agudização da luta de classes, com as dinamizações das classes trabalhadoras, com o aparecimento de determinadas formações revolucionárias, «conduzindo a classe operária a grandes vitórias». José Subtil termina o seu argumento, elogiando o trabalho do PCP e do PS e, num curto parágrafo final, declara que Portugal estaria a entrar num tempo novo:

> «O Golpe de Estado proclama, historicamente, a liberalização que ninguém sonhara, no fundo, nem mais nem menos que aquilo que o P.C.P, P.S.P[137] lutavam há tantos anos.
> Este momento em Portugal constitui uma fonte inesgotável de novidades teóricas e práticas. O tempo há-de, finalmente, esclarecer a clareza da situação actual.»[138]

No entanto, o 25 de Abril de 1974 provocou também rápidas alterações ao nível da composição da direção do *Comércio do Funchal*, assistindo a uma deriva à esquerda que comprometeu a independência jornalística. Com a mudança de direção e redação do jornal, algumas das figuras que compunham o órgão saíram, umas por vontade própria, outras aparentemente forçadas. Uma dessas saídas, não forçada, foi a do membro "fundador" do periódico funchalense, na sua renovação de 1967, Vicente Jorge Silva. Este saiu pouco após o 25 de Abril, sendo o último texto publicado, assinado pelo mesmo, na tiragem número 2248, de 9 a 15 de maio de 1974.

---

[135] *Comércio do Funchal*, 23 a 29 de maio de 1974, n.º 2250, p. 2.
[136] *Comércio do Funchal*, 23 a 29 de maio de 1974, n.º 2250, p. 12.
[137] Sigla comum nos artigos do *Comércio do Funchal* para designar o Partido Socialista.
[138] *Comércio do Funchal*, 23 a 29 de maio de 1974, n.º 2250, p. 12.

A sua saída é mencionada no número 2259, numa correção a um texto anterior, onde é dito que reconhecerem-se «os aspetos altamente positivos e meritórios do trabalho de Vicente Jorge Silva»[139]. No entanto, Vicente Jorge Silva não se encontrava muito satisfeito com a nova direção do periódico, demonstrando-o numa carta publicada em outubro de 1974, onde contra-argumenta os pontos previamente apresentados pelo jornal[140].

A realidade é que com a revolução, com a queda para as "esquerdas", o próprio semanário acaba influenciado por esse clima de radicalização política e ideológica. De facto, o pragmatismo e a imparcialidade, reconhecido mesmo pelos que se encontravam politicamente contra o periódico no passado, acaba por ser substituído por uma postura declaradamente marxista. No texto «Uma necessária autocrítica», entre vários pontos, no fim do mesmo, em nota de rodapé, é apontada a lista de prioridades do órgão, onde se incluem a luta antifascista, anticolonialista, anticapitalista e anti-imperialista, a divulgação de movimentações das «massas operárias e camponeses», bem como a luta contra as ideias «infiltradas pela burguesia». Apontam-se ainda como prioridade a divulgação de experiências de construção do socialismo pelo mundo, e a divulgação de textos «fundamentais» do marxismo-leninismo[141]. Esta linha, juntamente com a conjuntura ligada à saída de membros proeminentes do *Comércio do Funchal*, como Vicente Jorge Silva – de um espectro mais equilibrado e pragmático –, alteram por uma última vez a estrutura e orientação do semanário. Nos primeiros anos sob gerência de Vicente Jorge Silva, existiam menções ao socialismo e a ideias que convergiam no ideário marxista, mas o jornal nunca se assumiu como órgão de propaganda política de determinado grupo político, muito menos de extrema-esquerda. Vicente Jorge Silva, numa entrevista de João Figueira, afirma sobre o jornal o seguinte:

> «Quando se dá o 25 de Abril eu torno-me minoritário no meio dessa grande confusão. Eles queriam tornar o Comércio do Funchal numa coisa puramente militante, num produto puramente militante ao serviço do que viria dar mais tarde o UPM, um movimento a que eu também me associei, a União do Povo da Madeira […]. Era a coisa mais à esquerda que lá havia, que é responsável, em grande parte, pela ascensão de Alberto João Jardim porque assustaram tanto as pessoas que o Jardim surge, em parte, como reação aos calafrios provocados por esses malucos. E eu não concordava nada.»[142]

[139] *Comércio do Funchal*, 19 a 26 de setembro de 1974, n.º 2259, p. 1.
[140] *Comércio do Funchal*, 13 a 10 de outubro de 1974, n.º 2259, pp. 3-4 e 10.
[141] *Comércio do Funchal*, 12 a 19 de setembro de 1974, n.º 2258, p. 2.
[142] FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 148.

O semanário oposicionista não tem o seu fim devidamente estudado. Existe, contudo, um conjunto de elementos que poderá facilitar a compreensão da paragem do *Comércio do Funchal*. O principal fator deve-se à desvirtuação do periódico, que após o 25 de Abril de 1974 assiste à entrada de elementos com orientações de extrema-esquerda, ligadas ao movimento da União do Povo da Madeira. A saída de elementos estruturantes facilitou igualmente a mudança radical da essência pragmática do periódico. Vicente Jorge Silva acabou por se tornar minoria, acabando igualmente por abandonar o jornal nesse mesmo ano. Esta transformação profunda poderá ter estimulado um desinteresse daqueles que seriam os leitores assíduos do *Comércio do Funchal*, deixando de o adquirir, levando assim consequentemente a problemas financeiros. Se durante o ano de 1975 o periódico ainda se demonstrou bastante ativo, publicando dentro da normalidade em todos os meses, em 1976 o jornal resumiu-se a uma tiragem em abril desse ano, marcando o seu fim.

Conclusão

A análise do percurso do *Comércio do Funchal* desde a sua refundação até ao 25 de Abril de 1974 permite compreender o papel singular que este semanário desempenhou no panorama da imprensa portuguesa, no final do Estado Novo. Mais do que um órgão regional, afirmou-se progressivamente como um ator político e cívico, comprometido com a promoção do debate público, a defesa da liberdade de expressão e a disseminação de valores democráticos, num contexto marcado pela censura, pela repressão política e pela limitação estrutural dos direitos fundamentais.

Desde a aquisição do jornal pelo grupo *FOCO*, assumiu uma conceção exigente da função da imprensa, recusando a neutralidade entendida como afastamento dos problemas existentes na sociedade. O *Comércio do Funchal* construiu uma linha editorial assente na ideia de que o jornalismo deveria intervir criticamente na realidade, questionar a ação dos governantes e dar voz a diferentes sensibilidades políticas e sociais. Esta escolha traduziu-se num discurso que, embora atento às especificidades da realidade madeirense, não se confinou a uma escala estritamente regional, ampliando-se para o plano nacional através da reflexão sobre os grandes problemas do país. A singularidade do periódico torna-se particularmente evidente quando enquadrada no contexto da imprensa regional do Estado Novo, maioritariamente alinhada com o regime, ou sujeita a claros constrangimentos políticos. O semanário funchalense destacou-se pela consistência da sua postura crítica, pela densidade ideológica dos seus editorais e pela coragem em abordar

temas considerados sensíveis, como a pobreza, a emigração, a desigualdade social, a falta de planeamento económico e o défice de participação política. Esta postura contribuiu para a construção de uma esfera pública alternativa, ainda que limitada, onde era possível ensaiar práticas discursivas e valores associados à democracia.

A relação do jornal com a censura demonstra bem os limites da ação oposicionista na imprensa. Durante a primeira fase da sua existência, com a gerência do grupo *FOCO*, o *Comércio do Funchal* beneficiou de uma margem de liberdade invulgar, explorando as brechas do sistema censório, herdadas pelo seu formato anterior. Todavia, à medida que o discurso político se tornou mais explícito e crítico, a repressão fez-se sentir de forma direta, culminando na suspensão do periódico em 1968. Longe de significar um recuo ideológico, este acontecimento confirma antes o impacto político efetivo do jornal e a perceção, por parte do regime, do perigo representado por um órgão capaz de articular reflexão política, crítica social e mobilização cívica.

O regresso do semanário sob censura declarada não implicou uma alteração substancial da orientação editorial; pelo contrário. O jornal reafirmou a sua independência e cimentou a sua intervenção no espaço público, nomeadamente no contexto das eleições legislativas de 1969. A cobertura do processo eleitoral revelou-se especialmente elucidativa dos limites da chamada "liberalização marcelista", ao denunciar as desigualdades de condições entre o regime e a oposição e ao questionar a autenticidade do sufrágio. Em simultâneo, o periódico procurou manter uma posição autónoma face à Comissão Eleitoral Democrática da Madeira, apoiando os seus objetivos sem se transformar num instrumento partidário, o que reforça a sua identidade enquanto espaço de reflexão crítica, não mera propaganda.

Um dos contributos mais relevantes do *Comércio do Funchal* surge na forma como articulou a defesa dos valores democráticos com a reivindicação de justiça social. A retórica do jornal evidencia uma constante preocupação com as condições de vida das classes desfavorecidas, com as problemáticas no acesso à educação e à proteção social, integrando elementos de crítica ao capitalismo e à estrutura corporativa do Estado Novo. Esta dimensão socializante do seu pensamento aproxima o periódico de correntes progressistas. O periódico sublinha a ideia de que a democracia não poderia limitar-se à dimensão institucional, devendo traduzir-se em transformações concretas das estruturas sociais e económicas do país. Neste campo, a questão autonómica assumiu um lugar central na reflexão. O *Comércio do Funchal* foi um órgão de que apresentou sempre a defesa da autonomia madeirense durante o final da ditadura, concebendo-a não como um projeto separatista ou meramente administrativo, mas como um instrumento de democratização, participação política e adequação das políticas públicas às especificidades insulares. A crítica às soluções

propostos pelo governo central, vistas como formas de descentralização limitada e controlada, evidencia a exigência de uma autonomia assente na eleição democrática dos órgãos regionais.

Importa sublinhar o papel do periódico enquanto espaço de diálogo e pluralismo. Distinguiu-se pela abertura a diferentes correntes de opinião, incluindo setores reformistas presentes na Assembleia Nacional, a chamada Ala Liberal, e pela disposição para acolher debates internos no seio da oposição democrática. Esta prática reforça a ideia do jornal como um verdadeiro laboratório cívico, onde se ensaiavam formas de convivência democrática, num contexto profundamente adverso.

Em suma, o percurso do *Comércio do Funchal* constituiu um observatório privilegiado para a compreensão das dinâmicas políticas, sociais e culturais do final do Estado Novo. A sua trajetória demonstra que, mesmo sob condições de repressão e censura, a imprensa pôde desempenhar um papel relevante na erosão do regime e na formação de uma cultura política democrática. Ao articular crítica social, defesa das liberdades fundamentais e reivindicação autonómica, o semanário afirmou-se como uma experiência cívica de alcance nacional, cuja relevância justifica plenamente a sua integração na história da oposição democrática.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Arquivo PIDE/DGS*, Núcleo de processo 426.

Fontes Impressas

Diário do Governo, 31 de dezembro de 1940, Série I, n.º 303, 1.º suplemento.

Imprensa

Comércio do Funchal, 1967 a 1974.

Bibliografia

FIGUEIRA, João, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, Coimbra, Almedina.

FRANCISCO, Ana Isabel Gouveia, 2024, *O Pós-25 de Abril no Arquipélago da Madeira e a sua Influência na Política Regional*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar: a economia – 1926--1974*, Lisboa, Edições Colibri.

LEMOS, Mário Matos e, 2012, *Oposição e eleições no Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, Divisão de Edições.

NOGUEIRA, Franco, 1987, *Um Político confessa-se*, Porto, Livraria Civilização Editora.

PEREIRA, Vítor Diogo, 2023, *Análise Socioeconómica da Madeira no período revolucionário através das representações do Comércio do Funchal*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROSAS, Fernando, 1998, *O Estado Novo*, vol. VII, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

SILVA, Vicente Jorge, 2008, «O "Comércio do Funchal" e a Autonomia», in *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora.

SOUSA, João Filipe Pereira de, 2022, *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira. Os períodos eleitorais e a ação do jornal "Comércio do Funchal" (1945-1974)*, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, disponível em https://hdl.handle.net/10316/99440.

TAVARES, José M. Castilho, 2009, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República.

TORGAL, Luís Reis; CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares, 2019, *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira. Das origens ao debate constitucional*, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições.

Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 625-653
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

A Sustentabilidade da Poesia Oral Improvisada: Minho e Madeira

The Sustainability of Improvised Oral Poetry in Portuguese Scenarios: Minho and Madeira

António Medeiros[1]
Jorge Freitas Branco[2]
Fernando Cerqueira Barros[3]
Filipe Ferraz[4]

Resumo

Abordam-se estratégias atuais de sustentabilidade da poesia oral improvisada em Portugal, comparando duas tradições regionais do repentismo: o desafio minhoto e o charamba madeirense. Ambas foram práticas poéticas subalternas, excluídas de processos de objetificação da cultura, o que começou a mudar desde final do século passado. No Minho, a prática repentista tem uma forte implantação social, mantida na intimidade cultural, mercadorizada de forma alargada, e integrando culturas municipais. Já na Madeira, pretende-se contrariar a extinção anunciada do charamba pela legitimação como património imaterial parte da cultura regional autonómica. Iniciado como escrita individual de cada um dos antropólogos, cedo se fez sentir a vantagem da colaboração para comparar os dois

[1] Antropólogo, professor no Iscte Instituto Universitário de Lisboa, investigador integrado do CEI_Iscte, pesquisas de terreno em Portugal e Espanha, publicações sobre nacionalismos e regionalismos, cultura material, história da antropologia e música popular. Endereço eletrónico: antonio.medeiros@iscte-iul.pt.

[2] Antropólogo, professor jubilado no Iscte Instituto Universitário de Lisboa, investigador integrado do CRIA_Iscte, pesquisas de terreno em Portugal continental, ilhas atlânticas (Madeira), Alemanha, Brasil, França, publicações sobre materialidades, culturas populares, antropologias marginais, coleções etnográficas, culturas do laicismo. Endereço eletrónico: jorge.branco@iscte-iul.pt.

[3] Arquiteto, doutorando na Universidade do Porto, faz pesquisa sobre arquitetura vernácula, tocador de concertina e cantador. Endereço eletrónico: fbarros@arq.up.pt.

[4] Antropólogo, videoartista, Associação Wamãe | Antropologia Pública. Endereço eletrónico: filipeferraz@me.com.

terrenos abordados e, por fim, no contato com a situação minhota juntou-se à escrita a participação dum envolvido – o tocador.

Palavras-chave: Poesia Oral; Repentismo; Portugal; Arquipélago da Madeira; Minho; Charamba; Desafio; Escrita Colaborativa.

Abstract

This paper addresses current strategies of sustainability of improvised oral poetry in Portugal, comparing two forms of impromptu performance of regional traditions of the art of improvising verse: the *desafio minhoto* and the *charamba madeirense*. Both embodied subaltern poetic practices, excluded from processes of cultural objectification, which started to change towards the end of the last century. In Minho, impromptu poetry is strongly rooted in society, culturally cherished, extensively merchandised and incorporated in municipal cultures. In Madeira, the aim is above all to counteract *charamba*'s announced extinction by legitimating its performance as part of the intangible heritage of this autonomous regional culture. This paper began as an individual piece written by each one of the anthropologists, but the advantage of collaboration was soon realised in order to compare the two areas covered and, finally, regarding Minho, a player was added to the writing.

Keywords: Improvised Oral Poetry; Madeira Islands; Minho; *Charamba*; *Desafio*; Collaborative Writing.

Introdução

Este texto é um exercício de escrita colaborativa[5] entre antropólogos e um tocador de concertina. A colaboração na escrita não esteve programada logo no início da pesquisa; o Minho e Madeira estavam a ser abordados em separado, dadas as dificuldades impostas pela pandemia[6]. Das aproximações feitas para o Minho resultou uma visão sincrónica (AM), enquanto na Madeira (JFB) ela incidiu na diacronia. À necessidade de comparar, somou-se o contributo do tocador de concertina (FCB), uma relação estabelecida no terreno minhoto. Filipe Ferraz (FF) realizou o documentário *Repentes e Melodias I Uma Travessia*. Desta experiência

[5] WYATT *et al.*, 2018, «Creating a Space in Between: Collaborative Inquiries». As iniciais maiúsculas dos nomes entre parênteses retos identificam o autor ou autores.

[6] Sobre aspetos e efeitos da circunstância pandémica numa visão antropológica, cf. DAMO *et al.*, 2021, «A Covid-19 e suas múltiplas pandemias»; HIGGINS, 2020, «An Anthropology of Covid-19 […]»; SEGATA, 2020, «Covid-19, biossegurança […]».

conjunta resulta uma abordagem da poesia oral improvisada em que se condensam vertentes múltiplas[7].

[AM, JFB] Cantigas ao desafio é o nome mais comum em Portugal de disputas poéticas cantadas de improviso, que são populares em várias partes do país, recebendo as diversas tradições performativas regionais designações específicas[8]. Marcam-se diferenças na métrica observada e nos instrumentos usados, e também variam melodias e os ritmos do acompanhamento musical, e as formas de intervir da assistência ou a postura esperada dos cantadores. Constante, porém, em qualquer dos contextos é a presença de uma audiência e de um acompanhamento musical, e também o protagonismo atribuído a quem canta e aos seus versos. Estes improvisos têm paralelos por todo o mundo, se aceitarmos que a poesia oral improvisada é um "fenómeno antigo" e "universal"[9]. Contudo, é em Espanha e na América Latina[10] – onde é grande a variedade de despiques poéticos cantados – que se encontram práticas performativas afins e possibilidades de comparações mais imediatas.

Apesar da persistência dos cantares ao desafio – e de outras formas de improviso em Portugal, onde existem expressões de grande vivacidade nalgumas das suas variantes regionais –, a atenção que receberam de etnógrafos e musicólogos foi escassa, sendo pontuais as menções que recebem em trabalhos antigos ou recentes[11].

---

[7] Este artigo é um *output* do projeto *EcoMusic Práticas sustentáveis: Um estudo sobre o pós-folclorismo em Portugal no século XXI* (disponível em http://ecomusic.web.ua.pt/en/home/, coordenado por Maria do Rosário Pestana, Universidade de Aveiro, com financiamento POCI-FEDER, Fundação para a Ciência e a Tecnologia-OE, ref.ª PTDC/ART-FOL/31782/2017). *Repentes e Melodias I Uma Travessia* (está disponível em https://youtu.be/-SVgRTXy71Y), duração 20'31, constitui a origem dos fotogramas que ilustram o texto. A equipa exprime agradecimento às seguintes pessoas pela pronta e espontânea colaboração dada: Augusto *Canário*, Cândido Miranda, Conceição Aveiro, *Correia*, Cristiana Sá, Danilo José Fernandes, Duarte Colaço, Eleutério Gonçalves Nóbrega, Flávio, Florêncio Maria, Guilherme Colaço, Irene de Gaia, José Colaço Guerreiro, José Manuel do Vale, Liliana Oliveira, Loureiro de Barcelos, Manuel *Baldão* Pereira, Manuel Brito, Manuel da Graça, Manuel Higino, Maria Moulin, Mário André, Miguel Gina, Paulo Lima, Pedro Mestre, Pi d'Areosa, Ricardo Ferreira, *Roman*, Zé Carvalhal da Ermida†.

[8] BARRIGA, 2010, «Baldão»; 2010, «Cantares ao desafio»; 2010, «Desafio»; 2010, «Desgarrada»; 2010, «Despique»; NOGUEIRA, 2020, «Cantiga ao desafio […]»; WATEAU, 2005, «Défis esthétiques et défis ordinaires […]

[9] DÍAZ-PIMIENTA, 1998, *Teoría de la improvisación* […]; PAGLIARI, 2009, «The Art of Duelling with Words […]»; TRAPERO, 2005, «Improvised Oral Poetry in Spain».

[10] ARMISTEAD *et al.*, 2005, *Voicing the Moment* […]; ROWLAND, 1970, «Society, communication and popular culture […]»; SAUTCHUK, 2010, «A Poética cantada […]».

[11] ALMEIDA, 1994, «Émotions rimées»; BARRIGA, 2006, *Cante ao baldão*; BARRIGA, 2010, «Baldão»; BRAGA, 1985, *O Povo Português* […]; CÂMARA, 1984, *Para a Sociologia da Música Tradicional*; GIACOMETTI, 2010, *Filmografia completa* […] *O Ladrão do Sado*; 2010, *Filmografia completa* […] *O desafio*; 2010, *Filmografia completa* […] *A viola campaniça* […]; KRAUSS, 2009, «O Jardim do Paraíso […]»; LIMA, 1997, «Artistas da fala […]»; 2000, «O estado da décima no Sul […]; 2001, «A décima e o improviso em Portugal»; 2004, *O Fado Operário no Alentejo* […]; NOGUEIRA, 2020, «Cantiga ao desafio

Também noutros contextos os estudos dos improvisos poéticos têm sido descurados de modo recorrente[12], marginalização que se pode associar ao carácter contingente dos improvisos, em geral, onde – como já sugeria Albert Lord a propósito dos cantos épicos balcânicos – «the moment of composition is the performance»[13]. De um modo geral, também uma "metafísica de presença absoluta"[14] pode ser reconhecida nos improvisos orais, invariavelmente empobrecidos e "descontemporizados"[15] nas recolhas etnográficas, e também insuficientemente servidos na sua consideração por teorias que descuram as instâncias de emergência criativa na vida social[16].

No Noroeste português reconhece-se uma forma performativa peculiar dos cantares ao desafio, como ali são chamados[17]. No Sul do país remanescem no Alentejo formas de cantar de improviso, respetivamente, o despique e o baldão[18]. É vivaz ainda a tradição da cantoria – também chamada despique ou cantigas ao desafio – no arquipélago dos Açores e junto das comunidades emigrantes com esta origem[19]. Charamba é, por outro lado, o nome mais caraterístico que os confrontos poéticos cantados de tradição tida por mais antiga recebem na Madeira, onde já são uma prática menos comum, como adiante comentamos[20].

Já tiveram prática mais difusa estas formas de improviso, e a vitalidade da sua expressão – e mesmo a variedade das suas formas – retraiu-se em várias partes do país nos últimos 60 anos. A emigração foi causa do dito recuo, também justificado pelos avanços da literacia e o maior prestígio ganho por outros consumos culturais.

---

e estetização da fala […]»; OLIVEIRA, 2000, *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*; PIMENTEL, 1989, *As Alegres Canções do Norte*, NAVARRO, 1980, *Poetas Populares Alentejanos*, RAPOSO, 1997, «Um olhar antropológico sobre as artes verbais […]»; SANCHIS, 1983, *Arraial. Festa* […]; VASCONCELOS, 1890, *Poesia Amorosa do Povo Português* […].

12 PAGLIARI, 2009, «The Art of Duelling with Words […]»; TRAPERO, 2005, «Improvised Oral Poetry in Spain».

13 LORD, 1960, *The Singer of Tales*.

14 DE RÀFOLDS, 2005, «New Text, Old Theories […]».

15 FABIAN, 1983, *Time and the Other*.

16 FERNANDEZ, 2005, «Playfulness and Painfulness […]».

17 MEDEIROS & BARROS, 2020, «Louvam-se ainda cantadores e cantadeiras […]».

18 BARRIGA, 2006, *Cante ao baldão* […].

19 BORBA, 2016, *Improvisadores na Diáspora*; CÂMARA, 1984, *Para a Sociologia da Música Tradicional* […].

20 Desgarradas ou cantar à desgarrada, são nomes que também surgem muitas vezes como sinónimos de cantar ao desafio, em diferentes partes do país. Porém, de um modo mais específico, as desgarradas são um género populares em Lisboa e na sua área de influência onde se canta com o acompanhamento musical característico do fado, performando versos conhecidos de forma digressiva e sucessiva, hoje – CARVALHO, 1982, *História do Fado*, p. 92; cf. LIMA, 2004, *O Fado Operário no Alentejo* […]; WATEAU, 2005, «Défis esthétiques et défis ordinaires […]» – sem exigências de improvisação poética marcadas e de modo muito menos agónico que aquilo que acontece noutras formas regionais de cantar ao desafio acima referidas.

Porém, não pode ser tomado à letra o argumento de uma decadência destas formas de cantar ao desafio, ou pelo menos ela não é linear, e são notórias as diferenças entre os casos regionais.

A multiplicidade de faces que os cantares ao desafio observam em Portugal, para além das probabilidades de interpretação salvacionista, abrem questões ligadas a aspetos da sua sustentabilidade. Tomámos como referências mais diretas uma forma de improviso do arquipélago da Madeira e outra do noroeste português, casos regionais de que propomos aproximações documentadas a partir de trabalho de campo em curso.

Noroeste[21]

[AM, FCB] As cantigas ao desafio – ou à desgarrada – são despiques poéticos feitos de improviso com acompanhamento, que sobretudo no Minho[22] têm uma expressão muito própria e diferenciada, marcada pela sua intensidade agonística[23], como tem sido sublinhado[24]. Trata-se de performances cujos intérpretes gostam de dizer-se cantadores ou cantadeiras e tocadores, confrontos em que se expõem referências, léxico e valores de origem rural muito nítida. Atualmente, as expressões do desafio "à moda do Minho" são vibrantes, com públicos alargados no país, nos meios da emigração portuguesa e nas estações de rádio e de televisão.

[21] Os parágrafos seguintes retomam termos de um texto anterior, cf. MEDEIROS & BARROS, 2020, «Louvam-se ainda cantadores e cantadeiras […]».

[22] O Minho ocupa o noroeste português, e tem um clima atlântico húmido. É grande a proximidade cultural com a Galiza, nomeadamente pelas línguas faladas ainda que sejam muito diferentes as respetivas histórias políticas, cf. MEDEIROS, 2013, *Two Sides of One River* […]. O Minho atual estende-se por cerca de 4838 km^2, em dois distritos, com densidades populacionais elevadas nas zonas mais baixas dos vales e no litoral. É uma paisagem tradicionalmente marcada pelo minifúndio, e onde a emigração é uma constante multisecular; nas últimas décadas a indústria transformadora tornou-se na principal atividade económica. A representação da cultura regional tem uma base ruralista referenciada por trajes (MARTINS *et al.*, 2000, *A Romaria da Senhora da Agonia* […]; MEDEIROS *et al.*, 2009, *Uma imagem da nação* […]) e um repertório de danças e música estabilizado. É mais recente o reconhecimento do improviso oral, que até à passagem do século não teve outras medidas de consagração que a adesão das populações rurais e dos emigrantes com a mesma origem.

[23] PGilde, 2013, *São João D'Arga 2013 – Cantares ao Desafio – Rui de Penacova, Pi da Areosa, Sargaceira, Carlos Soutelo e Henrique do Lindoso*, vídeo.

[24] WATEAU, 2005, «Défis esthétiques et défis ordinaires […]».

Imagens 1 e 2 – Expressões captadas no desafio ocorrido na noite de 28 para 29 de agosto de 2022, na romaria de São João de Arga, Caminha. Participam Fernando Cerqueira Barros (FCB), tocador, Armado Cozinheiro, de Monção (Imagem 1, 24:34 -->) e Tiago Torres, de Barcelos (Imagem 2, 23:28 -->)



Fonte: fotogramas a partir de HF Social, 2022, *Desgarrada Picadinha | Tiago Torres, Armando e Fernando, S. João D'Arga 2022*, vídeo.

As diferenças destes cantares ao desafio são apontadas recorrentemente por cantadores, tocadores e amadores. Dizem os seus intérpretes que as suas performances são uma coisa "mais do Minho", com mais "alegria", "agressividade" ou "ousadia". Também sublinham a "alegria" dos acompanhamentos mais habituais, e definem as quadras trocadas como mais "brejeiras", com "mais malandrice", mais "dadas à brincadeira". Distinguem estas interpretações dos improvisos "do Sul" – nomeadamente nas Beiras, onde já podem ser feitas ao som do fado corrido e a "ousadia" e a "brincadeira" são menos notórias – ou das regueifas dos "galegos", e também da maneira como se canta ao desafio por Trás-os-Montes.

Para além dos distritos atuais do Minho, fazem-se desgarradas ao sul do Douro, e por vales e encostas mais para leste. No entanto, é dentro do espaço da antiga província do Entre-Douro-Minho que está a origem – própria ou familiar – dos cantores e cantadeiras hoje com mais "fama" (ou "nome", que já também se vincula por intermédio da internet). Muitos são conhecidos na região, na diáspora e, ultimamente, noutras partes do país. O seu número é maior do que em qualquer outro momento, como é reconhecido de forma unânime no meio. São cada vez mais amplos os contextos da circulação dos cantadores, e variado o número dos suportes de divulgação das suas criações. Isto acontece desde os anos 60 do século passado, quando se começaram a fazer gravações comerciais de discos de 45 rpm e *tournées* frequentes nos destinos da emigração.

A memória da desgarrada no Minho e dos seus cantadores é oral e muito pouco profunda. Resulta vaga a lembrança de cantadores – e ainda mais de cantadeiras – ativos antes dos anos 60. Esta ausência quase absoluta de vestígios biográficos é um resultado da menorização e das censuras que esta tradição poética – por vezes subversiva – sofreu até tempos recentes. Este descrédito vigorou até aos fins do século passado, conforme já se aludiu.

Os desafios aconteciam em ajuntamentos de homens e mulheres analfabetos ou pouco escolarizados, de origem rural. Faziam-se a horas tardias, em lugares periféricos de festas e romarias[25], ou no recato de tabernas ou cafés. As classes médias mantinham-se alheias a estas performances, porque silenciadas pelos eruditos regionais, que a partir dos centros urbanos se empenhavam em registos etnográficos autorizados de indumentárias, coreografias e de artefactos. Pode-se tomar como exemplo a revista regionalista *Arquivo do Alto Minho,* onde durante décadas – entre 1945 e 1984, publicando-se 29 volumes – não ocorre qualquer menção de práticas

[25] SANCHIS, 1983, *Arraial. Festa* […]

poéticas populares. Foi nos anos 90 que um processo de objetivação cultural das desgarradas se começou a desdobrar, multiplicando-se os encontros de cantadores e tocadores e os espetáculos de cantares ao desafio levados ao palco em romarias, festas municipais e locais.

A concertina (acordeão diatónico) acompanha as desgarradas, seja na mão de um dos cantadores ou cantadeiras, ou de um acompanhante (o tocador); e a cana verde, ou malhão, são as melodias mais usuais que dão cadência ao desafio. Os improvisadores abrem com saudações, e depois reconhecimentos, provocações ou gracejos, que desdobram o despique, cantados em quadras – ou sextilhas – tão perfeitas quanto possível. "Duas quadras a cada um" é a formulação mais usual, embora se aceitem outras combinações, e se observe em alguns cantadores um gosto especial em cantar de forma mais livre, "encadilhando" várias quadras. Estas performances podem ser muito longas, na medida das circunstâncias e da "paixão" pela "canta" que cresça entre todos os envolvidos.

Imagem 3 – Na resposta o visado defende-se com uma contra-acusação. Está gerado o duelo de palavras, que envolve expressões faciais severas e uma postura corporal reveladora do esforço físico. A assistência vibra e os tocadores imprimem o ritmo à contenda



Fonte: fotograma a partir de Wamãe | Antropologia Pública, 2022, *Repentes e Melodias I Uma Travessia*, documentário.

Uma mulher e um homem ou dois homens – ou, outras vezes ainda, vários cantadores e cantadeiras – enfrentam-se em duelos cantados. Tradicionalmente

fazem-no sem amplificação de som, nem limites de tempo. Ainda hoje, é fora dos palcos, no "terreiro" ou no "chão" – na romaria, na taberna ou no café – que os desafios mais renhidos e apreciados acontecem. Os temas variam muito, há pouca contenção na linguagem e as emoções provocadas pela disputa podem manter-se horas a fio.

Todos os cantadores e cantadeiras do Noroeste – mesmo os que têm compromissos com muitos espetáculos – podem, eventualmente, ser encontrados nas madrugadas de romarias, ou em cafés e tabernas. Ainda é na "canta" feita no "chão" que se aprende a arte do desafio e se pode ganhar reconhecimento ("fama") entre pares, entendidos e apreciadores. Nestas circunstâncias, a boa voz, a "educação", o domínio dos preceitos tradicionais distinguem o intérprete e são qualidades estimadas. Mas, quando se canta "(ao) profano" – como é mais frequente acontecer nos tempos recentes – nestas situações, quem ouve valoriza mais que tudo a ironia e a agressividade dos cantadores.

Quando o desafio corre no "chão", espicaça-se desde a assistência – uma roda cerrada, se a expetativa é elevada – o espírito competitivo dos cantadores com incitamentos vivos e lisonjas. É algo que se faz quando ainda correm apresentações, cumprimentos e reconhecimentos mútuos, e os cantadores ainda escolhem "o caminho a seguir" (o tema, se o decidem fazer). Depois, sobe a tensão e as incitações crescem, à medida que as quadras lançam ironias e desqualificações mútuas cada vez mais mordazes. Maldizem-se características pessoais, a terra de origem, a moralidade, a inteligência, ou a vitalidade do(s) adversário(s). As menções eróticas e sexuais são recorrentes e ostensivas – seja de forma direta ou por metáforas sobre o que não se diz "por explicado" –, particularmente quando se desafiam uma mulher e um homem. Quadras inspiradas, com conceitos inesperados ou ironias, emocionam e suscitam o riso e as interjeições da assistência.

Cantam-se ainda desgarradas "ao fundamento" – ou "com fundamento" –, de menor exuberância agonística, à partida mais formalizadas. São debates de conhecimentos este tipo de desafios, onde as ironias e os acintes mútuos também são esperados. Estas já são hoje formas mais raras de cantar, com poucos intérpretes que dominem bem os seus preceitos e as matérias mais tradicionais. O engenho poético demonstra-se pela amplitude de conhecimentos, na proposta de conceitos mais profundos, muitas vezes feita em tom pedagógico, expondo o adversário menos sabedor. Na medida da mestria dos intérpretes, também no cantar "ao fundamento" as emoções entre a audiência podem crescer.

Muitas vezes o "fundamento" ajustado é de teor religioso ou histórico, e o estudo e o bom conhecimento de doutrina e da tradição permitem aos performers mais sabedores dar "uma lição" aos adversários. Fazem-se perguntas e demonstra-se o

saber para conseguir o favor da audiência, com quadras feitas sobre a vida de santos padroeiros, das suas lendas e milagres, episódios bíblicos ou da história nacional. Mas especulações mais abstratas e filosóficas – por exemplo sobre "o bem e o mal", "a verdade e a mentira", "o amor e o dinheiro" ou "o vinho e a água" – podem surgir glosadas no desafio ou estarem estabelecidas desde início.

Como já sugerimos, canta-se ao desafio desde há décadas em palcos ao ar livre, em auditórios, na sede dos concelhos e nas antigas capitais de distrito do Minho; e até em canais de televisão nacionais – com certa assiduidade, algo que só começou a acontecer recentemente. Nestas performances para um público mais alargado impõem-se outros ritmos, regras e censuras muito diferentes das observadas no terreiro da romaria ou no café. Nos programas oficiais de festas locais, com espetáculos, com concursos, com festivais ou com maratonas de cantares ao desafio, onde podem suceder-se dez ou mais cantadores, em tempos definidos à partida que raramente ultrapassam os 20 ou 30 minutos. O mesmo acontece em tertúlias na rádio e na televisão, onde o tempo concedido – 4 a 5 minutos, ou até menos – é curto e insuficiente para "abrir a memória". Desaparece o tempo das apresentações feitas com as delongas que só o "chão" ou as noites de boémia do café e da romaria permitem.

Apresentações e cumprimentos mantêm-se nos palcos e nos estúdios televisivos. Fazem-se com fórmulas sucintas, que se repetem, desaparecendo as glosas alongadas da apresentação de si, do nome próprio e da origem do intérprete. Chegava-se ao terreiro – e ainda se chega – para cantar sem nome conhecido, ou então com o peso da "fama" e das adulações; em qualquer dos casos os alardes personalistas eram esperados. Os louvores de si próprio e da terra de origem aconteciam não apenas em apresentações, mas também em momentos sucessivos da "canta".

Na maior parte das vezes, era na romaria, enquanto local de encontros e de confrontos, que se identificavam cantadeiras e cantadores por referência à terra de origem, freguesia ou concelho. Lembram-se figuras remotas da cantoria, tais como o Pereira da Apúlia, o Peta de Vilaverde, o Mendes de Serzedelo, o Vilarinho de Covas, o Valdemar de São João da Madeira, o Gonçalves de Guimarães (grandes cantadores há pouco desaparecidos). Vivem veteranos celebrados, como o Delfim dos Arcos, o Marinho da Barca, ou o Zé Carvalhal da Ermida; e também são muito famosos em toda a região o Cunha de Vila Verde, a Irene de Gaia, a Celeste da Barca, o Carvalho de Cucana, a Adília de Arouca, o Loureiro de Barcelos, o Miranda das Neves, o Duarte da Póvoa, ou o Ribeiro de Silvares, entre muitos outros, estes com carreiras ainda ativas. Fazem os seus nomes desta maneira tradicional cantadores ainda jovens, como o Henrique de Lindoso, o Pi d'Areosa, o Eduardo Celorico ou o Emanuel de Grade. Identificam-se também os cantadores, usando alcunhas ou nomes de família

de alguma maneira sonantes ou inconfundíveis. Alguns deles têm grande fama, como era o caso do falecido Manuel *Sargaceira*, do Augusto *Canário*, dos *Cachadinhas* (de várias gerações), do Domingos *da Soalheira* ou do Valter *São Martinho*, nomes também (auto)celebrados e mote de réplicas em muitas quadras nas noites no "terreiro".

Até hoje, a topografia mais significativa dos cantares ao desafio é dada pela origem dos cantadores e cantadeiras mais reconhecidos e pela escolha dos nomes que continuam a fazer. O seu mapeamento – ao longo das décadas de que há memória – dá conta da vivacidade desta tradição e das suas mudanças. Também são referências importantes desta topografia os locais onde cantadores e cantadeiras consagrados fazem questão de comparecer, como a romaria da Senhora da Peneda, as Feiras Novas de Ponte de Lima, a romaria de São João de Arga, o São Bento da Porta Aberta, o São Torcato de Guimarães, o São Bartolomeu da Barca ou a Santa Marta da Falperra. Acorrem ali para cantar no "chão" com os seus pares, longe dos palcos e dos estúdios que muitos frequentam há décadas. Atestam estas comparências no "terreiro" a vitalidade desta tradição.

Imagem 4 – Em sua casa Irene de Gaia explica a António Medeiros modos e estilos das cantadeiras, dos ranchos e do toque na concertina que se sente pelo Alto Minho fora [12'50 –>]



Fonte: fotograma a partir de Wamãe | Antropologia Pública, 2022, *Repentes e Melodias I Uma Travessia*, documentário.

Arquipélago da Madeira

[JFB, AM] Em anos recentes, nos arraiais madeirenses tornou-se comum a realização de desafios, nos quais cantadores minhotos surgem em palco com improvisadores madeirenses[26]. São exibições de profissionais contratados pelo poder local e que atraem numerosa e empenhada assistência, na expetativa da provocação que a inspiração e o despudor conhecidos nos improvisadores prometem.[27] Nestes eventos alguns destes cantadores do Minho surgem como cabeças de cartaz das festividades, conquistando os favores da assistência e entrando em concorrência com artistas de música ligeira, também vindos do Continente. A procura e o reconhecimento que os improvisadores forâneos tem conhecido no contexto insular falam de transformações sociais que são entendíveis na sobreposição de fatores que remetem para as escalas regional e nacional.

Até há poucas décadas eram coesos e previsíveis os ciclos festivos anuais, como elucidam obras clássicas[28]. Nos tempos que correm a sucessão das festas é contínua, na Madeira. Novos e antigos festejos organizam-se em simultâneo, em lugares diferentes, acessíveis com a mobilidade que o automóvel particular permite. Forasteiros e residentes confrontam-se com um leque amplo de escolhas. As comissões de festas seguem as leis da concorrência; a devoção ao padroeiro ou à padroeira já não é determinante.

---

[26] O arquipélago da Madeira é composto por duas ilhas habitadas. Têm uma área de quase 850 km^2 e cerca de 260 000 habitantes. Como acontece em partes do Minho, a densidade populacional é elevada (312 habitantes / km^2). Desde o século XIX o turismo constitui um recurso económico determinante, graças à reconhecida amenidade do clima. Os forasteiros vinham, primeiro com intuitos terapêuticos (cf. MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira* […]), agora pelo lazer (cf. FERNANDES, 2016, «Built Heritage […]»). A atividade agrícola não assegura subsistência à população – a estrutura fundiária assenta no microfúndio –, tendo desde as últimas décadas por principal função a conservação da paisagem. O folclore institucionalizado fixou uma identidade madeirense coreografada (cf. PERREGIL, 2015, *Feiticeiro da Calheta* […]; SARDINHA, 2021, *Max* […].

[27] Augusto *Canário* esclareceu-nos sobre a transposição de espetáculos de desafio minhoto para a Madeira. Em 2012, realiza na Boaventura (uma freguesia nortenha da ilha) uma atuação com a repentista madeirense Aldora (jgabreu5, 2012, *Canário – Arraial de Boaventura 2012*: partes 1 a 4). Isso acontece no seguimento de contatos anteriormente estabelecidos por iniciativa de emigrantes daquela freguesia residentes na África do Sul e na Venezuela que, com a intervenção do empresário Fernando Correia Guedes, leva à concretização daquela primeira atuação profissional. No entanto, tem cabimento pesquisar contatos e influências que tenham anteriormente tido lugar numa base não profissional, convivial.

[28] Algumas já mencionadas: CARO BAROJA, 1965, *El Carnaval* […]; 1979, *La Estación del Amor* […]; 1984, *El Estío festivo* […]; OLIVEIRA, 2020, *Festividades cíclicas* […]; CASCUDO, 1962, *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

Improvisos verbais não acontecem só em exibições no palco. A convivialidade do arraial incita a despiques que se armam de forma espontânea em qualquer lado. Um indivíduo, homem ou mulher, junta-se a um tocador de acordeão ou de viola e criam o ambiente. Agrupa-se mais gente. Passantes detêm-se, escutam as rimas declamadas, incentivam, aplaudem, chegam-se outros, começa o despique. Conhecem-se, sabem das habilidades verbais e instrumentais dos adversários na contenda, lançada em estilo de bailinho[29]. Cantar o charamba é coisa rara.

Imagem 5 – Demonstração do Bailinho em casa de Eleutério Gonçalves Nóbrega, Funchal. Saudação do dono da casa ao contraente: [0'43 –>] «Vou dizer ao Mário André / Vou dizer ao Mário André / Isto vai pela metade / Isto vai pela metade / Vai vir torresmos e vinho / Vai vir torresmos e vinho / P'a eu ficar à vontade / P'a eu ficar à vontade / Vou dizer ao senhor André / O senhor não fique zangado / Vou dizer amigo André / O senhor não fique zangado / A gente tem uma seca / A gente tem uma seca / E não vem chuva do céu / E não vem chuva do céu / P'apanhar água na cabeça / P'apanhar água na cabeça / O senhor tire o chapéu / O senhor tire o chapéu.»



Fonte: fotograma a partir de Wamãe | Antropologia Pública, 2022, *Repentes e Melodias I Uma Travessia*, documentário.

[29] CÉSAR & MOURA, 2010, «Bailinho».

Imagem 6 – Mário André apresenta o tocador [1'23 –>]: «Ai, Danilo, cá toca bem, toca no rajão bem forte…! Tem bom acompanhamento do velho Feiticeiro do Norte». Invoca Manuel Gonçalves de Freitas (1858-1927), um mestre do improviso oral e autor de literatura de cordel, sobre a qual Danilo José Fernandes acabava de publicar (2020) uma bibliografia baseada na imprensa da época



Fonte: fotograma a partir de Wamãe | Antropologia Pública, 2022, *Repentes e Melodias I Uma Travessia*, documentário.

Imagem 7 – Danilo José Fernandes [0'49 –>]. Aqui tocador, dirige e ensaia o Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova, fundado no Funchal, em 1965, pelos seus pais



Fonte: fotograma a partir de Wamãe | Antropologia Pública, 2022, *Repentes e Melodias I Uma Travessia*, documentário.

Cabe aos vizinhos e demais conhecidos manifestar aprovação com palmas, mas também pelo registo audiovisual feito com os telemóveis. A difusão das atuações acontece de forma "viral" nas redes sociais e plataformas de partilha de vídeos, contrariando a efemeridade que era inerente ao improviso verbal. Reproduzem-se prestações ocorridas à saciedade, já sem subordinação a um tempo ou a um espaço. Improvisadores e tocadores ganham notoriedade a outra escala, que a presença nas redes sociais ainda mais reforça. Para além de agir na praça pública, podem também ser solicitados a animar festividades familiares, a atuar em cafés e restaurantes, ou a exibir-se para turistas, cuja presença perscrutante e indagadora já é notória nas festas.

O improviso verbal é olhado como um parente pobre no leque das manifestações do complexo performativo designado por cultura popular madeirense, em que o *charamba*[30] é a modalidade de repentismo hoje mais consagrada por lhe ser atribuído cariz de tradicional. Define-se pela voz arrastada, acompanhada a viola de arame. Como frisa Mário André[31] – um dos seus melhores conhecedores, além de intérprete – no charamba «é a voz que manda». Constituiu uma das formas das artes verbais referenciadas no arquipélago, em que se inclui ainda a mourisca[32] e o bailinho[33].

Ana María Ochoa[34] propõe um quadro interpretativo de grande amplitude para a fala e a escuta, que tomamos como inspiração para situar o charamba madeirense. Desde finais de Oitocentos, cabe distinguir dois modos de escuta: o da assincronia e o da sincronia.

O primeiro resulta do filtro aplicado pelas camadas dominantes detentoras da cultura letrada. Os seus representantes veem o improviso oral contemporâneo como demonstração de subalternidade. O visconde do Porto da Cruz[35], em finais da década de 1920, publica uma curta notícia com uma notação musical do charamba na revista de "propaganda turística" *Ilustração Madeirense* (ano 2, n.º 3, 1930). Ao tempo empenhado em recolhas folclóricas, a chamada de atenção aos seus leitores assume pioneirismo. Advoga que as manifestações dos meios populares rurais merecem registo e serem submetidas aos preceitos e normas da cultura letrada: notação, harmonização, reprodutibilidade.

---

[30] TORRES & CAMACHO, 2010, «Charamba».
[31] ANDRÉ, 2019, *Reflexões sobre o charamba*.
[32] TORRES & CAMACHO, 2010, «Mourisca».
[33] CÉSAR & MOURA, 2010, «Bailinho».
[34] OCHOA, 2014, *Aurality* […].
[35] Trata-se de Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), diretor da revista citada.

Poucos anos antes, o *Elucidário Madeirense* publicava uma entrada sobre poesia popular. Anota-se o gosto popular pelo improviso, que exteriorizaria uma sabedoria ingénua, e o «espontâneo e rude estro do povo»[36]. Aqui, o tom condescendente discrimina, separa águas, e não contempla a escuta. A posição do visconde do Porto da Cruz é diferente. Ao divulgar uma notação musical sugere um modo de escuta. Coloca a ênfase na música, desvaloriza a fala e o gesto repentista. Pretende disciplinar uma oralidade desregrada, submetendo-a à ordem escrita.

Referências nos anos seguintes não alteram a visão dominante. Tampouco nas *Ilhas de Zargo*[37], a outra súmula dos conhecimentos regionais concorrente do *Elucidário*, se questiona a postura de supremacia cultural. Também um professor primário rural menciona e regista a «faculdade de repentismo poético, vulgar em cérebros incultos e analfabetos»[38]. Apanágio de uma minoria, a cultura escrita impera, enquanto a maioria se exprime numa cultura de oralidade, subjugada. Oralidade e auralidade, fala e escuta, não estão concertadas. Uma rejeição de classe não deixa decifrar os códigos usados pelas camadas subalternas. Mantém-se a assincronia.

A partir dos anos 1940, arrancam processos de folclorização à escala nacional, assentes em espetáculos com fardamentos, dança, cantares, música, realizados em palco e dirigidos a assistência[39]. Na Madeira, à época distingue-se Carlos M. Santos como promotor[40]. Nas suas pesquisas para fixar canções, danças e trajes, depara-se com a poesia oral improvisada. Não a integra nos reportórios, onde cabem canções e trajes apenas coreografados. Institucionaliza-se um folclore regional que compete aos agrupamentos – ou ranchos – folclóricos representar: mantém-se a escuta assincrónica[41].

Com o 25 de Abril de 1974 e a queda do regime autoritário, desencadeia-se uma dinâmica de crítica ao folclore institucionalizado representado pelos agrupamentos

[36] SILVA & MENEZES, 1998, «Poesia Popular», p. 87.

[37] PEREIRA, 1940, *Ilhas de Zargo*, 2 vols.

[38] SILVA, 1963, «Psicologia dos Humildes […]», p. 10.

[39] CASTELO-BRANCO & BRANCO, 2003, *Vozes do Povo* […]; 2010, «Folclorização».

[40] BRANCO, 2010, «Santos, Carlos Maria dos».

[41] A invenção do *Bailinho da Madeira* é disso prova. Partindo dum improviso feito para saudação às autoridades durante uma manifestação oficial, os versos ditos por João Gomes de Sousa (conhecido como o *Feiticeiro da Calheta*), foram depois fixados como letra e feito o arranjo musical em piano. Nasce a canção que alcança celebridade na interpretação do fadista madeirense Maximiliano de Sousa, *Max* de nome artístico (PERREGIL, 2015, *Feiticeiro da Calheta* […]; SARDINHA 2021, *Max*, p. 30). Tanto na versão cantada, como na instrumental, o Bailinho tornou-se o emblema sónico da ilha da Madeira.

organizados. Questionou-se o processo de folclorização, ocorrido desde a década de 1940 e a sua dependência de diretivas governamentais, postura crítica que empenhou adolescentes urbanos e alguns intelectuais funchalenses. Entre 1975 e 1977, a então Delegação de Turismo da Madeira organizou concursos de charamba no Funchal. Nos anos seguintes, floresce o associativismo cultural centrado no folclore, movimento em que se replica a estética de ação herdada do período anterior, já enraizada na população. Democratiza-se a vida associativa sem questionar o que se cristalizara como representação do tradicional e autêntico em décadas anteriores.

Em 1981, surge uma leitura alternativa das práticas musicais populares madeirenses ao formar-se o agrupamento que se designaria posteriormente Xarabanda. A ênfase é colocada na música, não na dança, manifestando-se o seu alheamento ao movimento folclórico. Inspiram-se nas recolhas etnográficas empreendidas, em equipa, nos anos 1960-1970 por António Aragão[42], um intelectual multifacetado[43], que se interessou principalmente pela literatura oral. Os jovens do Xarabanda empenham-se em recolher no terreno, rejeitando as aproximações folclorizadoras mais antigas. Comprometem-se com a divulgação, em atuações públicas e na edição fonográfica, feita em sucessivos suportes: vinil, K7, CD, DVD e plataformas de vídeo. Para além deste grupo que persiste, formaram-se e desfizeram-se desde então outros, dando corpo a um dinâmico movimento insular de música tradicional[44].

O desencobrimento da poesia oral improvisada na sociedade madeirense aconteceu na última passagem de século. Há que apontar várias razões.

Primeiro, a atuação dos cantadores ao desafio minhotos contratados para arraiais municipais. Dão força aos improvisadores madeirenses presentes nesses eventos e em outros, de índole mais restrita. Desafios, despiques, desgarradas têm os favores da assistência, que se distrai e se revê nestas brigas faladas. Já cantar o charamba é cada vez mais raro, as gerações jovens não se lhe afeiçoam, não se familiarizam, nem apoderam dum estilo performativo identificado com tempos passados.

[42] CAMACHO, 2021, *Música Tradicional da Madeira* […].
[43] CARITA, 2021, *António Aragão* […].
[44] BRANCO, 2019, «O Festival Raízes do Atlântico […]».

Imagem 8 – Início de agosto de 2022. Encontro na Capela de Nossa Senhora das Preces, sitio do Marco, Machico, com alguns membros do Grupo de Despiques das Preces. Explicam-nos como veem o charamba. [13:47 –>] Higino: «O charamba é uma música mais calma… eu gosto». Conceição: «Eu canto o charamba, porque o meu pai, meu tio, meus sobrinhos cantavam muito o charamba. O charamba é uma cantiga que dá mais pausa…» Ricardo: «… É aquela cantilena, não se sabe onde está o tom forte!»



Fonte: fotograma a partir de Wamãe | Antropologia Pública, 2022, *Repentes e Melodias I Uma Travessia*, documentário.

Segundo, verifica-se o esgotamento do terreno para recolhas nascidas dum dever de resgate cultural[45], que criou alegorias etnográficas[46]. A cultura material musical resultante dos registos sonoros é o ingrediente para as recriações, que geram os reportórios dos grupos musicais. Ganham força os exercícios de recriação, experiências de fusão, que a *world music* sanciona e promove.

Terceiro, um regresso ao terreno de onde brotaram, tanto a música folclórica, como a tradicional, com atenções postas nas dimensões segregadas no passado; referimo-nos às práticas repentistas em geral, com destaque para o charamba[47]. Desde o volver da centúria, tanto associações culturais como os poderes públicos organizam encontros de cantadores de charamba, denominados agora charambistas.

[45] RONSTRÖM, 2014, «Traditional Music, Heritage Music».
[46] CLIFFORD, 1986, «On Ethnographic Allegory».
[47] Cf. SOUSA, 2020, «Charamba […]»; 2021, «Projeto Charamba […]».

Estes não se identificam com os despiques e desgarradas trazidos do Minho, em que atuam minhotos e madeirenses e que gozam da plena aceitação do público[48].

Altera-se o modo de escuta do repentismo, que se torna sincrónico, equiparado às restantes manifestações do popular. Oralidade e auralidade, fala e escuta, conjugam-se e suprimem-se as barreiras sociais. No que respeita ao charamba, visto como testemunho do passado[49], passou a ser alvo de iniciativas concertadas, com vista a associá-lo a um regime patrimonial[50] subestatal madeirense. Há intenções de preparar uma candidatura às listas do património cultural imaterial da UNESCO[51].

Quarto, e finalmente, o charamba. Esta prática repentista dá-se por extinta pelas razões apontadas: com estilo lento e monocórdico, pouco efusivo, quase recitativo, foi bandeira duma geração que desaparece de cena. É o trajeto desse declínio que o trabalho de campo permitiu evidenciar ao se reconstituirem fragmentos da biografia cultural dessa expressão repentista. Eis os dados reunidos. Na década de 1950 retoma a emigração insular, com destaque para a Venezuela como novo destino[52]. Os madeirenses que lá desembarcam são, na maioria, camponeses jovens ou adultos na flor da idade. Adaptam-se a um modo de vida agora liberto de senhorios e das exigências da agricultura familiar. Na sombra do *boom* económico petrolífero tornam-se pequenos empresários ou assalariados. Sem que o pudessem adivinhar o corte nas suas biografias tinha acontecido com a experiência individual do enjoo, durante a viagem marítima transoceânica, que tem sido apontado como uma transfiguração do emigrante[53]. No destino, atam-se relações com compatriotas, com migrantes de outras procedências e com venezuelanos. O convívio com conterrâneos solidifica solidariedades familiares próximas ou afastadas, de vizinhanças ou criadas por recomendações levadas ou conseguidas novas. As gerações nascidas na diáspora estabelecem laços com a sociedade venezuelana. Trajetórias de ascensão social bem-sucedidas acentuam diferenciações no seio da comunidade migrada. Catolicismo[54] e folclore são forças mobilizadoras de identidade que se cultivam num associativismo étnico. Enquanto o reportório folclórico é praticado e por ele zelado, as artes verbais

[48] Nestes eventos o acompanhamento musical é feito com bandas rock. O que mais constringe os charambistas tradicionais é a linguagem usada, por predominarem as insinuações sexuais. São mundos distintos, sem ligação entre as gerações.

[49] Cf. Repórter Madeira, 2014, *O Charamba*.

[50] BENDIX *et al.*, 2013, *Heritage Régimes* […]; BERTOLOTTO, 2011, *Le patrimoine culturel immatériel* […].

[51] PÁGINAS, 2018, *O Charamba*.

[52] GOMES, 2018, *Emigração madeirense* […]; XAVIER, 2007, *Con Portugal en la maleta* […].

[53] GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2016, «De la aldea a América […]», p. 89.

[54] GAMA, 2001, *Padrões da fé* […].

caem no esquecimento, são uma recordação das primeiras gerações embarcadas[55]. A produção cultural fomentada pelo associativismo luso-venezuelano assume mais aspetos. Além de Fátima e do Bailinho refira-se a imprensa migrante, na atualidade com circulação já quase só desmaterializada. Da colaboração voluntária pedida aos leitores sobressai a poesia popular, em forma de quadras, mas impressa. Tratam a saudade e o amor à terra, sentimentos ainda predominantes nos mais velhos. Comprovam-no dois casos.

O *Canto à Madeira: poesia popular dum emigrante madeirense*, inicialmente publicado em números sucessivos dum semanário da imprensa migrante, posteriormente compilado em livro publicado em edição de autor[56]. Outro caso é o de José (Joe) Vieira Faria, conhecido por *Faísca* (1927-2020), emigrante nos EUA e no Brasil, onde faleceu, que compôs letra e música dum trecho editado em cassete intitulado *História da Minha Vida*[57]. Narra em quadras, com acompanhamento à viola, a condição dum migrante que, passadas duas décadas, volta à ilha natal – agora de avião – a matar saudades. Tanto Tiago Neves como o *Faísca* – outros mais poderiam ser aqui lembrados – criam produtos escritos (poemas, letras), compõem canções, recorrendo a arranjos instrumentais "enriquecidos" (viola, guitarra elétrica, acordeão) tendo como objetivo a gravação para circulação comercial.

Na ilha natal, transformavam-se as práticas culturais. Muitos dos embarcados eram cantadores de charamba, que assim se perdiam. Na década de 1960, com a mobilização da juventude masculina para a guerra colonial e a ansiedade de ouvir diariamente os programas com as notícias oficiais da guerra e a leitura de mensagens dos soldados aos seus familiares, a aquisição de rádios transistorizados portáteis acontece nos lares com mobilizados. Alterava-se a ecologia do charamba como processo musical (espaço, motivação, performance, iliteracia, auralidade). Nos campos madeirenses pairava um sentimento de luto, sem expressão assumida. As mães, as irmãs, as noivas e as avós estranhavam a ausência de rapazes: uns embarcados, outros mobilizados.

---

[55] No caso de madeirenses embarcados e de luso-venezuelanos que interrogámos, o repentismo e o charamba em especial eram recordados pelos mais velhos como coisa do passado, entretanto perdida e desconhecida dos jovens já escolarizados na sociedade de acolhimento. No entanto, na bibliografia referem-se casos em que o migrante leva o seu repentismo para o novo destino e mantém essa prática, como acontece com a cantoria nordestina em São Paulo (SAUTCHUK, 2010, «A poética cantada […]»). Situação idêntica é reportada relativamente aos açorianos nos EUA. Refira-se ainda que tanto na Venezuela como no Brasil – destinos privilegiados da emigração portuguesa – o repentismo tem forte implantação local (violeiros, *copleros*, etc.). O contexto e as modalidades de transposição de poesia oral improvisada é assunto que merece maior aprofundamento.

[56] NEVES, 2008, *Canto à Madeira* […].

[57] Devemos a Danilo José Fernandes estes dados biográficos.

Conclusão

[JFB, AM, FCB] A poesia oral improvisada é assunto do passado, do presente e com futuro. Os casos regionais abordados – o desafio e o charamba – não estão isolados no Portugal do século XXI, porque outros persistem como sugerido. É incontestável a vivacidade atual dos cantares ao desafio minhotos, enquanto estratégias para a revivificação do charamba têm sido desenhadas no contexto insular. Também surgem outras poesias orais ditas de improviso ou nele apoiadas, novas práticas implantam-se nos meios urbanos e no espaço virtual, sendo um exemplo a importação do *slam* trazido por grupos migrantes femininos brasileiros, como o Slam das Minas Coimbra[58]. Por outro, lado a recente pandemia impulsionou o improviso *online* mesmo para algumas das tradições mais consolidadas, como tem sido experimentado por cantadores e cantadeiras do Minho.

O trabalho de campo realizado não se concretizou plenamente como prática de etnografia com envolvimento colaborativo[59], como estava previsto; tampouco foi possível ensaiar a experimentação etnográfica inspirada em literatura recente[60]. Tanto no Minho, como na Madeira, as circunstâncias pandémicas criaram situações de terreno inesperadas e cercearam oportunidades de participação. Foram longos os períodos de evitamento impostos às relações presenciais, em que não aconteceram performances e foram escassos mesmo os encontros com músicos e cantadores.

Na Madeira, o acolhimento de alguns milhares de luso-venezuelanos em fuga à crise do regime na Venezuela, sobretudo a partir de 2015, condicionou o desenvolvimento do projeto de maneira importante; no entanto, trouxe para primeiro plano da reflexão o nexo entre repentismos e diáspora. No Minho, onde a mesma relação é importante, a etnografia das performances repentistas revela uma visão do mundo conservadora mas sujeita a insubordinações poéticas, que hoje têm muitas instâncias de legitimação cultural. Na Madeira, a aproximação diacrónica ao charamba revelou uma dinâmica no tempo (fala e escuta) e no espaço (ilha, diáspora) que o trouxe da subalternidade e do declínio à cultura regional.

A erosão da subalternidade imposta aos improvisos populares alargou uma cultura de oralidade e de auralidade no Portugal democrático, onde ganharam estatuto o desafio e o charamba. No Minho, o desafio abriu-se a um mercado ampliado

[58] Ver https://www.facebook.com/slamdasminascoimbra/.
[59] HOLMES & MARCUS, 2008, «Collaboration Today […]»; SARDO, 2018, «Shared Research Practices […]».
[60] ESTALELLA & SÁNCHEZ, 2016, «Experimentación etnográfica […]».

e impõe-se nas "culturas municipais"[61]. Na Madeira, o processo de patrimonialização do charamba propõe-no como novo atributo para a cultura autonómica. A poética subversiva deste tipo de improvisos favoreceu sempre a sua receção em espaço de "intimidade cultural"[62], expandidos nos tempos recentes.

A duas práticas repentistas, de duas regiões portuguesas, correspondem, na atualidade, a duas estratégias de sustentabilidade; no Minho destaca-se a do mercado, na Madeira a do património imaterial. Neste e nos outros casos acrescem os laços cimentados por emoções identitárias.

Bibliografia, Vídeografia e Discografia

ALMEIDA, Miguel Vale de, 1994, «Émotions rimées», in *Terrain*, 22, pp. 21-23, disponível em http://journals.openedition.org/terrain/3082, consultado a 19 de outubro de 2022.

ANDRÉ (Rosado), Mário, 2019, *Reflexões sobre o charamba*, vídeo, 16'54, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=1P_19Bym3Eg.

ARMISTEAD, Samuel G. & ZULAIKA, Joseba (ed.), 2005, *Voicing the Moment. Improvised Oral Poetry and the Basque tradition*, Reno, Center for Basque Studies / University of Nevada.

BARRIGA, Maria José, 2003, «Repentismo e folclorização no Baixo Alentejo: O cante ao baldão», in CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan & BRANCO, Jorge Freitas (ed.), *Vozes do Povo: A folclorização em Portugal*, Etnográfica Press, pp. 275-280.

BARRIGA, Maria José, 2006, *Cante ao baldão. Uma prática de desafio no Alentejo*, Lisboa, Edições Colibri.

BARRIGA, Maria José, 2010, «Baldão», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, p. 373.

BARRIGA, Maria José, 2010, «Cantares ao desafio», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, pp. 231-232.

BARRIGA, Maria José, 2010, «Desafio», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, pp. 371-372.

[61] LOMNITZ, 1992, *Exits from Labyrinth*.
[62] HERZFIELD, 2016, *Cultural Intimacy*.

BARRIGA, Maria José, 2010, «Desgarrada», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, p. 373.

BARRIGA, Maria José, 2010, «Despique», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, pp. 101-102.

BENDIX, R., EGGERT, A. & PESELMANN, A. (ed.), 2013, *Heritage Regimes and the State*, Göttingen, Universtätsverlag.

BERTOLOTTO, Chiara (ed.), 2011, *Le patrimoine culturel immatériel: enjeu d'une nouvelle catégorie*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme.

BORBA, Liduíno, 2016, *Improvisadores na Diáspora*, s.l., Turiscon Editora.

BRAGA, Teófilo, 1995 (1885), *O Povo Português, nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, Lisboa, Dom Quixote.

BRANCO, Jorge Freitas, 2010, «Santos, Carlos Maria», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 4, Lisboa, Temas e Debates, p. 1171.

BRANCO, Jorge Freitas, 2019, «O Festival Raízes do Atlântico, ilha da Madeira: autonomia regional, pós-folclorismo e desenvolvimento», in *TRANS Revista Transcultural de Música*, 23, disponível em https://www.sibetrans.com/trans/public/docs/7d-final-trans-2019-final.pdf, consultado a 25 agosto de 2022.

BRANCO, Jorge Freitas, 2020, «Charamba, Madeira. Uma explanação», in *Veduta*, 14, disponível em https://veduta.aoficina.pt/14/charamba-madeira/.

CAMACHO, Rui (coord.), 2021, *Música Tradicional da Madeira. Recolhas de António Aragão e Artur Andrade, 1972-1977. Coleção 10 CD*, Funchal, SRTC/DRC, Associação Xarabanda.

CÂMARA, J. M. Bettencourt de, 1984, *Para a Sociologia da Música Tradicional Açoriana*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa / Ministério da Educação.

CARITA, Rui, 2021, *António Aragão. Vida e obra*, Funchal, Imprensa Académica.

CARO BAROJA, Julio, 1965, *El Carnaval (análisis histórico-cultural)*, Madrid, Taurus.

CARO BAROJA, Julio, 1979, *La estación del amor (Fiestas populares de mayo a San Juan)*, Madrid, Taurus.

CARO BAROJA, Julio, 1984, *El estío festivo (Fiestas populares de verano)*, Madrid, Taurus.

CARVALHO, Pinto de (Tinop), 1982, *História do Fado*, Lisboa, Dom Quixote,

CASCUDO, Luís da Câmara, 1962, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

CASTELO-BRANCO, Salwa E. & BRANCO, Jorge Freitas, 2003, «Folclorização em Portugal. Uma perspetiva», in: CASTELO-BRANCO, Salwa E. & BRANCO, Jorge Freitas (coord.), *Vozes do Povo. A folclorização em Portugal*, Lisboa, Etnográfica Press, disponível em https://books.openedition.org/etnograficapress/537.

CASTELO-BRANCO, Salwa E. & Jorge Freitas BRANCO, 2010, «Folclorização», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, pp. 508-512.

CÉSAR, António João & MOURA, Margarida, 2010, «Bailinho», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, p. 100.

CLIFFORD, James, 1986, «On Ethnographic Allegory», in CLIFFORD, J. & MARCUS, G. (ed.), *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, CA., University of California Press, pp. 98-121.

DAMO, A. S., VICTORA, C., SEGATA, J. & SCHUCH, P. (dir.), 2021, «Covid_19. Antropologias de uma pandemia», in *Horizontes Antropológicos*, 59, disponível em https://journals.openedition.org/horizontes/4893.

DE RÀFOLS, Wifredo, 2005, «New Text, Old Theories: Oral and Improvisational imperatives in Federico García Lorca's "Romance Sonámbulo"», in ARMISTEAD, Samuel G. & ZULAIKA, Joseba (ed.), *Voicing the Moment. Improvised Oral Poetry and the Basque Tradition*, Reno, Center for Basque Studies / University of Nevada, pp. 161-179.

DÍAZ-PIMIENTA, Alexis, 1998, *Teoría de la improvisación. Primeras páginas para el estudio del repentismo*, Oiartzun, Sendoa Editorial.

ESTALELLA, Adolfo & SÁNCHEZ CRIADO, Tomás, 2016, «Experimentación etnográfica: infraestructuras de campo y re-aprendizajes de la antropología», in *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 71, 1, pp. 9-30.

FABIAN, Johannes, 1983, *Time and the Other, How Anthropology Makes Its Object*, Nova Iorque, Columbia University Press.

FERNANDES, Danilo José, 2020, «Introdução», in *Literatura de cordel de Manuel Gonçalves, o Feiticeiro do Norte*, O Trilho Núcleo Museológico de Arte Popular, caderno n.º 7, Funchal, Grupo de Folclore e Etnográfico da Boa Nova, pp. 9-108.

FERNANDES, Filipa, 2016, «Built Heritage and Flash Floods: Hiking Trails and Tourism on Madeira Island», in *Journal of Heritage Tourism*, 11, 1, pp. 88-95

FERNANDEZ, James W., 2005, «Playfulness and Painfulness: Improvisation and Revitalization in Culture», in ARMISTEAD, Samuel G. & ZULAIKA, Joseba (ed.), *Voicing the Moment. Improvised Oral Poetry and the Basque Tradition*, Reno, Center for Basque Studies / University of Nevada, pp. 98-119

GAMA, Manuel, 2001, *Padrões da fé, erguidos pela comunidade portuguesa na Venezuela. Achegas para a história*, Funchal, M.E.N Gama.

GIACOMETTI, Michel, 2010, *Filmografia Completa de Michel Giacometti. Vol. 11. O Ladrão do Sado*, coord. Paulo LIMA & José MOÇAS, Tradisom Produções Culturais, Lda., Público.

GIACOMETTI, Michel, 2010, *Filmografia Completa de Michel Giacometti. Vol. 05. O Desafio*, coord. Paulo LIMA & José MOÇAS, Tradisom Produções Culturais, Lda., Público.

GIACOMETTI, Michel, 2010, *Filmografia Completa de Michel Giacometti. Vol. 03. A viola campaniça e o despique no Baixo Alentejo*, coord. Paulo LIMA & José MOÇAS, Tradisom Produções Culturais, Lda., Público.

GOMES, Joselin da Silva do Nascimento, 2018, *Emigração madeirense para a Venezuela*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, María del Pilar, 2016, «De la aldea a América. Apuntes sobre la emigración gallega a Venezuela», in *Tempo y Espacio*, 65, pp. 77-97.

HERZFELD, Michael, 2016, *Cultural Intimacy: Social Poetics and the Real Life of States, Societies, and Institutions*, 3rd ed., London, Routledge.

HF Social, 2022, *Desgarrada Picadinha | Tiago Torres, Armando e Fernando, S. João D'Arga 2022*, vídeo, 25'21, disponível em https://youtu.be/Fj2ztwWnr60.

HIGGINS, R., MARTIN, E., & VESPERI, M. D. (ed.), 2020, «An Anthropology of the COVID-19 Pandemic», in *Anthropology Now*, 12, 1.

HOLMES, Douglas R. & MARCUS, George F., 2008, «Collaboration Today and the Re-Imagination of the Classic Scene of Fieldwork Encounter», in *Collaborative Anthropologies*, 1, 1, pp. 81-101.

jgabreu5, 2012, *Canário – Arraial de Boaventura 2012 – parte 1*, vídeo, 9'33, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Aby-8lFicE8.

jgabreu5, 2012, *Canário – Arraial de Boaventura 2012 – parte 2*, vídeo, 11'27, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=smXeOyECRZk.

jgabreu5, 2012, *Canário – Arraial de Boaventura 2012 – parte 3*, vídeo, 9'30, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ROFi_I_P0Qw.

jgabreu5, 2012, *Canário – Arraial de Boaventura 2012 – parte 4*, vídeo, 23'28, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=B22E7MIWMGQ.

KRAUSS, Werner, 2009, «O Jardim do Paraíso. Memórias dos poetas do sudoeste português», in MEDEIROS, A. & RAMOS, M. J. (coord.), *Memória e artifício: A matéria do património*, II, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa (Memória, n.º 11), pp. 41-54.

LIMA, Paulo, 1997, «Artistas da fala a sul do Tejo», in BRANCO, Jorge Freitas & LIMA, Paulo (ed.), *Artes da Fala. Colóquio de Portel*, Oeiras, Celta, disponível em https://books.openedition.org/etnograficapress/716.

LIMA, Paulo, 2000, «O estado da décima no Sul de Portugal e a sua contribuição para a história oral», in TRAPERO, M., SANTANA MARTEL, E. & MÁRQUEZ MONTES, C (ed.), *Actas del VI Encuentro-Festival Iberoamericano de la Décima y Verso Improvisado (Las Palmas de Gran Canaria, del 6 al 11 octubre de 1998*, Las Palmas, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, ACADE, pp. 215-226.

LIMA, Paulo, 2001, «A décima e o improviso em Portugal», in TRAPERO, M. (ed.), *La décima. Su história, su geografia, sus manifestaciones*, La Laguna, Centro de Cultura Popular Canaria, Câmara Municipal de Évora, pp. 153-178.

LIMA, Paulo, 2004, *O Fado Operário no Alentejo, séculos XIX-XX*, Vila Verde, Tradisom.

LOMNITZ, Claudio, 1992, *Exits from the Labyrinth. Culture and Ideology in the Mexican National Space*, Berkeley, University of California Press

LORD, Albert, 1960, *The Singer of Tales*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

MARTINS, Moisés, GOMES, Albertino & PIRES, Helena 2000, *A Romaria da Senhora da Agonia. Vida e Memória da Cidade de Viana. The Lady of Agonia Festivities. Life and Memory of Viana Town*, Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

MATOS, Rui Campos, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira. Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu Vicentes*, Funchal, Delegação Regional da Ordem dos Economistas.

MEDEIROS, António & BARROS, F. Cerqueira, 2020, «Louvam-se ainda cantadores e cantadeiras. Notas sobre as desgarradas», in *Veduta*, 14, disponível em https://veduta.aoficina.pt/14/louvam-se-ainda-cantadores-e-cantadeiras/.

MEDEIROS, António, 2013, *Two Sides of One River. Nationalism and Ethnography in Galicia and Portugal*, Nova Iorque, Berghahn.

MEDEIROS, António, PEREIRA, Benjamin & BOTELHO, João Alpuim, 2009, *Uma Imagem da Nação. Traje à Vianesa*, Viana do Castelo, Câmara Municipal

NAVARRO, António Modesto (recolha, organização e introdução), 1980, *Poetas Populares Alentejanos*, , Lisboa, Veja.

NEVES, Tiago Batista, 2008, *Canto à Madeira: poesia popular dum emigrante madeirense*, Funchal, Eco do Funchal.

NOGUEIRA, Carlos, 2020, «Cantiga ao desafio e estetização da fala: Natureza, modalidades, funções», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 45, 3-4, pp. 67-86.

OCHOA, Ana María, 2014, *Aurality. Listening & Knowledge in Nineteenth-Century Colombia*, Durham, Duke University Press.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 2000, *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, 3.ª ed., Lisboa, Gulbenkian.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 2020, *Festividades Cíclicas em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, Etnográfica Press.

Páginas de Cultura, 2018, *O Charamba*, Antena 1 Madeira, Lília Mata entrevista Jorge Torres, emitido a 26 novembro 2018, 15', disponível em https://www.rtp.pt/play/p1133/e376060/paginas-de-cultura, consultado a 4 de setembro 2022

PAGLIARI, Valentina, 2009, «The art of duelling with words: Toward a new understanding of verbal duels across the world», in *Oral Tradition*, 24/1, pp. 61-88.

PEREIRA, Eduardo C. N., 1940, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., Funchal, Câmara Municipal.

PERREGIL, Eugénio (coord.), 2015, *Feiticeiro da Calheta. Vida e obra. João Gomes de Sousa*, Calheta, Câmara Municipal.

PGilde, 2013, *São João D'Arga 2013 – Cantares ao Desafio – Rui de Penacova, Pi da Areosa, Sargaceira, Carlos Soutelo e Henrique do Lindoso*, vídeo, 47'47, disponível em https://youtu.be/aAKG73TobF8.

PIMENTEL, Alberto, 1989 (1905), *As Alegres Canções do Norte*, Lisboa, Dom Quixote.

PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1930, «Charamba», in *Ilustração Madeirense*, ano 2, n.º 3, s.p.

RAPOSO, Paulo, 1997, «Um olhar antropológico sobre as artes verbais e as expressões performativas: repensar a oralidade», in BRANCO, Jorge Freitas & LIMA, Paulo (ed.), *Artes da Fala. Colóquio de Portel*, Oeiras, Celta Editora, pp. 23-46.

Repórter Madeira, 2014, *O Charamba*, RTP Madeira, emitido a 3 dezembro 2014, episódio 34, 25'26, jornalista Virgílio Nóbrega, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=3ncLWb8xkLk, consultado a 4 de setembro de 2022.

RONSTRÖM, Owe, 2014, «Traditional Music, Heritage Music», in BITHELL, C. & HILL, J. (ed.), *The Oxford Handbook of Music Revival*, Oxford, Oxford University Press, pp. 43-59.

ROWLAND, Robert, 1970, «Society, communication and popular culture in a traditional society: the 'Cantadores' of Northeast Brazil», in *Transactions of the Sixth World Congress of Sociology, 1966*, vol. IV, pp. 171-194.

SANCHIS, Pierre, 1983, *Arraial Festa dum Povo. As Romarias Portuguesas*, Lisboa, Dom Quixote.

SARDINHA, Vítor, 2021, *Max. Percurso e Vida Artística*, Funchal, Direção Regional da Cultura.

SARDO, Susana, 2018, «Shared Research Practices On And About Music: Toward Decolonizing Colonial Ethnomusicology», in MARTÍ, Josep & REVILLA GÚTIEZ, Sara (ed.), *Making Music, Making Society*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, pp. 217-238.

SEGATA, Jean, 2020, «Covid-19, biosegurança e antropologia», in *Horizontes Antropológicos*, 57, pp. 275-313.

SAUTCHUK, João Miguel, 2010, «A poética cantada: investigação do repente nordestino», in *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, 35, pp. 167-182.

SILVA, A. Marques da, 1963, «Psicologia dos humildes. VII Lirismo rural», in *Mensário das Casas do Povo*, ano 17, n.º 203, pp. 10-11.

SILVA, Fernando Augusto da & MENEZES, Carlos Azevedo de 1998, «Poesia Popular», in *Elucidário Madeirense. Facsimile da edição de 1940-46, III volume. O-Z*, Funchal, Direção Regional de Assuntos Culturais, pp. 87-88.

SOUSA, Élia de, 2020, «Charamba. Em busca de um futuro. Contributos para o seu estudo no arquipélago da Madeira», in CHAVES, Duarte N. (coord.), *Questões de identidade insular na Macaronésia*, Velas, Santa Casa da Misericórdia e CHAM Centro de Humanidades, pp. 187-206.

SOUSA, Élia de, 2021, *Projeto Charamba. Em busca de um futuro*, 14 episódios, Associação Xarabanda, disponível em https://xarabanda.pt/charamba/

TORRES, Jorge & Rui CAMACHO, 2010, «Charamba. Madeira», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 1, Lisboa, Temas e Debates, pp. 283

TORRES, Jorge & Rui CAMACHO, 2010, «Mourisca», in CASTELO-BRANCO, Salwa (dir.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX (EMPXX)*, vol. 3, Lisboa, Temas e Debates, pp. 831

TRAPERO, Maximiliano, 2005, «Improvised Oral Poetry in Spain», in ARMISTEAD, Samuel G. & ZULAIKA, Joseba (ed.), *Voicing the Moment. Improvised Oral Poetry and the Basque Tradition*, Reno, Center for Basque Studies / University of Nevada, pp. 45-64.

VASCONCELOS, José Leite de, 1890, *Poesia Amorosa do Povo Português: Estudo e Coleção*, Lisboa, Viúva Bertrand & C.ª.

Wamãe | Antropologia Pública, 2022, *Repentes e Melodias I Uma Travessia,* documentário, 20'31, disponível em https://youtu.be/-SVgRTXy71Y.

WATEAU, Fabienne, 2005, «Défis esthétiques et défis ordinaires, essai d'interprétation de joutes verbales et ritualisées au Portugal», in *ethnographiques.org*, 7, disponível em https://www.ethnographiques.org/2005/defis-esthetiques-et-defis-ordinaires-essai-d-interpretation-de-joutes-verbales.

WYATT, J., GALE, K., GANNON, S. & DAVIS, B., 2018, «Creating a Space in Between: Collaborative Inquires», in DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Ivonna S. (ed.), *The Sage Handbook of Qualitative Research*, Los Angeles, Sage, pp. 1276-1306.

XAVIER, Antonio de Abreu, 2007, *Con Portugal en la maleta: historias de vida de los portugueses en Venezuela*, Caracas, Alpha.

Região Autónoma
da Madeira
Governo Regional

Secretaria Regional
de Turismo, Ambiente e Cultura
Direção Regional dos
Arquivos, das Bibliotecas e do Livro